

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ VITOR PALHARES DOS SANTOS

**“AGRO É *TECH*, AGRO É *POP*, AGRO É TUDO”?:**

**Um estudo sobre os conflitos pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais  
a partir do caso da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco**

Belo Horizonte

2021

José Vitor Palhares dos Santos

**“AGRO É *TECH*, AGRO É *POP*, AGRO É TUDO”?:**

**Um estudo sobre os conflitos pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais  
a partir do caso da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Área de Concentração: Estudos Organizacionais, Trabalho e Pessoas

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

Belo Horizonte

2021

Ficha catalográfica

S237a Santos, José Vitor Palhares dos.  
2021 “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”? [manuscrito]: um estudo sobre os conflitos pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais a partir do caso da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco / José Vitor Palhares dos Santos. – 2021.  
386 f.: il.

Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,  
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.  
Inclui bibliografia (f. 338-375) apêndices.

1. Água - Uso – Minas Gerais - Teses 2. São Francisco, Rio, Bacia – Teses. 3. Agroindústria – Minas Gerais – Teses. 4. Administração – Teses. I. Carrieri, Alexandre de Pádua. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

#### ATA DE DEFESA DE TESE

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **JOSÉ VITOR PALHARES DOS SANTOS**, REGISTRO Nº 272/2021. No dia 27 de julho de 2021, às 14:00 horas, reuniu-se remotamente, por videoconferência, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 05 de julho de 2021, para julgar o trabalho final intitulado "**AGRO É TECH, AGRO É POP, AGRO É TUDO?**: Um estudo sobre os conflitos pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais a partir do caso da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco", requisito para a obtenção do **Grau de Doutor em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO

REPROVAÇÃO

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 27 de julho de 2021.

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri  
ORIENTADOR - CEPEAD/UFMG

Prof. Dr. Amon Narciso de Barros  
EAESP/FGV

Profª. Drª. Flávia Luciana Naves Mafra  
DAE/UFLA

Profª. Drª. Elisa Yoshie Ichikawa  
CSA/UEM

Profª. Drª. Fernanda Costa de Matos  
Pesquisadora em Residência Pós-Doutoral/UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Padua Carrieri, Professor do Magistério Superior**, em 27/07/2021, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Costa de Matos, Usuário Externo**, em 27/07/2021, às 20:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





Documento assinado eletronicamente por **Amon Narciso de Barros, Usuário Externo**, em 28/07/2021, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



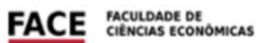
Documento assinado eletronicamente por **Flavia Luciana Naves Mafra, Usuário Externo**, em 28/07/2021, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Yoshie Ichikawa, Usuário Externo**, em 04/08/2021, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0820303** e o código CRC **4DA23065**.



### DECLARAÇÃO DE REVISÃO GRAMATICAL

Declaro, para os devidos fins, que eu, Professora Raquel Brigatte, doutora em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio, CPF 002656926-44, revisei, tendo em vista as normas vigentes da Língua Portuguesa, a tese do aluno José Vitor Palhares dos Santos, intitulada “AGRO É *TECH*, AGRO É *POP*, AGRO É TUDO’?: Um estudo sobre os conflitos pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais a partir do caso da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco”, apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais.

Juiz de Fora, 29 de junho de 2021.

---

RAQUEL BRIGATTE  
Professora Credenciada – UFMG

Aos meus amados pais, Rose e Aziz, exemplos de carinho e de amor incondicional, e que a mim dedicaram suas vidas. Eu serei eternamente grato.

E a todos aqueles(as) que têm comprometido seu direito humano à água de qualidade para sobrevivência e qualidade da vida, na medida em que esse bem se constitui fonte de conflito.

## AGRADECIMENTOS

Durante muito tempo, idealizei o momento da escrita destas palavras, pois significaria para mim estar próximo ao final do processo de construção da pesquisa, que, agora, mais parece um começo. Após pouco mais de quatro anos de intensos estudos, de mudanças para três estados diferentes, de realizações pessoais e profissionais, de muitas perdas e recomeços, sobretudo, de muita aprendizagem, percebo o crescimento que tive nesse período. E devo isso a algumas pessoas especiais, às quais gostaria de agradecer aqui.

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, em todas as suas formas e manifestações, por me mostrar, a cada dia, o quanto ele sempre está ao meu lado, mesmo em momentos em que tive dúvidas sobre isso, zelando e me dando forças para seguir adiante.

Aos meus pais, que, mesmo muitas vezes não entendendo o que eu fazia e por que ficava tanto tempo em frente ao notebook, sempre apoiaram as minhas decisões, torcendo e vibrando com as minhas conquistas e ajudando a me reerguer nas quedas. Especificamente à minha mãe, pelo apoio incondicional antes e durante meu percurso acadêmico e pelas diversas palavras de conforto e incentivo para concluir o curso, inclusive quando eu mesmo já não acreditava mais que conseguiria. Ao meu pai, que sempre demonstrou amor, carinho e preocupação, e por nos permitir redescobrir nossa relação nesses últimos anos, tornando-nos mais próximos do que nunca. Vocês são os grandes exemplos de empoderamento e de força para mim. Amo muito vocês e sou grato por tudo que vocês fizeram e por tudo de que abriram mão para eu chegar até aqui. Muito obrigado!

À minha tia, Mônica, que desde sempre foi minha amiga, conselheira, meu ombro amigo, fonte de carinho e afeto constantes, que me fez buscar mais autoconhecimento, e junto ao Marcel incentivaram-me a estudar em uma universidade pública. A minha irmã, Naiara, minha sobrinha, Maria Paula, minha avó, Flávia, meus tios, Marcelo e Maikon, minha madrinha Karine e meus primos, Marcela, Antônio e Maria Emília. Minha família querida. Vocês são minha base de afeto, suporte e carinho. Meus alicerces. Pessoas que fazem com que eu saiba o real sentido da palavra “saúde”. Nenhum destino é tão encantador quanto a certeza de ter um lugar acolhedor ao qual voltar. Meu porto seguro.

Ao meu orientador, Alexandre Carrieri, a quem eu chamo também carinhosamente de K ou chefe, que, em muitas situações, foi a única figura familiar que eu tive em Belo Horizonte. Seus ensinamentos vão muito além da academia. Agradeço pelas diversas vezes em que me ouviu,

se preocupou e me amparou na minha vida pessoal e profissional nesses mais de 7 anos juntos. Obrigado por fazer parte das minhas conquistas, me ajudar com indicações de leituras nos concursos públicos, pela liberdade, companheirismo e confiança nos trabalhos acadêmicos. Chega a ser difícil descrever o quanto você contribuiu para meu aprendizado, minhas visões de mundos, meu posicionamento político e minha postura enquanto pesquisador e professor. E eu sou muito grato por tudo isso.

Ao Matheus, pelo companheirismo, mesmo à distância, que ajudou a me tornar uma pessoa melhor, mais leve e mais feliz. Por me auxiliar em situações difíceis, inclusive do doutorado, e comemorar comigo cada conquista. Aos meus “cus”, Larissa, Vinícius e Bruna, e à Valéria e ao Euler, por também me amparem em Belo Horizonte e por todos os momentos de alegria, de festa, conselhos, afagos e por tudo aquilo que uma família de coração representa.

Aos meus queridos amigos, com os quais dividi dificuldades, expectativas, angústias e momentos de descontração. Em especial, gostaria de agradecer: a David, Jéssica, André, Edu e Felipe, que fizeram e fazem minha trajetória acadêmica e pessoal ser muito mais prazerosa; a minha amiga Alice, pelas conversas francas, pelo riso gostoso, puxões de orelha, choros, *deadlines*, por estar presente comigo em todos os momentos, por sempre fazer tanta questão de mim e pela nossa amizade tão intensa e verdadeira; a Gabriel, Fabi e Marllon, agradeço os ótimos momentos que compartilhamos durante esses anos que passamos juntos; ao Jefferson, meu amigo sem-vergonha, obrigado pela companhia agradável e pelas parcerias nos artigos e nas farras, você é um exemplo de luta e de superação para mim; aos meus amigos de Lavras (MG), em especial à Cassi, a quem chamo também carinhosamente de pretinha minha; às minhas amigas de Sacramento (MG), Lorena, Cíntia, Adriana, Lauren e Flávia; ao Lucas, de Varginha; e aos colegas do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS). Obrigado por permanecerem ao meu lado em todos esses anos, cada um do seu modo, por me ajudarem tanto e por sempre torcerem por mim. Obrigado pelos incentivos, pelas descontrações e por me proporcionarem muitos momentos felizes, engraçados e comprometedores que vivi e dificilmente esquecerei. Vocês são essenciais para tornar a minha caminhada mais bem-aventurada, e eu tenho muito orgulho de poder dizer que sou amigo de vocês.

À UFLA, UFMG, IFMG, IFFar e Fundação Osorio. Instituições públicas federais de ensino, gratuitas e de qualidade, onde tiver o prazer e o privilégio de aprender tanto, seja como aluno ou como professor. Agradeço aos docentes, estudantes e servidores com quem convivi durante esse percurso. Grande parte do que sou hoje eu devo a vocês. E um agradecimento especial a

todos aqueles e aquelas que estão na luta pela defesa de uma educação pública, inclusiva e de qualidade, como um direito universal e um instrumento de transformação social.

Não poderia deixar de fazer um agradecimento especial também aos professores e professoras que aceitaram participar da banca de qualificação e de defesa desta tese. Amon Barros, Flávia Naves, Téo de Sousa, Elisa Ichikawa e Fernanda Matos, obrigado pelos momentos compartilhados de reflexão, direcionamentos, inquietação e ensinamentos, que contribuíram significativamente para a concretização deste trabalho, bem como pela postura gentil e construtiva nos contatos que tivemos. Vocês são motivos de admiração e inspiração para mim. Obrigado por esse apoio tão fundamental!

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pela bolsa concedida a mim durante parte da realização do curso de doutorado. Tal auxílio financeiro foi indispensável para que eu pudesse me dedicar ao curso e aproveitar melhor as oportunidades a ele atreladas.

Por fim, hoje percebo que, por trás de um sonho realizado, existem várias pessoas que me ajudaram a alcançá-lo. E me faltam palavras para agradecer-lhes. A todos que, mesmo não citados nominalmente aqui, são parte direta ou indiretamente deste momento de vida tão especial, desejado e desafiante para mim: muito obrigado!

## RESUMO

Amparado pelo referencial teórico-metodológico da Ecologia Política, meu objetivo geral nesta tese foi analisar os conflitos socioambientais pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais, problematizando-os à luz de programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão do setor no estado e a partir do caso na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco. Para tanto, desenvolvi uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa. Foi realizada uma triangulação metodológica, em que adotei múltiplas e complementares técnicas e fontes de evidências para a produção de dados, a saber: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação não participante e 14 entrevistas semiestruturadas com atores sociais envolvidos no conflito hídrico analisado na Bacia do Médio São Francisco. O *corpus* da pesquisa foi analisado mediante Análise Temática (AT). Entre os principais resultados, foi visto que diversos programas e políticas públicas implementados desde a segunda metade do século XX no estado, como o PCI, o PADAP, o PLANOROESTE, o POLOCENTRO, o PRODECER e o PROVÁRZEAS, foram determinantes para consolidar e ampliar a produção e exportação de *commodities* agropecuárias por parte da elite rural, como também implicou intensificação de uma miríade de conflitos socioambientais em território mineiro, inclusive em conflitos pela água, o que contrasta com a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social da população almejada por esses programas de desenvolvimento. Foi visto também que o estado de Minas Gerais, apesar de ser considerado a “caixa d’água brasileira”, tem se destacado no cenário nacional em relação aos conflitos hídricos intensificados pelo agronegócio nos últimos anos. Através da pesquisa, foi possível perceber que a constituição desses conflitos tem um caráter inerentemente político, já que são decorrentes das históricas desigualdades no acesso e usos da água entre os diferentes atores sociais e geralmente expressam assimetrias de poder. Há, de um lado, grandes produtores rurais que estão interessados na água enquanto um insumo produtivo, instrumentalizada e explorada como fonte geradora de riqueza; e, de outro lado, populações locais e comunidades tradicionais, cujo principal interesse reside na necessidade do acesso e uso das águas para a sobrevivência e manutenção de seus modos de vida. Foi observado também que a implementação de políticas públicas voltadas para a modernização da agricultura no semiárido mineiro, materializada, entre outras formas, através da implantação do Projeto Jaíba, expandiu o agronegócio da fruticultura irrigada na região e sua inserção no mercado mundial, resultando em um aumento proeminente do uso dos recursos hídricos na Bacia do Médio São Francisco. Tal aspecto, somado aos períodos de estiagem e pouca disponibilidade hídrica, acarretam conseqüentemente sucessivos conflitos pelo uso da água, cujas características se assemelham aos achados da pesquisa realizada em âmbito estadual. Com base nesses resultados, é possível afirmar que o modelo brasileiro de desenvolvimento agrodependente e neoextrativista vigente (re)produz dinâmicas neocoloniais, como a colonialidade da natureza, em que a água é instrumentalizada e gerida como um mero fator de produção por grandes produtores rurais, com o apoio financeiro e político do Estado, sob o pretexto de ser o agronegócio — principal usuário de água em nível regional, nacional e global — um dos grandes setores responsáveis por induzir o progresso e o crescimento econômico do país, ocasionando, entre outras coisas, intensificação dos conflitos hídricos em Minas Gerais e impedimento ao direito à água de qualidade a populações mais vulneráveis.

**Palavras-chave:** Conflitos pela água. Agronegócio. Políticas de desenvolvimento. Ecologia Política.

## ABSTRACT

Supported by the theoretical-methodological framework of Political Ecology, my general aim in this thesis was to analyze the socio-environmental conflicts over water, produced and intensified by agribusiness in Minas Gerais, problematizing them in the context of public development programs and policies aimed at the expansion of the sector in the State and from the case in the Middle San Francisco Hydrographic Basin. Therefore, I developed a descriptive research with a qualitative approach. A methodological triangulation was performed, in which I adopted multiple and complementary techniques and sources of evidence for the production of data, namely: bibliographic research, documental research, non-participant observation and 14 semi-structured interviews with social actors involved in the water conflict analyzed in the Middle San Francisco Basin. The research corpus was analyzed using Thematic Analysis (TA). Among the main results, it was seen that several public programs and policies implemented since the second half of the 20th century in the State, such as the *PCI*, *PADAP*, *PLANOROESTE*, *POLOCENTRO*, *PRODECER* and *PROVÁRZEAS*, were decisive in consolidating and expanding the production and export of agricultural commodities by the rural elite, as well as intensifying a myriad of social-environmental conflicts in Minas Gerais, including water conflicts, which contrasts with the improvement in the quality of life and social well-being of the population targeted by these development programs. It was also seen that, despite being considered the “Brazilian water tank”, Minas Gerais has stood out on the national scene in relation to water conflicts intensified by agribusiness in recent years. Through the research, it was possible to see that the constitution of these conflicts has an inherently political character. They are the result from historical inequalities in access and use of water between different social actors and generally express power asymmetries between big rural producers, on the one hand, who are interested in water as a productive input, exploited and managed as a wealth generating source; and, on the other hand, local populations and traditional communities, whose main interest lies in the need for access and use of water for the survival and maintenance of their livelihoods. It was also seen that the implementation of public policies aimed at the modernization of agriculture in the semiarid region of Minas Gerais, materialized, among other ways, through the implementation of the *Jaíba* Project, expanded the irrigated fruit growing agribusiness in the region and its insertion in the world market, resulting in a prominent increase in the use of water resources in the Middle San Francisco Basin, which, added to the dry periods and low water availability, consequently lead to successive conflicts over the use of water, whose characteristics are similar to the findings of research carried out at the state level. Based on these results, it is possible to affirm that the current agro-dependent and neo-extractivist Brazilian development model (re)produces neo-colonial dynamics, such as the coloniality of nature, in which the water is instrumentalized and managed as a mere production factor by big rural producers, with the financial and political support of the State, under the pretext of being agribusiness – the main user of water at a regional, national and global level – one of the major sectors responsible for inducing progress and economic growth in the country, causing, among other things, in the intensification of water conflicts in Minas Gerais and in the impediment to the right to quality water for vulnerable populations.

**Keywords:** Water conflicts. Agribusiness. Development policies. Political Ecology.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A colonialidade da natureza.....	25
Figura 2 - Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco – SF9.....	55
Figura 3 - Mapa de conflitos por poluição/contaminação de água pelo agronegócio em Minas Gerais	61
Figura 4 - As mesorregiões do estado de Minas Gerais.....	71
Figura 5 – Mapa temático de análise dos dados, a partir dos objetivos específicos traçados .....	72
Figura 6 - Bacias Hidrográficas Federais de Minas Gerais.....	125
Figura 7 - Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRHs) de Minas Gerais..	126
Figura 8 - Irrigação e indicadores de rendimento de diferentes cultivos em condições predominantemente irrigadas e não irrigadas.....	151
Figura 9 - Distribuição espacial dos conflitos hídricos no Brasil em 2019, por região geográfica.....	154
Figura 10 - Protestos em Correntina (BA) em defesa dos rios da região, do direito humano a água e do limite de outorgas para o agronegócio .....	158
Figura 11 - Área de atuação do PLANOROESTE II em Minas Gerais .....	165
Figura 12 - Área de atuação do PCI em Minas Gerais, após a incorporação de outras regiões .....	166
Figura 13 - Área de atuação do POLOCENTRO no território brasileiro, em 1975 .....	168
Figura 14 - Quantidade produzida de carvão vegetal no Brasil em 2014 .....	180
Figura 15 - Demanda de água total e demanda de água para irrigação em Minas Gerais, em 2010...	193
Figura 16 - Precipitação média anual e precipitação média no mês de julho em Minas Gerais, Brasil .....	198
Figura 17 - Mapa das Áreas de Conflito Declaradas em Minas Gerais, em 2019.....	201
Figura 18 - Mapa da Bacia do Rio São Francisco, suas regiões fisiográficas e sub-bacias .....	237
Figura 19 - Balanço hídrico quali-quantitativo na Bacia do Rio São Francisco .....	246
Figura 20 - Estação de bombeamento do Projeto Jaíba captando água do Rio São Francisco .....	248
Figura 21 - Croqui do Projeto Jaíba .....	250
Figura 22 - Mapa com a porcentagem dos estabelecimentos agropecuários que utilizam agrotóxicos em relação ao total de estabelecimentos do município, em Minas Gerais .....	264
Figura 23 - Crianças das comunidades de Pau Preto e do Quilombo da Lapinha brincando no Rio São Francisco .....	290

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação das pessoas entrevistadas e sua relação com o conflito pela água na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco .....	66
Quadro 2 - Métodos de resolução negociada de conflitos socioambientais.....	110
Quadro 3 - Competências entre os entes federativos na gestão de recursos hídricos no Brasil .....	123
Quadro 4 - Principais instituições jurídicas responsáveis pela gestão da água e dos conflitos hídricos no Brasil e em Minas Gerais .....	128
Quadro 5 - Impactos das atividades agropecuárias sobre a qualidade das águas .....	135

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de casos de conflitos hídricos no Brasil.....	147
Gráfico 2 - Demanda do volume total de água retirada, consumida e retornada por usuário no Brasil em 2018 (em %).....	148
Gráfico 3 - Evolução das retiradas de água no Brasil por setor usuário entre 1931 e 2030.....	150
Gráfico 4 - Principais afetados nos conflitos pela água no Brasil em 2019.....	159
Gráfico 5 - Evolução dos recursos aplicados em crédito rural de 1969 a 1999, em bilhões de reais..	173
Gráfico 6 - Série histórica de produção e produtividade de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) no Brasil.....	177
Gráfico 7 - Área equipada para irrigação no Brasil por Unidade da Federação entre os anos de 1960 e 2015 (em milhares de hectares).....	178
Gráfico 8 - Evolução na produção, em toneladas, de carcaças de bovinos, suínos e aves no Brasil entre 1975 e 2007.....	179
Gráfico 9 - Balança comercial do agronegócio brasileiro, de 1997 a 2017.....	182
Gráfico 10 - Participação (em %) das principais Unidades Federativas nas exportações brasileiras do agronegócio, de 1997 a 2020.....	183
Gráfico 11 - Quantidade e classificação ambiental (Ibama) dos agrotóxicos e afins aprovados pelo Governo Federal, de 2000 a 2020.....	187
Gráfico 12 - Evolução da área irrigada na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (em hectares) .	244
Gráfico 13 - Quantidade total produzida de frutas no Projeto Jaíba entre os anos de 1993 e 2019 (em toneladas).....	254
Gráfico 14 - Comparativo da quantidade total produzida de frutas e de cana-de-açúcar no Projeto Jaíba entre os anos de 1993 e 2019 (em toneladas).....	255
Gráfico 15 - Exportações dos municípios do Projeto Jaíba entre os anos de 2001 e 2020.....	256

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produtividade média no Cerrado de alguns cultivos financiados pelo POLOCENTRO em relação à média nacional na década de 1980.....	168
Tabela 2 - Distribuição dos recursos de crédito e da quantidade total de projetos do POLOCENTRO em relação ao estrato da área, entre 1975 e 1982.....	169
Tabela 3 - Produção de soja na região do Cerrado entre os anos de 1974/1975 e 1999/2000 (em milhares de toneladas).....	171
Tabela 4 - Ficha fundiária das 4 etapas do Projeto Jaíba (em hectares).....	250

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abag	Associação Brasileira do Agronegócio
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CAA/NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
Camig	Companhia Agrícola de Minas Gerais
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Casemg	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
Cepea	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAC	Declaração de Área de Conflito
DIJ	Distrito de Irrigação de Jaíba
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Ejolt	<i>Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade</i>
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrater	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EnANPAD	Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
EOs	Estudos Organizacionais
EPL/EPLat	Ecologia Política Latinoamericana
Fama	Fórum Alternativo Mundial da Água
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FJP	Fundação João Pinheiro
FMA	Fórum Mundial da Água
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IFFar	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Igam	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INDI	Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento Sem Terra
NIISA	Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PADAP	Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PCI	Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PDRI	Plano de Desenvolvimento Rural Integrado
PIB	Produto Interno Bruto
PLANOROESTE	Plano Integrado de Desenvolvimento do Noroeste Mineiro
PMDI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRH	Plano Nacional de Recursos Hídricos
POLOCENTRO	Programas de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONI	Programa Nacional de Irrigação
PROVÁRZEAS	Programa Nacional para Aproveitamento de várzeas Irrigáveis
PT	Partido dos Trabalhadores
Seapa	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sede	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Semad	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Seplag	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
Spell	Scientific Periodicals Electronic Library
Sudene	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
Suvale	Superintendência do Vale do São Francisco
TAC	Termos de Ajustamento de Conduta
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Unimontes	Universidade Estadual de Montes Claros
UPGRH	Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos

## SUMÁRIO

<b>1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: UMA NOTA AUTOBIOGRÁFICA.....</b>	<b>19</b>
<b>2 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>3 DE ONDE EU FALO? POSICIONAMENTO TEÓRICO-ONTOEPISTEMOLÓGICO .</b>	<b>38</b>
<b>4 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>49</b>
<b>5 A (RE)PRODUÇÃO DA COLONIALIDADE NAS POLÍTICAS E DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO (SUSTENTÁVEL).....</b>	<b>73</b>
5.1 A colonialidade do poder e da natureza nos programas e políticas de desenvolvimento .....	73
5.2 A saída é pelo desenvolvimento sustentável? Os impactos e a crise do modelo hegemônico de desenvolvimento .....	78
<b>6 CONTEXTUALIZANDO O AGRONEGÓCIO ENQUANTO UM MODELO AGRÍCOLA NEOEXTRATIVISTA NO BRASIL .....</b>	<b>84</b>
6.1 A formação político-midiática da noção de agronegócio no Brasil .....	84
6.2 O modelo agrícola neoextrativista e os programas públicos de desenvolvimento e modernização destinados ao setor .....	90
<b>7 DEMARCAÇÃO TEÓRICA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS PELA ÁGUA..</b>	<b>99</b>
7.1 Constituição, tipologias e análise dos conflitos socioambientais .....	99
7.2 As particularidades dos conflitos socioambientais pela água.....	113
<b>8 ARTICULAÇÃO TEÓRICA ENTRE AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DESTINADAS AO AGRONEGÓCIO E A INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS HÍDRICOS NO BRASIL .....</b>	<b>131</b>
<b>9 PANORAMA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS PELA ÁGUA INTENSIFICADOS PELO AGRONEGÓCIO EM MINAS GERAIS .....</b>	<b>145</b>
9.1 Um breve relato sobre a distribuição espaço-temporal dos conflitos hídricos no Brasil, suas principais causas e populações impactadas .....	146
9.2 Programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão do agronegócio e a intensificação dos conflitos socioambientais em Minas Gerais.....	161
9.3 Descrição de casos de conflitos socioambientais pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais.....	197
9.3.1 “Vozes da resistência”: técnicas de resoluções e organizações de resistência aos conflitos pela água produzidos pelo agronegócio mineiro .....	222
<b>10 CONFLITOS PELA ÁGUA NO MAIOR PROJETO PÚBLICO DE AGRICULTURA IRRIGADA DA AMÉRICA LATINA: O CASO NA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO .....</b>	<b>235</b>

10.1 Descrição geral da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco: caracterizando a área de estudo.....	236
10.2 A materialidade das políticas de modernização agrícola e da expansão do modo de produção capitalista no campo: o Projeto Jaíba.....	247
10.3 “Rio vivo, nós vivos. Rio morto, nós mortos”: caracterização do conflito pela água entre grandes produtores rurais e comunidades tradicionais em Matias Cardoso (MG).....	263
10.3.1 “O Rio São Francisco está seco por causa dos empresários que tiram água da gente”: identificação do foco central do conflito, suas principais causas e tipologia .....	267
10.3.2 “O rio significa pra mim a minha vida. Sem ele eu não sou ninguém”: interesses, reivindicações e relações de poder entre os diferentes atores sociais envolvidos no conflito .....	273
10.3.3 “Se ainda existe essa beleza nessa margem do rio, agradece a nós que estamos aqui. Porque se os empresários estivessem aqui, até o barulho do rio já estaria desmatado”: identificação de estratégias de resolução do conflito e movimentos de resistência.....	307
<b>11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>322</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>339</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>377</b>
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido .....	377
APÊNDICE B - Roteiro semiestruturado de entrevista: representante da Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso.....	378
APÊNDICE C - Roteiro semiestruturado de entrevista: moradores das comunidades tradicionais de Matias Cardoso .....	379
APÊNDICE D - Roteiro semiestruturado de entrevista: representante do CBH do Rio Verde Grande .....	380
APÊNDICE E - Roteiro semiestruturado de entrevista: moradores da zona urbana de Matias Cardoso.....	381
APÊNDICE F - Roteiro semiestruturado de entrevista: representante de movimentos socioambientais .....	382
APÊNDICE G - Roteiro semiestruturado de entrevista: pesquisadores do tema .....	383
APÊNDICE H - Cartilha sobre o conflito pela água intensificado pelo agronegócio analisado..	384

## 1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: UMA NOTA AUTOBIOGRÁFICA

Amparado pelo aporte teórico-metodológico da Ecologia Política, meu objetivo geral nesta tese foi analisar os conflitos socioambientais pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais, problematizando-os à luz de programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão do setor no estado e a partir do caso na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco<sup>1</sup>. Neste capítulo inicial, descrevo brevemente de forma mais afetiva e menos técnica as motivações e expectativas em relação à pesquisa e aos caminhos percorridos para chegar até esta proposta, que perpassam invariavelmente por minha história de vida e por afetações e inquietações mais recentes.

Como é de se imaginar, escolher um tema de pesquisa de doutorado não é uma tarefa simples e tampouco fácil, já que envolve, entre outras coisas, as inúmeras possibilidades que a área da Administração, e especificamente dos Estudos Organizacionais, abrangem, o tempo proposto para sua finalização e a maturidade necessária que este tipo de estudo exige. Meu pré-projeto de pesquisa apresentado no processo seletivo para o curso de doutorado em 2017 foi sobre as dinâmicas de poder nas relações de trabalho escravo contemporâneo, com o intuito de analisar o ponto de vista de trabalhadores rurais resgatados de situações análogas à escravidão em Minas Gerais, a partir de uma abordagem foucaultiana. Ou seja, muita coisa mudou de lá pra cá. Mas não escrevo isso em um tom de pesar. Ao contrário, essas mudanças de tema são mais comuns do que muitos imaginam, e, já no início do curso, após algumas aulas, vários novos *insights* de temas surgiram.

É importante destacar aqui que, quando ingressei no doutorado em Administração na UFMG, eu era professor substituto no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) e, portanto, recebia meu salário mensalmente, o qual era uma importante fonte de renda que ajudava a me sustentar em Belo Horizonte (BH), visto que estava longe da minha cidade natal e da estrutura que minha família poderia me oferecer. Porém, meu contrato como professor substituto se encerrou em

---

<sup>1</sup> Entende-se por bacia hidrográfica a área ou região geográfica de drenagem de um rio principal e seus afluentes. É a porção do espaço em que as águas das chuvas, das montanhas, subterrâneas ou de outros rios escoam em direção a um determinado curso d'água, abastecendo-o. Dessa forma, sobre as bacias hidrográficas é que se desenvolvem as atividades humanas. Todas as áreas urbanas, industriais, agrícolas ou de preservação fazem parte de alguma bacia hidrográfica, e o que ali ocorre é consequência das formas de ocupação do território e da utilização das águas que para ali convergem (PORTO; PORTO, 2008). Vale destacar que nos documentos disponíveis no site do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e do próprio Comitê de Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, ora a bacia e este comitê são apresentados com esse nome (Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco), ora como Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco ou, ainda, como Bacia Hidrográfica do Rio Pandeiros. Portanto, considero-os nesta tese como sinônimos.

2018, após os 2 anos permitidos pela legislação, e o CEPEAD/FACE/UFMG não tinha bolsas de estudos para estudantes de doutorado naquele momento. Não querendo voltar a depender totalmente da ajuda financeira dos meus pais, os quais muitas vezes não entendiam por que eu “estudava tanto e não trabalhava logo”, consegui uma bolsa de apoio técnico no Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS), do qual faço parte desde 2014.

Em meio à inconsistência e a tantas idas e vindas em relação à teoria e ao “meu” objeto de estudo, surgiu a oportunidade de participar como bolsista — enquanto doutorando e membro do NEOS — de um projeto maior que oferecia bolsas e financiamento para pesquisa. Para tanto, eu precisava alinhar minha pesquisa de doutorado à proposta do projeto, o qual, em linhas gerais, tratava sobre: gestão das águas. Em um primeiro momento (e talvez em muitos outros), eu fiquei bastante confuso e perdido com essa ideia, principalmente por não ter tido muito contato no meu percurso acadêmico com tal temática, seja na graduação ou na pós-graduação (mestrado) em Administração. Ao mesmo tempo que eu encarava essa possibilidade como um desafio e me empolgava ao vislumbrar potencialidades de pesquisa e concomitantemente ao ter apoio financeiro para me sustentar em BH, confesso que também tinha muito medo de falhar e de não conseguir fazer o que considerava uma boa tese.

Ao levar em consideração que ainda estava no início do doutorado e, portanto, teria (não tão) longos 4 anos pela frente para me dedicar a pesquisa, decidi aceitar fazer parte do referido projeto, sabendo que meu pré-projeto apresentado no processo de seleção do curso já não me interessava tanto e possuía diversas incongruências (apontadas não somente pela banca do processo seletivo como também pela banca do consórcio doutoral do EnANPAD em 2017), além também do interesse em ser bolsista do projeto e das possibilidades temáticas que ele me proporcionaria. Desse modo, esta pesquisa faz parte de um projeto maior denominado “Governança dos Recursos Hídricos: análises do perfil e do processo de formação dos representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia hidrográfica”, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Inicialmente, quando me empolgava ao imaginar potencialidades de pesquisa, meu interesse recaía principalmente sobre os conflitos pelos usos da água, ainda que não conseguisse aprofundar muito no tema. Esse interesse foi influenciado fortemente em decorrência do rompimento da barragem do Fundão, no município de Mariana (MG), em 2015, e da consequente possibilidade de tornar meu estudo um instrumento de apoio para a luta política de



algumas comunidades. Estava ciente das dificuldades e limitações que possuía sobre o assunto e da necessidade de ampliar e aprofundar meus conhecimentos sobre o tema para conseguir definir e lapidar melhor meu interesse de pesquisa, o que procurei fazer através de pesquisas próprias realizadas e de participação em grupos de estudo. Dessa forma, em conversa com meu orientador, decidi cursar algumas disciplinas no Instituto de Geociências da UFMG, mais precisamente a disciplina “Geografia e Recursos Hídricos”. Isso me ajudou bastante a ter uma compreensão um pouco melhor sobre a temática, já que discutimos, entre outros assuntos, os impactos das atividades humanas sobre a quantidade, qualidade e distribuição espacial dos recursos hídricos em nível das bacias hidrográficas.

Tendo em vista todo o suporte teórico-metodológico que essa experiência me proporcionou, logo decidi me matricular em outra disciplina, também do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG, dessa vez em uma denominada “Conflitos ambientais no campo brasileiro”, que foi bastante significativa para meu desenvolvimento e amadurecimento acadêmico, e decisiva para chegar até aqui. Nessa disciplina, lecionada pelo professor Klemens Laschefski, discutimos vários temas da Ecologia Política que tangenciam os conflitos socioambientais, especialmente aqueles causados pela atividade mineradora. E foi a partir daí que eu comecei a melhor problematizar os conflitos pela água.

Mas por que pesquisar os conflitos pela água? São vários os motivos. A expectativa era de muito aprendizado, de possibilidade de estudar um assunto que é, ao mesmo tempo, atual, envolvendo várias questões interdisciplinares/transdisciplinares, e que, parcialmente sempre esteve presente no meu percurso acadêmico de formação, já que o conflito é bastante teorizado na Administração há algum tempo. Os critérios para empregar o referencial teórico-metodológico da Ecologia Política para analisar os conflitos hídricos nesta tese e o porquê pesquisar os conflitos pela água dentro da área da Administração — que acredito também ser importante esclarecer, já que se trata de uma questão que desde o início da elaboração desta pesquisa tem sido destinada a mim — serão abordados posteriormente. Apresentarei, na ocasião, uma defesa com uma linguagem considerada mais técnica e academicista, que não intento utilizar neste capítulo.

Apesar de todo esse contexto, eu ainda sentia falta de algo que me colocasse mais presente na pesquisa, que me afetasse mais e me inquietasse mais, e que fizesse mais sentido para mim na relação pesquisador-pesquisado, pois entendo que a construção da tese também diz respeito a mim enquanto pesquisador e à pesquisa como transformação de mim. Foi, então, que, após

várias leituras, decidi analisar os conflitos pela água intensificados pelo agronegócio. Essa decisão se baseou, primeiramente, pela minha vivência familiar, já que meu pai é um pequeno produtor rural do interior de Minas Gerais. Não estou aqui comparando os pequenos produtores rurais ao agronegócio. Longe disso, até porque são coisas distintas, como destaco mais adiante. Mas ressalto aqui o contato e as memórias que tenho, desde a infância, com o setor agropecuário.

Além disso, minha vivência principalmente nas cidades de Sacramento (MG), Uberaba (MG), Três Marias (MG) e Uruguaiana (RS) me despertou várias inquietações em relação aos discursos de desenvolvimento e progresso difundidos para legitimar e expandir o agronegócio nessas e em outras regiões, e que são amplamente e intensamente (re)produzidos ali. Uberaba, por exemplo, que faz divisa com Sacramento (onde nasci e morei durante 17 anos), é considerada por muitos como a capital mundial do zebu<sup>2</sup> (SANTOS, H., 2018). Ela é conhecida também como a capital brasileira do agronegócio, como referida pelo próprio prefeito da cidade<sup>3</sup>, destacando-se em primeiro lugar entre os municípios de Minas Gerais como a maior produtora do agronegócio.

Toda essa influência fez com que, até certo tempo atrás, eu acreditasse que o modelo de desenvolvimento nacional, ancorado, em grande parte, no agronegócio para produzir e exportar *commodities* agropecuárias e alcançar *superávits* na balança comercial, poderia promover um grande crescimento econômico e, quiçá, auxiliaria de maneira significativa na possibilidade de nos tirar da condição de país “subdesenvolvido”, bem como defendi programas e políticas de desenvolvimento destinadas à expansão do agronegócio para tentar garantir o tão sonhado progresso da região. E aqui vale destacar que essa defesa não era somente por eu ser filho de um pequeno produtor rural — e por, naquela época, acreditar que o “agro” era homogêneo e que o pequeno produtor rural era um sustentáculo crucial do agronegócio (faltava a mim consciência de classe); mas também por ter nascido e crescido em uma região que, devido à força e a consolidação desse setor ali, era e ainda é muito comum se deparar, reproduzir e naturalizar o discurso de que o agronegócio é responsável pelo desenvolvimento da região. Aliás, naquela época, eu desconhecia os conflitos socioambientais produzidos e intensificados por tal atividade, como também formas alternativas de se fazer agricultura.

---

<sup>2</sup> Uma das espécies de gado.

<sup>3</sup> PREFEITURA DE UBERABA. **Uberaba é o 1º do agronegócio em Minas**. Agronegócio, 2019. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo.45651>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

Recentemente, quando me mudei para Uruguaiana (RS), que já foi uma das maiores cidades produtoras de arroz do Brasil, escutei de diversas pessoas (estudantes, docentes e colegas) que o agronegócio é o “motor econômico da cidade”, que provê o progresso e o desenvolvimento do município. Contudo, tendo em vista as inquietações que a construção da tese proporciona na gente, após uma rápida pesquisa, vi que a agropecuária não é, já há algum tempo, o setor de maior destaque na composição do Produto Interno Bruto (PIB) do município, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>4</sup>, ainda que eu faça ressalvas sobre o uso desse indicador econômico nesta tese posteriormente. E, para minha surpresa, mesmo contestando estudantes, docentes e colegas de lá durante algumas conversas com base nos dados disponibilizados, além de eles sempre se mostrarem surpresos, confusos e muitas vezes desconfiados dessa queda da participação do setor agropecuário no PIB, eles ainda voltavam a reafirmar e a destacar os benefícios e a “salvação econômica” do município pelo agronegócio.

Portanto, nessas cidades onde morei durante muito tempo, inclusive onde nasci, é possível verificar em diversos discursos (político, científico, popular e da imprensa nacional-regional-local) a existência de um regime discursivo que apresenta certa regularidade, cujo protagonista é o agronegócio enquanto atividade econômica que promete levar o desenvolvimento, o progresso e a modernidade a essas regiões, e cujos custos socioambientais produzidos por tal atividade são ignorados, relativizados ou silenciados/omitidos. É um discurso que eu mesmo já reproduzi. Então, foi a partir desses *insights* que me propus a analisar os conflitos pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio, já que eu não tinha muito contato com a atividade de mineração, que era o foco das disciplinas da Geografia. Acrescenta-se a isso o fato de que a minha vivência com a agropecuária me possibilitou ser mais afetado e estabelecer laços de identificação com essa proposta, instigando-me mais e fazendo mais sentido para mim na relação pesquisador-pesquisado.

Sobre as dificuldades encontradas, posso dizer que o percurso da pesquisa e o enfrentamento empírico e teórico não foram realizados de forma tão linear, muito menos com a tranquilidade que eu gostaria. Mas sabia que dificilmente seria, seja do ponto de vista acadêmico ou pessoal (se é que podemos separar ambos). Como principais dificuldades, cito: a necessidade de reformulação do projeto devido às várias mudanças de tema; o desafio e a complexidade em

---

<sup>4</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. PIB por Município: Uruguaiana (RS), 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=4322400>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

adentrar em um campo novo de pesquisa; as dificuldades, os efeitos psicossociais e os desdobramentos para o estudo em virtude da pandemia de COVID-19; a necessidade de precisar me mudar e residir em 3 estados diferentes — Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro — nesses pouco mais de 4 anos, em decorrência de concurso público; a dificuldade em cursar disciplinas do doutorado e elaborar uma tese concomitantemente ao trabalho como professor e pesquisador (sem afastamento, o que, infelizmente, ainda é a realidade de muitas pessoas); e ainda vivenciei um período muito difícil de problemas graves de saúde comigo e na família — quando eu e minha mãe fomos infectados pelo vírus da COVID-19 e principalmente quando precisei acompanhar a luta diária do meu pai contra um tumor, que, felizmente, terminou bem.

Escrevo isso não no sentido penoso de justificar o trabalho elaborado nas próximas páginas, mas, sobretudo, para me colocar mais presente na tese, para que ela faça mais sentido para mim, para mostrar o lugar social de onde escrevo, para não romantizar o difícil e pouco valorizado trabalho de ser pesquisador no Brasil, para destacar que, apesar de todos os obstáculos e dificuldades encontradas nesse processo, eu também me apeguei a eles para não desistir e seguir adiante com aquilo que eu acredito e gosto de fazer: pesquisa. E também para argumentar em defesa da importância de a academia valorizar as dimensões afetivas e emotivas daqueles que a frequentam (e muitas vezes a sustentam). Tais dimensões são compreendidas por muitos como obstáculos ao percurso da produção de conhecimento em busca de uma suposta verdade universal, imparcial e objetiva, mas que não é a proposta aqui.

Por fim, ressalto que, de fato, aprendi bastante em todo o processo de construção deste estudo. Inclusive, vários desafios emergiram deste processo, principalmente no que diz respeito à superação do senso comum enraizado na minha forma de pensar e compreender os conflitos pela água, em transcender uma discussão dualista de uma luta do “bem contra o mal”, além de buscar não demonizar o agronegócio e nem condenar o desenvolvimento.

Espero que a leitura desta tese proporcione aos leitores certa inquietação, como me despertou desde o início da sua elaboração.



dos povos e países, funcionando como um mecanismo para a produção e gestão do Terceiro Mundo depois da Segunda Guerra Mundial.

No contexto brasileiro, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado priorizou e ainda prioriza a implantação de grandes empreendimentos econômicos como solução e superação do “subdesenvolvimento” e como estratégia de modernização para ultrapassar as barreiras da condição de “país emergente” (VAINER, 2008; RODRIGUES; COSTA, 2018), como grandes empreendimentos agroindustriais, minero-metalúrgicos, petroquímicos, energéticos e viários fomentados por diversos programas e políticas públicas e privadas. Um exemplo dessas iniciativas é o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que objetivou retomar o “planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável” (BRASIL, 2014, p. 4).

Entretanto, esse ideário de desenvolvimento não logrou o cumprimento de muitas promessas, e os programas de desenvolvimento, modernização e progresso foram marcados por desastrosas consequências socioambientais globais, opostas ao prometido, tais como aumento da desigualdade social, desemprego, degradação ambiental, conflitos fundiários e poluição do ar e da água em vários países, com impactos significativamente mais prejudiciais especialmente no “Terceiro Mundo” (BANERJEE, 2003).

No Brasil, o processo de implantação de certos projetos nacionais de desenvolvimento e suas consequências não foi diferente. Sejam eles agroindustriais ou não, é comum emergir conflitos socioambientais gerados pelos impactos ambientais negativos que produzem, atribuindo riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade, ocasionando na sua exclusão do processo de desenvolvimento (SACHS, 1993; VAINER, 2007). Em Minas Gerais, área de estudo desta tese, a consolidação desses programas e políticas de desenvolvimento e de modernização principalmente a partir do século XX foi determinante para ampliar a produção e exportação de *commodities* agrominerais e implicou produção e intensificação de uma miríade de conflitos socioambientais (ZHOURI; ZUCARELLI, 2008), acentuando a mercantilização de territórios mineiros, a exemplo da expansão de monoculturas de exportação nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, de monocultivos de eucalipto nos vales dos rios Doce e Jequitinhonha e das atividades mineradoras na região metropolitana de Belo Horizonte.

Os conflitos socioambientais ocorrem, na maioria das vezes, quando os grandes

empreendimentos homogeneizadores são realizados sem levar em consideração o sentido e a utilização que determinados grupos sociais têm de um espaço para manter e reproduzir o seu modo de vida (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005). Para se ter uma noção da extensão dessas disputas em âmbito nacional, de acordo com o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), existiam, em 2014, cerca de 450 conflitos socioambientais causados pela expansão da agricultura, mineração, hidroelétricas e exploração de petróleo, sendo mais de 90% desses conflitos relacionados com os povos tradicionais que vivem nos campos, florestas e regiões costeiras do país e que, historicamente, viviam de forma sustentável. Ainda que a natureza desses conflitos seja diversa, sua origem é comum: baseada em um modelo de desenvolvimento fundamentado na mercantilização da natureza e da vida, devido à demanda por materiais e energia da população mundial, principalmente das classes média e alta.

Segundo um estudo da Universidade Autônoma de Barcelona, denominado *Global Atlas of Environmental Justice* (EJAtlas), que mapeia as disputas ambientais em curso no mundo todo, o Brasil está em segundo lugar em número de conflitos, atrás apenas da Índia e seguido por China, Estados Unidos, México e Colômbia (EJATLAS, 2021). Nesse mesmo estudo, a empresa de mineração brasileira Vale ocupa a quinta posição no *ranking* mundial de empresas envolvidas em conflitos. Além disso, os recursos hídricos despontam entre as principais causas de conflitos socioambientais no mundo, e o agronegócio figura como um dos principais responsáveis por essas disputas, não somente pelo uso excessivo de água na irrigação, que compromete as bacias hidrográficas e o abastecimento de comunidades, como também pela contaminação e ressecamento de corpos d'água (SCANTIMBURGO, 2016).

Vale destacar que a formação histórica do Brasil é assentada sobre bases agrárias e a agropecuária sempre teve relevância na economia brasileira e na reprodução do poder político no cerne do Estado. Assim, a forma como se organizam o agronegócio e o processo de desenvolvimento do país resultam do sistema de privilégios posto a serviço do capital agromercantil, caracterizando uma herança colonial (LOCATEL; LIMA, 2016).

Por outro lado, tal segmento, que envolve um conjunto de negócios relacionados à agricultura e pecuária, é uma atividade de destaque na economia brasileira, tendo grande participação no Produto Interno Bruto (PIB)<sup>5</sup> do país (cerca de 21,4% em 2019), gera milhões de empregos

---

<sup>5</sup> Nesta tese, utilizo o PIB como um indicador econômico apenas para demonstrar a importância do agronegócio para o país. Porém, é importante questioná-lo enquanto um indicador que representa apenas a medição de dados

(cerca de 1 a cada 3 trabalhadores brasileiros), é responsável por grande parte das exportações brasileiras (43% em 2019) e tem papel relevante no abastecimento de alimentos para o mundo todo, pois somos atualmente o quarto maior exportador mundial de produtos agropecuários — atrás somente da União Europeia, EUA e China — e o maior exportador de soja, açúcar, café, suco de laranja, carnes bovina e de frango, além de figurarmos entre os principais produtores e exportadores de outros produtos agropecuários, como milho e carne suína (CNA, 2020). Não é à toa que nos últimos anos começou a circular uma campanha em rede nacional pela valorização do agronegócio, veiculada por uma farta produção de vídeos na Rede Globo, intitulada “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil”, com o intuito, segundo Roberto Schmidt<sup>6</sup>, diretor de marketing da campanha, de “fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro”, associado ao slogan “Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo”.

Em Minas Gerais, a produção agropecuária também se destaca na economia do estado. Segundo o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Indi), vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Sede), em 2018, por exemplo, o setor foi responsável por pouco mais de 33% do PIB de Minas Gerais, e o agronegócio mineiro representou 14% do PIB brasileiro do setor. Além disso, Minas Gerais é líder nacional em produção e exportação de café e na produção de leite e ainda se destaca nacionalmente na produção de açúcar e criação de gado, consolidando-se como “um dos estados polo do agronegócio brasileiro” (INDI, 2018, on-line), o que evidencia, também, uma maior dependência da economia do estado em relação a essas atividades.

A despeito dos benefícios gerados por meio dessa atividade, a qual tem sua imagem construída e difundida pelo Estado, mídia hegemônica, pela elite e pelo empresariado rural, vinculada à modernidade (*tech*), ao sucesso (*pop*), à geração de riquezas e ao símbolo de desenvolvimento

---

econômicos brutos, que não leva em consideração outras questões relevantes, como saúde, educação, qualidade de vida, distribuição de renda e natureza, por exemplo. No contexto desta tese, o PIB pode ser compreendido como um marcador que reproduz a colonialidade, devido à lógica subjacente de sinalizar o desenvolvimento por meio da acumulação de riquezas materiais. Em uma perspectiva ecológico-política, o PIB seria ressignificado por uma ecologia de saberes que valoriza marcadores ecológicos e humanos, como, por exemplo, o reconhecimento do direito à natureza pelas constituições boliviana e equatoriana. Contudo, ainda que o indicador tenha problemas na sua construção e possa levar a enganosas conclusões sobre a estrutura produtiva nacional, ele ainda representa um indicador-chave no rol de estratégias de agências e de políticas locais, regionais e nacionais de desenvolvimento, que os utilizam para munir, induzir e fomentar políticas e decisões, já que ele é amplamente reconhecido e compreendido. Para uma discussão mais aprofundada sobre a avaliação crítica do PIB enquanto indicador de desenvolvimento socioeconômico, ver Siedenberg (2003), Guimarães e Jannuzzi (2005) e Torres e Cavalieri (2015).

<sup>6</sup> START AGRO. **Por que a Globo criou a campanha “Agro é tech, agro é pop”**. Start Agro, 2017. Disponível em: <<http://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/>>. Acesso em: 04 dez. 2018.



(indústria-riqueza do Brasil), é importante destacar também que consolidação e a expansão do agronegócio brasileiro trazem consigo diversos conflitos, principalmente relacionados às questões socioambientais. Atualmente, o setor agropecuário é o maior usuário de recursos hídricos em relação à retirada total de água das bacias hidrográficas, especialmente para a irrigação, sendo responsável direto pelo aumento do consumo de água no Brasil (ANA, 2019). Os conflitos produzidos por tal atividade se relacionam, sobretudo, com a concentração de terras, esgotamento e degradação de ecossistemas, contaminação por agrotóxicos, fragmentação de *habitats* e por secar águas subterrâneas com monocultivos (de eucaliptos, por exemplo), além da perda maciça da biodiversidade e distribuição desigual da água, já que não há o incentivo para o uso racional dos recursos hídricos, prejudicando, por exemplo, a dinâmica de vida de populações locais (FABRINI; ROSS, 2014).

Como o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil reforça seu papel enquanto país produtor e fornecedor global de mercadorias baseadas nos recursos naturais, isto é, de *commodities* agrominerais, boa parte dos conflitos socioambientais pela água tem conexão e são intensificados por esses dois setores econômicos (agropecuária e mineração), os quais possuem especial relevância para a exportação brasileira. Desse modo, a existência de conflitos hídricos no Brasil é mais um fato, uma decorrência do modelo de desenvolvimento adotado e difundido, o qual, ao mesmo tempo que consolida, legitima e expande o agronegócio de base neoeextrativista no país para a manutenção de *superávits* na balança comercial, também intensifica os impactos ambientais negativos que afetam os ecossistemas e que são desconsiderados na formação de preços dessas *commodities*.

Vale ressaltar que os conflitos produzidos pelo agronegócio não têm exclusivamente a água como elemento único de disputa. Há, por exemplo, outras questões centrais, como a territorial, já que muitas vezes o agronegócio não causa problemas parciais, inviabilizando a vida das pessoas e expulsando-as de seu espaço. Dessa forma, ainda que a luta pela sobrevivência de muitas comunidades dificilmente possa ser compreendida de forma segmentada, o foco desta tese será nos conflitos pela água, uma vez que este trabalho faz parte de um projeto maior sobre Governança dos Recursos Hídricos, financiado pela CAPES/ANA, como já mencionado anteriormente.

Nesse sentido, há diversos estudos nacionais (CARMO *et al.*, 2007; THOMAZ JUNIOR, 2010; DOMINGUES; THOMAZ JUNIOR, 2012; FREITAS; CLEPS JUNIOR, 2012; SILVA; SATO, 2012; THOMAZ JUNIOR, 2012; CUNHA; CARVALHAL, 2014; LIMA DOURADO,

2014; MENDONÇA, 2015a; MENDONÇA, 2015b; PEREIRA; CUELLAR, 2015; FERREIRA *et al.*, 2016; SCANTIMBURGO, 2016; ROSSI; SANTOS, 2018) e internacionais (BOELENS; DOORNBOS, 2001; COLLADO, 2014; CÁCERES, 2015; ASSIS; FRANCO, 2017) que abordam a temática dos conflitos socioambientais pela água intensificados pela expansão do agronegócio, o que, portanto, direciona o desenvolvimento deste trabalho. Contudo, grande parte desses estudos advém de outras áreas que não da Administração, mas da Sociologia, Ciências Sociais e, principalmente, da Geografia.

A Administração tem se voltado especialmente para os impactos socioambientais advindos da indústria metalúrgica e de mineração (*e.g.* MISOCZKY; BÖHM, 2013; SILVA; BOAVA; MACEDO, 2017; PERLIN *et al.*, 2018; FONTOURA *et al.*, 2019), os quais também são relevantes, mas não possuem um recorte analítico voltado para as dinâmicas do agronegócio. E, apesar de haver diferentes pesquisas recentes que problematizem as limitações, contradições e impactos do agronegócio brasileiro nos Estudos Organizacionais, tais como as de Fontoura e Naves (2016), Naves e Reis (2017) e Lima e Marquesan (2018), elas não focam na análise dos conflitos enquanto categoria central, o que já justifica a execução deste trabalho e demonstra uma lacuna de pesquisa importante a ser preenchida na área.

Além disso, na Administração, assim como em outras áreas de estudo, tem-se notado uma instrumentalização acerca do tema “conflito”, já que o uso do termo aparece dissociado de teorias de conflito e, em muitos casos, parece substituir a palavra “problema”, não havendo uma discussão consistente sobre qual a abordagem teórica utilizada para se definir o que seja o conceito (BARBANTI JÚNIOR, 2002). No caso específico da Administração, apesar da reconhecida abrangência, importância e consolidação do fenômeno enquanto categoria analítica, tanto no meio acadêmico quanto no empresarial, ainda pouco foi feito para discutir os significados e pressupostos subjacentes à teorização do conflito e sua epistemologia (MIKKELSEN; CLEGG, 2017). Desse modo, este estudo se justifica também por produzir novos conhecimentos em uma área negligenciada, ou seja, pelo fato de o conflito raramente ser teorizado como um elemento-chave nos Estudos Organizacionais (EOs), bem como por não ser, atualmente, objeto de novas teorizações no campo (ROCHE; TEAGUE; COLVIN, 2014; CONTU, 2018).

Uma das tendências atuais dos estudos sobre conflitos tem sido a setorialização do conceito, isto é, a sua categorização em “caixas terminológicas”, como “ambiental”, “social” ou “socioambiental” (BARBANTI JÚNIOR, 2002). Como qualquer categorização, caracterizar

um conflito como sendo “ambiental” implica um recorte que o exclui de outras categorizações. Por exemplo, a extração ilegal de madeira em uma reserva indígena por ex-trabalhadores rurais sem terra pode abranger aspectos agrários, trabalhistas, ambientais e de gênero, além de vários outros. Assim, tendo em vista que certas categorizações não contribuem para uma interpretação mais ampla das dimensões envolvidas em um conflito, opto, nesta tese, pelo recorte analítico de conflitos socioambientais, no sentido de contribuir para uma compreensão teórica mais abrangente das principais características dessas disputas.

Nesse sentido, é importante ressaltar ainda que, quando se associa o qualificativo “social”, “ambiental” e “socioambiental” ao conflito, temos um *gap* de pesquisa ainda maior na Administração, já que a temática se mostra recente e ainda não atingiu muita robustez na literatura acadêmica (CORRÊA; RIBEIRO; RUIZ, 2012; SOUZA; RIBEIRO, 2013; RUIZ *et al.*, 2016), demonstrando, além da necessidade de novas investigações e reflexões sobre o tema, que tal categoria analítica, quando se destaca, tem sido relegada aos estudos sobre sustentabilidade. A persistência dessa lacuna na área foi evidenciada a partir de uma pesquisa realizada por mim em 2018 e atualizada em janeiro de 2021 no repositório *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), consolidado nacionalmente na área de Administração, retornando somente 9 artigos nos últimos dez anos que possuem “conflitos sociais”, “conflitos ambientais” ou “conflitos socioambientais” como palavras-chave, tanto no singular quanto no plural.

O mesmo ocorre quando se busca analisar a problemática relacionada aos conflitos hídricos na Administração. Apesar de haver alguns estudos na área que contemplem a apropriação capitalista da água, isto é, sobre a discussão da água enquanto mercadoria, como os realizados por Flores (2006), Santos, Moraes e Rossi (2013), Flores e Misoczky (2015) e Lobato (2018), e ainda que o debate em torno da gestão dos recursos hídricos esteja ganhando cada vez mais destaque nos cenários nacional e internacional (TUNDISI, 2006; LOPES; TEIXEIRA, 2012; CARVALHO; CURI, 2015; MORAIS; FADUL; CERQUEIRA, 2018), é possível afirmar que pouco se tem debatido sobre os conflitos pela água na Administração, especificamente nos Estudos Organizacionais (BOELEN; DOORNBOS, 2001; OTTO; BÖHM, 2006; JERMIER; FORBES, 2016; LOBATO, 2018), demonstrando ser esse um campo profícuo de pesquisa e justificando a realização desta tese para a área.

Tão importante quanto, diversos estudos (*e.g.* COOKE, 2004; DUSSEL; IBARRA-COLADO, 2006; IMAS; WESTON, 2012; MISOCZKY; BÖHM, 2013; WANDERLEY, 2015; ABDALLA; FARIA, 2017; SILVA; GUEDES, 2017), têm-se destacado a emergência e a

relevância de pesquisadores dos Estudos Organizacionais em problematizar o desenvolvimentismo e as grandes narrativas de modernização e progresso, a fim de evidenciar a ineficácia do modelo de desenvolvimento para o bem-estar social e para promover alternativas à ordem neoliberal. Nesse sentido, alguns autores nos convidam a refletir sobre as consequências do modelo de desenvolvimento dominante (IBARRA-COLADO, 2006; BANERJEE, 2003; 2011; ESCOBAR, 2015) e a pensar nos limites do desenvolvimento, do progresso, da busca pelo crescimento econômico ilimitado e do bem-estar, já que os programas de desenvolvimento e de modernização (re)produzem a colonialidade, as desigualdades e as injustiças socioambientais globais, e implicam, conseqüentemente, exploração violenta de grupos sociais minoritários e da natureza.

Diante disso, a pergunta de pesquisa que norteou este estudo foi: **Como o agronegócio, estimulado e sustentado por programas e políticas públicas de desenvolvimento, intensifica os conflitos socioambientais pela água em Minas Gerais?** Amparado pelo aporte teórico-metodológico da Ecologia Política, meu objetivo geral com esta tese foi analisar os conflitos socioambientais pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais, problematizando-os à luz de programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão do setor no estado e a partir do caso na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco. Como objetivos específicos, busquei:

- a) Caracterizar o papel de programas e políticas públicas na consolidação do agronegócio em Minas Gerais e no Brasil como modelo de desenvolvimento neoextrativista;
- b) Apresentar um panorama dos conflitos socioambientais pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais nos últimos vinte anos;
- c) Descrever o conflito pela água intensificado pelo agronegócio envolvendo as comunidades tradicionais de Pau Preto e do Quilombo da Lapinha na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, no contexto do Projeto Público de Irrigação Jaíba.

A tese que eu defendo aqui é que o atual modelo de desenvolvimento neoextrativista e agrodependente brasileiro, ancorado, em grande parte, na consolidação e expansão do agronegócio para produzir e exportar *commodities* agropecuárias e para alcançar *superávits* na balança comercial, intensifica os conflitos por água em Minas Gerais. Meu argumento é que esse modelo de desenvolvimento vigente (re)produz dinâmicas neocoloniais, como a colonialidade da natureza, em que a água é instrumentalizada, explorada e gerida como um

mero fator de produção por grandes produtores rurais, com o apoio financeiro e político do Estado. Utiliza-se o pretexto de ser o agronegócio — principal usuário de água em níveis regional, nacional e global — um dos grandes responsáveis por induzir o progresso e o crescimento econômico do país, ocasionando, entre outras coisas, escassez e poluição dos recursos hídricos pelo setor na região de análise.

Para a consecução dos objetivos propostos, realizei uma triangulação metodológica, em que adotei múltiplas e complementares técnicas e fontes de evidências para a produção de dados, a saber: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação não participante e entrevistas semiestruturadas. O *corpus* da pesquisa foi analisado mediante Análise Temática (AT), na perspectiva de Braun e Clarke (2006).

A opção pela Ecologia Política como lente teórica de análise dos conflitos hídricos intensificados pela expansão do agronegócio se justifica pelo fato de que os conflitos socioambientais são elementos centrais de discussões no campo, o qual é permeado por movimentos ambientais críticos à modernidade, ao progresso e à injustiça socioambiental que caracteriza a história dos países “subdesenvolvidos”, cujos modelos de desenvolvimento adotados são baseados, sobretudo, na exportação de matérias-primas agrominerais e na exploração predatória de recursos naturais (JATOBÁ *et al.*, 2009). Já o recorte de análise dos conflitos hídricos intensificados pelo agronegócio à luz de programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão do setor se deu porque tais políticas são espaços concretos de cristalização dos discursos sobre desenvolvimento e nos quais fica clara a articulação entre desenvolvimento e agronegócio. Essas políticas podem ser compreendidas aqui como a materialidade da modernização da agricultura e da racionalidade capitalista no campo. Inclusive, são respaldadas e elaboradas por concepções de desenvolvimento.

A partir da Ecologia Política dos Recursos Hídricos (BORDALO, 2008, 2012, 2019; IORIS, 2005, 2009, 2010, 2013), busco fazer essa reflexão dos conflitos pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais tendo como pano de fundo um enfoque histórico-geográfico, e não uma linguagem hidrológica e economicista da água, interpretando-os dentro de um contexto de desigualdades políticas e socioeconômicas. Nesse sentido, a água é intrínseca e permanentemente política, é parte integral das relações sociais e objeto de acordos e de conflitos entre diversos atores sociais com assimetrias de poder (IORIS, 2005). Já os conflitos socioambientais podem ser compreendidos como as disputas entre diferentes atores sociais em função de seus distintos modos de relacionamento com a natureza (LITTLE, 2001). Desse

modo, no decorrer da pesquisa, meu foco foi menos centrado em análises biofísicas e legislativas e mais nas relações sociais estabelecidas entre os agentes nos (e a partir dos) conflitos hídricos.

Para além da noção genérica de escassez da água doce disponível no planeta, que seria resultante do elevado crescimento populacional e da falta de regulação do mercado, defendo nesta tese que os conflitos e a escassez hídrica atingem de forma desigual os diferentes grupos sociais. E, como proposto por Bordalo (2008, 2019) e Rodríguez-Labajos e Martínez-Alier (2015), defendo também que a Ecologia Política deve buscar garantir o acesso à água de qualidade a todos, como um direito humano universal e fundamental à sobrevivência e qualidade de vida, como também propõe a ONU em várias diretrizes desde o início do século XXI. Para tanto, é necessário que a Ecologia Política ultrapasse as barreiras do ambiente acadêmico, com um olhar socioambiental mais político e ativo.

Apesar das referidas justificativas para a realização desta pesquisa, muitos leitores ainda podem se perguntar como a Ecologia Política se articula com os Estudos Organizacionais? É importante ressaltar que obras de autores seminais dos Estudos Organizacionais são consideradas clássicos para a constituição do campo de pesquisa transdisciplinar da Ecologia Política no Brasil (BOEIRA, 2002), como é o caso de “A Nova Ciência das Organizações: uma reconceituação da riqueza das nações”, de Alberto Guerreiro Ramos, que, de modo geral, faz uma avaliação crítica sobre os motivos e a lógica que conduziram ao atual modelo de sociedade capitalista centrado no mercado e seus efeitos sobre a vida humana. Do mesmo modo, Thiollent (2014) destaca que os Estudos Organizacionais também são enriquecidos por conceitos e métodos provenientes da abordagem político-ecológica.

Nesse sentido, as implicações e contribuições desta pesquisa para os Estudos Organizacionais se dão em diferentes vertentes. Primeiramente, no contexto acadêmico, busco preencher as lacunas de pesquisa já mencionadas anteriormente, problematizando e avançando nas discussões teóricas sobre os conflitos socioambientais pela água intensificados por políticas e programas de desenvolvimento destinados à expansão do agronegócio. Nesse caso, parto do entendimento de que os estudos que exploram os conflitos socioambientais pelos recursos hídricos ainda carecem de um aprofundamento analítico que permita a identificação das suas características gerais (BORDALO, 2019; RIBEIRO; SANTOS; SILVA, 2019) e de que ainda pouco foi feito para inserir uma agenda efetivamente ecológica nos Estudos Organizacionais no Brasil (CUNHA; REGO; CUNHA, 2008; JERMIER; FORBES, 2016; MARQUESAN;

FIGUEIREDO, 2018), repensando a relação sociedade-natureza na área.

No âmbito social e político, este estudo contribui para dar mais visibilidade e atenção aos conflitos pela água e aos diferentes interesses dos múltiplos atores sociais envolvidos. Por se tratar de um bem fundamental à vida e ao funcionamento das sociedades, e por não possuir formas alternativas, os recursos hídricos tem ganhado cada vez mais contorno estratégico nos cenários nacional e global. Já os conflitos hídricos emergem em um contexto de tensões e articulações geopolíticas em torno do controle do acesso e usos desse bem. O Brasil tem um conflito por água praticamente a cada dois dias, sendo Minas Gerais o estado com mais registros, e ainda existe uma tendência de ampliação dessas disputas em todo o território nacional (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT, 2016), em virtude, entre outros aspectos, das políticas dos governos com o apoio da elite rural e da mídia hegemônica para a expansão do agronegócio. Porém, apesar do crescente número de conflitos hídricos nos últimos anos e da tendência de aumento e acirramento dessas disputas, pouca atenção tem sido dada ao tema pela mídia hegemônica, academia e governo.

Segundo Bordalo (2019), no Brasil e em outras partes do mundo, esses dados ainda são muito pouco conhecidos ou disponibilizados por órgãos governamentais, sendo apresentados na maior parte das vezes por ONGs de caráter religioso e ambiental, como é o caso da CPT, ou por outras instituições ligadas aos movimentos socioambientais. O autor ainda pontua ser necessário estudos que avaliem os conflitos hídricos levando em consideração tanto a escassez quantitativa da água como a qualitativa (devido à poluição, por exemplo). Da mesma forma, Rodríguez-Labajos e Martínez-Alier (2015) e Temper *et al.* (2018) defendem a necessidade de compartilhamento de mais informações sobre tais disputas, haja vista a pouca sistematização e difusão de dados sobre os conflitos socioambientais. Os autores acrescentam que a observação de conflitos para além de estudos de caso único foi muito facilitada pela criação de bancos de dados vinculados aos movimentos sociais e redes de ativismo, os quais, portanto, podem ser utilizados por ecologistas políticos para uma compreensão mais ampla desses fenômenos.

Desse modo, ao apresentar um panorama dos conflitos hídricos em Minas Gerais intensificados pelo agronegócio e aprofundar na análise do caso do conflito na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, como proposto nos objetivos específicos, este estudo contribui para dar visibilidade a essas disputas, além de gerar e difundir informações relevantes para a identificação e mitigação de conflitos socioambientais pelos órgãos ambientais competentes do estado, possibilitando desde uma percepção geopolítica dos cenários estadual e local de

ocorrências dessas disputas até a definição e articulação, a partir de suas análises, de políticas públicas para responder a esses conflitos.

Além disso, o vigente modelo de desenvolvimento brasileiro, assentado, em grande medida, na capacidade do Estado, aliado a empresas privadas, em “converter” recursos naturais em progresso, aproveitamento energético, geração de empregos e PIB, intensifica conflitos socioambientais vivenciados, sobretudo, por populações locais e comunidades tradicionais (FLEURY; BARBOSA; JÚNIOR, 2017), as quais podem ter outro tipo de relação com os rios, matas e lugares com os quais convivem. Muitas vezes, esses conflitos socioambientais e casos graves de crimes e irresponsabilidade corporativa são esquecidos, abafados ou apagados, à medida que as organizações empregam estratégias para isso (MENA *et al.*, 2016). Assim, este trabalho também contribui para aumentar a visibilidade de lutas, reivindicações e interesses de grupos sociais minoritários envolvidos nos conflitos hídricos, que muitas vezes estão à margem de decisões sobre o acesso e uso dos recursos naturais do meio do qual fazem parte. Contribui também para desnaturalizar do imaginário social a associação muito comum entre grandes empreendimentos, desenvolvimento, progresso e modernidade, demarcando limites e fragilidades dos atuais modelos de desenvolvimento. E auxilia na desconstrução do discurso de que o “Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo”, já que ele reforça e (re)produz diferentes formas de violência e opressão a grupos sociais minoritários e à natureza.

Esta tese está estruturada em 11 capítulos, a contar do anterior, sobre os caminhos da construção do objeto de estudo. Em seguida, descrevi esta introdução da pesquisa. Posteriormente, exponho de onde eu falo, isto é, alguns posicionamentos teórico-ontopistemológicos, para, adiante, detalhar os percursos metodológicos trilhados para a consecução dos objetivos propostos. Dos capítulos quinto ao oitavo, tem-se o referencial teórico que utilizei para embasar este estudo, a saber: inicialmente, falo sobre a (re)produção da colonialidade do poder e da natureza nas políticas e discursos de desenvolvimento (sustentável); depois, contextualizo o agronegócio enquanto um modelo agrícola neoextrativista no Brasil e a importância de alguns programas de desenvolvimento e modernização para a expansão do setor ao longo dos anos; no sétimo capítulo, abordo a demarcação teórica da constituição, tipologias e análise dos conflitos socioambientais, bem como descrevo as particularidades dos conflitos pela água; no último capítulo do referencial teórico, busco fazer a articulação dessas 3 seções anteriores, ou seja, sobre como as políticas de desenvolvimento destinadas à expansão do agronegócio no Brasil (re)produzem a colonialidade da natureza e conseqüentemente intensificam os conflitos



hídricos. Já o capítulo nove e o capítulo dez são referentes a análises e discussão dos resultados desta tese. O primeiro deles está dividido em 3 seções, a saber: inicialmente, faço uma breve descrição sobre a distribuição espaço-temporal dos conflitos hídricos no Brasil, suas principais causas e populações impactadas; em seguida, identifico programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão do agronegócio em Minas Gerais a partir da segunda metade do século XX e sua consequente implicação para os conflitos socioambientais; posteriormente, faço a descrição de casos de conflitos pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais nos últimos 20 anos e, logo depois, em uma subseção, finalizo com o apontamento de algumas estratégias de resolução e organizações de resistência aos conflitos pela água produzidos pelo agronegócio no contexto mineiro. Já o décimo capítulo diz respeito à descrição do caso do conflito pela água intensificado pelo agronegócio envolvendo as comunidades tradicionais de Pau Preto e do Quilombo da Lapinha na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco, no contexto do Projeto Jaíba<sup>7</sup>. Para tanto, o capítulo está subdividido nas seguintes seções: primeiramente, faço uma caracterização geral da área de estudo, isto é, da bacia hidrográfica em que o conflito está inserido; em seguida, apresento a materialidade das políticas de desenvolvimento e de modernização agrícola no Norte de Minas, através da implantação do Projeto Jaíba, e seus consequentes impactos socioambientais; encerro o referido capítulo caracterizando as particularidades do conflito pela água entre grandes produtores rurais do Projeto Jaíba e moradores das comunidades tradicionais citadas anteriormente, abordando principalmente o foco central do conflito, causas, tipologia, principais atores sociais envolvidos, interesses, distintas formas de apropriação dos recursos hídricos e as tentativas (ou não) de resolução do mesmo. Por fim, no décimo primeiro capítulo, teço as considerações finais deste estudo.

---

<sup>7</sup> Nas diversas fontes consultadas, foram encontradas pequenas diferenças de nomenclaturas do Projeto Público de Irrigação Jaíba, como Projeto Público de Irrigação de Jaíba, Perímetro Irrigado (ou de irrigação) Jaíba, Perímetro de Jaíba e Projeto Jaíba. Apesar de adotar nesta tese a nomenclatura proposta pela Codevasf, que coordena o projeto, esses diferentes termos são tratados aqui como sinônimos, tal qual ocorre nos documentos difundidos pela própria Codevasf.

### 3 DE ONDE EU FALO? POSICIONAMENTO TEÓRICO-ONTOEPISTEMOLÓGICO

Nesta seção, busco mostrar o lugar de onde eu falo e de onde eu não falo, de onde estou e não estou escrevendo, e como esse lugar interfere na pesquisa e a delimita, a fim de possibilitar ao leitor uma compreensão mais transparente e política na elaboração de conhecimento. Refletir sobre o meu posicionamento ontológico, epistemológico, teórico e metodológico na construção de conhecimento é fundamental para elucidar não somente o percurso básico da investigação, como também para evidenciar a minha visão de mundo enquanto condutor desta pesquisa, ainda que não a fizesse de maneira individual. Acredito ser necessário expor esses posicionamentos para demonstrar como eu enxergo e me relaciono com o fenômeno investigado, com a produção do saber e com o "outro" investigado, não considerando os sujeitos de pesquisa enquanto objetos, mas enquanto sujeitos que produzem conhecimento.

Meu objetivo aqui é destacar a corpo-política do conhecimento (GROSFOGUEL, 2016), ao considerar o lugar geopolítico e corpo-político do qual me pronuncio. Isto é, quem fala e a partir de qual corpo e espaço epistêmico nas relações de poder o faz, o meu *locus* de enunciação, o meu lugar de fala, a minha realidade social e a constituição da minha perspectiva cognitiva sobre o fenômeno investigado, de modo a refutar a reivindicação de um saber neutro, objetivo, deslocalizado e universal, mas saberes parciais, subjetivos, perspectivísticos e situados.

Primeiramente, gostaria de ressaltar o uso da flexão verbal na primeira pessoa do singular. Ao mesmo tempo que considero a construção desta tese como coletiva — influenciada por diversas vozes presentes no meu percurso do doutorado, como a do meu orientador, colegas do NEOS, professores da banca de qualificação, professores das disciplinas cursadas, os próprios sujeitos investigados etc —, faço essa escolha tendo como base como a linguagem escrita pode servir para a naturalização de saberes não situados, narradores despersonalizados e lugares de fala não localizados e explícitos, como seria o caso se me propusesse a escrevê-lo de forma impessoal, na terceira pessoa do singular.

Mas por que então não usar a flexão verbal na primeira pessoa do plural, já que a construção da pesquisa foi coletiva? A meu ver, porque esse uso desresponsabilizar-me-ia por aquilo que escrevo, apelando para a comunidade acadêmica e para as outras vozes constituintes deste estudo pelas escolhas, posicionamentos e afirmações aqui realizadas. Assim, acredito que o uso do verbo na primeira pessoa do singular imprime a força da minha subjetividade e indica meu compromisso e responsabilidade com os resultados. Trata-se de uma desvinculação epistêmica,

como proposto pela Ecologia Política Latinoamericana, em defesa de posicionamentos e saberes críticos, localizados, engajados e transparentes. Porém, isso não altera a minha consciência e meu agradecimento pelas colaborações fundamentais que recebi durante todo o meu percurso no doutorado para o desenvolvimento deste estudo.

Em sequência, gostaria de ressaltar a escolha do enfoque teórico-metodológico da Ecologia Política, e em especial da Ecologia Política Latinoamericana (EPL ou EPLat), para analisar os objetivos propostos neste estudo. A Ecologia Política pode ser compreendida como uma abordagem que tem se consolidado nas Ciências Sociais enquanto um campo de discussões teórico-práticas e políticas que estuda os conflitos ecológico-distributivos ou conflitos socioambientais (MUNIZ, 2009). Originada basicamente a partir de proposições acadêmicas de tradições anglo-saxônica e francesa, tem emergido nos últimos anos como um novo território transdisciplinar do pensamento crítico e da ação política que utiliza a análise da economia política para o entendimento das relações estruturais de poder que permeiam a relação entre sociedade e natureza, ampliando a crítica ao incorporar questões ecológicas na compreensão das dinâmicas econômicas e de poder que caracterizam as sociedades modernas, como o entendimento dos conflitos socioambientais e a incomensurabilidade dos valores ambientais (MUNIZ, 2009).

Trata-se de uma abordagem que se estabelece e se fortalece principalmente a partir da década de 1960, com a evidência da chamada crise ambiental e com uma crescente articulação entre movimentos ambientalistas e sociais no enfrentamento da mesma, demonstrando a necessidade de fazer emergir novos padrões de relacionamento com a natureza a partir de reflexões sobre justiça ambiental. A abordagem da Ecologia Política com ênfase na justiça ambiental adotada nesta tese preconiza que a crescente degradação dos ecossistemas e a escassez de recursos naturais, como a escassez de recursos hídricos, afetam de modo desigual, e muitas vezes injusto, diferentes grupos sociais e territórios, refletindo assimetrias políticas, sociais, econômicas e ambientais entre países, territórios e populações, em função de dimensões étnicas, raciais, de classe e gênero, o que, por sua vez, constitui o conceito de racismo ambiental (ACSELRAD, BEZERRA, MELLO, 2009).

Para Leff (2006), tendo em vista que a crise ambiental repercute nos modos de vida e de consumo, nas dinâmicas política, ética, cultural e social, e, na organização do espaço em escala global, ela se constitui não somente enquanto uma degradação ecológica, mas também como uma crise civilizatória, marcada por uma racionalidade insustentável da modernidade que

produziu e produz um mundo fragmentado e coisificado voltado para a apropriação, controle e domínio da natureza por diferentes agentes sócio-políticos. Nesse sentido, meu posicionamento neste estudo se baseia em “um questionamento da ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental compreende o ser e as coisas; da ciência e da razão tecnológica com as quais dominou a natureza e economicizou o mundo moderno” (LEFF, 2006, p. 288), como proposto pela Ecologia Política.

De acordo com essa perspectiva, a degradação ambiental é uma questão econômico-política, e não apolítica, podendo ser compreendida como resultado de uma apropriação violenta da natureza que intensifica e perpetua as desigualdades sociais. Guiada pela visão complexa do pensamento ecológico, essa nova epistemologia constitui uma visão transdisciplinar do saber, buscando desconstruir a racionalidade insustentável da modernidade e analisar criticamente o ambiente como algo complexo, aberto, sistêmico e interrelacionado aos processos políticos, econômicos, tecnológicos, sociais e culturais que estruturam e transformam as relações entre sociedade-natureza, em um pensamento emancipatório e em uma ética política para renovar o sentido e a sustentabilidade da vida (LEFF, 2015).

Assim, a Ecologia Política tem se mostrado um campo teórico, prático e de ação política que se preocupa não somente em problematizar as relações de poder constituídas nos territórios em níveis local e global, ou para diminuir ou evitar a destruição da natureza, mas também para suscitar novas formas de conhecimento e sociabilidades que permitam imaginar modos de vida sustentáveis no tempo, a partir do questionamento da ordem dominante e frente à transformação social (ALIMONDA, 2017). Ao mesmo tempo, revela que a compreensão da questão ambiental não é algo simples e consensual, já que os conflitos socioambientais evidenciam diferenças profundas na maneira como diversos atores sócio-políticos interagem com a natureza.

Na interpretação da ecologia política, os grupos sociais com maior poder econômico e político tendem a obter maior acesso aos recursos naturais disponíveis em determinado território e, conseqüentemente, apresentam maior potencial de degradação ambiental, enquanto os grupos sociais em condições precárias têm menor acesso aos recursos naturais e tendem a sofrer mais danos com os processos de degradação ambiental. Como exemplo, projetos de grande escala, como a construção de barragens e grandes projetos agropecuários, abrangem extensas porções territoriais, consomem grande quantidade de recursos naturais e alteram profundamente as condições ambientais a partir de impactos locais e extra-locais. Se nas regiões pobres do mundo os recursos naturais são, em geral, a principal fonte de sobrevivência das populações tradicionais e pobres, alterações ambientais de grande monta tendem a afetar severamente a capacidade de sustento dessas populações. Em geral, os atores mais fracos e pobres arcam com os maiores custos ambientais, enquanto os atores mais fortes e ricos têm mais condições de escapar desses custos (JATOBÁ *et al.*, 2009, p. 74–75).

Porém, o debate em torno da Ecologia Política, além de recente, até certo tempo atrás esteve atrelado a definições de autores anglo-saxões e franceses, não atribuindo peso suficiente e significativo às contribuições de autores latinos e ibero-americanos. Foi a partir dos estudos de Arturo Escobar, Martínez-Alier e principalmente de Héctor Alimonda, o qual revisitou aportes teóricos de Aníbal Quijano, que alguns pesquisadores da área têm procurado construir e consolidar uma Ecologia Política Latinoamericana, a fim de problematizar a relevância da consideração da colonialidade nos processos de apropriação e produção do espaço, na constituição de territórios, na produção de conflitos socioambientais e na relação entre homem e natureza. E nos últimos anos tem crescido o interesse pela discussão da EPLat, com a contribuição de autores como Porto Gonçalves, Eduardo Gudynas, Mario Pérez, Mauricio Guzmán, Gustavo Portocarrero, entre outros (RAMOS, 2013).

Desse modo, para trazer a perspectiva da Ecologia Política nesta tese, situo minhas reflexões em consonância com as formulações do Grupo de Trabalho denominado *Ecología Política desde América Latina/Abya Yala*, do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), que há algum tempo tem organizado diversos eventos e publicações a fim de consolidar uma abordagem latinoamericana para a Ecologia Política. Faço essa escolha baseado em duas situações: a primeira se relaciona ao objetivo geral desta tese, já que o grupo de Ecologia Política Latinoamericana da CLACSO busca sempre interagir com atores sociais envolvidos em conflitos socioambientais manifestos ou latentes, elevando esse tema como uma categoria analítica importante para o grupo (ALIMONDA, 2015); e segundo, mas não menos importante, devido ao fato de que a EPLat possui uma tradição político-intelectual específica, adotando uma trajetória própria e dialogando com questões particulares da região (MARTÍNEZ-ALIER, 2014; LEFF, 2015).

As marcas estruturais das sociedades latinoamericanas que subsidiam a análise da EPLat se referem, sobretudo, a uma história comum de colonização e de inserção periférica na modernidade, além da colonialidade que ainda persiste na região; a expansão do extrativismo (mineral e agrícola) e a importância da exploração violenta da natureza para exportação; Estados nacionais reprodutores de modelos de desenvolvimento excludentes; e a continuidade de sujeitos subalternos, silenciando visões alternativas de relações com a natureza (ALIMONDA, 2015). Assim, a partir do final da década de 1990, a EPLat começa a se consolidar como uma perspectiva singular para abordar as relações entre sociedade e natureza na região, cujo diferencial reside na sua pretensão em fazê-la a partir de um lugar de enunciação

latinoamericano, que implica reconhecer e resgatar as origens da ecologia política na região e repensar os fundamentos da matriz de racionalidade eurocêntrica.

Apesar da recente e resistente aceitação acadêmica, a EPLat pode ser compreendida como um campo de análise crítica interdisciplinar que tem buscado recuperar o pensamento crítico latinoamericano, e suas elaborações teóricas têm grande alinhamento com o pensamento decolonial, uma vez que este tem assimilado a questão ambiental à sua agenda política (PORTO-GONÇALVES, 2012; ALIMONDA, 2015). Nesse sentido, a decolonialidade propicia compreender criticamente, por exemplo, como a colonização causou fissuras profundas na relação entre sociedade e natureza, produzindo identidades subalternizadas e impondo geopolíticas hierarquicamente racializadas, o que explica, por exemplo, o desenvolvimento enquanto ideologia que condena as populações do Sul<sup>8</sup> global à condição de subalternas (ESTEVA, 2010).

Desse modo, a EPLat pode ser compreendida como um campo de construção plural e coletivo no qual convergiram, não sem tensões e debates, pesquisadores latinoamericanos que buscam enfatizar as dinâmicas de poder que historicamente atravessam as relações entre sociedade e natureza, proporcionando condições para desnaturalizar a colonialidade e para construir uma história ambiental da região.

A ecologia política na América Latina está operando um processo análogo ao que realizara Marx com o idealismo hegeliano, arraigando a filosofia da pós-modernidade (Heidegger, Levinas, Derrida) no contexto de uma ontologia política: territorializando o pensamento do ser, da diferença e da alteridade em uma racionalidade ambiental, arraigada em uma ontologia da diversidade cultural, em uma política da diferença e em uma ética da alteridade. A descolonização do saber e a legitimação de outros conhecimentos-saberes-sabedorias liberam modos alternativos de compreensão da realidade, da natureza, da vida humana e das relações sociais, abrindo novos caminhos para a reconstrução da vida humana no planeta (LEFF, 2015, p. 2).

Parto do princípio, então, de que os impactos históricos da colonização continuam influenciando a sociedade e a maneira como conceituamos o outro na pesquisa, com base na colonialidade epistêmica, que impõe uma visão ocidentalista (euro-norte-americana) por meio de metanarrativas universais, marginalizando e subalternizando os demais saberes produzidos na América Latina. Na Administração, assim como em outras áreas de estudo, a epistemologia colonial prevaleceu durante décadas e ainda continua a influenciar a forma como descrevemos e interagimos com o outro e na forma como produzimos conhecimento, por meio de um

---

<sup>8</sup> Ao me referir ao Sul global nesta tese, não me refiro ao Sul geográfico (aos povos e países que se localizam abaixo da linha do Equador), e, sim, ao Sul geopolítico, isto é, aos países subdesenvolvidos pelo jugo do colonialismo e da colonialidade, como será melhor detalhado posteriormente.

conjunto de mecanismos que marginaliza o conhecimento produzido no Sul Global, restando aos pesquisadores subalternos resistir ou se adequar às regras impostas pela concepção hegemônica dos países do Norte.

É devido à colonialidade epistêmica que o desenvolvimento dos Estudos Organizacionais na América Latina, por exemplo, teve uma tendência à falsificação e imitação do conhecimento gerado no Centro, limitando-se a teorias tradicionais e métodos anglo-eurocêntricos com o objetivo de replicar suas descobertas, já que “para pertencer à "comunidade internacional", você deve falar a língua do Centro, usar seus conceitos, discutir suas agendas e estar em conformidade com o estereótipo do "sul imperfeito", enquanto mantém "um silêncio educado" sobre as causas reais de seus problemas” (IBARRA-COLADO, 2006, p. 471).

Porém, a realidade socioambiental da América Latina requer outras perspectivas de mundo que sejam capazes de lidar com as crises da modernidade e de desnaturalizar a colonialidade do saber, poder, ser e da natureza, levando em consideração os conhecimentos e experiências de outros, de sujeitos historicamente subalternizados. Emerge a necessidade, então, de um diálogo transdisciplinar que problematize os limites do anglocentrismo, seu colonialismo organizacional e as várias receitas propostas com suposta validade universal, a fim de contemplar as especificidades locais (do Sul) para melhor compreender e explicar suas singularidades (IBARRA-COLADO, 2008).

São por esses motivos que busco analisar os conflitos socioambientais pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais a partir do referencial teórico-metodológico da Ecologia Política Latinoamericana. Apesar de não haver apenas uma única perspectiva latinoamericana da Ecologia Política, amparar-me e me posicionar de acordo com essa abordagem é muito mais desafiador que apenas uma escolha teórica de alinhamento temático, pois significa romper com as formas tradicionais de conceber o outro e de construir conhecimento, romper especialmente com a abordagem positivista-funcionalista que predominou durante muito tempo na área da Administração e que, no meu caso, estruturou minha forma de enxergar o mundo, de conhecer o “outro” e de produzir conhecimento durante algum tempo.

Não se trata apenas de uma opção de conhecimento, uma opção acadêmica, um domínio de estudo, mas uma opção de vida, de pensar e de fazer, que resiste ao imperialismo epistemológico ocidental e a outras imposições coloniais. E resiste não apenas por meio de

elaborações conceituais, mas principalmente por ação e engajamento contra formas de colonialidade que nos são impostas há mais de cinco séculos pela modernidade eurocêntrica universalista e que resulta em processos de violência contra grupos sociais minoritários e contra a natureza.

Cabe ressaltar que, apesar do uso dessas metáforas por vezes dicotômicas (Norte e Sul, Ocidente e Oriente, Centro e Margem), procuro me conscientizar dos limites e perigos de essencialismos estratégicos e me ponho a pensar em como transcender extremismos e provincianismos para conseguir abarcar a complexidade interna desses conceitos (CORONIL, 1989), levando em consideração que existe um Sul no Norte e um Norte no Sul, e que não devo repetir o que critico em relação às reduções binárias conceituais da modernidade que marcam o desenvolvimento científico e tecnológico até poucos anos atrás.

Vale ressaltar ainda, como já mencionado anteriormente, que o conflito socioambiental emerge como uma categoria central tanto para a Ecologia Política quanto para a Ecologia Política Latinoamericana, a partir da análise crítica e política das disputas acerca de apropriação, acesso, distribuição e controle de recursos naturais, e do confronto entre atores sociais que muitas vezes defendem diferentes concepções e lógicas sobre a natureza. Nesse contexto, trabalhos com enfoque nos conflitos socioambientais decorrentes de projetos baseados em modos de produção extrativistas, promovidos por empresas e pelo Estado, e de políticas de desenvolvimento destinadas à consolidação e expansão do agronegócio, como é o caso do presente estudo, tornaram-se predominantes nessa linha de pesquisa (PORTO-GONÇALVES, 2001; MARTÍNEZ-ALIER, 2007; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; CUADRA; HEVIA, 2020; IAMAMOTO *et al.*, 2020).

Além disso, nos últimos anos, também tem havido um crescente interesse de pesquisadores da Ecologia Política acerca dos conflitos socioambientais causados pelo acesso e uso desiguais da água na América Latina (*e.g.* MUNIZ, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2012; BRITO *et al.*, 2016; HOMMES; BOELEN, 2017; IAMAMOTO *et al.*, 2020), campo que ficou conhecido como Ecologia Política da Água ou Ecologia Política dos Recursos Hídricos, cujos autores defendem que a Ecologia Política deva buscar garantir a universalização do direito humano à água, a partir de um olhar socioambiental mais político e ativo, e estando presente para além das fronteiras da comunidade acadêmica (BORDALO, 2019).

O reconhecimento da água como um direito humano universal é um dos mais importantes



aspectos da justiça da água (ou justiça hídrica), e a luta pela justiça hídrica impulsiona a universalização do direito à água. Portanto, a justiça hídrica está inserida e dialoga com os fundamentos da Ecologia Política com ênfase na justiça ambiental. Para Martínez-Alier (2013), devemos compreender a justiça hídrica como parte do movimento global de justiça ambiental. Nesta tese, a noção de justiça hídrica não se refere apenas à possibilidade de acesso à água, mas também à compreensão de como se dá a distribuição desse bem e do direito à participação ou representação de diferentes grupos sociais nos espaços decisórios e nas definições de regras que garantem o acesso à água (ZWARTEVEEN; BOELEN, 2014). Nesse sentido, a noção de justiça hídrica requer uma abordagem relacional, comparativa e histórica de como as injustiças são vivenciadas por diferentes grupos sociais, incluindo questões de distribuição, de reconhecimento cultural, de representação e de participação política em contextos históricos e socioculturais específicos.

A reflexão sobre a água na abordagem da Ecologia Política frisa que “a gestão de recursos hídricos é um processo inerentemente político” e reflete a reprodução de desigualdades sociais e assimetrias de poder (MOLLINGA, 2008, p. 8). Nesse contexto, a Ecologia Política da Água leva em consideração que a escassez de água atinge de forma desigual os diferentes atores sociais e, portanto, é necessário que se faça uma análise crítica que seja capaz de questionar os problemas da gestão de recursos hídricos em contextos que se pesem as desigualdades políticas e socioeconômicas. Ou seja, de acordo com a Ecologia Política dos Recursos Hídricos, a escassez da água e os consequentes conflitos socioambientais decorrentes dessa escassez não estão relacionados apenas a indisponibilidade absoluta de água de qualidade ou à sua má distribuição geográfica. Mas é, sobretudo, resultado da combinação de fatores naturais, econômicos, sociais e políticos, que, por sua vez, permite o entendimento dos motivos pelos quais se privilegia seu acesso e uso a alguns grupos sociais, enquanto é dificultado para outros.

Ioris (2010) afirma que, mesmo em diferentes fases históricas, tanto no período agrícola como no industrial, em que se leve em consideração as diferenças tecnológicas, espaciais e históricas, a água sempre foi vista como matéria-prima fundamental e como um elemento básico do processo produtivo e, por isso, sempre houve um processo historicamente desigual e hierárquico estabelecido de oportunidades de uso e acesso à água. Dessa forma, acredito que o aporte teórico-metodológico da EPLat favorece a compreensão dos conflitos pela água ao problematizar como a colonialidade opera nas políticas de desenvolvimento, amparando relações desiguais de poder e reproduzindo dinâmicas neocoloniais na relação entre homem e

natureza, por meio, por exemplo, de atividades que deliberadamente alteram os sistemas naturais, de modo a administrá-los e torná-los mais úteis ao sistema de produção e reprodução predominante, sustentado pelos discursos de desenvolvimento e de progresso econômico, promovendo e intensificando, então, além da colonialidade da natureza, os conflitos socioambientais, como os que se dão pela água.

Também permite compreender modelos de desenvolvimento baseados no neoextrativismo que são legitimados e reproduzidos, sobretudo, em países caracterizados como “subdesenvolvidos” ou de “Terceiro Mundo”, os quais permanecem subalternizados e colonizados pelas dinâmicas capitalistas globais na busca pelo desenvolvimento e progresso econômico. A EPLat ainda busca fortalecer práticas emancipatórias nas lutas sociais de povos subalternizados que resistem à aceleração dessas políticas e à colonialidade que persiste e afeta a natureza, levando em consideração a compreensão de fenômenos socioambientais culturalmente e historicamente situados no Sul Global.

Portanto, defendo nesta tese um rompimento com a ontologia moderna eurocêntrica, que se fundamenta principalmente na perspectiva do progresso econômico, político, religioso, moral e cultural do indivíduo, tendo como padrão de referência o homem branco, heterossexual, europeu e cristão, capaz de controlar e domesticar a natureza em favor da modernidade e do crescimento econômico ilimitado. Tal ontologia assegurou a associação entre desenvolvimento capitalista e a reprodução da colonialidade em suas mais variadas dimensões (MARTINS; BENZAQUEN, 2018). Levo em consideração também uma revalorização epistêmica do que tem sido inferiorizado e marginalizado pela modernidade/colonialidade, isto é, outros saberes ecológicos que levem à construção de lógicas diferentes daquelas formas de dominação que existiram e ainda perduram, e que nos impõem uma lógica euro-norte-americana de pensar, de compreender o outro e de se relacionar com a natureza.

Como forma de desnaturalização da colonialidade do saber, tenho buscado, desde o princípio da construção deste estudo, valorizar saberes alinhados às realidades locais, como os de moradores das comunidades tradicionais analisadas, e problematizar o saber eurocêntrico, o qual tem a pretensão de ser neutro, total e verdadeiro. Nesse sentido, intento evidenciar conhecimentos-saberes-sabedorias outros, os quais demonstram modos alternativos de compreender a realidade, a natureza (especificamente, a água), o desenvolvimento, a vida humana e as relações sociais de modo geral, possibilitando novos caminhos para a reconstrução de formas de viver e se relacionar com a natureza.

Dessa forma, busco contribuir para o avanço de uma crítica ecológica para além de um projeto intelectual crítico, mas pontuando também seu caráter político. E enquanto um projeto político, acredito ser importante me posicionar explicitamente. Visto isso, volto, então, à pergunta que destaquei no título deste capítulo: de onde eu falo? Sou homem, de cor parda, gay, de classe média, filho de pequeno produtor rural e reconheço os privilégios que minha origem e posição me permitem dentro da sociedade, ao mesmo tempo que busco reconhecer as limitações inerentes à construção deste trabalho advindas dessa posição.

Eu não tenho o mesmo lugar de enunciação dos ribeirinhos entrevistados nesta pesquisa, porque tive o privilégio de nunca me faltar água e também nunca estive envolvido em um conflito hídrico. Inclusive, em vários momentos do percurso desta pesquisa, eu me vi emocionado por reconhecer esses privilégios e, ao mesmo tempo, deparar-me com relatos tão fortes e comoventes de povos tradicionais, que me fizeram perceber como um bem tão fundamental para a nossa sobrevivência e reprodução de modos de vida pode ser tão escasso para algumas pessoas e fonte de conflito/luta diária, assim como é para muitas comunidades tradicionais do Norte de Minas. Isso ocorreu, por exemplo, quando vi os vídeos veiculados nas reportagens de Hespanhol (2015) e Camargos (2020a), que são tocantes, e essa afetação ampliou minha potência de agir em direção às lutas desses povos.

Apesar de não ter o mesmo lugar de enunciação dos moradores das comunidades tradicionais, referente aos lugares de história, memórias, de dor e de saberes diversos sobre a temática, eu tenho uma perspectiva de enunciação, que “[...] não é o produto da dor e da raiva dos despossuídos em si, mas sim de quem, mesmo não sendo despossuído, assume a perspectiva desses” (MIGNOLO, 2003, p. 28). Portanto, ao fazer uma defesa dos grupos sociais minoritários envolvidos em conflitos pela água intensificados pelo agronegócio que muitas vezes estão à margem de decisões políticas sobre os recursos hídricos, eu tenho uma perspectiva desses sujeitos e sujeitas. A defesa que faço aqui está associada ao fato de buscar me juntar a eles para contar suas histórias e suas lutas pelo acesso e uso da água de qualidade como um direito humano essencial à vida.

Isso remete à questão da autorização discursiva: “deixo” o outro falar ou eu falo por ele? Ou com ele? Essa é uma questão que me preocupou bastante durante todo o meu percurso de pesquisa, e ainda me preocupa. Isso porque eu não queria que esses grupos se enxergassem e fossem vistos como “experimentos” da academia. Eu não os vejo dessa forma. Ao invés disso, devem ter protagonismo. Devem falar por si só e serem ouvidos. Nesse sentido, eu me coloco

aqui como um apoiador nas lutas pela água de qualidade desses grupos, não no sentido de falar em nome deles ou dar voz a eles, porque isso eles já têm. Mas, enquanto pesquisador, devo me colocar na posição de escutá-los e buscar fazer com que suas vozes e anseios sejam lidos e discutidos em outros espaços, buscando disciplinar minhas práticas sociais cotidianamente para que elas questionem, rompam e transgridam as dinâmicas neocoloniais.

Por fim, ainda sobre meu posicionamento ontoepistêmico, cabe ressaltar que eu não tive uma seletividade conveniente de trabalhar “sobre” um objeto que é oportuno, que vai dar mídia, curtidas nas redes sociais, fazendo do objeto algo útil, oportuno, exclusivamente instrumental para o meu tão sonhado título de doutorado. Pelo contrário, a construção do mesmo envolveu a proposição de ser um apoio na luta de grupos sociais minoritários envolvidos nos conflitos hídricos produzidos pelo agronegócio. Assim, não enxergo os sujeitos participantes da pesquisa como meu “objeto” de estudo. Não intenciono um trabalho “sobre” esses sujeitos, mas (junto) com eles, na tentativa de humanizar por pouco que seja o processo de pesquisa.

Para tanto, a proposta inicial desta tese era utilizar metodologias de pesquisa mais integrativas e participativas, porém, devido à pandemia de COVID-19 e à necessidade de distanciamento e isolamento social, o emprego de tais técnicas não foi possível, fazendo com que eu buscasse alternativas para um estudo ecológico-político mais ativo e compromissado com essas pessoas, a fim de não apenas extrair informações importantes para a elaboração desta tese sem nenhuma contrapartida ou sem me preocupar com as condições sociais de opressão sobre elas, como será descrito no capítulo a seguir sobre os caminhos metodológicos percorridos.

#### 4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, além de evidenciar os métodos e instrumentos empregados para a realização da pesquisa, busco colocar em tensão a própria práxis investigativa em virtude da sua dimensão político-ecológica. Para tanto, parto do entendimento de que o tema ambiental, nesse caso específico relacionado aos conflitos socioambientais pela água, deve ser analisado a partir de uma perspectiva que leve em consideração as contradições socioeconômicas, políticas e naturais decorrentes dos processos socioeconômicos de desenvolvimento que formam “centros” e “periferias” mundiais e regionais, de modo a expor como esses processos influenciam nas desigualdades políticas e sociais ligadas ao acesso e aos usos desiguais da água, bem como às possibilidades de superação desses cenários (PORTO-GONÇALVES, 2004; MARTÍNEZ-ALIER, 2009).

A análise dos conflitos socioambientais, de acordo com a Ecologia Política, não deve se prender à discussão sobre a escassez futura dos recursos naturais, mas principalmente com a natureza dos fins que norteiam a própria vida social, buscando compreender, por exemplo: para que fins se destinam os recursos naturais? Quem usa os recursos? Quando usa? A que preço? Com quais riscos e impactos? E a que projeto de sociedade eles servem? (LITTLE, 2006). Perguntas como essas são fundamentais para a análise política dos conflitos socioambientais, haja vista o acesso e os usos desiguais dos recursos naturais e a distribuição desproporcional dos conflitos, riscos e impactos socioambientais impostos, por exemplo, pelo agronegócio, e, portanto, guiaram toda minha conduta enquanto pesquisador no percurso desta tese.

Além disso, considero importante ressaltar mais uma vez que não é minha intenção com esta tese empregar instrumentos de coleta e análise de dados com a finalidade de produzir um conhecimento pretensiosamente universal e neutro. Meu intuito é justamente o contrário. É problematizar e questionar as metanarrativas e soluções universais, os discursos hegemônicos sobre desenvolvimento, progresso econômico e sobre os conflitos pela água enquanto consequências espontâneas e apolíticas dos processos de exploração da natureza, como se fossem causados exclusivamente pela escassez hídrica oriunda dos períodos de seca. É resistir academicamente ao fazer investigações locais e não universalizantes.

É tentar desmarginalizar grupos sociais silenciados e subalternizados nos discursos técnico-científicos e nas mídias hegemônicas. É buscar valorizar e difundir saberes desqualificados ao longo da história, saberes e sujeitos outros não evidenciados nos manuais de consultoria e nas

aulas de Administração. É (re)valorizar os sujeitos subalternizados e suas formas de organização e práticas cotidianas que lhes permitem a sobrevivência por meio da resistência. É, por meio de uma tese engajada politicamente e não neutra, ser um aliado na luta de atores sociais subalternizados envolvidos nos conflitos pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio e pelas políticas desenvolvimentistas associadas ao crescimento e ao progresso econômico.

Nesse sentido, desde o início da elaboração desta tese, tenho policiado minha postura para fazer pesquisa “com” esses sujeitos e sujeitas, muitas vezes silenciadas e marginalizadas do sistema político, que não são comunicados das decisões sobre o acesso e uso dos recursos naturais do meio do qual fazem parte, não possuem políticas públicas voltadas à sua subsistência e de seus territórios (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005) e, dessa forma, resistem de diferentes formas às violências advindas dos conflitos socioambientais que os permeiam e às dinâmicas neocoloniais impostas pelas políticas de desenvolvimento e pela lógica da modernidade. Assim, não busco estudar “sobre” um objeto de pesquisa de forma neutra e objetiva, mas (junto) “com” sujeitos e sujeitas marginalizados e subalternizados envolvidos nos conflitos pela água, em que eu possa ser considerado um aliado nessas lutas.

Para atingir os objetivos propostos nesta tese, com base na postura e análise políticas almejadas, desenvolvi uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritiva. Segundo Prasad (2005), a pesquisa qualitativa se volta para processos, contextos e detalhes mais particularizados, e pode assumir um conjunto de tradições de pesquisa qualitativa não positivista que tem recebido atenção entre pesquisadores da área, os quais procuram evidenciar a natureza estruturada da realidade social, enquanto um projeto comprometido com a crítica e a resistência à modernidade ocidental, sobretudo à colonialidade nos arranjos sociais, como é a proposta desta tese.

A abordagem de pesquisa qualitativa permite a obtenção e a produção de dados sob uma série de materiais empíricos, como histórias de vida, estudos de casos, entrevistas, pesquisa documental, desenhos, entre outros, que buscam problematizar os fenômenos em um contexto em que há uma relação entre mim, pesquisador, e os sujeitos da pesquisa, e não interpretar os dados de maneira isolada. Apesar de a investigação qualitativa ter assumido vários paradigmas e possibilidades de análise, sua tônica está em investigar os sentidos e significados que são atribuídos pelos sujeitos aos fenômenos pesquisados (CHIZZOTTI, 2003).

Portanto, a abordagem qualitativa aqui desenvolvida contribuiu para a qualificação e aprofundamento da análise dos conflitos pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais para muito além das questões meramente técnicas e quantitativas, levando em consideração não apenas os processos que auxiliam a caracterizar a origem, tipologias do conflito, seus efeitos, atores sociais e suas distintas formas de apropriação e usos da água. Mas principalmente por permitir uma reflexão sobre as desigualdades políticas e socioeconômicas que permeiam os conflitos hídricos e seu intrínseco processo de reprodução da colonialidade da natureza.

A caracterização da pesquisa quanto ao tipo descritiva diz respeito à descrição das características dos conflitos pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais, aprofundando nas características de um caso específico na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, a fim de proporcionar maior familiaridade ao tema, já que existem poucos dados produzidos e publicados que evidenciam os conflitos pela água no Brasil (BORDALO, 2019).

Esta pesquisa tinha como proposta inicial realizar uma etnografia dos conflitos socioambientais (pela água), como sugerido por Little (2006) e Acselrad (2004) para o campo da Ecologia Política. Porém, em virtude da pandemia de COVID-19 (coronavírus) que nos surpreendeu durante o ano de 2019 e das dificuldades e desafios impostos pelo isolamento social na produção de dados e na elaboração desta tese desde então, no presente trabalho, para a análise do caso específico na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, busquei investigar algumas categorias teóricas relevantes propostas por Little (2006) nas pesquisas sobre conflitos socioambientais. Meu propósito foi mergulhar em uma experiência que foca especificamente em um conflito socioambiental pela água intensificado pelo agronegócio em Minas Gerais a partir da compreensão das múltiplas e simultâneas interações entre os vários atores sociais envolvidos, buscando conferir visibilidade a grupos sociais politicamente marginalizados nessa disputa ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado.

Sobre o posicionamento do pesquisador de conflitos socioambientais, Little (2006) aponta a necessidade de ele participar ativamente dos conflitos, ainda que com um papel diferenciado dos demais atores sociais envolvidos. Segundo o autor, não é possível que o pesquisador tenha uma visão imparcial dessas disputas, já que ele “se situa intencionalmente nos interstícios do conflito para indagar sobre a natureza das conexões entre os grupos” em confronto (LITTLE, 2006, p. 98), construindo seu próprio lugar para produzir conhecimento estratégico sobre os conflitos, que incorpore os múltiplos e distintos pontos de vista, e que dê visibilidade a atores

sociais marginalizados e revele conexões e relações de poder antes ignoradas.

Já esse conhecimento produzido possui potencial de ser apropriado pelos próprios envolvidos nas disputas, pode provocar questionamentos quanto às políticas públicas vigentes e também pode servir de subsídio para a definição e implementação de outras políticas públicas que levem em consideração as reivindicações dos grupos sociais envolvidos, bem como pode contribuir para novas propostas de ação e para uma eventual resolução do conflito (LITTLE, 2006).

Nessa direção, vale destacar que, após finalizar e defender esta tese, pretendo difundir uma cartilha (Apêndice H), resultante desta pesquisa, elaborada a partir e em conjunto com os sujeitos e sujeitas da pesquisa entrevistados, que reflita suas próprias visões de mundo locais sobre o conflito hídrico e suas reivindicações, contendo a síntese dos principais achados do terceiro objetivo específico desta tese, isto é, da análise do conflito pela água na Bacia do Médio São Francisco.

A distribuição dessa cartilha<sup>9</sup> principalmente entre os agentes do conflito hídrico analisado e para a população de Matias Cardoso de modo geral não servirá somente para demonstrar um posicionamento ético da tentativa de minimizar a instrumentalização dos sujeitos e sujeitas de pesquisa, para ratificar que eu não estou interessado somente na história desses atores sociais para construir conhecimento, de forma indiferente, sem questionar até onde vamos a favor da construção de conhecimento, às custas de quem estamos construindo conhecimento ou conhecimento produzido para quem. Mas irá remeter principalmente à defesa que faço nesta tese de um posicionamento crítico, localizado e engajado politicamente enquanto apoiador nas lutas em defesa da universalização da água enquanto um direito humano, livre de conflitos, sobretudo para ampliar e difundir o conhecimento produzido sobre o conflito em questão e, de alguma forma, buscar dar mais visibilidade às partes marginalizadas politicamente na disputa, seus interesses e suas reivindicações.

Nesse sentido, também me preocupei com outras duas questões éticas levantadas por Little (2006) sobre a conduta do pesquisador de conflitos socioambientais que compõem a política da

---

<sup>9</sup> Trata-se de uma cartilha que produzi sintetizando o que é conflito pela água, os principais pontos de vista dos atores sociais entrevistados sobre o conflito analisado e algumas possíveis estratégias e propostas de ação. Optei por dividir a cartilha em 8 partes, como um livreto, a fim de facilitar seu ajuste para a difusão também em redes sociais. Após a defesa de tese e correção dos apontamentos da banca, a cartilha será apresentada para os sujeitos e sujeitas que participaram, através de entrevistas, desta pesquisa, para sua análise e concordância do que foi produzido a partir de suas falas. E, caso consentam, a cartilha será divulgada em diferentes meios de comunicação (e-mail, redes sociais, como *Instagram*, *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp*, entre outros) por mim e, se possível, pelos próprios participantes, como será solicitado.



prática da Ecologia Política. A primeira se refere ao cuidado que precisei ter para não divulgar um conhecimento que possa ser utilizado diretamente contra os interesses de pessoas ou grupos sociais a partir dos quais a informação foi produzida.

Já a segunda se refere ao cuidado necessário que precisei ter ao identificar as reivindicações e interesses de cada um dos múltiplos atores sociais envolvidos, a fim de evitar certa tendência de ocultar ou mascarar dados não favoráveis a grupos que teórica e politicamente pretendo defender, demonstrando ser um interlocutor honesto e aberto, e que privilegio a produção e difusão de conhecimento confiável, holístico e estratégico dos conflitos socioambientais (LITTLE, 2006). Nesse contexto, destaco novamente o desafio que encontrei desde o início da escrita desta tese em não recair em uma discussão de uma luta do “bem contra o mal”, nem tampouco de demonizar o agronegócio e seus representantes e de condenar o desenvolvimento, como vai ser melhor explicado posteriormente.

Outro ponto destacado por Little (2006) para a análise dos conflitos socioambientais diz respeito à necessidade de alguma delimitação geográfica dessas disputas — seja local, regional, nacional ou global — e identificar as conexões transníveis que os atores sociais envolvidos desenvolvem. Visto isso, delimito a análise dos conflitos socioambientais pela água intensificados pelo agronegócio, em um primeiro momento, no âmbito regional de Minas Gerais, a fim de problematizá-los à luz de programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão do setor no estado.

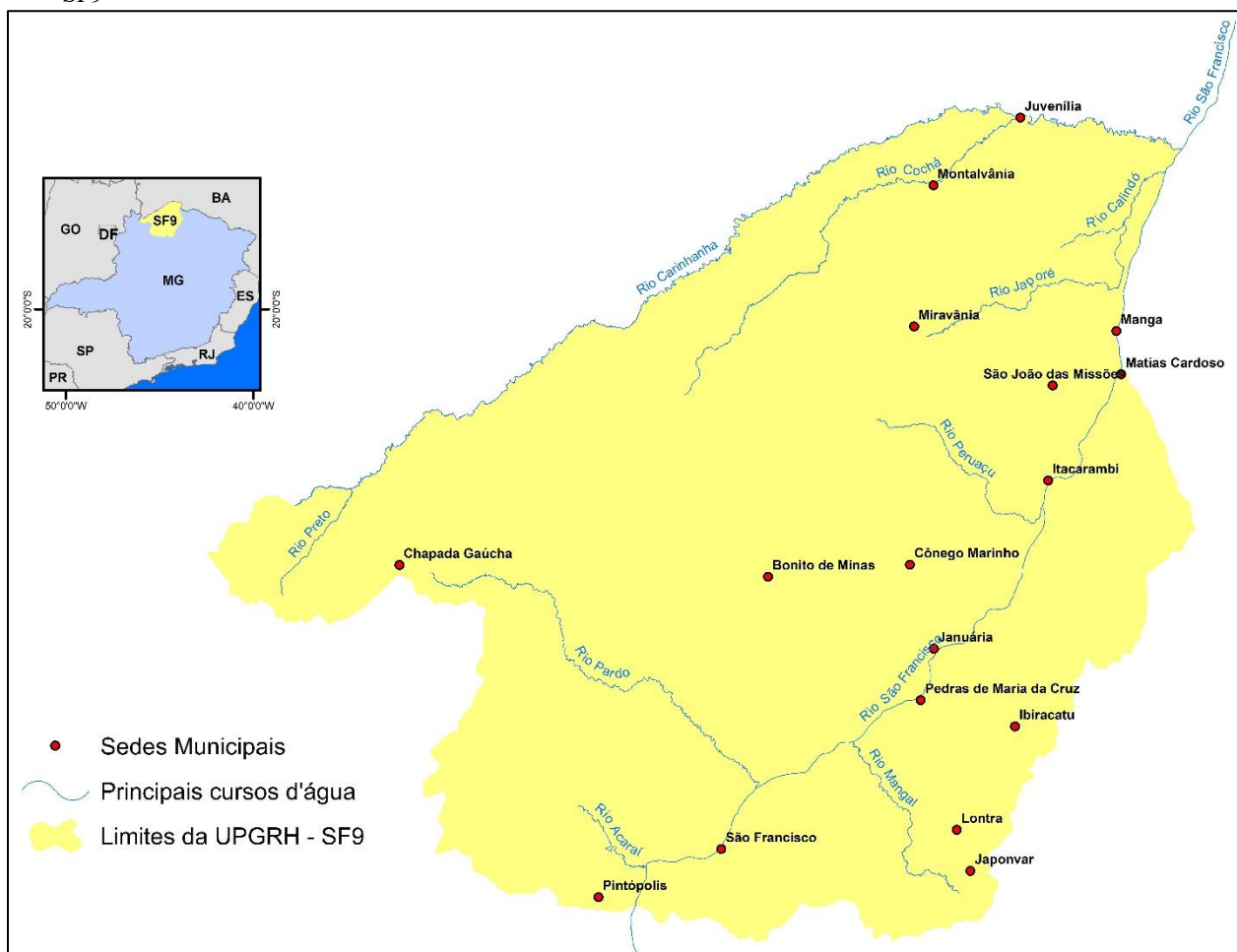
Além do destaque que o agronegócio possui para Minas Gerais, o qual é um dos maiores produtores agrícolas do Brasil, justifico a escolha do recorte analítico dado ao estado, pois, de um lado, ele também é considerado a “caixa d’água brasileira” (INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGAM, 2018a), por sua potência e disponibilidade hídrica e por ter importância fundamental no abastecimento de água nacional. Por outro lado, Minas Gerais também concentra uma grande quantidade de conflitos socioambientais pela água, índice que inclusive têm aumentado bastante nos últimos anos, seguindo o ritmo brasileiro (JUNIOR, 2014; CPT, 2020), como será visto adiante.

Em um segundo momento de aprofundamento teórico e analítico desses conflitos no estado, estabeleci como *locus* da pesquisa a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica (UPGRH) do Médio São Francisco (SF9), uma vez que, tanto para Little (2006) quanto para Ribeiro, Santos e Silva (2019) e para a Lei das Águas (BRASIL, 1997), as

bacias hidrográficas se configuram como importantes fontes de análise dos estudos dos conflitos socioambientais pela água. Apesar dessa delimitação, ressalto o esforço desde o início da produção e análise de dados para mapear as conexões transníveis desenvolvidas pelos atores sociais envolvidos nesse conflito específico.

Ainda que a caracterização da área de estudo seja aprofundada posteriormente, a escolha da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco (Figura 2) como *locus* da pesquisa se justifica por vários motivos, alguns explicitados a seguir: 1) Nesse local foram implementadas políticas e programas de desenvolvimento destinados ao agronegócio enquanto catalisadores do desenvolvimento da região; 2) Trata-se de uma região que tem se destacado na produção e exportação de produtos agropecuários em Minas Gerais nos últimos anos (OLIVEIRA; PEREIRA, 2020), devido, sobretudo, à implantação desses projetos nacionais de desenvolvimento, como é o caso do Projeto Jaíba, maior perímetro irrigado da América Latina; 3) Trata-se, ainda, de uma região cuja relação entre demanda de água e disponibilidade hídrica é crítica, configurando um quadro de escassez hídrica em alguns períodos do ano (ANA, 2016a), como será discutido posteriormente; 4) O agronegócio irrigado na bacia hidrográfica possui uma particularidade que aumenta a sua criticidade em relação aos demais segmentos econômicos, que é o fato de apresentar a maior variação sazonal do consumo de água, e também o fato de que este consumo cresce expressivamente em períodos críticos, ou seja, de estiagem (IGAM, 2014); 5) É uma bacia hidrográfica que, em partes, está situada no Polígono das Secas e que possui uma alta variabilidade no volume e períodos de chuva, determinando anos de seca prolongada e comprometendo os usos múltiplos da água na bacia; 6) Apesar do cenário de escassez hídrica que assola a região em determinadas épocas do ano, em 2019, o município de Jaíba, situado em partes na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco e em partes na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, foi o primeiro município no *ranking* sobre a maior demanda hídrica de irrigação de Minas Gerais, seguido de Paracatu, Unaí e João Pinheiro, além de ter sido o quinto maior município com áreas irrigadas do estado (ANA, 2021); 7) Ainda é incipiente o número de estudos de avaliação dos impactos socioambientais dos projetos públicos de irrigação nessa região (REIS; SILVEIRA, 2011); 8) Desde os anos de 1980, há diversos conflitos pela água em várias partes da região de estudo, que envolvem múltiplos atores sociais e distintos interesses e formas de apropriação dos recursos hídricos (ANA, 2016a). Isso mostra como a atual situação da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco tem aderência aos objetivos propostos neste estudo e se caracteriza como um importante caso a ser investigado sobre os conflitos socioambientais pela água.

Figura 2 - Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco – SF9



Fonte: adaptada de Igam (2020e)

Além disso, a seleção desse caso foi baseada seguindo os critérios de acessibilidade e singularidade, ou seja, ter acesso facilitado suficiente para a obtenção dos dados e por se tratar de uma situação que está intimamente relacionada e que busca responder aos objetivos que norteiam esta pesquisa. Para a seleção do caso, também levei em consideração uma situação em que eu, enquanto pesquisador sem lugar de enunciação, pudesse ser um aliado na luta de atores sociais marginalizados envolvidos.

Mas não no sentido de me enxergar e me colocar como solucionador do conflito hídrico local, pretensioso, acreditando que eu seja um intelectual da comunidade acadêmico-científica preparado para analisar e equacionar a disputa pela água na região. Minha postura foi justamente oposta. Foi a de analisar um conflito pela água intensificado pelo agronegócio em que a minha presença e a execução desta pesquisa pudessem ajudar ao menos um pouco os envolvidos, que seja com o aumento da visibilidade da disputa para outras instâncias. Meu intuito com a escolha desse caso foi e continua sendo ser um aliado na luta junto/com os

moradores das comunidades tradicionais, a fim de questionar e desnaturalizar dinâmicas neocoloniais que incidem sobre as partes subalternizadas e marginalizadas no conflito.

Esta tese foi desenvolvida mediante dados primários e secundários. Além de alguns critérios teóricos e do posicionamento ético-político do pesquisador demandados pela pesquisa sobre conflitos socioambientais que venho descrevendo até então, para a produção e análise dos dados foi realizada uma triangulação metodológica, em que adotei múltiplas técnicas e fontes de evidências para a produção de dados, nomeadamente a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação não participante e entrevistas semiestruturadas, uma vez que o pesquisador dos conflitos socioambientais se apoia em diferentes técnicas e análises como estratégias complementares para ampliar o entendimento do conflito (LITTLE, 2006).

Denzin (2009) distingue a triangulação metodológica em dois subtipos: intramétodo ou “dentro do método”, em que o pesquisador utiliza diversas técnicas e fontes de evidências dentro de um determinado método para coletar dados; e intermétodos ou “entre métodos”, que se refere à combinação de métodos qualitativos e quantitativos de coleta. Dessa forma, realizei uma triangulação intramétodo nesta pesquisa, em que articulei múltiplas técnicas e fontes de evidências em um estudo qualitativo para analisar os conflitos hídricos, a fim de refinar as próprias conclusões e para “produzir conhecimentos em diferentes níveis (...) e, assim, contribuir para promover a qualidade da pesquisa” (FLICK, 2009, p. 62). Para Souza e Zioni (2003, p. 78), além de se tratar de uma estratégia de validação de dados, a triangulação nas pesquisas sobre meio ambiente, como é o caso em questão, seria importante por possibilitar estabelecer uma “inter-relação entre os fatos, as falas e as ações dos indivíduos, o que permite uma compreensão mais abrangente dos significados construídos socialmente na relação dos sujeitos com o meio ambiente”.

Porém, vale sublinhar que o entendimento de validação de dados aqui não diz respeito à mensuração e generalizações como na abordagem positivista, mas como um indicativo de pesquisa planejada e executada de maneira criteriosa e confiável, na qual os procedimentos metodológicos utilizados e os resultados da pesquisa são condizentes e consistentes com os objetivos estipulados. Nesse sentido, Denzin e Lincoln (2000) afirmam que a triangulação não se trata de uma estratégia de validação, mas de uma estratégia que acrescenta rigor, amplitude, complexidade, riqueza e profundidade às pesquisas qualitativas.

Dessa forma, a fim de evidenciar significados pela identificação das diferentes maneiras pelas

quais os conflitos pela água são vistos, compreendendo-os de forma mais abrangente e em diferentes níveis, os dados das pesquisas bibliográfica e documental e das entrevistas semiestruturadas foram comparados em determinados momentos do texto sob o mesmo aspecto, isto é, sob a análise do conflito pela água intensificado pelo agronegócio na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, buscando encontrar convergências, divergências e complementações entre eles a partir das categorias de análise, que serão expostas adiante. Foi adotada, então, a estratégia de triangulação concomitante, em que os dados são produzidos em simultâneo por diferentes técnicas e fontes de evidência, para posterior análise de convergência, diferença ou combinação, tendo cada técnica a sua importância e contribuições para este estudo.

Levo em consideração que dados e informações sobre os conflitos pela água no Brasil ainda não são muito conhecidos ou disponibilizados inclusive por órgãos governamentais (BORDALO, 2019), que as Declarações de Áreas de Conflito (DACs) expedidas pelo Igam identificam apenas os conflitos pela escassez quantitativa da água, desconsiderando os conflitos pela escassez qualitativa e os conflitos potenciais existentes em Minas Gerais (MAGALHÃES JÚNIOR; LOPES, 2017), e que bancos de dados sobre mapeamento de conflitos hídricos criados por movimentos sociais e redes de ativismo são importantes instrumentos de análise para os ecologistas políticos compreenderem a distribuição e características dessas disputas que não são tão evidentes ou reconhecidas nos procedimentos de avaliação padrão (RODRÍGUEZ-LABAJOS; MARTÍNEZ-ALIER, 2015; TEMPER *et al.*, 2018), como nas DACs. Dessa forma, na pesquisa documental, foram analisados diferentes bancos de dados sobre o mapeamento dos conflitos socioambientais pela água, que serão descritos a seguir. E, na pesquisa bibliográfica, foram analisados artigos, dissertações e teses publicadas para subsidiar a discussão não somente no que diz respeito à teoria, mas também informações já existentes acerca dos diversos conflitos deflagrados ou latentes em território mineiro, mas que não estão cadastrados oficialmente no sistema do Igam, a fim de compor o panorama geral proposto no segundo objetivo específico desta tese.

Assim, foram feitas pesquisas em diferentes bases de dados, como Scielo, Portal da CAPES, *Web of Science* e *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) com os termos “conflitos socioambientais”, “conflitos ecológico-distributivos”, “conflitos ambientais”, “conflitos hídricos”, “conflitos por água” e suas traduções na língua inglesa, enquanto palavras-chave. Dos trabalhos encontrados, posteriormente, eu fiz uma filtragem e foram excluídas bibliografias não relacionadas com a temática, isto é, que não problematizavam os conflitos hídricos

intensificados pelo agronegócio. E, no final, restaram cerca de 72 trabalhos que foram utilizados para compor o *corpus* de análise desta tese.

Ainda que a pesquisa bibliográfica seja a base de qualquer estudo científico para apresentar o estado da arte do assunto investigado, como também foi o caso aqui, sua relevância para esta tese não se restringiu a isso. Além da sua importância em auxiliar no levantamento de dados para a apresentação do panorama geral dos conflitos pela água existentes em Minas Gerais, os estudos de Araújo (2009), Anaya e Espírito-Santo (2018) e Santos, J. (2018), por exemplo, também subsidiaram esta pesquisa no que diz respeito às informações já existentes acerca do contexto sociohistórico do conflito pela água intensificado pelo agronegócio envolvendo as comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto, em Matias Cardoso, constituindo fontes de dados muito importantes para a execução desta pesquisa realizada em um período de isolamento social.

Já a pesquisa documental foi realizada com base na proposta de Pimentel (2001), sobre a coleta e organização do material levantado. Inicialmente, busquei encontrar fontes de dados e, nelas, os documentos necessários para a pesquisa. Nesse momento, minha atenção era voltada principalmente para a obtenção de informações advindas de diferentes fontes, observando seu alinhamento com os objetivos traçados neste estudo. Os artigos, dissertações, teses e os demais diversos tipos de documentos (reportagens, mapas, relatórios, imagens, decretos governamentais, portarias, entre outros) encontrados por meio da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental foram organizados e arquivados, inicialmente, de acordo com o assunto e o local onde foram encontrados. Os documentos iam sendo arquivados em pastas no computador ao mesmo tempo que eu dava prosseguimento à coleta.

Em um segundo momento, fiz novamente uma leitura desses documentos e o fichamento dos mesmos, abrangendo um breve resumo, referência bibliográfica da publicação e algumas transcrições de trechos que poderiam ser utilizados posteriormente. Cada documento identificado pela pesquisa resultou na elaboração de uma ficha técnica. Essa organização mais sistemática do conjunto do material coletado seguiu o critério de assunto, mantendo juntos determinados documentos que abordavam o mesmo assunto, independentemente de correlação cronológica. Nesta etapa, o mapeamento e a organização dos documentos teve três focos diferentes, a saber: I) a identificação de programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à consolidação e expansão do agronegócio mineiro a partir da segunda metade do século XX; II) a identificação de conflitos hídricos ocasionados e intensificados pelo

agronegócio em Minas Gerais nos últimos vinte anos; e III) a identificação de características particulares do conflito pela água intensificado pelo agronegócio envolvendo as comunidades tradicionais de Pau Preto e do Quilombo da Lapinha na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, no contexto do Projeto Jaíba.

Em uma etapa seguinte, procedi com a organização do material coletado, dessa vez relacionando uns aos outros dentro de cada mapeamento realizado anteriormente e alocando-os de acordo com os temas que viriam a compor as categorias de análise deste estudo, que serão mencionadas adiante.

De acordo com Cellard (2008), o uso de documentos em pesquisas é relevante por permitir ao pesquisador ampliar a compreensão de fenômenos cujo entendimento necessita de contextualização histórica e sociocultural, já que eles muitas vezes são os únicos testemunhos de atividades específicas ocorridas em um passado recente. Dessa forma, foram selecionadas fontes documentais que permitiram identificar não somente a ocorrência de conflitos pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais à luz de programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão do setor no estado, mas também documentos que possibilitaram observar o contexto histórico e sociocultural do caso específico de análise do conflito na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco.

É importante ressaltar que optei por não priorizar determinado tipo documental, reunindo tudo o que estivesse associado aos objetivos da investigação proposta. Eu analisei as Declarações de Áreas de Conflito expedidas pelo Igam, a fim de verificar a existência dos conflitos por indisponibilidade hídrica em Minas Gerais. Como um trabalho sobre conflitos socioambientais demanda diferentes e complementares tipos de análise, eu também analisei informações e documentos referentes aos conflitos pela água contidos no Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) e pelo Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (NEEPES).

Essa iniciativa identifica, através de um mapa interativo e em constante atualização, diversos conflitos socioambientais (não somente por água), suas causas e populações atingidas, e tem como recorte denúncias existentes desde 2006. De acordo com os organizadores do mapa, os conflitos selecionados “revelam situações decorrentes de um modelo de desenvolvimento cujos empreendimentos – sejam eles indústrias petroquímicas, hidrelétricas, agronegócio para

exportação, hotéis “ecológicos” de luxo ou aterros sanitários – desprezam a vida de inúmeras populações que habitam seus territórios” (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2019a), o que vai ao encontro da proposta desta tese. Seu objetivo é dar visibilidade às demandas de populações locais e comunidades tradicionais atingidas, aos conflitos e suas causas principais. O estudo

também busca apontar a influência do Estado e das dinâmicas econômicas contemporâneas sobre a desestruturação dos laços sociais, de formas não capitalistas de organização social e de economias que funcionam para além do mercado, com base em mecanismos de solidariedade e de cooperação. A iniciativa visibiliza, portanto, as cargas de dor e sofrimento infligidas a comunidades cujo principal capital é a capacidade de reprodução a partir do manejo dos recursos naturais. Esse esforço requer o resgate das trajetórias de luta, dos dilemas envolvidos, das histórias de vida das comunidades e da busca de alternativas de desenvolvimento. Como resultado, a denúncia de que é sobre essas populações e territórios que recaem prioritariamente os custos sociais e ambientais do avanço das monoculturas, da pecuária, da mineração, das indústrias eletrointensivas, dos grandes projetos de infraestrutura e energéticos. [...] Como horizonte de longo prazo, o mapa pretende contribuir para o fortalecimento da luta das comunidades atingidas e para a redução das vulnerabilidades socioambientais resultantes de um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente insustentável (ROCHA, 2011, p. 47).

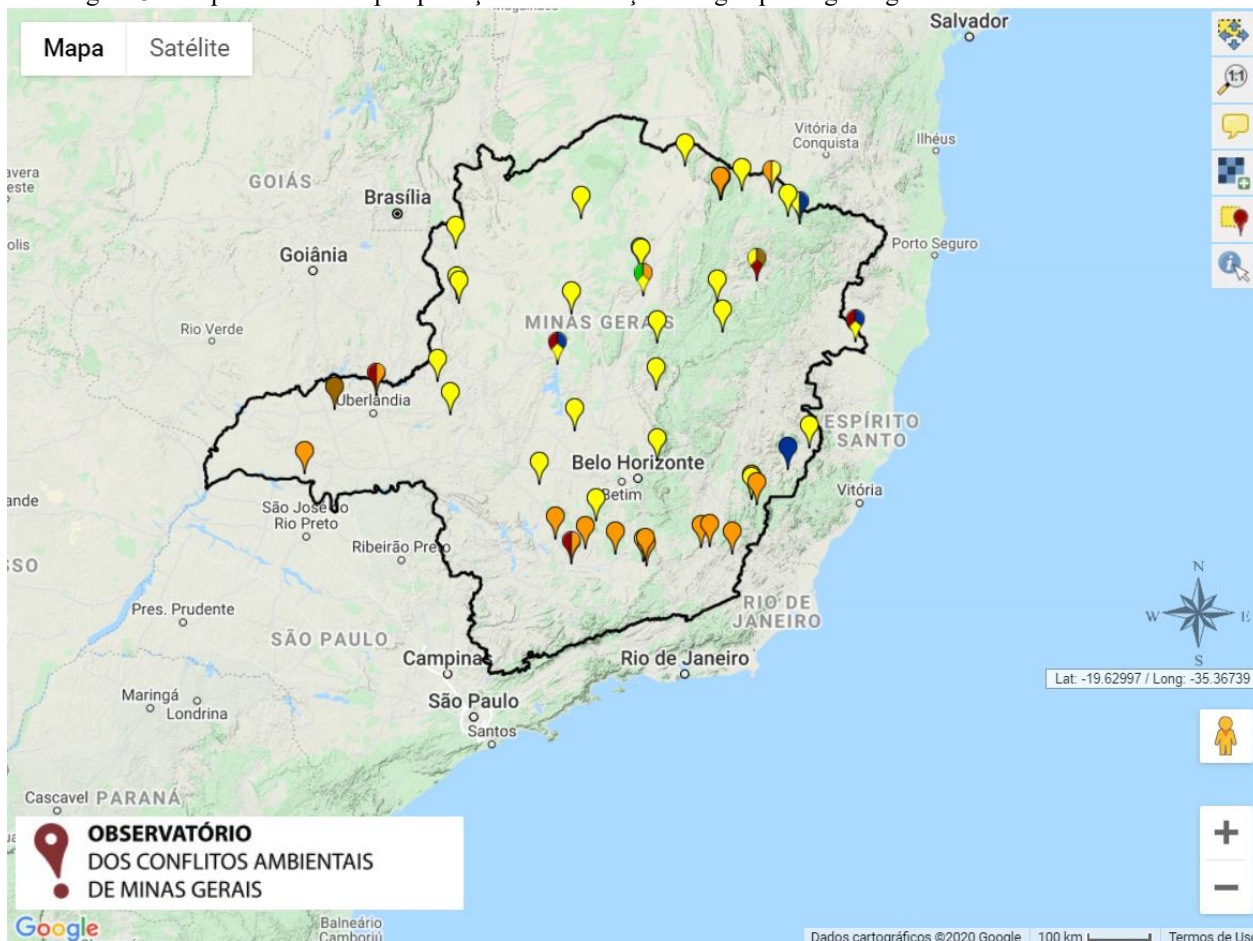
Como esse mapa identifica conflitos socioambientais de diferentes naturezas, causas e impactos, inicialmente filtrei os casos específicos de conflitos hídricos. Para isso, utilizei filtros como “recurso hídrico” e “água” na busca dos principais impactos ambientais do repositório. Posteriormente, os casos obtidos foram lidos um por um, quando busquei fazer novamente uma filtragem para selecionar os conflitos pela água cuja principal atividade geradora do conflito era o agronegócio. Nesse segundo momento, foram utilizadas palavras-chave como agronegócio, agricultura, pecuária, monoculturas, monocultivos, soja, irrigação e contaminação por agrotóxicos.

Outra fonte importante de informação da pesquisa documental foi o Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais, desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG), junto ao Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental da Universidade Federal de São João Del-Rei (NINJA/UFSJ) e o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros (NIISA/Unimontes), que tem como objetivo “a elaboração de um mapeamento qualitativo dos conflitos ambientais em Minas Gerais” (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2021, on-line). Assim, a fim de acrescentar uma abordagem qualitativa à análise dos conflitos pela água para além de sua compreensão por escassez quantitativa, como os dados disponibilizados pelo Igam, e de forma a complementar os dados



do mapa anterior, é que também optei por realizar a pesquisa documental nesse repositório, o qual possibilita, por exemplo, a identificação, através de filtros, de conflitos oriundos da “poluição/contaminação da água” pelo agronegócio, como ilustra a figura abaixo.

Figura 3 - Mapa de conflitos por poluição/contaminação de água pelo agronegócio em Minas Gerais



Fonte: adaptada de Mapa dos Conflitos Ambientais (2021, on-line)

Além desses mapas, foram consideradas também outras fontes de dados para a análise documental, como os relatórios elaborados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que são bastante reconhecidos e respeitados pela comunidade científica (BORDALO, 2019), uma vez que a instituição, desde 2002, tem se mostrado muito atuante no registro dos conflitos por água no Brasil. A análise desses dados foi relevante para construir o panorama dos conflitos hídricos intensificados pelo agronegócio no estado, levando em consideração sua evolução no decorrer dos anos. Inicialmente, foram redigidas 94 diferentes fichas desse tipo de conflito, abrangendo todas as fontes de dados. Após uma breve leitura e exclusão de casos repetidos nas diferentes fontes, restaram 78 ocorrências.

Não menos importante, considerei também como fontes de dados da pesquisa documental reportagens de jornais locais (da região da bacia hidrográfica analisada), que vincularam

informações sobre os contextos histórico, econômico, político e cultural da região do conflito e do próprio conflito em si, bem como jornais de circulação regional e nacional para a análise dos conflitos hídricos em Minas Gerais, notícias e relatórios presentes nos sites da Biblioteca Digital do Estado de Minas Gerais, coordenada pela Fundação João Pinheiro (FJP), do Igam, da ANA, da Embrapa, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), dos Comitês de Bacia Hidrográfica, da Codevasf, do Portal de Mapas do IBGE, do Atlas Digital das Águas de Minas (da UFV), do Atlas da Questão Agrária Brasileira, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag), de ONGs e movimentos sociais atuantes no movimento por justiça ambiental, entre outras fontes.

Em relação à observação não participante, ressalto que a intenção inicialmente era me envolver de maneira mais ativa e engajada no conflito da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, estando mais próximo das comunidades tradicionais envolvidas no conflito hídrico analisado. Contudo, com a pandemia e o isolamento social, isso não foi possível. Antes da pandemia eu tinha realizado apenas uma visita, no início do primeiro semestre do ano de 2020, no *locus* da pesquisa, onde pude fazer observações não participantes na área de estudo. Como essa visita inicial era mais exploratória, para conhecer um pouco mais da realidade local, dos moradores das comunidades tradicionais, do Rio São Francisco e do Projeto Jaíba, e como eu não sabia o que estava por vir pela frente (isolamento social), eu não cheguei a realizar entrevistas presenciais naquele momento com os atores sociais envolvidos no conflito.

Mesmo assim, as observações e a incursão no campo foram importantes no processo de inserção e assimilação do objeto de pesquisa na bacia hidrográfica analisada, já que permitiu notar, *in loco*, um pouco do contexto socioambiental do conflito pela água, sendo que as minhas experiências pessoais, reflexões e comentários enquanto pesquisador foram registrados no diário de campo durante essa visita. Porém, eu não consegui identificar diversos pontos pretendidos através dessa única visita realizada, como os interesses distintos e o poder de influência dos atores locais envolvidos no conflito, a mobilização de organizações da sociedade civil em torno do conflito e as relações sociais estabelecidas entre esses diferentes atores sociais, inclusive a relação deles com a própria natureza em disputa, como eu esperava identificar por meio das observações sistemáticas que seriam realizadas posteriormente.

Durante a pesquisa de campo, minha participação e meu engajamento político *in loco* realmente foram afetados pelo isolamento social. Porém, isso não elimina o fato de eu poder atuar enquanto um apoiador na luta de sujeitas e sujeitos marginalizados politicamente nos conflitos

hídricos, uma vez que, como falado anteriormente, além de buscar dar mais visibilidade a esses atores sociais durante a produção de conhecimento desta tese, como demandado pela Ecologia Política, minha atuação e engajamento no conflito não se encerrarão após o término deste trabalho.

Ao adotar uma postura de luta contínua contra as formas de colonialidade que oprimem e conformam uma geopolítica mundial desigual, especialmente no tocante à apropriação e ao uso da água, seria incoerente da minha parte não manter contato com a comunidade envolvida no conflito após o término desta tese. Inclusive, já há certo planejamento preliminar de ações para apoiar os grupos marginalizados na luta pela água, como é o caso da divulgação da cartilha (Apêndice H) já citada anteriormente. Nessa direção, vale destacar ainda que em junho de 2021 fui convidado pelo coordenador estadual do Núcleo Integrador para Tutela da Água (Nuta) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) para estabelecer uma parceria com o núcleo. A intenção é desenvolvermos, em conjunto, planos de ações para os conflitos pela água intensificados pelo agronegócio identificados em território mineiro, cuja descrição foi proposta no segundo objetivo específico desta tese, a fim de auxiliar na busca pela defesa da água de qualidade como um direito humano universal e livre de conflitos.

Dessa forma, por meio de uma tese política e engajada, intenciono não apenas “denunciar” as dinâmicas neocoloniais que recaem sobre grupos sociais marginalizados nos conflitos hídricos, mas também “agir”, ao menos um pouco, para além dos muros da academia, juntamente à população local, a fim de buscar dar mais visibilidade às suas demandas e aos conflitos hídricos através do próprio processo investigativo e de seus futuros resultados. Assim, apesar das limitações metodológicas, esta tese pode ser considerada também como uma estratégia de ação, como proposto por Little (2006), servindo como subsídio às lutas sociais de grupos marginalizados nos conflitos pela água e à geração de conhecimento dos diferentes interesses e reivindicações dos múltiplos atores envolvidos na disputa.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com alguns atores sociais envolvidos no conflito da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco. Como pontuado por Boni e Quaresma (2005), as entrevistas são importantes fontes na investigação de aspectos afetivos e valorativos dos informantes, adentrando no seu universo simbólico. Os entrevistados foram escolhidos inicialmente por, direta ou indiretamente, estarem vinculados ao conflito hídrico focado no terceiro objetivo específico desta tese. Os sujeitos de pesquisa foram selecionados por meio de duas técnicas distintas: amostragem por meio da bola de neve

(*snowball sampling*); e convites realizados por telefone, e-mail, redes sociais (como *Facebook* e *Instagram*) e contato com sites de diferentes instituições (como da Prefeitura, CBH, instituições agrícolas da região e de movimentos sociais), a depender do perfil de cada um.

Ressalto que a técnica da bola de neve foi muito importante para este estudo, pois, em dado momento, eu pensei que não conseguiria entrevistar até o fim deste trabalho nenhum morador das comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto, que estão envolvidos no conflito hídrico aqui analisado, em virtude do isolamento social por conta da COVID-19 e da impossibilidade de visitar pessoalmente essas comunidades. Porém, ao indagar durante a entrevista o representante da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso — contatado através de e-mail e telefone disponíveis no site da Prefeitura — se ele conhecia alguém para ser entrevistado que se encaixasse no objetivo desta tese, ele me indicou e me passou o telefone de uma moradora dessas comunidades tradicionais, que por sua vez me indicou outro morador, o qual me indicou mais dois moradores dessas comunidades tradicionais, sendo que um deles me indicou mais um.

A delimitação dos entrevistados se deu também por um processo de acessibilidade, isto é, aqueles sujeitos e sujeitas envolvidos no conflito que, após meu contato inicial, aceitaram participar da pesquisa. É importante destacar que houve casos em que os convites foram realizados através de diferentes meios (por telefone, e-mail, correspondência do site e mensagens em redes sociais oficiais, por exemplo), por diversas vezes desde meados do ano de 2020 até meados de 2021, e mesmo assim não obtive retorno. Essa situação ocorreu com representantes de empresas agropecuárias e produtores rurais da região de Matias Cardoso, do Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ), com representantes da Codevasf, com o CBH dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco e com representantes dos movimentos Articulação Rosalino, Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT-MG), Vazanteiros em Movimento, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) e a ONG Amigos Do Rio Verde Grande. Com representantes do DIJ e do CBH do Médio São Francisco, eu cheguei inclusive a apresentar brevemente minha pesquisa por telefone, mas posteriormente continuei sem retorno.

De modo a abranger as múltiplas percepções e perspectivas sociais, culturais e políticas das partes envolvidas no conflito, desde representantes das comunidades local e acadêmica, de movimentos sociais e ativistas, foram realizadas, no total, 14 entrevistas, com os seguintes perfis: 5 moradores das comunidades tradicionais (sendo 3 do Quilombo da Lapinha e 2 da comunidade de Pau Preto), 4 moradores da zona urbana de Matias Cardoso, 2 pesquisadoras da

Unimontes que estudaram a temática e a área do conflito, 1 representante da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso, 1 representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande – SF10 (que também abrange o território do Projeto Jaíba e faz fronteira com o CBH do Médio São Francisco, como será explicado posteriormente) e 1 representante do movimento socioambiental Associação Movimento Carta de Morrinhos.

Dessa forma, as entrevistas com diferentes atores sociais envolvidos no conflito pela água permitiram identificar informações que não foram possíveis somente através das pesquisas bibliográfica, documental e da observação não participante. Por meio das entrevistas, ficou mais evidente, por exemplo, a identificação e análise da atuação, interesses e divergências dos diferentes atores sociais envolvidos no conflito da Bacia do Médio São Francisco, como proposto pela Ecologia Política.

A expertise científica contribui para a padronização do conhecimento e, portanto, para o fortalecimento dos elos da rede que os mobiliza. A perícia jurídica, bastante mobilizada pelos movimentos sociais nas questões ambientais, tem forte relação com a ancoragem do conhecimento que surge no contexto do conflito; a experiência ativista contribui para a produção de conteúdo novo e ancorado em menos tempo do que com outras especialidades; e a experiência local (relacionada ao conhecimento da comunidade) avança na construção de capacidades políticas e na mobilização das comunidades. O conhecimento local (que pode ser comunitário, ativista ou ambos) incorpora outros elementos importantes, como a identidade social e sua ancoragem ao lugar. Nesse aspecto, traz consigo valores, experiências, histórias e narrativas, que, como o conhecimento científico, são renegociados quando novos riscos, experiências ou contingências emergem nos locais onde ocorrem. Também este tipo de conhecimento ajuda a mostrar os limites - muitas vezes desafiadores - do conhecimento científico e especializado, o que ajudaria os profissionais a trabalharem para uma produção de conhecimento mais contextualizada (PARRA-ROMERO, 2020, p. 66–67, tradução minha).

Quanto à identificação neste trabalho dos atores sociais entrevistados, vale destacar que, a fim de preservar o anonimato de suas identidades e a confidencialidade de seus dados, eles foram nomeados aleatoriamente com pseudônimos, como propus no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível nos apêndices desta tese (Apêndice A). Assim, para as entrevistas, foi elaborado esse termo e apresentado a todos os entrevistados, contendo informações como a minha identificação, os objetivos da pesquisa, como se daria a participação dos entrevistados e demais informações consideradas relevantes. O quadro abaixo (Quadro 1) ilustra a identificação das pessoas entrevistadas durante a pesquisa e sua relação com o conflito pela água na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, na região de Matias Cardoso.

Quadro 1 - Identificação das pessoas entrevistadas e sua relação com o conflito pela água na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco

<b>Pseudônimo</b>	<b>Relação com o conflito</b>
Demétrio	Representante da Prefeitura de Matias Cardoso. Trabalha atualmente na Secretaria de Meio Ambiente.
Iara	Moradora da Comunidade do Quilombo da Lapinha
Nereu	Morador da Comunidade de Pau Preto
Sereia	Moradora da Comunidade de Pau Preto
Proteu	Morador da Comunidade do Quilombo da Lapinha
Talula	Moradora da Comunidade do Quilombo da Lapinha
Ulisses	Morador da zona urbana de Matias Cardoso
Maya	Moradora da zona urbana de Matias Cardoso
Tétis	Moradora da zona urbana de Matias Cardoso
Jordão	Morador da zona urbana de Matias Cardoso
Aretusa	Pesquisadora da Unimontes que estudou a temática e área do conflito
Marina	Pesquisadora da Unimontes que estudou a temática e área do conflito
Douglas	Representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
Marvin	Representante do movimento socioambiental Associação Movimento Carta de Morrinhos

Fonte: elaboração própria.

As entrevistas foram realizadas durante o segundo semestre do ano de 2020 e início de 2021, a partir de roteiros semiestruturados, e tiveram uma duração média de cerca de 50 minutos cada uma. Os roteiros semiestruturados serviram como fio condutor durante as conversas e foram elaborados a partir da proposta da execução do terceiro objetivo específico deste trabalho e observando as especificidades de cada perfil dos entrevistados, como pode ser conferido nos apêndices desta tese (Apêndices B, C, D, E, F e G). Boni e Quaresma (2005) destacam que esse tipo de instrumento permite que o pesquisador introduza o tema e os informantes tenham mais liberdade para discorrer sobre o assunto sugerido, explorando-o de forma mais ampla. E assim ocorreu durante as entrevistas, que se iniciaram com a minha apresentação e breve exposição dos objetivos da pesquisa. Apesar de seguir um conjunto de questões previamente definidas, eu as fiz em um contexto muito parecido ao de uma conversa informal, sob a perspectiva de que somos capazes de aprender as melhores questões a serem investigadas com os diferentes perfis de entrevistados, promovendo uma maior interação entre mim e eles, e tendo dirigido a discussão, em momentos oportunos, para questões que não ficaram elucidativas sobre o último objetivo específico proposto nesta pesquisa.

Devido às limitações impostas pela pandemia, as entrevistas foram realizadas por chamada telefônica ou de forma on-line, por meio de chamadas de vídeo com aplicativos pelo computador, como *Google Meet* e *Zoom*. As entrevistas por chamada telefônica foram aquelas

realizadas com os moradores das comunidades tradicionais que são foco deste estudo. Como eu sabia que esses moradores possuíam diferentes condições socioeconômicas e como me foi alertado pelo representante entrevistado da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso, em meu contato inicial por telefone com esses moradores ribeirinhos eu fazia o convite para participar da pesquisa, perguntava como eles preferiam realizar a entrevista — se por chamada telefônica, pelo computador ou por algum aplicativo de celular — e posteriormente agendava o dia e horário da entrevista. Todos eles preferiram realizar a entrevista por chamada telefônica. Tais entrevistas foram feitas na função viva-voz e gravadas com o auxílio de um gravador, com o consentimento dos entrevistados.

A fim de tornar o registro das informações mais completo possível, também optei por gravar as entrevistas on-line, após o consentimento dos entrevistados. Essas gravações (das entrevistas realizadas por chamada telefônica e de forma on-line) tornaram as conversas mais fluidas, pois permitiram que eu permanecesse atento ao que o entrevistado falava, não precisando me preocupar em registrar, por escrito, as informações naquele momento. Após a realização das entrevistas, procedi com a transcrição dos dados, o que me permitiu categorizar e analisar as informações de forma mais sistemática, à luz do terceiro objetivo específico traçado, além de valorizar a participação dos envolvidos na pesquisa, pois, como será visto nos próximos capítulos, foram selecionados e inseridos trechos de falas e momentos marcantes necessários para o entendimento e desenvolvimento deste trabalho, tornando o texto mais rico.

Vale destacar que, neste tipo de pesquisa, a partir de uma abordagem qualitativa amparada pela Ecologia Política, não cabia definir, *a priori*, o número de sujeitos que viriam a compor o quadro das entrevistas, já que minha preocupação não deve ser com a validade da investigação, e sim com a qualidade e reflexividade crítica alcançada por meio dela (WESTON; IMAS, 2018). Nesse caso, minha preocupação foi com a reflexividade para avaliar criticamente se a pesquisa foi realizada de forma apropriada, por meio de uma avaliação contínua das relações estabelecidas, das técnicas e fontes de evidências e do meu envolvimento enquanto pesquisador para a produção de conhecimento.

A reflexividade crítica aqui se refere, então, a estar aberto ao (re)exame, de forma com que as dimensões neocoloniais da teoria e da prática sejam continuamente examinadas e avaliadas, a fim de demonstrar meu compromisso com a luta socioambiental junto à população local diante dos conflitos pela água. Portanto, a obtenção e produção de dados para a tese foram interrompidas assim que constatei o alcance dessa reflexividade crítica nos níveis teórico

(maturidade e aprofundamento teórico) e prático, isto é, em relação ao meu engajamento enquanto apoiador nas lutas sobre os conflitos hídricos na região, ainda que, como mencionado anteriormente, minha postura crítica e meu engajamento nessa luta não terminem após a conclusão deste estudo.

É importante ressaltar que, durante toda a etapa do processo de obtenção e produção de dados, a revisão de literatura esteve em constante elaboração, e novos *insights* surgiram no campo empírico e/ou na teoria para que eu pudesse compreender a dinâmica dos conflitos hídricos em sua complexidade, como foi o caso da necessidade de um maior aprofundamento teórico durante a produção de dados em relação às principais instituições jurídicas responsáveis pela gestão da água e dos conflitos hídricos em Minas Gerais.

Os dados obtidos por meio da observação não participante e das entrevistas semiestruturadas, juntamente à sistematização dos dados obtidos pelas pesquisas documental e bibliográfica, constituíram o *corpus* da pesquisa, que foi analisado por meio da Análise Temática (AT), baseado na perspectiva de Braun e Clarke (2006). A análise temática consiste em um método interpretativo de análise qualitativa de dados para identificar, analisar e interpretar temas, permitindo organizar e descrever os dados com riqueza de detalhes através de temas que os representem adequadamente (BRAUN; CLARKE, 2006). Algumas vezes confundida com a Análise de Conteúdo, a AT se difere dela por não se prender à quantificação (contagens de frequência dos temas). Segundo Silva, Barbosa e Lima (2020, p. 122), para o campo dos Estudos Organizacionais, a Análise Temática é acessível e teoricamente flexível, além de oferecer “novas possibilidades na construção do conhecimento da área, incentivando uma certa ousadia de produzir conhecimento criando novos caminhos de coleta e análise, e a pensar e fazer pesquisa “fora da caixinha””.

Entende-se por “tema” nesta tese uma ideia que capta algo importante sobre os dados em relação aos objetivos da pesquisa e que pode representar um conjunto de dados (BRAUN; CLARKE, 2006). Ou seja, ele unifica e organiza ideias sobre o assunto investigado. A definição de temas-chave na AT não depende necessariamente de medidas quantificáveis, mas de saber se ele capta algo importante em relação aos objetivos propostos. Um maior número de ocorrências não significa necessariamente que o tema é mais relevante. Então como delimitar os temas a partir desse método?

De acordo com Braun e Clarke (2006), a definição dos temas na AT pode seguir dois caminhos:



um mais orientado pelos dados (*data-driven*) e outro mais derivado da teoria (*theory-driven*). O primeiro se refere a identificar temas que emergem dos próprios dados, de forma indutiva, de baixo para cima, ao invés de partir de uma grade de temas preexistente para analisar os dados. Já na orientação pela teoria, ou análise temática teórica, através de uma abordagem dedutiva os dados são abordados a partir de um conjunto de temas teóricos preestabelecido que o pesquisador utiliza para orientar a análise, fornecendo uma análise mais detalhada de alguns aspectos específicos dos dados. As autoras ainda pontuam que o pesquisador pode combinar as duas vertentes em sua análise, desde que tenha clareza sobre isso e que consiga demonstrar a coerência dos procedimentos adotados, além de destacarem também a importância de gerar um mapa temático que guiará a análise.

Assim, para a identificação dos temas e posterior análise dos dados optei por guiar a investigação através da abordagem mista, considerando tanto a perspectiva indutiva quanto a dedutiva. Nesse sentido, considerando que diversos autores da Ecologia Política apontam categorias de análise que são fundamentais para a compreensão dos conflitos socioambientais pela água, os materiais coletados e organizados com foco na descrição dos conflitos hídricos intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais foram analisados a partir de temas preestabelecidos do corpo teórico da pesquisa. Do mesmo modo, busquei analisar os elementos teóricos assinalados por Little (2006) enquanto temas de análise que auxiliam na compreensão do conflito pela água na Bacia do Médio São Francisco, ou seja, também de forma dedutiva. Nesses casos, os dados da pesquisa – advindos da observação não participante, da pesquisa bibliográfica e documental e das falas dos sujeitos entrevistados – foram tratados de forma a contextualizar e trazer significado para os temas delimitados. Já a análise temática dos documentos relacionados à identificação de programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à consolidação e expansão do agronegócio mineiro a partir da segunda metade do século XX foi realizada de forma indutiva.

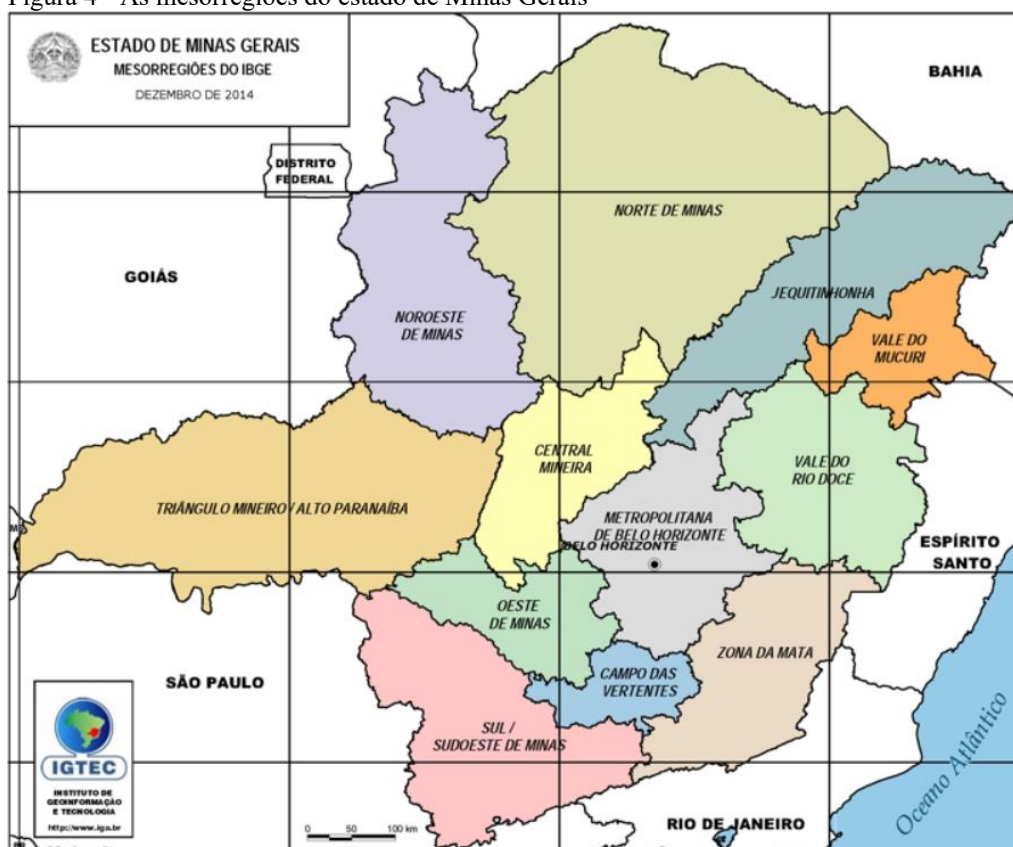
Para os documentos sobre a identificação de programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à consolidação e expansão do agronegócio mineiro a partir da segunda metade do século XX que intensificaram os conflitos socioambientais pela água na região, delimiti como temas de análise: a abrangência espaço-temporal desses programas no estado; a importância e a implicação dessas políticas para a consolidação e expansão do agronegócio em Minas Gerais; os impactos socioambientais na região decorrentes da implantação desses programas; e a intensificação do uso da água pelo setor.

A delimitação desses temas ocorreu através de um processo que se iniciou desde a coleta, organização e revisão do material coletado, onde houve uma imersão nos dados para familiarização com seus conteúdos em profundidade e amplitude. Após sucessivas leituras do material coletado, agrupamento de códigos semelhantes, e busca, nos dados, por padrões de significados e de categorias alinhadas aos objetivos da pesquisa, cheguei a delimitação de temas potenciais, os quais ainda passaram por um processo de revisão e refinamento até a delimitação final dos temas.

Para apresentar um panorama dos conflitos pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais a partir do referencial teórico da Ecologia Política, delimiti como temas de análise: a) as causas e tipologias dos conflitos (MARTÍNEZ-ALIER, 2004; LITTLE, 2006), a partir da classificação proposta pela Comissão Pastoral da Terra, já que essa tipificação diz respeito especificamente aos recursos hídricos e por já ser amplamente respeitada e difundida na área (BORDALO, 2019); b) os atores sociais envolvidos e seus interesses, abrangendo grupos sociais marginalizados (LITTLE, 2006; RIBEIRO; SANTOS; SILVA, 2019); c) as regiões onde estão situados esses conflitos (RIBEIRO; SANTOS; SILVA, 2019); d) os possíveis impactos socioambientais e danos à saúde para a população atingida, enquanto “violências das afetações” dessas disputas (ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016); e e) as organizações de resistências que emergem desses conflitos (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Tendo em vista que o número total de casos identificados nesta pesquisa para atingir este objetivo específico não esgota as inúmeras situações vividas e não representa uma expressão real ou quantitativa dessas disputas no estado, a análise se voltou para os casos mais emblemáticos e expressivos, levando em consideração aqueles que continham mais informações sobre o conflito. A fim de facilitar a organização e o direcionamento da análise dos resultados, esta foi feita inicialmente agrupando os diferentes tipos de conflitos hídricos em relação as suas principais tipologias, enquanto diretriz que orienta a análise desses fenômenos (LITTLE, 2001), e considerando sua distribuição espacial nas 12 mesorregiões no estado, divisão territorial adotada oficialmente pelo Governo Estadual, conforme o mapa abaixo (Figura 4).

Figura 4 - As mesorregiões do estado de Minas Gerais



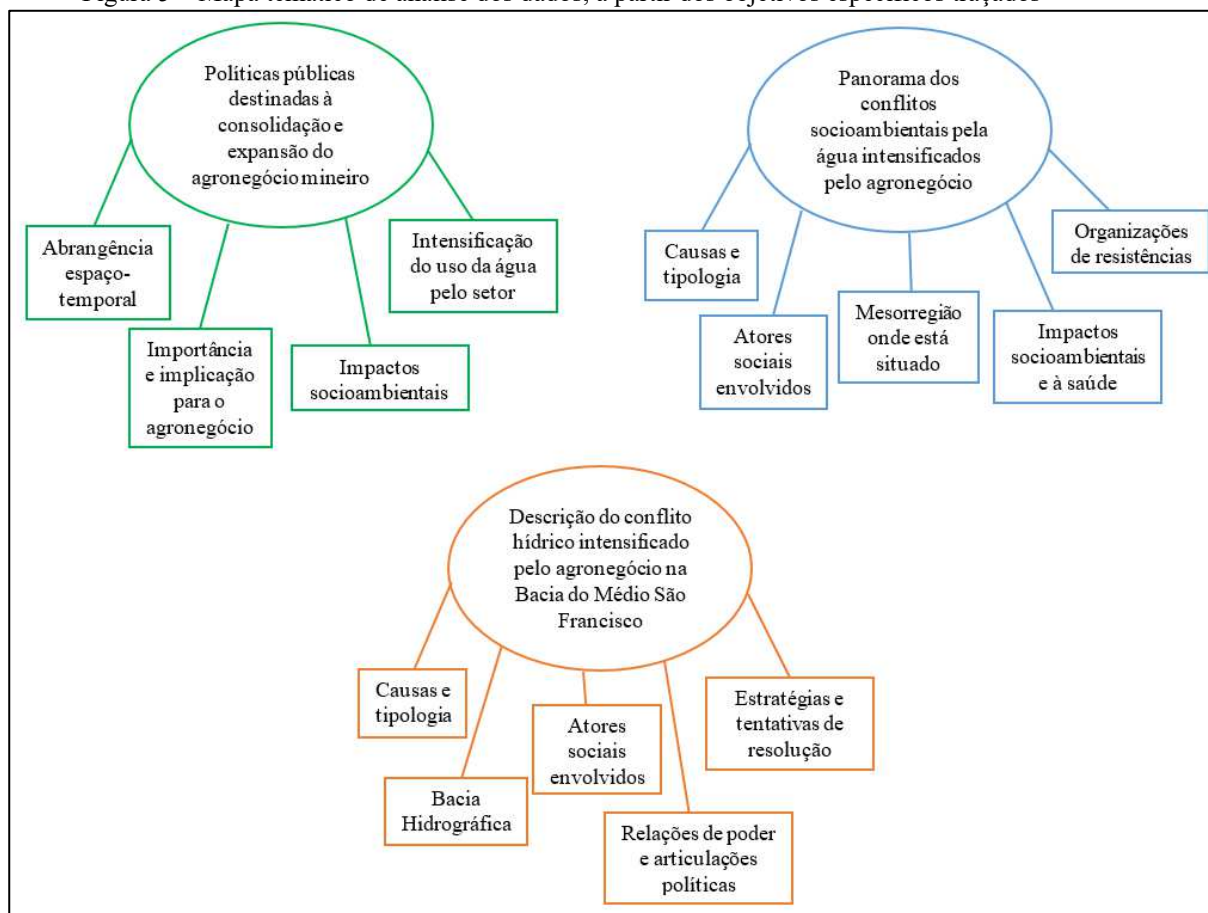
Fonte: Minas Gerais (2014, on-line)

Já para a descrição do caso do conflito pela água na Bacia do Médio São Francisco, amparado pelo estudo de Little (2006), defini os seguintes temas de análise: a) identificação do foco central do conflito, isto é, o que realmente está em jogo, pois caracterizar a tipologia do conflito socioambiental, segundo o autor, auxilia no entendimento de sua dinâmica; b) identificar a relevância estratégica da bacia hidrográfica enquanto contexto do conflito pela água. Nesse caso, também busquei evidenciar programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas ao agronegócio na região e o papel que, historicamente, o setor representa para a região; c) identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos, seus interesses específicos e reivindicações, principalmente em torno dos recursos naturais que estão em disputa, incorporando pontos de vista de grupos sociais marginalizados; d) descrição das relações de poder entre os agentes envolvidos, mapeando alianças e coalizões políticas entre as partes. Nesse sentido, o autor destaca também a importância em identificar os distintos níveis (local, regional, nacional ou global) em que os atores sociais envolvidos operam, enquanto seu principal nível de funcionamento e eficácia política, e descrever conexões transníveis estabelecidas. Por exemplo, grupos locais podem ter uma presença política significativa nos âmbitos local e regional e pouca expressividade nas esferas nacional e global, mas podem conseguir apoio de atores sociais que se articulam nesses níveis para promover seus interesses;

e e) identificação das variadas estratégias e tentativas de resolução do conflito utilizadas pelos atores sociais envolvidos. A análise desses temas foi contextualizada em diferentes escalas temporais, como também proposto por Little (2006).

Como os temas identificados devem estar intimamente relacionados aos objetivos da pesquisa (BRAUN; CLARKE, 2006), o mapa temático abaixo (Figura 5) evidencia os temas principais de análise a partir dos objetivos específicos traçados nesta tese. Contudo, é importante destacar que tal delimitação (dos temas de análise para cada objetivo específico) foi realizada apenas para facilitar a compreensão do estudo, organizar a análise e favorecer o entendimento da consecução dos objetivos propostos, pois essas categorias estão intrinsecamente relacionadas e constantemente se cruzam no processo de construção da realidade pesquisada.

Figura 5 – Mapa temático de análise dos dados, a partir dos objetivos específicos traçados



Fonte: elaboração própria.

Após descrever os percursos metodológicos trilhados no decorrer da pesquisa, nos próximos 4 (quatro) capítulos me debruço sobre o referencial teórico que fundamentou e norteou esta tese, articulando desenvolvimento, agronegócio e a intensificação dos conflitos socioambientais pela água no Brasil.

## **5 A (RE)PRODUÇÃO DA COLONIALIDADE NAS POLÍTICAS E DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO (SUSTENTÁVEL)**

### **5.1 A colonialidade do poder e da natureza nos programas e políticas de desenvolvimento**

Antes de teorizar sobre a reprodução da colonialidade nas políticas e discursos de desenvolvimento, gostaria de aprofundar primeiramente a compreensão de colonialidade e de desenvolvimento nesta tese. Para o entendimento do primeiro, é necessário levar em consideração que existem diferenças de significado entre os termos “colonização”, “colonialismo”, “colonialidade” e “decolonialidade”. Apesar da intrínseca relação entre esses processos, a colonização e o colonialismo são fenômenos históricos datados e que se expressaram em diversos territórios durante as expansões imperiais. Já o conceito de colonialidade pode ser compreendido neste estudo como a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental que ultrapassa as particularidades do colonialismo histórico, buscando explicar a continuidade das formas coloniais de dominação e exploração, já que elas não desaparecem com a independência ou com o fim do colonialismo (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2017). É aquilo que foi instaurado pela violência colonial e que perdura nos dias de hoje.

A matriz da colonialidade é constituída pela reprodução das formas coloniais de dominação em quatro dimensões: poder, saber, ser (QUIJANO, 2000, 2005) e natureza (ALIMONDA, 2011). A colonialidade do poder pode ser compreendida como um processo estruturante do sistema-mundo moderno/colonial que traduz a dinâmica de poder empregada na organização, divisão e hierarquização das sociedades, auxiliando no entendimento de diferentes formas coloniais de dominação e exploração para além da colonização (QUIJANO, 2005, 2013).

A decolonialidade pode ser compreendida como a interrupção deste violento processo de dominação e exploração. “Decolonizar”, então, não se trata apenas de reverter ou superar o colonialismo, mas principalmente de uma ferramenta política, epistemológica e social que denota uma postura/luta contínua em busca de identificar, incentivar e construir resistências e lógicas alternativas contra as diversas opressões e estruturas que conformam uma geopolítica mundial acentuadamente desigual (WALSH, 2009). Ao mesmo tempo, vale destacar que é preciso tomar muito cuidado para não banalizar os termos “decolonialidade” e “descolonização”, o qual ultimamente têm sido bastante utilizados como metáforas para melhorar as coisas em sociedade, descaracterizando a essência da descolonização devido ao

mau uso do termo (TUCK; YANG, 2012).

Já o termo “desenvolvimento”, mesmo possuindo diferentes significados ao longo dos anos, principalmente nas últimas décadas, inexoravelmente se reporta a uma condição dominante que o associa à ideia de modernidade e progresso. Isso ocorre, em grande parte, porque a teoria econômica geral e muitos modelos de desenvolvimento supõem que o crescimento econômico gera consequências benéficas para toda a sociedade, a partir, por exemplo, do que se denomina de efeito do gotejamento ou vazamento do crescimento, isto é, primeiro fazer crescer/desenvolver para depois distribuir os benefícios (MALUF, 2000).

Junto a esse cenário está o destaque para a industrialização como vetor quase que exclusivo do processo de desenvolvimento, sendo que, muitas vezes, um é usado como sinônimo do outro. Desenvolvimento seria equivalente à industrialização, e esta seria o principal mecanismo da modernização das sociedades, uma vez que possibilitaria o aumento da produtividade, avanços materiais e transformações nas relações sociais por meio de inovações técnicas (MALUF, 2000). Assim, é evidente a ênfase na dimensão produtiva ao se falar de desenvolvimento. Tanto a noção de “modernização” quanto a de “desenvolvimento” expressam promessas de rupturas e grandes transformações sociais, sendo que a segunda se constitui em uma das materializações possíveis da primeira, e a noção de progresso ainda confere um sentido positivo para ambas (MALUF, 2000). É por isso que as políticas e programas de desenvolvimento promovidos por muitos países podem ser compreendidos como processos de modernização.

Nesse contexto, a experiência dos países latinoamericanos se destaca no que se refere à industrialização como meio para o desenvolvimento, modernização e progresso, a fim de superar o seu subdesenvolvimento ou “atraso”. O discurso do desenvolvimento é central na diferenciação dos processos históricos dos países latinoamericanos daqueles considerados países centrais, uma vez que, no processo histórico de colonização do Brasil e da América Latina, por exemplo, foi instaurado um padrão de poder vinculado à inferiorização do outro, que moldou a estrutura da narrativa moderna, a partir da noção de desenvolvimento.

É mera coincidência que, na escala global do planeta, a esmagadora maioria das pessoas exploradas, dominadas, discriminadas e, em algumas regiões, até privadas de recursos de sobrevivência, venha de sociedades destruídas e/ou colonizadas por europeus? É mera coincidência que as regiões e/ou países da "periferia" ou "sul" correspondam precisamente às áreas que habitavam as sociedades destruídas e/ou colonizadas pelos europeus? É mera coincidência que as pessoas que descendem, parcial ou totalmente, das populações colonizadas pelos europeus, sejam, em sua vasta maioria, dominadas e discriminadas onde quer que habitem? Se não se trata - haverá alguém que possa dizer que sim? - nessas situações de simples coincidências

históricas, a questão das relações entre a colonialidade do poder e o desenvolvimento não pode ser evitada” (QUIJANO, 2014, p. 205, tradução minha).

Cabe ressaltar que, apesar de o termo “desenvolvimento” ser de uso comum há mais de 200 anos, o seu entendimento e associação com o progresso se deu, principalmente, pelo discurso do presidente Harry Truman, o qual, como já dito anteriormente, classificou os povos e nações em desenvolvidos e subdesenvolvidos. Isto resultou em uma nova percepção do Ocidente e do “resto do mundo”, bem como na construção e representação do "Terceiro Mundo". De acordo com Lisboa (1996), o conceito de desenvolvimento surgiu como uma marca civilizatória do ocidente capitalista industrial em resposta à novidade da emergência política do “Terceiro Mundo”. Foi a partir desse discurso que “nasceram” nações e povos subdesenvolvidos, já que eles foram “transmogrificadas em um espelho invertido da realidade dos outros: um espelho que os deprecia e os envia para o fim da fila, um espelho que define sua identidade, que é realmente o de uma maioria heterogênea e diversa, simplesmente nos termos de uma minoria homogênea e restrita” (ESTEVA, 2000, p. 7).

Tal classificação criou a noção de pobreza fundamentada em indicadores capitalistas modernos, como o PIB, a renda *per capita*, bens materiais, extração de recursos, ciência e tecnologia e economias de mercado, estabelecendo novas formas de relações e mecanismos de controle sob o clamor do desenvolvimento, já que os povos subdesenvolvidos “precisavam” se desenvolver para progredir e alcançar patamares de vida aceitáveis (ESCOBAR, 1995). Foi nesse contexto que os conceitos de desenvolvimento, modernização e crescimento econômico foram “vendidos” para os países do Terceiro Mundo "como um pacote de viagem para a terra prometida da felicidade" (MIGNOLO, 2007, p. 452), em um processo

que subsumiu diferenças de cultura, construindo pessoas como variáveis no grande modelo de "progresso" e validando os imperativos de assimilação do desenvolvimento sob a bandeira do interesse nacional, o que era frequente para as novas nações do Terceiro Mundo. Colocado neste contexto, o desenvolvimento simplesmente se tornou outro nome para o crescimento econômico. A lógica era que o crescimento econômico deveria ser primordial. O crescimento econômico aliviaria a pobreza criando riqueza, que poderia então ser usada para resolver problemas "sociais" (BANERJEE, 2003, p. 150, tradução minha).

Assim, ainda que a colonização tenha chegado ao fim no século XIX, as noções de desenvolvimento, industrialização, progresso e modernização continuam sendo utilizadas para hierarquizar povos e regiões e para legitimar relações de poder, caracterizando o conceito de colonialidade do poder. Os discursos de desenvolvimento, associados à ideia de progresso contínuo e modernização, representam uma nova roupagem da modernidade eurocêntrica, inserida na lógica da colonialidade, e que teve forte influência na América Latina, em virtude

de ser um dos critérios de classificação de povos, países e regiões.

Junto a essa classificação (desenvolvidos e não desenvolvidos/subdesenvolvidos), são fornecidas receitas de como alcançar os países desenvolvidos, como se esta fosse a única opção, a ser perseguida por todos, por meio da industrialização e urbanização, tal qual ocorreu nos países de “primeiro mundo”. O desenvolvimento, sob hegemonia do pensamento economicista, durante muito tempo foi considerado a única via para garantir qualidade de vida e melhorias sociais para a humanidade. Esses ideais de modernidade, desenvolvimento e progresso, compreendidos, sobretudo, enquanto algo alcançável através do produtivismo, do consumismo e do crescimento econômico, se tornaram, para muitos, o principal objetivo a ser atingido pelas sociedades.

Noções como a de pobreza, atraso e subdesenvolvimento foram criadas por países do Norte e se tornaram padrões de medida do desenvolvimento. Desse modo, o desenvolvimento de países e regiões consideradas atrasadas tem sido organizado segundo preceitos modernos estadunidenses e europeus, projetado a partir de normas e valores universais, que deveriam se expandir para o resto do mundo, em uma tentativa de homogeneização do mundo de acordo com os preceitos eurocêntricos (ESCOBAR, 1998; MIGNOLO, 2003; QUIJANO, 2005).

Na Ecologia Política Latinoamericana é marcante a crítica ao projeto colonial euro-estadunidense e à sua propagação discursiva dos ideais de desenvolvimento, progresso e modernidade enquanto superação do subdesenvolvimento, já que essa perspectiva busca compreender as injustiças ambientais e os conflitos socioambientais que se manifestam enquanto consequências do modelo de desenvolvimento, que é desigual e produtivista (MARTÍNEZ-ALIER, 2009).

Escobar (1995, 2015) é um dos principais críticos do desenvolvimento enquanto produção discursiva e uma “invenção” histórica do pós-guerra, enquanto práticas discursivas de controle e regimes de representação homogeneizantes, cujo conceito é naturalizado como uma versão modernizadora, de um único mundo possível. Ou seja, para esse autor, desde a sua criação, a ideia de desenvolvimento e suas diferentes formas de aplicação moldam toda a concepção possível da realidade dos países que se reconhecem como subdesenvolvidos, sendo considerado a única via possível para a superação da pobreza e do “atraso” que incidem nessas nações. Isso já é característica da colonialidade, isto é, a manifestação de uma epistemologia hegemônica e excludente.



Dessa forma, o êxito do desenvolvimento foi sintetizar, organizar e gerir povos e nações com base em um sistema unitário, resultando na colonização e dominação de ecologias naturais e humanas (ESCOBAR, 1995). Tal forma de colonização ainda é observável e (re)produzida nos dias de hoje, seja por meio do papel desempenhado por instituições internacionais, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) — as quais, compactuadas com organizações empresariais, são agentes poderosos no avanço dos discursos do desenvolvimento e influenciam a criação de políticas ambientais e comerciais — ou até mesmo através de políticas governamentais de industrialização e modernização, que na maioria dos casos não leva em consideração especificidades dos contextos e comunidades locais.

Dentro dessa lógica de desenvolvimento baseada no progresso, na modernização e industrialização, tanto a natureza quanto as populações se tornam apenas fontes de recursos ou até mesmo barreiras que precisam ser superadas caso não sirvam para a produção econômica. Isso é facilmente demonstrado e corroborado, por exemplo, pelo discurso de uma das figuras atuais mais influentes e emblemáticas no contexto nacional, isto é, o presidente brasileiro eleito Jair Bolsonaro, o qual, em uma entrevista<sup>10</sup> realizada em Porto Velho, criticou o número de áreas florestais protegidas no país, afirmando ser esse um grande obstáculo ao desenvolvimento da nação. Segundo ele, “o Brasil não suporta ter mais de 50% do território demarcado como terras indígenas, como áreas de proteção ambiental, como parques nacionais. Atrapalha o desenvolvimento. Outros países conseguem preservar o meio ambiente com menos áreas protegidas. Não podemos continuar admitindo fiscalização xiita por parte do ICMBio e Ibama prejudicando quem quer produzir”.

Dessa forma, podemos expandir a noção de colonialidade também para a apropriação da natureza, como elemento central constitutivo da colonialidade e produto da construção da modernidade, que sustenta a lógica prevaiente da acumulação capitalista por meio de formas econômico-instrumentais de se pensar e se relacionar com a natureza — entendida unicamente enquanto mercadoria — e que evidencia os processos de expropriação territorial, como a destruição de modos subalternos de convívio com o meio ambiente (ASSIS, 2014).

Quero começar destacando o ponto que me interessa desenvolver neste momento: a persistente colonialidade que afeta a natureza latinoamericana. Essa natureza, tanto

---

<sup>10</sup> JOVEM PAN. **Em RO, Bolsonaro critica número de áreas florestais protegidas no país: ‘atrapalha o desenvolvimento’**. UOL, 2018. Disponível em: <<https://jovempan.uol.com.br/programas/jornal-da-manha/em-ro-bolsonaro-critica-numero-de-areas-florestais-protegidas-no-pais-atrapalha-o-desenvolvimento.html>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

como realidade biofísica (sua flora, sua fauna, seus habitantes humanos, a biodiversidade de seus ecossistemas) quanto em sua configuração territorial (a dinâmica sociocultural que articula significativamente esses ecossistemas e paisagens) mostra-se para o pensamento hegemônico global e para as elites dominantes da região como um espaço subalterno, que pode ser explorado, arrasado, reconfigurado, segundo as necessidades dos regimes de acumulação vigentes. Ao longo de cinco séculos, ecossistemas inteiros foram devastados pela implantação de monoculturas de exportação. Hoje é o caso da mineração a céu aberto, dos monocultivos de soja e de agrocombustíveis com insumos químicos que destroem ambientes inteiros - inclusive os humanos. Mesmo as orientações políticas "ecologicamente corretas" dos centros imperiais supõem opções ambientalmente catastróficas para a nossa região: transferência de indústria poluidora, projetos de despejo de lixo nuclear, mega-monoculturas de agrocombustíveis e assim por diante. Uma longa história de desenvolvimento desigual, uma ruptura a nível global do metabolismo sociedade-natureza, que penaliza cada vez mais a natureza latinoamericana e os povos que nela fazem sua vida (ALIMONDA, 2011, p. 22, tradução minha).

Nesse contexto, a natureza é instrumentalizada e reduzida a um mero fator de produção, vista como fonte geradora de riqueza, algo a ser fragmentado, explorado e vendido em escala global. Caracteriza-se, assim, um processo colonial sustentado e legitimado por discursos em prol do desenvolvimento e do progresso econômico e pela venalidade da natureza, a qual é vista como uma zona de sacrifício (ACSELRAD, 2004a) disponível para o abate e gerida conforme o processo de acumulação incessante do capital. O meio ambiente é visto, então, como uma variável que pode e deve ser administrada para a sustentabilidade do crescimento (SACHS, 2000; ESTEVA, 2000).

## **5.2 A saída é pelo desenvolvimento sustentável? Os impactos e a crise do modelo hegemônico de desenvolvimento**

Diante do exposto, há de se considerar que os impactos provenientes pelos mais de 200 anos de industrialização são, no mínimo, ambíguos. Apesar do inestimável avanço da ciência e tecnologia e da riqueza e prosperidade para alguns povos e nações (SHRIVASTAVA, 1995), o ideal desenvolvimentista de prosperidade e progresso e a promessa de erradicação da pobreza mundial estão cada vez mais longe de serem concretizados. Pelo contrário, já foi comprovado, por exemplo, que o crescimento econômico não é suficiente para enfrentar as desigualdades sociais e a pobreza, uma vez que há vários estudos que indicam que não é possível estabelecer uma relação dos impactos positivos ou negativos do crescimento econômico no grau de equidade (MALUF, 2000).

Ou seja, é incorreto afirmar que crescimento econômico sempre vai beneficiar os mais pobres

ou que nenhum país subdesenvolvido perde com reformas pró-crescimento, uma vez que desenvolvimento e crescimento econômico não gera equidade. Não se devem avaliar apenas os incrementos constantes no nível de renda da população como condição para se chegar ao desenvolvimento, se não houver a preocupação de como esses incrementos são distribuídos. Crescimento econômico não traz, necessariamente, desenvolvimento, nem tampouco qualidade de vida (SACHS, 2001).

Visto isso, a partir de 1970, começou a emergir o debate acerca dos limites e dos impactos das políticas e programas de desenvolvimento enquanto vetores do crescimento econômico e da busca por emancipação econômica e social. O que se observou a partir da implantação desses projetos nacionais desenvolvimentistas foi um aumento cada vez mais exponencial de injustiças socioambientais, tais como desemprego, subemprego, desigualdade social, aquecimento global, destruição da biodiversidade, acidentes industriais, destruição da camada de ozônio, entre outros.

Isso desencadeou uma crise no modelo hegemônico de desenvolvimento econômico que norteou políticas governamentais em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, principalmente até metade do século passado, até emergir a problemática ambiental na década de 1960 e a necessidade de construir novos padrões de transformação social. A crise do modelo de desenvolvimento, o qual tinha como pressuposto a industrialização, o crescimento econômico e o avanço da ciência, aconteceu, sobretudo, pelos questionamentos em relação à capacidade de autorregulação da natureza e da infinitude dos recursos naturais. Tais questionamentos foram provocados, principalmente, pelo fortalecimento do movimento ambientalista na segunda metade do século XX e pela crise mundial do petróleo em 1973, situações essas que foram cruciais para alertar o mundo sobre a limitação dos recursos naturais (SILVA; NELSON; SILVA, 2018).

Diante disso, especialmente a partir da década de 1970 foram realizados muitos encontros, relatórios, conferências e congressos para debater os impactos sociais e ambientais causados pelo desenvolvimento. Dentre os principais, destaca-se o relatório do Clube de Roma, em 1972, a Conferência de Estocolmo, realizada também em 1972, o Relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, de 1987, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 e Rio 92, de 1992 e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Natural, ou Rio+20, de 2012. Além dessas, destaco também a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em

2002 em Joanesburgo, conhecida também por Rio+10, e a mais recente conferência do clima (COP 21) realizada em Paris, conhecida como Acordo de Paris. Em todos esses eventos, foram debatidas as consequências ambientais e sociais do desenvolvimento, bem como as limitações de um modelo baseado no crescimento econômico e no progresso.

É nesse cenário de crise e de esgotamento da concepção hegemônica de desenvolvimento, bem como pelas crescentes lutas e conflitos entre comunidades tradicionais, de um lado, e interesses corporativos e governamentais, de outro, que algumas organizações não governamentais (ONGs), movimentos ambientalistas, populações locais, comunidades tradicionais e acadêmicos começaram a pressionar e a exigir um reexame conceitual e político de desenvolvimento, a fim de que ele incorporasse outras questões que não se restringem ao crescimento econômico. Desse modo, na tentativa de reconciliar a atividade humana — sobretudo aquela baseada no modo de produção industrial, sinônimo de progresso e desenvolvimento, que estava por trás da degradação ambiental — e a necessidade de “levar” o desenvolvimento a populações que ainda não tinham tido acesso a melhores condições de vida, foi proposto pela Comissão de Brundtland, na década de 1980, o modelo de desenvolvimento sustentável (GUERRA *et al.*, 2007).

Apesar de haver diversas interpretações e perspectivas diferentes sobre o tema, desenvolvimento sustentável diz respeito, de modo geral, a um processo de crescimento econômico que preserve e não destrua o meio ambiente. A definição mais reconhecida e reproduzida atualmente sobre o termo tem sido a utilizada no próprio relatório de Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, o qual o define como “o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO DE BRUNDTLAND, 1991, p. 47), devendo ser compreendido como um propósito orientador da ação política e econômica internacional. Foi a partir daí que a noção de desenvolvimento sustentável ganhou destaque e foi rapidamente incorporada aos discursos governamental, ambientalista e empresarial.

Contudo, a aparente conciliação entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente dessa abordagem não passa de um truque verde que, de forma nada ingênua, falha em resolver e priorizar questões ecológicas. Como pontuado por Harvey (1996), as discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável estão mais relacionadas com a preservação de uma ordem social particular do que com a preservação da natureza em si. Para Shiva (2015), o discurso do desenvolvimento sustentável usa a lógica dos mercados e da acumulação capitalista

para determinar o futuro da natureza, e não o contrário, como se esperava, isto é, remodelar os mercados e os processos de produção para se ajustarem à lógica da natureza. No mesmo sentido, Banerjee (2003) destaca que o paradigma do desenvolvimento sustentável é baseado na racionalidade econômica, e não em uma racionalidade ecológica.

Isso porque o desenvolvimento sustentável visa maximizar os objetivos econômicos e ambientais simultaneamente e não reconhece que tais objetivos são frequentemente diferentes e incompatíveis entre diferentes povos, sendo o próprio conceito em si uma contradição, já que sustentabilidade e desenvolvimento são termos baseados em suposições muito diferentes e muitas vezes inconciliáveis. O surgimento do termo foi pensado no intuito de tentar amenizar os problemas de exploração social e destruição ambiental. Porém, a proposta de desenvolvimento sustentável mascara as contradições do próprio termo: a sustentabilidade se torna cada vez mais relevante na medida em que a destruição da natureza e da economia se intensificam.

Assim, ainda que o conceito de desenvolvimento sustentável leve em consideração questões sociais como pobreza e equidade, ele não abarca de forma crítica as condições estruturais que caracterizam a apropriação da natureza pelo capital, resultando na capitalização, expropriação e mercantilização da natureza (BANERJEE, 2003, p. 160). Desse modo, a natureza, mais uma vez, pode ser compreendida como uma variável a ser manejada, administrada e gerida para a sustentabilidade do crescimento. E nesse processo de “adequação ambiental” (ZHOURI *et al.* 2005), ações políticas atribuem aos mercados a capacidade institucional de resolver a exploração e destruição ambiental (ACSELRAD, 2004a).

O discurso por trás disso é o de encontrar novas tecnologias de produção, vistas como “limpas”, e ampliar o papel do mercado na alocação de recursos naturais, partindo da suposição de que precificar o meio ambiente é a única forma de protegê-lo. Porém, as preocupações ambientais promovidas no discurso do desenvolvimento sustentável e nas práticas de gestão ambiental só são preocupações porque ameaçam e podem prejudicar a sustentabilidade do sistema econômico. O desenvolvimento só é sustentável se for lucrativo (BANERJEE, 2003).

E o “Terceiro Mundo”, ainda necessitado de desenvolvimento, agora precisa se preocupar em se desenvolver de forma sustentável. Logo, o conceito de desenvolvimento sustentável é uma “nova” retórica científica que busca legitimar os mercados, o capital transnacional, a ciência e tecnologia ocidentais e as demais noções de progresso que legitimam a violência e a

colonização da modernidade. Portanto, criticar o desenvolvimento sustentável e suas diferentes práticas corporativas de gestão ambiental “vendidas” por agências internacionais, governos e empresas é problematizar e questionar a modernidade e suas metanarrativas de progresso e desenvolvimento (BANERJEE, 2003). O modelo de desenvolvimento sustentável acaba sendo um retorno às práticas desenvolvimentistas e coloniais, que consistem na oferta de “ajuda” aos países considerados subdesenvolvidos em direção à promoção das condições necessárias aos moldes dos países industrializados do Norte.

Tal como ocorre na concepção hegemônica de desenvolvimento, a ideia de desenvolvimento sustentável oferece um paraíso às pessoas. Todavia, o que se observa é a reprodução do pensamento colonial e a incorporação de uma visão da natureza especificada pelo pensamento econômico moderno, representando-a novamente como um mero recurso natural que deve ser explorado e gerido pela sociedade, com parcimônia, mas ainda sob a lógica dos mercados e da acumulação capitalista. Apesar das lutas envolvidas na construção do conceito de desenvolvimento sustentável, ele é mais do mesmo, com uma roupagem mais adequada aos medos dos nossos tempos.

Dessa forma, os discursos de desenvolvimento sustentável também (re)produzem a colonialidade do poder e da natureza, já que se refere a um “novo” mecanismo de poder e a uma forma econômico-instrumental de se conceber e explorar os recursos naturais como se fossem mercadorias, em que se almeja o ideário de progresso, desenvolvimento e crescimento econômico por meio da perpetuação de formas assimétricas e coloniais de apropriação da natureza. Além do fato de a natureza ser colonizada, ela ainda representa os meios para contabilizar o progresso da colonização.

É necessário questionarmos e problematizarmos políticas e discursos de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável a partir do modo como são conhecidos hoje. Suas relações predatórias com a natureza e a sua incapacidade de responder ao problema das diferenças sociais entre povos e nações evidenciam a (re)produção da colonialidade e a falência da miragem do desenvolvimento enquanto promotor do progresso e do crescimento econômico. Dado que não pode haver um crescimento econômico infinito com recursos finitos, deve-se repensar o conceito tradicional e utilitarista de desenvolvimento, questionando, por exemplo, para que e para quem se pensa este ou aquele modelo de desenvolvimento e sob quais consequências socioambientais.

O desenvolvimento não é algo dado nem tampouco algo abstrato. Ele se consolida, por exemplo, em programas e políticas públicas. Já a definição dessas políticas é resultado de uma articulação entre diferentes atores sociais, e, no caso do agronegócio brasileiro, historicamente, a interferência de elites corporativas e do Estado sobre tais processos é forte, conforme exposto no capítulo a seguir, sobre a contextualização do agronegócio enquanto um modelo agrícola neoextrativista no Brasil e a importância de alguns programas e políticas públicas de desenvolvimento e de modernização para a expansão do setor ao longo dos anos.

## 6 CONTEXTUALIZANDO O AGRONEGÓCIO ENQUANTO UM MODELO AGRÍCOLA NEOEXTRATIVISTA NO BRASIL

### 6.1 A formação político-midiática da noção de agronegócio no Brasil

Existe uma diferença significativa entre os termos agropecuária e agronegócio. A agropecuária é um conjunto de atividades que abrange a agricultura, a pecuária, a silvicultura, a exploração florestal e a pesca, constituindo o setor primário da economia. Já o agronegócio pode ser compreendido neste trabalho como toda relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária, abrangendo o somatório de cinco segmentos: o de fabricação de insumos (suprimentos), a produção nos estabelecimentos agropecuários, a agroindústria (processamento ou transformação desses insumos), a distribuição e o consumidor final. Essa cadeia produtiva engloba também todos os serviços de apoio, tais como pesquisa e assistência técnica, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, dentre outros (GASQUES *et al.*, 2004).

Ou seja, de modo geral, o agronegócio abrange indústrias à montante e à jusante, produtores, armazenadores, transportadores, distribuidores, agentes que coordenam ou afetam o fluxo de produtos (inclusive o Governo), instituições financeiras, comerciais e de serviços, como, por exemplo, bancos, bolsa de mercadorias e de futuro (como a BM&Fbovespa, hoje, B3), bolsas de cereais (como a Bolsa de Cereais de São Paulo – BCSP), instituições de pesquisa, entre outros. O conceito envolve toda a cadeia produtiva ou um conjunto de sistema (DAVIS; GOLDBERG, 1955) “antes da porteira” da propriedade rural (como a produção e fornecimento de máquinas, equipamentos, insumos e serviços especializados), “dentro da porteira” (com o preparo e manejo dos solos, irrigação, cultivos e animais) e “depois da porteira” (com a industrialização, armazenagem, transporte, comercialização etc.).

Assim, nem tudo que é agropecuária é agronegócio, ainda que o governo brasileiro, a mídia hegemônica, a elite rural e outras organizações ligadas ao agronegócio considerem a produção agropecuária como seu sinônimo, a fim de endossar o discurso produtivista do agronegócio. Girardi (2008), por exemplo, destaca produtos que envolvem especificamente a produção do agronegócio, destinados principalmente à exportação, tais como a soja, carnes, cana-de-açúcar, produtos florestais (madeira, celulose e papel), café, laranja, milho e algodão. Nesse sentido, o agronegócio transformou a agropecuária em “um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial” (OLIVEIRA, 2003, p. 121), como será melhor detalhado mais adiante.



Criado nos Estados Unidos por John Davis e Ray Goldberg, professores da *Harvard Business School*, em 1955, o termo *agribusiness* somente começou a ganhar destaque após a forte adoção e articulação entre o Governo Federal estadunidense e as corporações, em meados de 1960, no contexto da nova política alimentar dos EUA. As entidades patronais de representação da agricultura no Brasil, com o apoio de agentes estadunidenses, foram os primeiros a notar e a mobilizar o termo aqui, que ganhou maior interesse público a partir da industrialização da agricultura, sobretudo na década de 1970, para descrever a constituição dos complexos agroindustriais. Nesse tempo, o termo possuía várias acepções, tanto positivas quanto negativas (POMPEIA, 2018).

Já nas décadas de 1980 e 1990, em um contexto econômico e político marcado pela falência do mecanismo de financiamento de crédito rural subsidiado pelo governo, a empresa Agrocere, amparada por líderes da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, resgata a concepção original do termo e acrescenta novas narrativas que o acompanhavam até então, fazendo do *agribusiness* o esteio de um projeto político-econômico, o qual teve grande aceitação do empresariado, da imprensa e de parte da academia. Nesse contexto, é criada, em 1993, a Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG) — atual Associação Brasileira do Agronegócio — com apoio do Congresso Nacional, que contou com a presença de representantes do mercado financeiro, das universidades e da imprensa (POMPEIA, 2018).

Vale ressaltar que, ao que tudo indica, o termo “agronegócio” surgiu pela primeira vez no Brasil no final de 1960, em uma publicação da Revista *Veja*, mas era muito pouco utilizado até então. Foi o Governo Federal que, através do Ministério das Relações Exteriores, legitimou que a tradução do termo para agronegócio alcançasse maior aceitação, em um seminário criado para debater as exportações de *commodities*, em 1997. Tal legitimação estatal influenciou a proeminência do termo em diversas dimensões da esfera pública, como a academia, a imprensa e o Legislativo (POMPEIA, 2018).

Dessa forma, o agronegócio se constrói política e midiaticamente no Brasil desde a década de 1970, por meio de diferentes estratégias de legitimação, e tem atendido aos interesses de determinados grupos econômicos. Sua tradução trouxe consigo a carga do modelo, designando o uso de tecnologias modernas e de escala na agropecuária, associadas à modernização e a ganhos de eficiência, produção, produtividade e inserção competitiva no mercado globalizado.

Trata-se de uma palavra política, resultante das transformações ao longo dos anos da

agropecuária e da sociedade brasileira. Sua noção pode ser compreendida como unificadora de interesses das classes e grupos dominantes e como expressão de um momento no processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder. Sua construção e fundamentação no Brasil por lideranças do patronato rural, por exemplo, envolvem alguns pressupostos, tais como: ser sinônimo de união, de sucesso e de geração de riqueza; ser expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende a interesses e necessidades de todos; a crença na ausência de alternativas históricas outras além do agronegócio; e o princípio da valorização de si e desqualificação do outro (BRUNO, 2019, p. 113).

Ser sinônimo de sucesso, êxito e geração de riqueza é indissociável da ideia de superação da pobreza. Logo, a construção da noção de agronegócio também está relacionada à modernização, materializada pelo desenvolvimento econômico da população. De acordo com a autora, o agronegócio também emerge como se fosse o único modelo possível para superar as mazelas existentes da sociedade. Isto é, trata-se do único caminho para o Brasil se tornar um país de “primeiro mundo”. Se não bastasse, a noção de agronegócio por parte de alguns ainda busca valorizar determinados atores sociais, como grandes produtores rurais e o empresariado, e desqualificar outros, como os agricultores familiares e os movimentos sociais no campo, especialmente o Movimento Sem Terra (MST).

Dessa forma, a própria concepção e representação do agronegócio reproduzem a colonialidade, por exemplo, ao manifestar uma epistemologia hegemônica e excludente, ao hierarquizar povos para legitimar relações de poder e ao compreender o agronegócio como sinônimo de desenvolvimento que condena algumas populações a condição de subalternas. Tudo isso auxilia no entendimento de diferentes formas coloniais de dominação e exploração na própria concepção do agronegócio.

Nesse contexto, vale destacar que as propagandas veiculadas nos últimos anos pela imprensa e empresariado em rede nacional que caracterizam o agronegócio como “*tech*”, “*pop*”, “tudo” e como a “indústria-riqueza do Brasil” buscam apagar a imagem historicamente depreciativa do latifúndio e renovar o discurso da agropecuária como um setor novo, funcional e eficiente, naturalizando práticas agrícolas específicas, como a irrigação e as monoculturas, e promovendo sustentação, aceitabilidade, legitimação e uma conotação benévola desse modelo de exploração, visto que os canais de comunicação nos quais são propagadas têm papel significativo na formação da opinião pública. Tais caracterizações, “quando apropriadas, entrelaçadas e postas

a serviço de determinados interesses específicos, figuram como metáforas mobilizadoras muito eficientes, capazes de convencer a opinião pública e legitimar a expansão de um modelo de produção agrícola e, por extensão, do próprio grupo político ligado ao agronegócio” (PORTO, 2014, p. 27).

Além dessas propagandas, discursos proferidos por Katia Abreu e Blairo Maggi, os quais muitas vezes foram considerados como lideranças importantes do agronegócio brasileiro, também buscaram reforçar a agropecuária como setor responsável pelo desenvolvimento e progresso da nação, ainda que camuflassem práticas nada sustentáveis e até ilegais em muitos casos (PORTO, 2014). É o que ocorreu, por exemplo, na reportagem sobre a cana-de-açúcar promovida pelo vídeo da campanha “Agro é *Tech*”, que busca vincular a atividade à modernização e à tecnologia, mas, ao mesmo tempo, faz apologia ao trabalho escravo, seja pela exibição e valorização de uma imagem do século XIX que retrata o trabalho de escravos em um engenho, seja por meio da narrativa “Cana é agro. Desde o Brasil colonial, a cana ajuda a movimentar a nossa economia. Hoje em dia, a cana gera um dos maiores faturamentos do campo: R\$ 52 bilhões. (...) Um sucesso brasileiro há quase 500 anos”<sup>11</sup>.

Ademais, na tentativa de associar tal atividade ao progresso e à geração de empregos e renda, no mesmo vídeo se afirma que as atividades de lavoura e usina empregam mais de um milhão de pessoas, mas silenciam intencionalmente suas condições de trabalho, já que 93% dos casos de trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão entre 2003 e 2012 estavam atrelados ao agronegócio (GIRARDI *et al.*, 2014).

Desse modo, é comum a associação do agronegócio ao “*tech*”, à modernidade, ao desenvolvimento e ao progresso, não somente pela grande mídia nacional, mas também em meios mais especializados de produção de conhecimento agrário, haja vista o aspecto sedutor da ideia e da promessa de um futuro melhor. E se opor a esse discurso de modernização ou negar a proposta do agronegócio enquanto a “indústria-riqueza do Brasil” seria o mesmo que se confrontar com o crescimento econômico e o desenvolvimento do país, como se fossem o “fluxo natural” que direciona ações em vistas ao futuro moderno, como se desenvolver-se a todo custo fosse uma necessidade irrefutável imposta a todos.

Porto (2014) ainda alerta sobre a vinculação do agronegócio com os discursos da gestão

---

<sup>11</sup> Campanha veiculada em rede nacional sobre a importância da cana-de-açúcar para a economia do Brasil. **Cana de açúcar é Agro**. 2017. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=R\\_s9ShEqkvM](https://www.youtube.com/watch?v=R_s9ShEqkvM)>. Acesso em: 24 jan. 2019.

empresarial, da sustentabilidade e da produtividade. No primeiro caso, com o intuito de fazer avançar o modelo tecnológico e produtivo do agronegócio, são incentivadas aos agricultores familiares e camponeses, por exemplo, consultorias e parcerias, inclusive com o SEBRAE, para que eles passem a enxergar e a tratar sua propriedade como uma empresa, na promessa de torná-los médios ou grandes produtores.

À custa da diversidade e da heterogeneidade dos modos de vida camponês, vê-se configurar um modelo orientado à produtividade, sedimentado em noções gerenciais de “eficiência”, “custos”, “empreendedorismo”, alheios à realidade do camponês e suas tradições, no sentido de que não atentam para a pluralidade de dimensões que envolvem a gestão de uma propriedade agrícola a partir de outras racionalidades complexas, próprias aos camponeses e distintas deste modelo fundado na “gerencial-produtividade”. De todo modo, qualificar um camponês como “agricultor empreendedor”, ou melhor, fazer com que ele deixe de ser um camponês e torne-se um “produtor empreendedor”, é um processo de adjetivação deveras sedutor e coloca-se como um elemento significativo de persuasão no discurso do agronegócio, abrindo espaço para a entrada não só da ideia de empreendedorismo em si, mas também de uma série de práticas e tecnologias que passam a se impor sobre a realidade do agricultor. (...) Ou seja, mais do que a simples mudança dos instrumentos tecnológicos é preciso compreender tal fenômeno como uma maneira de reordenamento das relações sociais e das formas que se configuram como permissíveis e pensáveis para a ação e a interação (PORTO, 2014, p. 34).

Em relação à adjetivação “sustentabilidade”, há um esforço muito grande por parte dos agentes do agronegócio para se associarem a essa bandeira. Porém, muitas vezes, a indefinição e a generalização do termo abrem espaço para o uso indiscriminado do mesmo, sendo capaz de convencer diferentes grupos sociais que não necessariamente estão preocupados com práticas sustentáveis de fato, mas se apropriam deste conceito por compreendê-lo como indicativo de algo bom pelos olhos da sociedade, como algo que se relaciona responsabilmente com a natureza (PORTO, 2014). Visto isso, o meio ambiente é representado como uma questão menor, sem importância, frente à amplitude e dimensão do agronegócio. “Hora que se fala de *agribusiness* ou agronegócio, é escala. É massa. Não é varejo. E discussão ambiental aqui é muito varejinho. É uma ONG que está lá na Serra da Canastra”, ainda que este entrevistado posteriormente reconheça, “goela abaixo”, a notoriedade que o tema tem tido nos últimos anos (BRUNO, 2019, p. 126).

Além disso, na busca por se eximir das diversas críticas endereçadas pelo movimento ambientalista em relação ao seu caráter exploratório e depredatório, caráter esse que será aprofundado nas próximas seções, os representantes do agronegócio optam pela negação da crítica e pela apropriação da causa sustentável. Um exemplo disso é utilizar eufemismos, como “produtos fitossanitários”, para se referir ao uso de agrotóxicos, justificando sua imposição enquanto forma de proteger a agricultura de pragas e melhorar a produtividade das lavouras.

Nesse contexto, o mesmo discurso do agronegócio que se diz sustentável impõe o uso de diversas substâncias químicas prejudiciais à natureza e à saúde humana para elevar sua produção (PORTO, 2014).

Já o discurso da produtividade, que se associa ao da “indústria-riqueza do Brasil”, pode ser desconstruído pelo fato de que a produção do agronegócio brasileiro hoje é altamente concentrada em produtos como soja, café e cana-de-açúcar (HEINBERG, 2009), os quais são destinados principalmente à exportação. Cabe ressaltar ainda que a maior parte dos alimentos que compõem a dieta média dos brasileiros são oriundos da agricultura familiar, embora o senso comum, apoiado por propagandas como essa, tende a acreditar que o desenvolvimento e a expansão do agronegócio seja uma estratégia eficiente para se combater a fome no Brasil. Porém, a lógica pela qual me apoio aqui é problematizar o agronegócio “não como provedor de alimentos, mas como fornecedor de mercadorias” (GUDYNAS, 2010, p. 37).

Portanto, faz-se necessário problematizar e desconstruir o discurso dessas reportagens, as quais — muitas vezes patrocinadas por empresas envolvidas em grandes casos de corrupção, como é o caso da propaganda “Agro é *Tech*”, patrocinada, entre outras empresas, pela JBS — objetivam difundir, naturalizar e normalizar as práticas e o modelo do agronegócio, seus instrumentos e *modus operandi*, buscando facilitar sua aceitação, legitimação e torná-lo mais familiar e inquestionável. Esses discursos legitimam a (re)produção da colonialidade da natureza, com base em uma lógica modernizante, produtivista e de desenvolvimento (nada sustentável) do agronegócio. A estratégia discursiva utilizada é camuflar os conflitos e contradições econômicas, sociais e ambientais provenientes de tal atividade, persuadindo a opinião pública em favor da “causa” do agronegócio e construindo uma imagem do setor mais positiva, popular e aceitável. Afinal, o interesse é demonstrar como o “Agro é *pop*”.

Entretanto, diversos movimentos sociais, ativistas, consumidores, pesquisadores e outros agentes sociais contrários ao agronegócio lutam por um sistema agroalimentar alternativo, protetor da saúde e da vida, visto que “o agronegócio não é a única forma de se fazer agricultura no país” (FONTOURA; NAVES, 2016, p. 330). Nesse sentido, não se trata de um movimento contrário à agricultura brasileira, e sim de como produzir desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico com mais solidariedade, ética e respeito à saúde pública, à vida e ao meio ambiente, ou inclusive, de produzir alternativas ao desenvolvimento.

## 6.2 O modelo agrícola neoextrativista e os programas públicos de desenvolvimento e modernização destinados ao setor

As estratégias políticas e econômicas delineadas pelos governos ao longo do século passado influenciaram de maneira direta e indireta o heterogêneo mundo do agronegócio no Brasil, já que “não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem, mas também sua expansão” (HEREDIA *et al.*, 2010, p. 165). Inicialmente, esse apoio do Estado se referia a políticas de terras (assentamentos), porém, com o tempo, desdobrou-se em políticas de pesquisa e inovações tecnológicas e em políticas de crédito, que possibilitaram considerar o agronegócio brasileiro como “um dos mais importantes *players* do mercado global” (GELLER, 2017, p. 3).

Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2019), em 2017, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) do setor representou, aproximadamente, 23,5% de toda a riqueza gerada no Brasil, sendo, de fato, significativa a importância do setor para a economia do país como um todo, ainda que haja diversas críticas em relação a esse indicador e em relação ao fato de que geração de riqueza não necessariamente gera equidade ou superação das desigualdades sociais e da pobreza, como já mencionado anteriormente. O que quero destacar aqui é que a produção do setor realmente possui um desempenho relevante para a balança comercial brasileira. É por isso que o agronegócio tem se constituído em uma atividade econômica estratégica para o país (GARCIA; VIEIRA FILHO, 2014), visto que é compreendido como um elemento-chave e um contraponto em diversos períodos de queda do dinamismo econômico e de crises internas e externas, como nas décadas de 1980 até os anos 2000 (BUAINAIN; GARCIA, 2015).

Desse modo, é possível afirmar que o agronegócio tem ocupado papel de destaque ao longo da formação da economia brasileira (e mineira), já que o processo histórico da formação social e territorial do Brasil está assentado sobre bases agrárias, desde a proclamação da República — com o importante papel das forças políticas das oligarquias rurais formadas por barões do café, pecuaristas e senhores de engenho (LOCATEL; LIMA, 2016) — até os dias atuais, em que o agronegócio se caracteriza principalmente pela produção de *commodities*, de combustíveis renováveis e de frutas tropicais, buscando cada vez mais sua inserção nos mercados internacionais (CASTILHO *et al.*, 2016). Historicamente, a agropecuária sempre teve relevância não só na economia nacional, como também na reprodução do poder político no Brasil. As oligarquias rurais tiveram e ainda têm grande peso político no cenário nacional,

perante a importância do setor agropecuário para a economia do país.

No que se refere especificamente ao estado de Minas Gerais, área de estudo desta tese, destaca-se que, desde o início da sua colonização, seu território tem sido um campo de intensas atividades econômicas, com grandes impactos em suas condições naturais e nas formas sociais de apropriação desse espaço. Segundo Zhouri e Zucarelli (2008), a partir do século XVIII, a agropecuária mercantil de subsistência já compunha o conjunto de atividades produtivas do estado, que abastecia não somente os mercados locais como também as províncias mais prósperas, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Já em meados do século passado, as políticas nacionais e estaduais para “modernização recuperadora” da economia intensificaram a produção e exportação de *commodities* e acentuaram os processos de mercantilização de territórios, devido à expansão das monoculturas de exportação, de eucalipto, da construção de hidrelétricas e das atividades de mineração. Tais programas de desenvolvimento e de modernização destinados à agropecuária mineira serviram, inclusive, como modelo de ação para outros estados brasileiros (FERREIRA JUNIOR *et al.*, 2004). Fato é que a produção do agronegócio mineiro teve e tem papel importante na economia nacional e mineira desde a sua colonização, no processo de modernização do setor e até nos dias de hoje. A título de ilustração, de acordo com o Relatório PIB Agro – Minas Gerais, desenvolvido pelo CEPEA, em 2019 o PIB do agronegócio de Minas Gerais representou cerca de 36% do PIB estadual (CEPEA, 2020).

Para alcançar e sustentar essa posição de relevância para a economia do país em diversas regiões, o setor subsidia e implementa desde a segunda metade do século passado os pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, que modificou profundamente a dinâmica do agronegócio. Antes disso, o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro foi marcado por políticas de colonização para o crescimento da economia agrícola para produção, voltadas ao mercado interno, de baixo nível tecnológico e pela forte atuação do Estado (SORJ, 1980).

Foi principalmente a partir da década de 1950 que houve um processo de industrialização bastante acelerado, baseado em grandes investimentos em infraestrutura básica para auxiliar o crescimento da indústria nacional, e que prometeu “levar o desenvolvimento” às regiões onde fossem construídos (VAINER, 2008; RODRIGUES; COSTA, 2018). Fundamentados na ideologia desenvolvimentista de que esses projetos trazem o progresso para a região e o bem-estar da população que ali reside, tais empreendimentos foram sendo construídos e delineados

por decisão do Estado em comum acordo com os vários segmentos interessados no capital a ser gerado (WARREN, 1993). Nesse sentido, entende-se por desenvolvimentismo a “ideologia de superação do subdesenvolvimento através de uma industrialização capitalista, planejada e apoiada pelo Estado” (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 431), a fim de acelerar a marcha industrializante e modernizadora no país.

Assim, destaca-se que o agronegócio teve e tem papel fundamental na (re)produção da lógica desenvolvimentista. Especialmente a partir da década de 1960, com a política de modernização agropecuária promovida pelo regime militar, os sistemas tradicionais de produção agrícola, vistos como atrasados, são substituídos pela moderna agricultura tecnificada, por meio, por exemplo, da implantação de projetos como o PCI (1972), o PADAP (1973), o II PND (1974–1979), o PRODECER (1974) e o POLOCENTRO (1975), e com apoio de instituições como a EMBRAPA/EMBRATER na promoção de mudanças técnicas, políticas e socioculturais para sustentar um alto padrão de desenvolvimento industrial e para imprimir uma nova lógica capitalista em um meio rural até então considerado como atrasado (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Esse processo de modernização da agropecuária, entendido como a inclusão de novos sistemas técnicos e de novos meios de gestão, e fortemente amparado, patrocinado e regulado pelo Estado, com foco especialmente no processo de substituição das importações, ocasionou um indiscutível aumento de produtividade do setor e consequente reprodução acelerada de capital. O processo de modernização da agricultura esteve associado a uma produção apoiada no uso combinado e intensivo de insumos modernos, como a utilização de máquinas e tratores, melhoramento genético da fauna e da flora, intensa utilização dos solos e uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Além disso, o aumento do nível tecnológico no campo traz consigo mudanças na organização da produção nas relações sociais de trabalho (COSTA, 2017). Para Alves (2013, p. 26–27), a revolução verde foi um programa modernizador que prescreveu uma nova relação não mais tradicional entre os agricultores e a terra, mas baseada em “uma relação complexa entre o agricultor, o mercado financeiro (bancos), a indústria metal-mecânica (máquinas e equipamentos agrícolas), a indústria química (fertilizantes e “defensivos agrícolas”) e a indústria de pesquisa de tecnologia agrícola”.

Em Minas Gerais, o processo de modernização da agricultura foi fortemente influenciado principalmente por dois projetos estaduais (PCI e PADAP) e dois federais (POLOCENTRO e PRODECER), os quais foram responsáveis pela capitalização da agricultura nessa região.



Inclusive, a primeira etapa do PRODECER (PRODECER I) foi iniciada em Minas Gerais, enquanto um projeto-piloto. Tal escolha levou em consideração os “fatores naturais favoráveis, fatores políticos, incluindo questões geopolíticas e econômicas, a busca de participação num mercado internacional mais competitivo e a utilização das novas tecnologias disponíveis” (GOBBI, 2006, p. 147).

Porém, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais, a modernização da agricultura ocorreu de forma heterogênea, uma vez que essas políticas e programas estavam mais direcionados a viabilizar a aplicação desse “pacote” de desenvolvimento e de modernização importado do que gerar tecnologia adaptada à diversidade socioeconômica e ambiental do país. Esse processo de modernização — que contou com amplo apoio do governo, ao priorizar o subsídio de créditos agrícolas para estimular cada vez mais uma produção elevada e incentivos fiscais para a chegada de empresas estrangeiras — não ocorreu de maneira uniforme entre os produtores rurais e os diferentes tipos de cultivos, provocando uma pobreza rural originada não pela própria atividade agrária, mas pela dinâmica sociopolítica que estimulou a concentração da propriedade, o que resultou, conseqüentemente, na exclusão e pauperização de pequenos agricultores e na intensificação dos conflitos socioambientais, como os conflitos por terra e por água (LOCATEL; LIMA, 2016). No estado mineiro, a difusão tecnológica ocorreu, sobretudo, em direção ao Cerrado. Entretanto, grande parte do estado ficou à margem do processo de mudança da base técnica de produção agrícola, ocasionando o crescimento das diferenças regionais (MEYER; BRAGA, 2019).

Já a partir dos anos de 1990, o agronegócio globalizado começa a tomar contornos no país, em um contexto de neoliberalização da economia e de protagonismo das grandes empresas. Alguns autores afirmam que o Brasil, de 1990 em diante, vive um processo de “reprimarização da economia” (GONÇALVES, 2012; DELGADO, 2013), caracterizado por uma intensa produção de *commodities*. De acordo com Castilho *et al.* (2016, p. 267), o termo agronegócio globalizado “sugere que o setor agropecuário passa a ser controlado mais diretamente pelas corporações industriais ou comerciais nacionais ou transnacionais, mas sempre com a decisiva participação do Estado através, sobretudo, de políticas setoriais e de financiamentos”. Assim, tendo em vista um novo padrão agrícola, baseado no desenvolvimento das relações entre agricultura e indústria, e a relevância assumida pelas exportações de produtos agropecuários e agroindustriais, há um movimento em defesa da atividade empresarial no campo e das (grandes) propriedades produtivas, vistas, então, como responsáveis pelo desenvolvimento, crescimento

econômico e modernização do país.

Portanto, o agronegócio pode ser compreendido nesta tese como uma estrutura cujas raízes remontam ao período colonial, à implantação da “grande lavoura” (PRADO JÚNIOR, 1986), baseada em grandes propriedades rurais, monoculturas e na superexploração da força de trabalho (inclusive no trabalho escravo). E que foi o cerne econômico da civilização colonial, responsável pela ocupação dos territórios e influenciando as formações sociais, culturais e econômicas do país. Diferentemente do período colonial, em meados do século XX o processo de produção agropecuária foi transformado pelas políticas de modernização destinadas ao setor. Esse modelo de desenvolvimento econômico ligado à agricultura brasileira se baseou na grande propriedade, sob a justificativa de que é a mais adequada para incorporar o processo de modernização, e na produção de *commodities* destinadas ao mercado externo.

Essa modernização agrícola, intensificada nas últimas décadas, não ocorreu de maneira homogênea em todo o território brasileiro e foi (e ainda é) direcionada somente aos interesses da classe dominante, desenvolvendo-se sob a égide da concentração de terras, de riqueza e de poder. Desse modo, apesar de transformado em sua dimensão tecnológica através das políticas modernizadoras, o agronegócio conserva suas faces estruturais, herdadas do passado colonial: concentrador, excludente e elitista. Trata-se de um setor que nasce nos engenhos e nas fazendas da “grande lavoura”, passa por um processo de modernização, mantém a estrutura fundiária concentrada, e se apoia, se consolida e se legitima por meio de programas de desenvolvimento e políticas públicas de financiamento, com o apoio e alianças entre os representantes da elite do agronegócio e políticos. Um exemplo dessas alianças é a bancada ruralista no Congresso Nacional, que tem forte poder de pressão no desenvolvimento de políticas públicas no Brasil, sob a justificativa do aumento da produtividade e competitividade do agronegócio no cenário econômico.

Como pontuado por Locatel e Lima (2016), a forma como se organiza o agronegócio e o processo de desenvolvimento do país a partir das políticas agrícolas podem ser compreendidos como um sistema de privilégios posto a serviço do capital agromercantil, já que a maioria dos recursos públicos de financiamento agropecuário são apropriados pelo segmento empresarial, ainda que este segmento represente menos de 20% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil. Há um caráter seletivo na distribuição do crédito agrícola, cujos pequenos produtores são discriminados. E mesmo com as mudanças no cenário político nacional com o passar dos anos, não há uma redução dos privilégios do empresariado do agronegócio. Até porque é esse

mesmo segmento que financia as campanhas eleitorais. Assim, a elite do agronegócio define o que quer, ou seja, políticas de desenvolvimento que a beneficie, e tais políticas atingem de forma violenta a maioria da população, como se fosse o único meio possível para superar a pobreza e crescer economicamente.

Alinhado com esse pensamento, Gudynas (2010, 2012) acrescenta que o atual modelo de desenvolvimento de muitos países da América do Sul — focado no crescimento econômico e baseado na apropriação da natureza, em redes produtivas muito pouco variadas e na inserção internacional subordinada — pode ser caracterizado como um neoextrativismo. Entende-se por extrativismo empreendimentos que retiram da natureza grandes quantidades de recursos naturais, como minerais e/ou agroalimentares, e que são destinados à exportação sem processamento ou com uma industrialização muito reduzida, além de que, de modo geral, são expressos como economias de enclave, isto é, que descrevem relações coloniais de dependência em países “subdesenvolvidos”, com reduzidos impactos econômicos positivos e com expressivos efeitos socioambientais negativos nas regiões onde são realizados (GUDYNAS, 2010, p. 40). Segundo o autor,

Na América do Sul, a produção agrícola e pecuária continua se expandindo, em particular a que é orientada para a exportação. À medida que novas formas de produção são cada vez mais intensivas e com maiores impactos territoriais, elas se assemelham a outras formas de extrativismo: apropriações intensas, amplas e maciças de recursos naturais que são destinados aos mercados globais. Desta forma, a agropecuária está imersa em processos produtivos que se assemelham aos observados em mineração ou hidrocarbonetos, caracterizados por economias enclave. (...) Os exemplos clássicos eram os grandes empreendimentos de mineração ou as fileiras de poços de extração de petróleo. A novidade é que a nova agropecuária é cada vez mais semelhante a outros empreendimentos extrativos. Há uma remoção de grandes volumes de recursos, que são exportados sem serem processados ou com pouco processamento. São práticas de crescente mecanização e uso de agroquímicos, uso de transgênicos, manejo diversificado e produção terceirizada, entrada de novas tecnologias de semente direto e agricultura de precisão, proliferação de acordos econômicos ligados à produção, etc. A geração de emprego é escassa (GUDYNAS, 2010, p. 37, tradução minha).

Exemplos do agronegócio enquanto um modelo agrícola (neo)extrativista podem ser observados, por exemplo, na produção de soja, que é transformada em *commodity* de exportação para sanar as demandas dos mercados externos, a custo de pacotes tecnológicos transnacionalizados fundamentados em transgênicos e agroquímicos, e com impactos negativos significativos, inclusive, para outros cultivos e para a pecuária. Isto ocorre porque o agronegócio se consolida em programas e políticas públicas de desenvolvimento baseadas na lógica dos mercados, inclusive o externo, e da acumulação capitalista para a maximização da produtividade, determinando o futuro da natureza e a intensificação dos conflitos

socioambientais.

Além disso, Gudynas (2010, 2012) pontua que o neoextrativismo se diferencia do antigo extrativismo pela forte atuação do Estado, o qual busca se legitimar através da apropriação e redistribuição de parte da renda gerada, ainda que empresas privadas continuem tendo papel relevante no controle da produção e comercialização de matérias-primas, como é o caso da Cargill, Dreyfus, Grupo Maggi e a JBS Friboi na América Latina. A dependência do investimento estrangeiro e da assistência financeira persiste, bem como se destacam a produção dependente de demandas dos mercados internacionais e novas normas institucionais sendo discutidas em âmbito de instituições globais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Com base nesse cenário, destaca-se que o neoextrativismo pode ser compreendido como um produto de diferentes fatores que caracterizam as institucionalidades constituídas na América Latina, tais como a consolidação de uma mentalidade rentista e práticas clientelistas e patrimonialistas devido a, especialmente, crises econômicas recorrentes e à abundância de recursos naturais na região (ACOSTA, 2011). Assim, os últimos governos de vários países latinoamericanos, inclusive no Brasil, repetiram uma lógica de desenvolvimento novamente fundada na colonialidade da natureza e na exportação de matérias-primas agrícolas, mantendo e promovendo intensamente um neoextrativismo agrícola baseado em monoculturas de ampla cobertura geográfica e orientadas para exportação. E mais que isso, em países como o Brasil, Paraguai e Argentina, o discurso político-midiático hegemônico é a favor do incentivo às práticas neoextrativistas, uma vez que estas seriam um dos principais motores do desenvolvimento, além de um mecanismo para compensar os problemas financeiros do Estado (GUDYNAS, 2010).

Portanto, o modelo agrícola neoextrativista do agronegócio se dá mediante a diferentes práticas de produção e comercialização, organizadas de acordo com um constructo ideológico, que privilegia políticas desenvolvimentistas baseadas nos mercados financeiro e externo, e com o apoio e legitimação do Estado nas cadeias produtivas e de comercialização. De forma geral, o neoextrativismo do agronegócio intensifica os níveis de produção e tendem a maximizar o lucro — ainda que este seja para poucos —, tornando o setor agropecuário altamente lucrativo e atrativo (também não para muitos).

Para alcançar e manter esse *status*, contudo, é necessário que a natureza e os territórios sejam

considerados apenas recursos prontos a serem utilizados, de maneira intensa e eficiente, a fim de prover e manter o tão prometido desenvolvimento e crescimento econômico. Dessa forma, o neoextrativismo pode ser compreendido como uma versão contemporânea do desenvolvimentismo (GUDYNAS, 2010, 2012), o qual constituiu a racionalidade predominante da América Latina no século passado e que apresenta o crescimento econômico como forma de superar as desigualdades sociais.

Milanez e Santos (2013), por outro lado, afirmam que o neodesenvolvimentismo — entendido como a nova estratégia de desenvolvimento no Brasil — e a trajetória neoextrativista — que ocorre em muitos países da América Latina — são duas faces da mesma moeda e, portanto, seriam processos diferentes. O neodesenvolvimentismo estaria associado a um paradigma ideopolítico (como o liberalismo, o desenvolvimentismo e o neoliberalismo), com dimensões analítico-descritivas e normativo-propositivas, orientando relações entre política e economia, o Estado e as grandes empresas na promoção do bem-estar social, e servindo de base para a elaboração de políticas públicas nacionais. Já o neoextrativismo seria identificado principalmente por uma abordagem analítico-descritiva, isto é, suas manifestações podem ser observadas em políticas de diferentes países, especialmente na América Latina, mas não tem sido utilizado como referencial na elaboração de políticas públicas.

Apesar das diferenças, segundo os autores, ambos se tratam da mesma moeda e possuem semelhanças entre si, tais como a associação com a industrialização e com o crescimento ilimitado como único meio para o bem-estar da população, a compreensão de crescimento econômico enquanto sinônimo de desenvolvimento, a orientação pela inserção internacional e o entendimento de que o Estado e o mercado são instituições complementares (ainda que o Estado tenha um papel protagonista na busca pela competição no mercado global). Nesse caso, o neodesenvolvimentismo implementado no Brasil estaria gerando consequências neoextrativistas, tendo em vista o processo de reprimarização da economia (aumento significativo da participação de *commodities* primárias na pauta de exportações brasileiras) e a relação problemática entre natureza e crescimento econômico a que ambos se vinculam, que desencadeia diversos conflitos socioambientais deslegitimados pelas premissas da necessidade de crescimento econômico e pelo discurso do interesse nacional (MILANEZ; SANTOS, 2013).

Portanto, tanto as políticas de modernização do agronegócio quanto a abertura da economia brasileira pós-regime militar significaram para o Brasil e outros países da América Latina uma nova espacialização das suas estruturas produtivas, com as exportações concentrando-se em

*commodities* agrícolas, agroindustriais e minero-metalúrgicas, baseadas em um modelo neoextrativista. Esse modelo, por um lado, permite, por exemplo, economias de escala. Por outro lado, também redimensionou o caráter da dependência nacional às nações centrais. Um ciclo de dependência econômica cujo modelo neoextrativista é valorizado e financiado para manter positiva a balança comercial, por meio das exportações de *commodities*, que seria indispensável para a promoção do crescimento.

Desse modo, nos países “subdesenvolvidos”, a maximização da exploração da natureza se intensifica devido às suas economias neoextrativistas, já que essa é a base da sua fonte de divisas, através de um grande volume de *commodities* que vão no sentido Sul-Norte. Tal forma de intercâmbio desigual entre os países, em que os “periféricos” se especializam na exportação de *commodities* e os do Norte exportam produtos industrializados, também caracteriza o sustentáculo do imperialismo, além de reproduzir a colonialidade da natureza, ao transformar territórios em mercados e submeter porções desses territórios aos interesses externos (dos países do Norte).

Contudo, esse modelo neoextrativista do agronegócio, incentivado e financiado há anos no Brasil pela elite rural, empresariado, mídia hegemônica e pelo Estado, sob a justificativa de crescimento do PIB e geração de riqueza para todos, não tem conduzido de forma integrada e permanente uma mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida de toda a população. Ao contrário, o agronegócio, consolidado e difundido nacionalmente principalmente por esses programas e políticas públicas de desenvolvimento, têm deixado um rastro significativo de conflitos socioambientais, conforme será exposto nos próximos capítulos. Afinal, qual é o custo que pagamos por essa busca incessante por desenvolvimento?

## 7 DEMARCAÇÃO TEÓRICA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS PELA ÁGUA

### 7.1 Constituição, tipologias e análise dos conflitos socioambientais

Os estudos sobre conflitos são um dos mais antigos na história do homem e datam até mesmo de antes da formação de escolas de pensamento na Grécia Antiga, quando estrategistas de guerras elaboravam suas teorias pré-militares sobre formas de ataque e de defesa. O geógrafo Porto-Gonçalves (1989, p. 117), ao abordar a questão da degradação ambiental e os conflitos socioambientais, assinala o que se segue:

Antes de qualquer outra coisa, é preciso dizer bem claramente que este não é um problema recente. Em 1844, F. Engels já abordava a questão em seu excelente livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”. Assim, enquanto o problema do ar poluído, do barulho, da água infectada, das casas insalubres foi sentido exclusivamente pela classe operária, poucos foram os que se levantaram para o apontar e combater. Hoje, quando o capitalismo se aprofundou e a poluição já não atinge somente a classe operária, mas também os segmentos da pequena-burguesia – a chamada classe média – a degradação da natureza ganha espaço nos jornais, nas emissoras de rádio e televisão. Em síntese, invade, através do discurso, todos os cantos. Eis aí a primeira razão para tanto estardalhaço sobre o tema. Se tivéssemos visitado as favelas e os bairros periféricos de nossas cidades há cerca de 20 ou 30 anos atrás, veríamos que o problema, de fato, não é novo, nem é simplesmente um problema ecológico (...)

No decorrer da história, vários campos de conhecimento, como a Antropologia, a Psicologia, a Sociologia, a Economia e a Ciência Política contribuíram para problematizar o conflito. E na Administração não foi diferente. Diferentes autores com abordagens e enfoques distintos se propuseram a analisar o conflito nas/das/para organizações, suas causas, tipos, consequências e resoluções. Fato é que o conflito é visto como elemento central para a área, ainda que sua discussão fique centrada ora em seus aspectos e consequências negativas para as organizações — e por isso deve ser evitado —, ora em seus aspectos e impactos positivos para as organizações, e para tanto deve ser bem gerido.

Sobretudo a partir da década de 1970, a questão ambiental atingiu um patamar de problema mundial, seja devido à inserção da temática em políticas públicas ou pela incorporação e difusão das pautas ambientais nos movimentos sociais, caracterizando processo de institucionalização da questão ambiental (ALONSO; COSTA, 2002). Até mesmo a elite social, econômica e política, que exerce forte controle sobre o conjunto da sociedade, incorporou ambientalização do discurso, mesmo que devido à necessidade de o capital assegurar sua reprodução. Nesse contexto, a compreensão acerca dos conflitos socioambientais no campo ambiental tem sido ressignificada nos últimos anos, a fim de ampliar o escopo de análise para contemplar o que

antes se denominava apenas por “problemas ambientais” (BARBANTI JÚNIOR, 2002).

Apesar das muitas diferentes definições, perspectivas e classificações para o conceito, boa parte do debate teórico sobre conflito nas mais diversas áreas de conhecimento ficou até recentemente reduzido à tradição positivista, que parte do entendimento de que a sociedade tem uma natureza harmônica e equilibrada, sendo o conflito visto como um elemento anômico e disfuncional, negativo, que precisa ser extirpado ou controlado, pois afronta essas características da natureza da sociedade. Nesse contexto, muitas abordagens sobre os conflitos socioambientais, como as inspiradas na economia neoclássica, por exemplo, partem de uma noção genérica de escassez de recursos e do pressuposto de que tais disputas são resultado da discrepância entre oferta e demanda dos recursos, produto da ausência de instituições relacionadas ao seu disciplinamento ou funcionamento inadequado, e, portanto, tais abordagens vêm associadas a recomendações sobre reestruturação organizacional, capacidade técnica e processos de negociação que visem à resolução desses conflitos (ACSELRAD, 2004b).

Tais percepções, muitas vezes, têm a pretensão de solucionar conflitos socioambientais através da identificação de formas mais adequadas de gestão da escassez, da qualificação técnica e da melhoria do desempenho organizacional, da crítica ao desperdício e ao consumismo, da administração mais eficaz ou eficiente das externalidades negativas das atividades econômicas, tornando “sustentável” as formas de apropriação dos elementos e bens ambientais (ROSSI, 2018, p. 152).

De acordo com essas perspectivas, que são predominantes no campo ambiental brasileiro (ZHOURI, 2004), os conflitos seriam apenas tensões entre setores/atores distintos da sociedade, que possuem diferentes interesses e formas de apropriação e uso dos recursos naturais e, portanto, são passíveis de negociação mediante técnicas apropriadas e eficientes. É nesse contexto que surgem os peritos técnicos especializados na gestão e resolução de conflitos. Porém, tal abordagem, que busca a tentativa de resolução dos conflitos socioambientais sem que haja mudanças significativas nas instituições da sociedade, despolitiza o debate teórico e acaba fetichizando a ciência e a técnica, inclusive da gestão, como será discutido mais adiante.

Por outro lado, há também abordagens mais objetivistas dos conflitos socioambientais, que vão endereçar críticas ao grupo anterior no que diz respeito, principalmente, a desigualdades no acesso aos recursos naturais, desproporcional distribuição dos riscos ambientais e conflito permanente entre diferentes atores sociais que possuem interesses distintos, colocando a dimensão política da natureza das relações sociais que estruturam a sociedade no foco do debate, através da análise das redes de poder constituídas historicamente (ZHOURI, 2004). Nesse caso, as relações sociais e de classes que estruturam a sociedade vão determinar os



conflitos socioambientais, os quais envolvem, muitas vezes, disputas entre interesses privados de organizações transnacionais e interesses públicos coletivos, por exemplo.

Assim, pode-se afirmar que o debate em torno dos conflitos se ateve durante muito tempo à dicotomia existente entre as escolas de consenso — visão subjetivista, majoritariamente funcionalista, sendo o conflito o produto da percepção e da incompatibilidade de objetivos das partes envolvidas, e passível de negociação e resoluções tecnicistas — e a escola de conflito — visão objetivista, em que o conflito é entendido como produto de situações políticas, econômicas e culturais da sociedade, existindo independentemente das percepções das partes envolvidas no mesmo, como é o caso dos conflitos entendidos pela lente da Ecologia Política (VARGAS, 2007).

Para Leff (2003) e Martínez-Alier (2009), o foco de estudo da Ecologia Política são os conflitos socioambientais. Cunhado por Martínez-Alier (2009) a partir de uma leitura crítica da Economia Política sobre seus silenciamentos sistemáticos e sintomáticos sobre a relação sociedade-natureza, e reconhecendo os antecedentes da Ecologia Política, o autor descreve os conflitos ecológico-distributivos ou conflitos socioambientais como sendo aqueles resultantes da disputa/confronto entre diferentes atores sociais que possuem interesses e lógicas distintas em torno do uso e da apropriação dos recursos naturais. A distribuição ecológica (dos conflitos ecológico-distributivos) se refere às assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos pela apropriação da natureza, como um sistema de suporte da vida (MARTÍNEZ-ALIER, 2006), que vão caracterizar a constituição dos conflitos.

De modo similar, Acselrad (2004b, p. 26) define os conflitos socioambientais como "aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos". Ou seja, além das assimetrias de poder e dos diferentes modos dos variados atores se relacionarem com a natureza, este autor também destaca as externalidades ambientais negativas para a compreensão dos conflitos distributivos. Portanto, um dos pontos que deve ficar claro inicialmente é que as pessoas não são igualmente afetadas pelo uso das atividades econômicas sobre a natureza. Algumas se beneficiam mais que outras, algumas arcam com custos ambientais maiores que outras. Daí emergem os conflitos ecológico-distributivos ou conflitos de justiça ambiental.

Desse modo, a abordagem da Ecologia Política com ênfase na justiça ambiental serve como referencial para analisar os conflitos ecológicos-distributivos, compreendidos como a expressão material das desigualdades estruturais presentes nas relações de apropriação da natureza, que são decorrentes das desigualdades e contradições dos processos econômicos e sociais atuais. Não é por acaso que muitos conflitos socioambientais estão concentrados sobre as populações de baixa renda, discriminadas e socialmente excluídas, como é o caso de comunidades tradicionais, agricultores familiares, grandes periferias urbanas, ribeirinhos e povos indígenas.

Os conflitos ecológico-distributivos podem ser expressos de várias maneiras, em diferentes linguagens de valoração (MARTÍNEZ-ALIER, 2006), isto é, de acordo com os interesses particulares ou coletivos dos diversos atores sociais em disputa. Os afetados pelos conflitos podem, por exemplo, pedir indenizações financeiras para internalizar as externalidades negativas e os impactos ambientais, como também podem argumentar que o meio ambiente em que estão inseridos tem grande valor ecológico ou paisagístico para a comunidade, ou que o território é sagrado (como para alguns grupos indígenas).

A poluição de um rio, por exemplo, não é somente uma externalidade negativa que pode ser compensada economicamente. Uma comunidade tradicional local pode reivindicar os direitos de uso e benefícios ambientais oferecidos por aquele território e os recursos nele existentes; um grupo indígena pode alegar a sacralidade e uma relação de subsistência com a natureza; e os movimentos ambientalistas podem pedir por justiça ambiental e destacar o fato de que todas as pessoas têm direito ao acesso aos recursos naturais e a um espaço ecologicamente equilibrado.

Tendo em vista as diferentes relações e interesses dos diversos atores sociais envolvidos nos conflitos com o meio ambiente em que estão inseridos, essas diferentes linguagens de valoração, muitas vezes, são incomensuráveis. Martínez-Alier (2006) vai alertar sobre a comparabilidade fraca de valores entre os diferentes atores envolvidos nos conflitos e a recorrente primazia do aspecto econômico sobre qualquer outra dimensão. Desse modo, de acordo com o autor, em qualquer conflito socioambiental, podemos nos perguntar: quem tem ou reivindica o poder de determinar quais são as linguagens de valoração pertinentes? Quem tem o poder de impor a linguagem econômica como linguagem superior em um debate ambiental? Quem tem a capacidade de simplificar a complexidade, desqualificando outros pontos de vista?

Portanto, a análise política dos conflitos socioambientais não está centrada em uma visão

administrativa reducionista e genérica sobre a escassez futura dos recursos naturais, nem tampouco naturaliza esses conflitos através de construção de relações causais, isto é, conflitos causados somente pela abundância ou escassez dos recursos naturais. Ao invés de compreender os conflitos como produto das condições ambientais, a Ecologia Política busca evidenciar a politização dessas condições ambientais por meio dos conflitos e o papel de complexas redes de atores sociais na constituição de arranjos institucionais para a compreensão dos significados dos conflitos relacionados à exploração da natureza (BILLON, 2015).

A análise dos conflitos ecológico-distributivos, de acordo com a Ecologia Política, não deve se prender à discussão sobre a escassez futura dos recursos naturais, mas, principalmente, com a natureza dos fins que norteiam a própria vida social, buscando compreender, por exemplo: para que fins se destinam os recursos naturais? Quem usa os recursos? Quando? A que preço? Com quais riscos e impactos? E a que projeto de sociedade eles servem? (LITTLE, 2006). Tais perguntas são fundamentais para a análise política dos conflitos, tendo em vista as desigualdades no acesso e uso dos recursos naturais e a distribuição desproporcional dos riscos e impactos ambientais impostos por projetos homogenizadores do espaço, como é o caso do modelo do agronegócio brasileiro, já descrito anteriormente.

No que se refere à setorialização do conflito, isto é, a sua categorização em “caixas terminológicas”, como “ecológico-distributivos”, “ambiental” ou “socioambiental”, destaco que não há um consenso entre os autores da Ecologia Política sobre seus usos. Martínez-Alier (2006), por exemplo, vai dizer que o emprego do termo “conflitos ambientais” é mais comum na Sociologia e que na Ecologia Política há a predominância do termo “conflitos ecológico-distributivos”. Isso ocorre porque caracterizar um conflito como sendo “ambiental” implica um recorte que o exclui de outras categorizações e interpretações mais amplas de todas as dimensões envolvidas nessas disputas (BARBANTI JÚNIOR, 2002), demonstrando que a noção de conflito ambiental é também uma tentativa de apropriação (eurocêntrica) (colonialidade do saber) que ignora a noção de natureza e as relações sociais que a constituem.

Nesse cenário, a água, por exemplo, pode ser somente um fator de exaltação de conflitos entre diferentes atores sociais com crises muito mais arraigadas. Shiva (2006) pontua que muitos camponeses sem água, sem cultivo e sem dinheiro veem como alternativa ir para as grandes cidades, engrossando as periferias, as favelas e os desempregados de uma economia altamente excludente, caracterizando muito mais que um conflito “ambiental”. Visto isso, centrar minha análise apenas nos fatores ambientais seria uma medida simplista e reducionista, impedindo

uma compreensão teórica mais ampla das dimensões envolvidas em um conflito.

Bordalo (2019, p. 92) afirma que, na Ecologia Política, o uso mais frequente está entre as terminologias “conflitos ecológico-distributivos” e “conflitos socioambientais”, e que ambas, além de semelhantes, convergem para o mesmo resultado, isto é, para conflitos “espaciais, temporais e sociais pelo acesso, uso, apropriação e degradação dos recursos naturais e dos serviços ambientais entre diferentes atores ou sujeitos, tanto em escala local como na nacional e (ou) global”. Segundo este autor, a principal diferença na utilização dos termos está nas distintas vertentes da Ecologia Política, sendo que, na Ecologia Política Latinoamericana, protagonizada por Martínez-Alier e Enrique Leff, por exemplo, destaca-se o emprego de “conflitos ecológico-distributivos” e, na vertente anglo-saxônica, destaca-se o de “conflitos socioambientais”.

Contudo, em vários trabalhos publicados por diversos autores da Ecologia Política Latinoamericana, desde Alimonda (2015), Martínez-Alier (2006, 2015), Leff (2003, 2015), Little (2001, 2006), entre outros, os pesquisadores utilizam esses termos de forma intercambiável, sem distinção. Para Bordalo (2019), isso acontece porque ambos são apropriados ao desenvolvimento dos estudos na Ecologia Política sem que haja qualquer tipo de divergência ou até mesmo um conflito teórico-conceitual, e que a nomenclatura fica livre e aberta à escolha do pesquisador por aquilo que ele considera mais apropriado.

Desse modo, opto, nesta tese, pelo recorte analítico de conflitos socioambientais, tanto pela inserção e alcance no âmbito acadêmico e no campo da pesquisa quanto (e principalmente) pelo fato de que o conflito retratado neste trabalho envolve diversas dimensões, tais como físicas, econômicas, políticas, culturais e, também, ambientais, como será mais detalhado posteriormente. Tais aspectos devem ser igualmente explicitados, pois “a ênfase na dimensão valorativa do ambientalismo põe de lado a lógica dos interesses, ignorando a dimensão prática do fenômeno” (ALONSO; COSTA, 2002, p. 120).

Baseado na Ecologia Política e levando em consideração os diversos tipos de conflitos, Little (2001) conceitua especificamente os conflitos socioambientais como sendo as disputas entre diferentes atores sociais em função de seus distintos modos de relacionamento com os recursos naturais, ou seja, com seus respectivos meios social e natural. Assim como as outras citadas anteriormente, trata-se de uma compreensão em que o cerne do conflito está nas interações ecológicas, em que cada ator social possui sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida

específico que se diferencia e se confronta com as formas de outros atores e grupos sociais lidarem com suas realidades, formando a dimensão política e social do conflito ambiental.

Contudo, em texto mais recente, além das dimensões econômica, social e política que constituem e caracterizam os conflitos socioambientais, Little (2006) propõe uma abordagem teórico-metodológica que acrescenta elementos identitários, cosmológicos, ritualísticos e territoriais, nem sempre tão visíveis sob a ótica de outras perspectivas teóricas. Nesse contexto, a partir da definição e delimitação antropológica dos conflitos, o autor propõe uma etnografia dos conflitos socioambientais. Para Little (2006), a abordagem antropológica permite visualizar conflitos latentes que ainda não se manifestaram geopoliticamente, uma vez que alguns atores envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis para o Estado. Além de tal perspectiva explicitar as bases latentes dos conflitos socioambientais, ela também confere visibilidade a grupos sociais marginalizados, constituindo um aporte significativo para a Ecologia Política.

Desse modo, tendo em vista as articulações teóricas realizadas nesta tese baseadas na Ecologia Política, proponho, então, uma concepção de conflito socioambiental enquanto uma disputa contínua e inerente às variadas formas de diferentes atores sociais se relacionarem com o ecossistema em que estão inseridos. Isto é, devido a suas lógicas e modos distintos de acesso, apropriação, controle e significação dos recursos naturais, que ocorrem, principalmente, em virtude de um processo estruturante do sistema-mundo moderno/colonial que traduz a dinâmica de poder empregada na organização, divisão e hierarquização das sociedades, baseado na injustiça ambiental e em formas econômico-instrumentais de se pensar e explorar a natureza — compreendida especialmente como uma mercadoria que deve ser administrada para o progresso e desenvolvimento de povos e nações.

Tais conflitos seriam contínuos devido à (re)produção da colonialidade do poder e da natureza, isto é, a continuidade das formas coloniais de dominação e exploração para além da colonização, que perpassa esse fenômeno, o que provoca relações assimétricas de poder entre os diferentes atores sociais envolvidos nos conflitos, já que as noções de desenvolvimento, civilização, progresso e modernização continuam sendo utilizadas para hierarquizar povos e regiões e para legitimar essas assimetrias. Os conflitos, muitas vezes, extrapolam as tentativas de resolução técnica e gerencial respaldadas em formas mais adequadas de gestão da escassez, já que eles são produtos de múltiplos projetos de sociedade esculpido por assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas.

Portanto, proponho uma analítica dos conflitos que leve em consideração não somente a escassez, má distribuição, apropriação, uso, controle e mercantilização de “recursos”, mas também por envolver distintos atores sociais com diferentes formas de vida, ideologias, assimetrias de poder e diferentes formas de se pensar e se relacionar com a natureza da qual fazem parte. Nesse sentido, para a análise dos conflitos, é importante considerar os processos históricos (e coloniais), geopolíticos, econômicos, sociais, ecológicos e culturais que constituem, por exemplo, as circunstâncias de escassez e as formas desiguais de apropriação dos recursos por agentes sociais e econômicos distintos que perfazem o conflito. São modos de vida que se distinguem e se confrontam com as formas de outros agentes sociais lidarem com suas realidades devido à (re)produção da colonialidade do poder e de suas formas de dominação e exploração da natureza.

Ao construir essa concepção sobre conflitos socioambientais, distancio-me da ideia de uma visão consensualista dessas disputas, mas há um espaço aberto para o diálogo com a escola de conflito. O que busco avançar nas discussões por meio dessa articulação é uma negação materialista da ficção moderna eurocêntrica a partir da perspectiva do outro, do subalterno, não sobrevalorizando aspectos econômicos e políticos em detrimento de elementos identitários, territoriais, cosmológicos e ritualísticos, os quais às vezes ficam em segundo plano sob a lente de outras abordagens teóricas.

Nesse contexto, destaco a colonialidade como um conceito-chave para a compreensão da nossa realidade socioambiental e a necessidade de produção de conhecimento no e a partir do Sul Global, buscando evidenciar as relações assimétricas de poder existentes sem um olhar institucionalizado do Norte (ESCOBAR, 1988; PRASSAD, 2016), a fim de desnaturalizar a colonialidade do saber e aprimorar o conhecimento sobre os conflitos socioambientais a partir de coalizões epistêmicas críticas. Nesse sentido, faz-se relevante compreender e analisar os conflitos a partir do seu lugar subjetivo de produção, dentro de um contexto específico de discursos, de práticas, de culturas, de significados e de territorialidades que são típicos da localidade onde o fenômeno é produzido.

Outroassim, para além do elemento conflitivo intrínseco e característico dessas disputas, gostaria de retratar os conflitos socioambientais nesta tese também como forças dinâmicas de mudança social, enquanto espaços de lutas políticas e de mobilização de conhecimentos de diferentes grupos sociais (inclusive conhecimentos contrahegemônicos, como conhecimento local/comunitário e ativista), que, por sua vez, podem influenciar e coproduzir os próprios

territórios e as políticas públicas ambientais (BREDARIOL, 2001; PARRA-ROMERO, 2020). Por exemplo, Martínez-Alier *et al.* (2011) demonstram como o conceito de dívida ecológica, elaborado por ativistas a partir da década de 1990, foi introduzido posteriormente na agenda política e acadêmica. Bredariol (2001) também demonstra como os casos concretos de conflitos socioambientais foram cruciais para a criação de políticas públicas em diversos momentos da história, como, por exemplo, para o controle da poluição industrial, em 1975, e para a criação de órgãos ambientais, como o Ibama.

Dessa forma, considero os conflitos socioambientais não apenas como arenas de disputas, mas também de produção; produção e mobilização de conhecimentos sobre diferentes aspectos do conflito por diferentes sujeitos, que podem contribuir para a mudança social; conflitos socioambientais como espaços de lutas políticas contra o modelo agrícola neoextrativista incentivado em diversos países latinoamericanos, inclusive no Brasil; lutas políticas pela distribuição equitativa dos recursos e das externalidades dos programas e políticas de desenvolvimento econômico; espaço produtivo de lutas políticas pelo reconhecimento de diferentes narrativas de atores sociais marginalizados na discussão sobre os conflitos, de outros modos de vida de comunidades e de alternativas ao desenvolvimento.

O conflito socioambiental é retratado nesta tese, então, a partir do seu potencial de produzir mudanças significativas, por exemplo, em processos mais justos de participação e negociação dessas disputas, em que se reconheçam diferentes narrativas, principalmente narrativas de populações que, de outra forma, estariam marginalizadas ou excluídas da tomada de decisões sobre os conflitos. Apesar de soar muito otimista, isso contribui para a busca por justiça ambiental, como também para desnaturalizar a colonialidade epistêmica. Conflitos socioambientais são vistos como espaço de contradição criativa para onde convergem mundos disputados, em que se questiona o tipo de relação entre sociedade e natureza prevalecente, a quem serve essa relação e seus desdobramentos; ao mesmo tempo destaco seu potencial produtivo de mudanças sociais.

A fim de facilitar o exame e caracterização desses confrontos, Little (2001) estabelece uma tipologia básica dos conflitos socioambientais, que não possui um caráter rígido e excludente, mas é vista como diretriz que orienta a análise desses fenômenos. Essa tipologia leva em consideração o foco central do conflito, o que realmente está em jogo na disputa. Para o autor, apesar de muitas vezes um conflito possuir várias dimensões, a identificação de pontos críticos ajuda a compreender sua dinâmica. Desse modo, Little (2001) identifica três diferentes tipos de

conflitos socioambientais: I) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, como, por exemplo, aqueles sobre a exploração e uso (ou não) de recursos hídricos, florestais, de minérios etc.; II) conflitos em torno dos impactos socioambientais gerados pela ação humana, como aqueles oriundos da construção de grandes barragens hidrelétricas, pela contaminação dos rios e do ar, desmatamento, entre outros; e III) conflitos em torno de valores culturais e modos de vida, que envolvem o choque de valores ou ideologias na apropriação da natureza.

No mesmo sentido, Zhouri e Laschefski (2010) caracterizam três tipos diferentes de conflitos socioambientais, partindo do pressuposto de que seu estudo questiona o modelo de desenvolvimento econômico e que o conflito tem como características a diversidade e a heterogeneidade dos atores sociais envolvidos. São eles: I) conflitos ambientais distributivos, que são provenientes das desiguais formas de acesso e utilização dos recursos naturais; II) conflitos ambientais espaciais, resultantes de efeitos ou impactos ambientais que não se restringem a uma territorialidade geográfico-política pré-determinada, como é o caso da poluição do ar e dos rios; e os III) conflitos ambientais territoriais, que revelam situações de sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial. Assim como Little (2001), os autores também alertam para a coexistência de diferentes tipos de conflitos socioambientais, ou até mesmo um conflito que se inicia sob uma tipologia gerar consequências fundantes de outro.

Para subsidiar a análise dos conflitos socioambientais para além dessas tipologias, Little (2006) oferece um aporte teórico e metodológico para a investigação dos conflitos socioambientais. O autor detalha algumas características do conflito e da postura de pesquisadores que são importantes para uma análise dessas disputas, que serão descritas a seguir e foram pontuadas resumidamente na seção dos procedimentos metodológicos. Segundo Little (2006), a análise de um conflito socioambiental deve se iniciar com a identificação do foco central do conflito. Apesar de um mesmo conflito, muitas vezes, poder possuir diversas causas, dimensões e intensidade, o autor propõe identificar pontos críticos sobre as principais causas que envolvem o conflito, para facilitar o entendimento de sua dinâmica. A tipologia dos conflitos socioambientais proposta pelo autor e descrita anteriormente auxilia nessa caracterização.

Outro elemento fundamental para a análise dos conflitos socioambientais é identificar os diferentes atores sociais e recursos ambientais envolvidos na disputa, analisando os distintos interesses, intenções, posições e as interações entre esses atores (LITTLE, 2006). Nesse contexto, destaco a importância da análise da dimensão simbólica (além da física e social),



nesse primeiro momento, para a compreensão dos conflitos, uma vez que há diferentes formas de utilização e valoração da natureza pelos grupos sociais. Vargas (2007) ressalta a relevância de o Estado ser um ator obrigatório na análise, já que os conflitos se encontram dentro do âmbito do interesse público.

Em seguida, é necessário mapear as reivindicações de cada ator social envolvido, suas respectivas cotas de poder formal e informal e as alianças, coalizões e polarizações das posições políticas desses atores (LITTLE, 2006). Isso se dá pelo fato de que os conflitos geralmente ocorrem através de relações complexas e desiguais de acesso e uso dos recursos naturais, e, então, aqueles atores que possuem maior acesso ao poder geralmente são os que têm mais controle sobre as decisões ao redor do acesso e uso dos recursos.

Além de identificar a relevância estratégica da bacia hidrográfica enquanto contexto do conflito pela água, Little (2006) sugere ainda compreender as variadas táticas e estratégias utilizadas pelos diferentes grupos sociais para as tentativas de resolução do conflito, ainda que o autor ressalte também o cuidado que se deve ter com a fetichização de soluções tecnicistas. Sobre essas tentativas de resolução, Acselrad, Bezzera e Gaviria (2010) relatam que existe um subcampo dentro da área ambiental voltado à “resolução negociada” dos conflitos socioambientais, em que determinados atores sociais se apresentam como dotados de autoridade para cessar ou mitigar esses confrontos, contribuindo, conseqüentemente, para uma reconfiguração relativa das regras do jogo vigentes na área ambiental.

Gusmão e Pavão (2019) pontuam que foi principalmente a partir da década de 1990, com a influência do movimento estadunidense conhecido por *Alternative Dispute Resolution* (ADR) e com base no relatório n.º 613, publicado em 1966 pelo Banco Mundial, que um movimento latinoamericano de resolução de conflitos começou a ganhar corpo, denominado Meios Alternativos de Resolução de Conflitos (MARC). Foi nessa época que as MARCs começaram a ser incorporadas às políticas latinoamericanas.

Existem variadas estratégias de resoluções de conflitos socioambientais. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) propõe, por exemplo, a negociação direta, conciliação, facilitação, mediação e arbitragem, como demonstrado no quadro abaixo (Quadro 2). Apesar de suas diferenças e limites de aplicações, esses procedimentos são utilizados tanto por instituições públicas quanto privadas, e existe uma tendência em se estabelecer essa gestão dos conflitos com base em mecanismos tripartites — Estado, mercado

e sociedade — em que harmonia, conciliação, negociação e parceria são palavras de ordem (ACSELRAD; BEZERRA; GAVIRIA, 2010).

Quadro 2 - Métodos de resolução negociada de conflitos socioambientais

<b>Método</b>	<b>Descrição</b>
Negociação direta	Seria um processo pelo qual as partes em conflito encontram-se com o intuito de chegar a uma resolução mutuamente aceitável. Cada parte representa seus próprios interesses.
Conciliação	Seria o processo pelo qual um ente externo ao conflito une as partes em disputa para discutirem entre si. Ao contrário da mediação, a conciliação normalmente conota somente um envolvimento preliminar pela parte de fora do conflito. Conciliadores usualmente não assumem um papel ativo no sentido de resolver a disputa, mas podem ajudar com a colocação de uma agenda, mantendo um registro (gravação) e administração, podendo também atuar como “mediadores” quando as partes não se encontram diretamente, ou como um “moderador” durante encontros diretos.
Facilitação	Seria similar à conciliação, constituindo uma forma menos ativa de mediação. Facilitadores podem atuar como moderadores em grandes encontros, assegurando que todos sejam capazes de falar e serem ouvidos. Não é esperado deles que ofereçam suas próprias ideias ou que participem ativamente conduzindo as partes em direção a um acordo. A facilitação pode também ser aplicada para guiar um indivíduo através de processos estratégicos, solucionando, priorizando e planejando o problema, por exemplo.
Mediação	Seria um processo durante o qual as partes em disputa dialogam (conjuntamente e também reservadamente) com uma terceira parte exterior ao conflito em quem confiam, sendo neutra e independente (o mediador), para explorar e decidir como o conflito entre eles será resolvido. O mediador auxilia as partes a chegar a um acordo, porém não possui nenhum poder de impor um resultado sobre eles. A mediação seria comumente definida como um processo de ajuste de conflitos no qual uma parte de fora do conflito supervisiona a negociação entre duas partes em disputa. O mediador é uma parte neutra que, embora não tendo capacidade de dar um julgamento, atua de certa forma como um facilitador no processo de busca por um acordo. A qualidade central do mediador tem sido descrita por sua capacidade para reorientar as partes em direção um do outro, não pela imposição de regras sobre eles, mas auxiliando-os para que alcancem uma percepção nova e compartilhada de seu relacionamento, uma percepção que redirecionará suas atitudes e disposições uma em direção à outra.
Arbitragem	Geralmente usado como uma alternativa menos formal de ir para o tribunal. Esse é um processo no qual um ente ou júri neutro e não envolvido no conflito encontra-se com as partes em disputas, ouve as apresentações de cada lado e faz uma sentença ou uma decisão. Tal decisão pode ser aplicada nas partes se eles previamente concordarem com ela. Ao contrário do tribunal, as partes em disputa podem participar escolhendo o árbitro (que é com frequência um expert no assunto da disputa) e determinando as regras que governam o processo. Audiências de arbitragem são geralmente mantidas privadamente. Algumas vezes, as partes em disputa usam um processo combinado conhecido como “med-arb”, a fim de manter as vantagens tanto da mediação quanto da arbitragem. Se o mediador não estiver sendo bem-sucedido na resolução da disputa por meio de acordo entre as partes, então ele se torna um árbitro com o poder de emitir uma decisão.

Fonte: adaptado de Viégas (2016)

No Brasil, por exemplo, temos os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), regulamentados pela Lei n.º 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública) e Lei n.º 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais); a Lei da Arbitragem, regulamentada pela Lei n.º 9.307/1996; e especificamente no contexto dos conflitos hídricos, que é o foco desta tese, merece destaque a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), conhecida popularmente como Lei das Águas, regulamentada pela Lei n.º 9.433, que será devidamente abordada no próximo capítulo.

Gusmão e Pavão (2019) alertam que, para definir qual a técnica mais adequada a ser utilizada

na resolução de conflitos socioambientais, é necessário analisar, caso a caso, a natureza dos conflitos socioambientais, os diferentes atores sociais envolvidos e os interesses e aspectos socioculturais desses agentes, levando em consideração também 4 outros aspectos prévios: I) o tipo de controle desejável sobre o processo de resolução de conflito e seu resultado, ou seja, se os agentes desejam ter total controle das etapas ou se desejam que uma terceira parte seja envolvida, como em mediações; II) a natureza do processo decisório, se é público ou privado; III) o tipo de metodologia do instrumento de resolução do conflito, se é colaborativa, adversarial ou ambas; e IV) identificar os elementos normativos aplicáveis ao caso e suas implicações. A partir desse direcionamento, uma ou mais estratégias poderão ser utilizadas para tratar o conflito.

A título de ilustração, empresas de grande porte têm buscado cada vez mais se desvincular da obrigatoriedade da via jurisdicional no direito ambiental e tem utilizado a arbitragem para acelerar a resolução de divergências contratuais e conflitos socioambientais, dispensando a jurisdição estatal, que seria mais lenta, rígida e onerosa para a organização (VIÉGAS, 2007). Viégas *et al.* (2014) também expõem diferentes situações em que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) tem sido utilizado para o tratamento dos conflitos socioambientais brasileiros, como nos casos de compensação de danos acarretados pela atividade de empresas extrativistas.

Esses instrumentos extrajudiciais de resolução de conflitos socioambientais são mediados por órgãos do poder executivo e possuem a pretensão de solucionar essas disputas principalmente através da identificação de formas mais adequadas de administração da escassez de recursos, da qualificação técnica, da melhoria do desempenho organizacional e da gestão dita mais eficaz e eficiente das externalidades negativas das atividades econômicas. Entretanto, órgãos ambientais reguladores e fiscalizadores têm tido dificuldade em exercer suas funções, alegando falta de recursos humanos, instrumentos e verba (VIÉGAS, 2007), fazendo emergir, então, a discussão entre o poder público e o privado nas tentativas de resolução e negociação dessas disputas.

Ainda que muitos autores da área ambiental, principalmente os de tradição positivista, defendam a importância da criação e funcionamento desses fóruns extrajudiciais para a resolução de conflitos socioambientais, muitas críticas também têm sido endereçadas a essas técnicas. Isto se dá porque a importação e o uso cada vez mais contínuo de metodologias de resolução negociada dos conflitos socioambientais muitas vezes despolitizam o tratamento dessas disputas, ao esvaziar o debate da esfera pública e privilegiar resoluções cada vez mais

privatizadas desses confrontos, isto é, entre os próprios atores envolvidos diretamente neles. O ponto central dessas críticas reside justamente no fato de que esses atores não possuem forças equivalentes nesses fóruns, apesar de o debate envolver o direito de todos ao meio ambiente (ACSELRAD; BEZERRA; GAVIRIA, 2010).

Desse modo, a própria constituição dos conflitos socioambientais é uma expressão política das divergências presente nos modos como a natureza é regulada, apropriada e significada pelos diferentes atores sociais. Oferecer um repertório de procedimentos técnicos para a negociação dos conflitos mantém os desequilíbrios e assimetrias de poder presentes na própria lógica de territorialização dos agentes interessados no meio ambiente (MARTÍNEZ-ALIER, 2009). Apesar de os argumentos em defesa desses instrumentos de negociação se basearem na possibilidade de ganhos múltiplos para os diferentes atores envolvidos, na prática, isso não se consolida em uma lógica de “ganha-ganha”, que seria vantajoso para todos os afetados, já que essas técnicas muitas vezes reforçam as desigualdades de poder entre os atores envolvidos. Além disso, essas metodologias não auxiliariam em mudanças estruturais significativas, pois não incidem nas causas e tensões de origem dos conflitos, prevalecendo a colonialidade do poder e da natureza.

Por exemplo, no caso do crime ambiental praticado pela Samarco, Vale e BHP, no rompimento da Barragem do Fundão, em Bento Rodrigues, em 2015, foram instituídos diferentes instrumentos extrajudiciais de resolução de conflitos para a tutela adequada dos direitos das populações atingidas e como forma de reparar e compensar os danos causados. O Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) entre o Governo Federal, os governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas mineradoras envolvidas é um exemplo disso, que instituiu a criação da Fundação Renova, instituição privada, sem fins lucrativos, que atua no processo de reparação dos danos e gestão do conflito na região, por meio da intermediação das relações entre os diversos atores envolvidos.

Porém, isso não dirimiu as assimetrias existentes nas relações de poder entre as empresas mineradoras e o poder público, de um lado, e os atingidos pelo crime, de outro, no processo de reparação (VIEIRA; SILVA, 2019). Além disso, tais tentativas de resolução de conflitos e inclusive a compensação financeira não resolvem de maneira definitiva os conflitos socioambientais em que as empresas estão envolvidas, porque, além de não mitigar as assimetrias de poder entre os atores envolvidos nos processos decisórios, também não modificaram as formas violentas de apropriação da natureza pelas empresas, que continuam

acentuando as injustiças ambientais em outros locais, colocando em risco outros modos de vida, de significação e de relação com a natureza praticados pelas comunidades locais.

Mais que a reparação dos danos e resolução dos conflitos, tais instrumentos de negociação evidenciam, muitas vezes, que as empresas querem, na verdade, minimizar seus custos e reconstruir suas imagens perante a sociedade. No caso em questão, não existe resolução do conflito de maneira definitiva. No máximo, há mitigação, uma vez que o crime afetou a perda de direitos, os modos de vida ali existentes, a segurança alimentar da população, a saúde, entre outros bens intangíveis, inviabilizando modos de vida e aprofundando as injustiças socioambientais nas regiões atingidas.

Portanto, a Ecologia Política critica soluções mediadoras paliativas, tais como essas baseadas na lógica “ganha-ganha”, que garantem a governabilidade, mas que não recaem sobre as verdadeiras causas das injustiças ambientais e dos conflitos socioambientais. A utilização de técnicas de resolução de conflitos socioambientais institucionaliza a despolitização dos dissensos e não garante um equilíbrio de forças entre os atores sociais, subordinando, muitas vezes, pela força de lei, os interesses dos “mais fracos” aos dos “mais fortes”, ao invés de gerar maior justiça na participação dos envolvidos nos processos decisórios e na distribuição de ônus decorrentes da apropriação da natureza.

Feitas as considerações nesta seção sobre a demarcação teórica da constituição, tipologias, análise e instrumentos de negociação e resolução dos conflitos socioambientais no Brasil, na próxima seção aprofundo a teorização sobre os conflitos pela água e suas especificidades, a partir da lente da Ecologia Política da Água.

## **7.2 As particularidades dos conflitos socioambientais pela água**

A água tem sido foco de tensões e conflitos entre homens e civilizações desde a Antiguidade. Por se tratar de um elemento fundamental à vida de modo geral, ela pode se caracterizar tanto como objeto quanto sujeito de grandes disputas. Nos últimos anos, temos observado um contorno estratégico que o crescente debate acerca da gestão e usos dos recursos hídricos tem adquirido no contexto mundial (BREI; BÖHM, 2011, 2013; BARLOW, 2015; FLORES; MISOCZKY, 2015; LOBATO, 2018), já que se trata de um bem limitado e escasso em várias regiões, e que não é distribuído de forma regular entre as mesmas.

Nesta tese, a partir da Ecologia Política da Água (BORDALO, 2008, 2012, 2019; IORIS, 2005, 2009, 2010, 2013), busco fazer uma análise dos conflitos hídricos para além de uma linguagem hidrológica e economicista da água, mas à luz de um enfoque histórico-geográfico, compreendendo que a água é intrínseca e permanentemente política, objeto de acordos e de conflitos entre diversos atores sociais com assimetrias de poder. E diferentemente de abordagens inspiradas na economia neoclássica, que buscam explicar os conflitos socioambientais pela água a partir de uma noção genérica de escassez de recursos hídricos, resultante, sobretudo, do elevado crescimento populacional, da ausência de propriedade privada e falta de uma regulação pelo mercado, a Ecologia Política dos Recursos Hídricos, além de ressaltar a escassez quantitativa e qualitativa da água, busca destacar, principalmente, a forma desigual como a escassez atinge os diferentes atores sociais.

Portanto, a Ecologia Política dos Recursos Hídricos permite construir uma análise crítica dos conflitos socioambientais pela água, ao interpretá-los dentro de um contexto de desigualdades políticas e socioeconômicas (IORIS, 2013), em que a água é parte integral das relações sociais (IORIS, 2005). Essa perspectiva lança luz às contradições relacionadas a acesso e usos desiguais da água e tem contribuído para a consolidação de um campo de pesquisa e de lutas que tem como foco a discussão das questões políticas relativas à água, já que “a gestão de recursos hídricos é um processo inerentemente político” (MOLLINGA, 2008, p. 8), em que os conflitos socioambientais pela água podem ser entendidos como resultantes da reprodução de desigualdades sociais e assimetrias políticas profundas. Como aponta Swyngedouw (2004), o acesso ou exclusão aos recursos hídricos se constroem historicamente como parte de um ciclo hidrossocial, em que as populações mais pobres acabam sendo também as mais atingidas pela falta ou escassez de água.

Assim, tendo em vista as articulações teóricas realizadas nas seções anteriores, os conflitos socioambientais pela água podem ser compreendidos nesta tese como um processo contínuo e inerente às variadas formas de diferentes atores sociais se relacionarem com os recursos hídricos à sua volta, com suas divergentes necessidades, interesses, desejos, valores e modos de vida. Sua análise envolve não somente a escassez de água, mas os processos históricos, políticos, econômicos, sociais, ecológicos e culturais que constituem as circunstâncias de escassez e os modos desiguais de acesso, apropriação, uso e significação da água pelos diferentes atores sociais que estão envolvidos no conflito.

Por meio desta abordagem, articulada com o conceito de conflito socioambiental exposto

anteriormente, busco superar a visão que tem sido utilizada na literatura técnica especializada, em que tais conflitos são oriundos apenas da disputa por um recurso escasso, fonte de desequilíbrio entre oferta e demanda que tende a determinar o grau de competição pelo seu uso, desconsiderando um contexto de desigualdades sociais e assimetrias políticas profundas que incidem sobre as formas desiguais de apropriação e uso da água entre as partes envolvidas no conflito.

Na classificação dos conflitos socioambientais realizada por Martínez-Alier (2004), há uma tipologia específica sobre os conflitos pela água, que abrange, por exemplo, a defesa dos rios, como proposto pelos movimentos contra grandes barragens para fins de agricultura irrigada, e os conflitos sobre o uso e contaminação de recursos hídricos. Porém, em suas diferentes classificações, o próprio autor cita outros conflitos que não estão enquadrados em “conflitos pela água”, mas que tem a água também como elemento ou consequências dessas disputas, como é o caso dos “conflitos minerários”, ocasionados, por exemplo, pela contaminação do solo e da água pelas indústrias de mineração, ou os “conflitos pela extração de petróleo”, que ocorrem com o despejo de água salgada e contaminada da extração de petróleo em corpos d’água locais.

Portanto, apesar de eu tratar especificamente dos conflitos hídricos nesta tese, é importante ressaltar que geralmente um único conflito socioambiental pode envolver mais de um bem (terra, água, ar etc) e mais de uma tipologia (LITTLE, 2001); da mesma forma, um conflito específico pela água pode envolver outras questões, como, por exemplo, a apropriação e uso da terra. Porém, como este trabalho faz parte de um projeto maior sobre recursos hídricos, financiado pela CAPES em parceria com a ANA, faço esse recorte especificamente pela questão da água. Como já expus anteriormente, essas tipologias e classificações, apesar de suas limitações, são interessantes para tentar direcionar a análise dos conflitos, já que este é um dos objetivos propostos nesta tese.

Tendo em vista a diversidade dos conflitos pela água, Ribeiro, Santos e Silva (2019) também oferecem uma tipologia dos conflitos hídricos a partir do aporte da Ecologia Política. Segundo os autores, os conflitos hídricos podem ser classificados em conflito velado pela escassez, isto é, quando existe um descontentamento latente, uma inquietude, mas ainda não há uma disputa deflagrada, como foi o caso da crise de gestão de água em São Paulo, em 2013 e 2015, em que o governador de São Paulo, na época, Geraldo Alckmin, anunciou a transposição das águas da Represa Jaguari, gerando um conflito latente, mas não deflagrado, com o governador do Rio de

Janeiro, na época, Luiz Fernando Pezão, pois, segundo este, caso a transposição ocorresse, faltaria água para os fluminenses. A transposição de fato não ocorreu, mas o caso gerou um conflito latente e algumas tensões entre os governantes.

Os conflitos pela água, segundo os autores, também podem ser caracterizados como conflitos deflagrados pela escassez e, nesse caso, deixam de ser latentes, pois já é uma situação real/deflagrada de disputa entre as partes envolvidas, podendo envolver declarações ríspidas, agressões verbais e até violência física. Um exemplo disso foi o que ocorreu em Itu (SP) na crise de abastecimento de água em 2015, em que a população foi exposta a um racionamento intenso de água durante muitos dias pela empresa privada Águas de Itu, ocasionando uma revolta popular, confrontação física e, posteriormente, a remunicipalização dos serviços de água na cidade.

A última tipologia proposta por Ribeiro, Santos e Silva (2019) são os conflitos pela abundância. Segundo os autores, geralmente os conflitos pela água emergem devido à escassez, mas alguns podem ocorrer também pela elevada oferta de água, o que gera disputas pelos seus diferentes usos e por uma gestão mais adequada dos recursos hídricos. Por exemplo, o uso de água subterrânea do aquífero Guarani para diversas atividades econômicas é intenso, porém, não há muito cuidado e avaliação rigorosa do impacto dessas atividades (RIBEIRO; SANTOS; SILVA, 2019).

Para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA, 2018b), a análise dos conflitos pela água envolve a identificação de suas causas, características e a análise das partes envolvidas na disputa. Segundo essa instituição, os conflitos hídricos podem ser classificados de diferentes formas. Quanto ao tipo, podem ser deflagrados ou latentes, e podem ocorrer entre grupos, instituições, setores ou países. Quanto às causas, eles podem ser originados por falhas ou problemas de choque entre atores sociais, de comunicação ou acesso à informação e devido a falhas na estrutura e funcionamento de instituições, organizações e governos. Quanto à natureza do conflito, ele pode emergir por diferenças de valores e ideologias, por diferenças de objetivos entre os envolvidos, por disputas entre métodos e formas de agir ou por disputas geradas por acontecimentos prejudiciais a alguma das partes.

Já a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tipifica os conflitos hídricos em três categorias diferentes das expostas até o momento, a saber: uso e preservação; apropriação particular; e barragens e açudes. O primeiro se dá pelo mau uso e preservação das águas, que leva ao secamento ou a



outras formas de destruição e inutilização dos recursos hídricos, como sua poluição por diferentes atividades econômicas, como a indústria da mineração e os agrotóxicos do agronegócio. Já a apropriação particular diz respeito aos conflitos que surgem quando um proprietário faz um barramento de uma fonte ou promove o desvio de um curso de água, diminuindo ou impedindo o acesso à água por parte de outros. E os conflitos por barragens e açudes são aqueles que emergem, por exemplo, por projetos de construção de hidrelétricas que não cumprem os devidos procedimentos legais, quando há a expropriação de famílias locais da posse de uma propriedade por meios judiciais, ou até mesmo quando representantes desses projetos não cumprem uma política de reassentamento dessas famílias (MALVEZZI, 2014).

Tendo como pano de fundo a Ecologia Política dos Recursos Hídricos, Ribeiro, Santos e Silva (2019) apontam alguns elementos importantes para a análise da água enquanto objeto dos conflitos socioambientais, a saber: I) a quantidade, qualidade e o acesso à água; II) a mercantilização da água, privatização do acesso e a volta ao domínio estatal; e III) a política dos conflitos socioambientais pela água. O primeiro ponto parte do pressuposto da noção do volume de água enquanto estoque e de que há pouca água doce disponível no planeta. Assim, em regiões de elevada densidade demográfica ou de uso intensivo da água, seja na indústria ou na agricultura, a escassez pode ocorrer. A partir dessa noção de escassez, a crise e os conflitos hídricos podem ser compreendidos, por um lado, como um problema demográfico — muitas pessoas para pouca água — e como um problema geográfico/distributivo — lugares com pouca água e muita gente.

Além disso, não basta considerar apenas a quantidade disponível de água, mas também a sua qualidade, isto é, ela deve estar em condições adequadas para uso, tendo em vista que um tipo de uso dos recursos hídricos pode comprometer outros usos, chegando, em alguns casos, a torná-los impossíveis. Essa não maximização do uso da água pode ser ilustrada, por exemplo, quando uma atividade econômica, como o agronegócio ou a mineração, polui o curso d'água de tal forma que o torna inútil para outras atividades que exigem como requisito básico uma qualidade de água adequada. Essa discussão sobre se a gestão dos recursos hídricos garante a disponibilidade quantitativa e qualitativa da água para o atendimento das necessidades humanas e para a prática das atividades econômicas é conhecida como segurança hídrica (COOK; BAKKER, 2012). Segundo Mekonnen e Hoekstra (2016), dois terços da população mundial vivem sob condições de grave escassez hídrica quantitativa e/ou qualitativa pelo menos uma vez no ano, resultantes dos baixos níveis de acessibilidade social à população mais pobre à água

doce potável e da poluição dos recursos hídricos.

Por outro lado, essa perspectiva do volume de água no planeta também pode ser entendida enquanto fluxo (ao invés de estoque), isto é, a água apresenta uma grande mobilidade espacial e, por isso, sua apropriação dependeria das diferentes relações estabelecidas entre sociedade e natureza. Nesse contexto, a crise e os conflitos hídricos estariam relacionados às distintas formas de diferentes atores sociais se apropriarem, gerirem e utilizarem a água e, portanto, estariam relacionados às assimetrias de poder que constituem esses processos, dando destaque também à noção do acesso desigual à água em um contexto de desigualdades socioeconômicas entre as partes do conflito.

Vale destacar que diversos autores da Ecologia Política têm criticado a ideia de uma crise mundial hídrica advinda somente da escassez de água doce. Bordalo (2012), por exemplo, afirma que não se trata apenas de uma questão de disponibilidade hídrica em virtude do crescimento demográfico (oferta menor que demanda), mas, sobretudo, de uma crise referente ao desigual acesso à água, além das desiguais formas de utilização e consumo por diferentes atores sociais. O autor ainda pontua que esse discurso apocalíptico de uma “crise” mundial no abastecimento de água potável no século XXI, resultante de uma próxima “escassez hídrica”, na verdade esconde o real interesse na privatização e mercantilização dos recursos hídricos.

Na mesma direção, Bouguerra (2004) questiona se realmente existe uma escassez ou má gestão da água, já que esta é um bem comum cobiçado pelo mercado. Para Becker (2003), esse discurso da crise hídrica mundial, reproduzido, por exemplo, por instituições como Banco Mundial, OMC e FMI, confere à água uma importância econômica e militar e um valor estratégico similar ao do petróleo no século XX, configurando uma hidropolítica no cenário mundial e abrindo espaço para a discussão da água como direito humano universal ou como mercadoria e recurso econômico e, portanto, da necessidade de uma gestão eficiente dos recursos hídricos para combater a escassez.

Essa discussão diz respeito justamente ao segundo elemento destacado por Ribeiro, Santos e Silva (2019) para a análise da água enquanto objeto dos conflitos socioambientais, ou seja, sobre os processos de mercantilização da água, privatização do acesso e a relação público/privado no processo de gestão dos recursos hídricos. Existe um debate intenso sobre o acesso e usos desiguais da água expressarem diferentes perspectivas acerca da água, ora entendida como um bem comum fundamental para a sobrevivência e para a qualidade de vida

ora compreendida como mercadoria/recurso econômico.

A primeira perspectiva, e a que defendo nesta tese, parte da ideia de que a água é um direito humano e que, portanto, seu acesso deve ser garantido a todos, livre de conflitos, a fim de garantir, conseqüentemente, a dignidade e o bem-estar da população, enquanto um direito humano universal (BORDALO, 2008; 2019; RIBEIRO, 2008). Essa discussão da água como um direito humano universal já esteve presente em vários Fóruns Mundiais da Água (FMA), principalmente a partir de 2003, e inclusive em decisões da ONU. Em 2002, por exemplo, o Comitê da ONU para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais destacou no comentário geral n.º 15 que “o direito humano à água prevê que todos tenham água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a preços razoáveis para usos pessoais e domésticos” (ONU, 2003, on-line).

Mas foi em uma assembleia geral em julho de 2010 que a ONU reconheceu formalmente o acesso universal à água e ao saneamento<sup>12</sup>, sem qualquer discriminação, como um direito humano essencial: “a água limpa e segura e o saneamento como um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos” (ONU, 2010, on-line). Tal reconhecimento foi reafirmado pela organização em outra assembleia geral, em 2015. E, em 2019, “Não deixar ninguém para trás” foi o tema da edição do Informe das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos no Mundo (WWAP, 2019), reforçando, mais uma vez, que o acesso à água potável e ao saneamento como um direito humano universal, livre de conflitos, é fundamental para manter a saúde e a dignidade de todos. Esse reconhecimento por parte da ONU implica que os países signatários dos pactos de direitos internacionais, como é o caso do Brasil, devem respeitar, proteger e cumprir o alcance desse direito, criando condições para tanto, através, por exemplo, da ampliação de recursos humanos e financeiros e do desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas que garantam sua efetivação de forma progressiva e contínua.

Porém, apesar de a ONU reconhecer a água como um direito humano essencial há alguns anos, o direito à água ainda não está explicitamente garantido na Constituição brasileira. Há alguns projetos parados na Câmara dos Deputados para incluir o acesso à água e à terra entre os direitos sociais obrigatórios, como é o caso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 258/2016 e a PEC 4/2018, o primeiro de autoria de Paulo Pimenta, representante do Partido dos

---

<sup>12</sup> Entendido, de forma resumida, como a coleta e o tratamento de esgoto.

Trabalhadores (PT), e o segundo encabeçado por diversos autores de diferentes partidos.

Dessa forma, como evidenciado por Mekonnen e Hoekstra (2016), ainda estamos muito distantes do reconhecimento ao acesso universal à água e ao saneamento para todos como um direito humano, no Brasil e no mundo, o que nos leva a uma situação de um elevado quadro nacional e internacional de casos de conflitos socioambientais pela água. Como busco argumentar nesta tese, Bordalo (2019) aponta que a crise dos excluídos hídricos é resultado do mito da sociedade industrial desenvolvida, uma vez que a promessa de que os setores produtivos e o crescimento econômico levariam à prosperidade não se cumpriu para todos os grupos sociais, como será mais detalhado no próximo capítulo.

Já sobre a concepção da água como um recurso/bem econômico, Di Mauro (2014), ao criticá-la, questiona a própria nomenclatura de “recursos hídricos”:

Não há como tratar os temas ambientais e especialmente os recursos hídricos sem reconhecê-los no mundo em que vivemos. Quais são as bases que estruturam as relações sociais e econômicas e, por consequência, que estabelecem as formas do relacionamento da humanidade com os demais componentes da natureza? Mencionam-se os demais componentes da natureza, com a explicitação de que a sociedade é composta por seres humanos, que são seres naturais. Como e em que bases está sustentado o sistema econômico que estabelece as condições para a vida humana? A Terra, sob a égide do capitalismo, é constituída e se constitui em mercadoria(s). No contexto onde tudo é mercadoria, a relação com o planeta se dá na forma de apropriação dessa mercadoria. Tanto é assim que componentes da natureza são dotados de valor econômico e reconhecidos como Recursos Naturais. A água para produção de mercadorias é considerada como um Recurso. Da mesma maneira como o ferro, o manganês, o urânio são componentes da natureza, transformados em Recursos Minerais, a água foi designada como Recurso Hídrico (DI MAURO, 2014, p. 82).

A partir disso, argumento que a água tem sido instrumentalizada e reduzida a um mero fator de produção, vista como fonte geradora de riqueza e, para tanto, deve ser explorada e vendida, e não vista como um direito humano universal. A defesa da concepção da água enquanto recurso estratégico de valor econômico, crucial ao desenvolvimento econômico e social da sociedade moderna, fundamenta a colonialidade da natureza.

Para Costa (2003), a escassez quantitativa e qualitativa da água e sua distribuição desigual em todo o planeta, inclusive entre povos e nações pobres e ricas, a transformaram em um recurso econômico crescentemente valorizado no mercado mundial, como uma *commodity*. Porto e Porto (2016) argumentam que a mercantilização da natureza e, especificamente, da água são respostas da economia neoclássica, dos países capitalistas centrais e de grandes corporações à chamada crise ambiental e a crescente situação de escassez de água em várias partes do mundo.

Segundo os autores, tal vertente justifica as privatizações e mercantilizações da natureza, pois, como a natureza, em geral, e a água, em particular, são “de todos”, não possuem donos, nem propriedade e mercados, é necessário criar mercados de recursos naturais e políticas de mercantilização para o gerenciamento mais eficiente de tais recursos.

Dessa forma, além da escassez quantitativa e qualitativa e dos acessos e usos desiguais, a apropriação privada da água também se apresenta como possibilidade de promover e intensificar os conflitos hídricos. Em Cochabamba, na Bolívia, por exemplo, a privatização da água ocasionou vários protestos e mortes no ano de 2000 (OTTO; BÖHM, 2006). Nesse contexto, transnacionais como Danone, Nestlé, Coca-Cola e Pepsico, com o apoio de instituições globais como Banco Mundial e a OMC, apropriam-se de bacias hidrográficas para comercializarem águas engarrafadas. Tais instituições, associadas às transnacionais e ao discurso de escassez da água, pressionam países subdesenvolvidos a implementar programas de privatização, já que eles pouco ou nada têm de recursos para investir, intervir ou solucionar o problema da carência de água. Porém, “como a própria palavra indica, privatizar é privar quem não é proprietário privado do acesso a um bem, ou seja, a privatização também produz a escassez” (PINTO, 2017, p. 31).

Portanto, instituições como a OMC, o FMI e o Banco Mundial têm um papel central no processo de mercantilização e privatização da água, ao atribuir um valor de mercado à água como se fosse a única forma de combater seu desperdício e escassez, o que tem ocasionado um comércio global da água (RIBEIRO, 2008). Bordalo (2009) aponta que, no final do século XX, essas instituições defenderam expressamente em suas diretrizes e programas que o gerenciamento dos recursos hídricos nos países em desenvolvimento deveria ficar sob responsabilidade da iniciativa privada, e não do Estado, sob os argumentos da ineficiência, lentidão e burocracia do Estado e também, por outro lado, da gestão mais eficiente e lucrativa da iniciativa privada, a única que seria capaz de ampliar com qualidade e rapidez os serviços de água e saneamento.

Porém, Bouguerra (2004) e Bordalo (2009) argumentam que não se tratou apenas de uma defesa, mas sim de uma imposição da privatização da água nos países do Sul Global, já que essas instituições, como o FMI, fizeram disso uma condição para a negociação de dívidas, concessão de créditos e para novos acordos, sob a justificativa de modernizar o setor de gerenciamento dos serviços de água. Essa pressão internacional ocasionou uma grande onda de privatização das companhias públicas no final do século XX de diversos setores em várias partes do mundo, em especial em países africanos e na América Latina, e de instituições ligadas

aos recursos hídricos.

Bordalo (2009) também evidencia que muitas sociedades que passaram pela privatização dos serviços de água, alguns anos depois, chegavam a conclusões pessimistas, pois o preço do serviço tinha aumentado e a qualidade da água, diminuído. É o que aconteceu, por exemplo, em Itu (SP), que em 2017 remunicipalizou seus serviços de abastecimento devido à incapacidade da empresa privada de oferecer os serviços com qualidade. O mesmo aconteceu no Tocantins, em 2010, que encerrou a concessão dos serviços de abastecimento e saneamento de vários municípios, criando a Agência Tocantinense de Saneamento (ATS). O conflito pela água em Cochabamba também se tornou um exemplo para os que defendem a manutenção estatal dos serviços de água.

Contudo, no Brasil, nos últimos anos, tem havido uma crescente investida nas tentativas de privatização dos serviços de água, como a tentativa, em 2017, de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) (RIBEIRO; SANTOS; SILVA, 2019). A fim de reverter esses processos desastrosos de privatização dos serviços de água, Wainwright (2014) aponta a retomada da administração pública do controle do gerenciamento da água, de forma mais participativa, incluindo representantes sindicais e populares, em que instituições públicas e organizações da sociedade civil colaboram para fortalecerem suas atuações no gerenciamento de serviços de água. Essa volta ao domínio estatal da gestão dos recursos hídricos faz parte justamente do segundo elemento apontado por Ribeiro, Santos e Silva (2019) para a análise da água enquanto objeto dos conflitos socioambientais.

Já o terceiro e último elemento apontado pelos autores para a análise dos conflitos hídricos diz respeito ao aspecto político. Estejam os conflitos ativos ou estáveis, é necessária uma análise hidropolítica para a compreensão dessas disputas pela água, uma vez que elas ocorrem por conta de sua distribuição política, e não devido à sua distribuição natural (RIBEIRO, 2008). Ribeiro, Santos e Silva (2019) destacam ainda o conceito de hidro-hegemonia como uma prática territorial que envolve o domínio dos recursos hídricos de um território sobre outro, a fim de buscar entender como determinados atores sociais podem impor o uso da água a outros. Dessa forma, os conceitos de hidropolítica e hidro-hegemonia possibilitam a compreensão das assimetrias de poder que há entre os diferentes atores sociais envolvidos nos conflitos hídricos, já que a análise dos conflitos pela Ecologia Política das Águas “deve identificar responsabilidades coletivas, mas profundamente diferenciadas, entre os grupos sociais que interagem em um dado território” (IORIS, 2013, p. 112).

Ribeiro, Santos e Silva (2019) oferecem também uma abordagem teórico-metodológica para a análise especificamente dos conflitos pela água, que leva em consideração: I) a identificação dos focos de conflito pelo uso da água, demonstrando os atores sociais e as características dos conflitos, bem como a distribuição política da água nesses territórios; II) avaliação da oferta e da demanda de água presente e futura dos principais atores sociais envolvidos no conflito; III) análise do contexto regional acerca conflito, e não apenas local, já que muitas vezes o conflito pela água transcende enormemente a área geográfica da disputa; IV) identificação das estruturas e escalas institucionais, tanto públicas quanto privadas, de gestão das águas. Por exemplo, o Estado hoje atua de diferentes maneiras na gestão da água, tanto para regular a ação privada em algumas situações, como para atenuar conflitos em outros momentos. Desse modo, são fundamentais a identificação e análise desse conjunto de normas que regem o uso da água na região do conflito, pois isso pode estar na origem da disputa; e V) análise da bacia hidrográfica, enquanto unidade básica de análise dos estudos que envolvem a água, e a presença ou não de instrumentos de gestão da água, que podem ocorrer, por exemplo, por meio dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Tendo em vista esses dois últimos pontos elencados acima, é crucial que eu contextualize também nesta parte do referencial teórico o desenho jurídico das competências dos entes federativos sobre a gestão das águas no Brasil e as principais instituições jurídicas nacionais e locais responsáveis pela gestão dos recursos hídricos e seus papéis no que tange aos conflitos por água. No quadro abaixo (Quadro 3), apresento a divisão de competências entre os entes federativos em relação à gestão das águas no Brasil:

Quadro 3 - Competências entre os entes federativos na gestão de recursos hídricos no Brasil

<b>Ente Federativo</b>	<b>Competências</b>
União Federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerencia a Política Nacional e o Plano Nacional de Recursos Hídricos;</li> <li>• Fiscaliza e regula a gestão hídrica no país, junto ao Ministério do Meio Ambiente e à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico;</li> <li>• Conselho Nacional de Recursos Hídricos regulamenta a política com a participação do Governo Federal, Estados, Distrito Federal, Setores e Usuários da Sociedade Civil;</li> <li>• Gerencia comitês de bacias federais ou interestaduais;</li> <li>• Fiscaliza a água para consumo humano por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.</li> </ul>
Estados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsável pela gestão das águas sob o seu domínio;</li> <li>• Elabora legislação específica para sua área;</li> <li>• Organiza o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e garante o funcionamento dos comitês de bacia em sua competência;</li> <li>• Fiscaliza a água para consumo humano por meio da Vigilância Sanitária estadual.</li> </ul>
Municípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integram políticas de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e do meio ambiente com as políticas federal e estaduais de Recursos Hídricos;</li> <li>• Possuem assentos nos Comitês de Bacias Hidrográficas no intuito de promover a articulação</li> </ul>

	intersetorial e federativa das políticas públicas territoriais; • Fiscaliza a água para consumo humano por meio da Vigilância Sanitária municipal.
--	---

Fonte: adaptado de Aith e Rothbarth (2015)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete à União legislar privativamente sobre as águas, bem como instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e definir critérios de outorga<sup>13</sup> de direitos de seu uso. Aos estados, cabem, por exemplo, a gestão das águas sob o seu domínio, a organização do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e o funcionamento dos comitês de bacia em sua competência. Já os municípios possuem o poder de polícia das águas, ao fiscalizar, por exemplo, a qualidade da água para o consumo humano. Ainda de acordo com a Constituição Federal de 1988, é de competência comum da União, dos estados e dos municípios registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos no Brasil e proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (BRASIL, 1988).

No caso brasileiro de gestão das águas e dos conflitos hídricos, merece destaque a Lei n.º 9.433, criada em janeiro de 1997, conhecida como Lei das Águas, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). A Lei das Águas é baseada em alguns fundamentos, expostos na sequência: a água é considerada um bem de domínio público; trata-se de um recurso natural limitado e dotado de valor econômico; seu uso prioritário deve ser para o consumo humano e a dessedentação de animais em situações de escassez; e a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, a partir de uma gestão descentralizada, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (BRASIL, 1997).

A Lei das Águas também definiu a bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão, isto é, de implementação da PNRH e atuação do SNGRH, e cita explicitamente os conflitos hídricos e as competências de diferentes instituições na negociação dessas disputas. O estado de Minas Gerais, área de estudo da análise dos conflitos hídricos nesta tese, é conhecido como a “caixa d'água brasileira”, justamente pela importância de suas bacias hidrográficas no contexto nacional. A imagem abaixo (Figura 6) identifica as bacias hidrográficas federais de Minas

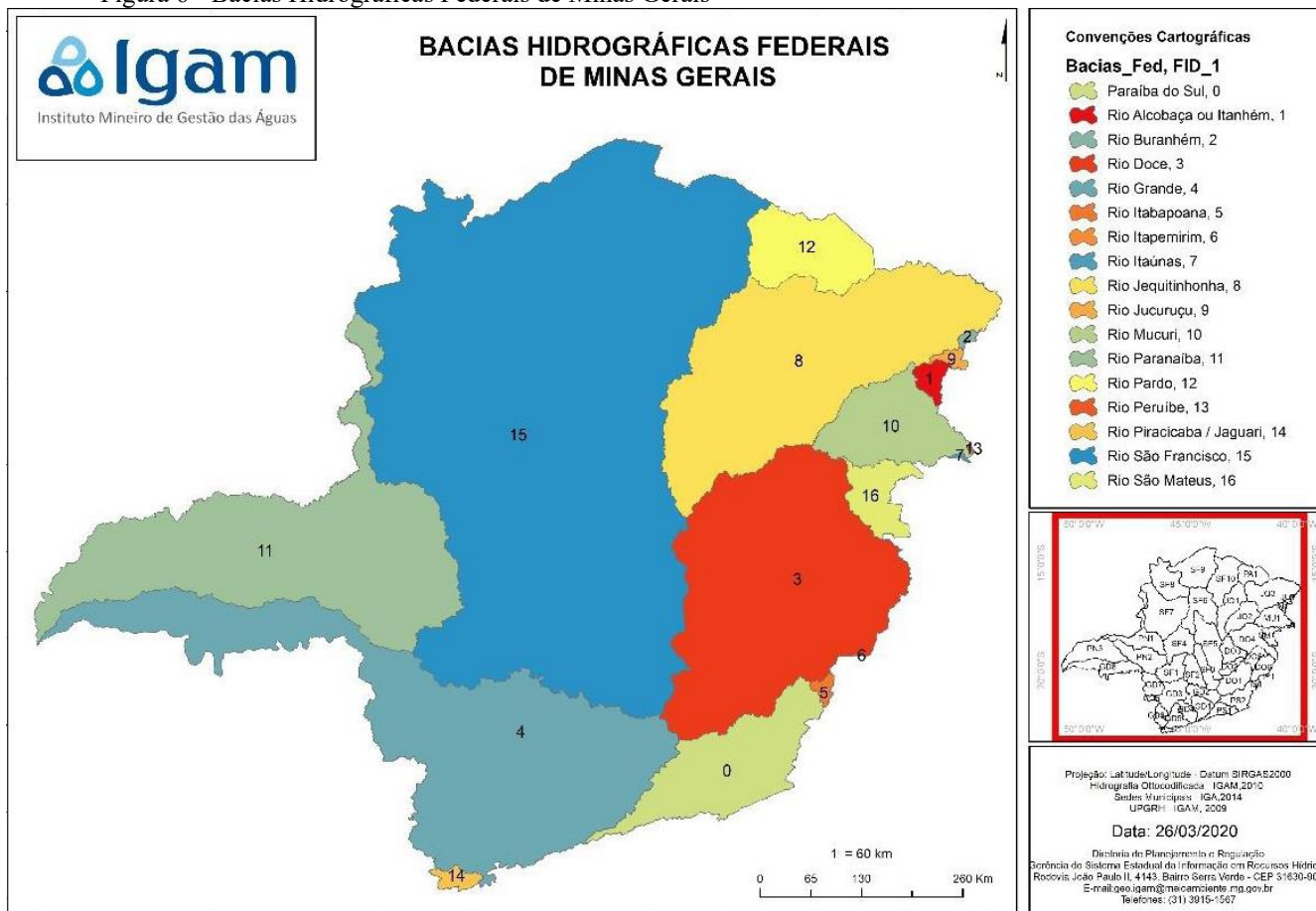
---

<sup>13</sup> Por outorga do direito de uso, entende-se um instrumento legal de gestão pelo qual o poder público atribui ao interessado, público ou privado, o direito de utilizar privativamente o recurso hídrico. Porém, essa autorização não dá ao usuário a propriedade de água, e, sim, o direito de seu uso, podendo a outorga ser suspensa, parcial ou totalmente, em situações de escassez, de não cumprimento pelo outorgado dos termos de outorga, por necessidade premente de se atenderem aos usos prioritários e de interesse coletivo, entre em outras possibilidades previstas na legislação vigente (BRASIL, 1997).



Gerais.

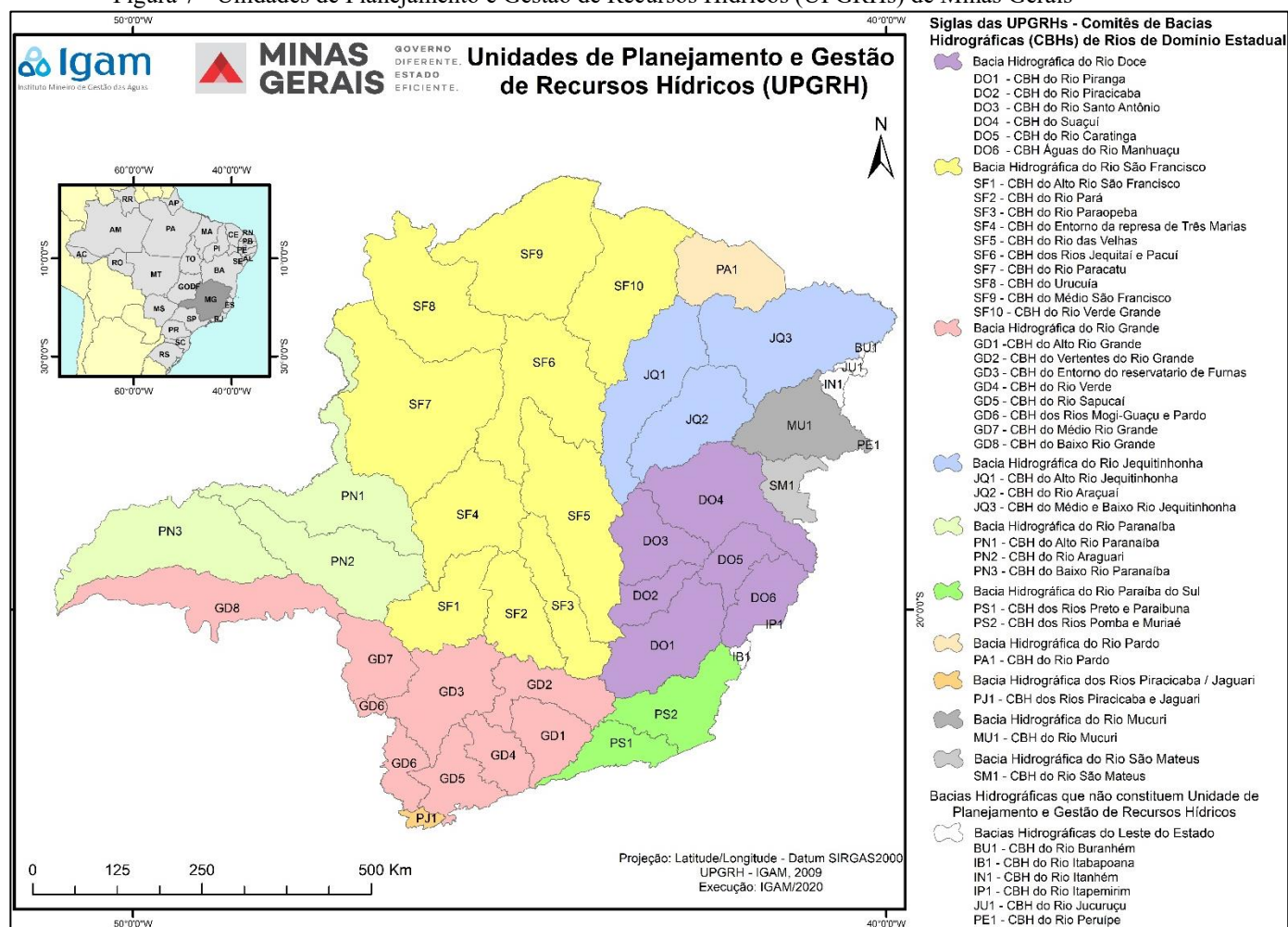
Figura 6 - Bacias Hidrográficas Federais de Minas Gerais



Fonte: Minas Gerais (2020)

Na parte central à direita da imagem acima, é possível observar, contornado de vermelho, o mapa de Minas Gerais com outras subdivisões. Trata-se das Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRHs), que é a demarcação físico-territorial feita pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) das bacias hidrográficas do estado em subáreas, isto é, são unidades de planejamento identificadas dentro das bacias hidrográficas do estado, a fim de viabilizar o planejamento e a gestão adequada dos recursos hídricos nessas regiões, tendo em vista suas diferentes características físicas e socioeconômicas. É no contexto dessas UPGRHs que são aplicados os instrumentos de gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos e que se dá a atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH). A figura abaixo (Figura 7) ilustra as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRHs) de Minas Gerais.

Figura 7 - Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRHs) de Minas Gerais



Fonte: Igam (2010b)

Segundo a Lei das Águas, compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, por exemplo, arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos (BRASIL, 1997). Os Comitês de Bacia Hidrográfica integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, junto a outras instituições, como a ANA e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. São considerados fóruns dedicados ao planejamento e governança das águas, bem como de resolução dos conflitos hídricos, e são compostos por representantes da União, dos estados e municípios cujos territórios se situem em sua área de atuação, de usuários das águas também situados em sua área de atuação e de entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia (BRASIL, 1997).

Desse modo, os Comitês de Bacia Hidrográfica podem ser compreendidos enquanto fóruns de representação que buscam conciliar os diferentes interesses dos diversos atores sociais envolvidos em conflitos sobre o acesso, apropriação e uso dos recursos hídricos em uma determinada bacia hidrográfica, garantindo os usos múltiplos da água e a própria

sustentabilidade do sistema hidrográfico. Como os diferentes atores sociais expressam diferentes interesses, valores, saberes e símbolos sobre os recursos hídricos, que geralmente são antagônicos, cabe aos comitês a tarefa de antever e dirimir esses conflitos.

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), criada em 2000, também se configura como uma importante instituição no processo de gestão das águas e dos conflitos, já que compete a ela solucionar administrativamente os conflitos hídricos de domínio da União, levando em consideração os respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas (BRASIL, 2000). Para tanto, a ANA (2018b) identifica, por exemplo, etapas importantes no processo de gestão de conflitos hídricos, a fim de evitar, solucionar ou minimizar tais disputas e seus respectivos impactos socioambientais. De acordo com a instituição, a primeira etapa para a gestão dos conflitos pela água seria mobilizar todas as partes interessadas envolvidas no conflito. Posteriormente, é necessário proporcionar conhecimento e informação sobre o conflito para subsidiar a tomada de decisão por todas as partes. Em seguida, seria preciso construir compromissos e pactuar responsabilidades entre os envolvidos, além de executar esses compromissos pactuados. Por fim, é necessário acompanhar os resultados alcançados com todas as partes.

Especificamente em relação ao estado de Minas Gerais, vale destacar também o papel do Igam, o qual representa o poder público do estado e, entre outras funções, é responsável pela análise, concessão e suspensão de outorga de direito de uso de recursos hídricos em MG, pela cobrança pelo uso de recursos hídricos, pela emissão de Declaração de Áreas de Conflito (DAC) no estado e por apoiar os comitês de bacias hidrográficas na resolução dos conflitos hídricos (IGAM, 2020d).

A Declaração de Área de Conflito (DAC) emitida pelo Igam é um relevante instrumento de gestão de recursos hídricos e de mediação de conflitos pelos acessos e usos desiguais da água em Minas Gerais. Segundo a metodologia da DAC, compreende-se por áreas declaradas de conflito aquelas pertencentes às bacias hidrográficas do estado de Minas Gerais em que se observam situações de indisponibilidade hídrica, isto é, áreas em que a somatória das demandas por água por parte de diversos usuários requerentes é superior ao volume de recursos hídricos disponíveis para a outorga. Ao identificar uma área de indisponibilidade hídrica em determinada bacia hidrográfica, o Igam poderá declarar área de conflito mediante emissão da DAC e informa o comitê de bacia hidrográfica respectivo sobre a área conflituosa (IGAM, 2020c).

Entretanto, cabe destacar as limitações da DAC enquanto um instrumento de gestão das águas e de mediação dos conflitos hídricos no estado. A DAC apresenta somente os conflitos de escassez quantitativa da água, não considerando os conflitos qualitativos nem os conflitos potenciais existentes em Minas Gerais (MAGALHÃES JÚNIOR; LOPES, 2017). Assim, são necessários estudos que avaliem de forma quantitativa e qualitativa os conflitos hídricos reais e potenciais, como pretendido nesta tese, a fim de gerar informações relevantes para identificação e mitigação de conflitos socioambientais pelos órgãos ambientais competentes do estado.

Portanto, o Estado brasileiro, para dar conta de seu dever de gerir os recursos hídricos nacionais, criou e desenvolveu instituições jurídicas relevantes, que necessitam de um alto grau de articulação para atuarem de forma eficaz. O quadro abaixo (Quadro 4) apresenta algumas dessas principais instituições jurídicas criadas para a gestão das águas e dos conflitos hídricos no país, especificamente em Minas Gerais, além de suas respectivas responsabilidades.

Quadro 4 - Principais instituições jurídicas responsáveis pela gestão da água e dos conflitos hídricos no Brasil e em Minas Gerais

<b>Instituição</b>	<b>Competências</b>
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)	Autarquia responsável por disciplinar a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos de gestão criados pela Política Nacional de Recursos Hídricos através do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - Ministério do Meio Ambiente (SRHU)	Responsável por implantar políticas públicas que permitam a preservação de recursos hídricos, águas doces, bem como biodiversidades aquáticas e acesso à água potável.
Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)	Dividido em 10 câmaras técnicas, é responsável por analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos; estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos; promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários; arbitrar conflitos sobre recursos hídricos; deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados; aprovar propostas de instituição de comitês de bacia hidrográfica; estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso; aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e acompanhar sua execução.
Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH)	Fóruns colegiados responsáveis por aprovar o Plano de Recursos Hídricos de cada Bacia; arbitrar conflitos pelo uso da água em primeira instância administrativa; estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água na região colegiada.
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)	Atua no âmbito estadual com a missão de formular e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente e de gestão dos recursos hídricos e articular as políticas de gestão dos recursos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável no estado de Minas Gerais.
Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)	Autarquia do governo de Minas Gerais, sendo vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Entre outros serviços, é responsável pela análise, concessão e suspensão de outorga de direito de uso de recursos hídricos em MG, pela cobrança pelo uso de recursos

	hídricos e pela emissão de Declaração de Áreas de Conflito (DAC) no estado, mediante elaboração de parecer técnico, por solicitação da Semad ou do Comitê de Bacia Hidrográfica.
--	--

Fonte: adaptado de Aith e Rothbarth (2015)

Gusmão e Pavão (2019) apontam que a superação dos conflitos pela água entre os diferentes atores sociais envolvidos nas disputas por meios de tais instituições jurídicas representa um passo importante na implantação do processo de gestão dos recursos hídricos no Brasil. Porém, segundo os autores, para tanto, é necessário que os agentes governamentais, do mercado e das comunidades estabeleçam diálogos permanentes que resultem não só no tratamento dos conflitos hídricos, como também no intercâmbio de visões e saberes, o que levaria ao aprendizado mútuo. Nesse contexto, os próprios autores reconhecem a dificuldade de as partes envolvidas chegarem a um consenso, uma vez que trazem consigo a herança de processos históricos que as colocam em condições desiguais, sobretudo do ponto de vista da disponibilidade material, de conhecimento/informação e de acesso a redes de poder.

Os autores apontam que esses diferentes arranjos institucionais têm funcionado, muitas vezes, como instrumentos da reafirmação das assimetrias de poder em relação aos diferentes atores sociais envolvidos nos conflitos. “A materialização de tais assimetrias, inerentes à própria lógica de materialização da apropriação do capital no território, se faz presente na dinâmica de tais fóruns [dos Comitês de Bacias Hidrográficas], da mesma forma como fora deles” (GUSMÃO; PAVÃO, 2019 p. 40), isto é, a limitação à participação nos comitês e as pressões exercidas dentro desses fóruns por certos agentes econômicos e por grandes usuários seriam algumas das dificuldades para a promoção da justiça hídrica, tendo em vista o protagonismo exercido por certos agentes econômicos e as relações de poder que privilegiam os interesses de grandes usuários, os quais estão alinhados com os objetivos de "desenvolvimento" enquanto crescimento econômico.

Da mesma forma, Porto e Porto (2016) também criticam os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) enquanto fóruns para a resolução dos conflitos hídricos. Segundo os autores, os CBHs não conseguem representar interesses coletivos e difusos, já que reproduzem relações assimétricas de poder amparadas por um Estado que privilegia os interesses de agentes econômicos hegemônicos e de grandes usuários, sendo necessário criar novas formas de participação e mecanismos de decisão sobre os recursos hídricos, a fim de tornar realidade a universalização do direito à água. As críticas são endereçadas também à Lei das Águas, que

de cunho nitidamente neoliberal, não dá conta da universalização e da democratização

do acesso à água. Nesse sentido, a Lei das Águas descentraliza (parcialmente), mas não democratiza a sua gestão, o que, do ponto de vista ambiental e social, contribui para a manutenção de realidades marcadamente pobres e com fortes desigualdades sociais. A referida lei estabelece em seu artigo 1º, II, a água como um bem dotado de valor econômico, e, mais adiante, aponta como objetivo da cobrança o reconhecimento desse valor e a indicação do mesmo ao usuário (artigo 19, I) – o que claramente representa a incorporação de lógicas de mercantilização, conduzindo ao enfraquecimento da garantia constitucional do acesso à água a todos os cidadãos (PORTO; PORTO, 2016, p. 9–10).

Em um estudo sobre a dimensão política dos conflitos socioambientais por água no Brasil, Rossi e Santos (2018) também pontuam que a análise dos conflitos hídricos por meio dos documentos oficiais elaborados pela ANA limita a abordagem do tema a aspectos divergentes entre oferta e demanda de água, sem que sejam refletidas as razões políticas para tal desequilíbrio, e que a regulação em curso no país geralmente legitima relações de poder que privilegiam interesses dos grandes usuários.

Dessa forma, apesar dos avanços obtidos com a criação de instâncias jurídicas para a gestão das águas principalmente a partir do início do século XXI, a regulação nacional dos recursos hídricos tem se mostrado insuficiente e politicamente comprometida, principalmente no que se refere à gestão dos conflitos hídricos, já que os casos têm aumentado significativamente nos últimos anos, como será demonstrado nos próximos capítulos. A seguir, busco articular as categorias teóricas problematizadas até o momento, a fim de evidenciar como as políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão do agronegócio no Brasil (re)produz a colonialidade da natureza e conseqüentemente intensifica os conflitos hídricos.

## 8 ARTICULAÇÃO TEÓRICA ENTRE AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DESTINADAS AO AGRONEGÓCIO E A INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS HÍDRICOS NO BRASIL

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil e por diversos países da América Latina nos últimos anos permanece como um sustentáculo da “obsessão pelo crescimento” (ALTVATER, 2002). E a alta dependência dos recursos naturais para tanto pode provocar sérios desafios ambientais e econômicos para esses países no longo prazo, já que podem apresentar baixo ou até mesmo negativo crescimento em virtude de tal estratégia (DAVIS; TILTON, 2005). Olhando para além da dimensão econômica, o aprofundamento em um modelo de desenvolvimento neoextrativista focado no crescimento ilimitado tem acentuado a injustiça ambiental, gerado e intensificado diversos conflitos socioambientais devido, principalmente, à exploração profunda e violenta da natureza.

Martínez-Alier (2009) denuncia a insustentabilidade dos atuais modelos de desenvolvimento econômico adotados por países latinoamericanos, e, do mesmo modo, Porto e Milanez (2009) se debruçam sobre o caso brasileiro. Para os autores, os conflitos socioambientais, inclusive os conflitos hídricos, podem ser compreendidos enquanto produtos das desigualdades e contradições decorrentes dos processos socioeconômicos de desenvolvimento que formam “centros” e “periferias” mundiais e regionais. No caso latinoamericano, os programas e políticas de desenvolvimento foram e ainda são fortemente vinculadas ao papel destes países no mercado globalizado de *commodities* minerais e agrícolas, sendo o Brasil um dos principais produtores e exportadores de *commodities* do mundo. Porém,

por detrás da produção de *commodities*, encontram-se fluxos de energia, materiais e distribuição de riquezas decorrentes de um modelo de produção e consumo insustentável e injusto. O comércio internacional de *commodities* produz um “metabolismo social” que intensifica as desigualdades sociais e a degradação ambiental, pois se baseia em preços de mercadorias que não incorporam as degradações ambientais, os efeitos sociais da concentração de renda e poder para as populações. Quando um país rico importa matérias-primas baratas no mercado de *commodities*, também está importando somente os benefícios do uso de vários recursos naturais, como a água, o solo e a biodiversidade de outras regiões em territórios afastados, que arcam com a degradação ambiental e social provocada pela expansão desses investimentos produtivos nos países exportadores (PORTO; MILANEZ, 2009, p. 1986).

Dessa forma, ainda que estejam presentes e distribuídos em todo o mundo, os conflitos socioambientais tendem a se intensificar em países com elevadas taxas de exportação de *commodities*, como é o caso do Brasil. O modelo de desenvolvimento vigente no Brasil — de base neoextrativista, orientado à exportação de *commodities* agrícolas e minerais e associado



ao ideal da modernidade forjado nos referenciais dos “países desenvolvidos” — tem acentuado a injustiça ambiental e os conflitos, expondo uma parte da população aos riscos ambientais (PORTO; MILANEZ, 2009).

A lógica desenvolvimentista e sua associação com a modernidade e o progresso não tem sido capaz de cumprir com todas as promessas anunciadas. Pelo contrário, o rápido e intenso processo de crescimento urbano-industrial e a modernização do meio rural, induzidas por programas e políticas de desenvolvimento no Brasil, geraram diversos conflitos socioambientais, tais como a poluição do ar e contaminação dos rios, desmatamento, erosão, expropriação territorial de povos vulnerabilizados no meio rural, o aumento da violência e da concentração de renda, inchaço urbano, a favelização, a exploração sexual e problemas relacionados à segurança, ao saneamento e à saúde pública nas cidades (ACSELRAD, 2004b).

Vainer (2007), alinhando-se com Sachs (1993), afirma que os grandes empreendimentos, como aqueles agroindustriais, são formas do centro econômico nacional se apropriar da natureza e de recursos humanos de um determinado ponto do território nacional e servem a um modelo característico de desenvolvimento, que gera concentração de renda por meio da apropriação do dinheiro público para produzir lucro limitado a uma minoria, além de causar impactos socioambientais significativos, sendo o tão prometido desenvolvimento renunciado por esses projetos, restringido, não chegando à região receptora. Davis e Tilton (2005), do mesmo modo, argumentam que a maioria dos benefícios gerados, às custas dos impactos socioambientais provocados nas comunidades locais, concentra-se nas empresas e nos governos nacionais, demonstrando um enorme desequilíbrio na distribuição dos benefícios e prejuízos desses empreendimentos.

Vale lembrar que o grande volume de reservas hídricas no país foi um dos motivos que fez com que, desde os tempos de colônia, esse bem fosse central para as atividades produtivas aqui realizadas, contribuindo não apenas para que grandes extensões territoriais fossem designadas ao agronegócio, como também possibilitou o uso intensivo da água para o consumo industrial, hidroelétrico e minerário (IORIS, 2009). O volume e a disponibilidade de água são algumas das características historicamente mais interligadas ao Brasil e marcaram a colonização do território, a formação cultural, a relação estabelecida entre sociedade e natureza, e a própria evolução socioeconômica ao longo dos cinco séculos da nossa história, pois “seja na fase predominantemente agrícola, seja no período marcadamente industrial, em que pesem diferenças tecnológicas, espaciais e históricas, a água sempre serviu como matéria-prima



essencial e elemento básico do processo produtivo”, transformando gradativamente esse bem natural em um recurso dotado de valor econômico (IORIS, 2009, p. 26–27).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Água, cerca de 750 milhões de pessoas no mundo não têm acesso à água potável, quase 2,5 bilhões não usufruem de serviços de saneamento adequado, e 1,8 bilhão utilizam fontes de água contaminadas (UN-WATER, 2014). Ainda que 70% da Terra seja envolta de água, menos de 3% se refere à água doce; já os outros 97%, água salgada. Além disso, como já relatado neste estudo, trata-se de um bem distribuído de forma desigual, já que apenas nove países representam 60% do volume de água e outros 80 países estão sujeitos a situações de escassez (RIBEIRO, 2008). O Brasil detém em seu território quase 14% da água doce do mundo. Porém, desse total, aproximadamente 80% se referem aos rios da Amazônia, o que não eximiu o país da “crise hídrica” que nos afeta desde 2012, que prejudicou sobremaneira o abastecimento público, principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste (ANA, 2017a).

Vale ressaltar que, de toda a água doce disponível no planeta, somente aproximadamente 8% dela é destinada ao consumo doméstico. Os outros 22% são consumidos pela indústria, e 70% é destinado à agricultura (RIBEIRO, 2008). O consumo mundial de água por setor produtivo também varia bastante segundo a renda dos países. De acordo com Ribeiro (2008), os países de renda elevada consomem, em média, 30% de água para a agricultura, 11% para consumo doméstico e 59% para a indústria; já os países de renda média e baixa têm um consumo médio de água de 82% para a agricultura, 8% para o consumo domiciliar e 10% para a indústria. Além disso, a UNESCO prevê que, em 2050, a demanda hídrica mundial aumente 55%, devido às necessidades dos setores industrial, agropecuário, de geração de energia e consumo domiciliar. Esse aumento será exponencial especialmente nos países dito “subdesenvolvidos”, uma vez que o agronegócio deverá produzir o dobro de alimentos (UNITED NATIONS WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAMME, 2015).

No Brasil, segundo a Conjuntura de Recursos Hídricos da ANA (2019a), os principais usos da água em termos de média anual da quantidade total consumida<sup>14</sup> em 2018 foram em decorrência da agropecuária (77,7%), abastecimento humano (11,6%) e indústria (9,5%), demonstrando o

---

<sup>14</sup> As parcelas utilizadas de água podem ser classificadas, de acordo com a ANA, em água retirada, para consumo e retorno. “A retirada diz respeito à água total captada para um uso, como para abastecimento urbano, por exemplo. O retorno refere-se à parte da água retirada para um determinado uso que retorna aos corpos hídricos, como, por exemplo, esgotos decorrentes do uso da água para abastecimento urbano. O consumo refere-se à água retirada que não retorna diretamente aos corpos hídricos. De uma forma simplificada, é a diferença entre a retirada e o retorno” (ANA, 2019, p. 31).

contorno estratégico que a água assume para o desenvolvimento das atividades econômicas e principalmente para o desenvolvimento agroindustrial brasileiro.

Dessa forma, é cada vez mais evidente a intrínseca relação entre desenvolvimento e água, apontada até mesmo nos relatórios oficiais da UNESCO (WWAP, 2019). O mesmo documento prevê também o aumento das desigualdades econômicas entre países, regiões e setores em função da escassez das águas. Assim, ao mesmo tempo que a água pode ser compreendida como um direito humano fundamental para a manutenção e qualidade de vida no planeta, por outro lado, ela é vista como essencial para a continuidade de um paradigma desenvolvimentista insustentável.

Di Mauro (2014) afirma que a apropriação particular das águas é uma prática antiga dos grandes setores econômicos no Brasil, tratando-a como motor do desenvolvimento nacional. Nesse contexto, o agronegócio figura como principal setor na demanda por retirada e consumo de água doce no Brasil e no mundo, e, no caso específico nacional, tal fato é justificado, por exemplo, pelo aumento da produção de biocombustíveis. Sendo um dos maiores produtores de biocombustíveis do mundo, atualmente o Brasil gasta cerca de 7 trilhões de litros de água anualmente para manter essa atividade (BARLOW, 2015), a qual, apesar de reduzir o uso de combustíveis fósseis e o risco de aquecimento global, causa impactos negativos significativos em agricultores familiares, povos e comunidades locais, impondo condições precárias de trabalho, colocando biomas em risco, incentivando o uso intensivo e irresponsável de agrotóxicos e poluindo importantes fontes de água (FLEXOR *et al.*, 2011).

Além disso, no agronegócio, grandes áreas de monoculturas dependem de um volume muito grande de água para serem cultivadas, como é o caso da soja, destinada principalmente à exportação, e da cana-de-açúcar, para a produção de etanol e de açúcar, parte também exportada. Essa discussão qualifica a reflexão sobre o conceito de água virtual (ALLAN, 2003), que vem sendo difundido há alguns anos, referindo-se ao fato de que todas as vezes que exportamos determinados tipos de mercadorias que consomem uma grande quantidade de água, como é o caso da *commodity* soja, também exportamos água. Na mesma direção, Thomaz Júnior (2010) cunhou o termo “agrohidronegócio”<sup>15</sup> para estabelecer a relação intrínseca entre o

---

<sup>15</sup> De maneira resumida, entende-se “agrohidronegócio” enquanto expressão do modelo agroexportador brasileiro e sua marca destrutiva intrínseca, que sintetiza a monopolização da terra junto aos recursos hídricos, sob um viés marcadamente mercadológico, promovendo a degradação ambiental e a precarização das relações de trabalho, sendo a água o centro das disputas e conflitos territoriais (THOMAZ JÚNIOR, 2010).

agronegócio brasileiro e sua apropriação dos recursos hídricos.

Já a Ecologia Política busca analisar o processo de produção de externalidades ambientais negativas considerando a criação de vulnerabilidades de territórios e populações e de injustiças ambientais resultantes das políticas e programas de desenvolvimento e de modernização. Os custos e riscos ambientais, inclusive os conflitos socioambientais, são encarados como subprodutos do desenvolvimento, e determinados territórios e minorias étnicas, como é o caso dos países subdesenvolvidos e de populações tradicionais, suportam um fardo desproporcional desses impactos ambientais externalizados pelos empreendimentos econômicos (ACSELRAD, 2004a). A partir daí, podemos levantar questionamentos sobre a origem do capital, para onde também retornarão grande parte dos lucros advindos desses empreendimentos, e o destino dos passivos socioambientais, como a poluição gerada e a instrumentalização excessiva da natureza, inclusive da água, caracterizando a colonialidade da natureza.

Em um estudo realizado pela ANA (2017a), foi observado um crescimento de 1427% da agricultura irrigada no país entre os anos de 1960 a 2015, e há uma projeção de aumento de 45% da área irrigada no Brasil entre 2015 e 2030. O estudo mostra também a evolução da demanda pelo uso da água para fins de irrigação, que precisa de água em grande quantidade e boa qualidade, cujo consumo deve aumentar 42% de 2015 a 2030, com taxas expressivas de aumento no estado de Minas Gerais.

Apesar da importância, esses dados não revelam o quanto esses setores, como as indústrias, a mineração e, em especial, o agronegócio, contribuem para a contaminação dos recursos hídricos, através de agrotóxicos e fertilizantes, dos efluentes e dejetos industriais. Nesse sentido, o quadro abaixo (Quadro 5) exemplifica algumas formas de poluição de diferentes atividades e práticas agropecuárias sobre a qualidade das águas.

Quadro 5 - Impactos das atividades agropecuárias sobre a qualidade das águas

Atividades agropecuárias	Impactos	
	Águas superficiais	Águas subterrâneas
Aração/gradeação	Sedimentos/turbidez: sedimentos carregam fósforo e agrotóxicos absorvidos em partículas, causando assoreamento de leitos de rios e a perda de <i>habitat</i> .	Há compactação do solo, reduzindo a infiltração da água que recarrega o lençol freático.
Adução	Há escoamento superficial de nutrientes, especialmente fósforo, provocando alterações de sabor e odor, a proliferação de algas e a mortalidade de peixes.	Ocorre transporte (lixiviação) de nitrato para as águas subterrâneas. Altos níveis dessa substância representa risco à saúde humana e de outros animais.

Espalhamento de estrume/aplicação de dejetos animais	É realizado como atividade de adubação. Provoca altos níveis de contaminação das águas por agentes patogênicos, metais pesados, fósforo e nitrogênio, que levam a eutrofização; pode disseminar antibióticos e outros produtos farmacêuticos administrados nos animais.	Contaminação principalmente por excesso de nutrientes, com ênfase no nitrogênio
Agrotóxicos	Escoamento de agrotóxicos, provocando contaminação da água; impactos sobre a saúde humana pela ingestão de peixes contaminados	Alguns agrotóxicos podem se infiltrar nas águas subterrâneas, a partir de poços contaminados, provocando problemas à saúde humana.
Confinamento de animais/currais	Há contaminação por inúmeros agentes patogênicos (vírus, bactérias, protozoários, fungos etc.), o que causa problemas graves de saúde; contaminação por metais pesados, antibióticos e outros fármacos contidos na urina e fezes.	Transporte (lixiviação) potencial, principalmente de nitrogênio e metais pesados
Irrigação	É um dos principais causadores de impactos na qualidade das águas, pois é através da irrigação que as águas superficiais são contaminadas, já que a escoação proveniente da irrigação é o transporte dos agentes contaminadores até as águas. O escoamento de sais até as águas superficiais causa também a salinização da água doce. Essa atividade causa sérios danos ecológicos, que, em muitos casos, são irreversíveis, além de riscos em potencial para a saúde humana e de animais participantes da biota.	Há contaminação das águas subterrâneas. O excesso de água aplicada à área irrigada, que não é evapotranspirada pelas culturas, retorna aos rios e córregos por meio do escoamento ou vai para os depósitos subterrâneos, arrastando consigo sais solúveis, resíduos de defensivos e herbicidas, elementos tóxicos, metais pesados etc.
Corte raso de florestas	Causa erosão, levando a altos níveis de turbidez dos rios; assoreamento do <i>habitat</i> bentônico; alteração do regime hidrológico, em alguns casos perda de riachos, provocando problemas de saúde, pois há a perda de água potável em regiões afetadas por essa prática.	Provoca mudanças drásticas no regime hidrológico, o que causa maior escoamento superficial e diminui a recarga natural das reservas de água subterrânea, já que a compactação do solo diminui consideravelmente a infiltração.
Silvicultura	Escoamento de agrotóxicos e contaminação de águas e peixes; problemas de erosão e sedimentação	Compactação do solo limita a infiltração.
Aquicultura	Provoca liberação de agrotóxicos e altos níveis de nutrientes nas águas superficiais e subterrâneas através de ração e dejetos dos animais, o que causa graves problemas de eutrofização, contaminando os próprios animais e os seres humanos que utilizarem as águas de poços prejudicados pela contaminação.	

Fonte: adaptado de ANA (2013)

A partir desses dados, é possível afirmar que o agronegócio representa a atividade com maior potencial de provocar conflitos socioambientais pela água. Além disso, podemos criticar o argumento recorrente de instituições como o Banco Mundial de que uma das principais estratégias de enfrentamento da chamada crise hídrica que estamos vivendo deve ser pelo desperdício de água do consumidor individual, que a usa de maneira insustentável devido a sua oferta abundante e barata. Ainda que a conscientização da população sobre o não desperdício de água seja muito importante, esse argumento deve ser devidamente criticado e contextualizado, haja vista os dados disponibilizados pela ANA sobre os diferentes usos dos

recursos hídricos e a quantidade total de água retirada, consumida e retornada para os diversos setores de produção e para o consumo humano.

Ribeiro, Santos e Silva (2019) afirmam que a Geografia Física permite uma compreensão da racionalidade nos usos da água, ao entender primeiramente qual é a oferta hídrica de determinado território e, a partir daí, planejar, por meio de modelos matemáticos, a demanda de água dos diferentes atores sociais ali presentes. Porém, na prática, essas contas não são feitas, e o que ocorre é exatamente o contrário. Os setores produtivos se instalam nos territórios sob um contexto político e sociocultural, e, muitas vezes, não há capacidade de suporte em termos de oferta hídrica a médio e longo prazos, caracterizando a distribuição política da água.

Do ponto de vista do uso racional da água pelos diferentes setores econômicos, a ANA (2017a) aponta exigências legais e instrumentos de gestão que buscam incentivar a sustentabilidade das atividades, o aumento de sua eficiência e, conseqüentemente, a redução do desperdício de água, como é o caso das outorgas de direito de uso dos recursos hídricos (autorização de uso) para a agricultura irrigada. Porém, a principal motivação para as primeiras emissões das Declarações de Áreas de Conflitos (DACs) em Minas Gerais foi justamente a intensa utilização de águas para a irrigação, mesmo diante de tais exigências legais, ocasionando indisponibilidade hídrica para outros usuários (SANTANA, 2015).

Portanto, é evidente que o controle dos recursos hídricos é estratégico para o avanço de vários setores, especialmente para o agronegócio, e a crescente demanda por uso de água no país nos últimos anos tem relação direta com o modelo de desenvolvimento econômico e o processo de urbanização e modernização incentivados no Brasil, através de programas e políticas de desenvolvimento destinadas ao agronegócio de base neoeextrativista, demonstrando que o aumento da demanda por água e, conseqüentemente, dos conflitos oriundos de sua distribuição e apropriação desigual ocorreram e ainda ocorrem pela (re)produção da colonialidade da natureza.

A distribuição desigual e a exploração intensificada da água para atender à demanda do modelo de desenvolvimento econômico hegemônico, junto a uma gestão de recursos hídricos questionável, tem acarretado uma conjuntura de exploração e degradação ambiental, permeada de conflitos socioambientais, e escassez de um elemento que já chegou a ser considerado abundante. Assim, no Brasil e na América Latina, os conflitos hídricos emergem de um contexto de um processo desigual e hierárquico de oportunidades de acesso à água

historicamente estabelecidas, já que “desigualdades em termos de distribuição e qualidade da água servida a diferentes grupos e localidades, assim como diferenças de exposição aos riscos associados à poluição dos corpos hídricos são situações comuns na vida urbana dos países latino-americanos” (COSTA; IORIS, 2015, p. 109).

Portanto, a água constitui uma das principais fontes de conflito em níveis local, nacional e internacional, e alguns autores, como Futehally (2014), apostam que esse elemento ainda vai ser um dos principais motivos de conflito entre nações no futuro. Shiva (2006) argumenta que já há uma crise da água e que muitos dos conflitos mais importantes, em diversos casos, são camuflados por guerras étnicas e religiosas, mas, na verdade, são conflitos por recursos naturais vitais mais escassos. Ainda declara que a mercantilização e a privatização da água ameaçam culturas e modos de vida em escala mundial. Essa crise da água, segundo a autora, não seria somente devido ao ciclo hidrológico ou pelo grande crescimento demográfico mundial, mas principalmente pela retirada excessiva de água para uso de tecnologias poderosas provenientes das estratégias e políticas de desenvolvimento, como as destinadas à expansão do agronegócio, da monocultura de eucalipto e da agricultura irrigada, que somente levam ao esgotamento da água, e não ao seu melhor uso.

Shiva (2006) desenvolve sua argumentação sobre a apropriação dos recursos naturais baseada na ganância de Estados e empresas, que ocasiona conflitos regionais e internacionais, e até mesmo em terrorismo, criticando o fato de que a privatização da água seja uma alternativa para a conscientização humana acerca da importância desse bem, já que, como relatado antes, atribuir valor de mercado não garantiria à população do planeta o pleno acesso à água, senão tão somente a geração de lucro.

Negar aos pobres o acesso à água ao privatizar a distribuição do líquido ou ao contaminar mananciais e rios também é terrorismo. No contexto ecológico das guerras da água, terrorista não é só aquele que se esconde nas cavernas do Afeganistão. Alguns se ocultam em salas de conjuntos corporativos e atrás das regras do livre comércio da OMC, do Tratado do Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) e da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Se ocultam atrás das condições privatizadoras do FMI e do Banco Mundial. Ao se negar em firmar o protocolo do Kyoto, o presidente Bush está cometendo um ato de terrorismo ecológico contra inúmeras comunidades que poderiam ser extintas da Terra devido ao aquecimento global (SHIVA, 2006, p. 14).

Essa crise hídrica e a crescente demanda por água doce têm gerado alguns impactos sociais, políticos e econômicos em vários países, pois se trata de um fator fundamental para setores como o agronegócio, a indústria minero-metalúrgica e geração de energia, além, é claro, de ser vital à sobrevivência humana. Pinto (2017) afirma que o desafio dos governantes em um futuro

próximo será o de recuperar a sua qualidade, volume e distribuição, bem como promover políticas públicas e sociais de conscientização e aumento de responsabilidade na gestão e uso da água, para que ela não se torne um produto de mercantilização e causa de mais conflitos.

Já Barlow e Clarke (2003) argumentam que a futura guerra pela água será devido à manipulação e corrupção do poder público, administrações locais e empresas transnacionais da água. Essas empresas são parceiras de instituições como o Conselho Mundial da Água e têm um vínculo com o poder público, o que facilita ainda mais sua inclusão em contratos de prestação de serviços, sendo reconhecidas em muitos lugares como “senhores das águas”, “barões das águas” ou “capitalistas das águas”. Isso porque controlam os serviços que envolvem esse recurso em regiões de escassez em todo o mundo, lucrando na sua distribuição, na comercialização da água engarrafada e no saneamento básico. Para exemplificar tal fato, no Nordeste brasileiro, por exemplo, essas parcerias atuam na distribuição de carros-pipa para as comunidades em troca de votos políticos (PINTO, 2017, p. 29). E em muitas regiões da África, tal dominação se dá pela Coca-Cola, a qual impõe sua agenda de privatizações e “soluções” de mercado para problemas relacionados aos recursos hídricos (BARLOW; CLARKE, 2003).

Desse modo, os conflitos socioambientais pela água têm se disseminado devido a um modelo de desenvolvimento econômico baseado no neoextrativismo profundamente desumanizador, que vem atenuando as injustiças sociais e ambientais sob discursos de uma desenfreada modernização travestida de avanço social. A produção e intensificação dos conflitos socioambientais pelo agronegócio emerge no bojo de uma ordem econômica e político-ideológica sustentada pela acentuada dependência econômica das exportações demandada pelos países desenvolvidos, mesmo após os alertas sobre a insustentabilidade ambiental e a volatilidade de uma economia baseada em *commodities*, o que Svampa (2013) denomina de “consenso das *commodities*” na América Latina.

Segundo a autora, esse consenso — baseado em elementos como grandes empreendimentos econômicos, monoproduções ou baixa diversificação econômica e uma lógica destrutiva da ocupação dos territórios — está consolidando cada vez mais um estilo de desenvolvimento neoextrativista que gera vantagens econômicas, de um lado, ao mesmo tempo que produz novas assimetrias e conflitos socioambientais nas sociedades latinoamericanas, e imperou tanto em governos conservadores como em governos progressistas.

A produção e exportação de *commodities* em cadeias produtivas do agronegócio nos países

latinoamericanos, ao mesmo tempo que são responsáveis por manter *superávits* na balança comercial desses países, também buscam ocultar um conjunto de externalidades que garantem a competitividade desses produtos no mercado internacional, uma vez que tais externalidades não são consideradas na formação dos preços dessas *commodities*. Para a Ecologia Política, essa expansão da colonização e transformação da natureza em *commodities* acentuou os conflitos socioambientais em áreas urbanas e rurais, inclusive os conflitos pela água, em decorrência da desigualdade em seu acesso (BRITO *et al.*, 2016; HOMMES; BOELEN, 2017; IAMAMOTO *et al.*, 2020).

Tanto no Brasil quanto em diversos países latinoamericanos, esses conflitos, ao invés de serem mitigados, são acentuados pelo fato de os governos flexibilizarem a legislação e a fiscalização ambiental para favorecer a implantação desses empreendimentos agroindustriais, a fim de estimular o tão prometido crescimento econômico, justificado e legitimado pelo discurso do interesse nacional pelo desenvolvimento. Isso caracteriza o *dumping* ambiental (ACSELRAD, 2008), em que há uma redução nos custos de produção da empresa e conseqüente oferta de produtos e serviços a preços menores e mais competitivos no mercado devido à sua localização em locais de flexibilização das legislações fiscal, social e ambiental, igualmente por conta da negligência dos impactos ambientais e da produção de vulnerabilidades sociais.

Banerjee (2003) aponta que muitos países do “Terceiro Mundo” pagaram e continuam pagando um preço desastroso pelo busca do desenvolvimento, e que os impactos foram significativos principalmente para as populações rurais, indígenas e tradicionais, as quais foram classificadas como “atrasadas”, como aquelas que vivem em uma economia de subsistência, precisando se desenvolver para alçar padrões de vida considerados como aceitáveis. Assim, com a chegada do agronegócio baseado em um modelo neoeextrativista, houve um choque sociocultural no meio rural e a imposição da ideologia industrial capitalista. Isso ocorreu através da concepção de que existe um único modelo a ser seguido e replicado para superar o “atraso” dos agricultores, ou seja, a partir da adoção do pacote técnico e ideológico da modernização, o que ocasionou homogeneização dos sistemas de cultivo e de criação, e do conjunto de características que definem o meio rural, tendo como base, agora, um ideal “moderno-industrial” que não leva em consideração os modos de existência de diversos agricultores e outros grupos sociais, como os de comunidades tradicionais (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Desde a segunda metade do século XX, diversos pesquisadores têm alertado sobre a intensificação dos conflitos socioambientais produzidos pelo agronegócio e dos limites do



progresso e da modernização agrária tecnológica. A obra de Carson (1969), por exemplo, é considerada um marco no alerta mundial contra os efeitos nocivos do uso de agrotóxicos na agricultura e sobre a relação predatória entre homem e natureza.

Portanto, há de se considerar que a maneira como o agronegócio brasileiro foi concebido e incentivado, baseado em políticas de desenvolvimento e de modernização do Estado com o apoio da elite rural, do grande empresariado e da mídia hegemônica, tem promovido e intensificado a vulnerabilização de territórios e populações, bem como acentuado as injustiças ambientais. A partir de uma visão produtivista e eficiente do desenvolvimento, esses agentes têm incentivado a desqualificação de outras lógicas de valorização dos territórios, os quais são considerados “zonas de sacrifício” (ACSELRAD, 2004a), em prol do progresso, produzindo uma gama de conflitos socioambientais, tais como a intoxicação por agrotóxicos de trabalhadores rurais e a poluição de corpos d’água; a superexploração da mão de obra — principalmente de trabalhadores rurais — e da natureza (GOULART; MISOCZKY, 2010); a espoliação de terras indígenas e quilombolas (ACSELRAD *et al.*, 2012); a baixa diversificação produtiva no campo (DUBOS-RAOUL; BÜHLER, 2015); e a alta dependência de um único setor produtivo (ELIAS, 2011; FREDERICO, 2011).

A produção de álcool baseada na monocultura da cana-de-açúcar bem como o programa brasileiro de produção de biodiesel e o cultivo de monoculturas em grandes extensões de terra também podem provocar conflitos socioambientais, como os por terra e a reordenação do espaço — principalmente devido a pressões sobre territórios ocupados por grupos indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares, entre outros grupos mais vulneráveis —, aumento da desigualdade e exploração da mão de obra no campo, entrave à reprodução social das populações camponesas, comprometimento da disponibilidade e da qualidade da água existente nas bacias brasileiras, além do desmatamento de florestas, contaminação e redução do volume de corpos d’água, desaparecimento de ecossistemas, diminuição de espécies da fauna e flora, entre vários outros (ASSIS, 2008).

Porto e Milanez (2009), ao realizarem uma tipologia dos conflitos socioambientais no Brasil e apontarem exemplos de seus impactos, destacam a perda da biodiversidade, a destruição de ecossistemas, a contaminação do solo, da água e de humanos por agrotóxicos, a invasão e expulsão de comunidades locais (indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores e pequenos agricultores) e a concentração de terras como os principais impactos ambientais e de saúde pública promovidos pelo agronegócio.

Ademais, vale ressaltar que a produção de carnes também intensifica os conflitos socioambientais, já que é responsável por um grande consumo de água e de perda de energia. A proliferação da agropecuária animal em estilo de fábrica promove preocupações ambientais e de saúde pública devido, entre outras coisas, ao uso extensivo de antibióticos. E os agrotóxicos utilizados de forma indiscriminada na agricultura estão associados a elevados riscos de câncer para trabalhadores e consumidores (HORRIGAN; LAWRENCE; WALKER, 2002).

Assim, o agronegócio emerge como promessa de progresso e de um futuro moderno, enquanto reforça os mecanismos de exclusão, exploração e intensifica os conflitos hídricos. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os conflitos pela água têm aumentado em nível nacional desde 2002, ano em que a instituição começou a registrar tais disputas. Grande parte desses conflitos diz respeito ao uso e à preservação desse recurso e atinge atualmente mais de 40 mil famílias (CPT, 2016).

Tais conflitos se dão, por exemplo, pela apropriação particular da água por parte de uns e a restrição ao acesso e uso de outros, pela construção de barragens e açudes, que expropriam pequenos proprietários e comunidades tradicionais, ou estão relacionados ao uso e à preservação da água, associados à destruição de matas ciliares, à poluição das águas pelo uso de agrotóxicos e à pesca predatória. As análises da CPT (2016) apontam que o aumento desses conflitos se dá, curiosamente, no mesmo período de implantação de grandes empreendimentos — como hidrelétricas — e de expansão do agronegócio, setor que mais consome água no Brasil. Em Minas Gerais, os conflitos pelo uso da água também tiveram um aumento crescente de 2003 a 2010, acompanhando o ritmo brasileiro (JUNIOR, 2014).

Os conflitos hídricos envolvem, muitas vezes, disputas pela apropriação do uso da água entre, de um lado, populações locais que ocupam espaços desejados pelo capital — como ribeirinhos, quilombolas, indígenas e pescadores — e, de outro lado, Governo Federal, estados, fazendeiros, empresários e empresas de diversos segmentos, como empreiteiras, mineradoras e agroexportadoras. Esses diferentes atores sociais possuem formas distintas de conceber e se relacionar com a natureza, o que nos leva a reconhecer os plurais e multifacetados projetos de sociedade, revelando assimetrias de poder impressas nas dinâmicas políticas e sociais (ASSIS, 2008; ZHOURI; ZUCARELLI, 2008).

É por esse motivo que os conflitos socioambientais ultrapassam as tentativas de negociação e resolução técnica e gerencial propostas pela concepção hegemônica e institucionalizada de

desenvolvimento, inclusive o dito sustentável, já que os conflitos escancaram a existência de diferentes formas de se conceber e de se interagir com o meio ambiente. Assim, o conflito pode ser sufocado, abafado e desviado, mas raramente é resolvido totalmente, já que suas causas e tensões de origem (colonialidade do poder e da natureza e políticas modernizantes) permanecem.

Nesse contexto, multiplicam-se e banalizam-se diversas formas de violência que acompanham o processo de desenvolvimento, correlatas aos processos característicos da colonização, contra formas alternativas de viver, ser, fazer e dizer. Zhouri, Bolados e Castro (2016) alertam sobre um intrincado processo de “violências das afetações”, materiais e simbólicas, decorrentes dos conflitos gerados pelo neoextrativismo, que inclui desde a destruição de biomas, ecossistemas e expropriação de comunidades locais até a destruição de modos de ser, fazer e viver territorializados.

No contexto desses conflitos socioambientais, movimentos sociais, ONGs, acadêmicos ambientalistas e as próprias comunidades tradicionais, como populações ribeirinhas, indígenas, pescadores rurais, quilombolas e pequenos agricultores podem ser compreendidos como organizações de resistência, pois muitas vezes se mobilizam para travar lutas de resistência frente às estratégias de apropriação e transformação do território e das águas (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005). Os membros das comunidades tradicionais geralmente ainda vivem às margens do sistema político, não são comunicados das decisões sobre o acesso e uso dos recursos do meio do qual fazem parte, não possuem políticas públicas voltadas à sua subsistência e de seus territórios e, portanto, resistem de diferentes formas às violências advindas dos conflitos socioambientais que os permeiam e às dinâmicas neocoloniais impostas pelas políticas de desenvolvimento e pela lógica da modernidade.

Dessa forma, é necessário que comecemos a questionar tais discursos e políticas de desenvolvimento, inclusive as ditas sustentáveis, já que suas contradições, limitações e impactos evidenciam a crença em um progresso alimentado pela degradação da natureza e pela exportação de matérias-primas. Não bastasse os limites econômicos e sociais, como a geração de custos econômicos ocultos e centrados, a não diversificação das economias nacionais, o aumento da desigualdade social e a destruição de economias locais, evidenciam-se também os limites ecológicos e a intensificação de conflitos socioambientais, inclusive os ocasionados pelos usos e acessos desiguais à água.

Tendo como base esse cenário, afirmo que o agronegócio pode ser caracterizado como uma das principais atividades econômicas brasileira responsável pela (re)produção da colonialidade da natureza, por meio de políticas e discursos desenvolvimentistas e de projetos modernizadores, que podem provocar e intensificar os conflitos socioambientais por água no campo e na cidade. As políticas de desenvolvimento destinadas ao agronegócio têm privilegiado o mercado de *commodities* e impõem ao setor uma estratégia de produção cada vez mais homogênea, baseada em monocultivos, caracterizados pela alta tecnologia, ocupação e concentração de grandes áreas de terras para o plantio, consumo exacerbado de água para produção e irrigação, e ampla utilização de agrotóxicos nas lavouras.

A lógica desse setor institui “a concentração de terra, renda e de poder político parlamentar; a supremacia da regência do capital financeiro e a promoção ideológica constante enquanto o único modelo de desenvolvimento agrário a ser seguido, por supostamente ser o mais avançado” (ROSSI, 2016, p. 151). Porém, a intensificação da exploração da natureza, de forma geral, e de corpos d’água, especificamente, para atender a necessidades e demandas de um modelo de desenvolvimento econômico baseado no agronegócio de base neoextrativista tem ocasionado um cenário atual de destruição ambiental, de esgotamento e distribuição desigual dos recursos hídricos, até certo tempo atrás considerados abundantes, e, sobretudo, de ampliação e intensificação de conflitos socioambientais pela água em território mineiro, conforme será visto nos próximos capítulos, referentes às análises e discussão dos resultados desta tese.

## 9 PANORAMA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS PELA ÁGUA INTENSIFICADOS PELO AGRONEGÓCIO EM MINAS GERAIS

Buscando responder aos dois primeiros objetivos específicos de pesquisa propostos, neste capítulo apresentarei um panorama dos conflitos socioambientais pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais, problematizando-os à luz de programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão do setor no estado. Eu me inspiro aqui no trabalho de Zhouri e Zucarelli (2008), que mapearam os conflitos socioambientais existentes em Minas Gerais a partir de dados sobre situações de conflito e da interpretação qualitativa de estudos de casos exemplares. A importância e a contribuição deste capítulo residem no fato de que não há muitas informações produzidas e divulgadas sobre os conflitos hídricos no Brasil (BORDALO, 2019) e que a utilização de diferentes bases de dados para a análise dos conflitos pela água pode enriquecer os estudos de justiça ambiental, indo além da abordagem de estudo de caso isolado para oferecer uma investigação sistemática mais ampla (RODRÍGUEZ-LABAJOS; MARTÍNEZ-ALIER, 2015; TEMPER *et al.*, 2018).

Vale destacar que não tenho a pretensão nesta seção de exaurir todos os conflitos hídricos intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais e suas principais características, nem tampouco oferecer um “mapa” ou análise definitiva desses fenômenos, estática. Isso porque tais disputas são dinâmicas, surgem a qualquer momento, em qualquer lugar e podem oscilar entre os estágios latente e manifesto, perdendo sua visibilidade em alguns momentos e podendo “esquentar” novamente depois (BORDALO, 2019). Faço aqui, então, um recorte temporal e espacial que levou em consideração a produção e difusão de dados sobre conflitos hídricos deflagrados e latentes nos últimos vinte anos divulgados pelos diferentes repositórios e fontes documentais mencionadas nos procedimentos metodológicos desta tese.

Para tanto, subdivido este capítulo em 3 seções. Na primeira, apresento um breve relato sobre a distribuição geográfica dos conflitos hídricos no Brasil, suas principais causas e populações atingidas. Em seguida, contextualizo programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão e modernização do agronegócio em Minas Gerais a partir do século XX, que intensificaram essas disputas pela água em território mineiro. Posteriormente, faço uma descrição de casos de conflitos hídricos produzidos pelo agronegócio especificamente em Minas Gerais, levando em consideração os temas propostos na Análise Temática. Como recomendado pela Ecologia Política, descrevo brevemente em uma subseção algumas técnicas de resoluções e movimentos de resistências que têm emergido dos conflitos hídricos em Minas

Gerais nos últimos anos.

### **9.1 Um breve relato sobre a distribuição espaço-temporal dos conflitos hídricos no Brasil, suas principais causas e populações impactadas**

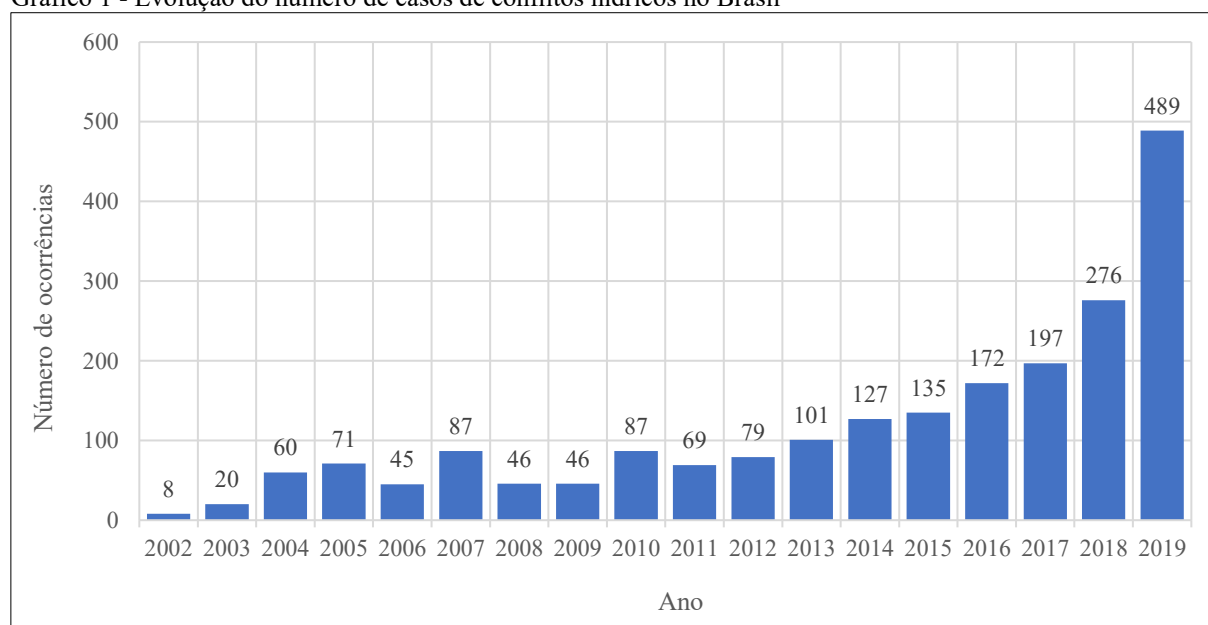
Apesar de o intuito aqui não ser o de problematizar os conflitos socioambientais gerados por diferentes atividades econômicas em diversos países, mas, tendo em vista que a sistematização e difusão desses dados ainda são escassas em níveis nacional e internacional e que a Ecologia Política defende a necessidade de compartilhamento dessas informações (RODRÍGUEZ-LABAJOS; MARTÍNEZ-ALIER, 2015; TEMPER *et al.*, 2018; BORDALO, 2019), acredito ser importante destacar primeiramente algumas iniciativas que abrangem essas disputas globalmente. Assim como esses projetos antes eram desconhecidos por mim, há a possibilidade de o serem também para outros leitores, os quais podem se mobilizar futuramente e utilizá-los para a compreensão e análise dos conflitos socioambientais em outras regiões. Desse modo, ao indicar essas iniciativas, busco facilitar o acesso à informação e conferir mais visibilidade aos conflitos socioambientais, auxiliando na consolidação de diferentes bases de dados para consulta de interessados sobre o tema e estimulando o desenvolvimento de pesquisas na área.

Nesse sentido, em âmbito internacional, pontuo a existência do *Global Atlas of Environmental Justice* (EJAtlas), organizado e dirigido por um grupo europeu denominado *Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade* (Ejolt) e por professores da Universidade Autônoma de Barcelona, que reúne casos de conflitos socioambientais em todo o mundo e objetiva tornar essas mobilizações mais visíveis na busca por justiça ambiental (EJATLAS, 2014). Inclusive, esse repositório é utilizado para a análise de conflitos socioambientais em diferentes estudos da Ecologia Política, como os de Rodríguez-Labajos e Martínez-Alier (2015) e Temper *et al.* (2018). Em janeiro de 2021, o programa tinha catalogado 172 conflitos socioambientais no Brasil, com causas e consequências distintas, sendo superado mundialmente apenas pela Índia no número de casos, que na época possuía 342 ocorrências (EJATLAS, 2021). Indico também o Observatório de Conflitos Internacionais (2015), organizado por estudantes e professores do curso de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), com o objetivo de produzir informes e dossiês sobre conflitos internacionais, ainda que este não tenha foco exclusivo na questão socioambiental, sendo necessário realizar esse filtro.

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, os conflitos hídricos deflagrados no Brasil vêm aumentando acentuadamente desde 2002, ano em que a organização começou a sistematizar e divulgar essas disputas. Em 2010, por exemplo, foram contabilizados 87 conflitos pela água (CPT, 2011b), com diferentes atividades geradoras e impactos, o que representava um conflito hídrico praticamente a cada quatro dias na época. Nove anos depois, em 2019, o número de conflitos hídricos registrados em território nacional saltou para 489 (CPT, 2020), o que representa mais de uma ocorrência de disputa por água por dia. Já segundo o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2021a), em janeiro de 2021, existiam 611 conflitos socioambientais no Brasil, número este que, após serem filtrados especificamente os conflitos com impactos sobre os recursos hídricos, sofre redução para 276 registros.

A fim de demonstrar a evolução das ocorrências de conflitos hídricos no Brasil nos últimos anos, trabalhei os dados disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra desde 2002 até 2019, último ano de divulgação do relatório pela instituição até então. O aumento na frequência dos casos pode ser observado pelo gráfico abaixo (Gráfico 1). A opção por essa fonte documental de dados para a elaboração do gráfico é porque, além de se tratar de uma organização bastante reconhecida, respeitada e ativa no registro dos conflitos por água no Brasil (BORDALO, 2019), os relatórios são publicados e atualizados a cada ano, facilitando a compreensão da evolução no número dessas disputas ao longo do tempo.

Gráfico 1 - Evolução do número de casos de conflitos hídricos no Brasil

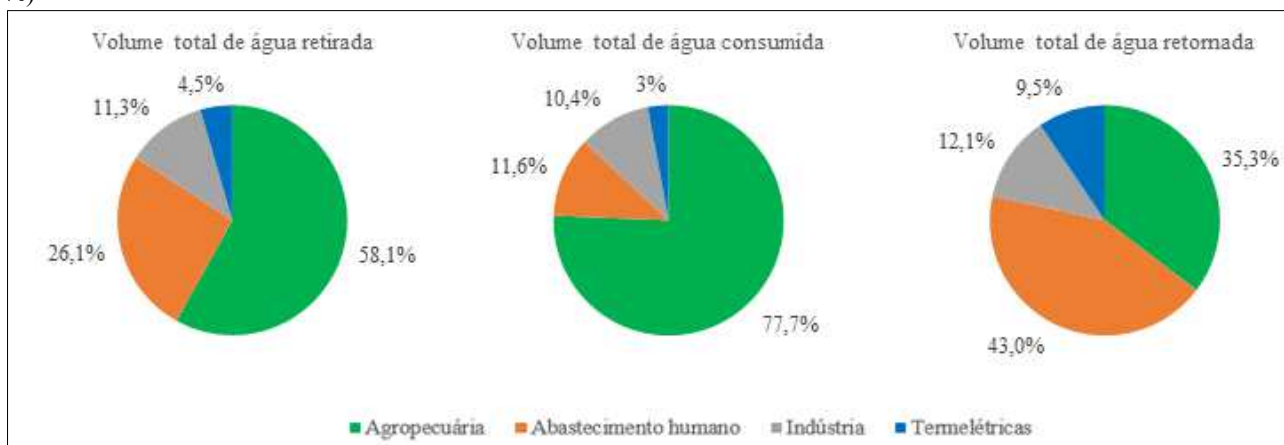


Fonte: elaboração própria, a partir de CPT (2020)

A partir do gráfico acima, é possível afirmar que os conflitos hídricos realmente estão aumentando de maneira significativa desde 2002. Houve um crescimento superior a 6000% desde o ano que os conflitos pela água começaram a ser catalogados pela instituição até a publicação do último relatório, em 2019. Pelo gráfico, também podemos notar uma variação significativa no crescimento de ocorrências a partir de 2011, que subiu de 69 para 489 no último ano, representando um crescimento de quase 610% de casos. Esse crescimento acentuado nos números de casos desde 2002 revela uma situação preocupante e que deve ser acompanhada de forma mais assertiva pela academia, instituições governamentais e movimentos sociais interessados e envolvidos com o tema, já que a tendência é aumentar ainda mais o número dessas disputas nos próximos anos.

O crescente aumento no número de casos de conflitos hídricos no país pode ser explicado levando em consideração algumas situações importantes de contextualizar aqui. Primeiramente, cabe ressaltar que a ampliação no número dessas disputas está relacionada, de acordo com a ANA, aos usos múltiplos da água e tem como uma das principais causas a crescente demanda de recursos hídricos por parte dos setores agrícola, industrial e energético nos últimos anos. Os gráficos abaixo (Gráfico 2) sintetizam as demandas por retirada, consumo e retorno de água de acordo com cada setor<sup>16</sup> no Brasil em 2018.

Gráfico 2 - Demanda do volume total de água retirada, consumida e retornada por usuário no Brasil em 2018 (em %)



Fonte: elaboração própria, a partir de ANA (2019a)

Podemos observar pela imagem acima que o volume total de água retirada para a agropecuária em 2018 foi bem superior às demandas de outros setores, sendo mais que o dobro do volume

<sup>16</sup> Para a construção dos gráficos, elaborados a partir do relatório da ANA (2019a), considerei a demanda do setor agropecuário como o somatório da demanda por água da irrigação e do uso animal, considerei a demanda de abastecimento humano como o somatório da demanda entre o abastecimento urbano e rural, e incorporei a demanda da mineração ao setor industrial.



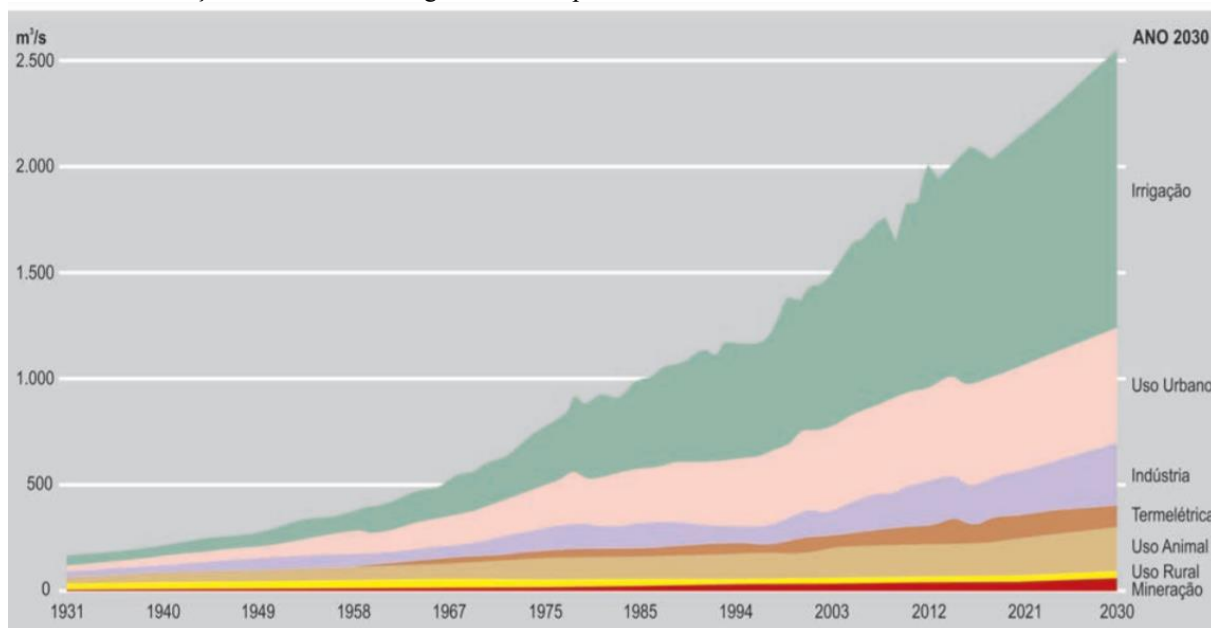
de captação hídrica para abastecimento humano. Esses números se tornam ainda mais expressivos quando se referem ao volume de água consumida por setor, em que a agropecuária novamente aparece em posição de destaque, com quase 78% do total de toda a água consumida no período, seguida bem abaixo pela demanda por abastecimento humano, com quase 12%.

Esses dados sobre os usos múltiplos dos recursos hídricos por diferentes usuários são importantes, pois muitos conflitos socioambientais pela água são causados devido ao agravamento da escassez quantitativa desse bem ocasionados pela demanda excessiva de setores econômicos (SCANTIMBURGO, 2016), podendo comprometer sua disponibilidade para o abastecimento em outras regiões, como o abastecimento de pequenos agricultores e populações locais, ainda que, segundo a Lei n.º 9.433, conhecida como Lei das Águas (BRASIL, 1997), “em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é (seja) o consumo humano”. Porém, como será exposto mais adiante, existem muitos casos em que a população fica sem água devido ao uso predatório do agronegócio, já que, em áreas irrigadas, é muito comum existirem conflitos pelos usos da água entre populações locais e grandes produtores nos períodos de estiagem. Esses conflitos ocorrem com frequência principalmente no Norte de Minas Gerais e nos estados do Nordeste (PORTO; PORTO, 2016).

Os dados da imagem acima ainda revelam que o maior volume de água retornado aos corpos hídricos se dá pelo abastecimento humano, como, por exemplo, esgotos decorrentes do uso da água para abastecimento urbano. Entretanto, instituições como o Banco Mundial continuam argumentando que uma das principais estratégias para enfrentar a crise hídrica seja conter o desperdício de água do consumidor individual, que ocorre pelo fato de que o bem é abundante e barato (BOUGUERRA, 2004), ignorando muitas vezes o agronegócio. Mesmo que a conscientização da população sobre o não desperdício de água seja muito importante, tendo em vista o volume total de água retirada desses usuários, é equivocado culpabilizar em especial e de maneira tão contundente o consumo doméstico pela escassez hídrica, ou até mesmo igualar as responsabilidades pela escassez entre os diferentes usuários, já que o setor agropecuário é o maior consumidor mundial de água doce do planeta (RIBEIRO, 2008).

Esse protagonismo do setor como o maior usuário de água retirada no Brasil já prevalece há algum tempo, como é possível observar pela imagem abaixo (Gráfico 3). De acordo com os dados disponibilizados pela ANA (2019c), a demanda por uso de água no país está crescendo desde o início do século XX, com um aumento expressivo de cerca de 80% no total retirado de água nos últimos 20 anos, e com previsão de que, até 2030, aumente mais 26%.

Gráfico 3 - Evolução das retiradas de água no Brasil por setor usuário entre 1931 e 2030



Fonte: ANA (2019c, p. 16)

No caso específico da irrigação, o setor emerge como principal usuário na retirada de água no Brasil, cuja previsão é um aumento ainda mais acentuado nesses números para os próximos anos. Trata-se de uma prática agrícola de fornecimento de água que utiliza diferentes métodos e sistemas<sup>17</sup> para suprir a deficiência desse recurso no campo, complementando o que foi fornecido por fontes naturais, como chuva e solo, e que busca, sobretudo, maximizar a produção.

O uso intensivo de água para a irrigação serve principalmente para a produção de arroz, feijão, trigo e cana-de-açúcar, entre outras culturas produzidas sob alto percentual de irrigação. A imagem abaixo (Figura 8) demonstra, no lado esquerdo, um exemplo de irrigação em cultivo de cana-de-açúcar e, no lado direito, indicadores do aumento de produtividade de alguns cultivos quando irrigados. Assim, o histórico da evolução dos usos de água e o crescimento das demandas hídricas no Brasil estão relacionados principalmente ao modelo de desenvolvimento

<sup>17</sup> Os métodos de irrigação podem ser agrupados de acordo com a forma de aplicação da água, destacando-se quatro métodos principais: irrigação por superfície, subterrânea, por aspersão e localizada. No primeiro método, a água é disposta na superfície do solo, e seu nível é controlado para aproveitamento das plantas. No método subterrâneo (ou subsuperficial), a água é aplicada abaixo da superfície do solo, formando ou controlando o lençol freático, na região em que pode ser aproveitada pelas raízes das plantas. Na irrigação por aspersão, a água é aplicada sob pressão acima do solo, por meio de aspersores ou orifícios, na forma de uma chuva artificial. O método localizado (ou microirrigação) consiste na aplicação em uma área bastante limitada, utilizando pequenos volumes de água, sob pressão, com alta frequência. Existem diferentes sistemas para cada um desses métodos, como o sistema por inundação na irrigação superficial; o sistema de pivô central na irrigação por aspersão; e o sistema de gotejamento que ocorre nos métodos subterrâneo e localizado. Não existe um método ou sistema de irrigação ideal *a priori*. (...) A seleção do método e do sistema para determinado local passa por uma avaliação integrada de componentes socioeconômicos e ambientais, incluindo a disponibilidade e a qualidade da água (ANA, 2021, p. 11–12).

adotado, que prioriza atividades econômicas com uso intensivo de água para a produção e exportação de *commodities* rurais, em busca de crescimento econômico e de progresso.

Figura 8 - Irrigação e indicadores de rendimento de diferentes cultivos em condições predominantemente irrigadas e não irrigadas



Fonte: ANA (2017a)

Além do intensivo uso de água para a agricultura irrigada, o aumento da produtividade do agronegócio inclui também a intensificação da utilização de agrotóxicos que, da mesma forma, contribui para ampliar os conflitos hídricos no país (FABRINI; ROSS, 2014), através, por exemplo, da contaminação e piora da qualidade das águas para o consumo humano. Segundo o Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (BRASIL, 2018), houve um aumento significativo nos últimos anos no número de ocorrências de intoxicação por agrotóxicos, que passou de 4694 casos, em 2007, para 11863 ocorrências, em 2015, sendo São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco os estados de maior predominância dessas intoxicações.

Vale ressaltar que o aumento massivo e indiscriminado na utilização de agrotóxicos nas lavouras está associado à expansão da produção de monoculturas, como de soja e de eucalipto, e da exportação de *commodities* agropecuárias nos últimos 30 anos, ou seja, a intensificação no uso de agroquímicos e o consequente aumento dos conflitos por contaminação da água estão diretamente relacionados ao processo de modernização da agricultura do século passado e ao modelo de desenvolvimento neoextrativista e agroexportador implantado e incentivado no país.

Nos últimos anos, inclusive em governos nacionais ditos “progressistas”, esse índice tem aumentado exponencialmente por meio da autorização da liberação de novos agrotóxicos e da criação de projetos de leis que buscam flexibilizar o uso desses produtos, como será mais

detalhado na próxima seção. Isso vai de encontro às práticas de muitos outros países, os quais têm se esforçado para reduzir a sua utilização e aumentar a conscientização ecológica e sanitária, incentivando a produção e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos. Dessa forma, faz-se importante monitorar a qualidade dos recursos hídricos em relação à contaminação por agrotóxicos e criar mecanismos mais rígidos que regulem a comercialização e utilização desses produtos nas lavouras, a fim de avaliar possíveis riscos à saúde da população e não comprometer o consumo humano de água enquanto um direito fundamental.

Outra situação importante a ser pontuada sobre as causas do aumento do número de conflitos hídricos gerados pelo agronegócio em território nacional é a expansão de monocultivos, como os de soja, de cana-de-açúcar e de florestas de eucalipto. Estas últimas, também conhecidas por “desertos verdes”, estão voltadas para a produção de celulose e carvão vegetal. Nesses casos, os conflitos se dão não somente devido à apropriação desigual da água pelo agronegócio, que produz escassez em outros usos coletivos, como ocorre com a construção de açudes, mas também em razão de cultivos que secam águas subterrâneas, como é o caso do eucalipto (PORTO; PORTO, 2008).

A má gestão dos recursos hídricos, a falta de planejamento e transparência e a omissão dos governos federal, estadual e municipal também se enquadram como situações que podem explicar o aumento no número de conflitos pela água nos últimos anos. Nesse sentido, gostaria de destacar a rápida ampliação dos casos de conflitos hídricos nos anos de 2018 e 2019, os maiores registrados até hoje, de acordo com o Gráfico 1. Esse aumento significativo é causado, em partes, devido à omissão, má gestão e flexibilização, por parte dos governos vigentes, de leis que garantiam a preservação e melhor uso dos recursos naturais, como será detalhado na próxima seção deste capítulo.

Fato é que “o Brasil desconhece o real consumo e uso da água. Não há medições, controle nem fiscalização da quantidade efetivamente retirada. Na prática, havendo um metro cúbico adicional de água, não se sabe para qual usuário ele deve ir ou, na falta dele, quem deve ser priorizado” (ROCKMANN, 2020, on-line). Na verdade, como já mencionado, segundo a Lei das Águas, em situações de escassez, o abastecimento humano deve ser priorizado. Contudo, a falta de fiscalização e de uma metodologia que calcule de forma rigorosa o real consumo da água retirada e consumida impõe desafios à governança dos recursos hídricos no que tange à competição e aos usos múltiplos da água de acordo com as demandas existentes entre os diferentes usuários e na garantia do direito humano de acesso à água de qualidade a todos,

implicando aumento dos conflitos hídricos. No agronegócio, por exemplo, em que é necessária outorga para se utilizar os recursos hídricos no campo, é muito comum, de acordo com o coletivo Luta Pela Água e com o Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama), que a maioria dos poços não tenha outorga e que ainda haja flexibilização desse instrumento de gestão para o atendimento de interesses de grandes grupos econômicos (CARBINATTO *et al.*, 2018).

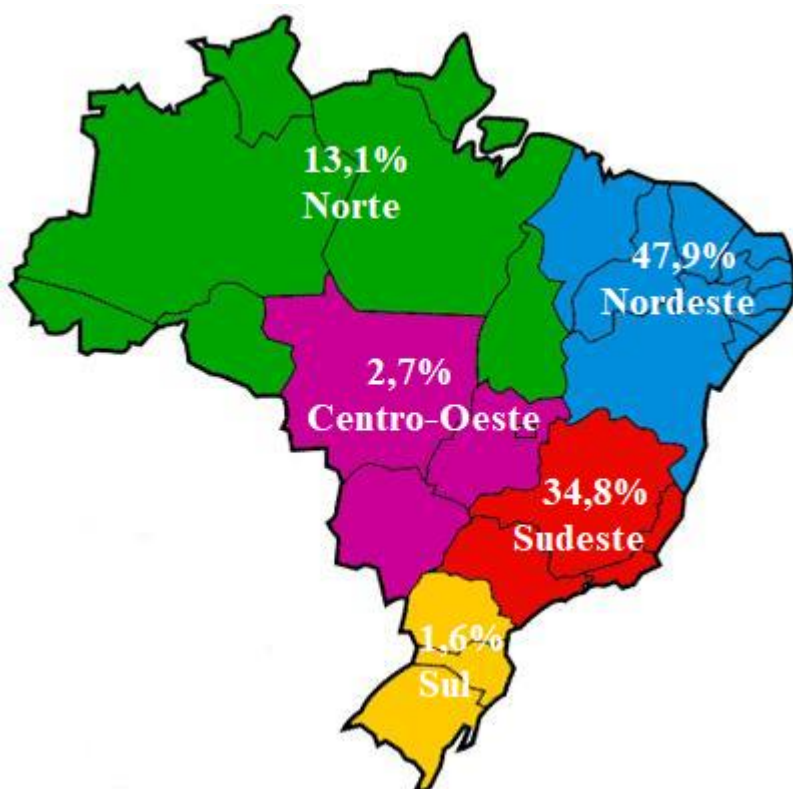
A partir disso, é possível afirmar que o agronegócio representa a atividade com um dos maiores potenciais de provocar e intensificar conflitos socioambientais pela água no Brasil. Tal afirmação é corroborada por dados da CPT (2020), em que o agronegócio figurou como a segunda atividade mais geradora de conflitos hídricos no país em 2019, responsável por 177 dos casos registrados, sendo precedida pela mineração, com 189 notificações, e seguida pelo setor hidroelétrico, com 54 conflitos. E a estimativa é aumentar, já que o modelo de desenvolvimento neoeextrativista e agrodependente adotado no Brasil, que faz uso intensivo das águas, reforça e consolida seu papel enquanto um dos maiores países produtores e fornecedores global de *commodities* rurais para a manutenção de *superávits* na balança comercial.

No que se refere aos tipos de conflitos hídricos registrados no Brasil pela CPT, vale ressaltar que, em 2005, 2006, 2007, 2010, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2019, a maior incidência dessas disputas era tipificadas em relação a uso e preservação da água, seguida por barragens e açudes e, com menor frequência, por apropriação particular. Nesses anos, uma das principais causas dessas disputas foi a degradação e/ou contaminação das águas. Já nos anos 2008, 2009, 2011 e 2012, o número de conflitos hídricos causados pela construção de barragens e açudes superou aqueles provocados pelo uso e preservação da água, evidenciando, por exemplo, o aumento do não cumprimento de procedimentos legais por parte de usuários e até mesmo o aumento de ameaças de expropriação de populações locais. Em 2018, houve uma significativa alternância na ordem desses tipos de conflitos, em que a apropriação particular liderou com 114 casos, seguida das disputas por uso e preservação, com 91 ocorrências, e por barragens e açudes, que totalizaram 71 episódios. Nesse ano, a diminuição ou o impedimento do acesso à água entre usuários foi o principal motivador dos conflitos.

No que diz respeito à distribuição espacial dos conflitos pela água no Brasil em 2019, a figura abaixo (Figura 9) demonstra a quantidade de notificações dessas disputas por regiões nacionais, em que o Nordeste e o Sudeste concentraram quase 83% do total de casos registrados naquele ano. Apesar desses dados, é importante mencionar que em alguns estados não foram contabilizados nenhum conflito hídrico pela CPT em 2019, como no Acre e no Rio Grande do

Sul. Acredito que o não registro de disputas por água nessas regiões não seja pela falta de situações vivenciadas, mas sim pela dificuldade em obter e sistematizar esses dados. Outros repositórios, como o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2021), informaram conflitos hídricos presentes nesses estados, como será exposto adiante.

Figura 9 - Distribuição espacial dos conflitos hídricos no Brasil em 2019, por região geográfica



Fonte: elaboração própria, a partir de CPT (2020)

Quanto aos estados, em 2019, os conflitos foram predominantes em Minas Gerais, com mais de 26% do total de casos, seguido respectivamente pela Bahia (com 20,6%), Sergipe (14,1%) e Pará (6,9%) (CPT, 2020). Cabe destacar ainda que, desde o início da divulgação dos relatórios pela instituição, os estados de Minas Gerais e Bahia sempre concentram uma grande parte dessas ocorrências. Não é coincidência que essas regiões sejam, há algum tempo, umas das mais cobiçadas pelas atividades de mineração e pelo agronegócio.

Os casos de conflitos hídricos gerados e/ou intensificados especificamente pelo agronegócio nas diferentes regiões do país são muitos e possuem características distintas. Por exemplo, na região Norte do Brasil, em Manicoré (AM), há um conflito socioambiental desde 2008 envolvendo grandes produtores rurais e povos indígenas, sendo que estes têm sofrido com o avanço de monocultivos de soja, que, além de desmatar áreas do entorno das terras indígenas,

também tem contaminado com agrotóxicos os rios dos quais a população indígena depende para sobrevivência, ocasionando a morte de crianças e idosos (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2021b). Da mesma forma, com o desenvolvimento e a expansão do agronegócio em Santarém e em Santana do Araguaia, no Pará, agricultores familiares, quilombolas e ribeirinhos são expropriados pelo avanço da plantação de soja e também sofrem com danos à saúde causados pelos agrotóxicos usados de maneira indiscriminada pelos grandes produtores da monocultura (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2021c).

Em Restinga Seca, no Rio Grande do Sul, a comunidade de quilombolas Rincão dos Martimianos convive com diversos problemas desde que fazendeiros vizinhos começaram a avançar sobre seus territórios para produzirem arroz, soja e fumo. De acordo com o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2019b), o conflito não se dá apenas pela expropriação de terras para os fazendeiros, mas também pela falta de água potável para o abastecimento dos quilombos remanescentes. Além disso, a água consumida pela comunidade apresenta uma taxa muito alta de agrotóxicos, que são disseminados pelos fazendeiros, agravando os problemas de saúde da população. Em Bento Gonçalves (RS), o modelo de produção agrícola baseado no uso intensivo de agrotóxicos também tem ocasionado a poluição do solo, da água e até mesmo danos extremos como depressão e suicídio de moradores da região, principalmente em meses em que mais se utilizam agrotóxicos nas lavouras de fumo (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2021d).

Sobre a utilização de agrotóxicos, há um caso de conflito recente que tem chamado a atenção das comunidades locais, dos agricultores e da imprensa. Denominado de “conflito entre porteiras” ou intrasetorial, este não envolve ambientalistas, sem-terra, pequenos agricultores nem comunidades tradicionais, mas grandes produtores de diferentes cultivos em lados opostos nas regiões da Campanha, Fronteira e Centro do Rio Grande do Sul. Há algum tempo, tem se observado que os resíduos da aplicação de agrotóxicos que não atingem o alvo nas lavouras de soja — principal cultura agrícola da região — é o grande causador de perdas milionárias em vinhedos e pomares de oliveiras, além de outros produtos (como maçãs), em diversas regiões do estado. O Ministério Público está tentando solucionar tal conflito e cogitou suspender o uso do agroquímico causador das perdas ou substituí-lo por outros alternativos, o que não foi bem visto pelos produtores de soja da região, já que “tirá-lo causaria impacto muito grande ao

agronegócio”. Por outro lado, já que seu uso comprometeu mais de 90% da produção de uvas, oliveiras e maçãs da região, caso não se restrinja o uso do agrotóxico, será preciso erradicar a produção desses últimos, que também são importantes para a economia do estado (GOMES, 2018, on-line).

Devido a sua forte produção agrícola, o estado do Rio Grande do Sul também se destaca nos conflitos pela água em relação à demanda para irrigação de lavouras e para o abastecimento público da região, especialmente na produção de arroz, que envolve o cultivo por inundação, já que grande parte do setor agrícola prefere assumir os riscos socioambientais a investir em projetos de irrigação mais eficientes (TUCCI; HESPANHOL; NETTO, 2000). Rebouças, Braga e Tundisi (2006) pontuam diversos conflitos pela água em várias regiões do estado, inclusive não listados no Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, e afirmam que essas disputas são tanto em relação à quantidade de água, referentes à irrigação *versus* abastecimento público no período de deficiência hídrica, como também em relação à deterioração da qualidade desse bem, devido aos despejos da pecuária (efluentes da suinocultura e avicultura) e da contaminação por agrotóxicos utilizados na rizicultura de águas superficiais e subterrâneas da região. Menezes e Trentin (2014) ainda apresentam um caso em que há o conflito pela água em Quaraí (RS), município que faz fronteira com o Uruguai, não somente devido aos usos para a irrigação de arroz e o abastecimento público, mas também conflitos intrasetoriais, isto é, entre os próprios produtores de arroz no consumo de água (entre produtores brasileiros e uruguaios).

Na região Centro-Oeste do Brasil, também se observa um aumento dos conflitos hídricos acarretados pelo agronegócio nos últimos anos, principalmente em decorrência da irrigação, já que 15% de toda a irrigação nacional se concentra nos três estados da região mais o Distrito Federal, afetando a quantidade e a qualidade da água para a população (MAIA, 2016). Além de casos de contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos, inviabilizando o consumo humano, na Bacia Hidrográfica do Rio São Marcos, entre Cristalina (GO) e Paracatu (MG), a ANA precisou proibir, desde 2012, novas outorgas para a irrigação, pois estava prejudicando o acesso à água e ao abastecimento público de comunidades locais. De acordo com moradores da região,

esse mundo de água que vocês estão vendo aqui é proibido para os assentados. Os senhores lá de cima (autoridades) não veem isso. Agora, os grandes produtores montam pivôs e mais pivôs. Nós não podemos tirar a água nem para beber e dar aos animais. (...) se você tira água do lago, vão dizer que é ladrão. (...) Enquanto isso, os fazendeiros metem suas bombas para retirar água para irrigar o mundo. Parece que é



pecado encostar nos reservatórios. É uma água proibida. Tudo o que representa essa maravilha que é a irrigação, para nós, pequenos, não é possível (CAMPOREZ, 2020, on-line).

A fala do morador evidencia não apenas um conflito em virtude do uso excessivo dos recursos hídricos para o agronegócio na região, que compromete o acesso e uso dos “lagos proibidos” por parte de outros usuários, mas também a falta de fiscalização, de apoio e de tentativas de resolução por parte de órgãos governamentais competentes. Através desse caso, fica claro a questão da distribuição política da água e como os conflitos e a escassez hídrica atingem de forma desigual os diferentes atores sociais, levando-nos a problematizar como a gestão de recursos hídricos, que deveria garantir os usos múltiplos das águas, pode realmente reproduzir desigualdades sociais e assimetrias de poder (MOLLINGA, 2008), uma vez que os moradores e pequenos produtores da região são os mais impactados pelo conflito e têm pouca força para enfrentar a atual política de outorga. Esse caso reforça a característica da distribuição ecológica dos conflitos socioambientais (MARTÍNEZ-ALIER, 2006), já que é possível notar desigualdades sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos pela apropriação da natureza entre os diferentes atores sociais envolvidos no conflito.

Em Barra do Garças, no Mato Grosso, a empresa JBS Friboi foi notificada e será alvo de investigação do Ministério Público Federal após vídeo mostrando rejeitos da empresa jogados no Rio Araguaia, que estaria matando peixes e causando mal-estar na população (JBS, 2020). No Tocantins, o aumento na captação de recursos hídricos feita de forma irregular por grandes produtores de soja na bacia do Rio Formoso tem prejudicado o acesso à água potável de povos indígenas e assentados, além de ser responsável por secar trechos de rios da região (CRUZ, 2020). A destruição do Cerrado brasileiro devido à substituição de raízes profundas por monoculturas tem afetado a recarga de aquíferos da região, fazendo desaparecer reservatórios de água e prejudicando o abastecimento potável em todo o País, já que é dali que saem as nascentes de muitas bacias hidrográficas (GOUVEIA, 2014).

Na região Nordeste do Brasil, os conflitos pela água também estão sendo intensificados em virtude da expansão e modernização do agronegócio e sua inserção no mercado mundial. Longe de se restringir apenas à escassez de água que afeta a região, como propalado pelo discurso hegemônico, os conflitos hídricos estão associados às grandes obras de infraestrutura, à pecuária intensiva e à fruticultura irrigada, voltada, sobretudo, para a exportação, que incidem sobre os recursos hídricos disponíveis e acentua as desigualdades no seu acesso, usos e distribuição, ampliando e intensificando os conflitos socioambientais (SILVEIRA; SILVA,

2019).

Na Bahia, um conflito deflagrado pela escassez de água gerada pelo agronegócio ficou conhecido por ser um dos conflitos hídricos mais intensos da história do país (TATEMOTO, 2017). Nesse caso, as principais causas da disputa estão relacionadas à destruição do Cerrado para o plantio de monocultivos e o consumo desproporcional de água por grandes produtores rurais. Cita-se, como exemplo, a Fazenda Igarashi, voltada para a produção agrícola para exportação de algodão e grãos, que consumia cerca de 100 vezes mais água do que toda a população do município, comprometendo a produção de pequenos produtores rurais e o abastecimento humano do município. Em resposta à escassez de água que assolou a região, a população de Correntina se mobilizou em 2017 (Figura 10) em defesa dos rios, do direito humano à água e do limite de outorgas para o agronegócio. Apesar dos protestos, pouco foi feito por parte de entidades governamentais para mudar a situação. Então, em novembro de 2017, a população organizou uma revolta popular, entrando nas fazendas Igarashi e destruindo instalações de equipamentos que retiravam água de mananciais e os pivôs centrais de irrigação.

Figura 10 - Protestos em Correntina (BA) em defesa dos rios da região, do direito humano a água e do limite de outorgas para o agronegócio



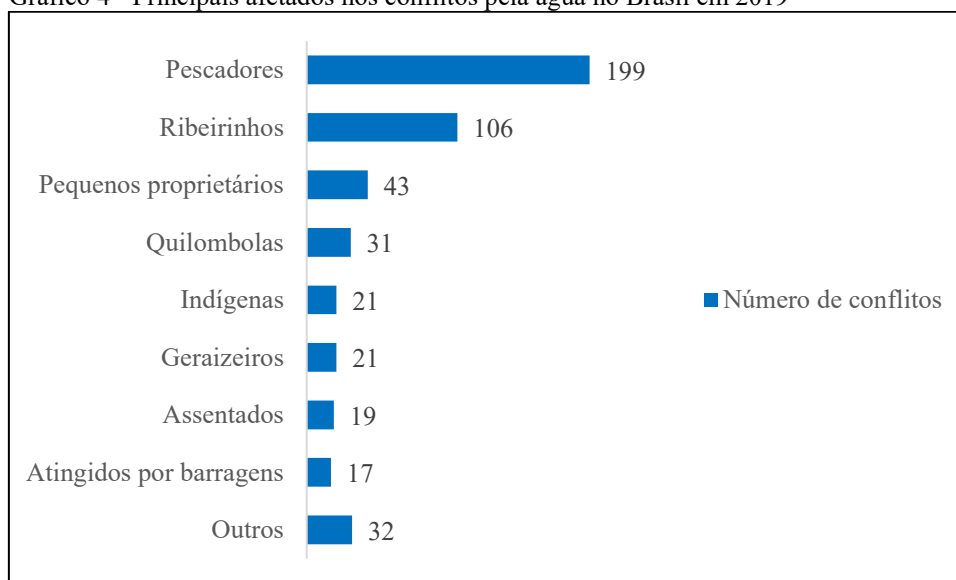
Fonte: Tatemoto (2017)



A região Sudeste do Brasil também se destaca na intensificação dos conflitos hídricos gerados pelo agronegócio. No Norte de Minas Gerais, por exemplo, o avanço de monoculturas como a de eucalipto tem causado a desterritorialização de comunidades e o esgotamento de águas subterrâneas. Não menos comum, existem muitos conflitos deflagrados pela escassez de água na região em virtude da irrigação, principalmente em períodos de estiagem, e também devido à poluição de rios pelo uso excessivo e desregulado de agrotóxicos (PORTO; PORTO, 2016).

Assim como os conflitos hídricos tem aumentado nos últimos anos, o número de famílias envolvidas nessas disputas também cresceu de forma acentuada. Em 2009, por exemplo, foram identificados 45 conflitos hídricos, que atingiram um total de 40335 famílias. Dez anos depois, o número de conflitos subiu para 489, atingindo 69793 famílias, representando um crescimento de pouco mais de 73% de famílias envolvidas. Entre essas pessoas, a CPT realiza uma classificação entre a categoria que causou o conflito e a categoria que sofreu a ação. E, na grande maioria dos casos, é a população de baixa renda que mais sofre com os impactos dos conflitos socioambientais pela água, corroborando os estudos de Ioris (2005) e Zhouri e Zucarelli (2008). O gráfico abaixo (Gráfico 4) evidencia as principais populações atingidas/impactadas pelos conflitos hídricos em 2019.

Gráfico 4 - Principais afetados nos conflitos pela água no Brasil em 2019



Fonte: elaboração própria, a partir de CPT (2019)

Já entre os principais causadores dos conflitos naquele ano, a CPT (2019) elencou mineradoras, empresários internacionais, hidrelétricas, fazendeiros, entre outros. Esse cenário consolida a própria definição dos conflitos socioambientais enquanto disputas entre diferentes atores sociais que possuem interesses e lógicas distintas em torno do uso e da apropriação dos recursos naturais (LITTLE, 2001). No caso desta tese, o acirramento dos conflitos pela água se dá pelo confronto entre, de um lado, o agronegócio, que usa os recursos hídricos de forma intensa e desregulada, enquanto uma variável que deve ser administrada para a sustentabilidade do crescimento, sendo responsável, muitas vezes, por sua escassez e poluição, e, de outro lado, populações locais, ribeirinhos, pequenos produtores, quilombolas, pescadores e indígenas, os quais estabelecem seus modos de vida em estreita dependência da natureza.

Dessa forma, o alastramento dos conflitos hídricos no Brasil revela uma distribuição desigual dos danos socioambientais sobre os territórios e um processo de violência e exclusão de comunidades mais pobres para atender a interesses de setores que são apresentados como ‘promotores do progresso’, como é o caso do agronegócio, evidenciando a recorrente primazia do atendimento dos interesses sobre os recursos hídricos de grandes grupos econômicos em detrimento do atendimento das demandas de populações mais vulneráveis, como pontuado por Martínez-Alier (2006). Revela também as contradições da gestão ambiental pública, já que o Estado deveria proporcionar o uso múltiplo das águas e priorizar o abastecimento humano em situações de escassez. Porém, o que se observa são relações de poder desiguais entre os usuários, que dificultam o acesso e uso dos recursos hídricos por populações economicamente mais vulneráveis, ao mesmo tempo que o agronegócio tem sido atendido mesmo em situações de escassez.

Assim, os casos destacados acima demonstram a necessidade de uma análise hidropolítica (RIBEIRO; SANTOS; SILVA, 2019) para a compreensão dos conflitos pela água gerados pelo agronegócio no Brasil, já que eles ocorrem, muitas vezes, devido, principalmente, à má distribuição política dos recursos hídricos, e não somente devido à sua distribuição natural desigual, ainda que esta também os intensifique. O entendimento dessas disputas perpassa pela compreensão das relações de poder entre os múltiplos atores sociais interessados no uso desse bem, em que o agronegócio se destaca como o maior usuário na demanda para a retirada e consumo de água em território nacional. E o setor ainda conta com o apoio do Governo, da elite rural e da grande mídia para se consolidar e expandir mundialmente, em busca do progresso e de manter *superávits* na balança comercial brasileira, sendo necessário, para tanto, continuar fazendo uso indiscriminado e sem muita fiscalização dos recursos hídricos.

Desse modo, afirmo a existência de uma hidro-hegemonia (RIBEIRO; SANTOS; SILVA, 2019) do agronegócio, que envolve o domínio da água de um território ou agente sobre outro, permitindo compreender como o setor pode impor o uso da água para outros usuários e como pode comprometer o acesso, a disponibilidade e a qualidade da água para outros atores sociais, sobretudo para populações locais e de baixa renda, intensificando os conflitos hídricos no Brasil.

Após este breve relato sobre a distribuição geográfica dos conflitos hídricos no Brasil, suas principais causas e populações atingidas, na próxima seção identifico alguns programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão e modernização do agronegócio

em Minas Gerais a partir do século XX, contextualizando sua importância para a ampliação do uso intensivo de água pelo setor no estado e a consequente intensificação dos conflitos hídricos em território mineiro.

## **9.2 Programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão do agronegócio e a intensificação dos conflitos socioambientais em Minas Gerais**

Nesta seção, analiso alguns programas de desenvolvimento e políticas públicas destinadas à expansão e modernização do agronegócio em Minas Gerais a partir da segunda metade do século XX, enquanto pano de fundo e propulsores da intensificação dos conflitos socioambientais gerados por essa atividade na região. Tais programas e políticas, respaldados e elaborados a partir de concepções de desenvolvimento, são considerados aqui espaços concretos de cristalização dos discursos sobre desenvolvimento e nos quais fica clara a articulação entre desenvolvimento e agronegócio, ou seja, trata-se da materialidade da modernização da agricultura e da racionalidade capitalista no campo. A partir desse histórico, será possível interpretar como as políticas públicas adotadas no processo de modernização da agricultura brasileira e, em especial, mineira, geraram, de um lado, aumento da produtividade do setor, e, de outro, impactos negativos no meio ambiente, inclusive conflitos hídricos, já que ampliou o uso intensivo de água pelo setor. Para o recorte temporal, levei em consideração que as políticas e o processo de modernização da agropecuária no Brasil ocorreram, sobretudo, a partir da década de 1960 (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Não só no século passado, como também nos últimos anos, é notório o protagonismo de programas e políticas públicas destinadas a expandir e consolidar o agronegócio enquanto modelo prioritário de desenvolvimento para o campo no Brasil, em um contexto em que o formato e a estrutura de produção da agropecuária capitalista são instrumentos de inclusão das elites agrárias rentistas ao capitalismo mundializado. Desse modo, corroborando o estudo de Bruno (2019), o conceito de agronegócio usualmente tem sido evocado por diferentes grupos sociais como sinônimo de “moderno, eficiente e competitivo (...) uma atividade próspera, segura e rentável (...) é hoje a principal locomotiva da economia brasileira” (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2004, on-line; SILVA *et al.*, 2007, p. 1).

Para alcançar esse *status*, foi preciso investimento científico-tecnológico e a modernização da atividade rural, obtidos por meio da adoção de “modernos pacotes tecnológicos”, viabilizada,

em grande parte, pela participação do Estado, via projetos governamentais. O objetivo era aumentar a produtividade dos cultivos e de criações de animais, com base no uso de sementes geneticamente modificadas, no uso intensivo de agrotóxicos, da motomecanização, da ampliação da irrigação e, de modo geral, na artificialização e colonialidade da natureza, já que esse processo, além da intensificação da exploração violenta da natureza, transformou uma agricultura natural em uma atividade amplamente dependente de insumos fabricados artificialmente.

De acordo com Graziano da Silva (1999), existem 3 fases que compõem o processo de modernização da agricultura no Brasil, a saber: I) a constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs), na década de 1960, em que se observou a integração das indústrias a montante (meios de produção para a agricultura) e a jusante (processamento de produtos agropecuários); II) a industrialização rural, também a partir dos anos 1960, que foi quando a indústria, além de fornecer insumos para a produção agropecuária, passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica das atividades no campo; e III) a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), pela Lei 4.829, de 05 de novembro de 1965, que constituiu o elo do capital financeiro com a agricultura, por meio de financiamentos a taxas subsidiadas e a prazos longos, se comparado às linhas de crédito comerciais vigentes naquela época. Com esses processos, houve uma transformação na base técnica agrícola, que passou a ser mais dependente da indústria produtora de insumos, bens de capital e processamento de mercadorias agropecuárias.

Tais fases dependeram estreitamente de um projeto modernizante comandado pelo Estado, que viabilizou e regulou o processo de modernização da agricultura através, principalmente, de programas estatais. Essa política focada na modernização agrícola e no aumento da produtividade pode ser observada já no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), elaborado pelo governo de Costa e Silva, para o período de 1968 e 1970, que, entre outras coisas, definia a obtenção de taxas de crescimento da ordem de 5% a 6% ao ano para o setor, como pode ser visto pelo documento divulgado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) (2021a).

Porém, foi, sobretudo, na década de 1970, com outros programas de desenvolvimento, que o projeto de modernização da agricultura brasileira se consolidou, transformando a política agrícola em um corpo de programas acoplados e subordinados à política econômica. O Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo e o I Plano Nacional de Desenvolvimento

(I PND), desenvolvidos sob o governo do general Emílio Médici para os períodos 1970–1973 e 1972–1974, respectivamente, deram prioridade ao crescimento da produção agropecuária, por meio de incentivos de crédito, assistência técnica e preços favoráveis. Buscou-se consolidar a política de promoção de exportações, convertendo o Brasil em um importante exportador de produtos agropecuários, e nos colocar na categoria de país desenvolvido nos anos subsequentes. Não menos importante, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), elaborado sob o comando do presidente Ernesto Geisel para os anos 1975–1979, também colocou o setor agropecuário como elemento-chave no processo de desenvolvimento do país.

Um movimento renovador, de profundidade, no setor agrícola. Isso significará, principalmente, dotar a agricultura brasileira de um sistema de apoio, financeiro e fiscal, capaz de produzir a transformação tecnológica e o **fortalecimento acelerado de uma agricultura de mercado**, sensível aos estímulos de preços; realizar a expansão de áreas, principalmente através da **ocupação de espaços vazios**, no Centro-Oeste (na zona dos Cerrados), no Norte e nos vales úmidos do Nordeste; (...) **transformar o Brasil em importante exportador** de carne e outros produtos agrícolas não tradicionais; efetivar a modernização do sistema de comercialização de produtos agrícolas, notadamente nos grandes centros urbanos (BRASIL, 1970, p. 89, grifos meus).

Para cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento (...) a Agropecuária, que vem tendo em geral, bom desempenho, é **chamada a cumprir novo papel no desenvolvimento brasileiro**, com contribuição muito mais significativa para o crescimento do PIB e mostrando ser o Brasil capaz de realizar a sua **vocação** de supridor mundial de alimentos e matérias-primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial. Espera-se consolidar, até o fim da década, **uma sociedade industrial moderna** e um modelo de economia competitiva (BRASIL, 1974, p. 3–4, grifo meu).

Através dos trechos acima, podemos perceber como a agropecuária já é concebida e estimulada nesses programas governamentais de meados do século XX nos moldes de uma “agricultura de mercado”, a fim de “cumprir novo papel no desenvolvimento brasileiro”, ocupando “espaços vazios”, expandindo as exportações rurais brasileiras, tendo um papel significativo “para o crescimento do PIB” e para “consolidar uma sociedade industrial moderna”. A partir disso, fica claro, então, como essas políticas públicas do século passado já buscavam incentivar a expansão do setor agropecuário brasileiro através da colonialidade da natureza na tentativa de promover o desenvolvimento e a modernização da sociedade. Corroborando os estudos de Maluf (2000) e Escobar (1995), os trechos acima demonstram como a noção de “modernização” e de “desenvolvimento” expressam promessas de rupturas, avanços materiais e grandes transformações sociais, a fim de superar o que é considerado como subdesenvolvimento ou “atraso” para alcançar patamares de vida aceitáveis.

O discurso sobre a ocupação planejada de “espaços vazios” que norteia a expansão da produção

agropecuária brasileira acerca do meio natural não encontra base nas evidências históricas, como será visto mais adiante. O fato é que a agricultura de subsistência e os modos de vida tradicionais nesses espaços eram vistos como incompatíveis com a lógica e racionalidade capitalista que se baseia em formas de produção tecnológica e competitiva, voltada, nesse caso, para a agricultura de mercado. Desse modo, desde o século passado, o país adota um modelo de desenvolvimento agrodependente fundado na colonialidade da natureza e na exportação de matérias-primas agrícolas, com base em uma lógica modernizante e produtivista como forma de superar as barreiras do “subdesenvolvimento”, tal qual ocorreu em outros países latinoamericanos (MIGNOLO, 2007). A colonialidade ainda estabelece novas formas de relações e mecanismos de controle sob o clamor do desenvolvimento, como a naturalização da “vocação” do país enquanto exportador de *commodities* e, conseqüentemente, a reprodução de diferentes formas de dominação e exploração da natureza sob a bandeira do interesse nacional.

A modernização da agricultura mineira, especificamente, tem estreita relação com a ação governamental federal, com a elaboração de planos setoriais e programas específicos dirigidos ao estado, ainda que esse conjunto de iniciativas fosse parte de um contexto maior de modernização do setor que se processava em âmbito nacional e que buscava obter resultados compatíveis com a política nacional de desenvolvimento do país. Entre os planos criados a partir da segunda metade do século XX, o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), o Plano Integrado de Desenvolvimento do Noroeste Mineiro (PLANOROESTE), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) foram os que tiveram maior impacto na modernização agropecuária mineira (GOBBI, 2006), e objetivaram, de forma geral, constituir uma agricultura mineira tecnificada e moderna e, por conseqüência, criar condições para a produção do setor em larga escala.

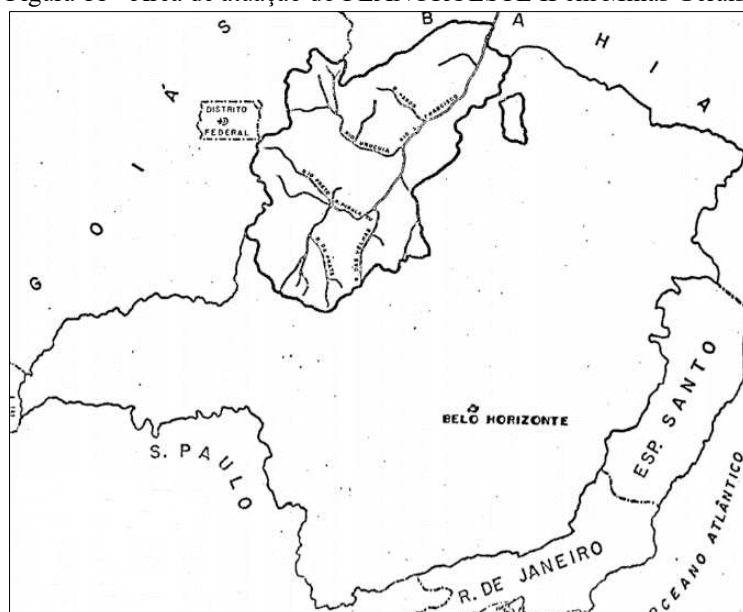
Junto a esses programas estatais, verificaram-se diversas outras políticas deliberadas pelo estado, principalmente a partir da segunda metade do século XX, no intuito de viabilizar o processo de modernização da agricultura mineira, tais como: a criação da Fundação Rural Mineira (Ruralminas), em 1966, que visava promover a colonização e o desenvolvimento rural do estado; a criação de instituições públicas de pesquisa agropecuária, de oferta de assistência técnica e incentivo à extensão rural, bem como sua articulação com grandes empresas privadas, como, por exemplo, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas



Gerais (Emater), primeira do setor a ser criada no Brasil, em 1948, e hoje a maior empresa pública da área, que visa promover o desenvolvimento dos municípios do estado; a criação, em 1974, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), extinta em 1990; a criação da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), em 1974, com objetivos semelhantes aos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada em âmbito nacional, em 1972; a criação, a partir da década de 1960, de uma rede de armazéns públicos para aumentar a capacidade produtiva e armazenadora de produtos agrícolas em Minas Gerais, como a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg) e a Companhia Agrícola de Minas Gerais (Camig); a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), em 1975; o fornecimento de crédito subsidiado para produtores rurais e agroindustriais, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural; garantias de preço mínimo e seguros de safra; isenções fiscais e econômicas para a instalação de empresas transnacionais do setor agropecuário, entre outras iniciativas.

O Plano Integrado de Desenvolvimento do Noroeste Mineiro (PLANOROESTE I) foi elaborado em 1969 e implantado em 1970 pelo governo mineiro, sob responsabilidade da Ruralminas, e objetivava expandir a exploração agropecuária da região Noroeste de Minas Gerais, por meio da criação de núcleos de colonização e infraestrutura econômica (FJP, 1978). Esse programa sofreu algumas alterações ao longo dos anos, culminando, em 1975, na implantação do PLANOROESTE II, cuja área de atuação na época está delimitada na imagem abaixo (Figura 11).

Figura 11 - Área de atuação do PLANOROESTE II em Minas Gerais

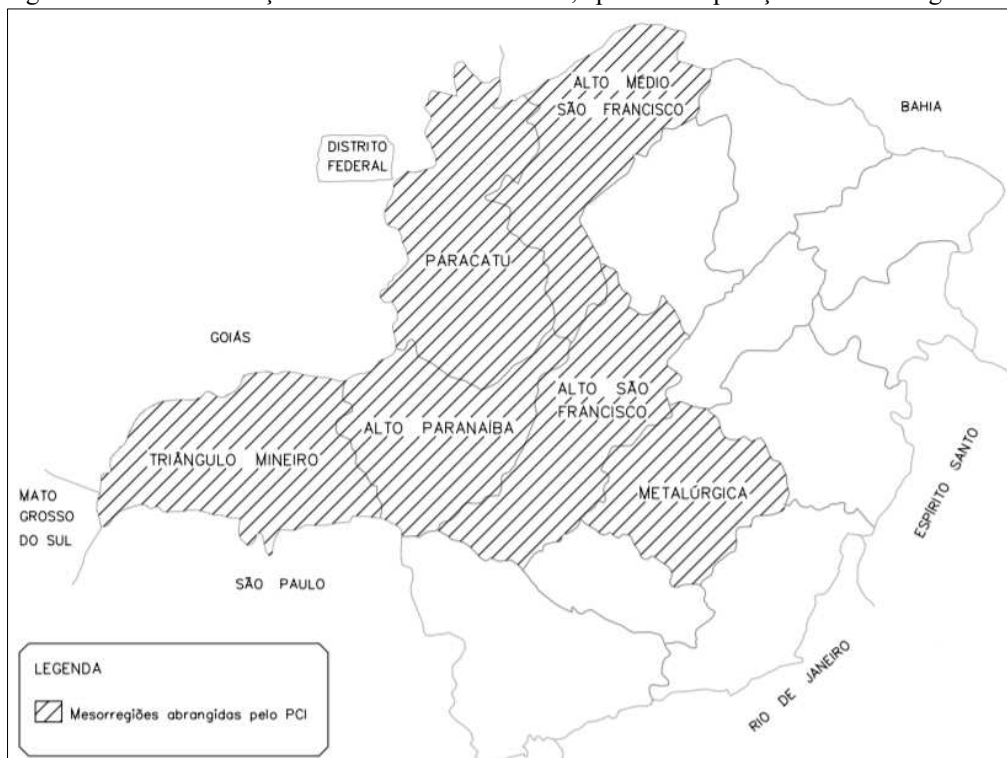


Fonte: FJP (1978, p. 7)

Juntos, o PLANOROESTE I e o II foram responsáveis por intensificar a “produção agrícola moderna (irrigação)” e por incentivar a introdução de novos cultivos na região, como soja, arroz e café, que se somaram ao milho, feijão, cana-de-açúcar e algodão (FJP, 1978, p. 6). De acordo com o segundo plano, o potencial agropecuário e agroindustrial da região apoiar-se-ia na “exploração dos recursos de água e solos existentes e não adequadamente utilizados (...) e em função dos grandes perímetros de irrigação em implantação” (FJP, 1978, p. 11).

O Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI) foi criado em 1972 pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Trata-se de um dos principais desdobramentos da política agrícola preconizada pelo I PND, e sua finalidade era introduzir nos Cerrados mineiros a agricultura moderna, assegurando maiores níveis de produtividade e de lucro ao empresário rural, especialmente nas médias e grandes propriedades, a partir do desenvolvimento de projetos com uso de inovações tecnológicas que favorecessem as chamadas economias de escala. Esse programa estadual constituiu a primeira grande ação para a expansão agropecuária nos Cerrados mineiros, e, tendo em vista seu êxito, a concepção do programa serviu como estratégia básica para a elaboração dos planos federais subsequentes (SALIM, 1986). Tanto é que inicialmente o programa abrangia particularmente o Triângulo Mineiro, mas foi estendido depois para outras regiões, como destacado no mapa abaixo (Figura 12).

Figura 12 - Área de atuação do PCI em Minas Gerais, após a incorporação de outras regiões



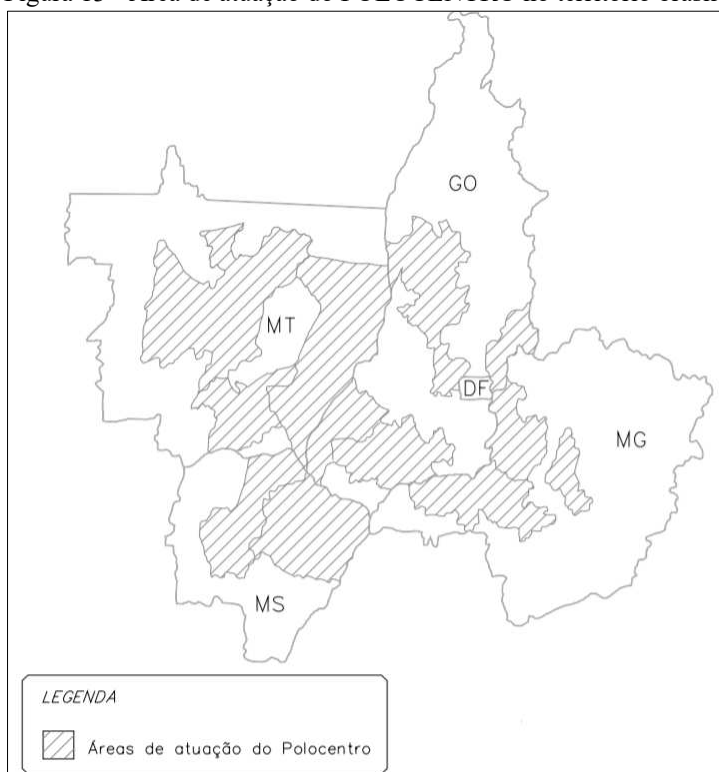
Fonte: Gobbi (2006, p. 136)

Para cumprir seus objetivos, o PCI teve a participação articulada de várias instituições estaduais, como a Emater, Epamig, Camig e a Casemg. Apesar do caráter seletivo e excluyente do programa, comum a quase todos os outros planos destinados à modernização agrícola nacional e à mineira, sendo este responsável por concentrar recursos financeiros nas mãos de uma pequena parcela de grandes proprietários rurais, os principais resultados do PCI dizem respeito, de forma geral, à ampliação do consumo de insumos químicos e máquinas agrícolas e propiciou condições para que fosse incorporada produtivamente uma grande quantidade de terras à agropecuária de Minas Gerais (GOBBI, 2006).

O Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) foi implantado em 1973 pelo governo estadual, com o objetivo de promover núcleos de colonização na região do Alto Paranaíba, especialmente por pessoas que possuíam experiência prévia com a agricultura moderna. Foram desapropriados cerca de 60 mil hectares de terras para a execução do projeto, que abrangeu municípios como Campos Altos, São Gotardo, Rio Paranaíba e Ibiá, incentivando a intensificação da produção agropecuária da região por meio de recursos financeiros e creditícios para máquinas e insumos agrícolas. Essa produção se voltou, inicialmente, para o cultivo de soja, trigo e café, acrescentando o cultivo de milho alguns anos mais tarde (RIBEIRO, 2005). Por conseguir promover a agricultura empresarial no estado, o PADAP também serviu como base para o desenvolvimento de dois novos programas governamentais para o setor agropecuário: o POLOCENTRO e o PRODECER, que seguiram semelhantes bases de pesquisa, assistência técnica, crédito subsidiado e de infraestrutura em comparação ao plano anterior.

Implantado pelo Governo Federal entre os anos de 1975 e 1979 a partir do II PND, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) se destaca por ser um dos mais importantes projetos de modernização da agropecuária brasileira, visando, na época, a uma ocupação racional e ordenada dos Cerrados, buscando agregar aproximadamente 3,7 milhões de hectares de terras ao setor, dos quais 1,8 seriam com lavouras; 1,2, com pecuária; e 0,7, com reflorestamento (FJP, 1984). A área de atuação do projeto incluía os estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, como pode ser observado pelo mapa abaixo (Figura 13).

Figura 13 - Área de atuação do POLOCENTRO no território brasileiro, em 1975



Fonte: adaptado de FJP (1984, p. 3)

Além da pesquisa agropecuária, da assistência técnica e da extensão rural, o POLOCENTRO contemplava também a construção de estradas, silos e armazéns, e possuía um conjunto de estratégias para estimular os produtores rurais a adotarem novas tecnologias (de sementes, plantios, manejos, irrigação, dentre outras), que proporcionaram significativos e consecutivos aumentos de produtividade nos Cerrados, como é possível verificar pela tabela abaixo (Tabela 1).

Tabela 1 - Produtividade média no Cerrado de alguns cultivos financiados pelo POLOCENTRO em relação à média nacional na década de 1980

<b>Produtos</b>	<b>Produtividade média no Cerrado</b>	<b>Produtividade média nacional</b>	<b>Variação (em %)</b>
Trigo	2240 kg/ha	945 kg/ha	137%
Soja	1800 kg/ha	1591 kg/ha	13,1%
Milho	2540 kg/ha	1528 kg/ha	66,2%
Algodão	1150 kg/ha	845 kg/ha	36%

Fonte: adaptado de Salim (1986, p. 325)

De acordo com os dados acima, verificamos que a produtividade agrícola do Cerrado de algumas culturas financiadas pelo POLOCENTRO ultrapassou a média de produtividade nacional na época, como foi o caso do trigo, milho, soja e algodão, com destaque para os dois primeiros. Apesar disso, houve pouca diversificação nos cultivos da região, com concentração

na produção de soja, que aumentou sua produtividade em mais de 530% entre os anos de 1975 e 1980 (FJP, 1984).

Além disso, assim como em outros programas de desenvolvimento, este também não atingiu seus objetivos sociais, pois favoreceu principalmente os grandes produtores rurais e contribuiu para a concentração de renda, já que mais de 60% dos recursos destinados ao crédito rural foram para estes produtores, como mostra a tabela abaixo (Tabela 2). Isso demonstra o caráter seletivo e excludente dessas políticas públicas, como pontuado por Locatel e Lima (2016), favorecendo produtores com capacidade empresarial e potencialidade para implementar os pacotes tecnológicos da Revolução Verde, e dificultando a permanência do pequeno produtor no campo.

Tabela 2 - Distribuição dos recursos de crédito e da quantidade total de projetos do POLOCENTRO em relação ao estrato da área, entre 1975 e 1982

<b>Estrato da área</b>	<b>Número de projetos (em %)</b>	<b>Recursos de crédito (em %)</b>
Menos de 100 hectares	2,2	0,38
De 100 a 200 hectares	7,1	1,78
De 200 a 500 hectares	30,7	21,39
Acima de 500 hectares	60	76,45

Fonte: elaboração própria, a partir de FJP (1984, p. 31)

A partir de 1976, há uma mudança na estratégia de ocupação e desenvolvimento do Cerrado brasileiro (e mineiro) pelo governo militar, priorizando um acordo de cooperação técnica e econômica entre Brasil e Japão envolvendo o setor agropecuário, o que deu origem ao Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). De abrangência federal, o programa começou a ser implantado em 1978. Foi dividido em fases I, II e III, concluídas em março de 2001, sendo o PRODECER I executado em Minas Gerais, com coordenação político-institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da *Japan International Cooperation Agency* (JICA), e coordenação técnica da Companhia de Promoção Agrícola (Campo), empresa de capital binacional, criada para esta finalidade.

O projeto foi financiado pelo governo brasileiro, do Japão e por bancos privados japoneses, com objetivo de materializar “um celeiro capaz de alimentar uma importante fração da população mundial, tomando em consideração o desenvolvimento econômico e social do Brasil no século XXI” (BRASIL, 1979, p. 2). O programa estimulava a implantação de uma agricultura moderna e eficiente para o desenvolvimento do Cerrado, mediante o assentamento de agricultores sem terra, com visão empresarial, organizados em unidades de produção de

grande porte, capazes de utilizar novas tecnologias intensivas em capital e de produzir em larga escala, preferencialmente para exportação. Nesse caso, havia o interesse na ampliação da oferta de produtos agropecuários brasileiros no mercado internacional, principalmente de grãos, já que o Japão era um grande consumidor.

Para tanto, esse programa atuava na direção de criar condições que possibilitassem uma produção agropecuária quantitativamente grande, com qualidade superior, de maneira estável e contínua, e a preços reduzidos, o que possibilitaria melhor competitividade no mercado internacional (BRASIL, 1979). E uma de suas principais linhas de atuação foi fomentar o uso da irrigação nos projetos desenvolvidos na região, além de priorizar cultivos com maior aceitação internacional, como soja, sorgo e milho, ignorando a demanda interna de alimentos, já os dois primeiros são produtos distantes da base alimentar do brasileiro, ao passo que tecnicamente modernos, especulativos e predatórios à natureza.

Assim, o PRODECER se consolidou como um dos grandes empreendimentos do agronegócio brasileiro, promovido pela fusão capital/Estado e implicando um reordenamento territorial do Cerrado nacional, uma vez que reestruturou o sistema produtivo baseando-se na competitividade do mercado. Seus impactos sociais estão associados, sobretudo, ao acentuado processo de expropriação do pequeno produtor rural da região, já que este programa também se caracteriza como seletivo e excludente, beneficiando principalmente os grandes produtores rurais e grandes empresas. Além disso, destaco a ausência de planejamento e cuidado com o meio ambiente nesse e em outros planos de desenvolvimento. Ainda que o PRODECER tivesse um projeto suporte atrelado a ele com foco em técnicas básicas para o aproveitamento racional dos recursos naturais, como solos, plantas e recursos hídricos, visando ao equilíbrio entre o desenvolvimento agropecuário e a preservação ambiental, tal projeto só foi implementado em 1993, como mostra Brasil (2001a). Ou seja, quinze anos após o início do PRODECER, demonstrando que as questões ambientais ficam em um plano secundário em termos de importância e execução.

Como principais resultados, o relatório do PRODECER apresenta o aumento significativo no volume de produção de cereais da região, principalmente de soja e milho, e o acentuado impacto na produção e abastecimento mundial de alimentos, já que o Cerrado passou a ser responsável, por exemplo, por cerca de 10% da produção mundial de soja. A variação na produção de soja na região do Cerrado após a execução do programa pode ser observada na tabela abaixo (Tabela 3), que demonstrou um aumento de mais de 7500% entre 1975 e 2000. Há também o destaque

no relatório para o aumento das importações japonesas de soja produzida em território nacional, sendo que o Brasil era responsável, em 1977, por exportar ao Japão 58 milhões de toneladas de soja; em 1987, esse número aumentou para 307 milhões de toneladas; e em 1999, chegou a 585 milhões de toneladas. O relatório destaca ainda o “enorme desenvolvimento socioeconômico da região” como consequência da atração e instalação de empresas de *agribusiness* multinacionais, principalmente da agroindústria, e seu “alto efeito multiplicador” (BRASIL, 2001a, p. 5).

Tabela 3 - Produção de soja na região do Cerrado entre os anos de 1974/1975 e 1999/2000 (em milhares de toneladas)

	1974/1975	1999/2000
Volume de produção de soja na região do Cerrado	230	17547
Volume da produção brasileira de soja	9890	31746
Porcentagem da soja do Cerrado na produção brasileira	2,3%	55,3%
Volume mundial de produção de soja	64240	162479
Porcentagem da soja brasileira na produção mundial	15,3%	19,5%
Porcentagem da soja do Cerrado na produção mundial	0,3%	10,8%

Fonte: Brasil (2001a, p. 8)

A partir disso, é possível afirmar que desde meados do século passado os programas e políticas públicas destinadas à consolidação e expansão do agronegócio brasileiro (e mineiro) são formuladas e implantadas pelo Estado, com apoio da elite rural, considerando a lógica do “consenso das *commodities*” (SVAMPA, 2013), ou seja, na aposta de uma economia baseada em grandes empreendimentos agroindustriais, baixa diversificação produtiva e uma lógica destrutiva da ocupação dos territórios, consolidando um modelo de desenvolvimento neoextrativista. Esse modelo de desenvolvimento neoextrativista brasileiro tem como características a reprodução da colonialidade da natureza, redes produtivas muito pouco variadas, a inserção internacional subordinada e a exportação de produtos agropecuários, a fim de alcançar *superávits* na balança comercial e promover o desenvolvimento nacional, corroborando os estudos de Gudynas (2010, 2012).

Além desses programas governamentais, que foram bastante expressivos no processo de modernização da agropecuária mineira a partir da segunda metade do século XX, outras políticas públicas foram adotadas nas décadas de 1970 e 1980 com o objetivo, de forma geral, de expandir o agronegócio, aumentando a produtividade no campo e buscando ampliar a competitividade do setor no mercado internacional. Como exemplo, temos, entre outros, o I Plano Nacional de Pecuária, executado em 1976 até 1985 pela Fundação João Pinheiro; os Planos de Desenvolvimento Rural Integrados (PDRI) nas regiões do Alto São Francisco, do Rio

Doce e de Jequitaiá-Verde Grande, também elaborados pela Fundação João Pinheiro em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan/MG); e o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (Profir), implantado em 1982, objetivando incentivar a instituição da moderna irrigação nas áreas do Cerrado, que resultou em um incremento de cerca de um milhão de hectares às áreas irrigadas do Brasil até 1988.

No mesmo contexto, no ano de 1981 também foi lançado, em âmbito federal, o Programa Nacional para Aproveitamento de várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS NACIONAL) que objetivava promover o aproveitamento racional e gradativo de áreas de várzeas nacionais, expandindo a produtividade agrícola (BRASIL, 1981). Através da liberação de financiamentos especiais e com subsídios significativos, este programa foi responsável por incentivar a drenagem de banhados e outros recursos hídricos para aproveitamento dessas áreas, visando ao plantio de monoculturas, como as de soja, cana-de-açúcar e arroz. E resultou em um incremento de cerca de 70% das áreas irrigadas no país durante a década de 1980 em relação a 1970, sendo Minas Gerais um dos estados brasileiros que mais teve projetos agropecuários de drenagem aprovados com verbas federais. O documento chamado Diagnóstico e prioridades de pesquisa em agricultura irrigada na região sudeste (EMBRAPA, 1988), mostra, por exemplo, que, com o desenvolvimento de novas tecnologias nos sistemas de produção de arroz somado à ação efetiva de políticas públicas, sobretudo do PROVÁRZEAS, foi possível desenvolver substancialmente os métodos de exploração da cultura do arroz em Minas Gerais, proporcionando um aumento de mais de 100% de sua produtividade na época, através da drenagem das várzeas.

Em âmbito federal, ainda tivemos o Programa Nacional de Irrigação (PRONI), lançado em 1986. Em conjunto, estes programas se apresentam como marcos tanto para o investimento direto do setor público quanto para o estímulo ao desenvolvimento da iniciativa privada no campo. Entre os anos de 1960 e 1980, o Estado foi o principal articulador dos agentes responsáveis pela modernização agropecuária, isto é, de instituições públicas, empresas multinacionais e grandes produtores rurais, além de viabilizar essa modernização por meio de programas e políticas financeiras, tecnológicas, fiscais, fundiárias e infraestruturais, de abrangência nacional e estadual.

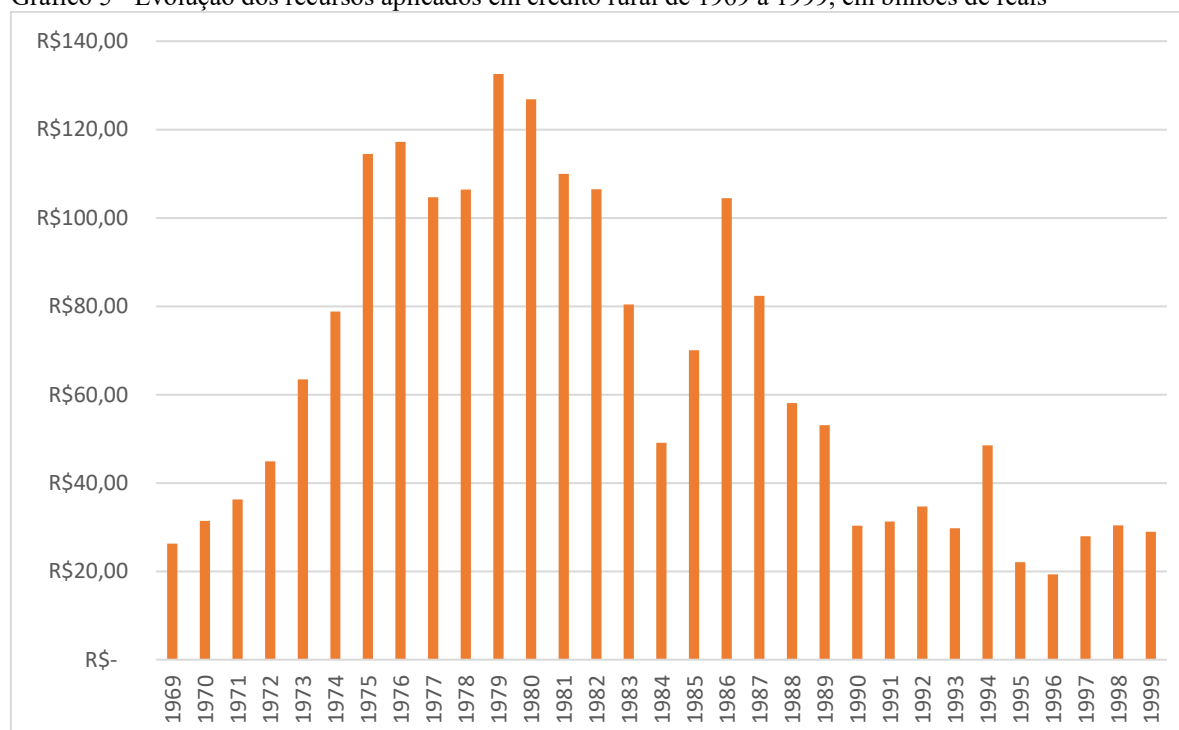
Porém, a partir da década de 1980, a crise fiscal e monetária vivenciada no Brasil e a crise econômica mundial devido, sobretudo, às sucessivas altas do petróleo, provocaram mudanças significativas de ordem técnica e normativa no agronegócio brasileiro (e mineiro). Tais



mudanças dizem respeito, por exemplo, à redução do aparato estatal no processo de modernização rural, reduzindo a oferta de crédito subsidiado e de investimentos em infraestrutura bem como a progressiva centralização dos investimentos e regulação do comércio pelas grandes empresas. E o estado de Minas Gerais também é afetado por essas mudanças. Enquanto na década de 1970 e início de 1980, ocorre um acentuado processo de modernização da agricultura mineira, adensando sua estrutura produtiva, bem como ampliando sua inserção nacional e internacional, em meados dos anos de 1980 o setor agropecuário tem uma queda em sua produção, devido principalmente, à diminuição do apoio governamental e consequente “limitada expansão da agroindustrialização” (MINAS GERAIS, 2007, p. 7).

O gráfico abaixo (Gráfico 5) evidencia, por um lado, o período entre 1974 a 1983, que se destaca dos demais em termos de recursos aplicados em crédito rural, atingindo o valor mais alto em 1979, com R\$ 132,6 bilhões. Foi nessa fase que o crédito rural desempenhava a função de impulsionador da modernização da agricultura brasileira, como política de desenvolvimento do setor. Por outro lado, o gráfico mostra também a significativa redução no volume de recursos aplicados em crédito rural a partir de meados da década de 1980 até 1999.

Gráfico 5 - Evolução dos recursos aplicados em crédito rural de 1969 a 1999, em bilhões de reais<sup>18</sup>



Fonte: elaboração própria, a partir de Banco Central do Brasil (BCB) (2009).

<sup>18</sup> Valores constantes em reais, atualizados em 2009 pelo índice médio anual do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI).

Tais mudanças fizeram emergir um novo modelo de organização do agronegócio no Brasil a partir dos anos de 1990, que se diferenciava do anterior pelo(a): I) aperfeiçoamento de pacotes tecnológicos difundidos nos anos anteriores, adotando novas tecnologias de informação e comunicação em etapas de produção e logística, como biotecnologia, microeletrônica e engenharia genética; II) reestruturação produtiva, em que grandes empresas nacionais e transnacionais passam a controlar boa parte das atividades relacionadas ao agronegócio, fundado na produção e exportação de produtos agropecuários de baixo valor agregado, como soja, milho, carnes, açúcar e café em grãos, em detrimento de produtos processados; e III) diminuição do papel do Estado enquanto principal regulador do setor (desregulamentação estatal), com privatizações e/ou sucateamento de muitas empresas e instituições governamentais responsáveis por diferentes fatores da produção agropecuária, como a extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC), da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) (SANTOS, H., 2018).

Essa valorização da “reprimarização da economia” (GONÇALVES, 2012; DELGADO, 2013), caracterizada por uma intensa produção de *commodities*, pode ser vista, por exemplo, através das diretrizes do Plano Plurianual (1993–1995), que tinha como um de seus principais objetivos o incentivo à produtividade agropecuária e à agroindustrialização, o domínio de novas tecnologias — sendo que foram geradas cerca de 600 novas tecnologias e recomendações técnicas destinadas ao aumento produtivo do setor na época —, a geração de excedentes de exportação e o redirecionamento dos fluxos migratórios para polos de desenvolvimento localizados no interior do Brasil (BRASIL, 1995). Nesse sentido, a modernização do setor agropecuário mineiro se intensificou novamente a partir dos anos 1990, com a criação de polos de desenvolvimento, especialmente na região do Triângulo Mineiro, quando o uso intensivo de máquinas, insumos e corretivos propiciou ao estado ganhos produtivos e de capital.

No segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (de 1999 a 2002), houve uma retomada de um conjunto de políticas para elevar os volumes de produção agropecuária, através do incentivo à modernização do setor via crédito subsidiado, da renovação do parque de máquinas e implementos, da assistência técnica rural e do apoio à comercialização e à exportação de produtos agropecuários. Essa política, inclusive, teve prosseguimento nos governos posteriores, de Lula e Dilma.

Como resultado da combinação de uma política neoliberal com o domínio da lógica financeira nas esferas pública e privada, no início dos anos 2000 houve a eliminação de impostos e

restrições à exportação, arrefecimento do crédito rural para pequenos produtores e o incentivo à utilização de fertilizantes e máquinas rurais, o que privilegiou e estimulou a produção agropecuária em grandes estabelecimentos para a exportação de *commodities* do agronegócio, fundamentados em ganhos de escala, produtividade, eficiência e no uso intensivo de novas tecnologias. Isso demonstra, mais uma vez, o quão seletivo e excludente foi o processo de modernização agrícola desde a segunda metade do século XX, marginalizando os pequenos produtores rurais, vistos como menos eficientes e com dificuldades para competir frente aos grandes produtores, pois também possuíam pouco acesso às linhas de crédito. Assim, o processo de modernização da agropecuária no Brasil atendeu aos interesses da burguesia industrial e da oligarquia rural, privilegiando o modo produtivista do campo, que poderia ser alcançado substituindo a agricultura tradicional pela tecnificada.

Já no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, uma das linhas de atuação do Governo Federal foi no sentido de tentar buscar a ampliação da produtividade no campo de forma menos excludente, apoiando pequenos produtores rurais, com a criação, por exemplo, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995. Porém, em Minas Gerais, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) (2000–2003) ainda pontuava como insustentável “o reduzido desenvolvimento da agricultura familiar, o baixo nível de capitalização da atividade agropecuária tradicional, a dificuldade de incorporação de novas tecnologias” (MINAS GERAIS, 1999, p. 118). Ao mesmo tempo, a atuação do governo estadual naquela época era orientada, principalmente, por uma “política agressiva de elevação da produtividade” e visava incentivar o processo de industrialização rural, a fim de garantir o abastecimento interno e gerar excedentes exportáveis para disputar o mercado global de produtos como cana-de-açúcar, soja, café, algodão e carnes. Ainda que o documento faça menção ao estímulo à agricultura familiar e à ampliação da produção de alimentos básicos para garantir a segurança alimentar da população, essa diretriz teve pouca importância se comparada às quatro outras do programa, que reforçavam a necessidade de ampliação do processo de industrialização rural e o aumento da produção e exportação de *commodities* rurais.

Os planos mineiros de desenvolvimento subsequentes, como o PMDI 2003–2020, o PMDI 2007–2023, o de 2011–2030, de 2016–2027 e o mais recente, PMDI 2019–2030, continuam valorizando de forma marcante o fomento ao agronegócio e o imperativo das exportações de produtos agropecuários enquanto uma das estratégias prioritárias na busca pelo desenvolvimento estadual. No PMDI 2003–2020, por exemplo, pontua-se como iniciativa

estratégica do Governo “priorizar o agronegócio em Minas Gerais, especialmente relativo às cadeias produtivas do café, leite, carne, algodão, sucroalcooleiro, do milho e da soja” (MINAS GERAIS, 2003, p. 113). O relatório do PDMI 2011–2030 destaca a necessidade de manter o estímulo à modernização e inovação tecnológica no agronegócio mineiro, de modo a torná-lo mais competitivo internacionalmente, ainda que, segundo o documento, já exista uma tendência de aumento da relevância do setor e de sua inserção externa para os próximos anos.

O último PDMI publicado (2019–2030) permanece destacando a premência de “ser o estado mais competitivo e mais fácil de se empreender no Brasil, em agronegócio, indústria e serviços (...) promovendo o desenvolvimento regional com vistas à redução das desigualdades” (MINAS GERAIS, 2019b, p. 45). Por outro lado, ainda que o relatório apresente no decorrer do texto certa preocupação com a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos na região, nada é mencionado sobre uma política estadual da água que incentive o aproveitamento e a gestão racional dos recursos hídricos pelo setor, o qual é o usuário que mais retira e consome água no Brasil e no mundo, como já citado antes. O documento menciona apenas a “necessidade de se antecipar às incertezas climáticas” (MINAS GERAIS, 2019b, p. 39), como se este fosse o principal fator pela escassez hídrica e pelos conflitos socioambientais decorrentes dela presenciados nos últimos anos, perpetuando a omissão, má gestão e falta de planejamento por parte dos governos vigentes (estaduais e nacionais), de leis que garantam a preservação e melhor uso dos recursos hídricos.

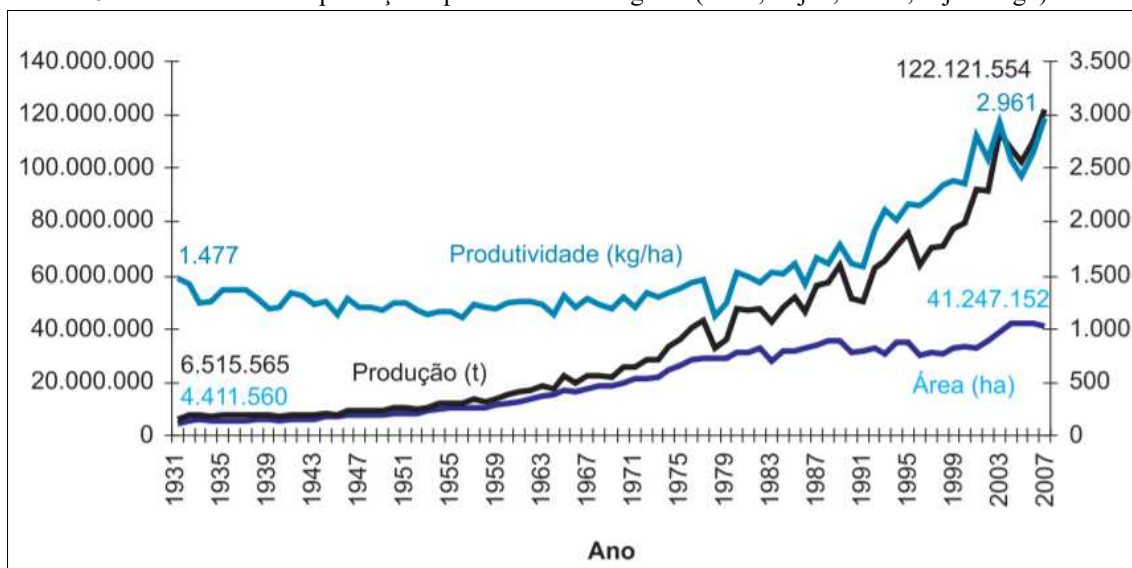
Portanto, é possível inferir que, desde a segunda metade do século XX até os dias de hoje, o modelo de desenvolvimento mineiro/brasileiro não só é fundamentado como busca incentivar e expandir o agronegócio para exportação de *commodities* agropecuárias, a fim de superar o “atraso” e prover o desenvolvimento e o progresso da região. Dessa forma, o agronegócio teve e tem papel fundamental na (re)produção da lógica desenvolvimentista. Foi visto que, a partir de 1960, com a política de modernização da agropecuária, planejada e apoiada pelo Estado por meio de programas governamentais, os sistemas tradicionais de produção agrícola, vistos como atrasados e ineficientes, são substituídos pela moderna agricultura tecnificada, com o objetivo de expandir a produtividade no campo e ampliar a inserção do setor no mercado externo, corroborando os achados de Niederle e Radomsky (2016).

Já a partir da década de 1990, o agronegócio passa por uma nova reestruturação produtiva, em que passa a ser controlado mais diretamente por empresas nacionais e transnacionais, mas ainda com a decisiva participação do Estado, através, por exemplo, de políticas setoriais e de

financiamentos (CASTILHO *et al.*, 2016). Nesse contexto, a exportação de produtos agropecuários e agroindustriais continua assumindo contornos estratégicos nos programas dos governos federal e estadual, não apenas para manter *superávits* na balança comercial e aumentar a competitividade no mercado internacional; eles, da mesma forma, são descritos como responsáveis pelo desenvolvimento e crescimento econômico do país.

Todo esse processo de modernização do agronegócio brasileiro e mineiro através de programas e políticas públicas não só viabilizou sua origem, como também ocasionou uma indiscutível expansão do agronegócio e no aumento da produtividade em diferentes áreas do setor ao longo dos anos, corroborando o estudo de Heredia *et al.* (2010). Como podemos ver pela imagem abaixo (Gráfico 6), o gráfico evidencia o aumento na produção e produtividade<sup>19</sup> de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) no Brasil, de 1931 a 2007. É notável que, durante cerca de 45 anos (de 1931 até meados da década de 1970), a produtividade desses grãos manteve-se praticamente estagnada. Porém, após a implantação dos programas e políticas de modernização do setor, houve um aumento acentuado na produtividade de grãos, principalmente a partir de 1975.

Gráfico 6 - Série histórica de produção e produtividade de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) no Brasil



Fonte: Embrapa (2008, p. 78)

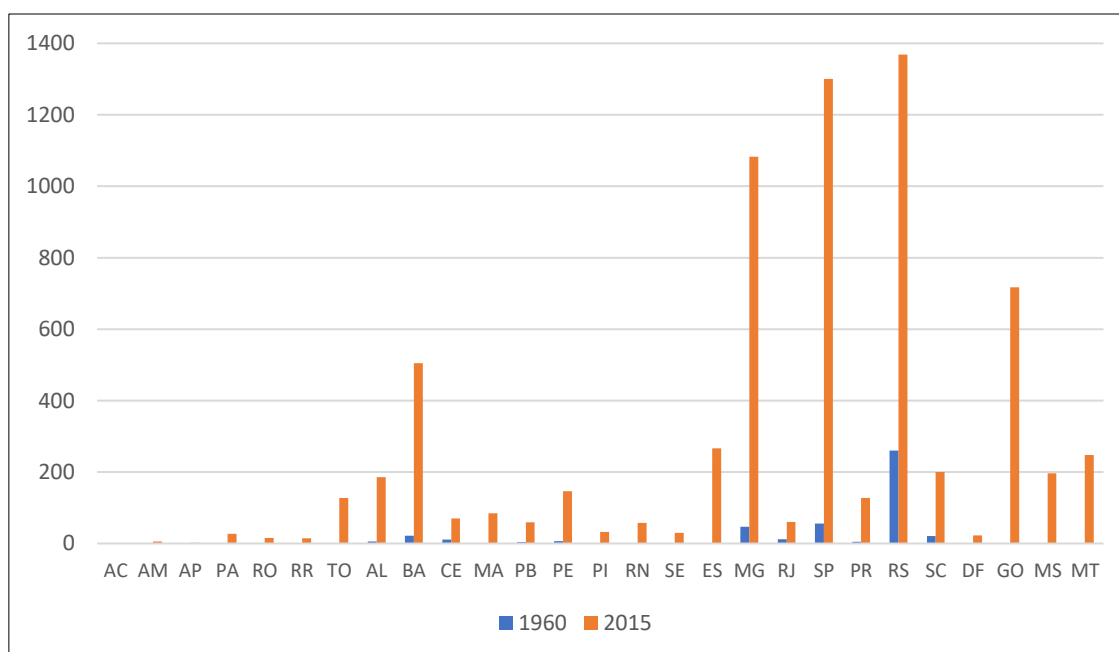
Dados atuais da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (2021) mostram que, de 1976 a 2020, houve um aumento de cerca de 447% na produção de grãos no Brasil e de 306% em

<sup>19</sup> A produção diz respeito ao volume total de bens produzidos (em toneladas) sem levar em consideração o tamanho da área plantada. Já a produtividade mede a eficiência da produção, ao se referir ao total produzido em determinadas áreas (kg/ha).

Minas Gerais, e um acréscimo de aproximadamente 209% na produtividade desses grãos no Brasil e de 285% em Minas Gerais no mesmo período. Os indicadores de produção e produtividade de frutas e hortaliças também aumentaram consideravelmente nos últimos anos, segundo dados da Embrapa (2008), especialmente nos cultivos de maçã, limão, laranja e tomate.

Esse elevado crescimento nos índices de produção e produtividade de grãos, hortaliças e frutas nos últimos anos pode ser explicado, além das taxas de financiamento destinadas ao setor, pelo expressivo aumento nas áreas irrigadas no Brasil, como pode ser visto pelo gráfico abaixo (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Área equipada para irrigação no Brasil por Unidade da Federação entre os anos de 1960 e 2015 (em milhares de hectares)



Fonte: elaboração própria, a partir de ANA (2017a)

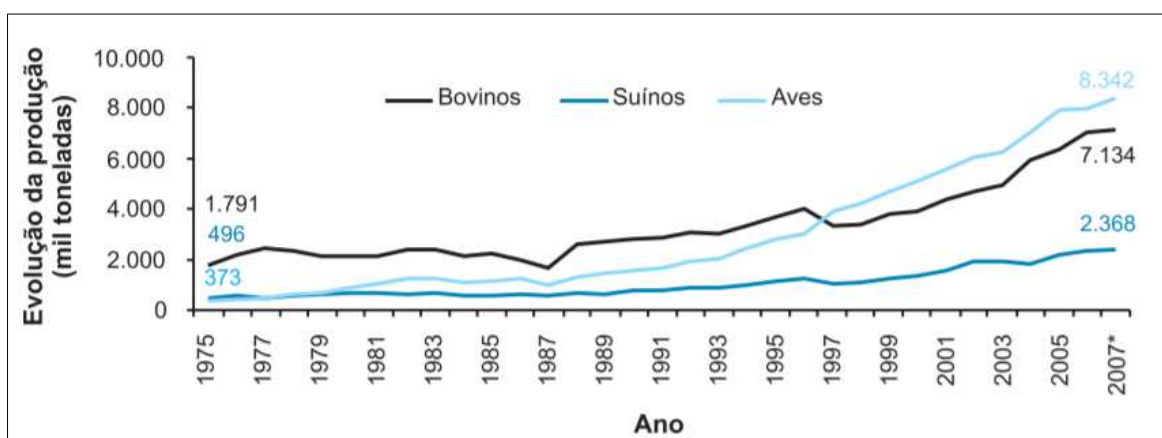
De acordo com o relatório disponibilizado pela ANA (2017a), foi verificado um aumento de quase dezesseis vezes na área equipada para irrigação no Brasil entre os anos de 1960 a 2015. E ainda há uma projeção de aumento de 45% no período de 2015 a 2030. Todos os estados, sem exceção, tiveram um crescimento expressivo nas áreas irrigadas, indicando forte crescimento da agricultura irrigada no país, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, períodos marcados pelas políticas e programas de desenvolvimento em âmbitos nacional e regional, que beneficiaram essa prática e expandiram a agricultura para regiões com características físico-climáticas menos favoráveis.

Ainda que todos os estados tenham ampliado suas áreas irrigadas na data analisada, tal atividade

tem se destacado atualmente, sobretudo, no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Bahia, sendo que, até 1960, apenas o primeiro possuía um polo de irrigação de larga escala para a produção de arroz. O crescimento especificamente no estado mineiro foi de 23 vezes mais área irrigada no período analisado (entre 1960 a 2015), superando, inclusive, o crescimento nacional. Já na projeção para 2030, somente o estado do Tocantins supera Minas Gerais em relação à taxa de aumento percentual (variação) de área irrigada (ANA, 2017a). Todavia, no que se refere à extensão de área que será irrigada, nenhuma unidade federativa brasileira ganha mais hectares até 2030 do que a mineira. Se o estudo se confirmar, o estado terá quase 2 milhões de hectares irrigados para a produção agrícola, evidenciando o contorno estratégico que o setor assume atual e futuramente em Minas Gerais bem como o possível aumento do uso da água para o setor na região.

Seguindo o ritmo da agricultura, a pecuária brasileira também teve um crescimento elevado na produção animal a partir da segunda metade do século XX, sobretudo a partir da segunda onda de modernização agropecuária, iniciada na década de 1990, como pode ser visto pela imagem abaixo (Gráfico 8). Ao considerar as três principais carnes (bovina, suína e de aves), a Embrapa (2008) constatou um aumento de quase sete vezes (cerca de 571%) na produção nacional entre os anos de 1975 e 2007, sendo que a ampliação na produção de carne avícola se destacou entre as demais, com um crescimento de 22 vezes, seguida pela de suínos, cinco vezes maior, e de bovinos, quatro vezes maior.

Gráfico 8 - Evolução na produção, em toneladas, de carcaças de bovinos, suínos e aves no Brasil entre 1975 e 2007<sup>20</sup>



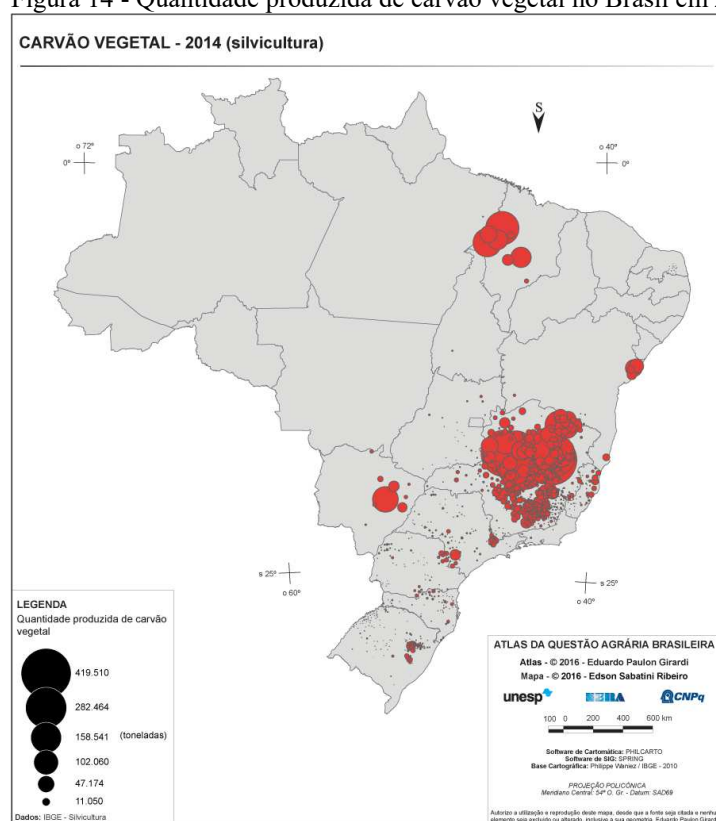
Fonte: Embrapa (2008, p. 85)

<sup>20</sup> Os valores correspondentes ao ano de 2007 foram uma estimativa feita pela Embrapa, já que o relatório foi publicado em 2008.



O relatório da Embrapa (2008) também aponta uma expansão da agroenergia e de florestas cultivadas, como as de eucalipto, a partir da política de modernização destinada ao agronegócio brasileiro na segunda metade do século XX. Em relação ao primeiro, a produção de monocultivos de cana-de-açúcar, por exemplo, quase dobrou de 1997 a 2007; a produção de açúcar aumentou 124,65% nesse período; e a de álcool, quase 24%. Além disso, as monoculturas de eucalipto também foram intensificadas nas décadas de 1970 e 1980, especialmente em Minas Gerais, com a finalidade de fornecer matéria-prima para a produção de carvão vegetal, destinado à indústria siderúrgica. O mapa abaixo (Figura 14) ilustra a quantidade produzida de carvão vegetal no Brasil em 2014, sendo notável o destaque da produção mineira.

Figura 14 - Quantidade produzida de carvão vegetal no Brasil em 2014



Fonte: Girardi (2014)

Em 2003, o estado mineiro possuía a maior extensão de monocultivos de eucalipto entre as unidades da federação, o que representava 52,6% da área total, seguido respectivamente por São Paulo, com 19,6%, e Bahia, com 6,7% na época (SILVA, 2014). Na região Nordeste de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, desde a década de 1960 um conjunto de políticas e programas governamentais para o mundo rural tem sido adotado, com foco, sobretudo, em barragens, mineração e implantação de monoculturas, sendo que nesta região foi implantada a maior área contínua de eucalipto do planeta (GALIZONI *et al.*, 2020).



O crescimento de monocultivos em Minas Gerais é proeminente principalmente a partir dos anos de 1960, quando há uma busca por terras de baixo preço por parte de empresas plantadoras nas regiões Norte, Nordeste e Noroeste do estado e pelo aproveitamento de incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Federal, administrados na época pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A política deliberada do governo estadual, coordenada pela Ruralminas e com a atuação de outras instituições, como a Sudene, Codevasf e o Instituto Estadual de Florestas (IEF), seguiu em direção à disponibilização de terras devolutas nas chapadas dos Cerrados do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, via concessão ou arrendamento dessas terras a preços irrisórios, o que potencializou a implantação de extensas áreas de agricultura irrigada, monocultura de grãos, como soja, e de eucalipto. Nesse sentido, Silva (2014) sintetiza a relevância das políticas de modernização para a expansão de monocultivos e seu consequente impacto para a relação entre natureza-sociedade:

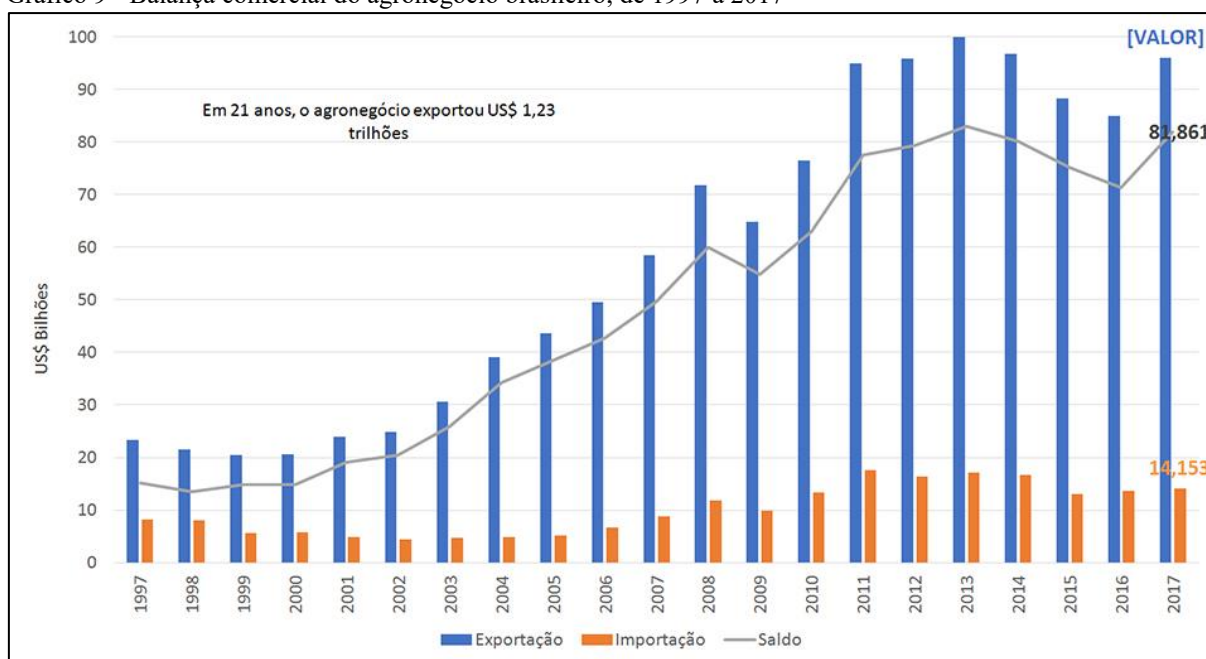
É o domínio da lógica industrial na agricultura, a produção em série, em escala, com pacotes tecnológicos fechados; a monocultura é a base fundamental desse modelo. Para ser em série tem que ser homogeneizado, padronizado. Os ecossistemas complexos têm que ser transformados em agroecossistemas simplificados. Quem maneja esse modelo não pode ser um camponês rústico, mas um empresário-gestor. A lógica comunitária aqui não serve, mas sim a competitividade individual. A diversidade (biológica, sócio-cultural, econômica) não é compatível com o espírito da mono-cultura. O envolvimento local dá lugar ao des-envolvimento de fora para dentro. São os complexos produtivos agora é que regem o destino dos espaços rurais. Complexos esses dominados pelas corporações transnacionais em rede. A expressão agronegócio é a síntese da significação desse processo. Ele encerra e envolve, naturalmente, conflito. Conflito, inicialmente, pelo território, seja em forma do conflito de terra clássico, seja em forma de encurralamentos, expropriações, resistências e reapropriações de terras antes comunitárias (em geral devolutas), agora invadidas pelas monoculturas (SILVA, 2014, p. 4).

Recentemente, o avanço desses diferentes monocultivos tem sido facilitado por meio de financiamentos do BNDES e pela política do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas, bem como pela atuação do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). O governo mineiro, a exemplo do federal, inchou as instâncias deliberativas do meio ambiente de representações ligadas aos interesses econômicos, normalmente representadas por grandes empresas, as quais, muitas vezes, são financiadoras de campanhas eleitorais. Esses representantes atuam mais em defesa de abordagens de consultorias do que propriamente em defesa do meio ambiente, do interesse público e do bem comum.

Todo esse movimento político, sobretudo do Estado e de transnacionais em favor da expansão e consolidação do agronegócio brasileiro para aumentar a competitividade do setor no mercado internacional e gerar *superávits* na balança comercial, tem realmente atingido tais objetivos. O

comércio internacional de *commodities* agropecuárias cresceu de forma acentuada nas últimas décadas. Políticas neoliberais como os acordos de livre comércio, juntamente à mudança dos padrões de consumo e ao aumento do poder de compra dos consumidores, quadruplicaram as exportações de produtos agrícolas em todo o mundo desde a década de 1990 (VOS; HINOJOSA, 2016). A ilustração abaixo (Gráfico 9) mostra o aumento expressivo das exportações do agronegócio brasileiro nos últimos anos, e, se comparado às importações do setor, resulta em um saldo positivo na balança comercial.

Gráfico 9 - Balança comercial do agronegócio brasileiro, de 1997 a 2017



Fonte: Embrapa (2018a)

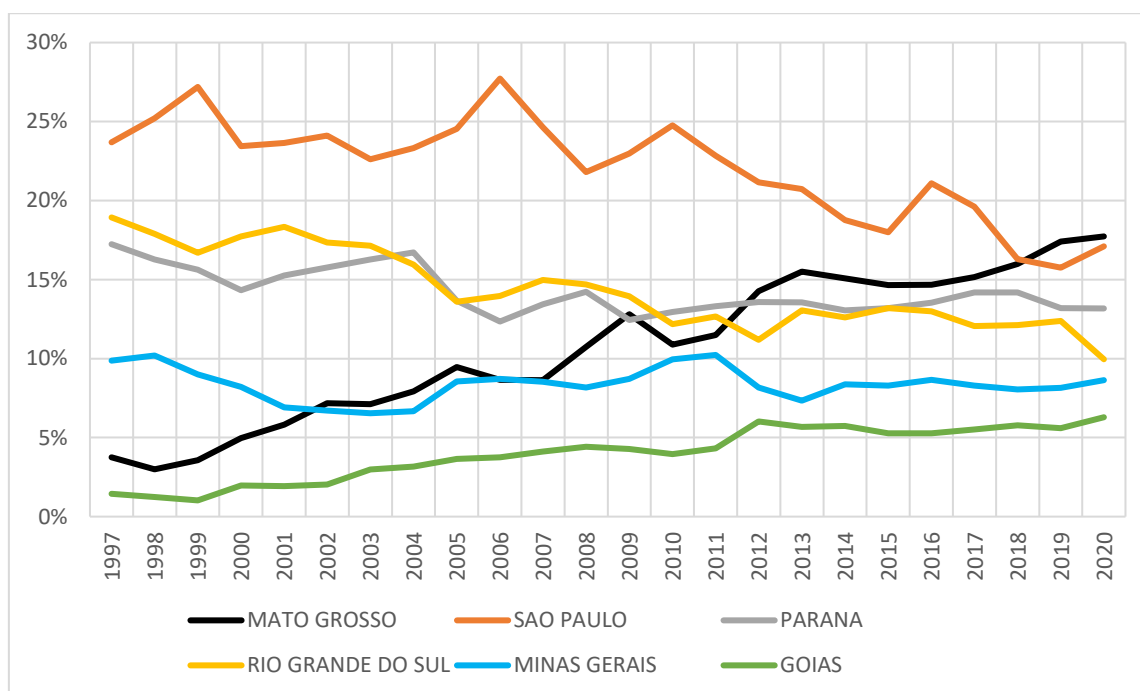
O Brasil é, hoje, o terceiro maior exportador de produtos agropecuários do mundo, sendo superado apenas pela União Europeia e Estados Unidos, respectivamente. E se consolidou nos últimos 25 anos como o maior exportador líquido<sup>21</sup> mundial desses produtos, corroborando o estudo de Geller (2017) sobre como os programas e políticas públicas de desenvolvimento possibilitaram alavancar a importância do agronegócio brasileiro no contexto mundial. Porém, ao trabalhar os dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) (2021a), vemos que, do valor total das exportações agropecuárias brasileiras em 2020, cerca de 80% desse total são relativos a apenas cinco produtos/complexos, a saber: 35% de complexo de soja (soja em grãos, farelo e óleo de soja); 17% de carnes; 11,3% de produtos florestais (como madeiras e celulose); 9,9% do complexo sucroalcooleiro

<sup>21</sup> Diz respeito à diferença entre o valor total de exportações e o valor total das importações em determinado período.

(especialmente açúcar e álcool); e 6,8% de cereais, farinhas e preparações (principalmente milho), o que evidencia uma concentração e maior dependência de certos produtos agropecuários brasileiros exportados que são responsáveis pelos *superávits* na balança comercial, como será melhor discutido mais adiante.

Minas Gerais se destaca entre os estados brasileiros por sua representatividade nas exportações do agronegócio, mantendo significativa importância desde 1997, como é possível observar pelo gráfico abaixo (Gráfico 10). Em 2020, por exemplo, foi o quinto estado que mais exportou produtos agropecuários, sendo precedido apenas por Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, respectivamente.

Gráfico 10 - Participação (em %) das principais Unidades Federativas nas exportações brasileiras do agronegócio, de 1997 a 2020



Fonte: elaboração própria, a partir de Mapa (2021a)

Além dos expressivos resultados do agronegócio mineiro verificado nos anos anteriores, a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa) (2018), em parceria com a Emater-MG, IMA e Epamig, ainda prevê um crescimento maior na produtividade de diferentes produtos do setor até 2027, fundamentado, sobretudo, nos incentivos para inovações tecnológicas e modernização agropecuária. De acordo com o documento, “a nova dinâmica do conhecimento integrada à modernização no instrumental de gestão da informação via sensoriamento, automação e monitoramento digital irá mudar

radicalmente a paisagem rural do mundo e atingirá todos os produtores indistintamente, não importando a sua categoria – se pequeno, médio ou grande” (SEAPA, 2018, p. 5), a fim de aumentar os ganhos de escala e ampliar a participação mineira nos mercados interno e externo. Dessa forma, fica evidente a defesa e a orientação do governo estadual para a expansão e consolidação do agronegócio mineiro através da modernização do setor, independentemente dos impactos socioambientais decorrentes desse processo.

Além desses diferentes programas destinados à expansão de monocultivos e consolidação do agronegócio brasileiro, há de se destacar ainda que nos últimos anos tem havido um desmonte das políticas ambientais, principalmente sob o governo de Jair Bolsonaro, que tem sido marcado pelo descaso com a gestão ambiental, pelo aprofundamento de medidas adotadas para eliminar regulamentações e por implementar medidas que privilegiam exclusivamente a elite rural e, conseqüentemente, a expansão e consolidação do agronegócio. O ex-ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles, por exemplo, proferiu as seguintes palavras durante uma reunião ministerial de 22 de abril de 2020:

A oportunidade que nós temos, que a imprensa tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de **desregulamentação, simplificação**, todas as reformas, que o mundo inteiro... nessas viagens [a] que se referiu o Onyx [Lorenzoni] certamente cobrou dele, cobrou do Paulo [Guedes], cobrou da Tereza [Cristina], do Tarcísio [de Freitas], cobrou de todo mundo... da segurança jurídica, da previsibilidade, da simplificação, grande parte dessa matéria se dá em **portarias e normas dos ministérios** que aqui estão, inclusive o de meio ambiente. E que são muito difíceis, e nesse aspecto eu acho que o Meio Ambiente é o mais difícil de passar qualquer mudança infralegal em termos de instrução normativa ou portaria, porque tudo que a gente faz é pau no judiciário no dia seguinte. Então pra isso precisa **ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de COVID, e ir passando a boiada. E ir mudando todo o regimento. E simplificando normas**, de Iphan, de Ministério da Agricultura, de Ministério do Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. **Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulatória que nós precisamos em todos os aspectos.** E deixar a AGU... o André (Mendonça) não tá aí, né? E deixar a AGU de stand-by pra cada pau que tiver, porque vai ter, essa semana mesmo nós assinamos uma medida a pedido do Ministério da Agricultura, que foi a simplificação da Lei da Mata Atlântica para usar o Código Florestal, hoje já tá nos jornais dizendo que vão entrar com ações judiciais e Ação Civil Pública no Brasil inteiro contra a medida. Então pra isso nós temos de estar com a artilharia da AGU preparada para cada linha que a gente avança ter uma coisa. Mas tem uma lista enorme em todos os ministérios que têm papel regulatório pra simplificar. Não precisamos de Congresso. Porque coisa que precisa de Congresso também, nesse fuzuê que tá aí, nós não vamos conseguir aprovar. Agora, tem um monte de coisa que é só parecer, caneta, parecer, caneta. Sem parecer também não tem caneta, porque dar canetada sem parecer é cana. **Isso aí vale muito a pena** (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2021, p. 3–4, grifos meus).

O discurso acima evidencia quais são os objetivos da gestão pública para com a área ambiental nos últimos anos e em períodos posteriores dessa gestão, assinalando o desmonte das políticas

ambientais brasileiras e o desprezo e irresponsabilidade com a área ambiental. A necessidade de fazer mudanças de forma infralegal se dá porque, no Congresso, o atual governo tem amargado algumas derrotas desde 2019. É por isso que, de janeiro a dezembro de 2020, durante a pandemia de COVID-19, houve 593 publicações de atos do Executivo no Diário Oficial relacionadas ao meio ambiente — entre elas, portarias, instruções normativas, decretos e outras normas (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2021) —, indicando que a “passada de boiada” defendida pelo ex-ministro realmente aconteceu, fragilizando ainda mais as salvaguardas ambientais no Brasil.

Entre as “boiadas” que passaram, além de fazer nomeações, perseguir funcionários e mudar normas, estão a flexibilização do controle da exportação de madeiras e o enfraquecimento da Lei de Acesso à Informação; especificamente em relação à gestão de recursos hídricos, Salles revogou em 28 de setembro de 2020 a resolução n.º 284 de 2001 (Resolução 284/2001) do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que obrigava a irrigação a ficar sujeita ao licenciamento ambiental por causar modificações ambientais, definindo critérios para a escolha dos sistemas (BRASIL, 2001b).

A revogação dessa resolução de quase 20 anos extinguiu os critérios de regras federais para licenciamento ambiental de empreendimentos de irrigação, com a finalidade de acabar com exigências legais, a pedido de parte do agronegócio, já que essa reivindicação surgiu da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e seu apoio no Congresso, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). O fim do licenciamento ambiental na irrigação permite a implantação por produtores rurais de sistemas mais convenientes e mais prejudiciais ao meio ambiente, aumentando o desperdício de água no campo e ampliando e acirrando os conflitos hídricos.

Ainda que centenas de cidades brasileiras e mineiras estejam em situações de seca (CEMADEN, 2020), representantes do agronegócio conseguem “passar a boiada” no Conama para flexibilizar e liberar mais água para a irrigação, como se já não bastassem os trilhões de litros de água consumidos e desperdiçados por ano através dessa técnica. No Norte de Minas Gerais e no Oeste da Bahia, por exemplo, esse caso é bastante preocupante, uma vez que o aumento na captação de águas subterrâneas para irrigação de lavouras nas regiões tem como fonte a Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia, que, no período das secas, é responsável por mais de 80% do volume de água do Rio São Francisco.

Desse modo, a flexibilização da prática de irrigação pode comprometer ainda mais os usos múltiplos e o direito humano universal à água em tempos de seca na região. Porém, a bancada ruralista ignora essas informações ao comemorar o crescimento da exportação de *commodities* rurais. Não satisfeitos com a ampliação da exportação de *commodities* conquistada por meio da destruição e violência contra a natureza, não satisfeitos com todos os benefícios conquistados no campo em relação à produtividade, mesmo agravando as desigualdades sociais, agora derrubam normativas ambientais que há anos tentavam regular e gerenciar melhor o uso da água no Brasil.

Somado a isso, temos a transferência de instituições importantes como a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), antes situados no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, para o Ministério de Desenvolvimento Regional, o qual também incorporou pautas que antes eram de responsabilidade do Ministério das Cidades e do Ministério de Integração Nacional. Ainda tivemos a publicação do Decreto n.º 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu colegiados federais, sendo vários deles relacionados às pautas de interesse ambiental; e o Decreto n.º 9.806, de 28 de maio de 2019, que alterou a composição e, dessa forma, a representatividade da plenária do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

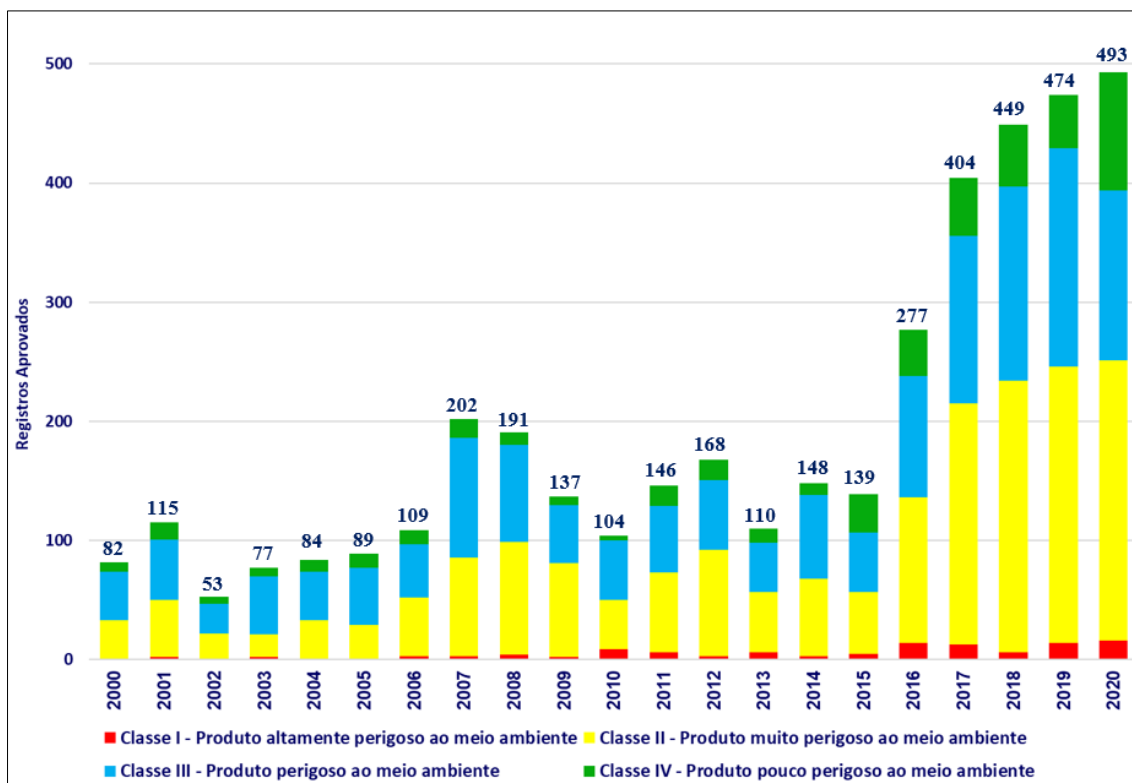
Cabe destacar também a iniciativa do Governo Federal em permitir a ampliação do uso de agrotóxicos nas lavouras nos últimos anos. Somente em 2019, foram aprovados e liberados de janeiro a abril pelo governo brasileiro 166 novos agrotóxicos, com o aval do Ministério da Agricultura (Mapa), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). Quase a metade desses produtos liberados (44%) são altamente ou extremamente tóxicos, e 28% deles se trata de produtos proibidos na União Europeia.

Além disso, o atual governo já considerou avaliar outros 365 pedidos de registro e liberação (BRUM, 2019), o que explica o fato de o Brasil figurar sempre entre os líderes mundiais no uso de agroquímicos para as lavouras, sendo o primeiro em números absolutos<sup>22</sup> no que diz respeito ao consumo desses produtos (VASCONCELOS, 2018). A imagem abaixo (Gráfico 11) apresenta um gráfico sobre a evolução na quantidade e a classificação ambiental dos agrotóxicos aprovados desde os anos 2000 pelo Governo Federal.

---

<sup>22</sup> Sem levar em consideração a área cultivada e a produtividade agrícola.

Gráfico 11 - Quantidade e classificação ambiental (Ibama) dos agrotóxicos e afins aprovados pelo Governo Federal, de 2000 a 2020



Fonte: adaptado de Mapa (2021b)

Os dados acima evidenciam um aumento elevado na aprovação de registros de agrotóxicos no país, principalmente a partir de 2016. Se considerarmos os últimos 20 anos, houve um aumento de 501% no número de registros, sendo que, de 2015 para 2016, o valor da aprovação de agroquímicos quase duplicou. É notório ainda que essa ampliação tomou força, sobretudo, nos últimos 5 anos, e 2020 representou o maior volume de liberação de agrotóxicos na história do país, demonstrando a atitude dos governos federais pós-golpe contra o governo de Dilma Rousseff em apoiar e liberar esses produtos, embora, nos governos de Lula e Dilma, também se reconheça certo crescimento, mas reduzido se comparado aos subsequentes. É importante ressaltar também, segundo a imagem acima, o aumento acentuado de registros de produtos classificados como perigosos, muito perigosos e altamente perigosos ao meio ambiente, de acordo com o Ibama. Em 2020, por exemplo, do total de agrotóxicos liberados, mais de 47% foi classificado como muito perigoso à natureza.

O *lobby* do agronegócio/agrotóxico no governo é constituído pela bancada ruralista, que já mantinha suas marcas no governo de Lula e Dilma, já que se trata de uma herança histórica e colonial, mas que ganhou espaço principalmente com Temer e Bolsonaro, e junto aos seus apoiadores no Congresso Nacional têm estimulado mudanças de políticas públicas e legislação

direcionadas à agenda neoliberal. No governo de Temer, por exemplo, foi lançado o Projeto de Lei (PL) n.º 6.299/2002, apelidado de “Pacote do Veneno” e aprovado em comissão especial da Câmara dos Deputados. Este projeto está voltado aos interesses econômicos de representantes do agronegócio, buscando encobrir a defesa da saúde pública e da natureza, intensificando conflitos socioambientais e problemas de saúde pública produzidos pelo modelo de desenvolvimento agrícola atual.

Um dos objetivos desse projeto é retirar a palavra “agrotóxico” das embalagens dos produtos e de documentos oficiais, substituindo-a por “pesticida”, “defensivo agrícola” ou até mesmo “defensivo fitossanitário”, justificando sua imposição e uso indiscriminado enquanto forma de proteger a agricultura de pragas e melhorar a produtividade das lavouras. Sua aplicação é concentrada em determinados cultivos, especialmente de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão e café. Somente três lavouras — soja, milho e cana-de-açúcar — responderam por aproximadamente 76% do total de agrotóxicos consumidos no país em 2016 (IPEA, 2019). Não é mera coincidência que esses são os produtos que têm maior peso no valor total das exportações agropecuárias brasileiras. Por isso o governo brasileiro facilita e incentiva a ampliação do uso de agrotóxicos nessas e em outras lavouras, a fim de aumentar sua produtividade, já que elas são responsáveis por tentar alcançar *superávits* na balança comercial.

Dessa forma, o aumento na utilização de agrotóxicos nas lavouras se dá principalmente pelo modelo de desenvolvimento agrícola neoextrativista vigente no Brasil, caracterizado, sobretudo, pela produção de monoculturas e pela exportação de *commodities* agropecuárias, o que, conseqüentemente, implica também aumento dos conflitos socioambientais, inclusive dos conflitos pela água, já que a água de 1 em cada 4 cidades brasileiras estava contaminada por diferentes agrotóxicos entre os anos de 2014 a 2017; ademais, esse ritmo de contaminação por agroquímicos tem crescido em um ritmo acelerado desde 2014 (ARANHA; ROCHA, 2019).

Porém, para parte do governo atual, como para a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, apelidada de “ministra do veneno”, “agrotóxico” é um termo ideológico que precisa ser combatido para melhorar a produtividade do setor, que seria ampliada através de registro e liberação de novos produtos, os quais, para ela, não são inseguros, mas fundamentais para a (re)produção do agronegócio e para a expansão de monocultivos (BRUM, 2019). Desse modo, os conflitos socioambientais e os problemas de saúde pública provenientes do uso de agroquímicos ficam em segundo plano em um debate marcado pela falta de conscientização sobre o tema para e pela população, principalmente pela tentativa de



legitimar a liberação e o uso indiscriminado de agrotóxicos por meio do discurso que se diz a favor do desenvolvimento e do crescimento econômico, cuja base seria a expansão do agronegócio e a exportação de *commodities* rurais.

Isso faz com que o Brasil figure entre os maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, demonstrando, também, que a busca desenfreada pelo desenvolvimento tem ocasionado vários impactos socioambientais, custeados por toda a população em curto, médio e longo prazos, já que o uso excessivo de agrotóxico pode levar a várias doenças, inclusive à morte (BRASIL, 2018). Porém, a responsabilização por esses conflitos, doenças e mortes muitas vezes é creditada ao “uso incorreto” do produto, eximindo as indústrias químicas da responsabilidade da toxicidade na formulação desses produtos e da imposição generalizada do modelo agroquímico de produção no Brasil.

Todas essas estratégias, políticas e programas governamentais destinadas à expansão do agronegócio listadas acima desde a segunda metade do século XX foram fundamentais para as transformações significativas da base produtiva agropecuária ocorridas nos últimos 60 anos. A implementação dessa política agropecuária criou possibilidades de rápidas mudanças do perfil econômico dos territórios e sua transformação em um dos grandes atrativos para o agronegócio, que era incipiente no país na época de suas concepções. Vimos também que, nos últimos vinte anos, tivemos o fortalecimento econômico e político do setor ruralista no Brasil, de modo que se convenceram diferentes segmentos da sociedade de que a finalidade do agronegócio é o bem de todos, é a “indústria-riqueza do Brasil”, “é *tech*, é *pop*, é tudo”.

Porém, muitas dessas iniciativas apontam no sentido contrário aos princípios que nortearam, desde os anos de 1970, a consolidação do modelo de gestão ambiental no Brasil (GUSMÃO; PAVÃO, 2019). E não se tratam apenas de pequenos ajustes ou aperfeiçoamentos triviais, mas de mudanças que vão desde a concepção, objetivos até a forma de operacionalização desse modelo, indicando retrocessos e um processo de desmonte ambiental que está em curso e que tende a ser ampliado e aprofundado nos próximos anos, dificultando a luta por justiça ambiental no país.

Essas políticas públicas adotadas desde o século passado destinadas à modernização e expansão do agronegócio brasileiro e atreladas ao desenvolvimento econômico mais geral do país geraram diversos impactos socioeconômicos e ambientais, que contrastam com a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social da população almejada por esses programas. Como

vimos, ainda que a análise dos dados nos permita dizer que a estratégia de desenvolvimento do setor agropecuário via crédito rural foi eficaz principalmente entre os anos de 1960 e 1980, viabilizando a modernização do setor, vale realçar que, de acordo com o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural (BRASIL, 1966), um de seus objetivos específicos era “possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios”. Entretanto, a política de crédito rural subsidiado reunificou os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização da agropecuária brasileira, privilegiando uma pequena parcela de grandes proprietários rurais e grupos agroindustriais com capacidade empresarial e potencialidade para implementar os pacotes tecnológicos para aumento da produtividade no campo, demonstrando seu caráter concentrador, seletivo, excludente e elitista.

O crédito rural, ao mesmo tempo que pode ser considerado uma das principais fontes de viabilização da modernização agropecuária brasileira, também foi um dos principais responsáveis pela reprodução de desigualdades no campo. Assim, o próprio desenvolvimento do agronegócio brasileiro reproduz a colonialidade do poder, ao hierarquizar e priorizar grandes produtores rurais para receber incentivos financeiros, legitimando relações de poder e condenando algumas populações, como a de pequenos produtores rurais e agricultores familiares, à condição de subalternas.

Desse modo, o processo de modernização da agropecuária brasileira não foi homogêneo. Algumas regiões foram mais beneficiadas que outras ao receberem, por exemplo, linhas especiais de crédito, facilidade de acesso a recursos, pesquisa e infraestrutura, como proposto nos programas governamentais implementados. Em Minas Gerais, esse processo de modernização ocorreu especialmente em direção ao Cerrado, nas regiões Centro-Oeste, Oeste e parte do Noroeste do estado, corroborando o estudo de Meyer e Braga (2019), como pode ser observado nos principais planos de desenvolvimento executados na região, que buscavam favorecer essas áreas. Tal fato demonstra que grande parte de Minas Gerais ficou à margem do processo de mudança da base técnica de produção agropecuária, como as regiões do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata, ocasionando a ampliação das diferenças regionais e da pobreza rural, originada não pela própria atividade agropecuária, mas pela dinâmica sociopolítica que incentivou a concentração da propriedade, o que resultou, conseqüentemente, na exclusão e pauperização de pequenos agricultores mineiros.

Além disso, o processo de modernização da agropecuária favoreceu a expansão produtiva,

espacial e tecnológica de forma mais proeminente de determinados produtos, melhor dotados de linhas de crédito, de pesquisa, integração agroindustrial e consequente expansão de mercados. São exemplos, a soja, que foi beneficiada com vários planos de desenvolvimento, como o POLOCENTRO, o PADAP e o PRODECER; a cana-de-açúcar, com o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL) e o Programa de integração da agro-indústria açucareira de Minas Gerais; a pecuária, com o I Plano Nacional de Pecuária; o eucalipto, com o Programa Nacional de Papel e Celulose, o Plano Siderúrgico a Carvão Vegetal e o Programa de Substituição Energética, advindos a partir do II PND e estimulando o reflorestamento/monoculturas; e o café, com o Plano de Recuperação e Revigoração dos Cafezais (PRRC). Mais uma vez é importante notar que esses são os principais produtos que compõem a maioria das exportações do agronegócio brasileiro, uma vez que foram incentivados para tanto.

Existem alguns desdobramentos dessa concentração de produtos proveniente do processo de modernização e expansão do agronegócio brasileiro. Um deles é a mudança na composição da pauta produtiva, pois, na década de 1970, por exemplo, houve uma queda na produção de alimentos básicos — como arroz, feijão e mandioca — e, por outro lado, um aumento na produção de *commodities* exportáveis. Com isso, podemos desconstruir o discurso do agronegócio enquanto atividade relevante no combate a fome e como “indústria-riqueza do Brasil”, já que o setor é altamente focado em poucos produtos, como soja, café e cana-de-açúcar, os quais são destinados principalmente à exportação. O agronegócio, de certa forma, não é provedor de alimentos para o mercado interno, como muitos argumentam para se combater a fome no Brasil. Grande parte dos alimentos que consumimos advém da agricultura familiar. Dessa forma, seria mais coerente encarar o agronegócio brasileiro como fornecedor de mercadorias, como proposto por Gudynas (2010).

E esse caráter altamente exportador do agronegócio brasileiro, enquanto fornecedor de mercadorias ao mercado internacional, vai de encontro ao princípio básico da soberania alimentar, que seria produzir para abastecer o mercado interno e exportar o excedente. Isso pode ser melhor ilustrado pelo fato de que, em 2018, existiam 84,9 milhões de pessoas no Brasil que moravam em domicílios com algum tipo de insegurança alimentar, sendo que 10,3 milhões vivenciaram a privação severa de alimentos em algum momento entre 2017 e 2018 (IBGE, 2020a). Esse foi o índice mais elevado de insegurança alimentar já registrado no Brasil desde a primeira vez em que os dados foram produzidos, em 2004. Ainda assim, a produção e

exportação de *commodities* do agronegócio brasileiro, como vimos, segue em ascensão, apoiada e financiada pelo Estado com suporte da elite rural. Ou seja, ainda que o agronegócio concentre sua produção em poucos produtos, os dados macroeconômicos e da balança comercial do Brasil revelam que temos como âncora no capitalismo mundial a exportação de alimentos que são escassos para milhões de brasileiros.

Além disso, o modelo produtivo do agronegócio brasileiro, de base neoextrativista e caracterizado como economia de enclave (GUDYNAS, 2010), reproduz uma relação colonial de dependência nas regiões “subdesenvolvidas” onde é implementado e expandido, com reduzidos impactos econômicos positivos nessas regiões, mas com expressivos efeitos socioambientais negativos. Isso pode ser compreendido, por exemplo, pelos baixos efeitos positivos para a renda rural no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, gerados pelo conjunto de programas públicos destinados aos produtores rurais desde a década de 1960 na região (GALIZONI *et al.*, 2020), ou, então, pela falta de abastecimento alimentar da população local impactada com os monocultivos de soja e com os consequentes conflitos hídricos produzidos por essa atividade no Tocantins. Isso porque esse produto normalmente não faz parte da cadeia alimentar do brasileiro, como destacado na nota abaixo:

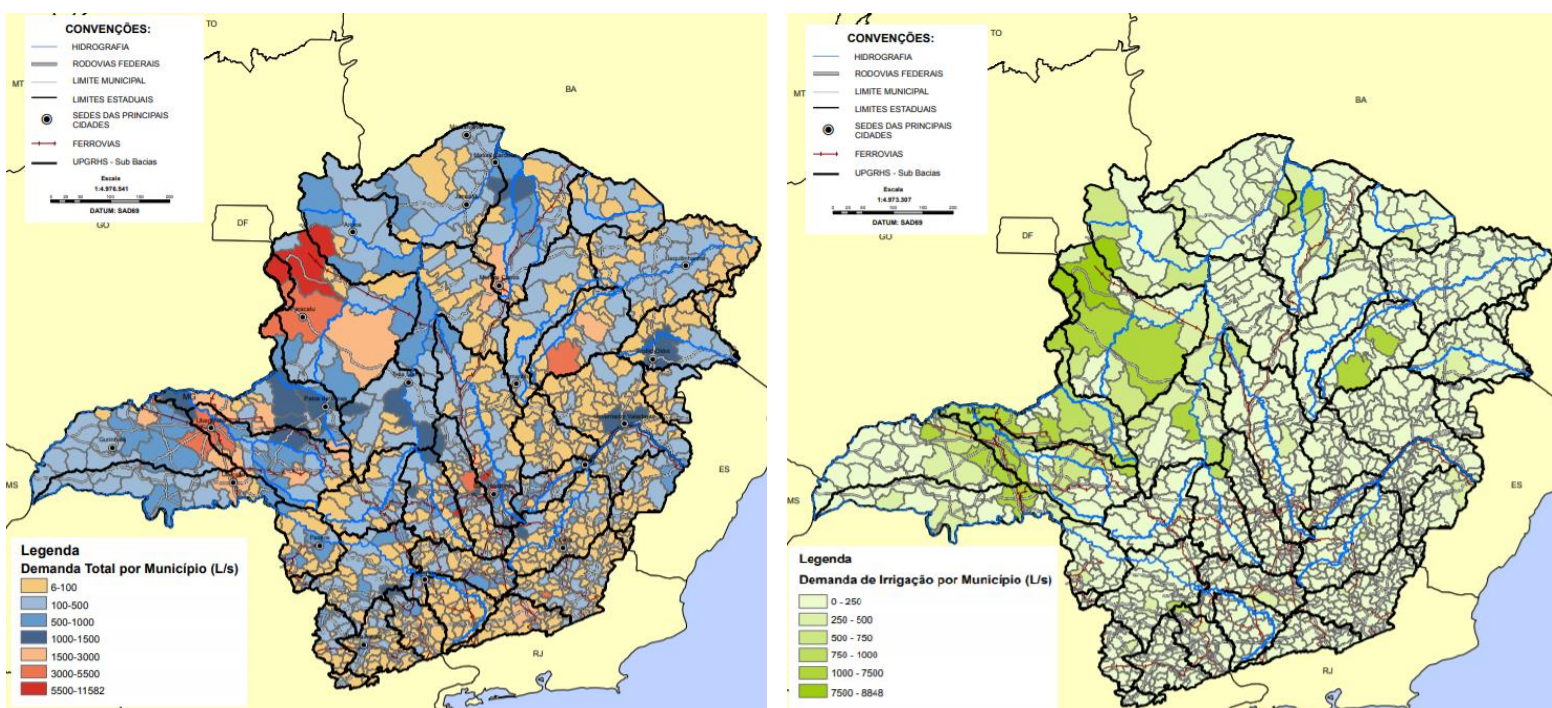
Muito nos preocupa ver [a] situação da diminuição das águas nesta bacia [do Rio Formoso], sobretudo os canais que são verdadeiras transposições do rio e são exclusivamente para atender à necessidade de produtores cujos produtos dessas culturas raramente contribuem com a alimentação das comunidades atingidas (...) A contaminação do meio ambiente [pelo uso de agrotóxicos nas plantações de soja] também é a contaminação de pessoas da região, através do consumo de alimentos e do consumo da água (CRUZ, 2020, on-line).

Em relação aos principais impactos socioambientais provocados pelas políticas e programas de modernização destinados à expansão do agronegócio brasileiro (e mineiro) desde a década de 1960, temos a tendência à homogeneização de práticas produtivas e de ampliação de monocultivos, com o uso intensivo de motomecanização, agrotóxicos e equipamentos depredadores de irrigação, que resultaram e ainda resultam na erosão e degradação dos solos, no desmatamento sistemático de florestas e campos nativos, no declínio da diversidade genética dos cultivos, na contaminação de alimentos consumidos pela população, no comprometimento da quantidade e da qualidade (devido à poluição) dos recursos hídricos, na expropriação de comunidades locais e, desse modo, na ampliação e intensificação dos conflitos socioambientais.

Portanto, é possível afirmar que as políticas e programas de desenvolvimento destinados à modernização e expansão do agronegócio mineiro contribuíram para intensificar os conflitos

socioambientais por água na região, já que ampliou o uso intensivo dos recursos hídricos pelo setor. A água é um recurso fundamental para o desenvolvimento. E a evolução em seus diferentes usos tem estreita relação com o modelo de desenvolvimento econômico adotado no país, uma vez que se trata de um recurso que historicamente é empregado como elemento básico do processo produtivo. E na produção agropecuária não é diferente: os recursos hídricos sempre foram de grande importância no cultivo de qualquer planta e na criação de animais. Porém, o processo de modernização da agropecuária fez da captação e utilização da água um elemento crucial para a expansão de monoculturas e para o aumento da produtividade nas lavouras. Ilustro essa relação entre desenvolvimento e o consumo de água a partir dos mapas abaixo (Figura 15), sobre a demanda de água total e a demanda de água para irrigação no estado de Minas Gerais, em 2010.

Figura 15 - Demanda de água total e demanda de água para irrigação em Minas Gerais, em 2010



Fonte: adaptado de Igam (2010a)

De acordo com o mapa no lado esquerdo, as regiões de maior demanda de água no estado são ao redor do município de Paracatu (na região Noroeste) e proximidades de grandes cidades como Belo Horizonte e Uberlândia. Em Paracatu e municípios próximos, a demanda é grande para o setor agropecuário e para a mineração. Na região de Uberlândia, os principais usos da água são para abastecimento humano, agropecuária, indústria e mineração. E em Belo Horizonte e região metropolitana, as maiores demandas são para abastecimento humano e mineração. De modo geral, segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos (IGAM, 2010a), as

regiões Centro-Oeste, Oeste e parte do Noroeste de Minas Gerais se destacam das demais na demanda de água para irrigação e pecuária.

É interessante notar nos mapas acima que as regiões que mais demandam água no estado são justamente aquelas que foram mais beneficiadas pela implantação dos programas de desenvolvimento destinados à expansão da agropecuária, como pode ser visto nos mapas anteriores, com enfoque principalmente para o Cerrado mineiro (regiões Centro-Oeste, Oeste e parte do Noroeste do estado). Ou seja, os mapas evidenciam a água enquanto recurso fundamental para o desenvolvimento e como o uso dos recursos hídricos tem estreita relação com o modelo de desenvolvimento econômico adotado no estado, já que a demanda por água é maior nas regiões de execução dessas políticas públicas e já que o principal e maior usuário de recursos hídricos de Minas Gerais também é o setor agropecuário, sendo que a demanda para o setor é ainda maior nessas mesmas regiões de implantação dos projetos de desenvolvimento.

A expansão e intensificação do modelo produtivo do agronegócio, como temos visto que tem ocorrido nos últimos anos, resulta conseqüentemente em um aumento no uso da água pelo setor, já que os pacotes tecnológicos difundidos nas estratégias de modernização agropecuária desde a segunda metade do século XX não suprimiram a alta dependência de recursos naturais, como da água, para a produção de *commodities*. Ao contrário, com o incentivo desses programas de desenvolvimento para a ampliação do uso da irrigação e para a expansão de monocultivos, por exemplo, a dependência por esse bem se tornou ainda maior e seu uso mais intensivo no processo produtivo, sem falar da grande parte de água retirada que ainda é desperdiçada pelo setor. Dessa forma, os “ganhos” do agronegócio em relação à produtividade e aos *superávits* alcançados na balança comercial brasileira pelas exportações têm forte dependência da dilapidação dos recursos humanos e naturais, inclusive dos recursos hídricos.

Quando analisamos a ampliação das exportações do agronegócio brasileiro, como de soja, carne e açúcar, podemos constatar também o aumento no volume de água que é consumida no processo de produção e incorporada às exportações, conceito que ficou conhecido por água virtual (ALLAN, 2003). Somente de 1997 a 2005, o volume de água utilizado na produção e exportação apenas desses três produtos citados anteriormente avançou de 27,1 bilhões de litros para 460,1 bilhões de litros. Para se ter uma noção ainda maior do que representa esse consumo

de água, adotando-se a metodologia da pegada hídrica<sup>23</sup>, vemos que, para produzir, por exemplo, 1 tonelada de legumes, trigo, soja e de gado bovino, é necessário um consumo de água de, respectivamente, 1 milhão de litros, 1,45 milhão de litros, 1,8 milhão de litros e entre 15 e 42,5 milhões de litros (ALY JUNIOR, 2017).

E quanto maior a produtividade do agronegócio para buscar alcançar os *superávits* na balança comercial, como incentivado pelos programas governamentais, maior será o consumo de água. Representantes da Embrapa (2018b) defenderam recentemente o aumento de cerca de 1 bilhão de toneladas na produção mundial de cereais até 2030. Contudo, a expansão na produção do agronegócio depende diretamente da disponibilidade hídrica para suprir as demandas do setor, como para a irrigação. E as bacias hidrográficas estão sofrendo cada vez mais pressão por diferentes atividades econômicas pelos usos da água, o que as coloca em situação crítica na relação entre consumo e quantidade disponível, além do comprometimento da qualidade da água para abastecimento humano devido a contaminações.

Assim, diferentemente de algumas organizações que acreditam que a água doce disponível não vai acabar e que, para tanto, é necessário apenas criar novos pacotes tecnológicos de reparo para um uso mais racional e eficiente dos recursos hídricos, mantendo a exploração excessiva e violenta contra esse bem, acredito, com base nos dados apresentados na seção anterior e naqueles que serão apresentados na seguinte, que já estamos vivenciando um cenário de guerra pela água e caminhando, durante os próximos anos, para uma intensificação desses conflitos hídricos.

O processo de expansão e consolidação do agronegócio — e o processo de desenvolvimento brasileiro, de modo geral — significou uma crescente mercantilização da água, seja por meio de capitais investidos em infraestrutura hídrica ou através da provisão de água aos setores produtivos. E essa mercantilização dos recursos hídricos é responsável pela geração de conflitos socioambientais cada vez mais crescentes. Isso abre espaço para questionarmos o conceito tradicional e utilitarista de desenvolvimento: para que e para quem se pensa o atual modelo de desenvolvimento agrodependente brasileiro e sob quais consequências socioambientais?

Nesse sentido, é necessário que pensemos acerca dos impactos socioambientais sobre os recursos hídricos oriundos da produção e exportação de produtos do agronegócio, a fim de

---

<sup>23</sup> A pegada hídrica ou contabilidade da água é um conceito que se propõe a entender e calcular o volume total de água utilizado direta e indiretamente durante a produção e o consumo de bens e serviços. Para mais informações, ver Hoekstra e Chapagain (2006).



garantir os usos múltiplos da água dentro de uma mesma bacia hidrográfica, como preconizado pela PNRH, mas que para muitos brasileiros ainda não é uma realidade. É necessário que se desnaturalize a colonialidade da natureza expressa na lógica perversa do capital em sua sanha pela apropriação particular da água, trazendo à tona a discussão sobre as contradições de um modelo agrodependente que oferece um paraíso às pessoas — modernidade, progresso, geração de riqueza e que atende a interesses e necessidades de todos —, mas que, na prática, além de acentuar as desigualdades socioeconômicas, é fundado na expropriação do direito fundamental à água, intensificando os conflitos socioambientais.

Desse modo, finalizo esta seção argumentando que o modelo de desenvolvimento brasileiro, fortemente baseado na produção de *commodities* do agronegócio destinadas ao mercado internacional, pode ser considerado socioeconomicamente injusto e ambientalmente irresponsável, sendo a intensificação dos conflitos socioambientais um processo intrínseco à sua implementação. Essa lógica de desenvolvimento agrodependente em busca da superação da pobreza (re)produz a exploração e violência contra povos subalternos e contra a natureza, vistos como variáveis que devem ser instrumentalizadas e geridas pela sociedade para se atingir o tão prometido progresso. Porém, a partir dos dados trabalhados, fica evidente a incapacidade desse modelo de desenvolvimento agrodependente de responder aos problemas das diferenças socioambientais entre povos e nações e a falência da miragem do agronegócio enquanto promotor do progresso e do crescimento econômico.

A fim de transgredir esse cenário, é preciso que nos apropriemos deste debate e o levemos para instâncias nas quais sejam discutidas propostas de políticas públicas que caminhem na direção da construção de outros modelos de desenvolvimento ou de alternativas ao desenvolvimento<sup>24</sup>, que levem em consideração o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico com mais solidariedade, ética e respeito à saúde pública, à vida social e natural. Ainda, o desenvolvimento seja compreendido localmente e construído a partir da experiência vivida da alteridade e reciprocidade, ao invés de o crescimento econômico de curto prazo se sobrepor às necessidades de saúde, justiça e preservação ambiental. Nesse contexto, faz-se necessária a construção de novas bases argumentativas, produtivas e de mobilizações políticas que confrontem os grandes monocultivos, o uso intensivo dos recursos hídricos e a produção e

---

<sup>24</sup> A título de ilustração, o livro “Pluriverse: a post-development dictionary”, publicado por Kothari *et al.* (2019), possui diversas perspectivas alternativas ao desenvolvimento que têm sido discutidas no âmbito da Ecologia Política e da crítica ao desenvolvimento, tais como a agroecologia, o ecofeminismo, o ecossocialismo, o ecoanarquismo, a *deep ecology*, a justiça ambiental, o bem-viver, entre outras.



comercialização de agrotóxicos, já que o agronegócio não é a única maneira de se fazer agricultura no país.

### **9.3 Descrição de casos de conflitos socioambientais pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais**

Meu objetivo nesta seção é apresentar um panorama dos conflitos socioambientais pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais nos últimos 20 anos, destacando principalmente suas causas, atores sociais envolvidos, seu recorte espacial e os impactos socioambientais e à saúde resultantes dessas disputas. Como mencionado na primeira seção deste capítulo, também não intenciono elencar aqui todos os conflitos hídricos produzidos pelo agronegócio existentes no estado. Os casos identificados e descritos nesta tese não esgotam as inúmeras situações vividas, tampouco representam uma expressão real ou quantitativa dessas disputas no estado, mas refletem circunstâncias emblemáticas relevantes em que populações atingidas, movimentos sociais e organizações ambientais estão se posicionando publicamente, sendo que a análise se voltou para os casos que continham mais informações sobre o conflito.

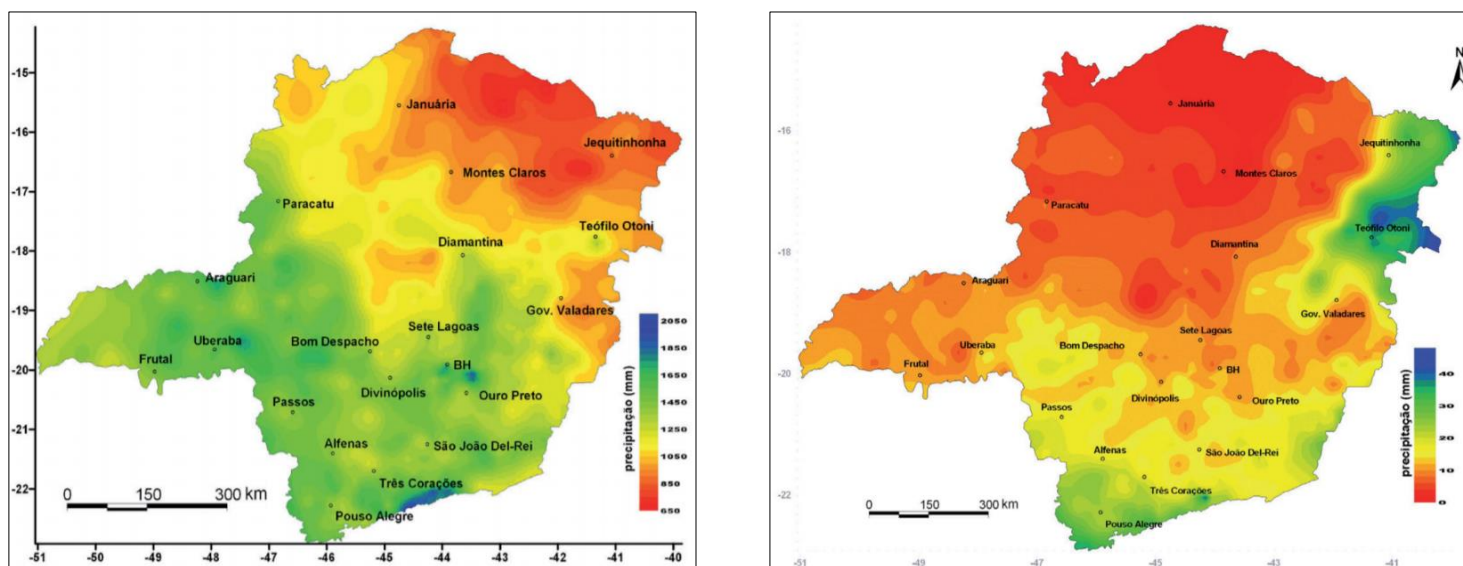
Os temas que guiaram a análise de dados para a execução da descrição dos casos de conflitos foram: a) as causas e tipologias dos conflitos (MARTÍNEZ-ALIER, 2004; LITTLE, 2006), a partir da classificação proposta pela Comissão Pastoral da Terra, já que essa tipificação diz respeito especificamente aos recursos hídricos e por já ser amplamente respeitada e difundida nacionalmente (BORDALO, 2019); b) os atores sociais envolvidos e seus interesses, abrangendo grupos sociais marginalizados (LITTLE, 2006; RIBEIRO; SANTOS; SILVA, 2019); c) as mesorregiões de Minas Gerais onde estão situados esses conflitos (RIBEIRO; SANTOS; SILVA, 2019); d) os possíveis impactos socioambientais e danos à saúde para a população atingida, enquanto “violências das afetações” (ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016) dessas disputas; e e) as organizações de resistências locais que emergem desses conflitos (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005), sendo que este último tema será discutido na próxima seção deste capítulo.

A justificativa pelo recorte espacial de análise levou em consideração a relevância da produção do agronegócio em Minas Gerais, a sua condição de “caixa d’água brasileira” (IGAM, 2018a) por sua potência e disponibilidade hídrica, pelo setor agropecuário mineiro ser responsável pelo consumo de cerca de 72% dos recursos hídricos captados no estado (IGAM, 2020a) e por este

concentrar, desde 2002, inúmeros conflitos socioambientais pela água gerados por diferentes atividades econômicas, inclusive pelo agronegócio, destacando-se entre as demais Unidades Federativas na quantidade dessas disputas (CPT, 2020).

Outra situação que intensifica os conflitos hídricos em Minas Gerais é sua condição climática, pois o estado apresenta alta variabilidade espaço-temporal em seus regimes pluviométricos, como é possível observar pelo mapa abaixo (Figura 16). A escolha pelo mapa no lado direito, sobre a precipitação média especificamente no mês de julho, é justamente para compará-lo com a precipitação média anual, no lado esquerdo, e evidenciar como Minas Gerais sofre com a estiagem de chuvas em alguns períodos, o que pode gerar e/ou intensificar os conflitos por água em diferentes regiões do estado.

Figura 16 - Precipitação média anual e precipitação média no mês de julho em Minas Gerais, Brasil



Fonte: Embrapa (2010)

O Monitor de Secas do Brasil (ANA, 2020a) apontou que, entre agosto e setembro de 2020, Minas Gerais ampliou sua área total com seca, passando de 68,02% para 81,68%, sendo que, em dezembro de 2019, o índice foi ainda maior (96,72%). O estado teve a pior situação do Sudeste do Brasil por ser o único com partes de seu território com seca grave e seca extrema, especialmente nas regiões Norte e Oeste mineiras. O relatório ainda aponta que os efeitos de curto prazo recaem diretamente sobre o agronegócio, que necessita do uso intensivo de recursos hídricos, enquanto os efeitos de longo prazo comprometem a disponibilidade hídrica dos rios e afetam a ecologia em geral, contribuindo, então, para o agravamento dos conflitos hídricos em Minas Gerais.

Somado a isso, há grandes áreas referentes a projetos do agronegócio desenvolvidos por empresas privadas ou pelo próprio governo na região. Muitas delas apresentam condições de uso de recursos hídricos já bastante críticas e ausência de gestão que direcione para seu uso equitativo, acirrando os conflitos por água entre os diferentes usuários. Isto pode ser facilmente ilustrado ao resgatar a discussão feita na seção anterior sobre a grande quantidade de área equipada para a irrigação no estado, o qual perde a liderança somente para o Rio Grande do Sul e São Paulo. Atualmente, os três principais municípios irrigantes do País são Paracatu (MG), Uruguaiana (RS) e Unai (MG) (ANA, 2021), que lideram a expansão de lavouras irrigadas, demonstrando certa concentração da atividade no estado e, conseqüentemente, um alto volume de retirada, consumo e comprometimento da disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos pelo setor, cuja tendência ainda é aumentar nos próximos anos.

Há que se destacar também, como pode ser visto pela Figura 14, a extensa área no estado voltada para silvicultura. Como mencionado anteriormente, isso se deu em decorrência de uma intensa ação do estado aliado a grandes empresas no que tange à implementação de políticas públicas, sobretudo a partir da década de 1970, com a finalidade de introduzir monocultivos de eucalipto e a produção de carvão vegetal para atender à demanda por essa matéria-prima nas indústrias siderúrgicas.

Hoje, Minas Gerais lidera com o maior valor da produção de silvicultura, sendo o maior produtor de carvão vegetal, responsável por 86,8% do volume nacional. Dos 10 municípios que mais produziram carvão vegetal da silvicultura no Brasil em 2019, os nove primeiros são mineiros, e de toda a área florestal plantada no estado, quase sua totalidade é com eucalipto (IBGE, 2020c), tipo de monocultura responsável por secar águas subterrâneas. Tudo isso acontece de forma a tentar promover o desenvolvimento regional, através da expansão da agricultura capitalista, sob a forma do agronegócio, configurando um cenário de insegurança hídrica e de agravamento dos conflitos atuais e potenciais por água na região.

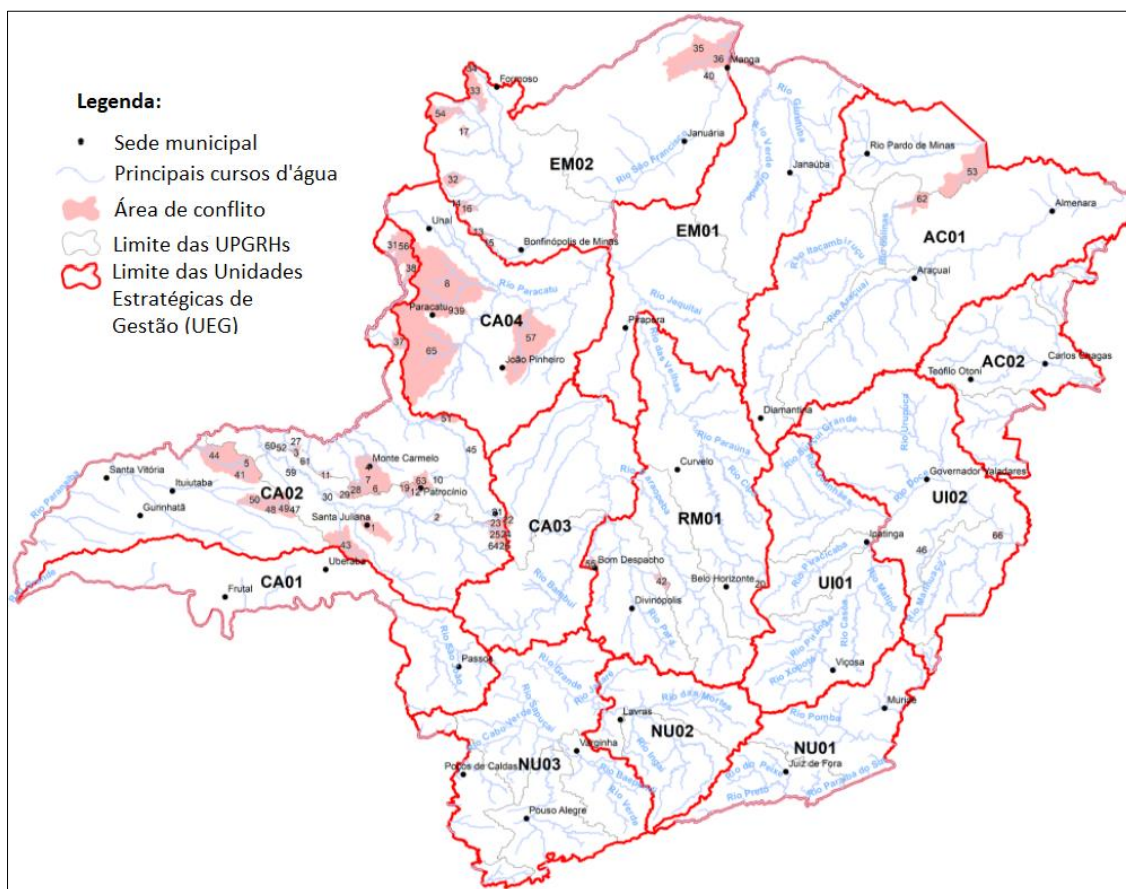
Como os conflitos hídricos podem oscilar entre estágios de mais ativos/manifestos — em que são mais fáceis de serem identificados — para períodos de latência — quando são menos aparentes — e vice-versa (BORDALO, 2019), utilizei múltiplas e complementares fontes de dados secundários para coletar os mais de 78 casos distintos identificados, a fim de proporcionar uma análise mais ampla dessas disputas no estado, tais como: as Declarações de Áreas de Conflito (DACs) expedidas pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam); o Observatório de Conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais, que contém o Mapa dos Conflitos

Ambientais do estado; o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, entre outras, como reportagens de jornais e artigos científicos. Afirmo que essas fontes de dados são complementares, pois a DAC, por exemplo, restringe-se aos conflitos hídricos causados somente pela escassez quantitativa de água, como no caso de falta de água para abastecimento público em decorrência do uso na irrigação, enquanto as outras fontes dispõem de conflitos gerados também por outras causas, como contaminação por agrotóxicos.

A Declaração de Área de Conflito (DAC) expedida pelo Igam é um instrumento de gestão de recursos hídricos e de mediação de conflitos pelo uso e preservação das águas em Minas Gerais. Sua metodologia leva em consideração se o somatório das demandas por água por parte de diversos usuários requerentes é superior ao volume de recursos hídricos disponíveis para a outorga. Uma vez constatada a indisponibilidade hídrica em determinada região do estado, o instituto emite a DAC. Por isso dizemos que o foco das DACs são áreas de conflitos causados pela escassez quantitativa da água. Por outro lado, quando o uso da água em determinada região é autorizado por meio de uma Portaria de Outorga Coletiva, busca-se regularizar os usuários inseridos em áreas de conflito, estabelecendo regras para o uso racional dos recursos hídricos e as condicionantes de monitoramentos quantitativo e qualitativo que devem ser observadas e cumpridas por todos os usuários da bacia hidrográfica em conflito.

As primeiras DACs foram expedidas no ano de 2005, com destaque para o ano de 2007, em que foram emitidas um total de 23 declarações. Das 58 DACs registradas até 2015, 55 eram conflitos entre irrigantes, 2 se referiam a conflitos entre os usos de irrigação e abastecimento público, e o outro era conflito por água entre representantes da irrigação e mineração. Atualmente, existem 66 áreas de conflito declaradas oficialmente pelo Igam, como mostra o mapa abaixo (Figura 17) sobre as DACs de 2019. Como podemos notar, a maior concentração das áreas de conflito pela escassez quantitativa de água está localizada nas mesorregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e no Noroeste de Minas, abrangendo as bacias hidrográficas do Rio Paranaíba e do Rio São Francisco, especialmente as sub-bacias dos rios Paraopeba, Paracatu, Urucuia, Pardo e Alto Rio Paranaíba.

Figura 17 - Mapa das Áreas de Conflito Declaradas em Minas Gerais, em 2019



Fonte: adaptado de Igam (2019a)

A partir do mapa acima, gostaria primeiramente de articular dois pontos importantes: o primeiro diz respeito à concentração de conflitos pela escassez de água justamente nas regiões onde a atividade econômica predominante é a agropecuária e em municípios onde há uma demanda maior de recursos hídricos para o setor agropecuário, como visto no mapa da seção anterior (Figura 15). Essas também são as principais regiões do estado onde foi implantada grande parte dos programas de desenvolvimento destinados à modernização do setor a partir da segunda metade do século XX, demonstrando como a água foi fundamental para a expansão do agronegócio nessas regiões e como essas políticas públicas intensificaram os conflitos pela água em Minas Gerais.

É interessante notar também que, apesar dos vários conflitos hídricos gerados pelo agronegócio identificados nesta pesquisa em diversas regiões do estado, como no Norte de Minas Gerais, no Jequitinhonha e em muitas outras áreas, como será discutido adiante, o mapa acima indica que o Igam expediu um número bastante reduzido de DACs em outras regiões do estado, corroborando a necessidade de um acompanhamento mais próximo por parte dessa instituição dos conflitos hídricos gerados, além da necessidade do uso de outros instrumentos de gestão

para complementar a identificação e análise dessas disputas em território mineiro, que leve em consideração diferentes causas, além da escassez quantitativa de água. Essa diferença significativa entre os conflitos hídricos identificados nesta pesquisa e aqueles reportados pelo Igam fica ainda mais nítida quando comparamos o mapa acima com o mapa elaborado pelo Observatório de Conflitos Ambientais da UFMG (Figura 3), em que filtrei os conflitos relativos à “Poluição/contaminação da água” pelo agronegócio em Minas Gerais.

No que se refere aos conflitos hídricos produzidos pelo agronegócio abrangidos pelas DACs, um importante caso está situado na região Noroeste de Minas, especificamente na UPGRH do Rio Paracatu, localizada na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Além da escassez hídrica proveniente da baixa pluviosidade nos últimos anos, os conflitos pelo uso e preservação da água na região têm sido provocados e intensificados em virtude do aumento da demanda de recursos hídricos para os processos de irrigação, comprometendo os usos múltiplos da água na bacia, como para abastecimento humano. Assim como outros municípios da região Noroeste mineira, o processo de ocupação em Paracatu e adjacências também foi intensificado a partir da década de 1970, com a adoção de políticas públicas como o PLANOROESTE, PRODECER I e o Programa de Colonização do Paracatu-Entre RIBEIROS (PCPER), que buscavam incentivar o desenvolvimento econômico e demográfico da região. Houve também, na mesma época, um processo de colonização privada, coordenado pela Companhia de Promoção Agrícola (Campo), que reforçou a busca pelo desenvolvimento através da introdução de agricultores oriundos de outras regiões do País, imbuídos de uma “mentalidade empreendedora e moderna” (ATLAS DIGITAL DAS ÁGUAS DE MINAS, 2009).

Hoje, Paracatu (MG) é o segundo principal município irrigante do Brasil, com destaque para a produção de cana-de-açúcar, soja, feijão e milho. Devido ao uso intensivo de água para a produção agropecuária de um pequeno número de grandes produtores rurais, desde 2001 outros usuários, como pequenos agricultores e uma parte da população, sofrem com o abastecimento de água. Além de tal conflito afetar as relações entre usuários de um mesmo setor (entre irrigantes, por exemplo) e também usuários de diferentes esferas, prejudicando o abastecimento público, moradores da região ainda relatam os impactos negativos para o meio ambiente advindos dos programas de desenvolvimento, como do PRODECER I, que ficou inacabado e estimulou a superexploração dos recursos hídricos e das terras férteis, como exposto por um morador: "a vegetação era de várzea, havia muita lagoa, e a região era muito rica, mas a água foi toda drenada. Atualmente a terra é seca e na época de enchentes há muita mortandade de

peixes" (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2011a, on-line).

Em 2006, iniciou-se uma investigação na região pelo Ministério Público Estadual para apurar irregularidades nos processos de irrigação da Fazenda Barra do Paiol. Apesar de o proprietário possuir outorga de captação de água naquele ano, o MPE definiu que a forma como os recursos hídricos estavam sendo usados ali era ecologicamente insustentável e socialmente injusta, agravando *déficits* hídricos. Em 2008, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público e o proprietário da fazenda, que assumiu determinadas obrigações. Já em 2010, a Polícia Militar, através de Boletim de Ocorrência a pedido do MPE, afirmou que o proprietário cumpriu as responsabilidades assumidas no TAC (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2011a). Nove anos depois, em 2019, o Igam declara situação crítica de escassez hídrica em partes da Bacia do Rio Paracatu e suspende as emissões de novas outorgas e solicitações de aumento de volumes de água captados na área, além de impor restrições de uso principalmente para usuários cuja finalidade era irrigação e consumo agroindustrial (IGAM, 2019b), objetivando minimizar os conflitos por água provocados pelo agronegócio, que ainda se estendem na região.

Conflitos dessa tipologia, sobre o uso e preservação dos recursos hídricos, em que a causa principal é o uso excessivo por determinados atores sociais e o comprometimento do acesso à água a outros, são comuns também em outras partes do estado. Na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por exemplo, a Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba passou por intensas transformações relativas ao uso e à ocupação dos solos nas últimas décadas. O aumento na demanda de recursos hídricos para inúmeras finalidades, principalmente para a produção agropecuária, acarretou diversos conflitos pela água nos últimos anos, prejudicando o abastecimento público de municípios, como de Uberaba. A região onde está inserida a bacia é reconhecida pela sua importante produção de soja, milho, feijão e cana-de-açúcar, e também pela produção pecuária. Na tentativa de controlar a demanda pelos diferentes usuários, sendo que a irrigação se destaca no quantitativo de demanda hídrica, o Igam tem expedido algumas DACs na bacia, como a DAC n.º 008/2005 e a n.º 004/2009. Porém, mesmo com os atuais conflitos deflagrados, desde 2015 ainda existem diversos pedidos de outorga para novas captações sendo analisadas pelo órgão competente, evidenciando um cenário futuro de potenciais conflitos pelos usos da água na região.

Em Caeté, na região metropolitana de Belo Horizonte, também há um conflito deflagrado desde 2007 pela escassez hídrica do Ribeirão Ribeiro Bonito, ano em que o Igam expediu a DAC na

bacia hidrográfica. Desde então, o poder público deveria ter organizado um planejamento para uso racional dos recursos hídricos, a fim de garantir os usos múltiplos da água como direito de todos, mas nem o estado nem os diferentes usuários se organizaram para tanto. Ao contrário, o poder público tem conhecimento das irregularidades, mas quase nada tem feito para mudar a situação.

Isso possibilitou o uso predatório dos recursos hídricos por parte de alguns grandes produtores rurais da região, comprometendo o acesso e uso de pequenos agricultores de hortaliças e de parte da população. Além do uso intensivo, há também a não preservação desse bem, já que a água que falta em algumas propriedades é desperdiçada em outras, através de sistemas de irrigação pouco eficientes e sem a fiscalização das autoridades. Segundo um lavrador da região, “acaba que não sobra água para quem está na parte baixa do vale. A gente vê que o ribeirão está muito raso, porque tem muita gente puxando água. Nós não podemos usar, porque os fiscais do SAAE não deixam, senão a cidade fica sem” (PARREIRAS, 2015a, on-line).

Outra situação que intensifica os conflitos na bacia é o uso irregular e ilegal (sem outorga para usar a água do Ribeirão Ribeiro Bonito) em ao menos 22 propriedades para a irrigação de uma área com cerca de 98 hectares de terra, o equivalente a quase 140 campos de futebol. Esse caso ilustra que os conflitos pela água na região vão além do uso intensivo e não preservação dos recursos hídricos; eles também são causados pela apropriação particular por determinados atores sociais, evidenciando o caráter flexível e não excludente dessas tipologias, já que um mesmo conflito, muitas vezes, pode possuir diversas causas (LITTLE, 2001). Nesses casos, a apropriação particular de um bem comum, de domínio público e essencial para a vida da população, pode acabar sendo priorizada para a execução de atividades econômicas, como a agropecuária, enquanto na mesma região existem populações que sofrem com o impedimento e/ou diminuição de acesso a água ocasionado por essa apropriação.

Um produtor rural entrevistado na reportagem admitiu não ter certeza se possui outorga, mas “se não tem, está arranjando”, assegura ele, que também disse estar fora da zona de conflito declarada, apesar de estar localizado na área sob restrição. A falta de licenciamento é de conhecimento das autoridades, como do diretor de fiscalização da Semad, que diz ter avisado e convocado os diferentes usuários para se organizarem para estabelecer uma outorga coletiva, mas eles não o fizeram, estando sujeitos apenas a multas e ao lacre do maquinário. Esse fato corrobora os estudos de Rossi e Santos (2018), revelando como as regulações nacional e estadual dos recursos hídricos têm se mostrado insuficiente e pouco eficazes na garantia de



interesses coletivos, sobretudo no que se refere à fiscalização, preservação e gestão desse bem para mitigar os conflitos pela água, sendo os instrumentos de gestão, como a outorga, muitas vezes flexibilizados para atender a interesses de grandes grupos econômicos.

Enquanto isso, os impactos socioambientais desses conflitos são sentidos pela população atingida, tanto a rural quanto a urbana, que sofre com a escassez de água em determinados momentos e com o desemprego que açoita o campo, culminando em manifestações públicas. Sem trabalho, devido à falta de água para cultivar hortaliças, ao menos 30 lavradores já se mudaram de Caeté em busca de novos empregos (PARREIRAS, 2015a).

Há conflitos pela água causados pela apropriação particular também na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no município de Monte Carmelo. Ali, a bacia hidrográfica contém diversas áreas de conflito declaradas. Em um dos casos, os moradores locais de alguns bairros da cidade e pequenos proprietários rurais lutam contra a escassez de água, que se agrava no período de estiagem, em virtude da perfuração ilegal de poços artesianos para irrigação de plantios de café. Somente no segundo semestre de 2005, foram feitos três Boletins de Ocorrência denunciando a perfuração de poços artesianos e construção de açudes em Áreas de Preservação Permanente (APP) para a irrigação das plantações de café, sem a autorização do órgão competente. Uma dessas denúncias embargou a produção agrícola até que a liberação de licença fosse expedida (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2011e).

Em Araguari, na mesma mesorregião, pequenos produtores rurais denunciam as extrações volumosas e irregulares de água por parte do agronegócio, que tem ocasionado a escassez desse bem e a consequente dificuldade de produção agropecuária para subsistência. “Há 5 anos, conseguimos tirar 3 mil litros por hora de cada poço. Agora, não temos 500 litros. Isso dá para uma família beber, mas não enche cocho de gado nem irriga horta” (PARREIRAS, 2015b, online), conta um dos pequenos produtores entrevistados na reportagem, que abandonou o campo, junto a outras 44 famílias, por não terem mais água para cozinhar nem para higiene básica. Porém, a situação na zona urbana de Araguari caminha na mesma direção, pois o abastecimento público do município depende completamente da água bombeada do subterrâneo (do Aquífero Bauru), e essa fonte tem ficado cada vez mais poluída pelo uso excessivo e clandestino de grandes produtores do agronegócio. A Superintendência de Água e Esgoto do município calcula que haja ao menos 90 captações de água sem licenciamento na região. Isso mostra que o uso de água subterrânea em aquíferos para diversas atividades econômicas, que muitos imaginam ser uma fonte intocada de prosperidade e isenta de conflitos, é intenso e ao mesmo tempo não há

muito cuidado e avaliação rigorosa do impacto dessas atividades (RIBEIRO; SANTOS; SILVA, 2019) na quantidade e qualidade da água.

Gostaria de destacar também conflitos pela água deflagrados no estado que não estão situados nas DACs emitidas pelo Igam, como no Rio Jequitibá, localizado na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, na região de Sete Lagoas. Ali, um córrego foi desviado e barrado de forma ilegal (sem outorga) por um dique de concreto para irrigar uma fazenda na região metropolitana de Belo Horizonte (PARREIRAS, 2015c), revelando como a apropriação particular dos recursos hídricos e os consequentes conflitos daí decorrentes também ocorrem em territórios que os órgãos ambientais não consideram formalmente como áreas de conflito, bem como a necessidade de elaboração e execução de uma política de recursos hídricos mais abrangente e rígida.

Além desse caso e de outras duas propriedades próximas que se valem do uso de água sem licença/outorga do Igam, há também uma ocorrência de apropriação particular de recursos hídricos pelo ex-prefeito de Sete Lagoas, ex-deputado estadual e ex-diretor da Ruralminas, Marcelo Cecé Vasconcelos de Oliveira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que utiliza fontes de água sem outorga concedida para irrigar uma grande área de cultivos de sorgo, soja e capim (PARREIRAS, 2015c). Muitos produtores rurais tentam justificar a irregular apropriação particular dos recursos hídricos devido à morosidade do estado nos processos de liberação de outorgas. Isso tem feito com que muitos deles primeiramente perfurem poços para irrigar seus cultivos e só depois busquem regularizar a captação de água.

Nas mesorregiões Central Mineira, Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, grande parte dos conflitos pela água identificados pelas diferentes fontes de dados são causados pelas monoculturas, sobretudo as de eucalipto. É o caso, por exemplo, de conflitos hídricos nas redondezas dos municípios de Curvelo, Fruta de Leite, Indaiabira, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, Vargem Grande do Rio Pardo, Guaraciama, Araçuaí, Coronel Murta, Virgem da Lapa, Martinho Campos, Pompéu, Manga, Matias Cardoso, Gameleiras, Jaíba, Pai Pedro, Porteirinha, entre outras cidades (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009a, 2009b, 2011a, 2011b, 2013a, 2013b, 2015a, 2015c; MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2008, 2011f, 2020b). Conhecidas também por “desertos verdes”, as monoculturas de eucalipto são responsáveis, entre outras coisas, pela degradação e perda de recursos hídricos nessas regiões. Entre os principais envolvidos nesses conflitos estão, de um lado, empresas multinacionais e grandes produtores de eucalipto, e de

outro, povos indígenas, quilombolas, vazanteiros, trabalhadores rurais, geraizeiros e agricultores familiares, que são os mais afetados pela contaminação e escassez da água geradas pelos monocultivos.

No Norte de Minas Gerais, por exemplo, existem conflitos socioambientais que remontam aos anos de 1970 e 1980 e que não foram resolvidos até hoje. Naquela época, instalaram-se na região dezenas de grandes empresas, tais como a Rio Rancho Agropecuária, a Rima Industrial, a Gerdau e a Replasa Reflorestamento, beneficiárias de incentivos fiscais para desenvolverem atividades como a agricultura irrigada, a monocultura de grãos e de eucalipto. Essas empresas firmaram com a Ruralminas — em parceria com a Sudene, Codevasf e o IEF — diversos contratos de arrendamento de terras devolutas, por períodos de 20 a 30 anos. Já as comunidades locais que ocupavam essas terras, como agricultores familiares e geraizeiros, foram expulsos sob ameaças de prisão e, muitas vezes, com uso de violência. As famílias que resistiram, com a substituição do meio natural por extensas áreas de monocultivos e com o conseqüente arrefecimento de fontes tradicionais de trabalho e renda e de abastecimento de alimento e água, acabaram se tornando dependentes dessas grandes empresas (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2015a). Os relatos abaixo de moradores locais demonstram como se deu a apropriação de terras, a substituição da vegetação nativa por monocultivos de eucalipto e a conseqüente perda de biodiversidade e escassez de água que acomete até os dias de hoje a região.

Foi pocas pessoa que reagiu, porque eles chegô aí e simplesmente tapiô o povo, dizendo que isso ia melhorá muito, ia melhorá demais. Ia dá muito emprego pro povo, ia chovê muito mais que chovia... Nessa época que eles fizeram isso aí, eles compraram alguma, pegaram aquelas assinaturinha prá fazê o contrato, porque no fundo memo ninguém vendeu esse trem. Eles não apresenta documento concreto, nunca apresentaram. Eles pegaram assinatura de algum, compraram na mão de algum e passaram um recibim passado debaixo dos pano... (S. Arcílio, geraizeiro de Vereda Funda, entrevista em setembro de 2004) (SILVA, 2014, p. 10).

... a água começou a secar quando o eucalipto começou a crescer, foi crescendo e a água já foi minguando, minguando. Eu tinha água, a água de rega que tinha lá tocava uma roda de mandioca velha. Foi minguando, minguando até que parou... Quando eles cortô o eucalipto na cabeceira, perto da cabeceira, a água tornou a vim no rego, até na casa, pela terra outra vez. Mas aí era só a conta, pouquinho de água, não dava prá tocar nada. Quando o eucalipto tornou a crescer que já tinha um metro de altura, a água pifou e foi até hoje, nunca mais (S. João Pereira Soares, Vereda Funda, entrevista em setembro de 2004) (SILVA, 2014, p. 11).

Hoje acabô isso, né, a terra enxugou, uma terra muito enxuta mesmo. Então a gente vê muita diferença. ... Há 5 anos foi uma falta de água incomparável... A gente via as coisa secando não tinha como fazê nada. Nessa época, prá falar a verdade só faltou a gente passar foi sede mesmo.. Na minha casa não tem nem estrada pra chegar água, a gente ficava correndo com vasilha pra casa de vizinhos... Andava longe prá tomar banho. Foi o ano mais difícil prá nós (D. Elisa, geraizeira de Vereda Funda, entrevista

em setembro de 2004) (SILVA, 2014, p. 11).

Em 2007, os povos indígenas Aranã Índio, Aranã Caboclo, Pankararu e Pataxó, bem como pequenos agricultores dos municípios de Araçuaí, Coronel Murta e Virgem da Lapa, denunciaram ao Ministério Público Federal (MPF), à Fundação Nacional do Índio (Funai) e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) o desmatamento de uma extensa área de terra para o cultivo de eucalipto, atingindo fontes de água utilizadas para abastecimento humano e consequentemente ocasionando a alteração na quantidade e qualidade das águas da região (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2015c). Nas redondezas de Capelinha e Diamantina, no Jequitinhonha, desde 2004 a recorrência de desmatamento da mata nativa e a expansão das plantações de eucalipto têm causado o assoreamento de rios, comprometendo o uso da água pela população local, indígenas e quilombolas (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2008, 2020b). Em Curvelo e em Felixlândia, diversas comunidades denunciaram, em 2009, o desaparecimento e a escassez de fontes de água enfrentados após a chegada das plantações de eucalipto, bem como o uso ilegal de água, isto é, sem outorga para captação de córregos, lagoas e veredas, como pode ser visto pelos relatos abaixo de moradores locais.

Desde que meu pai comprou este terreno aqui, água era uma facilidade imensa, tinha com fartura. Tinha uma cacimba com dois metros de fundura, e tinha água à vontade. Hoje a nossa água está completamente regradada. A várzea secou, as cisternas secaram. Acabou nossa água. Tem a minha horta ali, olha... que não pude plantar um canteiro, porque, se eu pegar da água que deu só no fundo da cisterna, se eu pegar dela eu fico sem água pra fazer comida, pra dar banho nos meninos, lavar roupa. A cisterna deve ter uns quinze metros. (...) Nós vivemos com esse pouquinho da cisterna, que é um pouquinho só, e um pouquinho da água que vem do poço lá em baixo. Essa água nós estamos comprando. Pagamos dez reais de água, agora, todo mês. Mas nem essa água tá vindo direito (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009b, on-line).

Temos muitos problemas com relação a plantios irregulares quase dentro dos córregos, quase dentro das nascentes. Não estamos tendo água para nada mais. (...) Uma região que, antes, era lotada de águas, lotada de nascentes, lotada de córregos, hoje tem água apenas durante um período e, para ter água durante o resto do ano, tem de pagar. A nossa comunidade não tem como sobreviver, não tem como plantar, não tem como fazer nada e ainda tem de pagar para ter água. (...) Como viver na zona rural sem água? Ninguém está tendo como sobreviver. As pessoas estão vendendo suas terras para as empresas e indo para as cidades. Depois, voltam para trabalhar para as mesmas empresas por um salário mínimo e uma cesta básica. Não dá para sobreviver com um salário mínimo em Curvelo. Estamos vivendo uma situação crítica. Não temos apoio de ninguém (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009b, on-line).

Além da escassez de água proveniente do desmatamento, das pastagens e das plantações de eucalipto, gostaria de pontuar outros dois aspectos que se sobressaem nos relatos acima. O primeiro diz respeito à mercantilização e privatização da água na região enquanto processos

que, ao mesmo tempo que emergem como consequências dos conflitos hídricos — já que há pouca água, atribui-se um valor de mercado como se fosse a única forma de combater seu desperdício e escassez —, também são processos que constituem novos conflitos, uma vez que “*nem essa água [que estamos comprando] tá vindo direito*”, provocando, muitas vezes, o êxodo rural. Como colocado por Porto e Porto (2016), isso evidencia como o comércio global da água representa a incorporação de lógicas de mercantilização — como a necessidade de criar mercados de recursos naturais e políticas de mercantilização — para o gerenciamento dito mais eficiente dos recursos hídricos, enfraquecendo a garantia do acesso à água como um direito humano universal e potencializando os conflitos hídricos.

O segundo aspecto que gostaria de ressaltar está associado à destruição de modos de ser e de viver que muitas vezes acompanham os conflitos hídricos, ilustrando que essas disputas não se restringem apenas à luta pelo acesso e uso da água. Os casos acima revelam como a expansão de monoculturas, e do agronegócio de forma geral, pode inviabilizar a vida de determinadas pessoas, expulsando-as de seus territórios, já que não há como elas executarem atividades mínimas que um ser humano precisa sem água. Nesse contexto, os conflitos emergem quando os grandes empreendimentos homogeneizadores, como é o caso do avanço das monoculturas de eucalipto nessas regiões de Minas Gerais, são realizados sem levar em consideração o sentido e a utilização que determinados grupos sociais têm de um espaço para manter e reproduzir o seu modo de vida (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005). “*Sem água pra fazer comida, pra dar banho nos meninos, lavar roupa*”, muitas famílias abandonam suas terras e migram para as periferias das cidades em busca de sobrevivência.

Além do abandono do campo por parte de pequenos produtores rurais, há vários outros casos nessas regiões do estado que ilustram uma mesma dinâmica de expropriação e desterritorialização de populações locais e povos tradicionais em virtude do avanço e ocupação do agronegócio em áreas utilizadas secularmente pelas comunidades. Nos arredores de Januária, no Norte de Minas, por exemplo, quilombolas da comunidade de Croatá há anos são continuamente intimidados, ameaçados e expropriados por fazendeiros e membros do estado de seus territórios na bacia do Rio São Francisco, devido aos grandes projetos de agricultura irrigada, financiados pelo Estado brasileiro desde o início da década de 1960. Nesse caso, membros da comunidade relatam que “ele [fazendeiro] fala que é dono do Norte de Minas todo. Coloca os capangas e os vaqueiros para passarem zombando da gente. Ficam falando que temos que fazer acordo para sair da área ou então teremos que sair na marra”, fazendo referência a um

dos maiores latifundiários da região e sócio de três grandes redes de supermercados mineiras (EPA, BH e Mineirão) (CAMARGOS, 2020a, on-line).

Em Bocaiuva e em Rio Pardo de Minas, também no Norte de Minas, muitas comunidades rurais têm sofrido com o avanço indiscriminado da monocultura de eucalipto sobre seus territórios, que tem gerado a escassez de importantes fontes de água e tornado insustentável a sobrevivência de pequenos agricultores e moradores locais, os quais tem abandonado a região (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009b; MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2011f).

Como medida para tentar combater a chamada crise hídrica proveniente da expansão de monocultivos de eucalipto, acadêmicos e ativistas ambientalistas defenderam na Carta das Águas, encaminhada em 2017 à Semad, a proibição de novos plantios no semiárido mineiro. Por outro lado, a diretora-executiva da Associação Mineira de Silvicultura (AMS), na época Adriana Maugeri, afirmou não conhecer os impactos gerados pelas monoculturas de eucalipto no aumento de consumo de água e ainda frisou que o *déficit* hídrico na região é consequência de alterações climáticas e do aumento do consumo humano, evidenciando, mais uma vez, como representantes dos setores econômicos tentam culpabilizar o consumo doméstico pela escassez hídrica (BOUGUERRA, 2004), omitindo os principais usuários da retirada, consumo e desperdício dos recursos hídricos. A diretora também rechaça, é claro, a proposta da proibição de novos plantios de eucalipto na região, argumentando que a manutenção da atividade é de extrema relevância para a economia do estado, já que gera empregos e é responsável por cerca de 9% do PIB mineiro. Ou seja, a diretora utiliza o discurso do crescimento econômico gerado pela atividade como sinônimo de desenvolvimento e de possível superação da pobreza (MILANEZ; SANTOS, 2013), como se fosse uma defesa unânime, de interesse de todos, independentemente dos impactos e conflitos socioambientais advindos dessa atividade.

Apesar de eu citar aqui que a intensificação dos conflitos pela água nas mesorregiões Central Mineira, Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri está associada principalmente à expansão de monoculturas, e que no Noroeste de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba essa intensificação se dê usualmente pelo uso intensivo de água para a irrigação, essa divisão da distribuição espacial dos conflitos hídricos de acordo com suas principais causas nas respectivas regiões foi feita apenas para facilitar a organização e análise de dados. É importante ressaltar que os conflitos hídricos oriundos do avanço de monoculturas não se restringem ao Norte e Nordeste de Minas Gerais, nem aqueles originados pelo uso exacerbado da água na

irrigação são exclusivos do Noroeste e Oeste do estado. Existem conflitos hídricos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por exemplo, causados pelo avanço da monocultura de cana-de-açúcar, que vem substituindo a cobertura vegetal nativa, interferindo em mananciais de água e promovendo formas de trabalho degradantes (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2011b, 2012). Igualmente há conflitos hídricos no Norte de Minas em virtude do aumento significativo do *déficit* hídrico relacionado à demanda de água para grandes irrigantes, como é o caso na Bacia do Riachão, nos arredores de Montes Claros, comprometendo o uso por parte de outros usuários (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2013b).

Além dos impactos socioambientais já mencionados anteriormente, o avanço de monoculturas no estado, como as de eucalipto, soja e cana-de-açúcar, provoca uma piora na qualidade de vida e danos à saúde para a população atingida em diferentes dimensões, confirmando os achados de Porto e Milanez (2009), que vão desde a expulsão de suas terras e perda de condições para a produção agrícola de subsistência, até o assoreamento de recurso hídrico e consequente perda de acesso à água, desemprego, rompimento de laços comunitários, de relações de vizinhança e de tradições culturais, substituição da paisagem nativa e perda da biodiversidade, a dependência da população local de grandes empresas, aumento da violência e a ampliação de pessoas contaminadas por agrotóxicos, já que esse tipo de cultivo em larga escala exige o uso elevado de agroquímicos.

Ainda que a contaminação de pessoas por agrotóxicos nesses casos seja uma consequência do avanço de monoculturas, os conflitos hídricos também podem ser ocasionados especificamente pela poluição de fontes de água. Esses foram os achados mais recorrentes nesta pesquisa. Categorizados como conflitos pelo uso e preservação dos recursos hídricos, pois os compromete e, muitas vezes, os torna inutilizáveis, estão presentes em todo o território mineiro e não se limitam à poluição por agrotóxicos, como também por outras atividades agroindustriais.

No Noroeste de Minas, em Unaí, um dos principais municípios irrigantes do país e um dos maiores produtores de grãos do estado (BRASIL, 2020), com destaque para o cultivo de soja, feijão e milho, os conflitos hídricos oriundos da poluição de fontes de água e da contaminação de pessoas por agrotóxicos ganharam destaque no cenário nacional em 2011, após denúncia do Frei Gilvander Moreira. Na época, ele entrevistou a diretora de uma escola municipal da zona rural, que afirmou que o feijão utilizado na merenda escolar servido às crianças estaria contaminado por agrotóxicos e que até seu cheiro causava mal-estar nas cozinheiras da escola, responsabilizando a empresa produtora pelo aumento no número de casos de câncer na cidade

(CPT, 2012; MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2012).

A lógica para a alta incidência de pessoas contaminadas por agrotóxicos é simples: onde existem grandes monoculturas produzindo uma quantidade elevada de produtos agrícolas, há uma intensa aplicação de agrotóxicos, devido à dependência por agroquímicos dos monocultivos, e isso, por consequência, potencializa o aumento do índice de pessoas contaminadas na região. Em 2011, Unai teve aproximadamente 1.260 casos/ano de pessoas contaminadas a cada 100.000 pessoas, sendo que a média mundial é inferior a 400 casos/ano por grupo de 100.000 pessoas (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2013a). Ou seja, a cidade teve uma média de casos de pessoas contaminadas por agrotóxicos três vezes maior do que a média mundial. Os conflitos causados pela poluição de fontes de água do município e região através de agrotóxicos utilizados no agronegócio podem ser compreendidos pelo relato abaixo de um morador local.

Eu trabalhava na comunidade de Boa Vistinha, que é uma comunidade tradicional de pequenos produtores, na época lá residiam mais ou menos umas vinte e poucas famílias, tínhamos um trabalho de regaste de sementes crioulas, de incentivar grupos de mulheres, essas coisas assim, uma das questões que começou a surgir depois de um diagnóstico foi que, várias crianças começaram a surgir com problemas de diarreia e vários problemas assim, e a gente foi investigando e fomos descobrir que a água que vinha e abastecia todas as famílias da comunidade ela vinha de uma nascente que passava na porta da fazenda do atual prefeito de Unai, e ela fazia o plantio de feijão, inclusive com pulverização por avião, aí ele pegava e plantava feijão de um lado e de outro do rio, como ele pulverizava por avião a água também ia junto, e as famílias de estavam lá em baixo nesta comunidade de Boa Vistinha, começaram todas elas a passar mal, só que a água dele, e da família, era de poço artesiano, então ninguém da casa dele não tinha nada" (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2013a, online).

Como pode ser visto pelo fragmento acima, o morador da região informa que o uso intenso de agrotóxicos nas lavouras e a consequente poluição de fontes de água que abasteciam a comunidade de pequenos produtores rurais eram provocados pelo próprio prefeito de Unai. Esse caso, assim como outros descritos anteriormente, escancarou o caráter ecológico-distributivo da constituição dos conflitos (MARTÍNEZ-ALIER, 2006; ACSELRAD, 2004a, 2008) pela água, já que evidenciam como a escassez e degradação dos recursos hídricos é um fenômeno político, afetando de modo desigual os diferentes atores sociais e áreas geográficas, refletindo assimetrias políticas, sociais, econômicas e ambientais entre populações, em função de dimensões étnicas, raciais, de classe e de gênero. Nesse caso, enquanto as famílias da Comunidade de Boa Vistinha sofrem com os danos à saúde devido à contaminação das águas pelos agrotóxicos, o prefeito e sua família continuam produzindo bastante feijão, sem nenhum



agravo ao seu bem-estar, já que eles possuem poço artesiano. Essa discussão sobre o caráter político dos conflitos hídricos será aprofundada no término desta seção.

No Jequitinhonha, a reportagem de Lage e Grigori (2020) apresenta um caso de contaminação dos solos e da água por aterro ilegal de agrotóxicos da empresa multinacional europeia, Aperam, durante cerca de 40 anos e as consequências socioambientais para a comunidade envolta. A empresa utilizava um agrotóxico bastante poluente e tóxico, conhecido por Aldrin, banido em centenas de países, inclusive no Brasil, para a produção de monoculturas de eucalipto nas redondezas de Itamarandiba.

O córrego é a vida da comunidade. Nunca teve outra fonte de água a não ser ele e os afluentes. Quando eu era menino tinha gangorra aqui no córrego, a gente pescava, banhava, era a nossa vida (...). Sabíamos que tinha Aldrin enterrado em todo canto, mas só agora descobrimos o que é isso, as doenças que causam e que tava na água. O Aldrin do nosso córrego vem da área do aterro. Nós bebemos a água do rio, como vamos viver? Eu não quero brigar com ninguém, só quero água pra beber, pros meus netos beberem (Geraldo Moreira, morador da Comunidade do Mandigueiro) (LAGE; GRIGORI, 2020, on-line).

O relato acima do morador da comunidade local ilustra a luta pelo direito de ter água de qualidade para consumo e como o conflito originado pela apropriação e contaminação de um bem comum, de domínio público, compromete os recursos hídricos da região e coloca a vida dessas pessoas e de futuras gerações em risco. Além disso, fica evidente, através desse trecho, a distinta relação entre os diferentes atores sociais envolvidos no conflito com a própria natureza em disputa.

Os moradores locais só descobriram a contaminação das fontes de água porque foram investigar a escassez de recursos hídricos na região. Em 2007, um morador relatou que a empresa captava aproximadamente 30 caminhões-pipa de água por dia do manancial, o que podia prejudicar o abastecimento público. Ao investigarem a falta de água para a comunidade, descobriram também sua contaminação. Segundo representantes da empresa, os produtos foram despejados em meados da década de 1970, quando eles alegam ter suspenso o uso do agroquímico, e desde então ficaram aterrados, sendo retirados somente em 2019, após o Ministério Público de Minas Gerais comprovar a contaminação a pedido de moradores locais.

O Ministério Público inicialmente propôs um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para controlar os impactos socioambientais originados pelo depósito ilegal, mas a empresa não aceitou. Então, o MP entrou com uma ação civil pública com pedido de tutela de urgência, pedindo à empresa uma indenização financeira ambiental para executar um plano de

recuperação e reabilitação da área contaminada. Porém, a empresa, de faturamento bilionário, não quer pagar a indenização, alegando que se o fizer, faltará dinheiro para pagar o salário dos empregados. Além da falta de água de qualidade para consumo, hoje a comunidade convive com diversos impactos ambientais e danos à saúde, como insegurança alimentar, o desequilíbrio na fauna devido à mortandade e ao afastamento de animais como tatu, tamanduá e peixes, diversos sintomas de intoxicação, como dores de cabeça, irritações pelo corpo, desmaios e convulsões, além do elevado crescimento no número de casos de câncer na região, principalmente em mulheres (câncer de mama e de colo de útero).

Há vários outros casos semelhantes de conflitos pela água distribuídos em Minas Gerais originados pela poluição de recursos hídricos através do uso indiscriminado de agrotóxicos nos cultivos. Cita-se, como exemplo, que, na mesorregião Central Mineira, em Curvelo, Felixlândia e municípios próximos, desde 2004, diversas comunidades denunciam o uso exacerbado e a poluição de fontes de água por agrotóxicos das monoculturas de eucalipto. Isso tem comprometido fontes de água de comunidades de pescadores e pequenos sítios da região, e causado doenças crônicas, como problemas neurológicos em trabalhadores rurais, os quais precisam tirar licenças médicas, correndo o risco de serem demitidos, o que, muitas vezes, acaba acontecendo (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009a). Da mesma forma, em Pompéu, na mesma mesorregião, a comunidade quilombola de Saco Barreiro tem sofrido desde a década de 1980 com a contaminação por agrotóxicos das águas, do solo e dos alimentos com as plantações da Agropéu S/A, uma agroindústria produtora de cana-de-açúcar, bem como pela escassez de água, em virtude da estocagem ilegal feita pela empresa para utilizar nas plantações (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2016). Similarmente, nos municípios de Carmópolis de Minas e Passa Tempo, no oeste de Minas, região mineira importante na produção de tomates, foi constatado em 2009 um elevado nível de agrotóxicos nos tomates produzidos, bem como a contaminação de fontes de água e de peixes da região (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2010e).

No leste de Minas, em Aimorés e redondezas, dezenas de moradores fizeram várias denúncias na Polícia Militar por apresentarem problemas de saúde em 2003, depois de ingerirem água do Rio Capim, que estava contaminado por agrotóxicos utilizados nas lavouras de arroz da região. O Ministério Público Estadual instaurou processo administrativo e solicitou perícia ambiental ao Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), o qual, por sua vez, afirmou que estava havendo

despejo irregular de agrotóxicos na sub-bacia do Rio Capim e que os impactos ambientais deveriam ser avaliados pelo Ibama. O conflito se estendeu nos anos subsequentes, sendo feitas novas denúncias de contaminação de moradores locais, e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Aimorés se reuniu com representantes da Bayer, da Emater, do MPE, com produtores rurais, entre outros, para discutir os conflitos pelo uso e contaminação por agrotóxico. Os representantes da Bayer afirmaram que seu produto não oferece perigos de contaminação, pois tem o aval do Ibama e da Anvisa, e que os conflitos estariam relacionados ao mau uso dele (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2010g).

Tudo isso corrobora minha argumentação sobre a pressão do setor privado com o apoio do Estado para o aumento contínuo da produtividade agrícola, sobretudo para a exportação de *commodities*, aliada aos interesses e *lobbies* das empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos. Igualmente, a responsabilização dos conflitos, doenças e mortes causadas por esses produtos é creditada principalmente ao uso incorreto deles, eximindo as indústrias químicas da responsabilidade da toxicidade em suas formulações e da imposição generalizada do modelo agroquímico de produção agrícola no Brasil.

Além da poluição por agrotóxicos, existem outros conflitos pelo uso e preservação dos recursos hídricos que são ocasionados pela contaminação das águas através de diferentes atividades agroindustriais. Por exemplo, em 2009, uma ONG denominada O Girassol enviou à promotoria da Comarca de Rio Pardo de Minas, no Norte de Minas, denúncias sobre a contaminação de lençóis freáticos próximos ao Rio Pardo devido ao aterro de sangue e água usado no abate de animais no Matadouro Municipal, sendo que o Ministério Público concluiu que a instituição realmente operava em condições ambientais e sanitárias inadequadas, provocando impactos ambientais e à saúde pública (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2010b). Casos semelhantes foram identificados em zonas rurais dos municípios de Barbacena e de Lavras, localizados nas regiões Sudeste e Sul de Minas Gerais, respectivamente, em que moradores locais denunciaram ao poder público o mau cheiro e o lançamento de rejeitos diversos de granjas (como fezes, urina, sangue e vísceras de animais abatidos) em importantes fontes de água das regiões, prejudicando o consumo humano e o de animais (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2010c, 2010d). Há também vários conflitos hídricos no período analisado causados pela poluição de despejo de resíduos potencialmente tóxicos de curtumes de couro e de laticínios em corpos d'água sem qualquer tipo de tratamento. Como resultado, têm-se riscos à saúde e piora na qualidade de vida da população, sobretudo a rural, que vive próxima dessas

instalações agroindustriais e depende das fontes de água, agora contaminadas, para sobrevivência, como os casos identificados em São Sebastião do Paraíso, no Sudoeste do estado (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2014), em Guiricema e Muriaé, na Zona da Mata (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2011c, 2011d), em São João del-Rei e em Antônio Carlos, no Campo das Vertentes (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2010a, 2010f), entre outros.

É importante destacar ainda a existência de conflitos hídricos deflagrados em virtude da construção de barragens e açudes que intensificam a escassez de água e outros conflitos socioambientais. Em Berizal, no Norte de Minas, por exemplo, centenas de famílias de pequenos agricultores, geraizeiros e ribeirinhos estão ameaçadas de serem expulsas de suas terras devido à construção da barragem de Berizal, no Rio Pardo, que também alagaria uma extensa área de vasta biodiversidade na região. A obra foi iniciada em 1999 pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), do Governo Federal, e suspensa três anos depois, por irregularidades em seu licenciamento ambiental. Desde então, grupos com diferentes interesses se mobilizaram contra e a favor a construção da barragem: de um lado, os atingidos se organizaram para discutir e lutar contra os impactos da construção em seus modos de vida e territorialidades; de outro lado, líderes políticos da região do Alto Rio Pardo reforçavam a necessidade de conclusão da construção da barragem para garantir o abastecimento e irrigação da região, como pode ser observado em discursos políticos proferidos nos anos de 2013, 2014 e 2015 (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2015b).

Uma reportagem publicada recentemente pela Folha de São Paulo (LINHARES, 2018) defende expressamente a construção da barragem, colocando-a como ação estratégica para garantir a segurança hídrica de toda a região, trazendo relatos de moradores da zona rural que sofrem com a escassez de água e dependem de caminhão-pipa para o consumo, os quais seriam beneficiados com a finalização do projeto. Porém, acima do direito à vida e a modos de ser, fazer e viver territorializados de comunidades tradicionais que ali vivem e dependem das relações estabelecidas com a natureza, está a defesa pela sustentação da produtividade do agronegócio da região, já que a reportagem é intitulada como “Agronegócio no norte de MG pena com 70% de rios secos”. Nessa defesa, em nenhum momento é citada na reportagem a necessidade de novas avaliações dos impactos socioambientais do empreendimento e os conflitos manifestados e latentes que afetam principalmente as comunidades locais, como se a construção da barragem

realmente fosse a única alternativa mais viável para combater a escassez de água na região.

Em contrapartida, comunidades tradicionais atingidas seguem pressionando pelo arquivamento do projeto, em defesa do bioma e dos povos que dependem dele (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2015), alegando que o Rio Pardo poderia beneficiar a população local se fosse feito um processo de revitalização socioambiental, em vez de continuar sendo explorado por grandes projetos que servem aos interesses de latifundiários e grandes empresas que atuam na região, que historicamente foram os responsáveis pela degradação do meio ambiente, através da expansão de monocultivos de eucalipto, do uso intensivo de água para a irrigação e do desmatamento, que impede a infiltração da água da chuva, necessária para recarregar lençóis freáticos e nascentes, agravando o assoreamento dos leitos.

Outro grande marco dos conflitos pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais foi a implantação do PROVÁRZEAS no início da década de 1980, como já mencionado anteriormente. Este programa pode ser considerado um retrocesso na proteção dos ecossistemas úmidos, pois, a partir dele, muitos recursos hídricos, como nascentes, lagoas marginais, veredas e brejos, vistos como empecilhos para a expansão da produção agrícola, foram drenados, estancados, soterrados e desviados para dar lugar ao plantio de monoculturas em diversas regiões de Minas Gerais. Diferentes estudos apontam conflitos pela água nesse sentido, como o de Corrêa *et al.* (2013), sobre a drenagem de brejos e esgotamento de rios através do PROVÁRZEAS para ampliar a oferta de terras cultiváveis na região Sudeste do estado, comprometendo o acesso e uso da água para comunidades rurais; e o de Vieira *et al.* (2017), sobre os conflitos hídricos provocados por drenagens de rios como consequência dessa política pública na região do Norte de Minas.

Para finalizar a descrição proposta nesta seção, gostaria de sinalizar brevemente os conflitos pela água latentes ou em potencial (ANA, 2018b; RIBEIRO, SANTOS; SILVA, 2019) que poderão emergir em Minas Gerais nos próximos anos em virtude da expansão do agronegócio, e que não são abrangidos pelas DACs nem por outras fontes de dados mencionadas anteriormente. Acredito que essa identificação seja necessária, pois, além de gerar e difundir informações relevantes sobre disputas que ainda não são tão evidentes, pode também auxiliar no gerenciamento dos recursos hídricos do território mineiro, no que tange ao planejamento e à definição de estratégias para responder a esses possíveis conflitos no futuro. Para tanto, identifiquei as regiões do estado com maior grau de criticidade em relação ao nível potencial de

contaminação e utilização das águas por diferentes atividades agroindustriais e, portanto, regiões que devem ser priorizadas quando se trata da gestão de recursos hídricos em Minas Gerais e da análise dos conflitos pela água ocasionados pelo agronegócio, ainda que tais apontamentos sejam dinâmicos e devam passar por novos refinamentos sempre que possível.

Levando em consideração o perfil de desenvolvimento regional e as tendências recentes das atividades produtivas em Minas Gerais, é possível afirmar que há uma propensão de ampliação dos conflitos hídricos originados pela expansão de monoculturas de cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e arredores, abrangendo principalmente a Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e parte da do Rio São Francisco e do Rio Grande, em razão de cenários que indicam as tendências de expansão desses cultivos, vinculados à produção do etanol, o que poderá comprometer não só a quantidade, como também a qualidade e os usos múltiplos das águas das regiões.

É possível também que haja um crescimento no número de casos ou intensificação dos conflitos hídricos já existentes na região Noroeste do estado, na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, em especial sob o aspecto quantitativo/de disponibilidade hídrica, devido ao cenário de expansão do agronegócio sobre o Cerrado, a manutenção de uma política macroeconômica baseada na exportação de *commodities* agropecuárias, sobretudo de grãos, e o consequente aumento de demanda de água para a irrigação nos próximos anos, o que pode agravar o *déficit* hídrico e os usos múltiplos da água na região.

Nas regiões Norte, Nordeste e partes da Central e Leste de Minas Gerais, as dificuldades advindas da baixa disponibilidade hídrica associadas aos problemas com assoreamento de fontes de água e o potencial de expansão de cultivos agrominerais também podem aumentar o número de casos de conflitos por água e intensificar aqueles já existentes em um futuro próximo. De modo geral, todos esses conflitos poderão envolver tanto usuários de um mesmo setor — como conflitos pelo uso da água entre irrigantes de uma mesma bacia hidrográfica — como também poderão ser protagonizados entre diferentes usuários de uma bacia — como as disputas entre irrigantes, população local (abastecimento humano) e representantes de indústrias.

Cabe ressaltar ainda os potenciais conflitos hídricos produzidos pela contaminação do agronegócio, que poderão ocorrer ou serem intensificados em função de efluentes tóxicos da suinocultura, pecuária e avicultura lançados em fontes de água, comprometendo sua qualidade,

tendo em vista o elevado consumo interno e exportação brasileira de carnes. Há também, é claro, os potenciais conflitos pela água que poderão emergir da utilização cada vez mais intensa e desregulada de agrotóxicos nas lavouras, como tem ocorrido nos últimos anos.

Por outro lado, recentemente também houve a criação de estratégias de intervenções por parte do poder público em âmbitos nacional e estadual diferentes daquelas que já estão em vigor nas bacias hidrográficas, o que poderá futuramente atenuar o cenário de conflitos hídricos em Minas Gerais. Exemplos disso são a publicação da Portaria do Igam n.º 26/2020, que institui a Comissão Gestora Local (CGL) no âmbito do processo de outorga coletiva (IGAM, 2020b), a Resolução n.º 24/2020, da ANA, que estabelece novos procedimentos acerca das atividades de fiscalização do uso de recursos hídricos e da segurança de barragens objeto de outorga em corpos d'água de domínio da União (ANA, 2020b), e também a criação de novas normas e procedimentos para a regularização de uso de recursos hídricos de domínio do estado através da publicação do decreto n.º 47.705, de 04 de setembro de 2019 (MINAS GERAIS, 2019a). Considero que esses foram alguns dos avanços significativos para aumentar a fiscalização e gestão dos recursos hídricos, especialmente no que diz respeito à gestão participativa do uso das águas através do processo de outorga coletiva, formatado para levar em consideração as necessidades de diferentes usuários da bacia. Mas, por serem recentes, ainda não há uma avaliação se realmente se tratam de medidas efetivas para dirimir os conflitos hídricos mineiros e que favoreçam a luta pela garantia do direito humano universal ao acesso à água de qualidade, além da crítica que faço na próxima seção sobre esses mecanismos não acompanharem mudanças socioeconômicas profundas do modo de produção agrícola capitalista e manterem uma lógica mercantil da água, o que, conseqüentemente, continuará contribuindo para a intensificação dos conflitos hídricos.

Portanto, apesar de o mapa do Igam evidenciar que a distribuição das áreas de conflito pela água produzidos pelo agronegócio em Minas Gerais se concentra principalmente nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste do estado — justamente em áreas que historicamente foram mais favorecidas com as políticas e programas públicos de desenvolvimento e que, hoje, o agronegócio está mais consolidado, sendo a atividade econômica mais predominante em muitos municípios dali — existem diversas outras disputas como essas espalhadas por todo o território mineiro, como descrevi acima. É com base nisso que afirmo que Minas Gerais pode ser compreendido como uma grande “zona de sacrifício” (ACSELRAD, 2004a), em virtude de sua localização geográfica atrair desde a segunda metade

do século XX grandes projetos e investimentos empresariais agroindustriais sob o discurso do desenvolvimento local, com alto potencial de degradação do meio ambiente, neste caso, dos recursos hídricos.

A análise dos conflitos pela água permitiu identificar os distintos interesses e as assimetrias de poder entre os atores sociais envolvidos nos conflitos, bem como as relações sociais estabelecidas entre eles e, inclusive, as diferentes formas de concepção e relacionamento com a própria natureza em disputa, o que nos leva a reconhecer não apenas os multifacetados projetos de sociedade, mas para que fins se destinam os recursos hídricos em Minas Gerais, seus principais usuários e a que projeto de sociedade eles têm servido. O número cada vez mais crescente de casos de conflitos pela água no estado, destacando-se no cenário nacional, com uma tendência de ampliação e intensificação dessas disputas em um futuro próximo, caracteriza uma dinâmica colonial sustentada e legitimada por programas e discursos em prol do desenvolvimento e do progresso econômico e pela venalidade da natureza, em que os recursos hídricos são instrumentalizados e reduzidos a um mero fator de produção, explorado e vendido em escala global, enquanto fonte geradora de riqueza da elite rural. Ainda que suas causas sejam diversas, a origem desses conflitos é comum, pois emergem a partir de um modelo de desenvolvimento econômico ancorado, majoritariamente, no agronegócio de base neoextrativista, que se fundamenta na mercantilização da natureza, da água, em particular, e da vida, devido à demanda por *commodities* agropecuárias dos mercados externos.

Os casos analisados aqui me permitem afirmar que a constituição dos conflitos hídricos produzidos pelo agronegócio mineiro tem um caráter inerentemente político. Independentemente da tipologia, ocorrem como resultado das históricas desigualdades no acesso e usos da água entre os diferentes atores sociais, e expressam uma desigual correlação de forças entre, por exemplo, grandes proprietários rurais e de empreendimentos agroindustriais, de um lado, que estão interessados na água enquanto um insumo produtivo, em um contexto em que eles se apropriam de bens comuns para a produção de riqueza; e, de outro lado, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, trabalhadores rurais, pequenos produtores rurais e a população local, cujo principal interesse reside na necessidade do acesso às águas para a sobrevivência e manutenção de modos de ser, fazer e viver.

Na maioria das vezes, o acesso privilegiado à água e seu uso intensivo por parte da elite rural provoca sua exaustão (quantidade) e degradação (qualidade), comprometendo o acesso e usos de populações locais, inclusive para necessidades básicas, como para abastecimento humano,



ilustrando como a escassez de água atinge de forma desigual os diferentes atores sociais. O poder econômico, aliado à influência política, faz com que grandes proprietários de terra, prefeitos e multinacionais do agronegócio, por exemplo, continuem produzindo, enquanto pequenos produtores rurais e a população local sofrem com a falta de água de qualidade para manter e reproduzir seus modos de vida. Essa “crise dos excluídos hídricos” (BORDALO, 2019) é resultado do mito da sociedade industrial desenvolvida, já que a promessa de que o agronegócio — enquanto “indústria-riqueza do Brasil” — proporcionaria crescimento econômico e prosperidade, não se cumpriu para todos os grupos sociais. Ao contrário, tem agravado os conflitos socioambientais no campo e na cidade, como os conflitos pela água, prejudicando, sobretudo, as populações mais pobres e marginalizadas politicamente, como foi possível observar pelos achados desta pesquisa.

Portanto, ainda que haja a participação de diversos atores sociais nos conflitos hídricos em Minas Gerais, que atuam tanto na direção de minimizar e tentar resolver esses conflitos, como também na intensificação dessas disputas — tais como o Ministério Público Estadual (MPE/MG), o Instituto Mineiro de Gestão de Águas (Igam), a Polícia Militar (PM-MG), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a Ruralminas, ONGs e movimentos ambientais, entre tantos outros —, os resultados deste estudo seguem a tendência nacional (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005; CPT, 2019), corroborando o fato de que os principais envolvidos nos conflitos pela água são, de um lado, grandes produtores rurais e proprietários de empreendimentos agroindustriais; de outro, populações locais, como quilombolas, ribeirinhos, geraizeiros, indígenas e pequenos produtores rurais, que resistem ao rolo compressor do desenvolvimento, ou seja, trata-se de populações assoladas e subalternizadas que possuem classe, raça e gênero específicos, constituindo o racismo ambiental.

Sobre essas populações, multiplicam-se e banalizam-se inúmeras formas de “violências das afetações” (ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016), materiais e simbólicas, que acompanham o processo de desenvolvimento ancorado em um modelo neoextrativista de agronegócio contra os modos de viver territorializados dessas comunidades, como a poluição de recursos hídricos, a destruição de biomas, a exaustão de água, danos à saúde pública e até a expropriação de populações locais. O agronegócio tem cada vez mais avançado sobre as demais propriedades agrárias para concentrar rendas, terras e águas, comprometendo as condições de permanência e expropriando pequenos agricultores e comunidades que tradicionalmente viviam em seu

entorno, transformando-os em meros empregados e dependentes das grandes lavouras ou até mesmo em desempregados nas periferias das cidades.

E se os governos federal e estadual se empenharam desde a segunda metade do século passado para formular programas e políticas públicas em benefício do agronegócio, o mesmo não aconteceu com essas comunidades locais, sendo que esses planos de desenvolvimento contribuíram para uma exclusão ainda maior da agricultura de subsistência e para a intensificação dos conflitos pela água em território mineiro. A incorporação de modernas tecnologias de produção agropecuária no estado tem aprofundado a exclusão de populações e trabalhadores rurais, afastando-os das promessas do desenvolvimento econômico. É por isso que esses principais atores sociais afetados pelos conflitos e escassez hídrica em Minas Gerais também podem ser compreendidos como organizações de resistência (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005), pois resistem de variadas formas às violências advindas dos conflitos que os permeiam e às dinâmicas neocoloniais impostas pelas políticas de desenvolvimento e pela lógica da modernidade. É uma resistência estrutural pela água, a fim de tentar garantir a própria existência social coletiva desses sujeitos.

Por fim, os conflitos hídricos identificados revelam que o uso múltiplo das águas e a prioridade para o consumo humano em casos de escassez, como preconizado pela PNRH, são parcialmente atendidos no estado, sobretudo nas áreas onde o agronegócio é predominante, prejudicando o alcance da universalização do direito humano à água. O fetiche do desenvolvimento, propalado ideologicamente como progresso e ancorado no agronegócio e na colonialidade da natureza, consolida-se nos conflitos hídricos, materializando, contraditoriamente àquilo que propõe, a destruição de modos de ser e de viver e o impedimento ao direito humano universal à água. Até quando vamos continuar acreditando e/ou aceitando que o atual modelo de desenvolvimento é o único e inexorável caminho a se seguir? Existem alternativas que emergem desse processo e que confrontam essa lógica desenvolvimentista, buscando dirimir os conflitos pela água produzidos pelo agronegócio em Minas Gerais?

### *9.3.1 “Vozes da resistência”: técnicas de resoluções e organizações de resistência aos conflitos pela água produzidos pelo agronegócio mineiro*

Como mencionado no início do capítulo anterior, meu objetivo com esta seção é apresentar brevemente algumas organizações de resistências que emergem dos conflitos pela água

produzidos e intensificados pelo agronegócio em território mineiro, enquanto um processo intrínseco dessas disputas e como tema de análise proposto nos procedimentos metodológicos. Porém, antes disso, é importante fazer uma ressalva. A categoria teórica “resistência” já é consolidada e extensamente debatida nos Estudos Organizacionais. Não é a minha intenção aqui aprofundar nesse debate a partir desse corpo de conhecimento, e, por isso mesmo, não há um capítulo teórico exclusivo para o tema, já que optei por outros recortes teóricos na construção desta tese, ainda que o tangencie por diversas vezes.

Entretanto, desde o início deste estudo, eu me comprometi em ser um aliado na luta política pelo direito humano à água de qualidade de atores sociais subalternizados envolvidos nos conflitos hídricos produzidos pelo agronegócio mineiro e de (re)valorizar esses sujeitos e suas formas de organização e práticas cotidianas que permitem sua sobrevivência por meio da resistência. Ademais, a própria Ecologia Política tem como uma de suas principais estratégias de ação a resistência como estratégia de luta política (JATOBÁ *et al.*, 2009; ALIMONDA, 2015) e não somente fazer crítica pela crítica. A crítica por si só não significa envolvimento.

Portanto, acredito ser importante acrescentar esta análise para reforçar o trabalho de comunicar o que a Ecologia Política tem a oferecer e como essas ideias podem ser usadas de forma apropriada, incluindo a exposição explícita de alguns movimentos de resistências aos conflitos hídricos, bem como de críticas ao atual modelo mineiro de gestão das águas. Isso permite identificar e dar visibilidade a resistências e lógicas alternativas contra as diversas opressões e estruturas que conformam uma geopolítica da água acentuadamente desigual, ainda que reconheça lançar mão de certa profundidade teórica específica dos Estudos Organizacionais para tanto.

Nesse sentido, o primeiro ponto que gostaria de destacar aqui são os instrumentos técnico-legais de gestão de recursos hídricos e o papel dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) na resolução dos conflitos pela água identificados nesta pesquisa. É inegável que a nova norma de regulamentação da outorga coletiva do estado (MINAS GERAIS, 2019a) configura uma iniciativa importante na tentativa de aumentar a gestão participativa do uso das águas e de atenuar os conflitos hídricos. A partir dessa nova proposta de formato, o CBH convocará os diferentes usuários inseridos nas áreas de conflito para elaboração de proposta de alocação negociada de água, isto é, um processo no qual os próprios usuários da bacia realizam uma negociação entre eles sobre a distribuição dos recursos hídricos, buscando o consenso no atendimento de cada demanda de acordo com a quantidade de água disponível na bacia. Se não

houver acordo entre os usuários, o Igam irá definir essa alocação dos recursos hídricos com base nos usuários interessados, diferentemente de como ocorria no processo anterior, até certo tempo atrás, em que as outorgas eram liberadas de forma isolada, sem contemplar o uso total da bacia.

Esse novo formato de regularização já está sendo aplicado, por exemplo, na sub-bacia do Ribeirão Batalha, na região Noroeste de Minas Gerais, nos municípios de Paracatu e Guarda-Mor, que, como vimos na seção anterior, possuem diversos conflitos pelo uso da água intensificados pela alta demanda de irrigantes. Para tanto, foi feita uma reunião em novembro de 2019 com diferentes usuários da bacia e, entre os assuntos em pauta, estavam os novos procedimentos de outorga. Porém, é possível apontar algumas fragilidades desse novo instrumento. De acordo com uma entrevista (BOAVISTAFM, 2019) dada pelo Diretor de Planejamento e Regulação do Igam, Marcelo Fonseca, sobre a referida reunião, os usuários de um volume muito reduzido de água nas bacias (como moradores de zona rural) não participam do processo de alocação negociada de água nas DACs, mas, segundo ele, teriam suas demandas garantidas, precisando apenas formalizar essa demanda no site do Igam. Somente aqueles usuários que demandam um volume acima do limite outorgável nas DACs devem participar do processo de negociação.

Entretanto, como foi visto nos casos de conflitos identificados, um dos usuários mais afetados pelos conflitos e escassez hídrica é justamente a população rural, que tem a quantidade e qualidade das águas comprometidas em virtude de atividades como a irrigação e poluição pela aplicação intensiva de agrotóxicos nas lavouras. Nesse sentido, cabe questionar a instituição acerca da forma como se daria essa garantia de não faltar água de qualidade para os usuários que demandam um volume reduzido, já que, até antes mesmo das novas normas estipuladas pelo decreto, eles já eram afetados em diversas regiões do estado por essa irregularidade, constituindo inúmeros casos de conflitos. E se os moradores rurais, muitas vezes alheios às tecnologias, não formalizam suas demandas no site da instituição, eles perdem essa garantia do direito humano à água para todos? Esses sujeitos (pequenos usuários de água) vão permanecer marginalizados das decisões sobre o acesso e uso dos recursos naturais do meio do qual fazem parte, ao invés de ampliar e fortalecer a gestão participativa do uso das águas. Além da garantia, cabe indagar também como seria o processo de fiscalização dessa nova regulamentação, já que atualmente há vários conflitos identificados em Minas Gerais ocasionados pelo uso indevido (sem outorga) dos recursos hídricos por parte de grandes produtores rurais, prejudicando outros

usuários.

Na mesma reportagem, o Coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu informou que a reunião feita com os diferentes usuários da DAC foi proveitosa, pois foi possível entender as dificuldades dos produtores rurais, pensando no futuro do agronegócio. Em reportagem semelhante feita pelo Igam (2020b), mais uma vez a preocupação central é o uso da água para grandes produtores rurais, para que não falte na irrigação de plantações de milho, feijão e soja da região. Isso demonstra a importância e a necessidade de trabalhos voltados para as demandas de comunidades tradicionais e de outras organizações de resistências, de forma a identificar e dar visibilidade às lutas desses sujeitos, como proposto nesta tese, que são os principais afetados pelos impactos socioambientais dos conflitos hídricos, mas cujas demandas muitas vezes são silenciadas nas grandes mídias.

Ainda na reportagem da Rádio Boa Vista FM (2019), o Coordenador da CTOC afirma também que a nova regulamentação irá facilitar a negociação das quantidades e as formas com que os recursos hídricos da bacia serão usados, apesar de citar que algumas associações convocadas para a reunião “não tiveram capacidade técnica de apresentar alguma coisa” em relação à própria demanda dos usuários. Nesse sentido, surge outro questionamento que acredito ser importante a ser feito: tendo em vista as condições desiguais do ponto de vista da disponibilidade material, de conhecimento/informação e de acesso a redes políticas e de poder, e considerando as históricas assimetrias no acesso e usos da água entre os diferentes atores sociais, bem como os diferentes interesses, formas de se relacionar com a natureza e múltiplos projetos de sociedade que os conflitos hídricos envolvem, como garantir o consenso nesses processos de negociação e que os resultados dessas metodologias não prejudicarão os grupos sociais com menor poder econômico e político? Esse questionamento vai ao encontro das críticas endereçadas por diversos estudos, como os de Acselrad, Bezerra e Gaviria (2010) e Gusmão e Pavão (2019), sobre essas técnicas de resolução negociada dos conflitos socioambientais despolitizarem o tratamento dos conflitos hídricos, ao esvaziar o debate da esfera pública e beneficiar resoluções cada vez mais privatizadas dessas disputas, entre os próprios atores sociais envolvidos, sendo que eles não possuem forças políticas e econômicas equivalentes nesses fóruns, apesar de o debate envolver o direito coletivo à água.

A própria direção do Igam (2020a) reconhece os desafios e dificuldades para aperfeiçoar a gestão de recursos hídricos em áreas de conflito e a necessidade de maior fiscalização e disponibilidade de dados mais precisos sobre o tema. Há também a dificuldade de liberação de

portarias de outorgas dentro das DACs, como é o caso da sub-bacia do Rio Caatinga, na região Noroeste de Minas, próximo ao município de João Pinheiro, que já é uma área de conflito declarada desde 2015 e até hoje, 6 anos depois, não tem portaria de outorga, devido à dificuldade de convocar e compreender os diferentes usuários da bacia. Isso mostra que, apesar de ter sido pioneiro no Brasil ao estabelecer, em 2005, os limites formais das áreas de conflito pela água através das DACs, o estado ainda não tem sido capaz de solucionar ou minimizar esses conflitos, além de evidenciar a morosidade desses processos, o que acaba alastrando e intensificando essas disputas com o decorrer dos anos.

Para buscar superar essas barreiras e atenuar os conflitos pela água, além das recentes portarias e decretos de âmbitos nacional e estadual que têm sido publicados nos últimos anos, como mencionado na seção anterior, representantes de instituições como o Igam, a ANA e a Emater defendem, de forma geral, a elaboração de estudos e soluções técnicas para a gestão de recursos hídricos, através de novas tecnologias e conceitos como pegada hídrica, Economia Verde e desenvolvimento sustentável, além de fomentar a atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH), que são as principais instituições responsáveis por operar na resolução dos conflitos pelo uso da água nas bacias hidrográficas, podendo resultar na priorização de determinados usos sobre outros. Sobre as inúmeras estratégias levantadas para buscar reverter o quadro de escassez hídrica e os consequentes conflitos pela água, destaco, abaixo, as falas de um dos gerentes de Agroecologia e Meio Ambiente da Emater e de outros sujeitos representantes de diferentes setores produtivos no Brasil, retiradas de reportagens distintas.

As bacias que têm de fazer abastecimento humano e irrigação são as mais prejudicadas, por causa das duas pressões que sofrem. (...) isso fica evidente, por exemplo, na Bacia do Descoberto. Por lá, a irrigação não foi interrompida e os produtores reclamaram que a água diminuiu. **O que a Emater tem feito é ajudar o produtor a evitar desperdícios, ao usar sistemas de irrigação mais localizados, como o de gotejamento.** O tensiômetro, aparelho que mede a umidade do solo – quanto e quando molhar -, também é importante instrumento, porque se usa o que realmente a planta precisa. O que percebemos é que o produtor está cada dia mais consciente e preocupado com os recursos hídricos, até porque é o primeiro que sofre (MAIA, 2018, on-line).

O Brasil começa a assistir a crescentes conflitos em relação ao uso múltiplo de água – abastecimento público, agricultura, indústria, geração de energia, navegação, pesca e aquicultura, turismo e recreação, entre outros – e à gestão dos recursos hídricos em caso de novas crises no horizonte. **O setor de energia elétrica se debruça sobre um sistema de precificação da água** de olho nos prejuízos com a escassez. **Concessionárias de água e esgoto buscam investir em novas tecnologias. No Ceará, o governo local se prepara para licitar um projeto inédito no Brasil: a dessalinização da água do mar para torná-la potável. Governos estaduais começam a analisar a cobrança pelo uso da água em bacias que hoje não adotam o sistema, como no Distrito Federal. A cobrança pelo lançamento de efluentes nos rios também já integra a agenda de prefeituras.** Para o engenheiro Álvaro

Menezes, ex-presidente da companhia estadual de Alagoas, **a cobrança pelo uso da água vai ganhar espaço em rios estaduais e da União**. “A água está mal distribuída no Brasil. A bacia do rio Amazonas detém mais de 80% da vazão disponível no país, mas menos de 10% da população”, diz. (...) “A discussão sobre o uso múltiplo da água tem crescido com a escassez de água. O debate é cada vez mais importante, assim como a questão da precificação da água”, diz Alisson Brandão, gerente de desenvolvimento operacional da Embasa (...) [Para o ex-presidente da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) e atual presidente da consultoria PSR, Luiz Barroso], **“em um cenário de escassez, a precificação e a implementação de um sistema robusto de gestão integrada dos recursos hídricos são as ferramentas que a sociedade, o governo e as empresas precisam para mitigar a disputa pela água e evitar prejuízos à economia nacional”** (ROCKMANN, 2020, on-line).

Há alguns pontos interessantes para discutir a partir dos trechos acima. O primeiro que destaco é que é comum grandes produtores rurais forjarem um discurso ambiental em defesa do desenvolvimento sustentável, da pegada hídrica ou da Economia Verde, como um indicador de sustentabilidade e do uso racional dos recursos hídricos em suas atividades, mas continuarem reproduzindo a mercantilização da natureza através de novas tecnologias e práticas que levam ao esgotamento da água, agora sob o discurso de que possuem responsabilidade socioambiental, como evidenciado por Porto (2014). O ponto aqui é que a proposta de substituição de tecnologias “sujas” por tecnologias ditas “limpas” ou mais eficientes não é acompanhada por mudanças socioeconômicas profundas do modo de produção agrícola capitalista, contribuindo para a manutenção da intensificação dos conflitos hídricos.

Já a discussão sobre os sistemas de precificação para combater a escassez e atenuar os conflitos pelo uso da água por diferentes atores sociais coloca em pauta o controle, por grupos econômicos, ao acesso e uso dos recursos hídricos. A precificação da água não garante o aumento da sua disponibilidade e qualidade (SHIVA, 2006; BORDALO, 2009; PORTO; PORTO, 2016), como foi visto, por exemplo, nos casos de conflitos identificados nos municípios de Curvelo e Felixlândia (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009b, on-line) citados anteriormente. Em vez de se tornar um incentivador da conservação ambiental e da realocação de recursos, a adoção de tal estratégia para o gerenciamento “mais eficiente” da água pode provocar novos conflitos socioambientais, já que produz exclusão social no acesso a esse bem.

Além disso, com a atuação dos CBHs, ganha cada vez mais espaço nas agendas o debate público sobre delimitar prioridades para o uso dos recursos hídricos em situações de seca e escassez. Por exemplo, de acordo com a reportagem do Valor Econômico (ROCKMANN, 2020, on-line), atualmente, na Bacia Hidrográfica de Paraíba do Sul, que corta Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, o CBH está desenvolvendo um documento técnico para definir os usos prioritários

da água em situação de *déficit* hídrico, reunindo “empresas como a CSN, entidades empresariais como Fiesp e Fiemg, concessionárias de água e esgoto e prefeituras de 184 cidades dos Estados” para analisar as demandas dos principais usuários da bacia. Porém, em momento nenhum desta e de outras reportagens, é citada a representação de comunidades locais mais vulneráveis política e economicamente nesses fóruns de resolução negociada de conflitos, como associações e movimentos sociais em favor dos direitos de populações tradicionais. Fica evidente que a maior preocupação de muitos técnicos e especialistas da gestão de recursos hídricos é pensar em alternativas e criar novas tecnologias que permitam a continuidade do modelo de produção agrícola neoextrativista através do uso mais eficiente da água, diminuindo os prejuízos financeiros para grandes empresas e para a economia como um todo, sendo que as demandas de populações tradicionais ficam relegadas a segundo plano.

Dessa forma, é notória uma participação desigual entre empresas usuárias, poder público e sociedade civil nos CBHs, permitindo uma forma de organizar que têm priorizado mais os interesses de grupos econômicos com maior força política (IORIS, 2009; PORTO; PORTO, 2016; GUSMÃO; PAVÃO, 2019), como representantes da agroindústria, alinhados com os objetivos de "desenvolvimento" enquanto crescimento econômico, e que comumente não são os mesmos interesses da população local. Isto, por sua vez, reflete a submissão desses CBHs à lógica mercantil da água e à mentalidade neoliberal de administração “eficiente” de recursos hídricos, reafirmando as assimetrias de poder em relação aos diferentes atores sociais envolvidos nos conflitos e dificultando a promoção da justiça hídrica.

Isso indica que significados, valores, identidades e sistemas de direitos ligados às comunidades locais tendem a ser negligenciados para que se produzam usuários de água “com identidades que se encaixam convenientemente nos modelos, com necessidades e justificativas correspondentes à imaginação dos que estão no poder, sustentados em suas torres de ciência, tecnologia e política” (BOELEN, 2015, p. 8). Consequentemente, para guiar as condutas dos usuários de água, é melhor que eles se vejam como agentes racionais e empreendedores, como beneficiários econômicos do desenvolvimento da água ou ainda como indivíduos maximizadores de utilidade que calculam estrategicamente custos e benefícios para materializar interesses pessoais. Nesses termos, as regulações dos recursos hídricos são profundamente políticas: elas implicam redistribuições de direitos, poder e lucros com base em água como um projeto de criar uma utopia do livre mercado, em que o olhar técnico direciona, conferindo ordem ao caos.



Portanto, os modelos políticos e legislativos de recursos hídricos no Brasil, e em particular, em Minas, não são adaptados aos contextos das populações locais. Na verdade, elas que são forçadas se adaptar, e não os planos. É preciso reconhecer que o atual modelo de gestão dos recursos hídricos não se limita ao uso de práticas e tecnologias diretamente associadas à distribuição, ao uso e à conservação das águas, mas, sobretudo, às questões relacionadas às opções de modelo de desenvolvimento e aos interesses políticos e econômicos vigentes no território, mostrando-se incapaz de promover direito humano universal à água.

Com base nisso, a Ecologia Política propõe fortalecer as organizações de resistências e refletir sobre alternativas aos atuais modelos de desenvolvimento, que vão em direção às mudanças qualitativas das estruturas produtivas a partir de uma democracia de descentralização do poder econômico e político. No mesmo sentido, Escobar (1995) assinala que, para superar as formas universalistas e concentradoras de propriedade, renda e consumo, é preciso criar movimentos de resistência local e desconstruir o modelo de desenvolvimento econômico tradicional.

Porém, é preciso admitir que é difícil imaginar a implantação de qualquer alternativa radical voltada para a justiça agrária e hídrica, uma vez que alternativas ao desenvolvimento exigiriam uma forte coordenação de grupos sociais locais, nacionais e internacionais e, principalmente, vontade política para construir um futuro diferente para os pequenos produtores rurais, populações tradicionais e a sociedade em geral. Mesmo diante desse cenário, ultimamente têm emergido movimentos de resistências em várias partes do mundo, inclusive no Brasil e em Minas Gerais, para se opor ou problematizar a agricultura corporativa globalizada e os conflitos socioambientais produzidos por tal atividade, lutando pela universalização do direito à água de qualidade e contrapondo os grandes projetos nacionais de desenvolvimento financiados pelo Estado. Este último historicamente tem representado mais os interesses do empresariado e da elite rural, já que são grandes financiadores de campanhas eleitorais e que constituem o próprio governo, como a bancada ruralista, e que nos últimos anos tem cada vez mais promovido, justificado e endossado o aviltamento, a desqualificação e a criminalização de movimentos sociais por justiça ambiental, sob o argumento de que se trata de manifestações irracionais, radicais e opositoras ao desenvolvimento e ao progresso econômico, como apontado por Gudynas (2012). Isto é possível ser observado, por exemplo, em vários discursos do próprio presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, quando ele culpa movimentos sociais e ONGs pelo aumento das queimadas na Amazônia ou no seguinte trecho retirado de uma entrevista dada em fevereiro de 2020:

Ambientalistas... de paletó e gravata, uísque, carpete e vendo televisão a noite toda. E também, né, fumando um cigarrinho ilegal a noite toda também. Esse pessoal que é ambientalista. Tem que levar pra dentro da Amazônia e... Como que é o nome mesmo daquele mosquito lá?! Tem o [mosquito] carapanã, e eles vão falar “ui... ui” e vão sair correndo. Esses são os ambientalistas. (...) Alguns vivem de recursos de ONGs e fora do Brasil. Pra exatamente inviabilizar o progresso econômico da região (ANDRADE, 2020, on-line).

Os movimentos de resistência tem se organizado cada vez mais, transcendendo o local e envolvendo uma multiplicidade de interlocutores, como ambientalistas, ONGs, consumidores ativistas, políticos e acadêmicos, que em muitos lugares colocam suas vidas em risco para confrontar práticas e políticas do pensamento neoliberal e a ação colonizadora baseada em um modelo de desenvolvimento econômico hegemônico, dando ênfase em atores sociais historicamente subalternizados, isto é, pessoas, grupos e/ou organizações que têm ou tiveram seus modos de ser e de viver marginalizados e espoliados pelo modelo de desenvolvimento neoextrativista e agrodependente vigente. Tal articulação e organização de atores em redes políticas de resistência tem se mostrado cada vez mais relevante em vários processos concretos de defesa e luta por acesso à água, uma vez que têm promovido a construção e execução de propostas alternativas de modos de se apropriar e se relacionar com a natureza, diferentes daquelas propostas por uma lógica mercantil das águas.

Os pequenos produtores rurais e as comunidades tradicionais dispersas no território mineiro também resistem às práticas socioespaciais das corporações agroindustriais através de vários rearranjos produtivos e movimentos sociais que se organizam em verdadeiras redes políticas, como o Movimento Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Ribeiro *et al.* (2020), por exemplo, evidenciam um caso recente de conflito pela água ocasionado pela expansão de monoculturas de eucalipto e pela seca na região norte de Minas Gerais, em que a própria comunidade local de Almas resiste e desenvolve estratégias para se autorregular, a fim de que não falte água para o consumo doméstico e para as atividades produtivas de subsistência das famílias que ali residem.

As famílias buscavam fazer rearranjos produtivos para lidar com a estiagem: reduziam o tamanho da roça de mantimento, cultivavam plantas mais resistentes à falta de água, como os feijões de corda, catador e andu em lugar de feijão-de-arranca, o feijão comercial mais vulgar, diminuía ou deixavam de fazer horta, reduziam ou deixavam de criar gado bovino e ampliavam, quando possível, a criação de galinhas (RIBEIRO *et al.*, 2020, p. 67).

Isso ocorre em um contexto de implantação de políticas públicas locais e nacionais que incentivam massivamente a expansão do agronegócio, sobretudo, nos projetos de irrigação da região. Dessa forma, as famílias e populações tradicionais dali recriam-se e resistem

continuamente, seguindo sua luta pelo direito à água.

Há ainda parcerias entre esses movimentos sociais, a própria CPT, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), acadêmicos, ONGs, sindicatos e partidos políticos que, ainda que possuam interesses diversos e particulares, a ação coletiva deles ratifica, legítima e viabiliza a realização de objetivos comuns, como a resistência à expansão da soja, pecuária, cana-de-açúcar, algodão, eucalipto e ao esgotamento e à contaminação dos recursos hídricos.

A CPT pode ser considerada um movimento de resistência aos conflitos pela água produzidos pelo agronegócio mineiro, já que defende a reforma agrária e evidencia, por meio de vários estudos, as diferentes lutas no campo, como por terra e por água. Alguns partidos políticos da esquerda também parecem defender a reforma agrária e a universalização do direito à água de qualidade, apesar de haver casos de contradições entre ideias e ação política quando determinado partido assume um certo grau de influência no cenário nacional, como foram os últimos governos do Partido dos Trabalhadores, que avançou muito pouco nessas pautas. Do mesmo modo, algumas ONGs também atuam como parceiras de povos subalternizados na luta contra a expansão do agronegócio e ao direito à água, mesmo que muitas outras possuam interesses contraditórios e estejam associadas às grandes empresas.

O Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA) se apresenta como uma alternativa e resistência à falta de independência, representatividade e legitimidade do Fórum Mundial da Água (FMA), já que este, que conta com o apoio da ANA<sup>25</sup>, está comprometido com empresas cujo interesse é a mercantilização dos recursos hídricos. Inclusive, no FAMA de 2018, foi desenvolvida uma carta-denúncia, assinada por diversas instituições que apoiam esses movimentos de resistência, e nela incluem a degradação da natureza e das águas pelas atividades agroindustriais e seus consequentes impactos para os diferentes povos, como pode ser visto em Fama (2018).

A Rede Cerrado também constitui uma importante rede política de resistência na luta pela conservação do bioma e de seus povos e comunidades tradicionais. Criada em 1992, atualmente é composta por mais de 50 entidades da sociedade civil e congrega indiretamente mais de 300 organizações que lutam por justiça ambiental, sendo que uma de suas frentes de atuação é justamente a defesa dos recursos hídricos dos Cerrados e contra a expansão da pecuária

---

<sup>25</sup> Para mais informações, ver ANA (2018a).

extensiva — que tem causado desmatamento na região — e das monoculturas de soja, eucalipto, cana-de-açúcar e algodão.

Outra importante organização de resistência é a Via Campesina, um movimento internacional atuante também no Brasil constituído de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais, comunidades indígenas, entre outros povos, e sua rede política brasileira é formada por instituições como MAB, MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e CPT. Dentre as ações políticas da Via Campesina, destaco o direito à água como princípio da soberania alimentar, atuando na defesa de práticas agroecológicas e da agricultura camponesa, que, além de levarem à prática a soberania alimentar, também contribuem com a preservação e a utilização sustentável da água. Para tanto, problematizam as crises dos recursos hídricos enquanto consequências do neoliberalismo e do modelo de agricultura industrial promovido por multinacionais, pela maioria dos governos e instituições financeiras internacionais, como FMI, OMC e Banco Mundial.

Já o Movimento Atingido por Barragens (MAB) constitui um movimento nacional e autônomo de “muita resistência, luta e conquistas (...) em defesa dos direitos dos atingidos e atingidas, em defesa da água e da energia e pela construção de um Projeto Popular para o país”. Nesse cenário, o MAB representa um importante movimento popular, reivindicatório e político contra a mercantilização da água e contra o discurso hegemônico do mercado e do lucro, e nos últimos anos tem participado ativamente de movimentos em busca de justiça ambiental, denunciando, por exemplo, o atual modelo de mineração, como foi o caso do rompimento das barragens da Mina Córrego do Feijão, que ocorreu em janeiro de 2019, em Brumadinho (MG), administrada pela Vale, e da Barragem de Fundão, em 2015, em Bento Rodrigues (MG), gerida pela Samarco, também controlada pela Vale. Tais crimes envolveram diversos conflitos socioambientais, como mortes e desaparecimento de várias pessoas, a destruição de ecossistemas, o comprometimento do abastecimento de famílias atingidas e a poluição de rios por rejeitos tóxicos, como o Rio Paraopeba e o Rio Doce.

O MAB atua, por exemplo, desde 2011 no conflito descrito anteriormente na Barragem do Berizal (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2015b), discutindo junto à população local práticas sustentáveis para a produção de alimentos, em contraponto à política agrícola hegemônica no País, baseada na produção em grande escala voltada para a exportação, em monoculturas e no uso exacerbado de agrotóxicos e de água. Em 2012, os atingidos de Berizal e pelos projetos Gorutuba e Jequitaiá, em conjunto

com o MAB, reuniram centenas de pessoas em Montes Claros para protestar em frente ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), exigindo, entre outras coisas, a revitalização da bacia do Rio Pardo e a garantia do abastecimento de água das comunidades da região.

Além disso, no Norte de Minas Gerais, em 2003, foi realizado o primeiro encontro das comunidades atingidas pelo monocultivo de eucalipto na comunidade de Brejinho, em Rio Pardo de Minas, e reuniu cerca de 26 comunidades da região, que discutiram sobre seus direitos às terras e às águas onde viviam. Após essa intensa mobilização política, em 2009, a comunidade Vereda Funda conseguiu recuperar quase 5 mil hectares de terras utilizadas pela empresa Florestaminas para promover a recuperação ambiental. E em 2011 a mesma comunidade conseguiu criar um Assentamento Agroextrativista em suas terras (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2015a). Tendo em vista essas conquistas, a comunidade se tornou um exemplo de organização de resistência e de luta para os demais povos da região contra o avanço das monoculturas.

Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), internacionalmente reconhecido, defende, entre várias outras causas, o movimento agroecológico enquanto alternativa ao agronegócio no Brasil para uma melhor relação com a água, terra e florestas (MST, 2018). Nesse sentido, o movimento agroecológico também se apresenta como uma alternativa e resistência às práticas e políticas do agronegócio. Considerado um novo paradigma produtivo, é baseado em uma constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção agrícola mais sustentável, economicamente viável, orientada ao bem comum (socialmente justa) e ao equilíbrio ecológico do planeta, através de formas de ocupação e manejo da natureza que valorizam a manutenção da biodiversidade dos agroecossistemas (LEFF, 2002), possibilitando uma redução do uso de energia fóssil e de água, além de evitar o uso de agrotóxicos e produzir alimentos mais saudáveis.

Por isso defendo, apesar das dificuldades políticas, a transição do atual modelo brasileiro de produção agrícola baseado no agronegócio para uma produção agroecológica, pois esse sistema tem condições de produzir alimentos suficientes, respeitando a natureza, sobretudo, as águas, o que, conseqüentemente, poderia conter o surgimento de diversos conflitos hídricos. Em Minas Gerais, o movimento tem se difundido entre pequenos produtores rurais, comunidades tradicionais, indígenas, agricultores familiares, entre outros, além de contar com importantes redes e articulações políticas que contribuem para o seu fortalecimento no estado, tais como a

Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), a Rede Agroecológica do Leste de Minas, a Articulação de Mulheres de Minas Gerais e a Rede Urbana de Agroecologia da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RUA).

A mobilização dessas e de inúmeros outros movimentos de resistências no estado constitui uma resposta política para a permanência de modos de vida alternativos e pela defesa da universalização do direito ao acesso à água de qualidade. Nesse campo de forças entre grandes produtores rurais, empresas, Estado e populações tradicionais, o agronegócio tem avanços e recuos, em virtude das organizações de resistências contra processos de privatização, mercantilização e degradação dos recursos hídricos. Porém, esses processos já estão em curso há vários anos, por isso a importância do debate acadêmico e social sobre organizações de resistência aos conflitos pela água produzidos pelo agronegócio mineiro, a fim de reforçar e dar visibilidade à luta política de movimentos favoráveis às diversas possibilidades de vida, ainda que não seja minha intenção aqui discorrer sobre todos eles.

Por fim, acredito que esta seção ilustra bem o caráter produtivo (BREDARIOL, 2001; PARRA-ROMERO, 2020) dos conflitos pela água em Minas Gerais, enquanto espaços de produção e mobilização de conhecimentos sobre aspectos variados das disputas por diferentes atores sociais, que podem influenciar e coproduzir os próprios territórios, bem como contribuir para a busca por justiça ambiental e mudança social; espaços de produção de lutas políticas que problematizem a expansão do agronegócio e o modelo de desenvolvimento vigente, em defesa da universalização do direito humano à água, de um sistema agroalimentar alternativo e da distribuição equitativa dos impactos socioambientais oriundos das políticas e programas de desenvolvimento destinados ao agronegócio; espaços de produção de lutas políticas pelo reconhecimento de diferentes narrativas e modos de vida de sujeitos marginalizados e assolados pelos conflitos hídricos, como indígenas, quilombolas, vazanteiros, trabalhadores rurais, geraizeiros, agricultores familiares, entre tantas outras organizações de resistência localizadas em território mineiro. O próximo capítulo diz respeito à análise do caso do conflito pela água intensificado pelo agronegócio envolvendo as comunidades tradicionais de Pau Preto e do Quilombo da Lapinha na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, no contexto do Projeto Jaíba.

## **10 CONFLITOS PELA ÁGUA NO MAIOR PROJETO PÚBLICO DE AGRICULTURA IRRIGADA DA AMÉRICA LATINA: O CASO NA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO**

Meu objetivo neste capítulo é descrever o caso de conflito pela água intensificado pelo agronegócio envolvendo as comunidades tradicionais de Pau Preto e do Quilombo da Lapinha na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, no contexto do Projeto Jaíba, com vistas a identificar, além das peculiaridades e impactos socioambientais desse empreendimento, as causas do conflito, tipologia, principais atores sociais envolvidos, seus interesses, distintas formas de apropriação dos recursos hídricos e as tentativas (ou não) de resolução do mesmo.

Para tanto, além das pesquisas bibliográfica e documental, foram realizadas também entrevistas semiestruturadas com diversos atores sociais envolvidos nos conflitos e observação não participante na região, como já exposto anteriormente. Para facilitar a sistematização da análise e a compreensão dos resultados, optei por dividir este capítulo em subseções, agrupando os temas de análise propostos por Little (2006) para uma análise dos conflitos socioambientais, descritos nos procedimentos metodológicos. Porém, é importante ressaltar que a divisão feita aqui é meramente didática, já que os temas são interdependentes.

Desse modo, este capítulo está estruturado em 3 seções. Inicialmente, faço uma descrição geral da bacia hidrográfica enquanto recorte geográfico, a fim de caracterizar a área de estudo, destacar o desenvolvimento e a importância do agronegócio na bacia e identificar a sua relevância estratégica no contexto do conflito pela água, já que tanto para Little (2006) quanto para a legislação brasileira (BRASIL, 1997), a bacia hidrográfica se configura como importante fonte de análise dos estudos dos conflitos. Em seguida, descrevo as particularidades e impactos socioambientais do Projeto Jaíba, considerado um programa governamental destinado ao agronegócio para catalisar o desenvolvimento do norte de Minas, realçando o papel que, historicamente, o projeto representa para a região. Posteriormente, em outras 3 subseções, faço a identificação do foco central do conflito hídrico analisado, suas causas, tipologia, principais atores sociais envolvidos, seus interesses, distintas formas de apropriação dos recursos hídricos e as tentativas (ou não) de resolução do mesmo.

## **10.1 Descrição geral da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco: caracterizando a área de estudo**

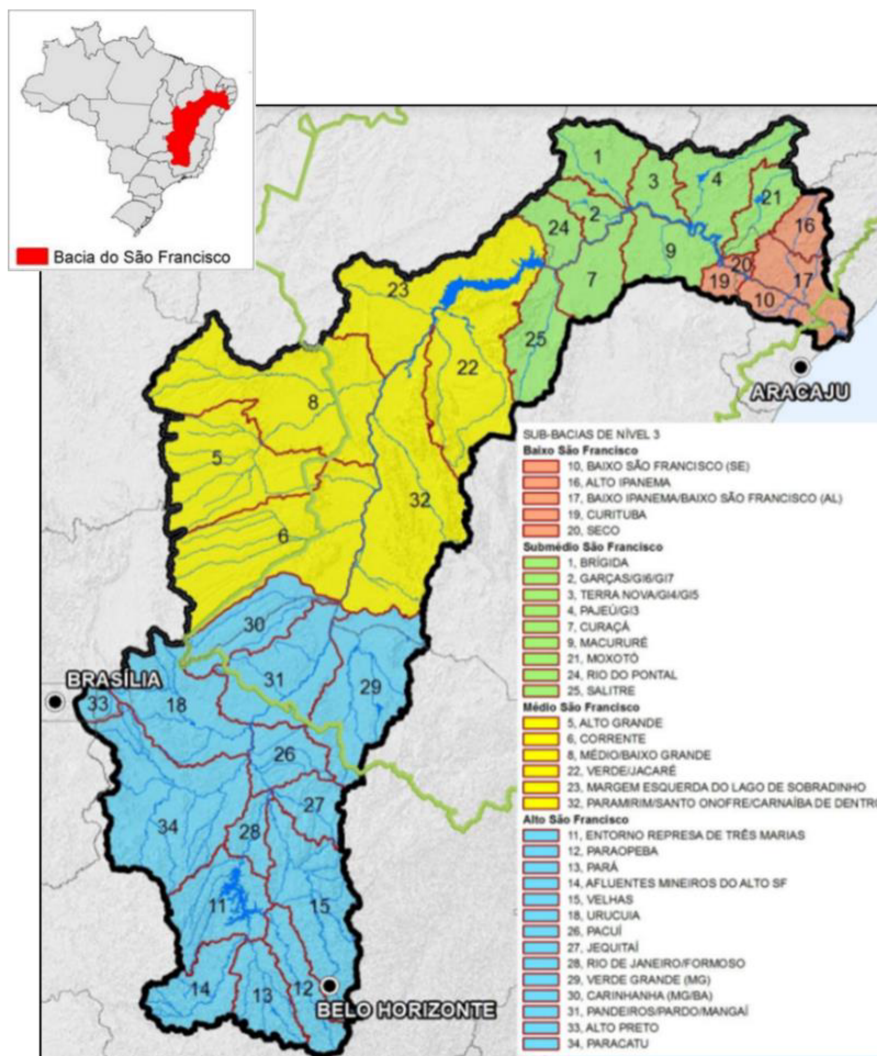
A Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco é considerada uma sub-bacia ou uma Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH), pois integra a Bacia do Rio São Francisco, em nível federal. A Bacia do Rio São Francisco corresponde a 8% do território brasileiro, com uma extensão de cerca de 2.863 quilômetros, integrando as regiões Sudeste e Nordeste do País, uma vez que se estende desde Minas Gerais, onde o rio nasce, percorre mais de 500 municípios em 6 estados diferentes (Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, mais o Distrito Federal), até desaguar no Oceano Atlântico, na divisa dos estados de Alagoas e de Sergipe. É por esse motivo que o Rio São Francisco é conhecido também como Rio de Integração Nacional.

Essa bacia é formada por diversas sub-bacias que deságuam em seu curso d'água principal, o Rio São Francisco, e, devido à sua extensão, a Bacia do Rio São Francisco está dividida, para fins de planejamento, em 4 zonas ou regiões fisiográficas, a saber: Alto São Francisco, responsável por cerca de 40% da área da bacia; Médio São Francisco, que integra aproximadamente 39% da área; Submédio e Baixo São Francisco, que correspondem a cerca de 16% e 5% da área da bacia, respectivamente, conforme ilustra a figura a seguir (Figura 18). É importante salientar que esta se trata da nova delimitação aprovada pela ANA em 2016, que corrigiu algumas distorções nos limites fisiográficos anteriores.

A Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco (SF9) está atualmente localizada, em nível federal, na zona do Alto São Francisco (de acordo com a nova delimitação aprovada pela ANA, pois, na delimitação antiga, estava localizada, em âmbito federal, na zona do Médio São Francisco), correspondente à sub-bacia de número 31 na figura abaixo, destacada na cor azul, e denominada UPGRH-SF9 no mapa disponibilizado na Figura 7 desta tese. Localiza-se, também, quase integralmente na mesorregião do Norte de Minas, e uma pequena parte no Noroeste de Minas. Ressalto que o Alto São Francisco é a zona com maior concentração demográfica — mais de 7 milhões de habitantes —, correspondendo a quase 50% da população total da bacia, sendo que 6,7 milhões vivem em área urbana e o restante na zona rural.



Figura 18 - Mapa da Bacia do Rio São Francisco, suas regiões fisiográficas e sub-bacias



Fonte: adaptado de ANA (2016b)

O Rio São Francisco é o terceiro maior do país, e sua relevância estratégica não diz respeito apenas ao volume de água transportado, mas também pelo potencial hídrico passível de aproveitamento. Das águas do rio, diversas famílias e comunidades tradicionais tiram o sustento há muitas gerações, estabelecendo sua importância econômica, social e cultural no Brasil, ainda que o perfil populacional da bacia evidencie grandes contrastes, ao apresentar áreas com elevados níveis de riqueza e densidade demográfica e outras com baixos níveis de renda e densidade populacional (ANA, 2016b).

As diversas possibilidades de aproveitamento dos inúmeros recursos naturais característicos da bacia indiscutivelmente geram riqueza, porém, na mesma proporção, esses usos também acarretam graves conflitos socioambientais. O Rio São Francisco vem enfrentando condições adversas e dando sinais cada vez mais claros de esgotamento, em virtude de um intenso processo de degradação gerado, sobretudo, pelas principais atividades econômicas

desenvolvidas na região, com destaque para a irrigação; pelo desmatamento da vegetação nativa para a produção de carvão vegetal e para a abertura de áreas voltadas à agropecuária, que enfraquece a estrutura dos solos; pelo assoreamento dos leitos dos rios e pela poluição por agrotóxicos e despejo de rejeitos de garimpos, mineradoras e indústrias em geral; somados às precipitações abaixo da média e à crescente demanda por água nos últimos anos (TALLMAN; BENEDICTO, 2018), caracterizando um cenário preocupante em relação à escassez hídrica e à garantia de água para os usos múltiplos na bacia, com conseqüente aumento do número de conflitos socioambientais (inclusive pela água) na bacia como um todo.

A tendência de aumento das áreas irrigadas em Minas Gerais nos próximos anos, como previsto pelo Atlas Irrigação (ANA, 2017a, 2021), pode inclusive pressionar sub-bacias já comprometidas atualmente, que já são alvos de conflitos em diversas regiões da extensão da Bacia do São Francisco no estado, como visto na figura 17, sobre o mapa das áreas declaradas de conflito, em que se destaca o número de casos dessas disputas na região Noroeste de Minas, também banhada pela Bacia do Rio São Francisco.

A Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco (SF9), apresentada de forma isolada na figura 2 desta tese, possui área de cerca de 31.150,94 km<sup>2</sup>, o que corresponde a cerca de 13,28% do território da Bacia do Rio São Francisco em nível federal, e está totalmente inserida no estado de Minas Gerais, abrangendo 24 municípios. De acordo com o último Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco disponibilizado pelo Igam (2014), documento considerado um de seus instrumentos de gestão, em 2010, a população total dessa bacia era por volta de 384,6 mil habitantes, sendo que cerca de 57% vivia na zona urbana e o restante na zona rural.

Entre os municípios mineiros envolvidos pela Bacia do Médio São Francisco, é importante destacar, no contexto desta tese, Jaíba e Matias Cardoso, cidades onde foi/está sendo implementado o Projeto Jaíba. Mas há também outros municípios de destaque no cenário geopolítico regional, como Januária, São Francisco e Brasília de Minas, sendo que a primeira é onde se concentra grande parte da população da sub-bacia. Em âmbito regional, o conjunto dos municípios da bacia correspondia, em 2010, a quase 2% da população de Minas Gerais, embora a representatividade da população rural em relação ao estado era proporcionalmente bem maior (5,76%).

É importante pontuar que nem todo o território desses municípios está inteiramente situado na

sub-bacia, já que partes da área de alguns deles também estão localizadas, por exemplo, na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (UPGRH-SF10), a qual se limita, a oeste, com a Bacia do Médio São Francisco (UPGRH-SF9). Esse é o caso do município de Matias Cardoso, que está inserido, em partes, na UPGRH-SF9 (cerca de 20,4% do total da sua área) e também na UPGRH-SF10 (cerca de 79,6% da área do município). O mesmo ocorre com Jaíba, que tem 67,9% da sua área situada na UPGRH-SF10; e os outros 32,1%, na UPGRH-SF9 (IGAM, 2014).

Como me propus analisar nesta tese os conflitos hídricos à luz de políticas públicas destinadas à expansão do agronegócio, optei por fazer o recorte geográfico principal na UPGRH-SF9, uma vez que, entre outros fatores já mencionados nos procedimentos metodológicos desta tese, esta bacia recebeu diversos investimentos públicos nessa direção, como é o caso dos projetos públicos de irrigação implementados ali, em particular o Projeto Público de Irrigação Jaíba, foco central deste estudo e que, devido a sua extensa área, localiza-se, em grande parte, na Bacia do Rio Verde Grande (SF10) e, outra parte, a leste da Bacia do Médio São Francisco (SF9). Porém, caracterizo neste capítulo principalmente a UPGRH-SF9 porque o Projeto Jaíba, apesar de estar situado quase inteiramente na região da Bacia do Rio Verde Grande, é abastecido pelo Rio São Francisco, na parte localizada na Bacia do Médio São Francisco. E é o CBH do Médio São Francisco aquele responsável por gerenciar o conflito em questão aqui analisado, como foi me dito em entrevista pelo Douglas, representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

Em suma, grande parte do Projeto Jaíba está localizado na Bacia do Rio Verde Grande, nos municípios de Jaíba, Matias Cardoso e Verdelândia, mas os produtores rurais do Projeto Jaíba utilizam para irrigar suas plantações especialmente a água do Rio São Francisco, na porção da Bacia do Médio São Francisco, que também abrange partes dos territórios de Jaíba e Matias Cardoso. Desse modo, a Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco divide sua importância estratégica com a Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande enquanto contexto dos conflitos pela água produzidos/intensificados pelo agronegócio na região, já que a expansão do agronegócio estimulada pelo Projeto Jaíba extrapola as fronteiras da UPGRH-SF9.

É por isso que, apesar de ter como recorte principal a Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, em alguns momentos desta pesquisa eu também contextualizarei dados da Bacia do Rio Verde Grande, já que os conflitos produzidos pelo Projeto Jaíba não se concentraram apenas na primeira bacia. O município de São João da Ponte além da porção das áreas de Jaíba

e Matias Cardoso situadas na UPGRH-SF10 também são palcos de inúmeros conflitos pela água oriundos do Projeto Jaíba. Além disso, é importante mencionar que pouco é comentado sobre o Projeto Jaíba nos documentos da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, ao passo que nos documentos da Bacia do Rio Verde Grande os desdobramentos dessa política pública são bastante discutidos.

Localizadas parcialmente no Polígono das Secas — área do Brasil que enfrenta problemas agudos de estiagem e que demanda ações específicas do governo —, o clima dessas duas bacias é característico do semiárido brasileiro, possuindo dois períodos bem distintos: um mais quente e chuvoso, entre os meses de outubro a março, quando ocorre cerca de 93% da chuva anual; e outro período mais seco, que se estende de abril a setembro (IGAM, 2014; ANA, 2016a).

Além dessa elevada variabilidade da precipitação anual, as bacias apresentam também alta variabilidade interanual do regime pluviométrico. O PRH da Bacia do Rio Verde Grande, por exemplo, mostrou que, em 3 anos (1979, 1985 e 1992), a precipitação anual ali foi maior que 1.200 mm/ano, ao passo que, em 7 outros anos (1982, 1984, 1986, 1990, 1993, 1996 e 2001), os valores foram menores do que 650 mm/ano, caracterizando, dessa forma, períodos de maior seca. Essa sazonalidade das chuvas somada a outras características climáticas das bacias, do semiárido mineiro, tem grande impacto sobre a garantia dos usos múltiplos da água para os diferentes atores sociais e sobre os conflitos hídricos deflagrados e latentes na região.

Em relação à vegetação, a Bacia do Rio Verde Grande está situada em uma região de transição entre o Cerrado, que ocupa dois terços da bacia, e a Caatinga, que responde pelo restante. E essa transição se relaciona com os índices pluviométricos da região, que são decrescentes da zona sul da bacia, onde predomina o Cerrado, para o norte, com presença da Caatinga. Essa zona de transição também pode ser observada na Bacia do Médio São Francisco, em um gradiente que se desenvolve na direção sudoeste/nordeste, passando de áreas típicas do Cerrado a áreas sob influência da Caatinga.

No que se refere aos solos, o PRH da UPGRH-SF10 ainda destaca que o potencial de terras aptas para irrigação gira em torno de 70% da sua área, enquanto capacidade total de áreas irrigáveis, mas esse valor não leva em consideração a disponibilidade hídrica da bacia, que é o principal fator limitante da expansão da atividade na região. Já o Plano Diretor da Bacia do Médio São Francisco aponta que, na categoria do uso antrópico dos solos, as áreas de maior representatividade da região são da classe agropecuária, com concentração da agricultura

irrigada, especialmente na porção leste da bacia, onde estão localizados municípios como Matias Cardoso, Jaíba e Itacarambi (IGAM, 2014).

Assim como a Bacia do São Francisco, as sub-bacias do Rio Verde Grande e do Médio São Francisco também apresentam condições muito desiguais de distribuição de renda e de qualidade de vida da população. Ao tomar como referência o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios, verificamos valores mais elevados na região sul da bacia do Rio Verde Grande, o que pode indicar municípios com melhor qualidade de vida. Mas os valores vão diminuindo à medida que se analisam municípios da região central e norte dessa bacia.

Por exemplo, em pesquisa realizada no início do ano de 2021 no site do IBGE, constatei que em 2010 o IDH de Montes Claros e o de Bocaiúva, situados no sul da bacia do Rio Verde Grande, eram de 0,770 e 0,700, respectivamente. No mesmo ano, o IDH de Januária e o de São Francisco, localizadas na região centro-sul da SF9, eram de 0,658 e 0,638. Por outro lado, os IDHs de Jaíba, Matias Cardoso e Verdelândia, municípios onde está situado o Projeto Jaíba e que estão localizados na parte central e norte da SF10, eram de 0,638, 0,616 e 0,584, nessa ordem, valores bem inferiores se comparados também ao IDH do estado, que era de 0,731.

Além do elevado contraste no índice de qualidade de vida dos municípios das bacias, vale destacar também que há ali um alto grau de concentração de terras, já que as pequenas propriedades rurais da região ocupam apenas 22% da área total da Bacia do Rio Verde Grande, ao passo que as médias e grandes propriedades rurais ocupam 78% da área total (ANA, 2016a). O Plano Diretor da Bacia do Médio São Francisco aponta também para uma distribuição muito desigual da riqueza interna, resultando em maior concentração da população nos municípios que possuem maior PIB (IGAM, 2014).

Carvalho (2014) ressalta que historicamente o processo de ocupação e de formação social, econômica e cultural dessa região foi fortemente influenciado por nordestinos e paulistas, através da criação de gado bovino e utilizando dos recursos que a região dispunha. Paralelo à criação de gado, desenvolveu-se também a agricultura de subsistência, com destaque para os cultivos de feijão, mandioca, milho, cana-de-açúcar e arroz. Nesse contexto, o Rio São Francisco e seus afluentes tiveram um papel crucial na ocupação desse território, servindo de via para o transporte de pessoas, mercadorias e alimentos. E justamente por isso ficou conhecido durante muito tempo como “Rio dos Currais”.

Posteriormente, outro marco relevante para o processo de ocupação planejada da região foi em meados do século XX, quando a intervenção do Estado na Bacia do Rio São Francisco ocorreu de forma mais sistemática, através da criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945, da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, e da Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), em 1967, transformada posteriormente na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), em 1974.

Por possuir características climáticas adversas e desenvolvimento econômico semelhante à região do Nordeste brasileiro, o Norte de Minas Gerais, em 1965, passa a fazer parte da área de planejamento da Sudene, como Área Mineira do Nordeste. Enquanto a Sudene ficou responsável, entre outras coisas, pelos incentivos fiscais para o desenvolvimento da região Norte e Nordeste, a Codevasf se encarregou do desenvolvimento econômico da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Nesse contexto, a articulação dessas duas instituições transformou estruturalmente a dinâmica econômica do Norte de Minas, através de programas de incentivos fiscais e financeiros que se basearam em quatro eixos principais: (a) pecuária extensiva; (b) industrialização de algumas cidades; (c) monocultivo de eucalipto e de algodão; e (d) projetos públicos de irrigação/agricultura irrigada (RODRIGUES, 2000, p. 125).

Atualmente, o setor de serviços possui maior representatividade na configuração econômica de ambas as bacias. Entretanto, o setor agropecuário também possui uma participação relevante no PIB municipal da região, principalmente nos municípios de Jaíba, Matias Cardoso e Formoso. Na Bacia do Rio Verde Grande, por exemplo, este setor é responsável pelo emprego de cerca de 50% da população economicamente ativa, com destaque para a criação de bovinos e o cultivo de frutas, que registram altas taxas de emprego formal.

A agropecuária é também a atividade econômica que demanda maior consumo de água na região, seguindo a média nacional. De acordo com dados disponibilizados pela ANA (2016a) em relação aos tipos de usos da água na Bacia do Rio Verde Grande, a irrigação responde por cerca de 90,1% do total do consumo de água, seguida, de longe, pela dessedentação animal (6,4%), pelo abastecimento humano urbano e rural (3,1%) e pelo setor industrial (0,4%). Da mesma forma, são predominantes na bacia as outorgas de águas para o setor da irrigação, que representam 61% do volume outorgado. Tais resultados também são encontrados na UPGRH-SF9, cujo consumo de água para irrigação responde por cerca de 80% do total (IGAM, 2014), constituindo o principal segmento responsável pelo consumo de água na bacia.

O desenvolvimento da agricultura irrigada no Norte de Minas e especificamente na área de estudo se deu principalmente a partir da década de 1960, época em que a região recebeu grandes recursos governamentais, em articulação com o setor privado, para investir no seu “progresso”, buscando acompanhar, assim, o ritmo desenvolvimentista nacional. A criação de projetos públicos de irrigação emerge desse contexto, como ramificações de políticas e programas governamentais ligados à modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola nacional. Os perímetros irrigados ou perímetros públicos de irrigação são áreas delimitadas pelo Estado para a implantação dos projetos públicos de agricultura irrigada. Trata-se de uma alternativa que busca oferecer condições de produção agrícola em áreas com baixos índices pluviométricos. São áreas que, de forma geral, apresentam significativo potencial agricultável, com solos férteis, clima favorável e grande força de trabalho, favorecendo, então, a produtividade agrícola.

Um marco fundamental na política de irrigação do País foi em 1968, quando o Governo Federal instituiu, no cerne da elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrário (GEIDA), cujo objetivo era constituir uma política nacional de irrigação para o desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil (BRASIL, 1968). Em 1969, o GEIDA criou o Programa Plurianual de Irrigação (PPI), documento que estabeleceu diretrizes nacionais para a política de irrigação no Brasil. O PPI objetivava que a irrigação se tornasse um instrumento de promoção do desenvolvimento e crescimento econômico, através da geração de empregos, do combate ao êxodo rural e da diminuição da pobreza. Apesar de ter sido elaborado em ações comandadas pelo Governo, o PPI era claramente pautado pelo estímulo à iniciativa privada na irrigação, através, por exemplo, da concepção de “lotes empresariais” nos projetos públicos de irrigação.

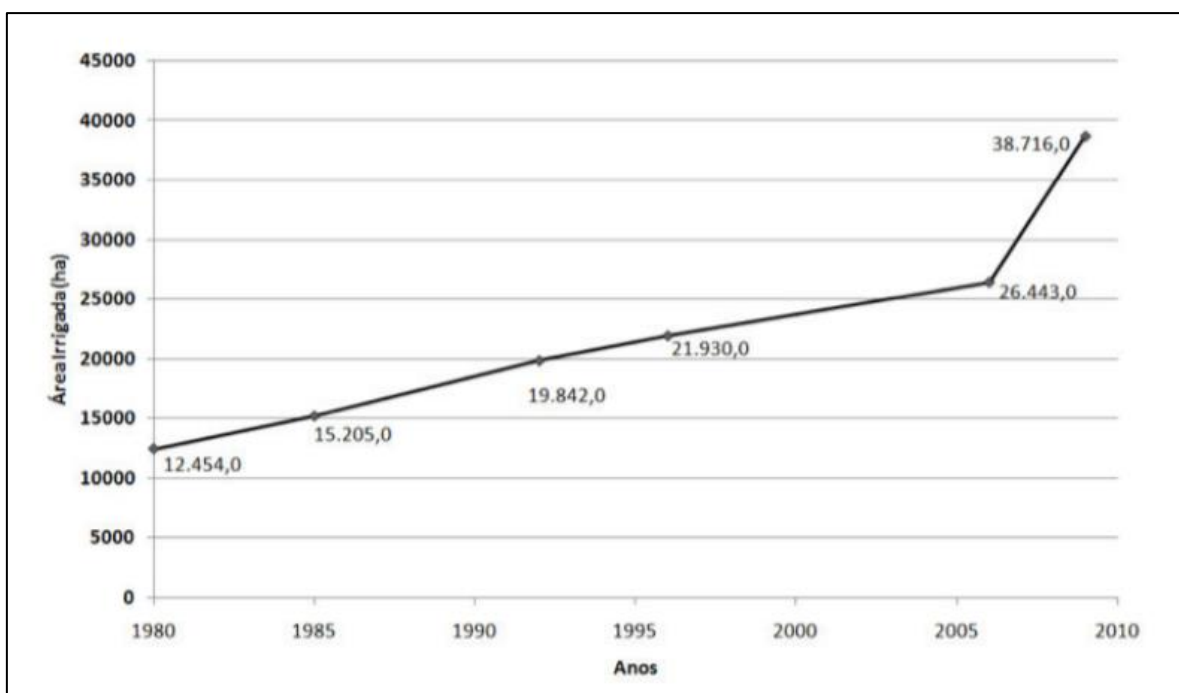
Porém, até o final de 1970 não existia uma legislação específica que disciplinasse a participação dos diversos agentes envolvidos na irrigação. Foi então que, em 1979, o Governo Federal estabeleceu a Política Nacional de Irrigação, por meio da Lei Federal n.º 6.662/1979, regulamentada em março de 1984 e posteriormente revogada/atualizada pela Lei n.º 12.787/2013 (BRASIL, 2013). A construção de projetos públicos de irrigação foi uma das principais ações da Política Nacional de Irrigação. Já a partir de 1986, com o início do processo de redemocratização do país, houve a implementação de outros importantes programas para o setor, como o Programa Nacional de Irrigação (PRONI), que definiu metas para aumentar as áreas irrigadas em território nacional e ampliou a atuação da iniciativa privada no setor

(BRASIL, 2008).

Foi no contexto de ações do PRONI que em meados de 1970 e início de 1980 se deu a implantação de alguns projetos públicos de irrigação na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, tais como o Projeto Público de Irrigação de Estreito (localizado em Urandi, na Bahia, e em Espinosa, no Norte de Minas), coordenado inicialmente pelo DNOCS e posteriormente pela Codevasf; o Projeto Público de Irrigação de Gorutuba (situado em Nova Porteirinha, no Norte de Minas), mantido pela Codevasf; o Projeto Público de Irrigação de Lagoa Grande (localizado em Janaúba, no Norte de Minas) e o Projeto Público de Irrigação de Jaíba (situado em Jaíba, Verdelândia e Matias Cadoso), ambos também coordenados Codevasf.

Nesses projetos públicos de irrigação, o volume maior de produção tem como base uma agricultura empresarial, e, no caso específico dos projetos implementados na bacia, suas produções se concentravam, inicialmente, em cereais e, posteriormente, na fruticultura, especialmente de banana (ANA, 2016a). A figura abaixo (Gráfico 12) ilustra o crescimento histórico da área irrigada na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, que se expandiu fortemente a partir da década de 1980, sendo que a área irrigada mais que triplicou até 2009, ampliação influenciada, consideravelmente, pelos projetos públicos de irrigação ali instalados.

Gráfico 12 - Evolução da área irrigada na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (em hectares)



Fonte: ANA (2016a)

Assim, além da Bacia do Médio São Francisco, a disponibilidade de água nos afluentes do Rio

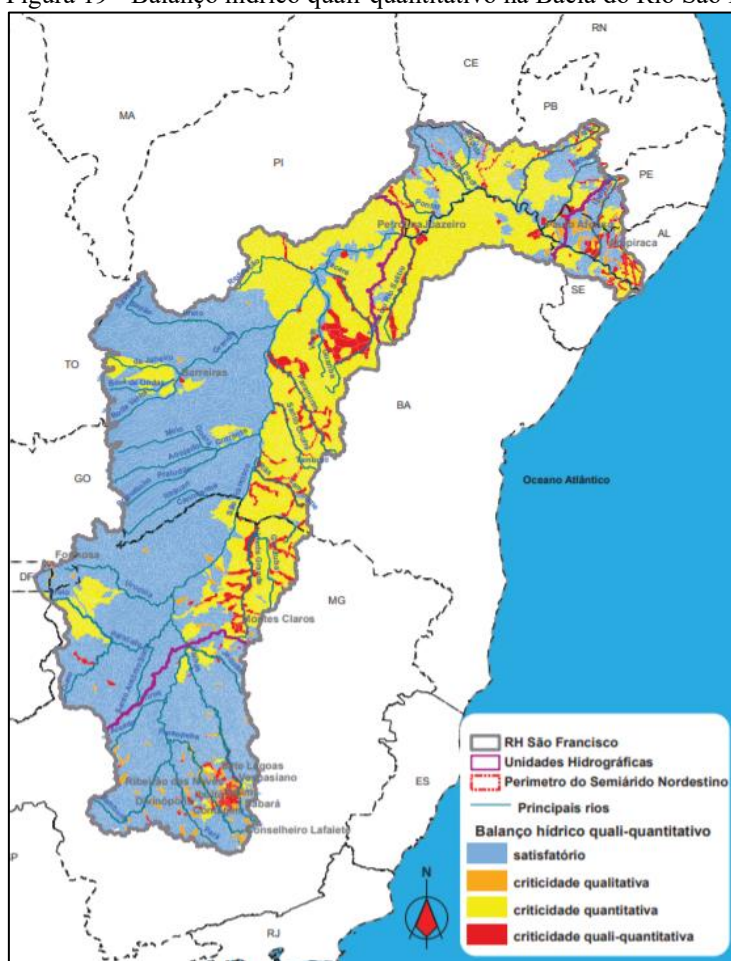


São Francisco, como é o caso do Rio Verde Grande, é especialmente relevante para uma região que, ao mesmo tempo que está situada em um clima semiárido, também conta com um intenso desenvolvimento da agricultura irrigada. Como a região possui períodos prolongados de seca, ou seja, de baixa disponibilidade hídrica, como nos meses de abril a setembro, é que se justificaria a necessidade da prática da irrigação de cultivos na bacia, para suprir essa carência hídrica. A maior demanda de água para irrigação geralmente coincide, então, com o período de estiagem.

Contudo, a região das bacias possui um balanço hídrico crítico, uma vez que não somente a demanda de água em meses mais secos excede a oferta, como também a demanda de água da média anual (ANA, 2016a), configurando um quadro de escassez hídrica. Esse cenário é agravado pela quantidade de projetos públicos de irrigação na região e o total de áreas irrigadas por eles, intensificando a demanda hídrica da região não somente em períodos de seca. O objetivo é consolidar e expandir uma agricultura de mercado, “moderna”, voltada, muitas vezes, para o abastecimento do mercado externo, acarretando conflitos pelo uso da água na bacia.

A figura abaixo (Figura 19) apresenta o balanço hídrico quali-quantitativo na Bacia do Rio São Francisco em nível federal, revelando áreas de criticidade tanto em relação à disponibilidade/demanda de água (quantitativo) quanto no que diz respeito ao lançamento de poluentes (qualitativo), sendo possível observar que a Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande apresenta diversas regiões críticas em ambos os aspectos, sobretudo às margens do Rio Verde Grande, bem como a região nordeste e leste da Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, considerado um indicativo da presença de conflitos pela água nas bacias, o que foi corroborado por alguns entrevistados desta pesquisa, apesar de não haver conflitos identificados no mapa do Igam (Figura 17) na Bacia do Rio Verde Grande.

Figura 19 - Balanço hídrico quali-quantitativo na Bacia do Rio São Francisco



Fonte: ANA (2015, p. 134)

Desse modo, o processo de modernização e expansão da fronteira agrícola no semiárido brasileiro, em especial na área de estudo, vêm acompanhado, desde 1960, da implantação de perímetros irrigados, a fim de substituir uma agricultura considerada tradicional e de subsistência para viabilizar um modo de produção agrícola comercial e rentável, voltado para a acumulação e reprodução capitalista no campo, sob pretexto de induzir o desenvolvimento no semiárido mineiro e reduzir o hiato econômico dessa região em relação às demais.

Contudo, antes de se pensar em projetos públicos de agricultura irrigada, seria necessário avaliar o balanço hídrico das bacias nas quais esses projetos estão inseridos, para que as demandas de água para a irrigação não comprometam os usos múltiplos e o acesso à água para todos, enquanto um direito humano universal, ocasionando em conflitos hídricos. Não adianta irrigar a agricultura com água de rios que já estão comprometidos. Nesse caso, fica evidente a distribuição política da água (RIBEIRO; SANTOS; SILVA, 2019), quando setores produtivos, como o agronegócio irrigado do Projeto Jaíba, instalam-se nos territórios sob um contexto político e sociocultural em que não há capacidade de suporte em termos de oferta hídrica a

médio e longo prazos, prejudicando outros usuários.

Entretanto, essa não parece ser uma grande preocupação do Estado e do empresariado rural, tendo em vista, como evidenciado por Porto e Porto (2016), os inúmeros conflitos em território nacional pelo uso da água em bacias que possuem projetos públicos de irrigação. O Projeto Jaíba se insere nesse contexto, sendo apresentado pelas autoridades políticas e econômicas como catalisador do desenvolvimento de uma região marcada pela escassez hídrica e por baixos índices de qualidade de vida da população, como será exposto na próxima seção.

## **10.2 A materialidade das políticas de modernização agrícola e da expansão do modo de produção capitalista no campo: o Projeto Jaíba**

O Projeto Jaíba foi o primeiro projeto público de irrigação implantado no Norte de Minas. Localizado próximo à fronteira com o estado da Bahia, abrange os municípios de Jaíba (MG), Matias Cardoso (MG) e Verdelândia (MG), situado à margem direita do Rio São Francisco e à margem esquerda do Rio Verde Grande, e na região fisiográfica do Alto São Francisco. Devido à sua extensão total de pouco mais de 100 mil hectares, é considerado atualmente o maior projeto de irrigação da América Latina e o segundo maior do mundo em área contínua irrigada (MINAS GERAIS, 2021).

Esse megaempreendimento está localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (UPGRH-SF10) e também abrange a Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco (UPGRH-SF9), ainda que a maior parte de sua área esteja inserida na primeira. O Projeto Jaíba é abastecido pelo Rio São Francisco, sendo que um canal principal foi construído para puxar a água deste rio e bombear para outros canais, que distribuem a água para irrigar os lotes empresariais e familiares do projeto. A imagem a seguir (Figura 20) ilustra uma das estações de bombeamento, captando água diretamente do Rio São Francisco.

O contexto de criação do Projeto Jaíba remonta ao início da década de 1950 e está diretamente relacionado às políticas públicas de desenvolvimento regional. Nessa época, iniciaram-se os primeiros esforços para ocupação e colonização da região, realizados pelo Instituto Nacional de Irrigação e Colonização (INIC), antigo órgão federal. Porém, apenas na década de 1960 que as potencialidades agrícolas da região foram estudadas com mais profundidade, a partir de estudos realizados pelo *Bureau of Reclamation* — órgão do Departamento do Interior dos Estados Unidos para gestão dos recursos hídricos —, que identificou uma grande área com

potencial para a agricultura irrigada na região denominada Mata da Jaíba, entre os rios São Francisco e Verde Grande, no Norte de Minas (CODEVASF, 1999).

Figura 20 - Estação de bombeamento do Projeto Jaíba captando água do Rio São Francisco



Fonte: Distrito de Irrigação Jaíba (DIJ, [s.d.])b)

Em paralelo, o Governo de Minas Gerais, de posse de dados importantes para estabelecimento de um programa de desenvolvimento e colonização da região Noroeste do estado, lançou, em 1969, o PLANOROESTE, sob responsabilidade da Ruralminas, cujo objetivo era colonizar regiões consideradas como “espaços vazios”, através da expansão da exploração agropecuária e intensificação da “produção agrícola moderna (irrigação)” (FJP, 1978, p. 6) do Noroeste mineiro, apoiando-se, para isso, nos grandes perímetros de irrigação que seriam implementados ali. Dessa forma, como parte da área abrangida pelo PLANOROESTE, como pode ser visto na Figura 11, a área da Mata do Jaíba foi escolhida para transformar-se no mais importante polo agroindustrial da região, devendo ser ocupada e colonizada por quem tivesse condições efetivas de torná-la produtiva.

Nos anos subsequentes, entre as primeiras ações sugeridas pela Ruralminas na região de Jaíba estava a reformulação e ampliação do Núcleo de Colonização do Rio Verde Grande e a implantação de um projeto-piloto de irrigação em uma área de 5.680 hectares. Em 1972, foi definida uma nova diretriz para o Projeto Jaíba, quando, com apoio do Governo Federal, foi decidido que a área irrigada da região deveria abranger cerca de 100 mil hectares e que deveria ser ocupada por empreendimentos agroindustriais. No ano posterior, a área da Mata do Jaíba

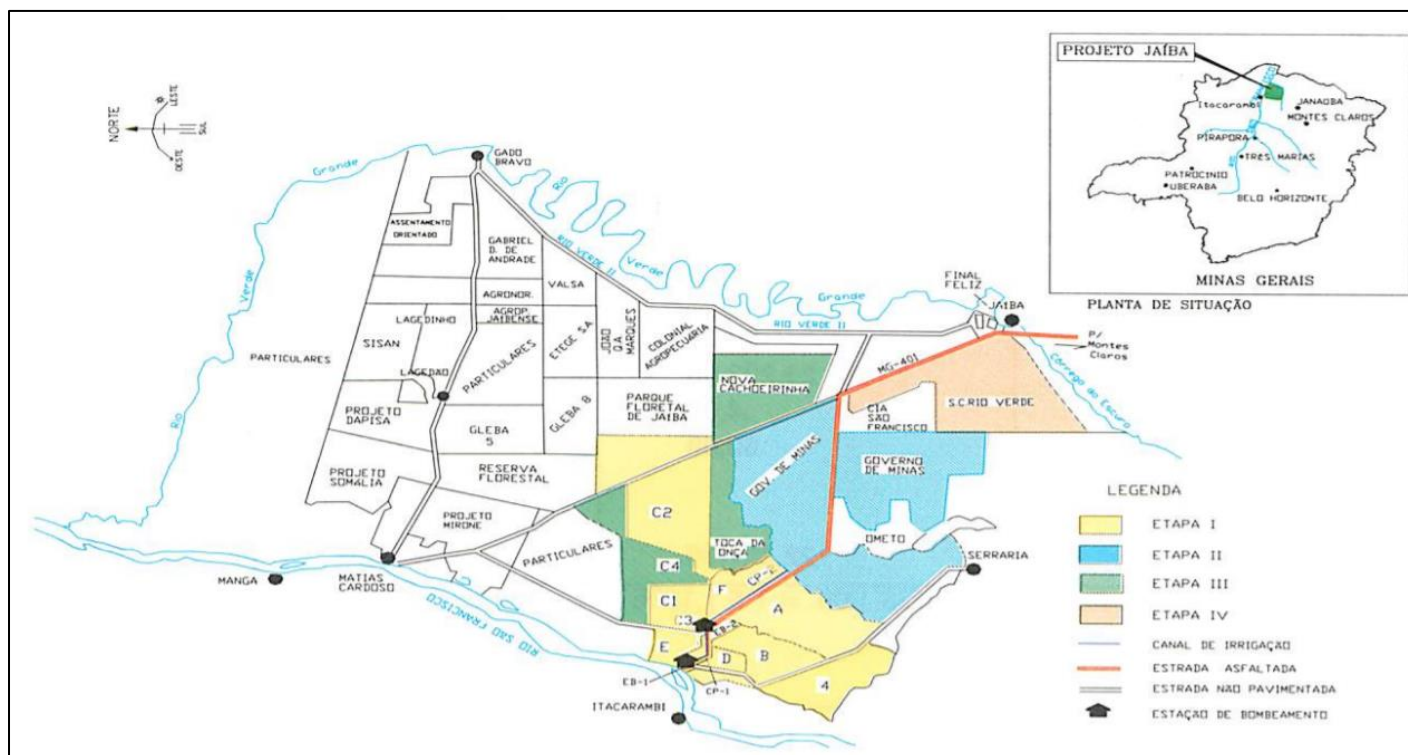
passou a se chamar oficialmente Distrito Agroindustrial do Jaíba (DAIJ).

Em 1975, o Governo Federal se associou ao governo estadual por meio de um convênio firmado entre a Codevasf e a Ruralminas, definindo que a implantação, operação e manutenção das obras físicas do sistema de irrigação ficaria sob a responsabilidade da Codevasf, enquanto a Ruralminas encarregar-se-ia da regularização dos aspectos fundiários e da implantação de dispositivos básicos de colonização, como a construção de estradas, rede elétrica e obras de infraestrutura. Esse é o marco considerado como início de funcionamento do projeto.

Compreendido como um projeto público de irrigação de grande potencial transformador para o Norte de Minas Gerais, região periodicamente acometida pela seca, com economia vista como incipiente naquela época, isolamento territorial e baixos índices de qualidade de vida, os principais objetivos que nortearam a implantação do Projeto Jaíba estavam associados à proposta de desenvolvimento nacional vigente na época. Ao expandir a fronteira agrícola, a região seria incorporada ao restante da economia do país; a renda média dos trabalhadores locais aumentaria em virtude da implantação das agroindústrias e de empreendimentos agropecuários, promovendo o desenvolvimento regional; a agricultura local seria modernizada por meio da introdução de novas tecnologias, e, assim, a região seria transformada em um polo agroindustrial, responsável pelo abastecimento dos mercados interno e externo, a partir de uma produção agrícola moderna pautada, sobretudo, na fruticultura irrigada. O cultivo de frutas foi priorizado com base na adaptação do solo e nas condições climáticas da bacia (PLANVASF, 1989).

Já em 1985, o Projeto Jaíba foi novamente alterado para ser implementado em 4 etapas e foi concebido um novo modelo de ocupação, devendo incluir também pequenos produtores rurais, além dos empreendimentos agroindustriais. O critério utilizado para a divisão das etapas foi a organização espacial, já que o projeto possui uma extensão territorial bem ampla, além de critérios de investimento e destinação de seu uso (CODEVASF, 1999). A figura abaixo (Figura 21) mostra o croqui do Projeto Jaíba e a abrangência das 4 etapas.

Figura 21 - Croqui do Projeto Jaíba



Fonte: Codevasf (1999, p. 52)

Para fins de planejamento, a área total do projeto — pouco mais de 100 mil hectares, sendo aproximadamente 66 mil hectares de área irrigada e o restante de preservação ambiental e infraestrutura não irrigável — foi distribuída nessas 4 etapas de implementação. E cada uma dessas etapas, por sua vez, abrangia diferentes glebas/lotes do projeto, conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 4 - Ficha fundiária das 4 etapas do Projeto Jaíba (em hectares)

Etapa	Glebas	Área bruta	Área irrigável estimada
I	A, B, C1, C2, C3, C4, D, E, F, 4 e reservas ambientais	41.611,13	24.669,58
II	G1, G2, H1, H2, I, J, K, Morro Solto, reservas ambientais e outras áreas	34.772,76	19.276,40
III	Toca do Onça, Nova Cachoeirinha e outras áreas	17.400,00	12.200,00
IV	Sociedade Civil Rio Verde, Linha Seca e outras áreas	13.829,00	9.734,00
<b>Total</b>		<b>107.612,89</b>	<b>65.879,98</b>

Fonte: elaboração própria, a partir de DIJ ([s.d.]a) e Codevasf (2018)

No final da década de 1980, o Projeto Jaíba entrou em operação, com o assentamento das primeiras famílias de irrigantes. A primeira etapa do projeto, de responsabilidade da Codevasf, foi direcionada principalmente para pequenos e médios agricultores familiares, mas também para pequenos e médios empresários, e já está finalizada. A título de ilustração, de acordo com a Ruralminas (2003), seis glebas da etapa I (A, B, C2, C3, D e F) pertenciam ao Poder Público e foram vendidas às famílias assentadas em processo de colonização. A gleba C2 é o espaço

explorado por pequenos e médios empresários, pertencente aos municípios de Jaíba e Matias Cardoso. A gleba 4 é composta por propriedades particulares, pré-existentes ao Projeto Jaíba, e foram favorecidas através do transporte de águas dos canais que abastecem as glebas A e B. Já as glebas C1, C4, e E da etapa I pertencem a empresas privadas. A finalização do assentamento dos agricultores da etapa I ocorreu apenas em 2006.

Antes disso, no final da década de 1980 e início de 1990, o Estado brasileiro, seguindo uma tendência mundial, como já mencionado no capítulo anterior desta tese, gradativamente diminui seu papel enquanto principal regulador do setor, deixando-o sob a responsabilidade da iniciativa privada. Esse modelo neoliberal chega ao Projeto Jaíba em 1988, por meio da criação, exigida pelo Banco Mundial para liberação de empréstimos, do Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ), como uma forma de o Estado gradativamente se afastar do direcionamento da agricultura irrigada local e mais especificamente da etapa I do projeto. O DIJ é caracterizado como uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, gerida pelos irrigantes do projeto, buscando congregá-los (pequenos, médios e grandes produtores irrigantes) em cogestão com o setor público. O objetivo do DIJ é administrar, operar e manter toda a infraestrutura de irrigação de uso comum construída no projeto (DIJ, [s.d.]c).

A etapa II do Projeto Jaíba também já está finalizada e foi constituída apenas por lotes empresariais, sendo sua forma de acesso via concorrência pública, no final do ano de 2003, coordenado pelo governo do estado de Minas Gerais, e atraiu diversas empresas interessadas no desenvolvimento do agronegócio da região. Naquela época, 100% das terras da etapa II foram vendidas para serem ocupadas por empresários e a um preço bem acima do mercado. Hoje, de acordo com o DIJ ([s.d.]a), somente a área da segunda etapa, totalmente voltada para o empresariado rural, já é maior que a soma da área dos lotes familiares de toda a Etapa I, a qual conta também com glebas empresariais. Foi ainda em meados dos anos 2000, com a fixação dessas empresas na região, que o Projeto Jaíba inicia seu processo de internacionalização, firmando redes de comércio por meio da importação e exportação de produtos agropecuários, especialmente aqueles oriundos da fruticultura irrigada (OLIVEIRA; PEREIRA, 2020), expandindo o agronegócio na região.

Segundo o DIJ ([s.d.]a), as etapas III e IV, que devem totalizar uma área irrigada em torno de 22 mil hectares destinadas à produção agrícola industrial, estão em processo de implantação e ainda não receberam a infraestrutura específica para a irrigação, apresentando somente a estrutura básica, que consiste nos canais principais. O custo total de implementação do Projeto



Público de Irrigação Jaíba até 2019 é pouco maior que 1,3 bilhão de reais (CODEVASF, 2021), e, apesar do tempo transcorrido desde a sua concepção, seus objetivos permanecem semelhantes, isto é, promover o desenvolvimento socioeconômico regional por meio da expansão da agricultura irrigada e do agronegócio, através da geração de emprego e renda (CODEVASF, 2018).

Mas como o Projeto Jaíba serve à consolidação e expansão do agronegócio na região? Caso ainda não tenha ficado muito claro, no Projeto Jaíba não há espaço para um modo de produção agrícola familiar ou voltado para subsistência. A finalidade é justamente substituir este tipo de produção, transformando agricultores familiares em empresários, voltados para o atendimento não só do mercado interno, mas também do mercado externo, alterando as dinâmicas sociais, as características ambientais e a lógica produtiva vigente há um tempo na região. Trata-se da materialidade da modernização do campo que transformou a realidade local/regional, baseada nos princípios da “Revolução Verde”, isto é, com base no uso intensivo de tecnologias modernas, mecanização e de pacotes agroquímicos para aumentar a produtividade dos cultivos.

Nos próprios objetivos do Projeto Jaíba, fica evidente a intenção do estado de Minas Gerais em transformar a região em um grande complexo agroindustrial, oferecendo subsídios para inserir a agricultura no circuito do capital, devendo sua produção ocorrer segundo um modelo tecnicista e mercadológico para sua inserção cada vez mais competitiva nos mercados internacionais. A finalidade primária do estado, com o apoio do empresariado rural, não é o abastecimento do mercado regional e nacional, mas a reafirmação do Brasil como exportador de produtos agropecuários. Nesse caso, o agronegócio transformou a agricultura do Projeto Jaíba em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial.

Como consequências e impactos dessa política de expansão e modernização agrícola, o Projeto Jaíba apresenta evidentemente efeitos socioeconômicos, cultural e ambiental positivos e negativos em âmbitos local e regional. Por exemplo, a Codevasf (2018) estima a geração de 65.021 empregos diretos e 130.042 empregos indiretos com a conclusão do Projeto Jaíba. Uma das moradoras locais entrevistadas atesta a importância do perímetro irrigado para a região, ao afirmar que o projeto

É um divisor de águas para todo o Norte de Minas Gerais. Porque existe uma região norte com o projeto e uma outra sem o projeto. Todo mundo percebe a diferença no desenvolvimento. É como se fossem duas regiões completamente diferentes. E tudo por conta do projeto, né, do agronegócio (Maya - moradora da zona urbana de Matias Cardoso).



Quando a indaguei sobre o que seria essa “diferença no desenvolvimento”, a entrevistada pontua que hoje a região está mais “rica” e apresenta mais oferta de empregos do que tempos atrás, ilustrando como o conceito de desenvolvimento está restritamente associado à ideia de crescimento econômico (MALUF, 2000; BANERJEE, 2003), independentemente dos custos ambientais advindos desse processo. Nesse contexto, o agronegócio irrigado aparece como vetor exclusivo do processo de desenvolvimento da região, reforçando o discurso da sua capacidade em reduzir a pobreza através da geração de renda e crescimento econômico, como se este fosse distribuído equitativamente para toda a comunidade.

Através dessa fala, fica evidente, como pontuado por Bruno (2019), como a compreensão do agronegócio para muitas pessoas envolve a geração de riqueza, ser expressão da modernidade e de um desenvolvimento que parece atender aos interesses e necessidades de todos. Esse discurso também é reproduzido pelo representante da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso, como pode ser visto pelo trecho abaixo:

Eu acho que o agronegócio é a base de Matias Cardoso. Sem o agronegócio Matias Cardoso não ia desenvolver. Matias Cardoso não ia ser nem Matias, porque não teria emancipado. Matias Cardoso até um certo tempo atrás pertencia a Manga, né... Então eu acredito que sem a força do agronegócio na região, Matias não seria Matias. Matias seria um distrito de Manga. (...) Matias Cardoso hoje está mais desenvolvida em virtude do Projeto Jaíba. Queira ou não o Projeto Jaíba gera renda e emprego (Demétrio - representante da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso).

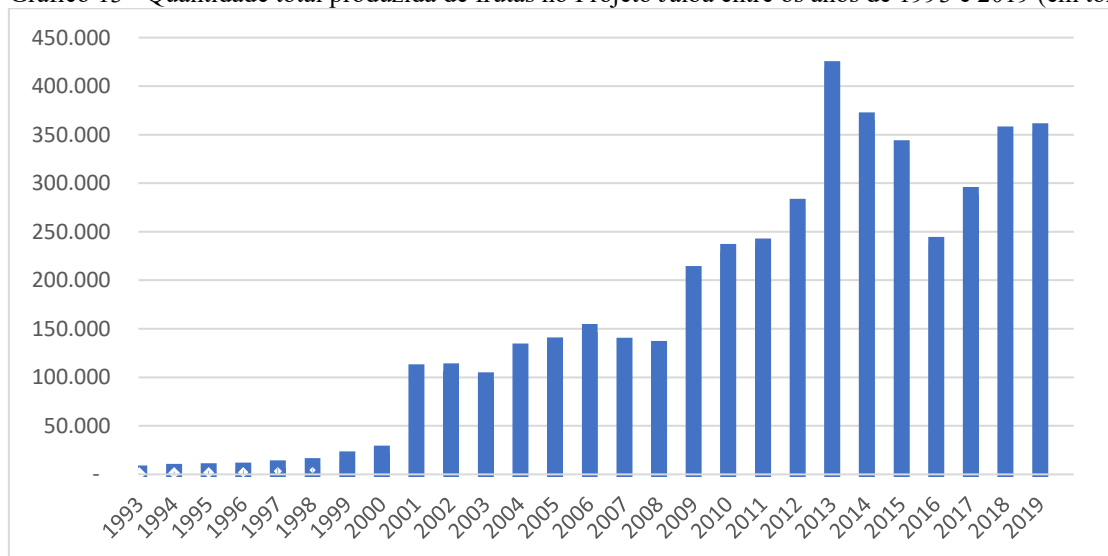
Através do relato, é possível observar como alguns agentes públicos incorporam o discurso do agronegócio enquanto promotor do desenvolvimento, o que pode influenciar no modo como os conflitos pela água na região tem sido problematizados por esses atores sociais. De certa forma, alguns autores, como Santos e Silva (2010), afirmam que o Projeto Jaíba foi responsável por melhorar determinados indicadores socioeconômicos da região, elevando a oferta de emprego, renda e a qualidade de vida de parte da população local. Considerando isoladamente como referência o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, é possível notar um aumento nos índices dos municípios que compõem o Projeto Jaíba entre os anos de 1990 e 2010, um crescimento de 21% no IDH de Jaíba, 25% de Matias Cardoso e 16% de Verdelândia.

Entretanto, é muito difícil associar essa e outras mudanças especificamente à implantação do projeto público de irrigação na região, pois, além desse programa, muitas outras políticas, tanto públicas quanto privadas, foram e continuam sendo desenvolvidas ali. Avaliar os impactos específicos do Projeto Jaíba sobre o nível de desenvolvimento da região é tarefa complexa, já que o território sofre influências de diversas variáveis e não apenas do projeto. Ademais, é

necessário também analisar a evolução de um conjunto de indicadores, levando em consideração aspectos como saúde, distribuição de renda, educação, desemprego, longevidade, entre outros, e não apenas a análise isolada de um único indicador.

Outra consequência da implantação do Projeto Jaíba foi o indiscutível aumento da produção e produtividade agrícola da região nos últimos anos, a qual tem buscado se tornar referência mundial na produção de frutas com novas tecnologias de cultivo, corroborando o estudo de Niederle e Radomsky (2016) sobre o processo de modernização da agropecuária, através de programas e políticas públicas destinadas ao setor, ocasionar um indiscutível aumento de produtividade do setor. Segundo a Codevasf (2021), mais da metade da área cultivada no projeto é destinada à fruticultura irrigada, com destaque para a produção de banana, manga e limão que, juntos, responderam por 62% da produção total do perímetro irrigado em 2019, sendo uma região de destaque na produção de fruticultura em território nacional, figurando entre as principais regiões produtoras mineiras. A Companhia ainda relata que a agricultura familiar é responsável por cerca de 50% do valor da produção total, sendo a outra metade produzida por empresários rurais, tal qual ocorreu nos anos de 2017, 2018 e 2019. O gráfico abaixo (Gráfico 13) ilustra o aumento da produção de fruticultura<sup>26</sup> nos municípios que compõem o Projeto Jaíba (Jaíba, Matias Cardoso e Verdelândia) entre os anos de 1993 e 2019.

Gráfico 13 - Quantidade total produzida de frutas no Projeto Jaíba entre os anos de 1993 e 2019 (em toneladas)



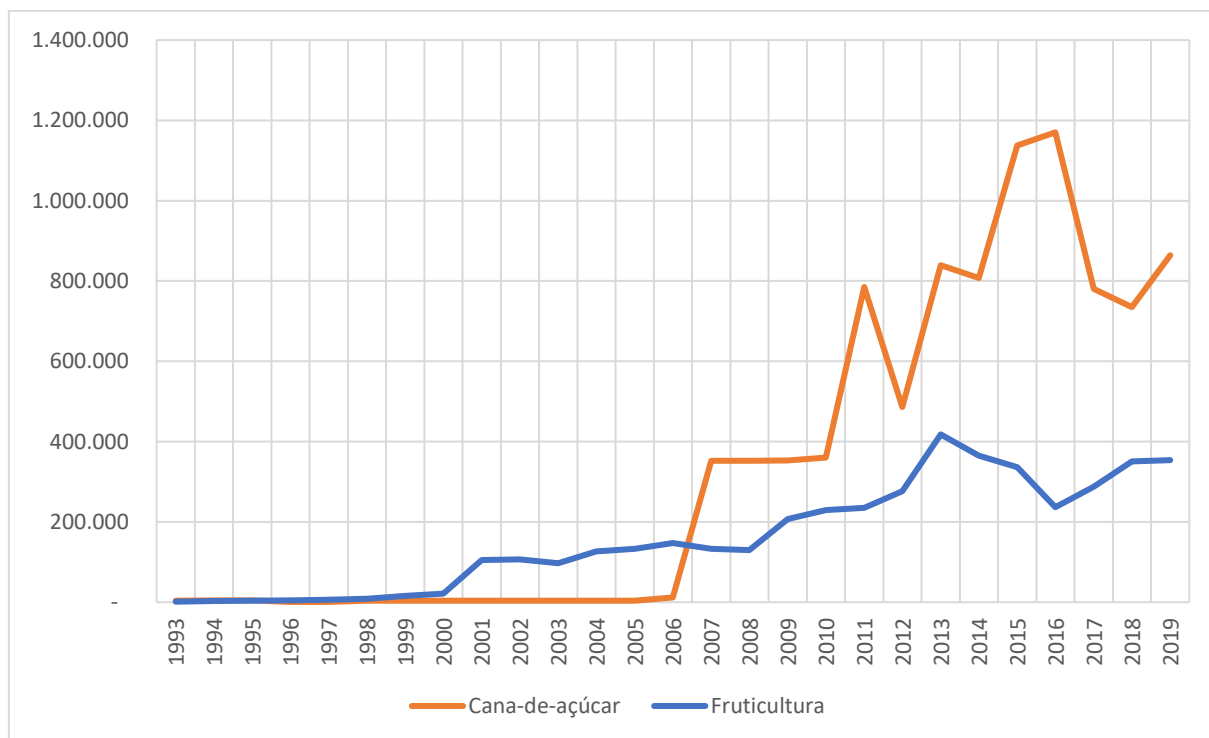
Fonte: elaboração própria, a partir de IBGE (2020b)

<sup>26</sup> Para o cálculo e elaboração do gráfico acima, considerei a produção total de fruticultura do Projeto Jaíba como sendo o somatório da quantidade de frutas produzidas pelos municípios de Jaíba, Matias Cardoso e Verdelândia nos referidos períodos. E considerei como fruticultura nesse somatório a produção de abacate, abacaxi, banana, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, pera, pêssego, tangerina e uva.

Como é possível observar pelo gráfico acima, a produção de fruticultura no Projeto Jaíba tem crescido consideravelmente a partir do início dos anos 2000, independentemente se se trata de períodos de estiagem ou não. Esse aumento se deve, em grande parte, pelo final da implantação da etapa I do projeto e início da etapa II, com a venda dos lotes empresariais, que modernizou o sistema de produção, voltado para uma agricultura de mercado e para o abastecimento dos mercados interno e externo.

Nesse contexto, outro ponto que gostaria de comentar é que encontrei, através da pesquisa realizada em diversas fontes documentais (ANA, 2016a; OLIVEIRA; PEREIRA, 2020; CODEVASF, 2021), a informação de que a produção agrícola do Projeto Jaíba se concentrou nos últimos anos em um único setor produtivo, isto é, o de fruticultura, enquanto característica da especialização produtiva desse perímetro irrigado. Ainda que esses sejam os principais produtos agropecuários exportados pelo projeto (frutas), há também outras taxas expressivas de aumento de produção agropecuária na região, como de cana-de-açúcar e de milho, especialmente o cultivo de cana, as quais muitas vezes ficam em segundo plano nas discussões sobre o tema. O gráfico abaixo (Gráfico 14) mostra o aumento da produção de cana-de-açúcar e da fruticultura nos municípios que compõem o Projeto Jaíba entre os anos 1993 e 2019.

Gráfico 14 - Comparativo da quantidade total produzida de frutas e de cana-de-açúcar no Projeto Jaíba entre os anos de 1993 e 2019 (em toneladas)

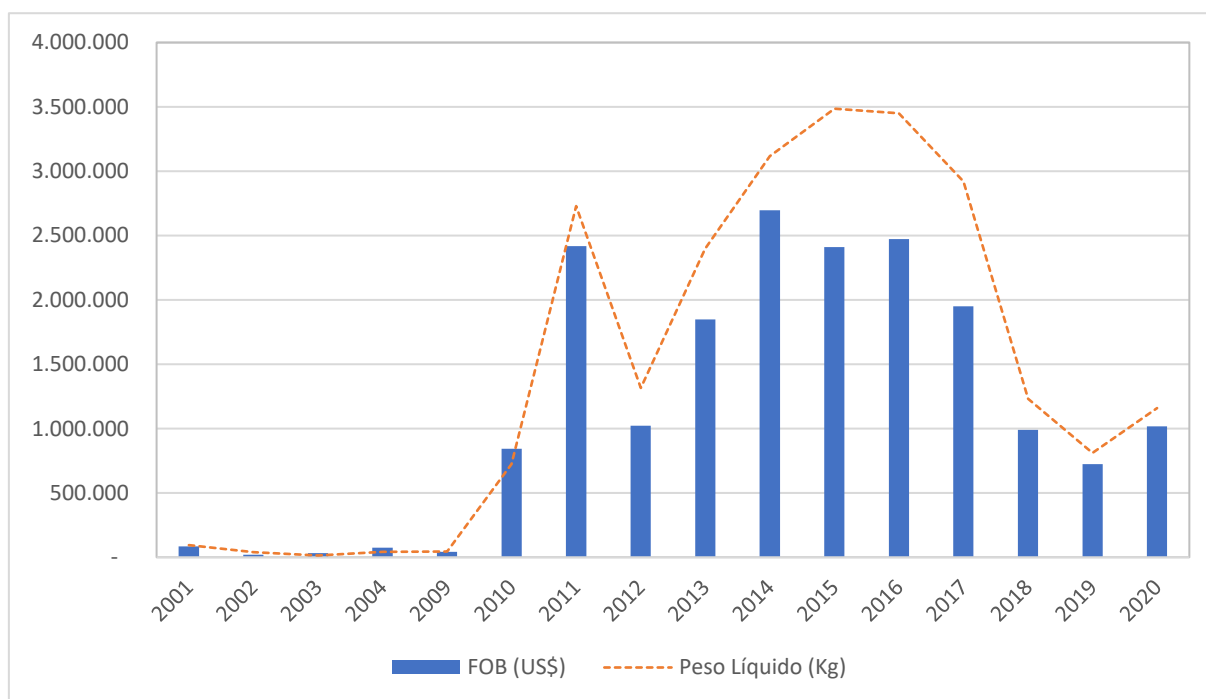


Fonte: elaboração própria, a partir de IBGE (2020b)

Acredito ser importante discutir sobre isso, pois, se inicialmente o Projeto Jaíba era caracterizado e reconhecido por sua especialização produtiva em fruticultura irrigada, atualmente a região produtiva é um pouco mais diversificada, possuindo também a cultura de milho e extensos canaviais irrigados. Essa reestruturação produtiva do Projeto Jaíba, priorizando também o cultivo de cana-de-açúcar, ilustra não somente a consolidação e expansão do agronegócio na região, mas também um cenário que pode desencadear outros e intensificar os já existentes conflitos socioambientais (pela água) na bacia hidrográfica, tendo em vista o crescimento da produção de ambos os cultivos que constituem o agronegócio e, conseqüentemente, o aumento da demanda de água para a agricultura irrigada na região.

Além do incremento da produção e da produtividade do setor, cabe ressaltar ainda o crescimento expressivo do valor e do peso das exportações<sup>27</sup> dos municípios do Projeto Jaíba nos últimos anos, como é possível observar pelo gráfico abaixo (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Exportações dos municípios do Projeto Jaíba entre os anos de 2001 e 2020



Fonte: elaboração própria, a partir de Brasil (2021)

Apesar de o gráfico evidenciar o crescimento das exportações gerais dos municípios do Projeto

<sup>27</sup> Para o cálculo e elaboração do gráfico, considerei a exportação total do Projeto Jaíba como sendo o somatório das exportações dos municípios de Jaíba, Matias Cardoso e Verdelândia nos referidos períodos. O valor das exportações foi calculado na modalidade *Free On Board* (FOB), em dólares, como disponível no site. É importante destacar ainda que a fonte pesquisada não disponibilizou os dados dos anos de 2005 a 2008 e que o gráfico ilustra não somente a exportação de produtos agropecuários dos municípios, mas o somatório de todos os setores.

Jaíba, o aumento expressivo é impulsionado principalmente pela exportação de produtos agropecuários. A inserção do Projeto Jaíba nas redes de comércio internacional se deu no ano de 2001, quando foi realizado o primeiro fluxo de exportação da região. Segundo Oliveira e Pereira (2020), a internacionalização da produção do perímetro irrigado ocorreu quando uma empresa com domicílio fiscal em Matias Cardoso exportou mais de 95 mil quilogramas de frutas para o Canadá. Mas, como pode ser visto pelo gráfico acima, foi apenas a partir do ano 2010 que o Projeto Jaíba se destacou como uma região exportadora de frutas, tendo em vista que foi o ano de maior fluxo de capital e produtos exportados até então, com sucessivos aumentos nos períodos posteriores, em virtude da entrada e fixação do empresariado rural na região.

É importante destacar ainda que, de acordo com uma reportagem veiculada pela Emater (MINAS GERAIS, 2016), atualmente, cerca de 40% da produção de limão no perímetro irrigado é direcionada à exportação, sendo que os produtores rurais ainda têm meta de aumentar a venda externa em 25% nos próximos anos, ilustrando um cenário de consolidação da participação do Projeto Jaíba de abastecimento do mercado internacional. Isso sem falar da exportação de outras frutas produzidas no Projeto Jaíba, como manga e banana. Como destacado em um caso de sucesso do Sebrae (2015, p. 2), “a empresa [Fazenda Águas da Prata] foca na manga para o mercado externo”, evidenciando como o empresariado rural dali muitas vezes está mais preocupado em abastecer o mercado externo em detrimento ao interno.

Esse aumento da produção, produtividade e exportações de produtos da agricultura irrigada do Projeto Jaíba tem como pano de fundo outro fator característico que possibilitou a consolidação e expansão do agronegócio em nível nacional: o intrínseco processo de modernização do setor na região, através da inclusão de novas tecnologias no campo combinadas ao uso intensivo de insumos modernos, desde máquinas e tratores até o uso indiscriminado de agrotóxicos. Isso é nitidamente observado no Projeto Jaíba quando se analisam, por exemplo, a modernização e ampliação dos sistemas de irrigação da agricultura local nos últimos anos. Segundo a ANA (2021), se, inicialmente, a região era reconhecida por produzir através de sistemas de irrigação por microaspersão e gotejamento, hoje ela é mais diversificada, possuindo extensos cultivos irrigados por pivô central, sistema considerado de uso principal em produções em grande escala.

Além disso, de 1996 a 2010, o Norte de Minas aumentou a quantidade de pivôs centrais de irrigação em 102%, com destaque para o município de Jaíba, que passou de 23 pivôs, em 1996, para 163, em 2017, influenciado pelo projeto público de irrigação (ANA, 2019b). O relatório

ainda ressalta que, atualmente, Jaíba aparece em terceiro lugar no *ranking* nacional de densidade/concentração de pivôs em relação à área total do município, o que aumenta a demanda de água para irrigação em uma bacia cujo balanço hídrico quali-quantitativo já é crítico e, conseqüentemente, intensifica os conflitos por água na região.

Sobre as principais críticas e contradições em relação à implementação do Projeto Jaíba, Santos e Silva (2010) apontam que se trata de mais um dos megaempreendimentos geridos pelo Estado, com apoio do empresariado rural, que prometeu levar o desenvolvimento a uma região vista como menos desenvolvida e que, para tanto, consumiu um grande volume de recursos financeiros por ordem de gestões incompetentes, por corrupção e pelo atraso da sua implantação, colocando em questão a própria viabilidade econômica do projeto em termos de conseguir sua autossustentação.

Houve também um intenso processo de desmatamento da vegetação nativa através do modo de produção do Projeto Jaíba baseado na agricultura de mercado. O relato abaixo corresponde a uma reportagem veiculada pelo Jornal Valor Econômico, em que Souza (2011) descreve a compra, pelas empresas Brasnica Frutas Tropicais e Pomar Brasil, dos lotes leiloados na época e o desmatamento para plantio de frutas:

Quando pôs pela primeira vez os pés nesta faixa de terra fértil encravada no Semiárido mineiro, o japonês Yuji Yamada – que hoje é um dos maiores produtores de banana do Brasil – viu-se cercado de mata. Era uma floresta alta e densa, que não demorou muito para ser derrubada. Yamada tinha comprado a gleba num leilão realizado pelo governo de Minas Gerais. A área fazia parte do Projeto Jaíba, o maior projeto de irrigação da América Latina. Com a anuência do governo do Estado, ele e dezenas de outros novos produtores "limparam" a área para transformá-la em região produtiva e numa das principais áreas de fruticultura do Brasil. Tudo isso aconteceu em 2003, e desde então grandes fazendas de frutas e complexos agroindustriais instalaram-se no Projeto Jaíba. (...) [Segundo Victor Purri, superintendente da Pomar Brasil,] “na licitação, quem comprou terras tinha a obrigação de desmatá-las, tinha um prazo para implementar sua produção. (...) Dentro do nosso planejamento, as áreas que precisamos até agora já estão em condição de uso, mas daqui a um ou dois anos, vamos precisar dessa área ainda não desmatada”, afirma (SOUZA, 2011, on-line).

Através do trecho acima, fica evidente que o modo de produção agrícola de grande impacto ambiental realizado no Projeto Jaíba não foi questionado; ao contrário, foi incentivado, pois “quem comprou terras tinha a obrigação de desmatá-las, tinha um prazo para implementar sua produção”, atendendo a interesses dos empresários rurais que ali se instalaram.

Outro impacto socioambiental do Projeto Jaíba diz respeito ao fato de que, em seus objetivos, assim como em outras políticas de desenvolvimento, ele propunha catalisar o desenvolvimento em “espaços vazios”, considerados vazios demográficos e econômicos, mas que na realidade

não eram desabitados. O que houve, de fato, foi a expropriação e deslocamento, muitas vezes de forma violenta, de populações locais, como posseiros e indígenas que habitavam o território e não receberam lotes (MOURA, 2014), com pagamentos irrisórios ou sem nenhuma assistência governamental, para dar lugar às "obras do desenvolvimento". Àqueles que ficaram, como os agricultores familiares e pequenos produtores rurais, foi imposto um modo de produção baseado no agronegócio, considerado mais dinâmico, tecnológico e competitivo para atender a demandas do mercado (interno e externo), desconsiderando os saberes historicamente construídos de pequenos proprietários rurais. Assim, houve a descaracterização e descontinuidade de práticas socioprodutivas de vários grupos sociais que já habitavam a região, substituindo modos de vida tradicionais e de produção agrícola voltados para o consumo familiar, vistos como incompatíveis com a lógica e racionalidade capitalista no campo.

Outro impacto socioambiental do Projeto Jaíba que revela os contrastes dessa política pública foi a intensificação das desigualdades socioeconômicas entre pequenos e grandes produtores rurais, tal qual ocorreu em âmbito estadual, corroborando os achados de Locatel e Lima (2016). Os objetivos básicos do Programa Nacional de Irrigação (PRONI) eram aumentar a oferta de alimentos básicos, expandir os níveis da produção agrícola, diminuir os preços dos alimentos e auxiliar no controle da inflação, incrementando a segurança alimentar e gerando um desenvolvimento equilibrado da economia, que privilegiaria, assim, as classes menos favorecidas. Da mesma forma, a Política Nacional de Irrigação, de 1984 (BRASIL, 1984), no art. 14, dizia que a entrada de pequenas, médias e grandes empresas seria permitida nos projetos públicos de irrigação, “desde que não ocupem, em conjunto, área superior a 20% (vinte por cento) do perímetro irrigado”. E a atual Política Nacional de Irrigação (BRASIL, 2013), em seu art. 14, diz priorizar os agricultores irrigantes familiares e pequenos produtores rurais.

Porém, na prática, esse processo foi totalmente contraditório e ilusório, sendo que o Projeto Jaíba não desenvolveu uma função social compatível com o estabelecido pela Política Nacional de Irrigação. Ao considerar que 30% da área irrigável da etapa I e que as demais etapas (II, III e IV) foram/serão conduzidas de forma a privilegiar médios e grandes empresários, tem-se praticamente o inverso ao determinado pela Lei de Irrigação, em 1984, ficando os agricultores familiares com apenas 25% da área irrigável total do Projeto Jaíba. Nesse contexto, essa política de expansão e modernização agrícola implementada na região beneficia apenas a uma minoria da classe rural, isto é, o empresariado.

Os agricultores familiares e pequenos produtores rurais, em virtude das diversas mudanças

impostas pela racionalidade capitalista no campo e devido à carência de conhecimentos técnicos, recursos financeiros e tecnologias (como maquinário) necessários para a produção irrigada em larga escala e para atender ao mercado externo — que é mais exigente que o mercado local —, possuem dificuldades tanto para produzir e comercializar sua produção quanto, conseqüentemente, para permanecer no campo. Assim, acabam vendendo suas terras para os grandes empresários. Tudo aponta para o favorecimento da grande propriedade rural, evidentemente priorizada no Projeto Jaíba. A apropriação e capitalização do espaço por parte do Estado para privilégio da expansão do capital transformam a sobrevivência e permanência dos pequenos produtores rurais em um constante desafio, dentro de uma dinâmica na qual os grandes empresários rurais se sobressaem por terem mais recursos tecnológicos e financeiros e mais acesso a crédito, extensão rural e assistência técnica (MOURA, 2014).

E o mesmo ocorre com a apropriação e capitalização dos recursos hídricos na região. De acordo com a Política Nacional de Irrigação (BRASIL, 2013), cabe ao agricultor irrigante pagar pelos serviços de irrigação colocados à sua disposição. E a Codevasf, apoiada pela legislação, realiza a cobrança do serviço no Projeto Jaíba com base em uma tarifa de composição binária, cujas partes são denominadas de K1 e K2. A K1, cobrada diretamente pelo Governo Federal, é a parcela da tarifa correspondente à amortização dos investimentos públicos nas obras de infraestrutura de irrigação de uso comum dos perímetros, já que as terras não foram doadas, mas vendidas. Já a K2 é a parcela correspondente ao valor das despesas anuais de administração, operação, conservação e manutenção das infraestruturas, cobrada pelo distrito de irrigação. A primeira é calculada em função do tamanho do lote (em hectares), e a segunda é calculada em relação ao volume (em m<sup>3</sup>) da água fornecida ao usuário, sendo que as tarifas variam de acordo com cada projeto de irrigação.

Dessa forma, os projetos públicos de irrigação coordenados pela Codevasf, como é o caso do Projeto Jaíba, foram baseados em uma lógica na qual os agricultores deveriam se capitalizar, já que eles seriam os responsáveis pela recuperação do capital público investido. Além das taxas a serem pagas pelo uso dos recursos hídricos e da infraestrutura do projeto, a renda dos agricultores deve ser suficiente para o sustento da família e para a manutenção do lote (adubos, energia, defensivos agrícolas etc), ilustrando uma dinâmica que favorece os grandes produtores rurais e que busca transformar o pequeno produtor rural e o agricultor familiar em empresário rural.

O último impacto socioambiental que gostaria de ressaltar advindo da expansão e modernização



da agricultura no semiárido mineiro através da implantação do Projeto Jaíba é o volume captado de água para irrigação, que tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. A viabilização e expansão do agronegócio irrigado na região, bem como sua inserção no mercado mundial, resultaram no aumento do consumo de água nas Bacias Hidrográficas do Rio Verde Grande e do Médio São Francisco, que historicamente já era considerado um recurso escasso ali, intensificando os conflitos hídricos na região.

O elevado crescimento do número de pivôs centrais na região é um reflexo da modernização da agricultura, que resulta em um aumento da demanda por água. O plano diretor do Projeto Jaíba já no ano de 1990 (FJP, 1990) indicava que a irrigação ocupou sem muito controle e planejamento não somente o Rio São Francisco, como também o Rio Verde Grande. Como mencionado anteriormente, hoje, Jaíba é o município que mais tem demanda hídrica de irrigação de todo território de Minas Gerais (ANA, 2021).

Nesse contexto, apesar de o Projeto Jaíba retirar água diretamente do Rio São Francisco, o qual atravessa mais a Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco (UPGRH-SF9) que a Bacia do Rio Verde Grande (UPGRH-SF10), tal política pública expandiu a agricultura irrigada e os consequentes conflitos pela água não só na UPGRH-SF9, mas também para os rios da UPGRH-SF10. Isso fica evidente quando constatamos, além do crescente número de pivôs centrais de irrigação em diversas regiões de Jaíba, que o principal uso da água na Bacia do Rio Verde Grande e com uma grande diferença em relação às demais demanda é para a irrigação (91%).

Ou seja, com a expansão da agricultura irrigada por meio de projetos públicos de irrigação desde a segunda metade do século XX, como é caso do Projeto Jaíba, os conflitos hídricos eclodiram em diversas regiões da Bacia do Rio São Francisco, desde na UPGRH-SF9 até na UPGRH-SF10, em decorrência da demanda hídrica ser muito superior à disponibilidade, aliado ao regime hidrológico típico do semiárido mineiro, que é marcado por longos e irregulares períodos de estiagem.

Portanto, é fato que houve uma mudança na realidade econômica da região com o processo de implantação do Projeto Jaíba, com uma alta produtividade agrícola e comercialização de produtos agropecuários nos mercados interno e externo. Porém, além dos grandes conflitos ambientais advindos do projeto, a realidade social de pequenos produtores rurais não mudou significativamente. O acesso aos equipamentos e insumos da agricultura moderna voltada para o mercado, bem como sua manutenção, exige capital, e a base da agricultura do Projeto Jaíba é

familiar, com produtores rurais mais descapitalizados, que não foram inseridos de forma adequada nessa política de desenvolvimento, já que ela favoreceu principalmente os grandes produtores rurais.

Esse conjunto de características e desdobramentos da produção agrícola do Projeto Jaíba permitem caracterizá-lo como neoeextrativista, como descrito por Gudynas (2010, 2012), enquanto um modelo de desenvolvimento do agronegócio irrigado que foca no crescimento econômico através da apropriação da natureza, sobretudo da terra e de grandes volumes de água, em redes produtivas muito pouco variadas (fruticultura e cana-de-açúcar), da mecanização e uso intensivo de agroquímicos para aumentar a produtividade, na inserção internacional subordinada, e com reduzidos impactos socioeconômicos positivos para o Norte de Minas, porém, com expressivos efeitos socioambientais negativos. Como pontuado por Sachs (1993) e Vainer (2007), a implantação de determinados projetos de desenvolvimento no Brasil acarretou diversos conflitos socioambientais, atribuindo riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade e ocasionando na sua exclusão do processo de desenvolvimento, como foi o caso do Projeto Jaíba.

Assim, a ideia de grandeza associada ao Projeto Jaíba compõe um discurso voltado para o favorecimento do desenvolvimento da região a qualquer custo e muitas vezes camufla o cenário de intensificação dos conflitos socioambientais provocado pelo empreendimento. Uma análise mais ampla, rigorosa e crítica sobre os efeitos dessa política pública de irrigação aponta para questões que se afastam em muito do discurso que a legitima: diminuição da pobreza, favorecimento de pequenos produtores rurais, uso eficiente dos recursos naturais e o consequente desenvolvimento socioeconômico de “espaços vazios”.

A avaliação das políticas públicas destinadas à expansão do modo de produção capitalista no campo, em especial dos projetos públicos de irrigação, deveria levar em consideração também os impactos e conflitos socioambientais decorrentes da implantação desses projetos, sobre os modos de vida, trabalho, saúde e a natureza nesses territórios, ao invés de decidir por uma expansão agrícola com base apenas em aspectos econômicos "positivos". Visto isso, na próxima seção apresento alguns conflitos pela água no contexto do Projeto Jaíba, com destaque para a análise das características e particularidades do conflito hídrico envolvendo grandes irrigantes, de um lado, e comunidades tradicionais de Matias Cardoso, de outro.

### **10.3 “Rio vivo, nós vivos. Rio morto, nós mortos”: caracterização do conflito pela água entre grandes produtores rurais e comunidades tradicionais em Matias Cardoso (MG)**

Os conflitos pela água produzidos pelo agronegócio na região da implantação do Projeto Jaíba são registrados desde a década de 1980, em função da modernização e expansão da agricultura irrigada a partir da implementação dos projetos públicos de irrigação, em associação à baixa disponibilidade hídrica dos rios em uma região de clima semiárido. Segundo a ANA (2016a), os conflitos eclodiram quando grandes produtores rurais começaram a consumir água dos rios para irrigarem suas plantações, que eram inapropriadas para uma região com escassez de chuvas. Foi a partir daí que os rios começaram a secar, surgindo, então, os conflitos hídricos.

Ao final daquela década, o aumento da demanda de água para a irrigação e a consequente redução da disponibilidade hídrica criaram um cenário de dificuldades em relação à compatibilização e garantia dos múltiplos usos nas Bacias do Médio São Francisco e do Rio Verde Grande, como preconizado pela Lei das Águas. De acordo com Demétrio, representante da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso entrevistado, há vários trechos do Rio Verde Grande que secam em alguns períodos do ano, resultado da retirada exagerada pelos irrigantes, o que reflete um cenário de escassez e acarreta conflitos pelo uso da água na região.

Inicialmente, esses conflitos pelo uso da água ocorreram entre usuários de um mesmo setor, isto é, entre os próprios irrigantes, e também entre usuários de setores diferentes, ou seja, entre grandes irrigantes e empresários rurais, de um lado, e outros pequenos usuários, como pequenos produtores rurais e a população local, de outro. Porém, esses conflitos têm se intensificado bastante nos últimos anos, em virtude do crescimento exponencial da demanda de água para a irrigação em detrimento da diminuição da oferta, sendo esta ocasionada também pelo secamento de rios e redução dos índices pluviométricos.

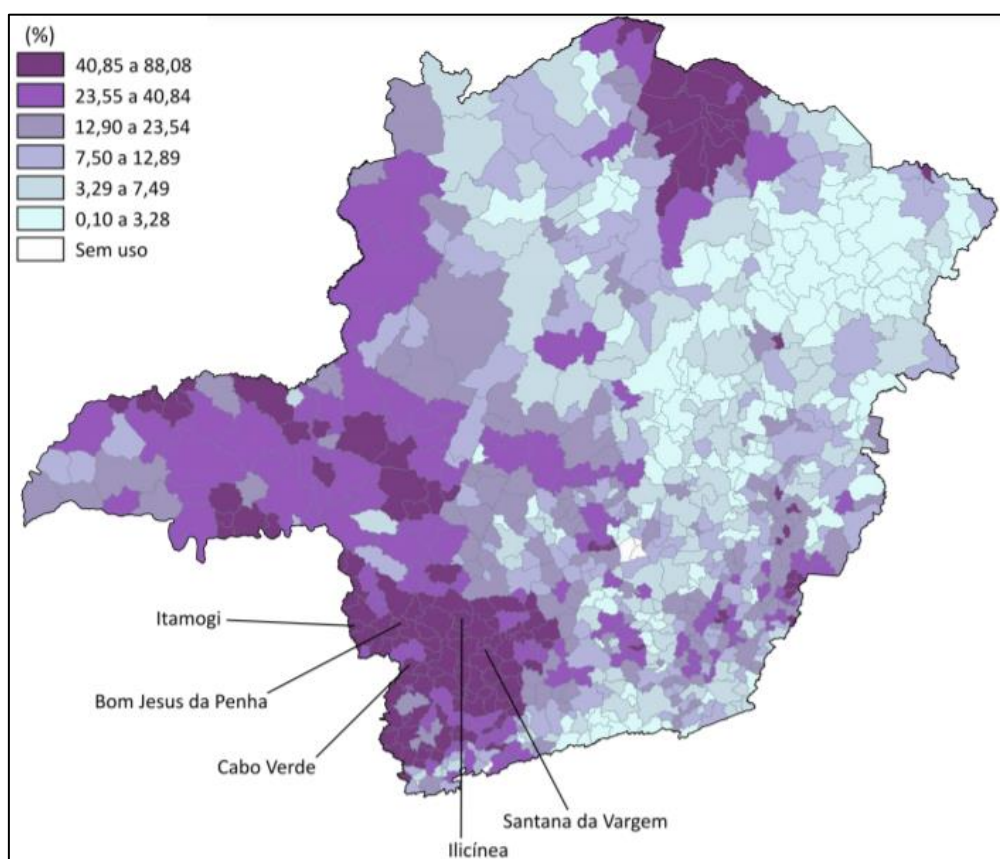
O desmatamento da mata nativa para a construção de estradas vicinais, para o plantio de eucalipto e produção de carvão vegetal e para a produção agropecuária também tem contribuído para o assoreamento de rios das bacias. Além disso, a má gestão do uso dos recursos hídricos na área de estudo, com uma série de ações pontuais e descontinuadas pelos órgãos competentes, contribuiu para ampliação dos conflitos pelo uso da água na região, como será exposto mais adiante.

Porém, os conflitos registrados não ocorrem somente pelo acesso e uso dos recursos hídricos,

isto é, pela escassez quantitativa desse bem para alguns usuários. Nos últimos anos, também houve um aumento no número de registros de conflitos hídricos produzidos pelo agronegócio que envolvem a sua preservação/contaminação. Isto porque o Projeto Jaíba contribuiu para uma poluição difusa dos rios da região, como do Rio São Francisco e seu afluente Rio Verde Grande, afetando a qualidade das águas. O próprio Igam (2017) aponta uma piora e comprometimento da qualidade das águas na Bacia do Rio Verde Grande devido, majoritariamente, às atividades agropecuárias desenvolvidas ali.

A contaminação das águas dessa bacia através de atividades agropecuárias pode ser explicada, por exemplo, em virtude do uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras da região. A figura abaixo (Figura 22) ilustra o uso de agrotóxicos nos estabelecimentos agrícolas nos municípios de Minas Gerais.

Figura 22 - Mapa com a porcentagem dos estabelecimentos agropecuários que utilizam agrotóxicos em relação ao total de estabelecimentos do município, em Minas Gerais



Fonte: adaptado de Bombardi (2017, p. 96)

Como pode ser verificado pelo mapa acima, o Norte de Minas, em especial onde foi implantado o Projeto Jaíba e outros projetos públicos de irrigação, junto ao Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba se destacam enquanto regiões que fazem uso intensivo de agrotóxicos nas

lavouras. Somado a isso, trago a pesquisa do Controle do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA, 2018), do Ministério da Saúde, sobre a concentração de agrotóxicos detectados especificamente na água potável dos municípios brasileiros, em 2018, em que é possível encontrar no mapa diversos municípios da Bacia do Rio Verde Grande, inclusive aqueles que compõem o Projeto Jaíba, que possuem algum tipo de agrotóxico identificado nas águas que os abastece.

Visto isso, é possível afirmar que a expansão do agronegócio no Norte de Minas através de políticas de desenvolvimento tem contribuído para o comprometimento da qualidade das águas dos rios e de abastecimento da população na área de implantação do Projeto Jaíba, devido à sua contaminação, por exemplo, por agrotóxicos, acarretando diversos conflitos hídricos.

Existem inúmeros casos atuais de conflitos deflagrados pela água na bacia que explicitam como o agronegócio tem comprometido o acesso, uso e a preservação dos recursos hídricos na região. Nos arredores de Janaúba, por exemplo, agricultores familiares lutam contra a privação do uso da água provocado pela construção da Barragem do Bico de Pedra, que acumula a água disponível e beneficia os produtores rurais ali instalados, ao passo que as comunidades localizadas rio abaixo são prejudicadas com a falta de recursos hídricos para abastecimento público, para plantar ou para manter suas criações de animais. Nesse caso, toda a estrutura de irrigação está a serviço dos grandes empresários rurais e da fruticultura irrigada, que ocupa grandes extensões de terra na região. Para representantes do MAB, “a água ali tem dono, e o dono é o agronegócio (...). É um desrespeito o que a Codevasf tem feito na região, privatizando a água, beneficiando o grande produtor e deixando os camponeses na miséria” (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2011b, on-line).

Conflito semelhante ocorre na região de Itacarambi, na UPGRH-SF9, protagonizado pela Brasnica Frutas Tropicais, empreendimento rural que foi amplamente beneficiado pelo Projeto Jaíba. Em reportagem veiculada pela ONG Repórter Brasil (CAMARGOS, 2020a, on-line), comunidades tradicionais denunciam uma barragem construída pela empresa para irrigar suas imensas plantações de banana, que passou a represar a água que deveria encher a Lagoa do Juazeiro, dificultando o acesso e uso por parte de quilombolas e vazanteiros da região, inclusive em períodos de chuva. Com pouca água, os moradores não conseguem irrigar, criar animais e tampouco sobreviver. E fazem um apelo: “Não desce água, não desce peixe, não desce nada. É difícil viver, porque não tem... a água tá longe (...). Então era bom assim... se o governo

lembrasse mais da gente, né?”, ilustrando também o descaso do governo com a situação das comunidades e com o conflito hídrico em questão. Além disso, os moradores relatam diversas estratégias intimidadoras por parte dos funcionários da empresa, principalmente após o presidente Jair Bolsonaro assumir o governo, tais como abordagens agressivas, ameaças com armas, parceria entre policiais e empresários rurais e a vigilância constante através de drones que sobrevoam suas casas e plantações.

Já em São João da Ponte, pequenos produtores rurais denunciaram em uma reunião ordinária realizada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBHVG, 2018, p. 3) o uso elevado e irregular (maior que o permitido por outorga) de águas na Fazenda Fortaleza Santa Terezinha, que já possui uma disponibilidade de água subterrânea 3 vezes maior que a necessária para abastecer a cidade de Montes Claros. Segundo um dos participantes da reunião, “quem tira água do Rio Verde Grande são os grandes empreendimentos, os quais mesmo tendo diversas condicionantes a serem cumpridas e poços lacrados, ainda estão em operação”, evidenciando a falta de fiscalização por parte do Poder Público e o consequente comprometimento do uso dos recursos hídricos por parte de outros produtores. De acordo com a ata, esse assunto já tinha sido pautado em outras reuniões do comitê, mas até o momento estava sem solução. Dois anos depois, uma reportagem veiculada pelo jornal Estado de Minas (RIBEIRO, 2020) aponta que representantes dessa mesma fazenda vão ampliar até 2022 os projetos de agronegócio na região, ao investir mais de 1 bilhão de reais na expansão da produção agropecuária da empresa e, para tanto, vão precisar também consumir mais água, acirrando os conflitos hídricos já existentes.

Mesmo com esse cenário de balanço hídrico quali-quantitativo crítico e a consequente intensificação dos conflitos pela água na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande desde a década de 1980 até os dias atuais, cabe destacar que o Igam (2019a) não emitiu nenhuma Declaração de Área de Conflito (DAC) para a região, como pode ser visto na Figura 17 desta tese e pelo instrumento de gestão (PRH) da bacia. Isso confirma, mais uma vez, que um dos principais instrumentos de gestão de recursos hídricos e de mediação de conflitos por parte do estado é falho, necessitando de acompanhamento e fiscalização mais rígidos das instituições reguladoras.

A falta de DAC ocorre também em um caso de conflito deflagrado pela água nas redondezas do município de Matias Cardoso, que será aprofundado a partir da próxima seção. A escolha desse conflito em específico representa uma decisão política baseada nos seguintes aspectos: I)

trata-se de um conflito hídrico que tem como pano de fundo a expansão do agronegócio na região, isto é, tem como causa os desdobramentos da implantação do Projeto Jaíba, podendo provocar um questionamento quanto às políticas públicas vigentes (LITTLE, 2006); II) possibilita dar visibilidade a atores sociais marginalizados (LITTLE, 2006) nessa disputa, como será visto mais adiante; III) trata-se de um conflito que já possui algumas fontes documentais difundidas a seu respeito, inclusive com informações mais atuais, aspecto importante a ser considerado em um atual momento de isolamento social devido à pandemia de COVID-19; e IV) por possibilitar evidenciar as falhas dos atuais instrumentos de gestão e, ao mesmo tempo, a necessidade de criação de novas propostas de ação (LITTLE, 2006) e novos mecanismos de fiscalização e regulamentação dos conflitos hídricos no estado, já que não há DAC emitida para essa disputa, apesar de ela não ser recente.

### *10.3.1 “O Rio São Francisco está seco por causa dos empresários que tiram água da gente”: identificação do foco central do conflito, suas principais causas e tipologia*

Matias Cardoso está localizado na mesorregião do Norte de Minas Gerais, é banhado pelos rios São Francisco e Verde Grande, e faz fronteira com os municípios mineiros de Manga, Itacarambi, Jaíba, Gameleiras e São João das Missões, e com os municípios baianos de Malhada e Iuiú. Sua emancipação política foi recente, em 1993, pois até então pertencia ao município de Manga. Em 2010, a população total matiense era de 9.979 habitantes, sendo que cerca de 51,4% dela vivia na zona urbana, e a outra parte, na zona rural. Nesta, existem grandes fazendas centenárias voltadas para a produção agropecuária e também comunidades tradicionais, como a comunidade do Quilombo da Lapinha e comunidades vazanteiras de Pau Preto. Atualmente, o setor de serviços possui maior representatividade na configuração econômica do município, seguido da agropecuária, a qual transformou as dinâmicas socioeconômica local e regional com o início da operação do Projeto Jaíba.

Em Matias Cardoso, às margens do Rio São Francisco, era comum encontrar até certo tempo atrás uma convivência relativamente harmoniosa entre “a cultura dos remanescentes quilombolas, o indígena, o vazanteiro, o pescador, o vaqueiro, o cidadão provinciano urbano e o rural”, que, em conjunto, seria a representação mais ampla da sociedade matiense, já que grande parte da população nativa se reconhece em pelo menos um desses estereótipos (ANJOS; VALE, 2016). Entretanto, diversos conflitos socioambientais emergiram desde o final do século XX, a partir da implantação do Projeto Jaíba, sendo este considerado um marco espaço-

temporal para o acirramento dos conflitos pela água no município, sobretudo aqueles envolvendo principalmente grandes produtores rurais, de um lado, e comunidades tradicionais, de outro, caso enfocado nesta tese. De acordo com Nereu, morador da comunidade de Pau Preto entrevistado durante a pesquisa, “um dos grandes crimes sobre a água no Norte de Minas é o Projeto Jaíba, porque desde então a gente tem mais dificuldade pra ter água boa e suficiente pra atender a gente”.

É importante destacar que, apesar de vários atores sociais estarem envolvidos direta ou indiretamente no conflito analisado, afirmo que ele se dá, sobretudo, entre grandes produtores rurais e comunidades tradicionais matenses em virtude desses últimos serem os mais afetados pela disputa e conseqüente escassez e poluição de água na região, ao mesmo tempo que eles também afirmam que são os representantes do agronegócio os principais causadores desse conflito. Portanto, trata-se de atores sociais que protagonizam a disputa, mas não são os únicos, como será detalhado adiante.

Para o entendimento a partir da Ecologia Política da dinâmica desse conflito em particular, a agência humana e a natural devem ser analisadas na sua interação (LITTLE, 2006), isto é, levando em consideração tanto causas biofísicas quanto sociais (como a ação antrópica sobre a natureza). No que se refere ao primeiro aspecto, gostaria de lembrar aqui que Matias Cardoso está situada na região do semiárido mineiro, bastante afetada pela sazonalidade das chuvas e por períodos de estiagem. Nesse contexto, desde 2011 a região passa por longos e fortes períodos de seca (ANA, 2018c), o que afeta a disponibilidade hídrica e compromete o uso do Rio São Francisco e seus afluentes (como o Rio Verde Grande) como fonte de alimentação, higiene, transporte e produção agropecuária pelos diferentes atores sociais que vivem em seu entorno, conseqüentemente intensificando os conflitos pelo uso da água na região.

Tal escassez hídrica é sentida por diversos usuários, desde grandes produtores rurais, que utilizam o rio como fonte de abastecimento de suas plantações irrigadas, até por populações tradicionais, que necessitam das águas do rio para sua sobrevivência. Em reportagem veiculada pelo Jornal O Estado de São Paulo (SALOMÃO, 2014), grandes empresários rurais do Projeto Jaíba, como o gerente da Brasnica, descrevem os prejuízos financeiros e para a produção agrícola com a seca do rio. Já em outra reportagem conduzida pela Pública - Agência de Jornalismo Investigativo, Hespanhol (2015) expõe os relatos de membros da comunidade do Quilombo da Lapinha sobre como as águas do rio estão mais baixas nos últimos anos, afetando e alterando práticas socioprodutivas de seus membros, e, de tão raso que está, pode ser



atravessado a pé sem muita dificuldade, diferentemente de tempos atrás, quando as águas do rio batiam na altura do peito. Os resultados da pesquisa com os entrevistados convergem com os achados da pesquisa documental, pois os sujeitos da pesquisa também reconhecem que a falta de chuva nos últimos anos tem prejudicado os níveis de água do Rio São Francisco e intensificado os conflitos hídricos na região, como relatado por Proteu:

Em vista do que era antes, hoje [o Rio São Francisco] praticamente tá quase seco. Ele era um rio que o lugar mais raso dava 6 metros de fundura, hoje nem chega perto disso. Ele tá secando por conta dos usos dos fazendeiros, que captura muita água do São Francisco por conta dos quilômetros de banana que eles planta. E também porque diminuiu a chuva aqui pra nós, né. Nos últimos anos tem chovido muito pouco também (Proteu – morador da Comunidade do Quilombo da Lapinha).

Porém, a diminuição da riqueza natural das sub-bacias e um dos bens mais preciosos para as comunidades, a água, não é fruto somente de características climáticas da região, como também pode ser observado pelo trecho acima. Segundo um vazanteiro da comunidade de Pau Preto, “crise toda vida teve, essa não é a primeira. O rio ficava seco, mas se recuperava. Hoje, pega um metro de água de um afluente ou chuva, os projetos de irrigação tiram dois” (HESPANHOL, 2015, on-line), fazendo referência ao Projeto Jaíba ali implementado, que atualmente retira cerca de 397 bilhões de litros de água por ano do Rio São Francisco (ANA, 2021), mesmo diante da situação crítica de escassez hídrica do rio, acirrando os conflitos por água na região.

Nesse sentido, apesar de haver diversos grandes produtores rurais na região, inclusive aqueles que não fazem parte do Projeto Jaíba, as comunidades tradicionais veem no tal projeto de irrigação a maior ameaça à vitalidade do rio. Outro membro da mesma comunidade ainda complementa “[o rio São Francisco está seco] por causa dos empresários que tiram água da gente” (HESPANHOL, 2015, on-line). Converging e complementando esses achados, os moradores das comunidades tradicionais entrevistados também pontuam o Projeto Jaíba como principal causador dos conflitos hídricos na região, como pode ser observado pelo trecho abaixo:

Pra quem conheceu o Rio São Francisco há 40 anos, hoje pode dizer que ele não existe. Hoje ele praticamente acabou. O Projeto Jaíba tira muita água dele. Ai ele não aguenta não. Tira água, polui. Ai ele não aguenta mesmo. Esses grandes tira muita água, mas é muita água mesmo. Junta com a falta de chuva e aí como que faz? E a gente, como que fica? (Iara – moradora da Comunidade do Quilombo da Lapinha).

Entretanto, não é somente o conflito pela escassez de água que as comunidades tradicionais de Matias Cardoso precisam enfrentar nos últimos anos, mas também a poluição do rio (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2011a, 2013a), contaminado pelo uso indiscriminado de adubos químicos e agrotóxicos para

umentar a produtividade das grandes monoculturas de frutas e cana-de-açúcar da região, comprometendo a qualidade das águas para atividades rotineiras das comunidades, como de higiene e uso doméstico. Além do relato acima, em que Iara também destaca a poluição do Rio São Francisco pelos fazendeiros do Projeto Jaíba, durante a entrevista com Nereu e Sereia eles apontam que um dos principais impactos do Projeto Jaíba é o “veneno, muito veneno” nas águas do rio, sendo que Nereu ainda afirma que “às vezes a gente acha até frasco de agrotóxico no rio. A gente sempre encontra [frasco de agrotóxico] descendo rio”, o que de certa forma converge com os achados da pesquisa documental realizada, sobre o uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras da região (BOMBARDI, 2017) e sobre a concentração de agrotóxicos detectados nas águas que abastecem os municípios dali (SISAGUA, 2018).

A partir disso, é possível afirmar que o processo de modernização do campo na região através da implantação do Projeto Jaíba, além de ter intensificado a escassez e comprometido a qualidade das águas dos rios, acentuando conseqüentemente os conflitos hídricos, também tem dificultado a recuperação do rio, mesmo em períodos de chuva, em virtude da retirada excessiva e desordenada de água para a irrigação, através dos inúmeros pivôs centrais espalhados pelas plantações, paralelo ao consumo significativo de água para outras atividades agropecuárias desenvolvidas por grandes produtores rurais dali.

É notável como os interesses econômicos do empresariado rural, com apoio do Estado, têm prevalecido em detrimento das capacidades e condições do próprio Rio São Francisco. E enquanto o Estado investe no Projeto Jaíba junto à elite rural, ocasionando uma miríade de conflitos socioambientais, como o desmatamento generalizado da vegetação nativa, uso exagerado e descontrolado dos recursos hídricos e contaminação das águas com a aplicação massiva de agrotóxicos, as comunidades tradicionais do seu entorno são penalizadas com a má gestão e falta de preservação dos recursos das áreas onde vivem.

Cabe destacar que a dinâmica do conflito em questão não é atual, e não somente devido aos longos períodos históricos de seca que afetam a região. Por detrás do conflito pela água, existe também um conflito por terra envolvendo essas comunidades tradicionais, que remonta ao final do século XX e se estende até os dias de hoje. Como política compensatória da implantação do Projeto Jaíba, devido aos danos causados no Cerrado, foram criadas na região unidades de conservação estaduais no final do século XX, a partir da etapa II do projeto, como o Parque Estadual Verde Grande, o da Lagoa do Cajueiro e o da Mata Seca.

Porém, essa política compensatória significou a expulsão de comunidades tradicionais de seus territórios, não levando em consideração a existência dessa população que há séculos vivia naquele lugar e que foi expulsa para a construção dos parques, causando restrições severas aos seus meios de subsistência e bem-estar, como o acesso à água, terra e pesca, colocando em risco sua segurança alimentar, identidade cultural e integridade social. Esse é um caso típico de como a “territorialidade do modo de produção agrícola estimulado pelo agronegócio mostra-se incompatível com as territorialidades tradicionais” (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2010, p. 295).

Nessa direção, Anaya e Espírito-Santo (2018) afirmam que tais parques serviram funcionalmente para expandir a etapa II do Projeto Jaíba, destinada exclusivamente aos empresários rurais, consolidando, assim, o agronegócio na região. Os autores apontam ainda as contradições das políticas de desenvolvimento sustentável, que incorporam a “economia do reparo”, expressa através de estratégias de compensação ambiental, para consolidar o agronegócio na região, indo na contramão da busca por justiça ambiental ao atropelar modos de ser e de viver conflitantes com a racionalidade de mercado.

Dessa forma, a luta pelo direito a terra mobiliza as comunidades tradicionais de Matias Cardoso na luta pelo direito à água, já que esta é fundamental para a sua permanência na terra. Com a implantação do Projeto Jaíba na região, os recursos hídricos se afirmaram como sinônimo de poder e capital, e os “senhores da terra” se reafirmaram como “senhores da água” (RIBEIRO, 2008), tendo seus privilégios históricos garantidos.

Tendo em vista suas causas e consequências, o conflito em questão pode ser classificado, a partir da perspectiva de Little (2001), como um conflito em torno do controle sobre os recursos naturais, já que a disputa ocorre em torno do acesso e uso da água do Rio São Francisco, que, dependendo da forma como for explorada, pode comprometer o uso e dificultar o acesso por parte de outros atores sociais. Mas também pode ser classificado como conflito em torno dos impactos socioambientais gerados pela ação humana e ainda em torno de valores culturais e modos de vida, uma vez que o conflito explicita a escassez e o comprometimento da qualidade dos recursos hídricos causada pelo modo de produção agrícola baseada no agronegócio e escancara o choque de valores culturais dos usuários na concepção e apropriação da natureza, como será mais detalhado na próxima seção, sobre os interesses e reivindicações dos atores sociais envolvidos na disputa.

Ademais, levando em consideração os relatos dos moradores das comunidades tradicionais

entrevistados, considero que esta disputa esteja em seu estágio manifesto (BORDALO, 2019), por mais que já tenha oscilado para um estágio “mais frio”, de menor visibilidade. Afirmo isso com base nas restrições que o conflito hídrico impôs e continua impondo na reprodução de práticas socioprodutivas dos moradores das comunidades tradicionais e na própria percepção deles sobre a atual situação do conflito. Ainda que exista uma luta pelo direito a terra mais explícita na região, Nereu, por exemplo, afirma que “antes a gente usava a água do rio pra tudo. Hoje não, hoje é mais pra cozinhar e pros animais. Porque hoje tá mais poluída. (...) Nos últimos 30 anos o conflito ficou muito maior. Antes a gente usava, plantava e agora não consegue mais. Hoje a gente não tem mais condição”. Do mesmo modo, Iara destaca sobre a atual situação do conflito, que “não tem nada melhorando. Tá piorando cada dia mais. Os ribeirinhos não têm direito de usar a água do rio. Os fazendeiros não gostam que a gente chega perto do rio, principalmente perto da fazenda deles. Eles já quer mandar na gente”.

Além disso, recentemente, em meados de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais suspendeu temporariamente uma ordem de despejo de 170 famílias do Quilombo da Lapinha movido pela empresa Fazenda Casa Grande, e a comunidade estava se articulando para tornar essa decisão definitiva e refletir sobre possíveis caminhos de enfrentamento às violações de direitos sofridas, como pode ser visto na reportagem veiculada pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA) (GOUVEIA, 2019). Isso ilustra como o conflito, apesar de ter sido gerado há tempos atrás, ainda transcorre nos dias atuais de forma intensa, inclusive em virtude das secas nos últimos anos.

Estar inserida na área do Polígono das Secas e em áreas consideradas como “espaços vazios” implicou para Matias Cardoso a adoção de políticas públicas dentro do modelo da Sudene, com o apoio, sobretudo, da Codevasf, que via de regra, ampliaram o modelo concentrador de riquezas e de exclusão da agricultura tradicional e familiar regional por meio de projetos de modernização do campo, isto é, projetos de irrigação. O modelo de irrigação adotado nesses projetos foi o sistema de pivô central, a fim de aumentar a produtividade dos cultivos e atender aos mercados interno e externo. Nesse contexto, os rios, que já sofriam com as irregularidades de chuvas, foram, aos poucos, desabastecidos e precarizados, devido aos diversos impactos ambientais ocasionados pela nova dinâmica agrária da região.

A redução da quantidade e da qualidade das águas do Rio São Francisco marca os conflitos hídricos nas sub-bacias hidrográficas onde o município está localizado (UPGRH-SF9 e UPGRH-SF10). Estas assumem fundamental importância enquanto contexto das disputas, pois,

além de já serem prejudicadas com os períodos de estiagem, atualmente, ao mesmo tempo que são responsáveis pela sobrevivência e reprodução de práticas socioprodutivas de diversas comunidades tradicionais, também são fontes importantes de abastecimento de grandes empreendimentos rurais ali instalados, como é o caso do Projeto Jaíba. Assim, o conflito em questão põe em evidência a existência de múltiplos interesses, modos de apropriação e reivindicações em torno dos recursos naturais que estão em disputa pelos diferentes atores sociais, como será discutido na seção a seguir.

### *10.3.2 “O rio significa pra mim a minha vida. Sem ele eu não sou ninguém”: interesses, reivindicações e relações de poder entre os diferentes atores sociais envolvidos no conflito*

Outro elemento fundamental para a compreensão dos conflitos socioambientais a partir da perspectiva da Ecologia Política é a identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos e seus interesses específicos em disputa (LITTLE, 2006). Desse modo, apresento nesta seção alguns dos principais atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no conflito pela água em questão que emergiram da pesquisa realizada, bem como as relações de poder estabelecidas e seus interesses e reivindicações em torno dos recursos naturais em disputa. Acredito que a identificação mais ampla desses atores sociais, ainda que não intencione aqui esgotá-los, e os aspectos aos quais eles dão maior importância, contribui também para a noção de conflito como espaço de produção e mobilização de conhecimentos mais contextualizados (PARRA-ROMERO, 2020).

O primeiro ator social envolvido que gostaria de ressaltar é o Governo Federal, cujo nível principal de atuação está inserido em um contexto mais amplo, de abrangência nacional. A atuação do Governo Federal se dá, de forma geral, a partir de adoção e incentivo ao modelo de desenvolvimento ligado à exportação de *commodities* agropecuárias que, com o discurso do interesse público, legitima a expansão do agronegócio no país. É também o principal organizador do território e que promulga políticas públicas em matéria de ambiente, recursos hídricos, economia e ordenamento do território. Nesse sentido, através da Codevasf, é responsável por construir obras que garantem o abastecimento de água para agricultura irrigada e para o consumo humano na região do Projeto Jaíba, bem como de obras para a revitalização da bacia, como aquelas para a limpeza de sedimentos que obstruem e desviam águas do Rio São Francisco.

A bancada ruralista no Congresso Nacional é outro ator social ligado ao conflito, mesmo indiretamente, já que é responsável por estimular mudanças de políticas públicas e legislação direcionadas aos interesses econômicos de representantes do agronegócio, como tem ocorrido nos últimos anos com os projetos de lei que visam flexibilizar o processo de aprovação de novos agrotóxicos e sobre a flexibilização do licenciamento ambiental para projetos de irrigação, como já mencionado anteriormente. Tais projetos, caso aprovados, podem comprometer ainda mais a quantidade e a qualidade das águas do Rio São Francisco em favor exclusivamente do aumento da produtividade agrícola do Projeto Jaíba, intensificando o conflito em questão.

No poder público, é importante destacar ainda o órgão gestor de recursos hídricos em nível estadual, isto é, o Igam, e em nível federal, no caso, a ANA, atuações que detalharei um pouco mais na próxima seção, sobre as tentativas de resolução do conflito. Mas, de modo geral, ambos deveriam atuar para mitigar o conflito pela água em questão, e pouco tem sido feito para tanto, já que, desde 1980, existem diversos conflitos hídricos oriundos de projetos de irrigação no Norte de Minas e poucas DACs foram emitidas nesse sentido.

A partir da pesquisa realizada, o que se observa é que esses órgãos desenvolvem medidas técnicas e pontuais, que resolvem momentaneamente o conflito, como foi o caso, em junho de 2017, da criação do Dia do Rio, em que a ANA (2017b), através da Resolução n.º 1.043, de 19 de junho de 2017, restringiu até dia 30 de novembro do mesmo ano a captação de água da bacia do Rio São Francisco às quartas-feiras, sobretudo as retiradas para os perímetros de irrigação e exceto para abastecimento humano ou animal, prevendo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento, em virtude da drástica redução do volume do rio. Esta medida sofreu alteração já em agosto daquele ano, cuja suspensão passou a acontecer quinzenalmente ao invés de semanalmente. Porém, ainda que tenha sido uma medida pontual, membros das comunidades tradicionais matienses entrevistados, como Iara e Nereu, relataram que naquela época era justamente na quarta-feira que a água voltava a correr no pequeno canal que passa junto à comunidade, já que nesse dia os produtores rurais do Projeto Jaíba eram obrigados a desligar as bombas de captação hídrica e nos outros dias da semana esse canal ficava sem fluxo, com água parada.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco e do Rio Verde Grande também emergem como atores sociais relevantes no contexto do conflito pela água analisado, já que são responsáveis, entre outras coisas, por sua articulação junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), por arbitrar os conflitos pelo uso da água na região e cumprem

papel fundamental na elaboração das políticas para gestão das bacias. Em entrevista realizada com o representante do CBH Verde Grande, que atua junto ao comitê desde 2011, o entrevistado Douglas afirma que considera conflito pela água como sendo uma “oposição de ideias e interesses em relação a disponibilidade e demandas diversas pela água” e que, quando ocorrem, tem como causa a pouca disponibilidade hídrica conjugada com grandes ou múltiplas demandas de usos.

É interessante notar como, para Douglas, os conflitos hídricos estão mais associados a demandas quantitativas, já que nada foi falado em relação aos conflitos causados pela poluição dos rios, por exemplo. Isso também foi refletido inclusive no papel do CBH nos conflitos hídricos da região, que, para o entrevistado, refere-se a “estabelecer critérios de uso após o devido cadastramento de usuários e estudos de disponibilidade hídrica”.

Eu indaguei o representante do CBH Verde Grande sobre os conflitos pela água na região de Matias Cardoso e sobre aqueles envolvendo especificamente produtores rurais, inclusive do Projeto Jáíba, e comunidades tradicionais da região, a fim de verificar se ele tinha conhecimento da disputa aqui analisada. Segundo Douglas, na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, no período de atuação desse servidor, isto é, nos últimos 10 anos, “nenhuma disputa pelo uso da água especificamente nesse município foi debatida ou objeto de pauta de discussão em reuniões ou encontros, tanto na Câmara Técnica Consultiva quanto na Plenária do Comitê”.

O entrevistado afirma que não tem conhecimento dos interesses e reivindicações das comunidades tradicionais envolvidas em conflitos pela água na região de Matias Cardoso gerida pela UPGRH-SF10, nem dos produtores rurais e outros atores sociais que porventura estejam envolvidos, porque, para o CBH Verde Grande, esses conflitos em questão não existem, já que “não chegou ao conhecimento do Comitê nenhuma solicitação, denúncia ou informações sobre os conflitos” por mim referenciados, o que vai de encontro à fala dos membros das comunidades tradicionais entrevistados, conforme será visto mais adiante. De certo modo, o que fica evidente em um primeiro momento é que as demandas dos ribeirinhos da região não estão chegando até o comitê e que, portanto, é necessário um acompanhamento mais próximo dessas instituições para com as reivindicações dos membros dessas comunidades tradicionais.

Tendo em vista que o Projeto Jáíba e o município de Matias Cardoso extrapolam as fronteiras do CBH Verde Grande, também perguntei a Douglas qual é o comitê responsável pelos conflitos envolvendo o Rio São Francisco na região de Matias Cardoso. O entrevistado afirmou

que “o município de Matias Cardoso possui seus limites geográficos abrangendo tanto áreas do CBH Verde Grande quanto áreas do CBH Afluentes Mineiros do Médio São Francisco”, mas que seria este último o responsável por gerir o conflito envolvendo as comunidades tradicionais de Matias Cardoso e produtores rurais do Projeto Jaíba, por estes “estarem localizados na margem direita do Rio São Francisco, fora dos limites geográficos do CBVG”. Nesse contexto, fiquei refletindo sobre como os instrumentos de gestão das bacias hidrográficas precisam se atentar mais e detalharem mais os (possíveis) conflitos pela água ocorridos na bacia, bem como os principais usuários de água e o contexto socioambiental desses conflitos, já que o Plano Diretor de Recursos Hídricos (IGAM, 2014) do CBH do Médio São Francisco pouco fala do Projeto Jaíba, citando-o duas vezes, sendo uma em nota de rodapé e nenhuma delas associando a possíveis conflitos pelo uso de água.

Mesmo sabendo das limitações do representante do CBH Verde Grande para responder questões específicas sobre o conflito aqui analisado, ao mesmo tempo que o próprio Douglas afirmou que o CBH Verde Grande também é responsável por parte da gestão hídrica daquele território, durante a entrevista eu quis compreender qual a percepção desse importante ator social sobre o impacto do agronegócio na região, sobre o que o Projeto Jaíba representa para a região e sobre os impactos do perímetro irrigado nas questões ambientais, sobretudo pela água. Mas o respondente não quis falar sobre essas questões.

Enquanto fóruns de representação que buscam promover o gerenciamento participativo e democrático dos recursos hídricos e conciliar os diferentes interesses dos diversos atores sociais envolvidos em conflitos, é interessante notar ainda a composição dos conselhos de ambos os comitês supracitados, pois diz respeito também sobre as cotas de poder dos sujeitos envolvidos no conflito focado nesta tese. De acordo com Ato Governamental publicado em 2018 (IGAM, 2018b), a lista de conselheiros titulares do CBH dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco inclui, no poder público estadual, representantes do Igam, do IEF, da Emater e da Polícia Militar; no poder público municipal, há representantes das prefeituras municipais de diversos municípios da região, como de Januária e Brasília de Minas, e não há representantes da prefeitura de Matias Cardoso na atual gestão; entre os usuários, estão listados como membros titulares do conselho representantes da FIEMG, do DNOCS, da COPASA, da Codevasf, do Sindicato Rural de Montes Claros e do Sindicato dos Produtores Rurais de São Francisco; já os membros da sociedade civil são a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Norte de Minas, o Instituto Federal do Norte de Minas, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de



Minas Gerais, a Associação Comunitária Ribeirão de Areia, o Núcleo de Pesquisa e Preservação do Patrimônio Cultural de São Francisco e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais.

Essa composição dos membros titulares do conselho evidencia como nesses fóruns institucionais ditos de gestão participativa e democrática, na prática, não há tanta representatividade de todos os usuários de água, e sim uma participação desigual entre empresas usuárias, poder público e sociedade civil nos CBHs. Nesse caso, trata-se justamente do comitê de bacia onde estão inseridos os conflitos por água entre grandes produtores rurais do Projeto Jaíba e comunidades tradicionais de Matias Cardoso, mas não há nenhum membro titular nem suplente no conselho dessa bacia que represente essas comunidades, o que pode dificultar o conhecimento e o atendimento de seus interesses e reivindicações por parte do CBH. Isso corrobora os estudos de Ioris (2009), Porto e Porto (2016) e Gusmão e Pavão (2019) de que esses fóruns muitas vezes têm funcionado como instrumentos da reafirmação das assimetrias de poder em relação aos diferentes atores sociais envolvidos nos conflitos, devido à limitação da participação de membros nos conselhos dos comitês e a pressões e protagonismo exercidos pelos grandes usuários de água. Isso indica uma forma de organizar os comitês que têm priorizado mais os interesses de grupos econômicos com maior força política e que estão alinhados com os objetivos de "desenvolvimento" enquanto crescimento econômico em detrimento dos interesses de comunidades tradicionais, que certamente são outros, como será exposto mais adiante.

Essas desiguais cotas de poder e a falta de representatividade de pequenos produtores rurais e comunidades tradicionais na lista de membros do conselho de comitês também são observadas no CBH do Rio Verde Grande, bacia onde está inserida grande parte do Projeto Jaíba, cuja atual diretoria tem na lista de conselheiros titulares do comitê (IGAM, 2016a), no segmento de usuários, a Coteminas, FIEMG, Fazenda Aguapé, Fazenda Rio Verde, Banarica Ltda/Fazenda Boa Esperança/Fazenda Santana, Estância das Aroeiras, Fazenda Lagoão, entre tantas outras fazendas.

Desse modo, por mais que a Lei das Águas prevê um modelo de gestão participativa dos usuários nas decisões nos CBHs, que é importante na luta pela justiça hídrica e na tentativa de resolução de conflitos pela água, a falta de representatividade e as relações de poder desiguais entre os usuários dificultam o atendimento da população economicamente mais vulnerável, no caso, as comunidades tradicionais, do mesmo modo que o agronegócio tem sido privilegiado e

atendido em tempos de escassez. No presente caso, as comunidades tradicionais e pequenos produtores rurais figuram como coadjuvantes nesses comitês (quando figuram), com pouca ou nenhuma influência para expor e fazer valer seus interesses e para a resolução do conflito. Por não terem uma tradição de organização e capacidade técnica de intervenção e de mobilização, não possuem o mesmo poder de argumentação que o poder público e os grandes usuários de água, e o CBH acaba se tornando um espaço de legitimação de interesses desses últimos. Tal fato evidencia que a democracia puramente representativa não é suficiente, e a situação demanda uma maior presença e participação efetiva dos principais afetados pelos conflitos nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos hídricos. E se a participação efetiva é, de um lado, condição, por outro lado, ela também é desafio.

Outro órgão ambiental estadual que nas pesquisas realizadas aqui aparece como ator social importante no conflito pela água em questão é o IEF. Em entrevista concedida à Anaya e Espírito-Santo (2018), um vazanteiro da comunidade de Pau Preto relata que, após a criação dos parques estaduais na região, as comunidades vêm sendo constantemente vigiadas pelos fiscais do IEF, que impedem o acesso a terra e aos recursos hídricos através de intimidações, ameaças de despejo e notificações frequentes. Isso vai ao encontro dos achados de Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), os quais argumentam que muitas vezes os órgãos ambientais, como IEF, Igam e ANA, podem atuar tanto na direção de minimizar e tentar resolver os conflitos como também podem atuar na intensificação dos mesmos.

O Poder Executivo Municipal, apesar de mostrar uma postura no sentido de ser favorável à implantação e expansão do Projeto Jaíba na região nos últimos anos, em alguns momentos tem se afirmado também como parceiro das comunidades tradicionais na defesa do território e da água. Na reportagem de Gouveia (2019), por exemplo, o antigo prefeito de Matias Cardoso, Edmarcio Leal, vencido nas últimas eleições, dizia estar pronto para apoiar o Quilombo da Lapinha pela titulação do território e pela garantia aos recursos hídricos.

Já a entrevista realizada com o representante da Secretaria de Meio Ambiente de Matias Cardoso, que trabalha há mais de 5 anos na Prefeitura do município, evidenciou alguns pontos interessantes a serem ressaltados. Como já mencionado anteriormente, Demétrio é um grande defensor do Projeto Jaíba e do agronegócio de forma geral como propulsores do desenvolvimento da região. Para ele, além de gerar emprego e renda, “se for pensar nas áreas que o Projeto Jaíba preservou, isso impactou de modo positivo no meio ambiente, né”, fazendo alusão às áreas de proteção ambiental criadas após a instalação do empreendimento. Perguntei

a ele se existem impactos negativos do Projeto Jaíba sobre o meio ambiente, especialmente em relação aos recursos hídricos. E ele respondeu que “o Projeto Jaíba usa muita água, mas não acho que seja a esse ponto não, de causar conflito”, o que vai de encontro aos relatos dos moradores das comunidades tradicionais e dos achados da pesquisa documental. Para Demétrio, o principal impacto negativo que o Projeto Jaíba traz para Matias Cardoso é que os grandes produtores rurais que ganham dinheiro com o agronegócio na região não investem em Matias Cardoso, mas em grandes cidades próximas, como Janaúba, porque a maioria dos grandes produtores rurais de Matias Cardoso mora em Janaúba.

Além disso, para Demétrio, não existe conflito pelo uso da água entre produtores rurais do Projeto Jaíba e comunidades tradicionais de Matias Cardoso, o que converge com a fala de Douglas, representante do CBH Verde Grande entrevistado. O representante da Prefeitura do município afirma que existe, sim, um conflito por terra envolvendo a Comunidade da Lapinha e o estado (IEF), mas que não enxerga a existência de um conflito manifesto ou latente pela água na região envolvendo esses atores sociais, nem acredita que isso venha a ocorrer futuramente, como pode ser observado pelo trecho abaixo:

Acredito que possa ocorrer conflitos pelo uso da água entre comunidades tradicionais e irrigantes, apesar de não ser o caso aqui. E defendo a utilização da água na irrigação, que a gente sabe que boa parte dela vai pro lençol freático, a outra parte vai evapotranspirar e só uma parte dela vai ser exportada, que é aquela parte que vai para o alimento. Então com relação ao agronegócio, eu não vejo um problema essa questão do uso da água. (...) Para mim, o uso da água pelas fazendas não diminui em nada a quantidade de água que chega até a comunidade. Para eles, vai ter uma influência das fazendas e do perímetro irrigado como um todo na diminuição da água. Mas pra mim não há, não há conflito nenhum, a não ser pela terra. Mas aí são eles [comunidades tradicionais] com o estado, com o IEF (Demétrio - representante da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso).

Porém, em outros momentos da entrevista, Demétrio relata uma situação de conflito hídrico vivenciada por moradores da Comunidade da Lapinha ocasionada por um grande fazendeiro da região, a ponto de os ribeirinhos alertarem e pedirem ajuda em algumas reuniões. Mas, mesmo assim, para ele, essa situação também não se caracteriza como um conflito pela água, como pode ser observado pelo trecho a seguir:

Quando você fala de conflitos pelo uso da água, perto da Comunidade da Lapinha existe uma fazenda, bem do lado da Lapinha... Uma fazenda nova, que se instalou tem uns 5 anos ali. Aí lá, eles [moradores da comunidade da Lapinha] consideram que há um conflito pelo uso da água. (...) Devido ao uso de moto-bomba da fazenda. Então acaba que aí há um conflito, porque... A fazenda usa... Eu não vejo problema algum, só que o pessoal [moradores da comunidade da Lapinha] considera que há um conflito ali, que eles [fazendeiros] utilizam a água e acaba assoreando o rio por conta disso ou com alguma manutenção que eles fazem, embora na minha visão não há problema nenhum. A questão do assoreamento é um problema geral do Rio São Francisco. O

braço do rio, tanto ali quanto em outras regiões, em algumas épocas do ano, ele assoreia mesmo. Mas a questão da areia eu não vejo como um problema da fazenda. O pessoal [moradores da comunidade da Lapinha] acusa pra gente, já chegaram até fazer uma denúncia no CODEMA, mas não tem nenhum problema assim que eu vejo. Eu acredito que nessas duas comunidades [Lapinha e de Pau Preto] não existe conflito não, a não ser esse caso que foi citado da Lapinha, mas eu não vejo como um problema não (Demétrio - representante da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso).

Assim, o único “problema” que ele diz que enxerga na região é o da Comunidade da Lapinha com um fazendeiro vizinho, mas que, para ele, não se trata de um conflito pela água, pois “a fazenda estando ou não ali, o assoreamento ia acontecer do mesmo jeito”. Além disso, o representante da Secretaria de Meio Ambiente comenta que “pode ser que dentro das comunidades esse conflito seja mais comentado, mais visível, mas isso não chega até o pessoal da Prefeitura”. Isso soa contraditório, pois anteriormente ele afirmou que “o pessoal [moradores da comunidade da Lapinha] acusa pra gente, já chegaram até fazer uma denúncia no CODEMA, mas não tem nenhum problema assim que eu vejo”.

Nesse contexto, gostaria de destacar que o próprio entendimento da definição de “conflito” para os entrevistados pode influenciar na identificação dessas disputas e posteriores formas de atuação sobre elas. Ficou claro para mim que a maioria dos entrevistados utilizam o termo “problema” como sendo sinônimo de “conflito”, como evidenciado por Barbanti Júnior (2002). E, no caso do representante da Prefeitura, que compreende conflito hídrico como sendo “dois entes brigando pela utilização de uma quantidade finita de água”, além de desconsiderar o aspecto qualitativo dos conflitos (como aqueles oriundos da contaminação), para uma situação ser considerada como conflito pela água não basta que os ribeirinhos reclamem da situação da falta de água ou da sua contaminação. O “problema” somente será caracterizado como conflito se ele tiver grandes proporções, como também ficou evidente na fala dos moradores da zona urbana de Matias Cardoso. A noção de conflito, como a relatada por eles, muitas vezes está associada exclusivamente a uma disputa já deflagrada, como se só for considerado conflito se existir um grande problema em torno do uso da água na região. Mas a noção de conflito é mais abrangente que isso, podendo inclusive envolver aqueles latentes.

Dessa forma, a limitação da compreensão do que seja um conflito pela água por representantes do poder público, como foi o caso aqui do representante da Prefeitura, pode atrapalhar na sua identificação, acompanhamento e em formas de tentar ao menos amenizá-los. Além disso, considero que não há disputa porque não há um outro lado com legitimidade para fazer reivindicações e serem atendidos. Por isso não existe o conflito e não existirá enquanto os

grupos mais vulneráveis, incluindo o rio, não tiverem poder.

Outro ponto que gostaria de destacar é justamente sobre o papel da Prefeitura e da Secretaria de Meio Ambiente nos conflitos pela água na região. Segundo Demétrio, eles atuam como mediadores dos diferentes interesses dos atores sociais envolvidos, buscando amenizar o conflito. Nesse sentido, “primeiro identificamos o problema, depois escutamos as partes interessadas e suas reivindicações e tentamos chegar a uma resposta, em uma resolução, em um denominador comum”. Foi relatado também que não existem instrumentos formais ou metodologias de resolução de conflitos por parte da prefeitura. Eles tentam escutar os dois lados, quando há conflito, e acionam a Polícia do Meio Ambiente ou a Promotoria. Mas esses são os procedimentos executados ali, não há nada formalizado. Para fazer uma crítica à função da Prefeitura nos casos de conflitos pela água na região, destaco a seguinte fala de Demétrio durante a entrevista:

Quando o nível do Rio São Francisco tava muito baixo, a ANA criou o Dia da Água [Dia do Rio], que era quarta-feira. Esse pessoal da comunidade quilombola da Lapinha eles já relataram várias vezes que na quarta-feira o nível de água do rio aumentava, apesar de não haver nada comprovado. Isso são relatos dos ribeirinhos, não tem nada comprovado. Tipo, eles estão lá todo dia, eles relataram isso, mas eu não tenho como te falar se isso é verdade ou não. Mas é o relato deles. Eu já escutei isso. Por conta do [uso da água pelo] distrito de irrigação [DIJ], que na quarta-feira parava e, segundo eles, isso aí dava uma diferença enorme no nível do rio. (...) Não tem conflito pelo uso da água, no entanto, foi citado pelos moradores das comunidades que no Dia do Rio, quarta-feira, havia um aumento, uma elevação do nível do rio. E não só por conta do Projeto Jaíba, mas, de certa forma, a maior parte seria por conta dele. Agora conflito, conflito, por causa do Projeto Jaíba, eu não sei citar nenhum assim por conta dele. Nunca escutei falar que o Projeto Jaíba causasse algum conflito pelo uso da água em alguma parte. Isso aí eu nunca escutei falar (Demétrio - representante da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso).

Como relatado por Demétrio, o papel da Prefeitura nos conflitos pela água é mediar essas disputas, buscando ouvir os interesses dos atores sociais envolvidos e encontrar alternativas para amenizar a disputa. Porém, o próprio entrevistado diz que já chegaram diversas reclamações de moradores das comunidades tradicionais envolvidas no conflito, mas nada foi feito em relação a isso, pois, para o Poder Público Municipal, não existe o conflito. Dessa forma, a Prefeitura não tem cumprido seu papel no que diz respeito a sua atuação nos conflitos hídricos na região. Os representantes da Prefeitura precisam acreditar mais nos moradores das comunidades tradicionais e acompanhar de perto suas demandas e interesses, pois pelas entrevistas fica claro que os representantes da Prefeitura de Matias Cardoso não têm conhecimento ou não acreditam, muitas vezes, nas reivindicações dos ribeirinhos, justamente por ser uma realidade que foge do seu alcance.

Como a Secretaria de Meio Ambiente de Matias Cardoso vai cumprir sua função de mediar os casos de conflito pela água (identificando-os e propondo alternativas de resolução) se quando os moradores das comunidades tradicionais pedem ajuda eles não acreditam ou não vão averiguar a situação? Quando Demétrio afirma sobre o nível de água do Rio São Francisco que aumenta no Dia do Rio e pondera que “isso são relatos dos ribeirinhos, não tem nada comprovado”, não seria função deles averiguarem a situação e as demandas dos moradores das comunidades tradicionais? Nesse caso, é importante notar como Demétrio defende categoricamente que o uso da água pelos grandes produtores rurais do Projeto Jaíba não causa nenhum impacto significativo nos recursos hídricos da região e no uso da água para as comunidades tradicionais, ao passo que, de certa forma, deslegitima as falas e interesses dos ribeirinhos em torno do uso e preservação do rio, como se não fosse garantido que o aumento do nível do rio realmente acontecesse com a medida da ANA. Tal fato explicita, no que tange ao conflito hídrico aqui analisado, quem e quais interesses os representantes da Prefeitura realmente apoiam e defendem.

Outro ator social que considerei importante entrevistar para uma compreensão mais ampla dos conflitos pela água intensificados pelo agronegócio na região foi a população da zona urbana de Matias Cardoso. Nesse contexto, é importante destacar que, dos 4 moradores entrevistados, 3 deles não conheciam o conflito aqui analisado, envolvendo produtores rurais do Projeto Jaíba e as comunidades tradicionais matienses, e o outro disse apenas que já tinha ouvido falar dessa disputa, mas que não sabia aprofundar no assunto. Todos esses entrevistados atestam a importância do Rio São Francisco para a região, como “fonte inesgotável de vida” ou como origem da qual “muitos moradores tiram seu sustento”. Da mesma forma, todos os entrevistados afirmam sobre a importância do Projeto Jaíba para o desenvolvimento econômico do município. Apenas Ulisses pontuou que o Projeto Jaíba afeta diretamente a quantidade e a qualidade da água dos rios da região, ao fazer a seguinte afirmação:

O Projeto Jaíba influencia diretamente... a quantidade de água tirada, de forma desregrada, pode causar muitos problemas. E eu acho que a qualidade da água do rio também piorou um pouco nos últimos anos, apesar de terem feito recentemente uma revitalização nas margens do rio. O problema é que os grandes fazendeiros não oferecem nada para o rio, não tratam o rio como importante. (...) Então assim, o agronegócio é importante, porque as pessoas precisam trabalhar. Mas ele precisa ser de uma forma mais organizada, mais responsável, para não causar danos maiores para a população. Do jeito que tá é muito liberal, não tem muitas restrições para os fazendeiros. Tem que ver uma forma de essas pessoas poderem ajudar o meio ambiente (Ulisses – morador da zona urbana de Matias Cardoso).

A partir dos relatos dos moradores da zona urbana de Matias Cardoso, é possível afirmar que

quem não mora muito próximo ao rio e/ou não tem seu modo de vida diretamente afetado por ele, não tem muito conhecimento dos conflitos e impactos das atividades produtivas da região sobre o rio. Inclusive, ficou a impressão de que muitos moradores da zona urbana de Matias Cardoso já não mais se incomodam com a situação de escassez e poluição do rio, apesar de reconhecerem a importância dele para a região. Embora haja a identificação da população com o Rio São Francisco, o meio ambiente e especificamente os recursos hídricos não se apresentam como questão relevante para aqueles que não têm diretamente afetada a reprodução de seus modos de vida.

Outro ator social de grande destaque no conflito hídrico analisado aqui são os grandes produtores e empresários rurais da região, participantes ou não do Projeto Jaíba, vistos por muitos membros das comunidades tradicionais de Matias Cardoso como principais responsáveis pela escassez e poluição dos recursos hídricos, o que tem ocasionado os conflitos pela água. Como já comentado anteriormente, um dos interesses específicos desses atores sociais é aumentar a produtividade agrícola e expandir a exportação de frutas para o mercado externo nos próximos anos (MINAS GERAIS, 2016), o que conseqüentemente aponta para o aumento da retirada e consumo dos recursos hídricos por parte desses usuários, especialmente para a irrigação.

Mesmo diante do cenário de restrição e escassez de água nos rios da região e intensificação dos conflitos hídricos, os grandes produtores rurais não visualizam como opção substituir o atual modo de produção agrícola baseado no agronegócio por um alternativo e menos predatório, nem mesmo diminuir o ritmo da produção agrícola. A alternativa mais demandada por esses produtores rurais, apoiados pela Epamig e Embrapa, é o investimento em sistemas técnicos de irrigação considerados mais modernos e eficientes contra o desperdício de água para, ao menos, manter a atual produtividade no campo. Como ilustrado na entrevista veiculada pelo Jornal G1 (VELOSO, 2019, on-line), os grandes produtores rurais do Projeto Jaíba buscam “com a crise hídrica, aperfeiçoar, se adaptar em ideias e trazer alternativas interessantes a serem utilizadas nas irrigações”.

Em outra reportagem realizada pelo Estado de Minas (RIBEIRO, 2018, on-line), a gerente do Distrito de Irrigação da Etapa 2 do Projeto Jaíba, Anna Priscila Camargo, afirma que a restrição do uso da água do Rio São Francisco a partir da publicação da ANA sobre o Dia do Rio trouxe reflexos para os empresários rurais do projeto, os quais “não têm a obrigação de seguir a orientação da Codevasf para não fazer novos plantios durante o período de restrição de

captações de água no Rio São Francisco um dia por semana”, conforme determina a resolução da ANA, mas , por decisão própria, os empresários rurais decidiram suspender os novos cultivos, em virtude da escassez hídrica. É interessante notar como a representante dos grandes produtores rurais do Projeto Jaíba busca transformá-los em benfeitores nessa situação, ao afirmar que eles não precisavam deixar de fazer novos plantios durante o momento de escassez hídrica que estão vivendo, mas o fazem “por decisão própria”, como se eles também não fossem afetados pela falta de disponibilidade de água na região.

É evidente também como os grandes produtores rurais buscam, no mínimo, manter a atual produção agrícola, independentemente da “crise hídrica”, a qual, para eles, é fruto exclusivamente dos períodos de seca, como se ela não tivesse uma relação histórica com os impactos ambientais advindos das diversas atividades antrópicas desenvolvidas na região, sobretudo do setor agropecuário. Isso demonstra como a noção de “crise hídrica”, para muitas pessoas, advém de um problema geográfico/distributivo — muitas pessoas para pouca água em uma região marcada pela seca — ignorando o fato que não se trata apenas de uma questão de disponibilidade hídrica, mas principalmente de uma crise referente aos desiguais acesso e formas de utilização e consumo de água por diferentes atores sociais, como preconizado pela Ecologia Política (BORDALO, 2012). Afinal, os grandes produtores rurais da região continuam ao menos mantendo seus níveis de produtividade agrícola e ainda figuram como principais usuários de água.

Dessa forma, o agronegócio vê na região de Matias Cardoso um lugar estratégico para o desenvolvimento de atividades rurais em larga escala, devido ao fato de se tratar de uma área com solo fértil, topografia favorável e disponibilidade de recursos hídricos advinda do Rio São Francisco e seus afluentes. E os grandes empresários do Projeto Jaíba não operam somente em níveis local e regional enquanto seus principais níveis de funcionamento e eficácia política, mas também no nacional, com o apoio da bancada ruralista no Congresso para defender e promover seus interesses, como ocorreu em 2018, quando a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) — a bancada ruralista —, a pedido de grandes fazendeiros da região, fizeram uma pressão política no Congresso no sentido de paralisar os processos de demarcação de terras a quilombolas e camponeses no Norte de Minas. Após essa pressão política, audiências públicas foram canceladas repentinamente e processos de reconhecimento de comunidades tradicionais foram interrompidos (CAMARGOS, 2020b).

Do lado dos representantes do agronegócio, o interesse maior está em continuar aumentando a



produção e exportação de produtos agropecuários e, conseqüentemente, aumentando o consumo de água para irrigação, sendo os conflitos hídricos um possível empecilho para tanto. Para atingir seus objetivos, pleiteiam, por exemplo, medidas que buscam flexibilizar o licenciamento ambiental para projetos de irrigação e ampliação do uso de agrotóxicos, o que pode intensificar ainda mais os conflitos pela água na região. De outro lado, quem é mais afetado e sofre com os conflitos hídricos são os pequenos produtores rurais e agricultores familiares da região, que pagam um preço elevado nas tarifas de água para garantir o abastecimento de sua pequena produção, bem como muitas famílias residentes em comunidades tradicionais da zona rural, que não têm água o suficiente para garantir sua produção agrícola de subsistência e, mesmo morando perto do rio, precisam ser frequentemente abastecidas por caminhões-pipa para sobreviverem.

Nesse sentido, os pequenos produtores rurais e agricultores familiares pertencentes ou não ao Projeto Jaíba também emergem como importantes atores sociais das disputas por água na região. Os interesses e reivindicações desses sujeitos não se concentram na luta por aumentar a produtividade e exportação de produtos agropecuários, nem tampouco em modernizar os sistemas técnicos de irrigação, já que muitos não possuem recursos financeiros para tanto, mas sim em questões mais urgentes e concretas, como a luta diária por terra, água e pela sobrevivência de suas famílias.

Em um protesto realizado em 2015 em Jaíba (PAULA, 2015, on-line), centenas de pequenos produtores rurais saíram às ruas defendendo “que as terras e a água do Projeto Jaíba sejam dos pequenos irrigantes, dos camponeses, do povo sofrido e trabalhador daquela região” e contra as taxas abusivas de energia e de água impostas pela Cemig e Codevasf. Questionando “A água do rio São Francisco chegou à Jaíba, mas quem paga a conta?”, os pequenos produtores rurais denunciam os preços abusivos pagos nas tarifas pelos serviços de abastecimento de água e afirmam que o alto preço “é uma forma de expulsar os pequenos [produtores rurais] do Projeto, da terra irrigada”, uma vez que torna impraticável a produção dos pequenos irrigantes, e pedem o fim da tarifa K2 fixa, que é cobrada dos sítiantes mesmo sem haver irrigação no lote. “Como é possível um pequeno continuar produzindo quando a caixa de 20 quilos de banana chegou a ser vendida por R\$5,00 [e a conta de água passa de R\$1500,00 por mês?]”, indaga um pequeno irrigante presente na manifestação. Outro pequeno produtor rural também fala na reportagem sobre sua conta de água, que, no mês de junho daquele ano, atingiu o valor de R\$ 733,00, dos quais cerca de R\$ 300,00 eram referentes a impostos.

Já as comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto possuem outros interesses e reivindicações no contexto do conflito pela água focado aqui, ainda que sejam um pouco semelhantes aos dos pequenos produtores rurais, mas envolve também uma relação cultural e simbólica com os recursos hídricos e com a natureza de forma geral. A comunidade do Quilombo da Lapinha, cuja população atual gira em torno de 126 famílias, tem seu registro enquanto remanescente dos quilombos na Fundação Cultural Palmares desde 2005, apesar de ainda não ter sua situação fundiária (titulação definitiva do território) regularizada junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Muitos moradores dessas comunidades se autoidentificam como “quilombolas ribeirinhos” ou ainda “vazanteiros quilombolas”, como relatado pelos moradores entrevistados, em referência às relações identitárias construídas com o Rio São Francisco e seus afluentes, uma vez que seus modos de produção agrícola de subsistência, conhecida como agricultura de vazante, estão associados aos ciclos de enchente, cheia, vazante e seca dos rios, incluindo cultivos e estratégias de manejo do solo adequadas à dinâmica fluvial. Então, a temporalidade para essas comunidades tradicionais pode ser compreendida por ciclos anuais e também por processos socionaturais, já que existe o tempo do rio, comandado pela dinâmica das águas, e é através dele que essas populações ribeirinhas desenvolvem muitas de suas atividades.

Da mesma forma, os vazanteiros da comunidade de Pau Preto vivem na zona rural de Matias Cardoso, às margens do Rio São Francisco e do Rio Verde Grande, e assim como os membros da comunidade da Lapinha, sofrem com os conflitos socioambientais advindos do Projeto Jaíba desde o final do século XX, sendo que nos últimos anos os conflitos pela água têm sido intensificados pela expansão do agronegócio na região. Isso tem prejudicado a manutenção e reprodução dos modos de vida dessas comunidades, já que sua existência depende diretamente do acesso ao território e aos recursos naturais nele disponíveis.

Para moradores dessas comunidades, a natureza, em geral, e as águas dos rios, em particular, são partes da casa e da vida deles. Diariamente, crianças e adultos dali ainda hoje utilizam as águas dos rios para tomar banho, pescar, cozinhar e lavar utensílios domésticos. Iara menciona que a família dela ainda “busca água de lá [Rio São Francisco], bebe água de lá, nunca matou nós não. Sempre foi assim, criei meus filhos assim, e até hoje é assim”. Um morador da comunidade de Pau Preto na entrevista realizada por Hespanhol (2015, on-line) destaca que “quando é 5 horas da manhã a água está tão morninha! É muito bom tomar banho aqui”. Outra entrevistada de Hespanhol (2015), moradora da comunidade da Lapinha, ainda complementa

“É, o rio é um pedaço de nós. A gente nasceu e se criou no São Francisco. Rio vivo, nós vivos. Rio morto, nós mortos”.

Em um evento organizado em 2017 no Quilombo da Lapinha, denominado Encontro da Articulação Vazanteiros em Movimento, os vazanteiros descrevem ter vivido bons momentos de suas vidas ali, lembrando uma época associada à ideia de fartura e liberdade, quando os leitos do rio eram utilizados para a plantação de alimentos que lhes serviam à subsistência e ainda eram suficientes para serem vendidos. E junto à criação de animais pelas comunidades tradicionais, todas as famílias que ali moravam nessa época tinham soberania alimentar, com alimentos em boa quantidade e qualidade (SANTOS, J., 2018).

Contudo, nos últimos anos, essas comunidades vêm enfrentando diversas dificuldades devido aos impactos socioambientais do Projeto Jaíba, isto é, em virtude da poluição e captação exagerada de águas de um rio já em crise, do qual necessitam para sua sobrevivência. Uma dessas dificuldades relatadas pelos entrevistados está no fato de que, como o rio está mais poluído e mais seco, e não se recupera tão rapidamente como em épocas anteriores, os vazanteiros não conseguem produzir produtos agrícolas, como mandioca, milho e feijão, para sua subsistência, como faziam antigamente.

Frente a essa conjuntura de escassez de água e medo do futuro, uma vazanteira da comunidade de Pau Preto afirma: “É a primeira vez que eu vejo o rio desse jeito. Eu fico preocupada porque por enquanto a gente tem água. Mas e daqui a uns dez anos? Se o rio acabar, os vazanteiros não têm como sobreviver” (HESPANHOL, 2015, on-line). Essa preocupação e expressão do vínculo diferenciado que essas comunidades possuem com o rio é expressa também por um membro do Quilombo da Lapinha, que diz: “O rio significa para mim a minha vida. Sem o rio não sou ninguém” (HESPANHOL, 2015, on-line). Da mesma forma, Iara pontua que o rio “tá secando, tá morrendo... Muitas vezes que eu entro nele, eu choro de ver como ele tá. O tanto que ele tá baixo e sujo. Eu não consigo, eu choro”.

Além das crescentes dificuldades para a produção agrícola, os membros dessas comunidades também têm sofrido nos últimos anos com a falta de peixes, dificuldade esta que também não era sentida da mesma forma há tempos atrás. Devido às adversidades em continuar com a atividade de pesca, muitos vazanteiros dessas comunidades tradicionais precisam se adaptar à nova realidade e passam a se dedicar à criação de animais para sustentar a família (ARAÚJO, 2009; HESPANHOL, 2015).

Outro problema que frequentemente assola essas populações ribeirinhas é a poluição dos rios por agrotóxicos. Antigamente o rio, tido como sinônimo de pureza, de água sadia, gostosa e limpa para os moradores dessas comunidades, atualmente sofre os impactos socioambientais das atividades econômicas na região, que tornaram as águas podres, com mau cheiro, comprometendo seus diversos usos por parte dos vazanteiros, como relata os seguintes moradores:

Não sei se fui eu que comprei um peixe, ou se eu ganhei, sei lá. Acho que alguém fez um peixe. Gritaram: não pode comer peixe não, que o peixe está com o gosto da água! Alguém disse que fez um peixe, e ele estava com o gosto da água. Eu mesmo duvidei. Pensei comigo isso é duvidoso, fiz um caldo. Para quê, era o mesmo gosto de amoxicilina. É a mesma coisa, um cheiro forte, muito ruim, joguei tudo fora (Moradora do Quilombo da Lapinha, entrevistada por Araújo (2009, p. 30)).

O gosto da água mudou muito de uns tempos pra cá, muito mesmo. A água já vem com um gosto ruim, fedendo. Além de tirar água, esses fazendeiros de lá [Projeto Jaíba] ainda leva a sujeira pra água do rio (Sereia – moradora da comunidade de Pau Preto).

Apesar da poluição do rio, muitos vazanteiros não veem outra opção senão usar a água com mau cheiro mesmo, “por precisão”, já que os banhos, a lavagem de vasilhas e de roupas e o uso para alimentação continuam sendo realizados por meio do Rio São Francisco: “É beber ou ficar com sede” (ARAÚJO, 2009, p. 30). Devido à poluição e à seca, e como não há sistema de armazenamento e de distribuição de água para todas as comunidades tradicionais, em muitos momentos, essas populações ribeirinhas precisam ser abastecidas por caminhões-pipa, encaminhados pela prefeitura de Matias Cardoso, atendendo parcialmente as famílias dali.

Isso é ilustrado, entre outros trabalhos, na reportagem veiculada pelo Jornal G1 (LISBOA, 2013, on-line), em que um vazanteiro, que vive com a esposa e mais 3 filhos, depende muitas vezes do abastecimento de água potável através de caminhão-pipa para sobreviver, mesmo morando a poucos metros do leito do Rio Verde Grande, que fica completamente seco em algumas épocas do ano. De acordo com esse morador, “a estrutura [uma construção de 30 metros de altura presente no leito do rio] era usada para jogar água na fazenda de arroz e hoje não tem água nenhuma. Todo ano o rio seca. Esse rio era cheio de água, não faltava nada”.

A escassez de água na região também prejudica o transporte por balsas na comunidade de Pau Preto. Meio de transporte utilizado por crianças e jovens para irem à escola, em muitos momentos nos últimos anos eles precisaram mudar sua rotina, acordar mais cedo e caminhar por terra, acrescentando no mínimo mais uma hora de percurso de suas casas até a escola (HESPANHOL, 2015).

O conflito pela água em questão extrapola as dimensões econômica, social e política, e abrange também elementos identitários, cosmológicos, ritualísticos e territoriais, como prevê Little (2006). Para essas comunidades tradicionais, o rio chega a ser algo vivo, e suas convivências com ele muitas vezes é regulada pela presença respeitosa de entidades protetoras que vivem debaixo d'água, chamados também de encantados, com os quais os vazanteiros buscam estabelecer rituais e fortalecer vínculos, como quando pedem proteção e auxílio no deslocamento pelo rio e na pesca. Existe, por exemplo, o compadre do rio, descrito como um homem negro de chapéu que mora dentro do Rio São Francisco e controla suas águas. Além disso, como lembra uma vazanteira do Quilombo da Lapinha, “você não entra de sandália dentro do rio. Tem que pedir licença para entrar. Se estiver fumando, você tira um pouquinho do fumo e joga no rio, para dar para o ‘compadre’”. É uma ciência que a gente acostumou a ter, de respeito com o rio” (HESPANHOL, 2015, on-line). Os moradores das comunidades tradicionais entrevistados também relatam essa relação simbólica que possuem com o rio, como é possível observar pelo relato abaixo:

O Rio São Francisco é como um pai pra gente. A gente não vive sem ele. Ele é o que dá alimento, mata fome, cria nossos filhos... Sem o rio eu não sou ninguém. Eu nasci de dentro do rio. O rio é tudo, é nosso pai. Ele escuta a gente. Então a gente pede a benção, pede permissão para pescar, faz celebração pro rio. A gente cresceu nessa tradição, né?! O rio te escuta (Sereia – moradora da comunidade de Pau Preto).

Interessante destacar como muitas vezes os moradores dessas comunidades tradicionais personificam o Rio São Francisco, a fim de reafirmar a importância do rio em suas vidas e as relações materiais e simbólicas estabelecidas com ele. Entretanto, ao narrar sobre a Mãe d'água, outra entidade protetora do rio, os ribeirinhos matienses pontuam como esses rituais diminuíram nos últimos anos, em virtude principalmente da sobrecarga de atividades produtivas nos rios da região. “De primeiro quando eu era menina a gente via [a Mãe d'água]. Agora tudo acabou com esse negócio de motor, zuadeira no rio acabou. Porque eles enloca tudo, vai para as locas. Igual os peixes, peixes também sumiram” (ARAÚJO, 2009, p. 52). Isso demonstra como o conflito hídrico na região tem comprometido não só a quantidade e a qualidade das águas dos rios, mas afeta também as significações e relações culturais baseadas em diferentes ritos que as comunidades tradicionais estabelecem com o São Francisco e seus afluentes.

Desse modo, é perceptível como o conflito pela água analisado aqui é constituído por lógicas distintas de apropriação, uso e significação dos recursos naturais entre os usuários em disputa, como propõe Acselrad (2004b). A relação dos membros das comunidades tradicionais com a água, em especial, e com a natureza, de forma geral, é uma relação de vida, de sobrevivência e

de reconhecimento, diferentemente da relação estabelecida pelos grandes produtores rurais. Como os próprios moradores das comunidades tradicionais dizem, “Rio vivo, nós vivos. Rio morto, nós mortos”.

Os vazanteiros possuem uma relação de simbiose com a natureza da qual fazem parte, uma relação de dependência, de necessidade recíproca. Eles tratam o rio com cuidado, pois sabem que dependem dele para sobreviver. Ao mesmo tempo, acreditam que o rio também depende do cuidado deles para ser preservado, como aponta um dos membros das comunidades tradicionais: “Vocês tão vendo essa beleza aqui nessa margem do rio? Pois é, se ainda existe isso aqui agradece a Deus e a nós que estamos aqui. Porque, se os empresários estivessem aqui, até o barulho do rio já estaria desmatado” (HESPANHOL, 2015, on-line).

Portanto, para eles, o rio é visto como a principal fonte de recursos alimentares, mas também é um espaço de trabalho, de lazer e de cultura. Hoje, mais que nunca, os moradores dessas comunidades tradicionais buscam ensinar seus filhos a sabedoria de conviver com o rio e a importância de preservá-lo. A figura abaixo (Figura 23), à esquerda, mostra algumas crianças da comunidade de Pau Preto brincando no rio São Francisco, em 2012, quando o nível da água do rio era mais elevado. E a imagem à direita ilustra crianças do Quilombo da Lapinha brincando no mesmo rio, em 2015, com o nível de água mais baixo, evidenciando como membros de ambas as comunidades tradicionais usam e significam as águas do São Francisco de maneira diferenciada, por exemplo, dos grandes produtores rurais.

Figura 23 - Crianças das comunidades de Pau Preto e do Quilombo da Lapinha brincando no Rio São Francisco



Fonte: Hespagnol (2015, on-line)

Já o conflito e a escassez de água tendem a ser sentidos e percebidos de forma muito específica por essas comunidades, diferentemente, por exemplo, da percepção das agências de regulação

e dos empresários rurais. No caso dos vazanteiros, trata-se de uma percepção cultural de escassez, que pode ser tanto quantitativa como qualitativa, mas não é perpassada pela lógica mercantil. Nessa perspectiva, a água é considerada dádiva da natureza para todos, compreendida como patrimônio que deve ser regido por uma conduta de uso e gestão compartilhada, isto é, uma gestão comunitária da água, contrária à lógica da apropriação privada dos recursos hídricos, em que a água é entendida como um bem econômico e, por isso, cobra-se pelo seu uso, como prega o Estado.

Os vazanteiros da região possuem uma identidade diretamente relacionada àquele território, aos rios, à natureza do lugar com o qual possuem laços tradicionalmente construídos, nutrindo pelo território um sentimento de pertencimento. Nesse sentido, o rio opera como um aliado à sobrevivência dessas comunidades e propicia o reconhecimento delas enquanto "povos das águas e das terras crescentes". Eles possuem uma racionalidade distinta sobre a ocupação do território e usos dos recursos naturais, como a água, e sofrem sobremaneira com a restrição do uso dos recursos naturais disponíveis na região, pois compromete sua sobrevivência ali. Por isso, seus principais interesses e reivindicações giram em torno da preservação e do acesso à água de qualidade que precisam para manutenção e reprodução material, social e simbólica de suas famílias, para que as comunidades tenham garantia de vida digna, diferentemente dos interesses dos grandes produtores rurais da região, como pode ser visto pelos fragmentos abaixo:

Acontece é que são os grandes brigando com os pequenos para ter direito. A briga dos ribeirinhos é pra preservar o rio e a dos grandes é pra utilizar. A gente luta é pra defender, porque a gente depende dele, né?! Porque vivemos dele. Então a gente quer preservar, que não joguem lixo... A gente limpa o rio, a gente cata plástico sempre, pro rio não acabar (Iara – moradora da Comunidade do Quilombo da Lapinha).

Nós queria uma agua potável e limpa, sem esgoto, sem uso de veneno, de agrotóxico, como era antigamente. Que todo mundo usasse, mas que tivesse um respeito. Como era antigamente mesmo. Porque pra nós o rio é tudo. Pra nós aqui ele é tudo. É uma das coisas mais importantes que a gente tem (Sereia – moradora da Comunidade de Pau Preto).

Quando eu levanto e olho pra ele [Rio São Francisco], é a mesma coisa de ver o coração da gente. Então quando a gente vê ele sujo, vê menos água, isso dói o coração da gente. Então eu torço muito pra que alguém faça alguma coisa pra melhorar a situação dele. Pra ver ele feliz de novo igual era antes. Não precisa nem ser pra mim. Pode ser pros meus filhos, pros meus netos. Mas tinha que fazer alguma coisa. Seria uma conquista muito grande. A gente tem lutado muito, mas não consegue. A gente tenta, mas não consegue (Proteu – morador da Comunidade do Quilombo da Lapinha).

As organizações da sociedade civil também são atores sociais importantes que figuram no conflito, com um papel relevante de mobilização e articulação de demandas sociais,

principalmente dos pequenos produtores rurais, agricultores familiares e comunidades tradicionais da região. Esse é o caso, por exemplo, da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) do Norte de Minas e Bahia, que se mobilizou junto aos pequenos irrigantes do Projeto Jaíba no protesto (PAULA, 2015) contra a taxa abusiva e desigual entre pequenos e grandes produtores rurais e em defesa da água e das terras para os pequenos produtores.

Eu entrevistei um dos representantes da Associação Movimento Carta de Morrinhos, considerada um movimento socioambiental em defesa da preservação do Rio São Francisco, formada por ativistas ambientalistas, acadêmicos, pescadores e moradores de comunidades tradicionais da região. Para Marvin, não há dúvidas da existência do conflito hídrico em questão, envolvendo as comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto, de um lado, e os grandes produtores rurais do Projeto Jaíba, de outro. Segundo ele, “o Projeto Jaíba é uma aberração em vários níveis”, pois, além de comprometer a qualidade e a quantidade da água do Rio São Francisco, ainda penaliza o pequeno produtor rural, que tem pouca terra e ainda assim precisa pagar altas taxas de conta de água por mês. Para Marvin, a escolha do local de implantação do maior projeto público irrigado da América Latina não foi aleatória. Precisava ser “onde tinha terra barata, água abundante e mão-de-obra barata. E aí foram para o Norte de Minas”.

Com o passar dos anos, desde o início da execução do Projeto Jaíba, a situação do Rio São Francisco tem piorado cada vez mais, relata Marvin. E, segundo ele, não é somente por causa dos períodos sem chuva, como muitos tentam fazer parecer. Porque mesmo sem chuva, o rio conseguia se recuperar, o que converge com as falas de alguns moradores das comunidades tradicionais e das pesquisadoras entrevistadas. Para Marvin, os principais causadores dos conflitos hídricos na região são os grandes fazendeiros, como mostra o relato abaixo extraído de sua entrevista, a qual também contou com uma apresentação em PowerPoint feita pelo próprio entrevistado, com a presença de diversas fotos de desvios ilegais de água feitos no Rio São Francisco e seus afluentes pelos fazendeiros da região para irrigarem suas plantações e com diferentes casos de fazendeiros que poluem o rio com agrotóxicos e com a própria vegetação desmatada por eles.

A Brasnica fez um descaramento de bloquear um riacho só pra ela. Eu já tô denunciando ela. E o que é pior: puxou um canal e fez esse barramento em uma APA [Área de Preservação Ambiental]. Só que o pessoal tem medo desses grandes fazendeiros e não fazem nada. Eu achei que eles tinham dado prosseguimento na minha denúncia, mas eles não deram. Então eu tô marcando uma reunião com promotor de Montes Claros pra passar a denúncia pra frente. Então é isso: o Rio São Francisco hoje tem sintomas graves e cada vez mais graves. Mas ele se recuperava



rapidamente. Era só dar uma chance pra ele. Mas hoje os fazendeiros não dão. Eles só pensam na água como recurso, como dinheiro. O fazendeiro quando não tiver água ele vai embora até achar uma região que tem água. Por isso que fazendeiro raramente tem uma relação boa com as comunidades tradicionais ribeirinhas (Marvin – representante do movimento socioambiental Associação Movimento Carta de Morrinhos).

Do relato acima, é possível discutir diversos pontos interessantes. O primeiro deles é que, para Marvin, é preciso que os grandes produtores rurais “parem de pensar na água só como dinheiro, só como recurso”. Nesse contexto, fica evidente que, para o entrevistado, o conflito em questão se dá pela sobreposição de diferentes concepções e lógicas culturais que os atores sociais envolvidos possuem e defendem sobre o mesmo recorte espacial da natureza, como afirmam Zhouri e Laschefski (2010) e Ana (2018b). E, para Marvin, o interesse principal do grande produtor rural é “continuar produzindo pra gerar cada vez mais riqueza pra eles”, independentemente da quantidade de água utilizada e dos impactos socioambientais de sua atividade. A água é vista única e exclusivamente por eles como um recurso produtivo necessário para acumulação de capital. Inclusive, como aponta o entrevistado, “o fazendeiro, quando não tiver água, ele vai embora até achar uma região que tem”.

Em sua entrevista, Marvin ainda afirma que “a guerra das águas é a mesma coisa da guerra do poder. Se você tem água, você tem poder”, evidenciando, como proposto por Shiva (2006), que a guerra pelas águas já começou, e que não necessariamente é um evento apocalíptico, mas trata-se de conflitos envolvendo diversos atores sociais com assimetrias de poder (IORIS, 2005; MOLLINGA, 2008).

E, para esse entrevistado, não só os grandes fazendeiros precisam mudar a forma como concebem a água, mas também a Prefeitura e os Comitês de Bacia Hidrográfica. Segundo Marvin, “quem manda nesses comitês [CBH] é a FIEMG, junto com os grandes usuários de água, as grandes fazendas, a Agência Peixe Vivo, que também é braço da FIEMG, mas, se você perguntar, eles vão dizer que não são, que são independentes”. E, por isso, não adiantaria fazer denúncias aos comitês, porque eles não dariam prosseguimento. “Os comitês buscam apoiar e atender os interesses dos grandes usuários e acaba deixando de lado os dos pequenos, os dos ribeirinhos”, o que de certo modo converge com os achados da pesquisa documental realizada, sobre muitas vezes essas instituições estarem se mostrando insuficientes e pouco eficazes na garantia de interesses coletivos, privilegiando os interesses de grandes grupos econômicos. Isso, por sua vez, caracteriza as assimetrias de poder que constituem os conflitos hídricos.

Além das denúncias que tem feito nos últimos anos sobre a situação do Rio São Francisco e o

descaso que muitas vezes recebe dos órgãos competentes, Marvin relata que já recebeu diversas ameaças de morte por parte de fazendeiros, e que inclusive precisou trocar seu perfil no *Facebook* para não ser reconhecido. Perguntei a Marvin, então, por que ele ainda assim fazia parte disso, qual era seu interesse e sua relação com o Rio São Francisco. Mostrando-me diversas fotos dele com moradores das comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto, inclusive de pessoas que entrevistei no decorrer desta pesquisa, ele me respondeu o seguinte:

O que a gente quer é defender a Bacia do Rio São Francisco. É revitalizar. É buscar apoio social, político e científico para esse ecossistema que há tanto tempo tem sofrido com uma agressão persistente, e que exige medidas mais urgentes. Eu achava que sabia muita coisa do rio [São Francisco]. Mas eu sei muito pouco. E essa luta diária consumiu minha saúde. Eu falava mal do agronegócio, de fazendeiro, da CEMIG e ninguém fazia nada. Era um monólogo. Eu só ouvia piada. Poucas vezes alguém falava alguma coisa que presta. Mas eu tenho uma relação de vida com o Velho Chico. Eu não vivia sem esse lugar. Inclusive, queria me despedir dele agora no meio do ano, em julho, agosto, mas não sei se vou conseguir, porque estou no Rio de Janeiro e tenho uma doença degenerativa. Mas eu quero muito me despedir do Velho Chico. Ele foi muito importante pra mim. Eu comprei uma casa em Matias Cardoso só pra poder ficar mais perto dele. Eu fiz amigos ali. Você conheceu o Nereu, né. Olha essa foto aqui da gente pescando... Então, assim, eu defendo o rio porque ele foi a minha vida, e eu sei que ainda é de mais um monte de gente. Se a gente não defender, a figura do vazanteiro é uma figura que vai acabar, porque eles já têm pouca água, a água tá secando, não tem água pra molhar a plantação deles, o rio tá cada vez mais assoreado e ninguém faz nada (Marvin – representante do movimento socioambiental Associação Movimento Carta de Morrinhos).

Portanto, o principal interesse desse movimento socioambiental é preservar e revitalizar o Rio São Francisco, desfazendo canalizações e entubamentos, recuperando as curvas originais do rio e desenvolvendo ações de limpeza de sedimentos que obstruem e desviam suas águas. Ao mesmo tempo, esta Associação busca dar mais visibilidade às demandas dos moradores das comunidades tradicionais, bem como manter as tradições dos vazanteiros, interesses que são semelhantes aos relatados pelos moradores das comunidades tradicionais.

Há ainda outros movimentos sociais e instituições relevantes no contexto do conflito analisado, como a Associação Quilombola da Lapinha, a Associação Vazanteira de Pau Preto, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Vale do Rio São Francisco, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), entre outras organizações da região que têm se articulado para buscar difundir e garantir os interesses e reivindicações dessas populações, inclusive o direito à água. A partir da pesquisa realizada, observei que a mobilização dessas organizações passou a ocorrer com maior frequência após a criação dos parques estaduais na região e a consequente expropriação das comunidades tradicionais de seus territórios.

Cabe ressaltar ainda que, como os pequenos produtores rurais, agricultores familiares e comunidades tradicionais possuem uma presença política pouco significativa no âmbito local (já que não são ouvidos por agentes públicos, como da Prefeitura do município), regional e nacional, o apoio de algumas instituições que se articulam nesses níveis é fundamental para promover seus interesses nessas instâncias, bem como para dar mais visibilidade aos mesmos, seja através de pressão política, lançamento de campanhas na mídia, entre outros meios. Isso pode ser exemplificado com a campanha lançada na mídia pela Associação Quilombola de Lapinha, com o apoio da CPT e do CAA-NM, para repudiar a violência e as ameaças que a comunidade vinha sofrendo da Polícia Militar de Minas Gerais e protestar contra a situação que eles estavam vivenciando em 2010, “pois, enquanto o governo investe no Projeto Jaíba, com o desmatamento generalizado das matas secas, com o uso abusivo das águas do São Francisco, e contaminação com adubos químicos e agrotóxicos, nós, comunidades vazanteiras, somos penalizadas com a transformação das áreas onde vivemos” (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2011a, on-line).

As universidades, grupos de pesquisa e pesquisadores do tema também emergiram como atores sociais importantes do conflito analisado, tanto através da pesquisa documental quanto da pesquisa de campo, sendo estes agentes citados, inclusive, em algumas entrevistas dos moradores das comunidades tradicionais. Nereu, por exemplo, afirma que “de vez em quando a Unimontes vem aqui ajudar a gente. Só que não tem jeito não. Porque investiram muito dinheiro nele [Projeto Jaíba], veio muita gente de fora pra isso. Já a Prefeitura não faz nada pra gente. Só joga esgoto dentro dele [do rio]”. Da mesma forma, Iara resalta o apoio de pesquisadores de universidades para tentar garantir os direitos dos moradores das comunidades tradicionais da região: “essa sua universidade aí [UFMG] e a Unimontes já tem feito muito por nós durante um tempo. A gente precisa agradecer o trabalho das universidades, que sempre que pode eles tentam apoiar nós”.

Nesse contexto, cabe sublinhar que alguns grupos de pesquisa têm se destacado nos últimos anos no que se refere à produção de conhecimento acerca da disputa, projetos de extensão nas comunidades tradicionais e difusão dos interesses e reivindicações dos vazanteiros da região. De acordo com a pesquisa documental realizada, gostaria de destacar o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA), vinculado à Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), da UFMG, e o Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (Neepees), da Escola Nacional

de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz), que inclusive foram fontes importantes de coleta de documentos e informações durante a realização deste estudo. Sobre a percepção das pesquisadoras entrevistadas acerca do conflito hídrico aqui analisado, ambas atestaram em suas falas a existência dessa disputa na região, como é possível observar pelo trecho abaixo:

Tem.. tem um conflito pela água sim. (...) **Períodos de seca eles sempre tiveram. E eles se adaptam a ela, às cheias e às secas.** É por isso que são conhecidos como vazanteiros. **Então o conflito ali não ocorre só por causa da seca.** Ele é intensificado pelo desmatamento principalmente por parte dos grandes fazendeiros, pelos usos das águas para hidrelétricas, as grandes monoculturas de eucalipto na região e sobretudo pelo mau uso da água para a irrigação. Isso sem falar dos poços artesianos e de outros tipos de captação de água ilegais feitos pelos fazendeiros. Tudo isso intensifica os conflitos ali na região, principalmente por água. Os fazendeiros sempre deixam os gados soltos no Rio São Francisco, fazem barragens para desviar o curso de água... Tem barragens ali em Pau Preto que foram construídas, gigantes, que interrompeu o curso de água do rio... Tem problema de assoreamento também (Marina – pesquisadora da Unimontes que estudou a temática e área do conflito).

A partir do relato acima, é possível afirmar que para alguns pesquisadores do tema, existe realmente o conflito pela água entre grandes produtores rurais e moradores das comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto, o que contrapõe a visão do representante da Prefeitura de Matias Cardoso e corrobora a visão dos vazanteiros e movimentos socioambientais da região. Para as pesquisadoras entrevistadas, esse conflito se dá em virtude de diferentes causas, como o mau uso da água para a irrigação, o assoreamento do rio, a captação ilegal de água por parte dos fazendeiros e até mesmo pela construção de barragens que desviam o curso de água do rio, prejudicando os moradores das comunidades tradicionais.

Marina ainda afirma que “períodos de seca eles sempre tiveram. E eles se adaptam a ela, às cheias e às secas”, fazendo referência a atribuição, por parte de alguns atores sociais – como a mídia hegemônica e grandes empresas rurais da região, como será visto adiante –, aos períodos de estiagem como motivo exclusivo para a ocorrência de conflitos por água na região. Ou seja, através da fala de Marina, percebemos que há uma distribuição política da água (IORIS, 2005; MOLLINGA, 2008) na região, e como os conflitos e a escassez hídrica atingem de forma desigual os diferentes atores sociais. Para ela, a crise e os conflitos hídricos não se tratam apenas de uma condição ambiental, resultantes dos períodos de seca. Mas têm também relação histórica com o desigual acesso à água e os impactos ambientais advindos das diversas atividades antrópicas desenvolvidas na região, como proposto por Bordalo (2012), sobretudo do setor agropecuário. Aretusa, ao confirmar a existência do conflito hídrico analisado, pontua o que, para ela, seria uma de suas causas principais:

Conflito pela água é justamente a disputa pelo destino da água, né. E a partir daí,

assim, **vem da percepção, da visão, dos diferentes agentes sobre o que que é a água.** E a partir dessas diferentes visões é que vão ser determinadas ações sobre isso, projetos sociais sobre isso, o destino dessa água. Para um administrador, não generalizando né, mas para um administrador, ele vai trabalhar **a água como um recurso.** Ou, para o empresário, a água é vista **como uma mercadoria.** Então isso vai ser uma visão mais mercadológica da água, **economicista,** e o destino vai ser justamente o de fazer um projeto de irrigação, uma hidrelétrica ou alguma coisa nesse sentido. Que é diferente para o vazanteiro. Se você conversa com um vazanteiro ou um quilombola ali da região, o Velho Chico é o Chicão né. **O rio é um ente,** é como se fosse um **parente** deles. E eles vêm **trabalhando muito tempo com esse processo de revitalização do São Francisco.** Eles vêm fazendo encontros para a revitalização do São Francisco há muitos anos. E nesses encontros eles vão vendo a questão da **autoidentificação deles, eles vão tomando consciência da identidade deles,** das lutas e acabam unificando lutas. Por exemplo, o Movimento dos Vazanteiros é isso: começou com a luta pelo encurralamento feito pelos parques, mas a luta se ampliou, pensando na luta pela revitalização do São Francisco, porque **é a relação que eles têm com o rio, que forma a questão identitária deles.** É o rio que vai regular a produção, que vai regular o calendário deles, são seres míticos do rio que vão colocar as regras de uso das águas do rio e dos recursos naturais de modo geral. Então tem **várias relações mitológicas que fazem parte do próprio ordenamento social deles,** que é diferente. **O rio pra eles é um ser anímico. É um sujeito. Não é um recurso lá distante, uma coisa externa, fora. Então é outra lógica.** Então o conflito taí. (...) Esse conflito em questão se dá justamente por essa visão hegemônica da natureza, por parte de quem está no poder, de algo como um **recurso infinito,** que deve ser apropriado... E aí a gente tá falando não de uma apropriação coletiva, mas de uma apropriação privada, **pra gerar lucro.** Então esses grandes empreendimentos, como o Projeto Jaíba, vêm aqui pra isso: sob o discurso de desenvolvimento. Mas a gente vê que historicamente nenhum desses grandes empreendimentos nunca trouxe o tão esperado desenvolvimento. Sempre tem essa estratégia de dizer que esses empreendimentos vão trazer desenvolvimento, geração de renda, não sei quantos números de emprego. São discursos carregados de questões quantitativas, que a gente nem sabe como eles calcularam isso, que acaba ludibriando as pessoas. E que no final deixa o lugar arrasado, né (Aretusa – pesquisadora da Unimontes que estudou a temática e área do conflito).

A partir do relato acima, é possível afirmar que o conflito hídrico em questão, segundo Aretusa, envolve, sobretudo, uma disputa entre diferentes atores sociais em função de seus distintos modos de relacionamento com a natureza, o que se aproxima da constituição de conflito proposta por Little (2001) e Acselrad (2004b). Ou seja, o conflito pela água analisado se dá em virtude de distintas lógicas de apropriação, uso e significação da natureza, que se diferencia e se confronta com as formas de outros atores e grupos sociais lidarem com suas realidades, formando a dimensão política e social do conflito.

Nesse caso, para Aretusa, alguns atores sociais significam a água apenas como uma mercadoria, um recurso infindável, que deve ser gerido para a geração de lucro e desenvolvimento, o que caracteriza o conceito da colonialidade da natureza (ALIMONDA, 2011), em que a natureza, de forma geral, e os “recursos” hídricos, como no caso em questão, devem ser administrados para a sustentabilidade do crescimento (SACHS, 2000; ESTEVA, 2000), mesmo que essa gestão dos recursos hídricos não esteja dando os resultados tão prometidos e esperados, como

o crescimento econômico e sustentável da população local. Essa lógica economicista da água, que é hegemônica, segundo a entrevistada, se diferencia e se contrapõe à lógica dos moradores das comunidades tradicionais, para quem o rio chega a ser um “ente”, um “sujeito”, “um ser anímico”, “como se fosse um parente” dos vazanteiros.

Essas diferentes lógicas vão constituir o conflito em questão, porque são fundamentais no “destino da água” e vão determinar ações e projetos sobre a natureza. E, tendo em vista que a visão hegemônica é aquela cuja natureza é vista apenas como um recurso infinito “por parte de quem está no poder”, a natureza e a água então serão geridos e apropriados para atender os interesses dessa população, não no sentido de uma apropriação coletiva, mas “uma apropriação privada, para gerar lucro”, comprometendo àqueles atores sociais que possuem uma racionalidade distinta da natureza. É por isso que esse conflito analisado não se trata somente de um “conflito pelo uso da água”, mas de lógicas e significações distintas, conflituosas, envolvendo relações desiguais de poder que vão direcionar os principais usos da água.

O relato de Aretusa também corrobora a fala dos moradores das comunidades tradicionais e do representante do movimento socioambiental no que tange ao conflito envolver questões que extrapolam as dimensões econômica, social e política da água, abrangendo também elementos identitários, cosmológicos, ritualísticos e territoriais (LITTLE, 2006). Isso fica evidente, por exemplo, quando essa entrevistada afirma que “a relação que eles têm com o rio forma a questão identitária deles”, isto é, a partir das relações estabelecidas dos moradores das comunidades tradicionais com o rio, “eles vão tomando consciência da identidade deles”, de suas lutas, e passam a se autoidentificar como vazanteiros. Além disso, Aretusa pontua que há “várias relações mitológicas que fazem parte do próprio ordenamento social deles”, citando a importância de figuras mitológicas do rio até mesmo para as regras de uso da água entre os vazanteiros, como o Caboclo d’água, e até mesmo a importância dessas relações identitárias e cosmológicas para a fixação desses moradores em suas comunidades.

Pelo fragmento acima também é possível observar que, de acordo com Aretusa, um dos principais interesses dos moradores das comunidades tradicionais é a revitalização do Rio São Francisco, corroborando a visão dos vazanteiros e do representante do movimento socioambiental entrevistados. Segundo ela, “eles vêm trabalhando muito tempo com esse processo de revitalização do São Francisco. Eles vêm fazendo encontros para a revitalização do São Francisco há muitos anos”. Essa fala vai ao encontro da percepção de Marina sobre os interesses e reivindicações dos vazanteiros envolvidos no conflito. Sobre o tema, ambas as

entrevistadas afirmam:

Durante as nossas pesquisas do grupo na região, na área onde você está estudando, **sempre foi muito presente a questão da água nas falas dos moradores das comunidades tradicionais.** Desde muito tempo, **eles sempre têm essa reivindicação da revitalização do Rio São Francisco.** Principalmente por causa da irrigação, né. De monoculturas de banana e pro Projeto Jaíba de modo geral. Geralmente, quando eles abrem as comportas pro Projeto Jaíba, falta água para as comunidades abaixo, principalmente para o Quilombo da Lapinha (Marina – pesquisadora da Unimontes que estudou a temática e área do conflito).

Na época, a gente fazia trabalho de campo, trabalho etnográfico, e uma das grandes perdas pra eles com a questão da **alteração do ciclo das águas do Rio São Francisco** é... algumas **lagoas secaram**, porque não tinha mais, porque o nível de água do Rio São Francisco já não chegava até as lagoas, que eram fundamentais pra esses grupos vazanteiros, **pra pesca, pra lavagem de roupa...** Tinha lagoas ali que passavam embarcações enormes, que passavam pra dentro das lagoas. Hoje você vai lá e as lagoas estão muito reduzidas em relação ao que era entes. **Essas lagoas possibilitavam um caminho de águas enorme para dentro dos territórios vazanteiros.** E hoje isso não existe mais, devido a **degradação do Rio São Francisco.** Então acredito que eles sintam bastante essa questão, porque eles **pescavam** nessas lagoas, **plantavam** na beira dessas lagoas, **lavavam roupas, passavam algumas tradições** pros filhos, pros netos, era **espaço de lazer, de festa**, em torno das lagoas. E vinha vários grupos étnicos diferentes da região para essas manifestações. Era um momento pra eles de **grande fartura alimentar e de uma vida social** também né. Então o conflito repercutiu muito. A questão do **agrotóxico**, tem caso de grandes pivôs de irrigação com agrotóxico, que acaba **escorrendo pro rio.** E eles **continuam bebendo água do rio**, mesmo com caixa d'água e a estrutura que eles têm hoje, muitos ainda bebem água do rio, porque faz parte da vida deles já né. Então o conflito alterou o processo das vazantes, o calendário das vazantes, o que é muito complicado pra eles. Porque eles dependem disso, eles vivem das vazantes né, do sistema vazanteiro. É um sistema de defesa territorial. É uma relação de parceria com o rio, eles usam isso como estratégia de defesa (Aretusa – pesquisadora da Unimontes que estudou a temática e área do conflito).

A partir dos relatos acima, fica claro que, segundo as pesquisadoras entrevistadas, o interesse dos moradores das comunidades tradicionais em torno do conflito reside na preservação e revitalização do Rio São Francisco, o que possibilitaria a manutenção e reprodução dos modos de vida vazanteiros. A degradação do rio, através do agravamento da escassez quantitativa e do comprometimento da qualidade das águas do Rio São Francisco na região pela contaminação por agrotóxicos, impede a reprodução de práticas socioprodutivas diversas desses grupos sociais, tais como a pesca, as plantações beira-rio, a lavagem de roupas, o reconhecimento e aproveitamento de seus territórios, a realização de ritos e manifestações culturais tradicionais, e até mesmo o próprio consumo de água do rio, que, mesmo diante da sua depredação, continua acontecendo por parte desses moradores. Assim, como sinalizado por Aretusa, o conflito hídrico em questão limita a possibilidade de uma “grande fartura alimentar e de uma vida social”, já que o Rio São Francisco é considerado não somente um espaço de trabalho para esses atores sociais, mas também “espaço de lazer, de festa”, de reconhecimento e de vida, corroborando os achados da pesquisa documental e as falas dos vazanteiros entrevistados.

Também indaguei as pesquisadoras entrevistadas sobre quais são suas perspectivas para o conflito hídrico analisado em um futuro próximo, isto é, se a disputa tende a ser intensificada ou atenuada daqui em diante. Para ambas, o conflito pela água em questão tende a ser intensificado nos próximos anos, não apenas pelo acirramento dos usos das águas do Rio São Francisco por outros grandes usuários, como também devido ao atual contexto político brasileiro, como pode ser visto nos fragmentos abaixo:

Eu posso dizer que, hoje, talvez a disputa esteja **mais branda**, no sentido de que... porque eu acho que o Projeto Jaíba agora está mais estagnado, em relação a produção. Mas eu acho que o conflito tende a **intensificar** num futuro próximo, porque eles estão tentando instalar a **hidrelétrica de Formoso**, que vai acirrar ainda mais a disputa pelo uso da água na região... E o rio não vai aguentar. E nesse processo, os **grupos sociais mais vulneráveis não são escutados**. (...) É uma luta muito desigual de poder. É o agronegócio, junto com os militares, que estão no poder, pra alcançar os seus interesses. Então eu acredito que esse conflito vai se intensificar muito mais ainda (Marina – pesquisadora da Unimontes que estudou a temática e área do conflito).

Tem um conflito muito grande entre os moradores das comunidades tradicionais e os fazendeiros da região, inclusive com formação de **milícias armadas**. Onde os vazanteiros dizem sofrer com a **violência dos fazendeiros e da polícia**. Isso é muito complicado aqui na região e ficou **muito mais acirrado agora, com a mudança de governo**. Na época, eles fizeram cancelamento de várias audiências públicas. Trocaram superintendente... **Chegaram a mandar recado pra mim na Unimontes**, do Movimento Paz no Campo, falando que nosso grupo estava incomodando o Movimento Paz no Campo. Então é um processo que vem acompanhado de um **crecente aumento da violência** aqui, justamente porque são as áreas que tem acesso ao rio. Então esses grandes **fazendeiros têm procurado deixar as coisas como estão**, para que eles continuem tendo acesso à água, continuem fazendo suas práticas de captação ilegal de água, tá tendo muito problema de poço artesiano também, um aumento muito grande de poço artesiano na região. (...) Várias lideranças aqui já foram **ameaçadas**, algumas já foram **mortas**. **São terras dos coronéis**, né. Então é assim, esse **anti-ambientalismo, autoritário e racializado**, contra comunidades tradicionais, porque são considerados **entraves no desenvolvimento**, né, de acordo com a linguagem deles [dos atuais políticos brasileiros, como Ricardo Salles e Bolsonaro] (Aretusa – pesquisadora da Unimontes que estudou a temática e área do conflito).

A partir dos relatos acima, podemos perceber que, para Marina, atualmente o conflito hídrico analisado está mais brando, em virtude de que os produtores do Projeto Jaíba não estariam produzindo tanto e, conseqüentemente, não estariam usando e comprometendo muita água do Rio São Francisco. Isso não significa que o conflito não exista, até porque, para essa entrevistada, trata-se de uma disputa deflagrada que não ocorre somente por causa dos períodos de seca na região, mas principalmente pelo mau uso da água e por práticas ilegais de captação dos grandes fazendeiros, como já mencionado anteriormente. Porém, esse trecho evidencia que, como se trata de um fenômeno dinâmico (BORDALO, 2019), segundo ela, hoje, tal conflito pela água está menos visível, mas tende a ser intensificado nos próximos anos.

Para Marina, essa propensão a intensificação e maior visibilização do conflito hídrico em



questão se dará por causa da instalação da hidrelétrica de Formoso na região, “que vai acirrar ainda mais a disputa pelo uso da água” no Rio São Francisco. O Projeto da Usina Hidrelétrica Formoso (UHE Formoso), no Rio São Francisco, na região do Norte de Minas Gerais (entre as cidades de Pirapora e Buritizeiro), está tramitando desde o ano de 2016, mas ganhou força em maio de 2020, com a assinatura feita pelo presidente Jair Bolsonaro do decreto que enquadra a UHE Formoso no Programa de Parcerias de Investimento. Esse projeto já preocupa ribeirinhos, ambientalistas, pesquisadores da área e a sociedade civil em geral, em virtude da falta de transparência em sua tramitação, de diálogo com a sociedade e dos inúmeros conflitos socioambientais que poderá acarretar para a região (CBHSF, 2020). Tais conflitos estão longe de serem compensados pelos empregos que podem vir a ser criados, colocando em risco a sobrevivência de diversas comunidades tradicionais que vivem não só na região, mas em toda a bacia hidrográfica, acirrando os usos pela água em uma região que já sofre com os períodos de escassez hídrica e indo na contramão da tendência mundial de buscar energias limpas, baratas e com baixo impacto socioambiental.

Aretusa também acredita que o conflito hídrico analisado será intensificado nos próximos anos. Contudo, para essa entrevistada, um dos principais motivos para essa intensificação é o atual cenário político brasileiro, que incentiva um “anti-ambientalismo, autoritário e racializado, contra comunidades tradicionais”. Aretusa ainda pontua sobre como esses conflitos socioambientais na região vêm acompanhados de uma crescente violência de fazendeiros e da polícia contra os moradores das comunidades tradicionais, inclusive “com formação de milícias armadas”, corroborando os achados da pesquisa documental, como evidenciado em Camargos (2020a, 2020b). Ela ainda adverte que várias lideranças ambientais já foram ameaçadas e mortas na região, incluindo ela própria, que já foi ameaçada em seu local de trabalho pelo Movimento Paz no Campo, o qual se intitula em suas redes sociais como um movimento cristão e em defesa da propriedade privada, e ameaçou a pesquisadora por considerar que ela estava “incomodando o movimento”.

Tais fatos ilustram como a conduta governamental e as políticas e programas de desenvolvimento dos governos podem intensificar não apenas os conflitos pela água, mas também as violências físicas e simbólicas que muitas vezes acompanham essas disputas contra formas alternativas de viver, ser e fazer, como exposto por Zhouri, Bolados e Castro (2016). No caso em questão, essas violências se dão principalmente pela disputa de “áreas que têm acesso ao rio”, e sobre populações mais pobres e vulneráveis, como as comunidades

tradicionais, consideradas “entraves para o desenvolvimento”. Isso evidencia o intrínseco racismo ambiental (ACSELRAD, BEZERRA, MELLO, 2009) incutido nesses conflitos, bem como o contorno cada vez mais econômico, militar e estratégico (BECKER, 2003) que a gestão das águas tem assumido no cenário local e regional, constituindo fonte de conflitos.

Sobre os principais interesses das pesquisadoras envolvidas indiretamente no conflito hídrico analisado, Marina afirma que “nosso grupo de pesquisa tenta fazer parte de uma rede de apoio à essas comunidades [tradicionais], juntamente com outras entidades civis, como o CAA. E a gente tenta animar as lutas desses povos, como a luta pela revitalização do São Francisco”. Ou seja, para Marina, o papel da academia nesses conflitos pela água é oferecer uma rede de apoio para as comunidades tradicionais, fortalecendo suas lutas, como a luta pela revitalização do Rio São Francisco, o que converge com a fala dos moradores das comunidades tradicionais sobre seus principais interesses e reivindicações no conflito. O relato de Aretusa sobre o tema é semelhante ao de Marina, podendo ser considerados complementares, como é possível ver pelo trecho abaixo:

É justamente o que a gente já vem fazendo. É aquela pesquisa que chama **pesquisa engajada**. A gente faz parte do que eles chamam de **rede sociotécnica**. Então a gente sempre é convocado em mesas de negociação, pra soltar notas técnicas, que é **um pouco do que a gente pode oferecer enquanto cientistas**. Por exemplo, **produzir e oferecer dados** para o Ministério Público Federal a respeito da situação da degradação ambiental, do rio, das matas, do processo de manejo desses grupos, da tradicionalidade desses grupos. A gente sempre é chamado, de certa forma, como **capital técnico**, pra ajudar a **contrabalancear um pouco essas relações de poder**. Então o que a gente pode oferecer enquanto grupo de pesquisa é isso. É esse **suporte científico para as demandas desses grupos**. E a **visibilização**, principalmente **em âmbito nacional e internacional**, através de parcerias. Pra gente fazer denúncia pra corte internacional de direitos humanos, na ONU. Pra dar **visibilidade pra essas lutas**. Se a coisa não consegue ser resolvida aqui, tem uma **pressão externa que pode ajudar**. Ou pelo menos **constranger**. Então a gente vem utilizando desse papel nosso enquanto pesquisador de tentar fazer essas **mudanças, mesmo que sutis, nas relações de poder** entre esses grupos e os agentes que estão em conflito (Aretusa – pesquisadora da Unimontes que estudou a temática e área do conflito).

A partir do relato acima, é possível afirmar que os principais interesses e o papel de pesquisadores/as e grupos de pesquisa no conflito pela água analisado é constituir o “capital técnico” e a “rede sociotécnica” da disputa, através da produção de conhecimento mais contextualizado e engajado, como me propus desde o início da escrita desta tese, do fortalecimento de redes de apoio (PARRA-ROMERO, 2020) e das lutas socioambientais das comunidades tradicionais, da difusão e visibilização das demandas e das lutas de grupos sociais marginalizados, e de buscar fazer “mudanças, mesmo que sutis, nas relações de poder entre esses grupos e os agentes que estão em conflito”. Esses achados se assemelham aos interesses

dos movimentos socioambientais na disputa, enquanto organizações de resistência (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005) que se mobilizam para fortalecer as lutas de populações tradicionais contra as estratégias de apropriação privada e degradação das águas, e em direção ao direito humano universal a água de qualidade, livre de conflitos.

No relato acima, é interessante notar ainda como o grupo de pesquisa que Aretusa está inserida busca “contrabalancear um pouco essas relações de poder” que envolvem os conflitos pela água. Segundo a entrevistada, seu grupo de pesquisa procura dar visibilidade aos conflitos e às demandas dos moradores das comunidades tradicionais “em âmbito nacional e internacional, através de parcerias”, uma vez que, como “a coisa não consegue ser resolvida aqui”, isto é, em âmbito local e regional, “tem uma pressão externa que pode ajudar” ou ao menos “constranger”. Essa estratégia vai ao encontro do que é proposto por Little (2006) na análise dos conflitos socioambientais, sobre a importância de identificar os distintos níveis em que os atores sociais funcionam e descrever a maneira com que se inter-relacionam em outros níveis. No presente caso, apesar dos moradores das comunidades tradicionais terem uma presença política pouco significativa à nível local, regional e nacional, o apoio de grupos de pesquisa e movimentos socioambientais que conseguem se articular nesses níveis é importante para fortalecer as reivindicações e lutas dos ribeirinhos em âmbito local, mas também para dar mais visibilidade aos seus interesses em outras instâncias.

O último ator social que gostaria de ressaltar que também está indiretamente envolvido no conflito pela água em questão é a mídia. É interessante notar como a mídia hegemônica, de grande circulação nacional, através de jornais como Folha de São Paulo, G1, Estado de Minas, entre outras, noticia o conflito hídrico analisado. Nesse caso, se, por um lado, a mídia hegemônica divulga a ocorrência do conflito no Norte de Minas, por outro lado, geralmente esses jornais apontam como causa do conflito somente a crise hídrica que assola a região resultante dos longos períodos de seca. Pouco ou nada é falado nesses meios de comunicação sobre os impactos e conflitos socioambientais advindos da implantação do Projeto Jaíba.

Ao contrário, o que se percebe é uma defesa recorrente na mídia hegemônica dessa política pública e do agronegócio de forma geral como promotores do desenvolvimento e progresso da região. Por exemplo, em uma reportagem veiculada pela Revista Exame, intitulada “Um novo pomar no sertão, em Jaíba, Minas Gerais”, é notório como o agronegócio ainda emerge como responsável por retirar o Norte de Minas da condição de “pobre” e “subdesenvolvido” para uma região “moderna” e próspera, capaz de promover a “justiça social”.

Governos tentaram fazer da região de Jaíba, no pobre norte de Minas Gerais, um modelo de agricultura familiar. Deu tudo errado. Bastou esquecer a ideologia para que nascesse ali um dos maiores polos de fruticultura do país. (...) A pobreza, uma das características mais marcantes do semiárido, vem sendo suavizada pela agricultura irrigada com as águas do rio São Francisco. (...) Os sinais de prosperidade se espalham pela região na forma de supermercados, que substituem armazéns acanhados, hotéis que tomam o lugar de pensões, e na chegada de lojas de eletrodomésticos, concessionárias de carros e escolas particulares, o que não existia até pouco tempo por lá. A “justiça social” só começou a chegar com a vinda dos empresários rurais (PADUAN, 2014, on-line).

No trecho da reportagem acima, fica evidente que a autora considera como progresso a instalação, por exemplo, de hotéis, escolas particulares e “imóveis sofisticados, no padrão dos condomínios de luxo das capitais brasileiras”. Além disso, a autora ainda supõe que o progresso da região só foi possível quando os governos estadual e federal “esqueceram a ideologia” e substituíram o modo de produção da agricultura familiar pelo agronegócio, “com a vinda dos empresários rurais”, fazendo alusão à etapa II do Projeto Jaíba.

Nesse contexto, fica clara a contraposição feita pela autora entre o agronegócio e a agricultura familiar, dando os créditos do dito desenvolvimento da região para o primeiro, mesmo que a agricultura familiar frequentemente seja responsável por cerca da metade do valor bruto de produção do Projeto Jaíba. Há que se destacar também o silenciamento na reportagem sobre os conflitos socioambientais advindos com o projeto, ainda que ele seja posto pela autora, contraditoriamente, como responsável pela justiça social.

Desse modo, a modernização da agricultura e a reprodução da lógica capitalista no campo, materializadas por meio do Projeto Jaíba, são vistas pela mídia hegemônica como meio para o desenvolvimento e progresso da região, a fim de superar o que se considera como pobreza marcante do semiárido mineiro, em um processo em que a natureza, em particular os recursos hídricos, se tornam apenas fontes de recursos para a produção agrícola voltada para satisfação do mercado, caracterizando a colonialidade da natureza (ALIMONDA, 2011). Os recursos naturais, como a água e a terra, são disponibilizados, privatizados e mercantilizados a desejo das grandes empresas rurais que ali atuam, como o apoio do Estado.

Em contrapartida, é importante destacar também a existência de uma mídia contra-hegemônica, a qual tem divulgado o conflito pela água em questão, difundindo os interesses e reivindicações das comunidades tradicionais envolvidas e apontando os conflitos socioambientais acarretados pelo Projeto Jaíba na região nos últimos anos. Esse é o caso, por exemplo, das reportagens produzidas por Hespanhol (2015) e Camargos (2020a), vinculadas aos jornais Pública - Agência de Jornalismo Investigativo, uma das primeiras agências de jornalismo investigativo sem fins

lucrativos do Brasil, e ONG Repórter Brasil, que faz uma cobertura sobre violações de direitos humanos e questões socioambientais no Brasil, respectivamente.

Desse modo, a modernização agrícola, via projetos de irrigação no Norte de Minas, favoreceu principalmente os grandes produtores rurais pelo fácil acesso ao crédito, que possibilitou um aumento na produtividade e na exportação de produtos agropecuários. Para os pequenos produtores, de forma geral, significou a redução dos cursos de água, o endividamento e o aumento da concorrência predatória da agricultura irrigada dos empresários rurais. Já para comunidades tradicionais, a modernização agrícola materializada pelo Projeto Jaíba tem significado a expropriação de seus territórios e a escassez e poluição das águas, o que tem comprometido a reprodução material, social e simbólica dos vazanteiros e dificultado sua sobrevivência na região.

Isso evidencia, mais uma vez, como a implantação de alguns programas de desenvolvimento pode atribuir riscos e danos socioambientais especialmente aos grupos sociais mais vulneráveis da sociedade (SACHS, 1993; VAINER, 2007). E ilustra também como tais programas de desenvolvimento são executados, muitas vezes, sem levar em consideração o sentido e a utilização que determinados grupos sociais têm de um espaço (e da natureza) para manter e reproduzir o seu modo de vida (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005), implicando conflitos socioambientais.

Como pontuado por Jatobá (2009), é possível observar como alguns grupos sociais com maior poder econômico e político na região, como os grandes fazendeiros, obtêm maior acesso à água para a produção agropecuária e, conseqüentemente, apresentam maior potencial de degradação ambiental. Por outro lado, grupos sociais mais vulneráveis e marginalizados politicamente, como os moradores das comunidades tradicionais, têm menor acesso à água e sofrem mais danos com o conflito socioambiental. A implantação do Projeto Jaíba e o conseqüente aumento no consumo de água pelos grandes produtores rurais da região alteraram profundamente as condições ambientais dali. Como a natureza é a principal fonte de sobrevivência das populações tradicionais, alterações ambientais de grande escala, como é o caso em questão, afetam severamente a capacidade de sustento e reprodução dos modos de vida dessas populações.

A partir do caso analisado, fica explícita a distribuição política da água (MOLLINGA, 2008), isto é, como os conflitos e a escassez hídrica não são resultantes apenas de condições ambientais e atingem de forma desigual os diferentes atores sociais, os quais possuem diferentes cotas de

poder nos arranjos institucionais de gerenciamento dos recursos hídricos. Considerando a classificação de Ribeiro, Santos e Silva (2019), afirmo que o conflito hídrico em questão pode ser caracterizado como conflito deflagrado pela escassez e acréscimo que tal escassez é tanto quantitativa como qualitativa da água. Apesar da falta de conhecimento da disputa por parte de alguns atores sociais, como é o caso dos representantes da Prefeitura de Matias Cardoso, do CBH do Rio Verde Grande e de parte da população residente da zona urbana de Matias Cardoso, tal conflito já deixou de ser latente, pois se trata de uma situação real/deflagrada vivenciada, sobretudo, pelos moradores das comunidades tradicionais da região nos últimos anos. E, apesar de algumas estratégias mais amplas terem sido implementadas, modificando de certo modo a situação do conflito, como o Dia do Rio, os interesses dos ribeirinhos ainda não foram atendidos, pois muitos ainda demandam um nível de água acima do que está atualmente para a reprodução de seus modos de vida e bebem água poluída do Rio São Francisco.

Nesse contexto, emergem, de um lado, diferentes atores sociais que defendem a consolidação e expansão do agronegócio irrigado em virtude do “ganho” para a região, a partir da premissa de desenvolvimento atribuído pela via do crescimento econômico. De outro, inúmeros conflitos socioambientais são decorrentes desse modelo de desenvolvimento neoextrativista e agrodependente, socialmente injusto e ambientalmente insustentável, que afeta, sobretudo, populações mais pobres e vulneráveis, evidenciando o intrínseco racismo ambiental nele incutido.

Assim, a cadeia de exploração do agronegócio no Brasil e em particular no Norte de Minas funciona para atender a demandas do mercado, externalizando conflitos socioambientais negativos e acumulando capital nas mãos de poucos — que, não por acaso, não é aquele pequeno produtor rural, agricultor familiar ou vazanteiro que sofre com a falta de água e com as consequências do uso exagerado de agrotóxicos nas lavouras. Uma longa história de desenvolvimento desigual e excludente no Norte mineiro, que penaliza cada vez mais a natureza e os povos tradicionais dali, os quais acabam tendo seus direitos humanos violados em nome do desenvolvimento da região, já que as políticas públicas de desenvolvimento implantadas, como os projetos de irrigação, não levam em conta suas culturas, suas histórias e suas formas de se relacionar com a natureza, desconfigurando seus modos de vida tradicionalmente construídos.

No contexto de escassez e poluição das águas da região, os conflitos latentes se tornam explícitos, particularmente entre os representantes do agronegócio, que almejam a expansão da

sua produção, e há a necessidade de sobrevivência dos pequenos produtores rurais e comunidades tradicionais. Fica evidente a existência de duas racionalidades distintas (ambiental e capitalista) sobre a apropriação, uso e significação dos recursos naturais no conflito analisado. São racionalidades que se chocam à medida que um bem a ser cuidado se depara com o objetivo de expansão do agronegócio, e, para tanto, torna-se um bem a ser explorado. Como evidenciado por Martínez-Alier (2006), os conflitos socioambientais escancaram a comparabilidade fraca de valores entre os diferentes atores sociais envolvidos e a recorrente primazia do aspecto econômico sobre qualquer outra dimensão.

O agronegócio irrigado na região dispõe de um modo de produção que vê a água como um recurso, um bem econômico, valorizado como mercadoria a ser explorada pelos empresários rurais. É um modo de produção contrário e que fere as práticas tradicionais de acesso, uso e significação dos rios realizadas pelas comunidades tradicionais. E a racionalidade do agronegócio não comporta a coexistência de dois regimes distintos de apropriação e uso da natureza; portanto, faz-se necessário o afastamento (expropriação) dos vazanteiros da região, visto que a sua permanência ali compromete a dinâmica mercadológica delineada pelo agronegócio.

*10.3.3 “Se ainda existe essa beleza nessa margem do rio, agradece a nós que estamos aqui. Porque se os empresários estivessem aqui, até o barulho do rio já estaria desmatado”:*  
*identificação de estratégias de resolução do conflito e movimentos de resistência*

Nesta seção, descrevo algumas estratégias de tentativa de resolução dos conflitos hídricos empregadas pelos grupos sociais e alguns movimentos de resistência que emergiram do contexto da disputa, como proposto por Little (2006). Nesse sentido, gostaria de já apontar uma importante lacuna identificada no decorrer desta pesquisa: o incipiente tratamento dado aos conflitos pela água nos documentos que orientam o planejamento dos recursos hídricos estaduais, considerados instrumentos de gestão dos CBHs, evidência também assinalada por Gusmão e Pavão (2019). Tanto o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande (ANA, 2016a) quanto o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Médio São Francisco (IGAM, 2014) analisados nesta pesquisa não apresentam nenhum diagnóstico sobre as situações de conflitos hídricos de suas respectivas bacias, nem tampouco a propositura de estratégias e diretrizes específicas que possam auxiliar no seu enfrentamento no âmbito dos CBHs.

De forma geral, o que esses documentos apresentam, mesmo que de forma bastante resumida, é uma síntese sobre as medidas que historicamente foram desenvolvidas no âmbito do comitê para tratar os conflitos hídricos, de forma genérica, sem especificar quais estratégias para quais conflitos. Assim, apesar de ser um dos principais objetivos desses comitês, esses documentos se mostram pouco eficazes no que diz respeito a fornecer subsídios à tomada de decisão para a resolução e gerenciamento dos conflitos hídricos.

Portanto, as estratégias de resolução de conflito identificadas e destacadas nesta seção não dizem respeito especificamente ao conflito hídrico analisado neste capítulo, até porque essa disputa não está identificada e formalizada nos documentos disponíveis no CBH da qual faz parte (Médio São Francisco). As medidas que irei destacar aqui dizem respeito àquelas adotadas para a gestão dos conflitos hídricos no âmbito de ambas as bacias como um todo e que, de certa forma, influenciam a dinâmica do conflito pela água enfocada nesta tese, como foi o caso do Dia do Rio. Buscando facilitar a organização e compreensão da análise nesta seção, dividirei as estratégias identificadas a partir dos grupos sociais propositores, isto é, de acordo com as articulações e delineamentos das agências de recursos hídricos, como o Igam e a ANA, dos produtores rurais e das comunidades tradicionais envolvidas no conflito.

De modo geral, as proposições dos produtores rurais do Projeto Jaíba para a resolução dos conflitos hídricos, com o apoio da Epamig e da Emater, giram em torno de criar sistemas técnicos mais eficientes contra o desperdício de água e o manejo adequado de irrigação. Em reportagem recente realizada pela Epamig (2020, on-line), uma pesquisadora da instituição descreveu como buscar diminuir os impactos da irrigação do Projeto Jaíba na região: “No cenário de escassez hídrica que o Norte de Minas atravessa, nossas pesquisas se voltaram para a otimização da irrigação, de forma a garantir a produtividade de diversas variedades de frutas, ao mesmo tempo em que se mantém a qualidade”. É interessante notar como o interesse ali está em garantir a produtividade e a qualidade da produção mesmo em um cenário de escassez hídrica, e não garantir a própria água para a irrigação. As comunidades tradicionais, muitas vezes, não contam com tal garantia para a reprodução de seus modos de vida.

Em outra reportagem, veiculada pela Emater (2015), o gerente desta instituição no Projeto Jaíba relata como tem atuado junto aos produtores rurais e agricultores familiares dali de forma a orientá-los sobre a necessidade de um manejo adequado de irrigação, com o objetivo de produzir mais e, ao mesmo tempo, aumentar a economia de água. Além disso, ele afirma também que uma das principais medidas adotadas para maior eficiência da irrigação no Projeto



Jaíba foi a substituição parcial dos sistemas convencionais de irrigação de 1385 agricultores familiares por outros sistemas considerados mais eficientes, ação realizada através da parceria entre Cemig, DIJ e Codevasf, e que não teve custo para os agricultores, já que foi promovida através do Programa de Eficiência Energética, com recursos de R\$ 18 milhões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ou seja, assim como ocorreu na segunda metade do século XX, os sistemas convencionais de produção agrícola irrigada, considerados atrasados e ineficientes, são substituídos pela moderna agricultura irrigada tecnificada, com o objetivo de expandir a produtividade no campo e ampliar a inserção dos produtores rurais nos mercados interno e externo.

Desse modo, fica evidente que as principais estratégias adotadas pelos produtores rurais e incentivadas pelas empresas públicas vinculadas à secretária de Estado de Agricultura para lidar com o quadro de escassez hídrica e os consequentes conflitos que emergem na região se referem à adoção de tecnologias mais eficientes contra o desperdício de água na irrigação, mantendo ou elevando os níveis de produção agrícola. São medidas pensadas exclusivamente para os produtores rurais, sem relação direta com o conflito envolvendo os vazanteiros, mas que, no longo prazo, pode influenciar a disponibilidade hídrica dos rios que os cercam, ainda que essa estratégia não seja acompanhada por mudanças socioeconômicas profundas no modo de produção agrícola capitalista, contribuindo para a manutenção da intensificação dos conflitos socioambientais.

Já as estratégias de gerenciamento de conflitos pela água desenvolvidas pelas agências de recursos hídricos que atuam na região perpassam pela suspensão temporária da retirada de água para irrigação, projetos de conscientização para o uso racional dos recursos hídricos, projetos de recuperação de matas ciliares e proteção de nascentes, monitoramento dos usos da água, alocação negociada e cobrança pelo uso da água.

O PRH da Bacia do Rio Verde Grande (ANA, 2016a), por exemplo, apresenta as seguintes ações desenvolvidas no contexto do comitê nos últimos anos para o tratamento dos conflitos hídricos: a contratação do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do rio Verde Grande em 1995, mas que não chegou a ser concluído na época; revisão de critérios técnicos e procedimentos utilizados na concessão de outorgas em 1996; a implantação do PRH na bacia, em 2001; a instauração do processo de Alocação Negociada de Água na bacia, em 2003; a instalação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, em 2004; revisão e complementação do cadastro de usuários de água da Bacia do rio Verde Grande ao longo dos

anos; e a aprovação, em 2008, do marco regulatório sobre as regras de uso das águas na bacia, que estabelece que os usuários, exceto o setor de abastecimento público, terão seus usos reduzidos de acordo com o nível de água do Rio Verde Grande e a quantidade de água captada pelo usuário.

Na mesma direção, o Plano Diretor da Bacia do Médio São Francisco (IGAM, 2014) apresenta um programa de ações que, em um primeiro momento, parece ser bastante eficaz para ao menos atenuar os conflitos hídricos na região, apesar de tais ações não se referirem especificamente a algum conflito na bacia. Entre as estratégias propostas estão o monitoramento da qualidade das águas, a regularização das outorgas, a ampliação da segurança hídrica no meio rural, o controle da poluição agropecuária, o uso racional de água na agricultura etc. Porém, ainda que nesse programa, publicado em 2014, estejam presentes os responsáveis por desenvolverem tais ações, os objetivos, orçamentos e descrição metodológica, não há nenhum documento formal publicado no site da instituição para o acompanhamento do cumprimento e da efetividade de tais ações.

Nenhuma dessas ações foi direcionada especificamente para o tratamento do conflito hídrico analisado neste capítulo, contudo, a adoção de algumas delas pode refletir na dinâmica dessa disputa. Esse foi o caso, por exemplo, da criação do Dia do Rio (ANA, 2017b), que restringiu temporariamente a retirada de água para a irrigação no Rio São Francisco em um dia da semana (depois passou a ser quinzenalmente) e que teve um retorno positivo pelos vazanteiros da região como uma medida que favoreceu o aumento da disponibilidade hídrica. O fenômeno observado pelos vazanteiros é de fácil compreensão, tendo em vista o grandioso volume de água consumido pela irrigação somente no Projeto Jaíba, ainda que a suspensão não recaísse apenas sobre esses produtores rurais, proporcionando a reflexão de como a restrição no uso de água para esse setor pode impactar consideravelmente a disponibilidade hídrica na região. O Dia do Rio, que estava previsto para ocorrer do mês de junho de 2017 até dia 30 de novembro de 2017, após seus resultados positivos em relação à recuperação dos estoques de água nos reservatórios, ficou vigente até 30 de novembro de 2018, através de inúmeras resoluções publicadas sucessivamente após a primeira, prorrogando a restrição nas captações.

O CBH do Rio Verde Grande lançou em 2005 o projeto “Descendo o rio”, o qual tinha como metas, entre outras, a revitalização da nascente e das margens do Rio Verde Grande e a conscientização da população ribeirinha acerca da preservação. O lançamento de campanhas educativas com tais objetivos é frequente na região mineira do Rio São Francisco e de seus

afluentes, como a campanha “Eu viro carranca para defender o Velho Chico”, criada em 2014 pelo CBHSF e em andamento ainda atualmente, com o desenvolvimento de oficinas, atividades culturais, esportivas e artísticas em diversas regiões. Apesar de serem estratégias importantes envolvidas indiretamente no conflito em questão para auxiliar na promoção da conscientização da população e na recuperação dos rios, é interessante notar como muitas vezes esses projetos são contraditoriamente direcionados a pequenos usuários, e não aos principais responsáveis pela retirada excessiva e contaminação dos recursos hídricos.

Outra estratégia mais atual que está sendo delineada pela ANA (CBHSF, 2021) e que vai incidir sobre os conflitos pela água na região é a implantação do monitoramento remoto de captações de água feita pelos usuários no Rio Verde Grande, através de um sistema que envia em tempo real os dados das captações para uma plataforma da agência. Com a implantação desta medida, que está em andamento, a instituição espera um acompanhamento e controle maior sobre o uso real da água na bacia e uma maior fiscalização sobre o cumprimento das regras de uso da água por parte dos usuários, o que pode ajudar futuramente a minimizar os conflitos hídricos na região, em virtude da existência de captações irregulares de água por parte de irrigantes.

O CBH do Rio Verde Grande ainda pontua em seus documentos a alocação negociada de água e a cobrança pelo uso da água como instrumentos de gestão de conflitos, dois processos que ainda estão em implementação na UPGRH-SF9. A alocação negociada de água incide diretamente sobre os conflitos hídricos na bacia, já que consiste em um processo de gestão que busca conciliar os diferentes interesses entre os usuários da bacia e a construção coletiva de soluções em regiões de conflitos, como o ajuste de outorgas vigentes. No site do CBH do Rio Verde Grande, é possível encontrar diversos documentos sobre esses processos na bacia, registrados desde 2016 até os dias de hoje. Porém, nenhum deles se refere ao conflito analisado neste capítulo.

Do mesmo modo, este CBH também apresenta a cobrança pelo uso da água como um instrumento de gestão para auxiliar no controle da demanda de água e para garantir seu uso sustentável, tendo em vista o contexto de diminuição da qualidade e da quantidade de recursos hídricos nos últimos anos em todo território nacional. O comitê destaca que a cobrança não se trata de um imposto ou tarifa cobrados pelas distribuidoras de águas na região, mas de um pagamento pelo uso de um bem público. Esse processo foi iniciado em 2017 na bacia e diz respeito ao pagamento pelo uso privativo de um recurso ambiental de natureza pública, em virtude da sua escassez, estando sujeitos à cobrança, por exemplo, todos os usuários que captem

(captação de água superior a 43.200 litros por dia) ou lancem efluentes diretamente em corpos de água da bacia e que dependam de outorga pelo direito de uso, não sendo feita a cobrança para usos considerados de pouca expressão (CBHVG, 2015).

É interessante notar que, em 2020, foi cobrado um valor de cento e cinquenta e um mil setecentos e quarenta reais (R\$ 151.740,00) dos usuários, sendo arrecadados pouco menos de cento e vinte e cinco mil reais (R\$ 124.927, 49), e, na relação dos usuários cobrados por setor naquele ano, disponível em CBHVG (2021), a quantidade de usuários cadastrados para a irrigação é amplamente superior a qualquer outro setor, o que não causa muita surpresa, já que, como mencionado, este é o principal responsável pela retirada e consumo de água na bacia. Esse documento do ano de 2020 ainda mostra que nenhum dos usuários irrigantes cadastrados foi cobrado pelo lançamento de efluentes nos rios da bacia, apenas pela captação de água, apesar das inúmeras queixas de poluição dos rios por agrotóxicos. A fim de averiguar se essa situação se mantinha em anos anteriores, eu pesquisei também a relação de usuários cadastrados e os valores cobrados em 2017, 2018 e 2019, disponíveis no site do CBH, mas estes documentos não apresentam por qual tipo de interferência o usuário foi cobrado (se pela captação ou se pelo lançamento de efluentes).

Mesmo após a mobilização das agências reguladoras e a adoção dessas diversas medidas para tentar conter e gerenciar os conflitos hídricos existentes na bacia, é possível afirmar que, apesar de importantes, elas não foram tão eficazes na resolução das disputas, seja pelo não cumprimento das determinações por parte dos usuários ou pela flexibilização e falta de fiscalização das mesmas, já que os conflitos pela água continuam sendo intensificados na bacia nos últimos anos. Essa situação ilustra os achados de Rossi e Santos (2018), que indicam que a regulação nacional e estadual dos recursos hídricos tem se mostrado insuficiente e pouco eficaz para garantir interesses coletivos sobre a preservação e uso da água e para dirimir os conflitos que daí se manifestam.

Em meio ao conflito hídrico, os membros das comunidades tradicionais e a população local da região não têm assistido de maneira passiva a seus desdobramentos. Ao contrário, desde o início do século XXI, os principais afetados pela escassez e contaminação dos recursos hídricos têm se organizado e se mobilizado na luta por justiça ambiental e pela garantia do direito à água, promovendo movimentos de resistência contra os grandes irrigantes da região e, em alguns casos, contra o Projeto Jaíba. Tal fato ficou evidente tanto nos relatos dos moradores das comunidades tradicionais entrevistados quanto na pesquisa documental realizada. Sereia, por

exemplo, destaca que “sempre que tem oportunidade, que vem alguma autoridade aqui, eu falo que o Rio São Francisco tá secando, que tá pior por causa do Projeto Jaíba, mais poluído. Ninguém faz nada, mas eu falo assim mesmo”. Da mesma maneira, Proteu e Nereu afirmam o que se segue:

Eles não gostam que a gente fala. Às vezes a gente fala em reunião ou quando eles vem aqui, mas a Cemig, os fazendeiros, a Votorantim... Eles não gosta que a gente fala, não. Eles querem deixar escondido, né?! Porque são eles que matam o rio. Então eles querem esconder. E ainda quer limitar o tanto que a gente usa (Proteu – morador da Comunidade do Quilombo da Lapinha).

Os grandes [fazendeiros] têm muito mais direito que a gente. Os grandes tiram muito mais água que a gente, a gente tira o mínimo, e a ANA ainda às vezes cobra o uso. A ANA quer limitar a gente, mas o grande do Projeto Jaíba, ela não limita. E quando a coisa é interessante para o grande, fica difícil pros pequenos. É difícil pros pequenos lutar contra o grande. A gente tenta, mas é difícil (Nereu – morador da Comunidade de Pau Preto).

Esses relatos demonstram como alguns moradores das comunidades tradicionais analisadas buscam se contrapor e resistir, de maneira isolada, ao Projeto Jaíba e aos conflitos dele decorrentes, apesar das dificuldades que alguns entrevistados relatam em se opor “aos grandes” fazendeiros da região. Essas dificuldades se referem principalmente ao fato de que, embora haja diversas reclamações dos vazanteiros com os órgãos públicos competentes, pouco ou nada é feito para mudar significativamente a realidade das comunidades tradicionais, como foi relatado inclusive pelas pesquisadoras entrevistadas e pelo próprio representante da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso, que já ouviu reclamações dos ribeirinhos sobre o assunto, mas que, como na visão deles, não existe conflito, nada foi feito para mitigar ou para atender a demandas dos moradores das comunidades tradicionais. O que se observa é que esses órgãos públicos muitas vezes desconhecem, ignoram e buscam omitir as reivindicações e ações de resistência dos vazanteiros da região, ao passo que os grandes produtores rurais têm suas demandas atendidas, inclusive em tempos de escassez de água.

Existem também algumas ações coletivas de resistência e estratégias de luta para promover os interesses desses grupos marginalizados e principais afetados pelos conflitos hídricos da região. O protesto realizado em 2015 em Jaíba pelos pequenos produtores rurais (PAULA, 2015), com o apoio do Consórcio das Associações Unidas do Projeto Jaíba (Conasup) e da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) do Norte de Minas e Sul da Bahia, em defesa da terra e da água para os pequenos irrigantes, camponeses e trabalhadores da região, como mencionado na seção anterior, pode ser considerado um movimento de resistência e estratégia de luta para promover os interesses desses sujeitos frente aos grandes empresários rurais e às instituições

governamentais que atuam no Projeto Jaíba, como a Codevasf e a Cemig. Apesar das várias tentativas sutis e outras mais explícitas de ludibriar os pequenos irrigantes que sucederam ao protesto, repassando a responsabilidade para a solução de suas demandas a outros órgãos e dizendo que o que eles pediam já estava sendo feito, é possível considerar esse movimento como uma estratégia exitosa, uma vez que as demandas dos pequenos produtores rurais foram parcialmente atendidas na época, como a manutenção do fornecimento da água para os pequenos irrigantes com atraso no pagamento das tarifas.

Marvin, durante sua entrevista, também expôs a “Carta de Morrinhos-MG”, que é um documento originado de uma iniciativa da associação da qual ele faz parte, que promoveu o Encontro do Morrinhos, em 2015, no município de Matias Cardoso, que contou com a presença de pescadores, ambientalistas e moradores das comunidades tradicionais da região. Nessa carta, que diz não ter “caráter partidário, governamental ou corporativo”, foi estipulada a “Meta 2020 em defesa da Bacia do Rio São Francisco”, convidando a todos para assumirem “atitudes individuais e coletivas concretas, com autonomia instituinte e coragem, se somando conosco na defesa do Rio São Francisco, sua natureza e seu povo” (ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO CARTA DE MORRINHOS, 2015, p. 2).

A Meta 2020 estipulada pela carta era constituída de objetivos estratégicos principais e imediatos a serem alcançados em 5 anos (de 2016 a 2020), na totalidade da Bacia do Rio São Francisco, e girava em torno de duplicar o volume de água na bacia, de preservar as lagoas marginais, melhorar a qualidade da água e mobilizar, comunicar e organizar a sociedade para alcançar esses objetivos. Mas a carta também propunha uma mudança “mais radical”, como pode ser visto abaixo:

Chegou a hora de uma mudança radical. Os rios refletem o todo, são eixos de mobilização ecológica. E podemos afirmar que a revitalização do rio São Francisco e demais rios do Brasil, só poderá se dar se **ecologizarmos a economia mundial**, revertendo o ritmo e as modalidades destrutivas da atual matriz econômica de produção e consumo, que envolve a matriz energética, o modo pernicioso de fazer política, a forma de uso e ocupação do solo, abusos na aplicação das tecnologias e a realidade do comércio mundial, expressões da atual mentalidade civilizatória mundial. (...) Revitalizar não é priorizar desassoreamento com tratores, aterros sanitários, piscinões, plantar eucaliptos, cana e soja. Não é seguir aumentando a lógica perversa de uma visão meramente comercial, industrial e extrativista que considera os recursos da bacia do rio São Francisco como utilidades de um depósito comercial de material inerte. (...) **Uma nova mentalidade assim construída, somente ela, poderá garantir a sustentabilidade da bacia e do rio para todos os usos legítimos**, com ou sem fins econômicos e, sobretudo, **respeitando o direito à vida de todas as espécies, agora e no futuro. Os fins econômicos devem estar subordinados aos limites ecológicos**, o que equivale a ecologizar a economia. A natureza já provia o sustento de todos os seres vivos antes do surgimento da espécie humana. Era a economia natural, o reino

da ecologia, que produzia sem agrotóxico, sem lixo nem esgotos (ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO CARTA DE MORRINHOS, 2015, p. 3–6).

Ou seja, para os membros da Associação Movimento Carta de Morrinhos, a preservação e revitalização do Rio São Francisco e, de certo modo, a minimização dos conflitos pela água intensificados pelo agronegócio existentes naquela bacia não envolvem apenas medidas paliativas, “de caráter reparativo local”, mas, sobretudo, a “ecologização da economia mundial”, mudando a matriz econômica de produção e consumo para preservar a natureza. Isso equivale a substituir a lógica destrutiva de uma visão meramente comercial, industrial e extrativista dos “recursos naturais” — na qual “agronegócio contemporâneo está na liderança desse destrutivismo dos ecossistemas” (ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO CARTA DE MORRINHOS, 2015, p. 5) — para uma nova lógica em que “os fins econômicos devem estar subordinados aos limites ecológicos”, evidenciando, claramente, a necessidade de desnaturalizarmos e lutarmos contra a colonialidade da natureza (ALIMONDA, 2011), a fim de respeitarmos o direito à vida de todas as espécies, hoje e em gerações futuras.

Outra articulação importante no contexto do conflito em questão é conhecida como “Vazanteiros em Movimento”, que reúne comunidades tradicionais vazanteiras, quilombolas, indígenas e pescadores localizados no Norte de Minas Gerais, como representantes das comunidades do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto. Tal mobilização teve início no ano de 2005, quando membros dessas comunidades se viram na condição de atingidos e expropriados pela criação dos parques estaduais na região e buscaram o apoio da CPT e do CAA para a permanência em seus territórios, constituindo o "Movimento dos Encurralados pelos Parques".

Desde então, vários encontros de articulação interna e externa destas comunidades foram realizados, bem como outras comunidades vazanteiras da região se incorporaram ao movimento, mobilizadas pela revitalização do Rio São Francisco e seus afluentes e expostas a diferentes conflitos socioambientais advindos de um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente insustentável, ancorado no avanço de grandes empreendimentos agropecuários e minerários, como é o caso do Projeto Jaíba. Assim, a luta contra o encurralamento foi se transformando a partir de uma série de ações coletivas no campo socioambiental, e o "Movimento dos Encurralados pelos Parques" foi ressignificado para um movimento social e político mais amplo, conhecido atualmente como "Vazanteiros em Movimento" (ANAYA; ESPÍRITO-SANTO, 2018).

Dentre as diversas reivindicações que norteiam a mobilização vazanteira desde a sua criação, o

direito à água para as comunidades tradicionais emerge como uma luta central desse movimento, mesmo porque eles dependem diretamente das águas dos rios para sobreviverem. Em 2006, por exemplo, após a articulação de membros dessas comunidades, foi publicada a “Carta Manifesto das Mulheres e Homens Vazanteiros: povos das águas e das terras crescentes do São Francisco”, assinada por diversos representantes de 12 comunidades tradicionais da região, entre elas representantes das comunidades do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto, e encaminhada às autoridades dos governos federal e estadual, tornando-se um dos primeiros documentos a dar visibilidade ao modo de vida vazanteiro e às suas lutas socioambientais. Na carta, sucinta, objetiva e potente, que pode ser vista integralmente em Leal e Brandão (2019), entre as diversas reivindicações, os vazanteiros pontuam a necessidade de fazer cessar a degradação do rio e de seus afluentes e de haver uma fiscalização mais rigorosa sobre as atividades econômicas e seus impactos socioambientais na região, sobretudo de grandes fazendeiros e da indústria metalúrgica, a fim de preservar o Cerrado e a Caatinga.

Do mesmo modo, em 2011, o movimento se organizou para dar início à autodemarcação de seus territórios tradicionais e contra os impactos socioambientais do Projeto Jaíba na região, publicando novamente em mídias contra-hegemônicas uma outra carta, em que também fica evidente a defesa feita em relação aos recursos hídricos, como pode ser visto abaixo:

Hoje, no dia 24 de julho de 2011, estamos dando início à autodemarcação dos territórios das Comunidades Vazanteiras do rio São Francisco, criando a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Pau Preto no município de Matias Cardoso, Norte de Minas Gerais. E fazemos isto porque o Rio São Francisco, suas lagoas, matas e ilhas, não podem ficar à exposição de tanta degradação, à inoperância do poder público em garantir a sua proteção, e em garantir os direitos das comunidades ribeirinhas que dele dependem. Há muitos anos viemos denunciando a degradação de suas águas, a violência com que somos tratados, e o que vemos até hoje é o silêncio e a omissão das autoridades. (...) Por todo este descaso, com o rio São Francisco e com os seus povos, é que damos início hoje à autodemarcação de nossos territórios. Estamos iniciando com a Autodemarcação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Pau Preto. E não vamos ficar parados. (...) Nós, Vazanteiros em Movimento vamos continuar, à nossa maneira, fazendo a proteção do rio. Vamos cuidar do rio, de suas lagoas, margens e ilhas, que são também o nosso território. Vamos cuidar da nossa maneira. E daqui não vamos sair. Por isso estamos todos juntos, vazanteiros e quilombolas que vivem nas barrancas do São Francisco dos municípios de Matias Cardoso, Manga, Itacarambi (CPT, 2011a, on-line).

Já em 2017, houve o 7º Encontro da Articulação dos Vazanteiros em Movimento, realizado no Quilombo da Lapinha, em Matias Cardoso, onde se reuniram cerca de 100 lideranças de povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas. Na ocasião, foram discutidos os conflitos socioambientais enfrentados pela população local e também foram apresentadas várias demandas de comunidades como Pau Preto, Pau de Légua e do Quilombo da Lapinha, além de



refletirem sobre possíveis caminhos de enfrentamento às violações de direitos sofridas pelas comunidades (CAA, 2017).

É por isso que as comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de vazanteiros de Pau Preto podem ser compreendidas nesta tese enquanto organizações de resistência (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005), pois persistem ativamente para resistir às diferentes formas de violência impostas pelo conflito hídrico do qual fazem parte, a fim de garantir sua própria existência. Como afirmam os próprios vazanteiros da região, se o rio ainda existe, é graças aos cuidados das comunidades tradicionais que buscam preservá-lo e revitalizá-lo, pois se dependesse apenas dos grandes produtores rurais dali, “até o barulho do rio já estaria desmatado”. Toda essa articulação e constante luta política pelo direito aos recursos hídricos os tornam reconhecidos para alguns como o “povo da resistência, da paciência e da esperança renovada” (HESPANHOL, 2015, on-line).

Dessa forma, a tomada de consciência de que eram atingidos e encurralados pelos parques estaduais criados enquanto política compensatória da implantação do Projeto Jaíba, bem como de que a escassez e a poluição das águas do Rio São Francisco e seus afluentes estavam sendo intensificadas pelos grandes produtores rurais da região, levou as comunidades tradicionais matienses a se reorganizarem e reafirmarem sua identidade na luta por direitos. A construção identitária vazanteira é reafirmada no conflito pela água, manifestado explicitamente a partir de antagonismos principalmente com atores sociais que usurparam seus territórios tradicionais e dificultaram seu acesso e uso aos recursos hídricos da região.

A articulação política e coesão coletiva observada entre os comunitários na busca pela justiça ambiental (e hídrica) reforçam a luta pela água como parte desse constructo identitário, junto à própria autoidentificação enquanto “vazanteiros”. Já essa articulação de resistências ao conflito pela água produz possibilidades de visibilidade das reivindicações e interesses dessas comunidades, como foi o caso aqui, e permite revelar ainda possíveis modos de encaminhamento dos conflitos, através da criação de redes de articulação que podem reunir ou acionar autoridades relevantes para o acompanhamento do processo.

Também indaguei as pesquisadoras entrevistadas se elas tinham conhecimento de estratégias e tentativas de resolução desse conflito hídrico específico. Ambas disseram ter conhecimento apenas de medidas paliativas e que pouco surtem efeito na realidade dos moradores das comunidades tradicionais, apesar de reconhecerem sua importância em determinados

momentos, como é o caso do “Dia do Rio”, também citado por elas, o que vai em direção aos resultados da pesquisa documental. Aretusa ainda complementa:

Olha, os instrumentos que foram utilizados até agora foram as tentativas... É.. as **estratégias de resolução negociada**, que tem esse discurso de maior **celeridade**, mas a gente tem uma **crítica** muito grande em relação a esses mecanismos, porque de certa forma, **são instrumentos que reproduzem uma lógica de poderes muito desiguais... Medidas paliativas**. Desde 2006, o Ministério Público tentou fazer uma negociação, inclusive termos de compromisso, mas que nunca saíram, que nunca foram publicados. **A gente mesmo já construiu termos de compromisso**, as diretrizes de termos de compromisso, junto ao IEF. Foi publicado no Diário oficial do Estado. **Mas eles sempre voltam atrás**. Justamente porque **depende da visão do agente** né. Então, eles usam dessa questão das compensações ambientais para sobrevivência deles no próprio campo ambiental, mas permite por outro lado, desmatamento em massa, captação ilegal de água, extração ilegal de madeira dos parques. **E aí eles vão fazer cerceamento sobre os pequenos, sobre as comunidades, que é quem tem menor poder no campo**. Então assim, **há várias denúncias, vários boletins de ocorrência** que os vazanteiros fizeram desde aquele tempo até hoje. **E nada foi feito pra mudar a situação deles**. É uma coisa que se arrasta. **E eu acho que a gente não tem um quadro no judiciário que trabalha com essa perspectiva de justiça ambiental**. Eles são moldados por essa perspectiva da modernização ecológica do Banco Mundial, que é quem capacita os promotores e procuradores, por essa visão restrita de desenvolvimento (Aretusa – pesquisadora da Unimontes que estudou a temática e área do conflito).

O relato da pesquisadora acima converge com a percepção dos moradores das comunidades tradicionais entrevistados, de que, apesar das diversas denúncias e reivindicações feitas pelos vazanteiros aos órgãos competentes, inclusive com o auxílio de pesquisadores e grupos de pesquisa envolvidos no conflito, pouco é feito de efetivo para mudar a realidade desses grupos sociais. Para Aretusa, tratam-se de “instrumentos que reproduzem uma lógica de poderes muito desiguais”, cujo cerceamento recai “sobre os pequenos, sobre as comunidades tradicionais, que é quem tem menor poder no campo”. Tal fato demonstra, mais uma vez, como a legislação vigente e as atuais estratégias de resolução de conflito, na prática, são instrumentos pouco eficazes na garantia de interesses coletivos sobre a preservação e uso da água e para atenuar os conflitos hídricos, legitimando, muitas vezes, relações de poder que privilegiam os interesses dos grandes usuários, como evidenciado por Rossi e Santos (2018).

De acordo com Aretusa, essa dificuldade em atenuar e/ou conter os conflitos pela água na região se dá justamente porque “depende da visão do agente” o que ele considera como conflito e qual a visão dele sobre a água, sobre desenvolvimento. Para a entrevistada, os conflitos raramente serão resolvidos totalmente, porque “não tem um quadro no judiciário que trabalha com essa perspectiva de justiça ambiental”. Ou seja, para ela, os conflitos pela água extrapolam as tentativas de negociação e resolução técnica e gerencial propostas pelos comitês e pela legislação vigente, uma vez que essas disputas são constituídas de diferentes formas de se

conceber e de se relacionar com a natureza, como afirmam Assis (2008) e Zhouri e Zucarelli (2008), e tendo em vista que os principais responsáveis por tentar resolver os conflitos hídricos “são moldados por essa perspectiva da modernização ecológica do Banco Mundial, por essa visão restrita de desenvolvimento”, que seria incompatível com a perspectiva de justiça ambiental. Portanto, a noção eurocêntrica de desenvolvimento – associado a ideia de progresso e única via para garantir qualidade de vida e melhorias sociais para a população – continua sendo utilizada para hierarquizar povos e regiões, e para legitimar relações de poder, caracterizando o conceito de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005).

No presente caso, a partir da pesquisa realizada, afirmo que há articulações entre diferentes grupos sociais para propor estratégias importantes na busca por tentar resolver o conflito hídrico existente, embora muitas delas sejam genéricas e não específicas a ele, sobretudo as delineadas pelas agências de recursos hídricos. Nesse contexto, acredito ser relevante a união dos esforços estatais, comunitários, privados e do terceiro setor para diminuir os impactos socioambientais decorrentes do conflito, ainda que eu rejeite a compreensão de que todos os atores sociais são responsáveis em igual medida por ele, o que não procede, já que busquei deixar bem explícito no decorrer desta tese quem são os principais responsáveis pelo uso indiscriminado e poluição dos recursos hídricos no contexto dos conflitos identificados. Ou seja, como proposto por Ioris (2013), acredito que seja importante identificarmos responsabilidades coletivas, mas profundamente diferenciadas entre os atores sociais envolvidos, para atenuar o conflito hídrico em questão.

Antes de tudo, faz-se necessário que esse não seja mais um conflito velado, ignorado principalmente pelas instituições governamentais e grandes produtores rurais. Devemos rejeitar a ocultação da realidade, a fim de evitar a manifestação do conflito. Negar a existência dele, a meu ver, só prejudicará as partes envolvidas, sobretudo as mais vulneráveis, com pouco poder e influência, como é o caso dos moradores das comunidades tradicionais.

Também acredito ser significativo para mitigar os impactos socioambientais do conflito o aumento da fiscalização das captações e lançamentos de agrotóxicos nos recursos hídricos por parte dos grandes produtores rurais, o aumento da participação social de todos os atores direta ou indiretamente envolvidos nos conflitos, a criação de tecnologias mais eficientes contra o desperdício de água na irrigação, a atuação mais rígida dos comitês de bacias frente às disputas até a conscientização, atualização e mobilização da população local e das comunidades tradicionais sobre a situação dos conflitos. A adoção dessas medidas, em conjunto, através da

articulação entre os atores sociais, o cumprimento de suas funções e o atendimento à legislação vigente podem atenuar os desdobramentos negativos do conflito hídrico na região, que exigem certa intervenção imediata, de caráter reparativo local. E, por isso, já seria um ganho expressivo no tocante ao gerenciamento da disputa, buscando a construção de cenários economicamente viáveis, socialmente justos, ambientalmente sustentáveis e politicamente democráticos.

Contudo, apesar de importantes, acredito ser uma tarefa bem difícil e improvável a resolução definitiva desse conflito no curto e médio prazos, primeiro porque muitas dessas resoluções constituem medidas paliativas, que buscam atuar mais nos efeitos dos conflitos do que em suas causas, com exceção dos movimentos de resistências. Ou seja, dizem respeito a estratégias muitas vezes ingênuas, simplistas e pontuais, pois geralmente atendem a interesses individuais, e não coletivos. Mas principalmente destaca-se o fato de que o conflito em questão extrapola as tentativas de negociação, resolução técnica e conciliação de interesses propostas pelas agências de recursos hídricos, já que põe em evidência a contradição entre os modos de apropriação, uso, significação e de se relacionar com a água dos atores sociais envolvidos, prevalecendo o atendimento de interesses econômicos da elite rural em detrimento dos interesses territoriais e culturais das comunidades tradicionais.

Nesse caso, os desdobramentos do conflito, como a escassez e a poluição das águas do rio, podem até ser resolvidos momentaneamente, seja através do Dia do Rio, do monitoramento dos usos da água, através de sistemas técnicos de irrigação mais eficientes ou de qualquer outra estratégia que atue nesse sentido. Contudo, dificilmente, o conflito vai ser resolvido em sua totalidade, já que suas causas permanecem, isto é, a colonialidade da natureza, levando-nos a reconhecer os plurais e multifacetados projetos de sociedade, os quais, por sua vez, refletem a prioridade dada aos interesses econômicos em detrimento dos ambientais e as assimetrias de poder entre diversos atores sociais que constituem a disputa. Assim, as reivindicações dos múltiplos atores sociais envolvidos na disputa podem até serem sanadas temporariamente, mas permanecerão existindo até que aconteça um novo fenômeno que faça o conflito emergir novamente.

O Rio São Francisco e seus afluentes na região do Projeto Jaíba é o meio através do qual o conflito se manifesta e por meio do qual o agronegócio e os grandes produtores rurais impõem seu poder, sua influência e sua afirmação de que ali é o lugar (e o recurso produtivo indispensável) deles, e não o lugar das comunidades tradicionais. Grande parte daquelas medidas não incidem sobre a principal causa do conflito, isto é, sobre o modo de produção

agrícola predatório baseado no agronegócio. Nesse sentido, alguns caminhos presumíveis para uma resolução mais permanente, se for possível, do(s) conflito(s) hídrico(s) identificado(s) nesta tese serão esboçados no capítulo a seguir, acerca das considerações finais deste estudo.

## 11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percorrer da presente tese, busquei problematizar um fenômeno não tão recente, mas ainda pouco abordado nos Estudos Organizacionais, norteado pela seguinte pergunta de pesquisa: “Como o agronegócio, estimulado e sustentado por programas e políticas públicas de desenvolvimento, intensifica os conflitos socioambientais pela água em Minas Gerais?”. Para respondê-la, delineei como objetivo geral da tese analisar os conflitos socioambientais pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais, problematizando-os à luz de programas e políticas públicas de desenvolvimento visando a expansão do setor no estado e a partir do caso na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco.

Para que pudesse alcançar tal objetivo, desenvolvi minha argumentação teórica amparado pela Ecologia Política abarcando três temáticas centrais, a saber: os programas e políticas públicas de desenvolvimento, discutindo-os enquanto estratégias que objetivam o crescimento econômico, o progresso e a superação da pobreza e do “atraso” de povos e regiões, a partir de formas econômico-instrumentais de se pensar e se relacionar com a natureza, em geral, e com a água, em particular, vistos como fontes de recursos que precisam ser explorados para a produção econômica e geração de lucro; o modo de produção agrícola baseado no agronegócio, em que refleti também sobre as políticas públicas de desenvolvimento e modernização destinadas ao setor desde a segunda metade do século XX; e os conflitos socioambientais pela água, seção na qual busquei discutir, teoricamente, as características e particularidades dos conflitos hídricos, inclusive aqueles produzidos e intensificados pelo agronegócio.

Para o desenvolvimento metodológico do estudo, busquei ontologicamente e epistemologicamente questionar como compreendemos o ser humano e a natureza, bem como sua relação (sociedade-natureza). Isso não se dá através de uma ciência e razão eurocêntrica e tecnológica que instrumentalizam a natureza e economicizam a sociedade, mas por meio de uma racionalidade ambiental que preze pela diversidade biológica, pela ordem ecológica, pela organização simbólica dos territórios, pelo reconhecimento das múltiplas visões sobre as entidades que povoam o mundo e por um pensamento político que problematize as estruturas assimétricas de poder que atingem essa relação sociedade-natureza e que questione modelo de desenvolvimento neoextrativista e agrodependente brasileiro gerador de conflitos socioambientais.

Como estratégia metodológica, optei por realizar um estudo descritivo de abordagem

qualitativa. Nesse sentido, desenvolvi uma triangulação metodológica, em que adotei múltiplas e complementares técnicas e fontes de evidências para a produção de dados, a saber, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação não participante e 14 entrevistas semiestruturadas com atores sociais envolvidos no conflito hídrico analisado. O *corpus* da pesquisa foi analisado mediante Análise Temática (AT), na perspectiva de Braun e Clarke (2006), e levando em consideração os aportes conceituais da Ecologia Política.

Para conseguir responder ao objetivo geral traçado, defini três objetivos específicos, que serão retomados agora para a apresentação dos principais resultados obtidos com o estudo. O primeiro objetivo específico foi caracterizar o papel de programas e políticas públicas na consolidação do agronegócio em Minas Gerais e no Brasil como modelo de desenvolvimento neoextrativista. Nesse contexto, foi visto que diversos programas e políticas publicadas foram implementadas a partir da segunda metade do século XX pelo Estado, com o apoio da elite rural, buscando favorecer a modernização, consolidação e expansão do agronegócio em Minas Gerais e como via para o progresso, superação da pobreza e crescimento econômico da região, tais como a política de crédito rural subsidiado, o PCI, o PADAP, o PLANOROESTE, o POLOCENTRO, o PRODECER, o PROVÁRZEAS, entre tantos outros. Tais programas nem sempre eram exclusivamente voltados para a expansão do agronegócio mineiro, mas essa estratégia estava bem explícita em seus propósitos.

Ao mesmo tempo que essas políticas públicas de desenvolvimento possibilitaram uma ampliação proeminente na produção e produtividade no campo em diferentes áreas do setor e na exportação de *commodities* agropecuárias ao longo dos anos, elas também foram responsáveis, juntamente a um processo de desmonte das políticas ambientais que vêm ocorrendo, sobretudo, no governo de Bolsonaro, por acentuar as desigualdades no campo e por produzir uma miríade de conflitos socioambientais, inclusive pela água, que contrastam com a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social da população almejada por esses programas de desenvolvimento. Assim, os ganhos para o agronegócio em relação à produtividade e aos *superávits* alcançados na balança comercial brasileira advindos dessas políticas de desenvolvimento têm forte dependência da dilapidação da natureza, inclusive dos recursos hídricos, já que o setor é, de longe, o principal usuário responsável pelo consumo desse bem.

E ainda hoje ou até mesmo em governos recentes autoidentificados como de esquerda no Brasil, a expansão da fronteira agrícola e o aumento da exportação de produtos agropecuários continuam assumindo contornos estratégicos nas políticas públicas dos governos federal e

mineiro, descritos como condição necessária para o desenvolvimento e crescimento econômico do país e, por isso, são veiculados como sendo de “interesse nacional”. São programas públicos em que a natureza e os recursos hídricos são vistos como variáveis que devem ser instrumentalizadas e geridas pela sociedade para se atingir o tão prometido progresso, objetos de exploração a serviço da acumulação capitalista. A colonialidade da natureza é elemento central para a continuidade do modelo de desenvolvimento econômico neoextrativista adotado, permitindo que alguns grupos sociais alcancem seus propósitos graças aos impactos socioambientais desencadeados sobre outros.

Nesse sentido, cabe questionarmos: para quem se pensa o atual modelo de desenvolvimento? E a custo de que e de quem? Isso porque, a partir da análise dos dados, é notável que esses programas atenderam e atendem a interesses especialmente da elite rural, privilegiando o modo produtivista e exportador do campo, com reduzidos impactos econômicos positivos nas regiões onde são realizados, mas com expressivos efeitos socioambientais negativos, sem sequer garantir a soberania alimentar do país, degradando as fontes de água e reproduzindo diversas formas de violação de direitos e de violências físicas e simbólicas contra os modos de ser, viver e de se relacionar com a natureza de populações locais e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, quilombolas, indígenas, vazanteiros, pescadores e tantas outras populações mais vulneráveis. É com base nisso que afirmo que o atual modelo de desenvolvimento neoextrativista e agrodependente brasileiro pode ser considerado socioeconomicamente injusto e ambientalmente insustentável, sendo a produção e a intensificação dos conflitos socioambientais pela água um processo intrínseco à sua implementação, seja por privatização, esgotamento ou contaminação desse bem. O modelo nacional de desenvolvimento e crescimento econômico, ao preconizar usos outros da água, como para a produção agropecuária, divergindo, inclusive, do que está estipulado na PNRH, intensifica a competição pela apropriação desse bem, gerando conflitos em torno de seus usos e gestão.

No que tange ao segundo objetivo específico, busquei apresentar um panorama dos conflitos socioambientais pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais nos últimos vinte anos. Apesar de o estado ser considerado a “caixa d’água brasileira”, em virtude da disponibilidade hídrica, Minas se destaca no cenário nacional em relação aos conflitos hídricos ocasionados pelo agronegócio. Em meio a pouca atenção que tem sido dada pela mídia hegemônica, academia e Governo, bem como as dificuldades de se documentar e difundir conhecimentos sobre a ocorrência dos conflitos hídricos, foi visto que essas disputas têm sido



intensificadas acentuadamente em território mineiro nos últimos anos e que se distribuem espacialmente em todas as regiões do estado, sem exceção, embora sejam mais frequentes em áreas onde historicamente o agronegócio foi fortemente consolidado com o apoio dos programas e políticas públicas, como no Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas.

Suas causas são diversas e geralmente estão relacionadas à distribuição desigual desse bem, ao uso intensivo e inadequado por parte de grandes produtores rurais, à poluição por agrotóxicos e flexibilização da legislação e da fiscalização ambiental por parte do estado para favorecer a implantação de empreendimentos agroindustriais, em busca do desenvolvimento da região, bem como à escassez de chuva nos últimos anos em algumas partes do estado. É notório, a partir da pesquisa realizada, como a escassez e a degradação dos recursos hídricos afetam de modo desigual os diferentes atores sociais envolvidos nos conflitos, já que muitas vezes o acesso privilegiado à água e seu uso intensivo por parte da elite rural provoca seu esgotamento (quantitativo) e degradação (qualidade), comprometendo o acesso e usos de populações locais, inclusive para necessidades básicas.

Assim, ficou evidente que a constituição desses conflitos tem um caráter inerentemente político, já que são decorrentes das históricas desigualdades no acesso e usos da água entre os diferentes atores sociais e geralmente expressam uma desigual correlação de forças entre grandes produtores rurais, de um lado, que estão interessados na água enquanto um insumo produtivo, instrumentalizada e explorada como fonte geradora de riqueza. Por outro lado, há as populações locais e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores e pequenos produtores rurais, cujo principal interesse reside na necessidade do acesso e uso das águas para a sobrevivência e manutenção de modos de ser, fazer e viver, ou seja, trata-se de populações que resistem ao rolo compressor do desenvolvimento e que possuem marcadores sociais de classe social, raça e gênero bem específicos, constituindo o racismo ambiental.

Desse modo, os conflitos hídricos identificados revelaram que o uso múltiplo das águas e a prioridade para o consumo humano em casos de escassez, como preconizado pela PNRH, são parcialmente atendidos no estado, sobretudo nas áreas onde o agronegócio é predominante, ameaçando a garantia da água enquanto um direito humano universal para as gerações presentes e futuras. Com base nisso, é possível afirmar que a intensificação e o aumento do número de conflitos pela água e de atores sociais envolvidos nessas disputas em Minas Gerais refletem como o modo de produção agrícola baseado no agronegócio e, de certa forma, como o modelo

atual de desenvolvimento neoextrativista e agrodependente se contrapõem à garantia da universalização do direito humano à água. Os conflitos hídricos são decorrentes do mito da sociedade moderna e desenvolvida, já que a promessa de que o agronegócio — enquanto “indústria-riqueza do Brasil” — proporcionaria crescimento econômico e prosperidade não se cumpriu para todos os grupos sociais. O fetiche do desenvolvimento, propalado ideologicamente como progresso e ancorado no agronegócio e na colonialidade da natureza, consolida-se nos conflitos hídricos, materializando, contraditoriamente àquilo que propõe, a destruição de modos de ser e de viver e o impedimento ao direito à água de populações mais vulneráveis. Logo, ainda que exista um reconhecimento jurídico da ONU do acesso à água de qualidade como um direito humano universal, ainda estamos muito longe de garantir essa universalização em diversas regiões do país, como é o caso em Minas Gerais, o que nos leva consequentemente a um quadro elevado de casos de conflitos socioambientais pela água no estado.

As estratégias que vêm sendo utilizadas para a tentativa de resolução dos conflitos pela água, através, por exemplo, do consenso e de instrumentos como os TACs, alocações negociadas e tecnologias para o uso mais eficiente dos recursos hídricos, por vezes, não só abafam os conflitos, como também servem para facilitar o avanço de empreendimentos agroindustriais. Como a gestão dos recursos hídricos por parte do estado tem se mostrado insuficiente e pouco eficaz na garantia de interesses coletivos sobre a preservação e usos múltiplos desse bem e para dirimir os conflitos que daí se manifestam, embora seja importante reconhecer que nos últimos anos diferentes instrumentos foram desenvolvidos nesse sentido pelas agências reguladoras, os movimentos sociais têm assumido certo protagonismo nessas disputas.

Abrangendo uma gama de interlocutores, tais como ambientalistas, ONGs, consumidores ativistas, políticos, acadêmicos, entre outros, esses movimentos têm se organizado para problematizar o modelo agrícola baseado no agronegócio e os conflitos socioambientais produzidos por tal atividade, bem como por dar visibilidade a resistências e lógicas alternativas contra as diversas opressões e estruturas que conformam uma geopolítica da água acentuadamente desigual, dando ênfase a interesses e reivindicações de atores sociais politicamente marginalizados e historicamente espoliados pelo modelo de desenvolvimento neoextrativista e agrodependente vigente.

O último objetivo específico proposto foi descrever o conflito pela água intensificado pelo agronegócio envolvendo as comunidades tradicionais de Pau Preto e do Quilombo da Lapinha

na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco, no contexto do Projeto Público de Irrigação Jaíba. Nesse contexto, através da pesquisa realizada, foi visto que existem diversos conflitos pela água na bacia que não são registrados pelo Igam, como é o caso daquele que envolve comunidades tradicionais e grandes produtores rurais no município de Matias Cardoso, disputa focalizada nesta tese.

A implementação de políticas públicas de caráter desenvolvimentista voltadas para a modernização da agricultura no semiárido mineiro, materializada através, entre outras formas, da implantação do Projeto Jaíba, expandiu o agronegócio da fruticultura irrigada na região e sua inserção no mercado mundial. Resultam daí um aumento proeminente do uso dos recursos hídricos, que já eram/são escassos nessa região em virtude dos baixos índices pluviométricos, e, conseqüentemente, sucessivos conflitos socioambientais, como os conflitos pelo uso da água. Foi possível perceber que as características do conflito analisado se assemelham aos achados da pesquisa realizada em âmbito estadual, sendo ocasionado, sobretudo, pela escassez (distribuição política) e contaminação dos recursos hídricos por parte de grandes produtores rurais vinculados ao Projeto Jaíba, atingindo de forma desigual os diferentes atores sociais envolvidos.

Do lado do agronegócio, há o interesse em continuar aumentando a produção e exportação de *commodities* agropecuárias para a acumulação capitalista, conseqüentemente, aumentando o consumo de água, sob o pretexto de ser um dos principais responsáveis por induzir o desenvolvimento econômico da região. De outro lado, estão comunidades tradicionais, como o Quilombo da Lapinha e a comunidade de Pau Preto, que dependem diretamente dessas fontes de água para suas próprias sobrevivências e que, portanto, possuem um modo de significação, valoração e usos da água totalmente diferente daquele dos empresários rurais, para além da valorização econômica da natureza, expandindo a dimensão desse conflito para questões culturais, axiológicas e simbólicas. Assim, fica evidente que, enquanto, de um lado, alguns defendem a água como um símbolo universal, um bem coletivo e sagrado para a sobrevivência e a qualidade de vida da humanidade, por isso, um direito humano universal que tem mais do que apenas um valor econômico, mas um valor cultural, espiritual, alimentar e sanitário; de outro lado, temos aqueles que defendem, com base no neoliberalismo econômico, a ruptura desse simbolismo e a dessacralização da água de qualquer valorização mística ou religiosa, transformando-a em um recurso natural estratégico, de valor econômico, uma mercadoria essencial ao progresso e desenvolvimento econômico da sociedade.

Foi visto também que o entendimento limitado sobre o que seja “conflito”, muitas vezes visto como sinônimo de “problema”, associado exclusivamente à escassez quantitativa de água e a grandes disputas que já estão manifestadas, deixando de lado outros aspectos importantes, como a escassez qualitativa (contaminação) e a possibilidade do caráter latente dos conflitos hídricos, pode comprometer a identificação e o acompanhamento dessas disputas por parte de órgãos competentes, como foi o caso do representante da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso, e posteriores formas de atuação sobre elas. Além disso, devemos combater a defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos da região a partir de um discurso ambiental abstrato, em que parece que todo mundo é responsável em igual medida pela “crise hídrica” e pelos conflitos hídricos, ou que eles são causados exclusivamente pela falta de chuvas na região, como relatado em entrevista pelo representante da Prefeitura de Matias Cardoso e como pode ser visto frequentemente difundido pela mídia hegemônica, desconsiderando a distribuição política da água.

Já os modelos políticos e legislativos de recursos hídricos brasileiro, e em particular, mineiro, muitas vezes sequer abrangem a existência e as necessidades dessas comunidades tradicionais, sendo elas forçadas a se adaptarem a eles, e não o contrário. Apesar de ter um modelo de gestão que prevê a participação dos diferentes usuários nas decisões em comitês, as relações de poder desiguais entre os usuários dificultam o atendimento da população economicamente mais vulnerável do mesmo modo que o agronegócio tem sido atendido em tempos de escassez. Assim, fica evidente que o atual modelo de gestão dos recursos hídricos em Minas Gerais se mostra incapaz de promover o direito humano universal à água, pois muitas vezes se restringe ao modelo de desenvolvimento e aos interesses políticos e econômicos vigentes no território.

Porém, em meio ao conflito hídrico, os membros dessas comunidades tradicionais e a população local da região não têm assistido de maneira passiva a seus desdobramentos, sendo importante ressaltar o papel dos movimentos sociais que têm se organizado e se mobilizado na região na luta por justiça ambiental e na resistência ao modelo de desenvolvimento neoextrativista e agrodependente vigente, como é o caso dos Vazanteiros em Movimento. Ainda que estes não tenham sido suficientes para conter o avanço do agronegócio na região e para garantir a universalização do direito à água, são fundamentais para promover o debate na sociedade, dar visibilidade aos conflitos e aos interesses das comunidades tradicionais envolvidas.

Sobre as perspectivas que vislumbro para este conflito daqui em diante, gostaria de acreditar que representantes da Prefeitura e das agências de recursos hídricos irão atuar de modo mais

rígido para fiscalizar e sanar as irregularidades socioambientais envolvendo os grandes empresários rurais do Projeto Jaíba, bem como para dar mais visibilidade e acompanhamento legal aos conflitos pelo uso da água na região. Entretanto, se isso não for possível, como me soa um pouco utópico demais, faz-se necessário ao menos efetivar os direitos violados das comunidades tradicionais envolvidas, garantindo-lhes o que é de direito e indispensável para a manutenção e reprodução material, social e simbólica de suas famílias, como a garantia contínua de acesso e uso à água de qualidade. Além disso, visualizo como perspectiva a continuação dos movimentos sociais atuando na promoção de resistência na região, fator importante para o prosseguimento do processo de luta por justiça ambiental dos vazanteiros.

A partir dos resultados da pesquisa, proponho algumas estratégias de ação de curto e médio prazos, meramente paliativas, de caráter reparativo local, mas que podem atenuar os conflitos pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais, apesar das críticas que vou pontuar posteriormente sobre esse tipo de proposição. São elas: a) monitoramento mais rigoroso dos conflitos hídricos intensificados pelo agronegócio no estado por parte de instituições ambientais competentes, como Igam e CBH, bem como por outras organizações e movimentos sociais que buscam dar visibilidade a essas disputas, como a CPT, o MST, ativistas ambientalistas, GESTA/UFMG, entre outros, cobrando a efetivação rápida de ações corretivas e mitigatórias; b) conhecimento e acompanhamento, por parte dos representantes da Secretaria de Meio Ambiente das prefeituras municipais, das demandas e reivindicações de moradores de comunidades tradicionais e da zona rural como um todo no que tange aos conflitos pela água; c) estabelecimento de critérios mais rígidos de uso da água após o devido cadastramento de usuários, por parte dos CBHs, junto ao Igam e a ANA, bem como o desenvolvimento de metodologias mais rígidas de precificação da água retirada da natureza pelos grandes empreendimentos agroindustriais, fazendo com que o preço cobrado pelo uso da água para esses grandes produtores rurais possa combater ou ao menos minimizar seu desperdício. Ao mesmo tempo, seria incentivado o investimento em tecnologias que visem diminuir o consumo de água; d) a necessidade de que o Igam aja de forma rigorosa nas retiradas ilegais de água e na revisão de todas as outorgas do direito de uso da água concedidas aos grandes produtores rurais, suspendendo-as, parcial ou totalmente, quando for necessário, bem como que não flexibilize esse instrumento de gestão para o atendimento de interesses de grandes grupos econômicos; e) necessidade de construir novas relações, mais democráticas, representativas e participativas, entre os segmentos sociais que constituem os CBHs, pois muitas delas estão deterioradas pela perda de credibilidade e confiabilidade entre os atores sociais, a fim de que esses fóruns se

tornem espaços de legitimação de interesses de grupos marginalizados politicamente e dos principais afetados pelos conflitos hídricos, tendo como referencial maior o avanço efetivo da defesa dos rios mineiros e a conservação dos ecossistemas; e f) acompanhamento mais próximo de toda a sociedade das políticas e programas destinados à expansão do agronegócio, exigindo do estado e da União que as leis sejam realmente cumpridas quanto ao uso do solo e à realidade química dos insumos e rejeitos da produção agropecuária, que comprometem a qualidade das águas, fazendo valer, seja no meio rural ou urbano, o respeito à integridade das bacias hidrográficas, prevista em lei.

Dessa forma, ao retomar a tese defendida por mim no início deste trabalho e considerando as análises empreendidas até então, é possível afirmar que o atual modelo de desenvolvimento neoextrativista e agrodependente brasileiro, ancorado, em grande parte, na consolidação e expansão do agronegócio para produzir e exportar *commodities* agropecuárias, intensifica os conflitos por água em Minas Gerais. Isso ocorre porque esse modelo de desenvolvimento vigente (re)produz dinâmicas neocoloniais, como a colonialidade da natureza, em que a água é instrumentalizada, explorada e gerida como um mero fator de produção por grandes produtores rurais, com o apoio financeiro e político do Estado, sob o pretexto de ser o agronegócio — principal usuário de água em níveis regional, nacional e global — um dos grandes responsáveis por induzir o progresso e o crescimento econômico do país, ocasionando, entre outras coisas, escassez e poluição dos recursos hídricos pelo setor na região de análise.

Dessa forma, a intensa exploração das águas por parte principalmente do empresariado rural para o processo de reprodução e acumulação capitalista e para o atendimento da demanda mercadológica de *commodities* do atual modelo de desenvolvimento neoextrativista e agrodependente, somada aos períodos de estiagem e pouca disponibilidade hídrica em algumas regiões, tem contribuído para um cenário de intensificação dos conflitos socioambientais pela água em Minas Gerais.

Porém, é importante ressaltar que, como toda pesquisa acerca do passado, assumo que esta narrativa é apenas uma versão possível, que não inviabiliza outras. Não tenho a pretensão de fazer deste estudo a cristalização de uma narrativa única e universal sobre o fenômeno analisado. Ao contrário, reconheço que o meu olhar de pesquisador já representa uma limitação em si, pois a minha compreensão do fenômeno e, conseqüentemente, das categorias e das relações entre elas, são carregadas de perspectiva. A narrativa apresentada aqui é a minha interpretação dos fatos. Assim, busco, na verdade, a abertura para o diálogo e para a construção

compartilhada de conhecimentos em torno dos conflitos pela água nos Estudos Organizacionais, em especial. Isso remete a um convite para que mais pesquisadores da área se aventurem no campo, seja para encontrar novas respostas ou até mesmo para questionar as aqui apresentadas, sendo este estudo apenas mais um de vários outros que comporão um olhar complexo da realidade social dos conflitos hídricos.

As contribuições deste estudo se dão em diferentes vertentes. As contribuições teóricas consistem em enriquecer os Estudos Organizacionais com os aportes teóricos da Ecologia Política, como a necessidade de uma politização dos conflitos socioambientais. Além disso, diferentemente da concepção hegemônica de conflito na Administração, que possui uma conotação negativa, que precisa ser controlado ou extirpado, a Ecologia Política avança na discussão ao considerá-lo também como arena de produção, a partir do seu potencial de produzir mudanças sociais significativas, ainda que se pese, nesse caso, uma visão muito otimista dessas disputas. De todo modo, o conflito pode ser visto como espaço de lutas políticas, por exemplo, contra as políticas agrícolas neoextrativistas, contra os usos desiguais da água e pelo reconhecimento de alternativas ao desenvolvimento e de outros modos de vida e significação da natureza de comunidades tradicionais; conflito como espaço de produção e mobilização de conhecimento por parte de diferentes atores sociais envolvidos, que, por sua vez, podem influenciar a elaboração e implementação de políticas públicas ambientais que avancem na garantia por justiça ambiental e na produção de relações ecológicas e sociais mais justas e sustentáveis.

Como contribuições práticas e sociais, cito a organização e difusão de conhecimentos sobre os conflitos por água produzidos e intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais, já que essas informações são pouco conhecidas, produzidas e divulgadas tanto pela academia quanto pela mídia hegemônica e pelo Governo, apesar do crescente número de disputas nos últimos anos. Nesse contexto, a partir das análises percorridas até aqui, afirmo que a guerra por água, como proposto por Shiva (2006), já começou em várias regiões do território mineiro. Não se trata de um evento apocalíptico, como muitos podem associar pelo nome. Mas é caracterizada pelo número cada vez maior e mais frequente de conflitos hídricos no estado, disputas que, muitas vezes, são esquecidas, abafadas ou apagadas à medida que grandes representantes de setores econômicos responsáveis por sua ocorrência, como do agronegócio e da mineração, empregam estratégias para tanto.

Acredito que esta pesquisa também contribuiu para dar mais visibilidade a atores sociais

marginalizados e a seus interesses nos conflitos pela água intensificados pelo agronegócio, bem como a alguns movimentos sociais, que desempenham um papel fundamental na luta por justiça ambiental e pela garantia do direito humano universal à água de qualidade. No decorrer deste estudo, foi possível perceber como o racismo ambiental está incutido nessas disputas, pois elas afetam principalmente povos tradicionais e outras populações mais vulneráveis, que possuem um modo diferente de apropriação, uso e significação da água, estabelecendo uma relação de (sobre)vivência e de reconhecimento. Assim, o racismo ambiental possui estreita relação com a colonialidade da natureza, visto que ele permite a manutenção da lógica colonial, assegurando a exclusão seletiva ao acesso e uso de recursos naturais de grupos racialmente subordinados para garantir a acumulação capitalista de setores econômicos privilegiados na sociedade a partir da instrumentalização, uso intensivo e venalidade da natureza.

Este estudo também permite avançar nas discussões acerca do cuidado que devemos ter com proposições de resoluções tecnicistas e com discursos de desenvolvimento sustentável para superar os conflitos pela água. Muitas soluções tecnogerenciais propostas tendem a ignorar as relações de poder entre os envolvidos e a distribuição política da água, esvaziando o debate da esfera pública e privilegiando resoluções cada vez mais privatizadas desses confrontos, entre os próprios atores sociais envolvidos, sendo que eles não possuem forças equivalentes nesses fóruns de resolução negociada. Desse modo, nessas tentativas de solução dos conflitos, até há um apelo para uma mudança em direção à sustentabilidade, mas é uma mudança dentro dos contornos do modo de produção agrícola baseado no agronegócio, mantendo as assimetrias de poder entre os atores sociais envolvidos nos processos decisórios e as formas violentas de apropriação da natureza. Mais que a reparação dos danos e a resolução dos conflitos hídricos, essas estratégias evidenciam que muitas vezes o que os grandes produtores rurais almejam é minimizar seus custos com tecnologias mais eficientes contra o desperdício de água e reconstruir a imagem do agronegócio perante a sociedade.

Da mesma forma, o discurso de desenvolvimento sustentável muitas vezes se refere a um “novo” conceito para camuflar a racionalidade econômica por trás de seus pressupostos, e não para promover uma racionalidade ecológica. Nesse cenário, a natureza continua sendo determinada pela lógica dos mercados e da acumulação capitalista, como um fator que precisa ser administrado para a sustentabilidade do crescimento. Os crimes ambientais recentes praticados pela Vale em Brumadinho (MG), no ano de 2019, e em Bento Gonçalves (MG), em 2015, bem como pela Anglo American em Santo Antonio do Gramma (MG), em 2018, e pela



Hydro Norsk em Barcarena (PA), também em 2018, e os consequentes efeitos desses conflitos socioambientais, demonstram como a sustentabilidade atualmente tem sido apenas um discurso bonito nas estratégias de marketing e responsabilidade socioambiental dessas e de muitas outras empresas, como a da Brasnica, atuante no Norte de Minas. A Brasnica, por exemplo, publica diversas políticas e práticas de responsabilidade social e sustentabilidade. Entretanto, esse discurso é incorporado pela empresa por ser um diferencial competitivo no mercado, vetor de geração de lucro e forma de agregar valor à empresa, já que seus textos são apenas de caráter informativo e não apresentam as contradições e os tensionamentos envolvidos na temática. Além disso, a empresa reduz os conflitos pela água à seca da região e a um problema tecnológico, demonstrando que seu bom-mocismo é risível perante os conflitos hídricos e que as práticas sustentáveis desenvolvidas pela empresa constituem estratégias discursivas e políticas para tentar reparar, camuflar ou minimizar os conflitos e legitimar sua imagem ante a sociedade. Assim, o discurso do desenvolvimento sustentável enquanto solução para os conflitos socioambientais (pela água) continua associado à tradição do pensamento econômico ocidental e está despolitizado de políticas ambientais, levando em consideração as preferências do mercado, fortalecendo os interesses econômicos do empresariado rural e impossibilitando que comunidades tenham seus modos de vida tradicionais preservados. Se os defensores da concepção de desenvolvimento sustentável almejam realmente um objetivo emancipatório, faz-se necessário reconceitualizar as noções atuais de desenvolvimento e de progresso, já que o atual modelo de desenvolvimento econômico aumenta as desigualdades sociais, (re)produz a colonialidade e intensifica os conflitos socioambientais.

Este estudo também permite avançar nas discussões e dar continuidade ao esforço de proposição de um projeto científico para repensar a associação entre sociedade e natureza nos EOs no Brasil, como sugerido por Marquesan e Figueiredo (2018). A relação entre sociedade e natureza, mediada pelo trabalho e meios de produção, é permanente, insuperável, que muda de acordo com o modo de produção da sociedade e tem impactos diferenciados. Por exemplo, a relação sociedade-natureza não é a mesma no feudalismo e no capitalismo. Podemos até mudar a forma histórica de relação, mas não a necessidade de tal vinculação. Assim, é redundante dizer que toda atividade agrícola ou toda atividade industrial tem impacto ambiental, pois toda atividade humana tem. Desde atividades consideradas como mais simples, como a pesca e a caça, até aquelas mediadas por tecnologias consideradas inovadoras, como a irrigação da agricultura por pivôs, têm impactos ambientais. Portanto, ao meu ver, acabar com os impactos humanos na natureza é uma utopia. É cair no extremo oposto de condenar o desenvolvimento:

o de sacralizar a natureza, tornando-a intocável. Até mesmo sob a perspectiva da Ecologia Política, devemos aceitar a natureza como condição para a produção. Dessa forma, devemos, então, repensar a relação entre sociedade e natureza, e o modo como esta é qualificada.

Para a Ecologia Política, a natureza é vista não apenas como fonte de recursos, mas como ontologicamente prioritária para a existência humana (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). Nossa vida depende estrutural e funcionalmente de uma sistemática e ininterrupta relação material com a natureza. Por exemplo, os seres humanos, as plantas e os animais são constituídos, em média, por 70% de água. A água é fluxo de e da vida. Não há ser vivo sem água, inclusive o ser humano. Ela está em nós mesmos. O ciclo da água passa por nós sempre que suamos, transpiramos ou urinamos. Os alimentos que consumimos são produzidos com água e dela dependemos para sobreviver. Portanto, o ser humano e a sociedade em geral não podem ser pensados como algo exterior, alheio ou contraposto à natureza. O ser humano é natureza. A sociedade está inscrita na natureza, e a natureza está na gente, já que somos produto da história natural e a natureza é condição concreta da nossa existência. Devemos nos repensar enquanto seres que não somente vivem sobre e da natureza, mas que literalmente somos natureza. Por isso, nego qualquer concepção de separação entre sociedade e natureza, como preza a episteme eurocêntrica hegemônica, uma vez que precisamos compreender o relacionamento dinâmico e interdependente entre o mundo biofísico e o mundo social. É daí que decorre a utilização do termo “socioambiental” nesta tese, como uma palavra única. Mais que uma mera opção linguística, trata-se de um movimento político que se exprime nesta unidade.

Assim, diante da crise ecológica e dos consequentes conflitos socioambientais no Brasil, intensificados, sobretudo, por um modelo de desenvolvimento capitalista economicamente desigual e ambientalmente insustentável, é crucial que repensemos o quanto antes a relação que estabelecemos enquanto sociedade com a natureza. O cerne da questão é que um dos grandes problemas do capitalismo é que ele submete tudo, inclusive a natureza (e consequentemente as águas), a uma racionalidade pautada única e exclusivamente pela acumulação do capital, transformando tudo em recursos a serem explorados para tanto, como é o caso dos “recursos hídricos”. Não importam os chamamentos para preservação ambiental e conservação de biomas, espécies e fontes de água. Importa somente o lucro.

Por conseguinte, para uma resolução não definitiva, mas talvez mais duradoura, se possível, dos conflitos pela água intensificados pelo agronegócio, é necessário, antes de tudo, a superação

dos modos de desenvolvimento capitalista, que privilegia os mais poderosos em detrimento dos mais vulneráveis e reduz a natureza a um mero fator de produção, produzindo interações com a natureza e outras formas de vida que, quase que invariavelmente, resultam em conflitos socioambientais. É necessário criar alternativas ao desenvolvimento que desnaturalizem a colonialidade da natureza e ressignifiquem-a, para que ela não seja compreendida como um mero recurso ou um meio a serviço de um fim, mas como sujeito de direitos, como o respeito a sua existência e à manutenção e regeneração de seus ciclos vitais. Não se trata de conceber uma visão romantizada da natureza, mas de alternativas ao desenvolvimento que adequem nossos modos de ser e de viver, nossas instituições e nossas subjetividades às necessidades da natureza, em uma relação mais harmoniosa, a fim de que o modo de produção seja compatível com sua capacidade de suporte e de regeneração.

Devemos também repensar e ressignificar a ideia de progresso, aproximando-o da ideia de bem-estar coletivo, de efetivação de direitos humanos e da natureza — como a garantia ao direito universal à água de qualidade —, reconhecendo a pluralidade de povos e incluindo e normalizando outros modos de ser e de viver, outras formas de se apropriar, significar e de se relacionar com a natureza, já que "a ideia de progresso - e sua versão mais atual, desenvolvimento - é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza" (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24).

No contexto do atual modelo de desenvolvimento brasileiro, neoextrativista e agrodependente, é impossível se pensar no alcance desses elementos. Isso só seria possível com mudanças estruturais mais amplas, com uma economia, sociedade e Estado não pautados pela lógica de acumulação capitalista ou, então, por meio do reconhecimento dessas necessidades por parte do Estado, seguido de mudança radical em suas políticas públicas. Cita-se, por exemplo, a implantação de uma política de reforma agrária que não objetive somente a distribuição e democratização de terras, mas também a difusão de um novo modo de produção da agropecuária brasileira, menos predatório à natureza e reorganizado em outros parâmetros que não a produtividade e exportação de *commodities* agropecuárias, como a valorização da biodiversidade dos agroecossistemas, como proposto pela agroecologia.

Dessa forma, e junto a uma mudança radical no padrão mundial de consumo alimentar, mais consciente e que valorize formas de produção sustentáveis, visualizo a possibilidade de atenuar os conflitos hídricos analisados no presente estudo. Acredito que assumir este desafio de repensar a atual relação entre sociedade e natureza, refletindo sobre os padrões de produção e

consumo que ocasionam em conflitos socioambientais e questionando os limites e fragilidades do modelo de desenvolvimento brasileiro vigente em busca da estruturação de uma política de desenvolvimento emancipatória, é tarefa científica que urge e de extrema importância para pesquisadores críticos dos EOs, já que também somos claramente uma das fontes da chamada crise ambiental, apesar de tal discussão ainda ser pouco trabalhada no campo.

Entre as principais dificuldades deste estudo, destaco inicialmente a escassa literatura nacional em Administração e nos EOs, em particular, sobre os conflitos socioambientais pela água intensificados pelo agronegócio, bem como o fato de adentrar em um campo de conhecimento totalmente novo para mim, como foi o da Ecologia Política. A mobilização e articulação de conceitos da área foram bastante desafiadoras, pois exigiram de mim um esforço e uma profundidade e maturidade que até hoje tenho trabalhado para lapidar.

Outra limitação deste estudo se refere ao fato de que, a partir das análises empreendidas, ficou evidente que os conflitos hídricos produzidos pelo agronegócio não têm exclusivamente a água como elemento único de disputa. Na luta pelo direito à água de muitas comunidades tradicionais está implícita também a luta pela terra, como é o caso das comunidades do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto, já que o agronegócio muitas vezes inviabiliza a vida das pessoas em determinados territórios, expulsando-as de lá. Dessa forma, para estudos posteriores, sugiro a análise mais ampla de lutas pela reapropriação social da natureza de grupos sociais, em que pesem e articulem as diferentes causas dos conflitos socioambientais em questão.

Considero também como limitação deste estudo a análise de um conflito pela água que extrapola o limite espacial e administrativo da bacia hidrográfica em que está inserido, dificultando a compreensão do fenômeno. O conflito hídrico vivenciado pelas comunidades tradicionais da região do Rio São Francisco na altura de Matias Cardoso está circunscrito, sobretudo, na UPGRH-SF9, mas o principal causador dessa disputa segundo os próprios vazanteiros, no caso o Projeto Jaíba, está localizado principalmente na UPGRH-SF10. Portanto, em pesquisas futuras, para a escolha de qual conflito pela água será analisado, indico levar em consideração a disponibilização de um conjunto consistente e detalhado de instrumentos de gestão por parte do CBH que é responsável por gerir o conflito, o que não foi o caso aqui com a UPGRH-SF9 e dificultou o entendimento da visão dos comitês sobre a disputa. Caso permaneça o interesse em analisar o mesmo conflito hídrico no contexto do agronegócio, recomendo aprofundar as entrevistas com diferentes representantes de ambos CBH's e a pesquisa de documentos com diversos instrumentos de gestão, como análises complementares,

já que o uso intensivo de água por parte dos grandes produtores rurais do Projeto Jaíba causa conflitos tanto na UPGRH-SF9 quanto na UPGRH-SF10.

O desenvolvimento de um estudo sobre os conflitos socioambientais a partir da Ecologia Política em um período de pandemia da COVID-19 também foi outra principal limitação em termos metodológicos desta tese. Com a necessidade de isolamento social, que se iniciou logo após o início da coleta de dados, não consegui aprofundar as observações não participantes nas comunidades tradicionais da forma como gostaria e deveria. Assim, em estudos futuros, indico observações e visitas mais frequentes na região, para um engajamento político e uma compreensão mais detalhada e próxima da disputa.

Além disso, acredito que o entendimento de conflitos pela água exige uma análise mais abrangente e um acompanhamento mais próximo dos múltiplos atores sociais e seus diferentes interesses envolvidos, que aqui foram limitados pela pandemia. Dessa forma, para estudos posteriores, sugiro entrevistar atores sociais que, apesar das tentativas, não foram pesquisados aqui, como produtores rurais envolvidos, representantes do Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ), da Codevasf, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Médio São Francisco, bem como outros atores sociais que estejam envolvidos na disputa, como o IEF, incorporando múltiplos pontos de vista. Considero que, para uma compreensão mais integral do conflito, seria interessante ter o entendimento desses diferentes pontos de vista, suas respectivas percepções, interesses e reivindicações sobre o conflito hídrico, bem como um quantitativo maior de entrevistados moradores das comunidades tradicionais. Ainda que, na abordagem qualitativa, a quantidade de entrevistas não seja crucial, seria interessante verificar possíveis pontos de divergências, convergências e complementaridade entre os próprios entrevistados. Como se trata de um fenômeno dinâmico, que oscila entre os estágios latente e manifesto, as entrevistas com diferentes atores sociais podem possibilitar uma compreensão da atual situação do conflito.

Em função do isolamento social oriundo da pandemia de COVID-19, as entrevistas precisaram ser realizadas por chamada telefônica ou de forma on-line, através de *softwares* que possibilitaram a realização de videoconferências. Apesar de tais ferramentas auxiliarem a execução de entrevistas com pessoas distantes uma das outras, cito isso também como uma limitação deste estudo, pois elas diminuem a interação pessoal entre entrevistador e entrevistado. Essa restrição afetou a escuta de maneira mais próxima e afetiva dos atores sociais aqui entrevistados, sobretudo os membros das comunidades tradicionais.

Por fim, ainda que não seja parte do objetivo central desta tese, a categoria analítica “resistências” emergiu em vários momentos no percurso deste estudo. Portanto, para pesquisas futuras, sugiro aprofundar teórica e analiticamente a importância dos movimentos sociais e de resistência no contexto dos conflitos pela água intensificados pelo agronegócio, buscando evidenciar o que esses movimentos estão reivindicando contra e a favor, suas diferentes formas de organização de resistência hoje no Brasil e o que eles podem nos dizer sobre a crise ambiental e sobre os conflitos socioambientais pela água. Sugiro também a análise de alternativas ao desenvolvimento, abrindo possibilidades para o debate de perspectivas outras de compreensão da realidade, da natureza, da vida humana e das relações sociais em uma pluriversalidade de saberes e de modos de vida, em que o desenvolvimento é entendido localmente e construído a partir da experiência vivida da alteridade, solidariedade e reciprocidade, buscando romper com as formas neocoloniais de exploração na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. M.; FARIA, A. Em Defesa da Opção Decolonial em Administração/Gestão. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 4, p. 914–929, 2017.
- ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. *In: Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo. Más alla del desarrollo*. Quito: AbyaYala, Fundación Rosa Luxemburg, 2011. Disponível em <<https://cronicon.net/paginas/Documentos/paq2/No.23.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- ACSELRAD, H. Justiça Ambiental, Ação Coletiva e Estratégias Argumentativas. *In: ACSELRAD H.; HERCULANO S.; PÁDUA, J. (Orgs.). Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a, p. 23–39.
- ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b.
- ACSELRAD, H. Sustentabilidade, território e justiça ambiental no Brasil. *In: Miranda, A. C. et al. (Org.). Território, ambiente e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 101–116.
- ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. N.; GAVIRIA, E. M. Inserción económica internacional y "resolución negociada" de conflictos ambientales en América Latina. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 36, n. 107, p. 27–47, 2010.
- ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. N.; MELLO, C. C. A. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H. *et al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **E-Cadernos CES**, n. 17, p. 164–183, 2012.
- AITH, F. M. A.; ROTHBARTH, R. O estatuto jurídico das águas no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 163–177, 2015.
- ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. *In: ALIMONDA, H. (Org.). La Naturaleza colonizada*. Ecología política y minería en América Latina. CLACSO: Buenos Aires, 2011. p. 21–58.
- ALIMONDA, H. Ecología política latino-americana e pensamento crítico: as vanguardas enraizadas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 161–168, 2015.
- ALLAN, J. A. Virtual water - the water, food, and trade nexus. Useful concept or misleading metaphor?. **Water international**, v. 28, n. 1, p. 106–113, 2003.
- ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. *In: ALIMONDA, H. (Org.). Ecología política: naturaleza, sociedad y utopia*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p.115–135. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/ecologia.html>>. Acesso em: 21 nov. 2018.
- ALTVATER, E. The growth obsession. **Socialist register**, v. 38, n. 38, p. 73–92, 2002.
- ALVES, V. E. L. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. **Revista Agrária USP [on-line]**, São Paulo, n. 2, p. 40–68, jun. 2005.

ALY JUNIOR, O. Água e agronegócio: uma relação a ser mais bem examinada. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, 2 jun. 2017. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/agua-e-agronegocio-uma-relacao-a-ser-mais-bem-examinada/>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Cuidando das Águas: soluções para melhorar a qualidade dos recursos hídricos**. Brasília: ANA, 2013. Disponível em: <<https://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2013/CuidandoDasAguas-Solucao2aEd.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil. Regiões Hidrográficas brasileiras – Edição Especial**. Brasília: ANA, 2015. Disponível em: <<https://www.snirh.gov.br/portal/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/regioeshidrograficas2014.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande**. Brasília: ANA, 2016a. Disponível em: <<https://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2020/01/PRH-DA-BACIA-DO-RIO-VERDE-GRANDE.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Resumo Executivo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025**. Brasília: ANA, 2016b. Disponível em: <<https://cbhsaofrancisco.org.br/documentacao/plano-de-recursos-hidricos-2016-2025/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Atlas irrigação: uso da água na agricultura irrigada**. Brasília: ANA, 2017a. Disponível em: <<https://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/AtlasIrigacao-UsodaAguanaAgriculturaIrigada.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Resolução nº 1.043, de 19 de junho de 2017**. Brasília: ANA, 2017b. Disponível em: <[https://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/ANALegis/1043-2017\\_Ato\\_Normativo\\_LEGIS.pdf?165010](https://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/ANALegis/1043-2017_Ato_Normativo_LEGIS.pdf?165010)>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Fórum Mundial da Água**. Brasília: ANA, 2018a. Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/programas-e-projetos/forum-mundial-da-agua-antigo>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Introdução à gestão de conflitos pela água no Brasil**. Brasília: ANA, 2018b. Disponível em: <<https://capacitacao.ana.gov.br/conhecerh/handle/ana/659>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Seca do rio São Francisco deixa rastro desolador no norte de Minas**. Brasília: ANA, 2018c. Disponível em: <<https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/seca-do-rio-sao-francisco-deixa-rastro-desolador-no-norte-de-minas/>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Conjuntura dos**



**recursos hídricos no Brasil 2019:** Capítulo 3 – Usos da água. Brasília: ANA, 2019a. Disponível em: <<http://conjuntura.ana.gov.br/static/media/Capitulo3.a73bfd1c.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Levantamento da agricultura irrigada por pivôs centrais no Brasil.** Brasília: ANA, 2019b. Disponível em: <[https://www.ana.gov.br/noticias/ana-e-embrapa-identificam-forte-tendencia-de-crescimento-da-agricultura-irrigada-por-pivos-centrais-no-brasil/ana\\_levantamento-da-agricultura-irrigada-por-pivos-centrais\\_2019.pdf](https://www.ana.gov.br/noticias/ana-e-embrapa-identificam-forte-tendencia-de-crescimento-da-agricultura-irrigada-por-pivos-centrais-no-brasil/ana_levantamento-da-agricultura-irrigada-por-pivos-centrais_2019.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2021.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Plano Nacional de Segurança Hídrica.** Brasília: ANA, 2019c. Disponível em: <<https://arquivos.ana.gov.br/pnsh/pnsh.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Monitor de Secas indica aumento e/ou agravamento da seca em setembro no Brasil.** Brasília: ANA, 2020a. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/monitor-de-secas-indica-aumento-e-ou-agravamento-da-seca-em-setembro-no-brasil>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Resolução nº 24, de 04 de maio de 2020.** Estabelece procedimentos acerca das atividades de fiscalização do uso de recursos hídricos e da segurança de barragens objeto de outorga em corpos d'água de domínio da União exercidas pela Agência Nacional de Águas – ANA. Brasília: ANA, 2020b. Disponível em: <[https://arquivos.ana.gov.br/\\_viewpdf/web/?file=/resolucoes/2020/0024-2020\\_Ato\\_Normativo.pdf](https://arquivos.ana.gov.br/_viewpdf/web/?file=/resolucoes/2020/0024-2020_Ato_Normativo.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2021.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Atlas irrigação: uso da água na agricultura irrigada.** Brasília: ANA, 2021. Disponível em: <<https://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/storymaps/stories/a874e62f27544c6a986da1702a911c6b>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

ANAYA, F. C.; ESPÍRITO-SANTO, M. M. Protected areas and territorial exclusion of traditional communities: analyzing the social impacts of environmental compensation strategies in Brazil. *Ecology and Society*, v. 23, n. 1, art. 8, p. 1–13, 2018.

ANDRADE, H. **Bolsonaro volta a insultar ambientalistas: "Uísque, carpete e cigarrinho"**. Uol, Brasília, 06 de fev. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/02/06/bolsonaro-volta-a-insultar-ambientalistas-uisque-carpete-e-cigarrinho.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

ANJOS, A. R.; VALE, M. M. B. T. O patrimônio cultural no município de Matias Cardoso: uma nova proposta de abordagem a partir da gestão da paisagem cultural. *In: V Congresso em Desenvolvimento Social*, 2016, Montes Claros. **Anais...** Montes Claros: CDS, 2016. p. 5-18.

ARANHA, A.; ROCHA, L. “Coquetel” com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios. **Pública - Agência de Jornalismo Investigativo**, 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/04/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios-consulte-o-seu/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ARAÚJO, E. C. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais,**

**expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Pau de Léguas.** 2009. (256f.). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG.

ASSIS, W. F. T. Conflitos ambientais na produção de agrocombustíveis: colonialidade da natureza e manutenção da economia capitalista. *In: IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ENANPPAS, 2008. p. 1–14.

ASSIS, W. F. T.; FRANCO, S. H. R. Coloniality in the Appropriation of Nature: Agrofuel Production, Dependency, and Constant Primitive Accumulation in the Periphery of Capitalism. **Latin American Perspectives**, v. 45, n. 5, p. 35–51, 2017.

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO CARTA DE MORRINHOS. **Carta de Morrinhos-MG.** Matias Cardoso, 11 jul. 2015. Disponível em <[https://www.fundaj.gov.br/images/stories/observafundaj/carta\\_morrinhos.pdf](https://www.fundaj.gov.br/images/stories/observafundaj/carta_morrinhos.pdf)>. Acesso em: 17 mai. 2021.

ATLAS DIGITAL DAS ÁGUAS DE MINAS. **Conflitos pelo uso da água (agricultura irrigada) na bacia do rio Paracatu.** Minas Gerais, Viçosa: 2009. Disponível em: <[http://www.atlasdasaguas.ufv.br/paracatu/impacto\\_ambiental\\_relevante\\_na\\_bacia\\_do\\_rio\\_paracatu\\_em\\_minas\\_gerais.html](http://www.atlasdasaguas.ufv.br/paracatu/impacto_ambiental_relevante_na_bacia_do_rio_paracatu_em_minas_gerais.html)>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2009.** Brasília: BCB, 2009. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2009/evolucao.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BANERJEE, S. B. Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature. **Organization Studies**, v. 24, n. 1, p. 143–180, 2003.

BANERJEE, S. B. Voices of the Governed: towards a theory of the translocal. **Organization**, n. 18, v. 3 p. 323–344, 2011.

BARBANTI JÚNIOR, O. Conflitos Socioambientais. Teorias e Práticas. *In: I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, 2002, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: ENANPPAS, 2002. p. 1–20.

BARLOW, M. **Água futuro azul: como proteger a água potável para o futuro das pessoas e do planeta para sempre.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2015.

BARLOW, M.; CLARKE, T. **Ouro azul.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2003. 331 p.

BECKER, B. Inserção da Amazônia na geopolítica da água. *In: ARAGÓN, L. E., & CLUSENER-GODT, M. (Orgs.). Problemática do uso local e global da água da Amazônia.* Belém: NAEA/UFPA/UNESCO, 2003.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro 1930-1964.** O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BILLON, P L. Environmental Conflict. *In: PERREAULT, T.; BRIDGE, G.; MCCARTHY, J. (Org.). The Routledge Handbook of Political Ecology.* Abingdon and New York:

Routledge, 2015, p. 598–608.

BOAVISTAFM. CTOC-CBH Paracatu reuniu-se com usuários de área de conflito – em pauta a nova portaria do Igam. **Rádio Boa Vista FM**, Paracatu, 11 nov. 2019. Disponível em: <<https://boavistafm.com/ctoc-cbh-paracatu-reuniu-se-com-usuarios-de-area-de-conflito-em-pauta-a-nova-portaria-do-igam/>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

BOEIRA, S. L. Ecologia política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 10, p. 85–105, 2002.

BOELENS, R. **Water Justice in Latin America. The Politics of Difference, Equality, and Indifference**. Amsterdam: CEDLA e University of Amsterdam, 2015.

BOELENS, R.; DOORNBOS, B. The battlefield of water rights: Rule making amidst conflicting normative frameworks in the Ecuadorian highlands. **Human Organization**, v. 60, n. 4, p. 343–355, 2001.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH-USP, 2017.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68–80, jan./jul., 2005.

BORDALO, C. A. L. A gestão dos recursos hídricos a luz da ecologia política: um debate sobre o controle público versus o controle privado da água no Brasil. **Cuadernos de Geografía-Revista Colombiana de Geografía**, n. 17, p. 117–125, 2008.

BORDALO, C. A. L. A “crise” mundial da água vista numa perspectiva da geografia política. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 16, n. 31, p. 66–78, 2012.

BORDALO, C. A. L. Os conflitos socioambientais pelo uso da água no Brasil na perspectiva da Ecologia Política. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, n. 2, p. 78–110, 2019.

BOUGUERRA, M. L. **As batalhas da água**. Por um bem comum da humanidade. Ed Vozes: Petrópolis, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966**. Aprova o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural. Governo Federal: Brasília, 1966. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d58380.htm#:~:text=III%20%2D%20possibilitar%20o%20fortalecimento%20econ%C3%B4mico,%C3%A0%20adequada%20defesa%20do%20solo.>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d58380.htm#:~:text=III%20%2D%20possibilitar%20o%20fortalecimento%20econ%C3%B4mico,%C3%A0%20adequada%20defesa%20do%20solo.>). Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 63.775, de 11 de dezembro de 1968**. Cria o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) e dá outras providências. Governo Federal: Brasília, 1968. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63775-11-dezembro-1968-405140-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. **Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo**. Brasília: Presidência da República, 1970.

**BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).** Biblioteca Digital do Planejamento. Brasília: 1974. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF)>. Acesso em: 26 jan. 2021.

**BRASIL. Estudo de desenvolvimento regional dos três Estados: Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás.** Relatório final. Sumário. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Japan International Cooperation Agency, jul. 1979. Disponível em: <<https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/10247161.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

**BRASIL. Decreto nº 86.146, de 23 de Junho de 1981.** Dispõe sobre a criação do Programa Nacional para Aproveitamento de várzeas Irrigáveis - PROVÁRZEAS NACIONAL. Brasília: 1981. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86146-23-junho-1981-435419-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

**BRASIL. Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984.** Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências. Brasília: 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/d89496.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d89496.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2021.

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2019.

**BRASIL. Avaliação do Plano Plurianual 1993/1994.** Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Planejamento e Avaliação, 1995. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/123456789/1057?show=full>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

**BRASIL. Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Brasília: 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2019.

**BRASIL. Lei 9.984, de 17 de julho de 2000.** Brasília: 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9984.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9984.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2019.

**BRASIL. A-2 Anúncio Conjunto. Anúncio Conjunto dos Governos Brasileiro e Japonês dos Resultados da Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados.** Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Japan International Cooperation Agency, jul. 2001a. Disponível em: <[https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/11685989\\_15.PDF](https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/11685989_15.PDF)>. Acesso em: 28 jan. 2021.

**BRASIL. Resolução Conama nº 284, de 30 de agosto de 2001.** Brasília: Conselho Nacional do Meio Ambiente, 2001b. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=282>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

**BRASIL. A Irrigação no Brasil – Situação e Diretrizes.** Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2008. Disponível em: <<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSENIR/ArquivosPDF/A-irrigacao-no-Brasil---diretrizes.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.** Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências. Brasília: 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12787.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12787.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. **PAC: Programa de Aceleração do Crescimento.** Brasília: Ministério do Planejamento, 2014. Disponível em: <<http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/f8bb9403feae044b8d9b16bf4088324f.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. **Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em <[https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio\\_nacional\\_vigilancia\\_populacoes\\_expostas\\_agrotoxicos.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_nacional_vigilancia_populacoes_expostas_agrotoxicos.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. **IBGE: Valor da produção agrícola nacional cresceu 5,1% e atingiu o recorde de R\$ 361 bilhões em 2019.** Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2020. Disponível em <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/valor-da-producao-agricola-nacional-cresceu-5-1-e-atingiu-o-recorde-de-r-361-bilhoes-em-2019>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. **Exportação e Importação: Municípios.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2021. Disponível em <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

BREDARIOL, C. S. **Conflito ambiental e negociação, para uma política local de meio ambiente.** 2001. (244 p.). Tese (Doutorado em Planejamento Ambiental) – Programa de Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

BREI, V. A.; BÖHM, S. Corporate social responsibility as cultural meaning management: a critique of the marketing of ethical bottled water. **Business Ethics Oxford**, v. 20, p. 233–252, 2011.

BREI, V. A.; BÖHM, S. '1L=10L for Africa': Corporate social responsibility and the transformation of bottled water into a 'consumer activist' commodity. **Discourse & Society**, London, v. 25, p. 3–31, 2013.

BRUM, E. **Ei, Bolsonaro, até o pênis está diminuindo.** El País, 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/19/opinion/1560948146\\_966466.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/19/opinion/1560948146_966466.html)>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRUNO, R. Agronegócio, palavra política. *In*: BRUNO, R. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder.** Rio de Janeiro: EDUR, 2019. p. 113–130.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Evolução recente do agronegócio no cerrado nordestino. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 23, n. 1, p. 166–195, 2015.

CAA. CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA. **7º Encontro da Articulação Vazanteiros em Movimento é realizado no Quilombo da Lapinha**. Montes Claros, 7 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.caa.org.br/biblioteca/noticia/7-encontro-da-articulacao-vazanteiros-em-movimento-e-realizado-no-quilombo-da-lapinha>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

CÁCERES, D. M. Accumulation by Dispossession and Socio-Environmental Conflicts Caused by the Expansion of Agribusiness in Argentina. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 1, p. 116–147, 2015.

CAMARGOS, D. De Grande Sertão a Bacurau: empresários dominam Norte de Minas com drones e ameaças. **Repórter Brasil**, 22 de mai. 2020a. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/velhochico/de-grande-sertao-a-bacurau>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

CAMARGOS, D. O lobby ruralista contra demarcações das margens. **Repórter Brasil**, 22 de mai. 2020b. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/velhochico/o-lobby-ruralista-contrademarcacoes-das-margens>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

CAMPOREZ, P. Rios roubados. **O Estado de S. Paulo**, 04 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,rios-roubados,1063367>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

CANDLER, G. G. ‘Assimilação crítica’ and research on the periphery. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. Edição Especial, p. 560–572, 2015.

CARBINATTO, B.; COSTANTI, G.; MOLINARI, L.; TEIXEIRA, L.; STARLLES, W. Água: um direito ou um produto?. **AUN – Agência Universitária de Notícias da USP**, São Paulo, 14 set. 2018. Disponível em: <<https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/09/14/agua-um-direito-ou-um-produto/#:~:text=Esta%2C%20por%20sua%20vez%2C%20%C3%A9,de%20forma%20digna%20e%20acess%C3%ADvel.>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CARMO, R. L.; OJIMA, A. L. R. O.; OJIMA, R.; NASCIMENTO, T. T. Água virtual, escassez e gestão: o Brasil como grande exportador de água. **Ambiente & Sociedade**, n. 1, p. 83–96, 2007.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, J. R. M.; CURI, W. F. Indicadores para a gestão de recursos hídricos em municípios: uma proposta metodológica de construção e análise. **Revista Economia & Gestão**, v. 15, n. 38, p. 4–28, 2015.

CARVALHO, I. S. H. A “pecuária geraizeira” e a conservação da biodiversidade no cerrado do Norte de Minas. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 19–36, 2014.

CARVALHO, M. C. A. A emergência de atores sociais subalternizados no âmbito da reconfiguração das relações de poder na América Latina. **Revista Geonorte**, v. 7, p. 1–14, 2013.

CASTILHO, R. *et al.* Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 18, p. 265–288, 2016.

CASTRO, E. O estudo interdisciplinar dos conflitos pela água no meio urbano: uma contribuição da Sociologia. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CBHSF. COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Governo federal avança com projeto de construção de usina hidrelétrica em Formoso (MG)**. Assessoria de Comunicação CBHSF, 06 jul. 2020. Disponível em <<https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/governo-federal-avanca-com-projeto-de-construcao-de-usina-hidreletrica-em-formoso-mg/>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

CBHSF. COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **Projeto de monitoramento remoto das captações de água será implantado na bacia do rio Verde Grande**. Assessoria de Comunicação CBHSF, 26 fev. 2021. Disponível em <<https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/projeto-de-monitoramento-remoto-das-captacoes-de-agua-sera-implantado-na-bacia-do-rio-verde-grande/>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

CBHVG. COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE. **Ata da 30ª reunião plenária ordinária realizada no dia 06 de novembro de 2018 – Montes Claros/MG**. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande: Montes Claros, 2018. Disponível em: <<https://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2020/01/ATA-30ª-REUNIÃO-ORDINÁRIA-06.11.2018-Assinada.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

CBHVG. COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE. **Cobrança pelo uso da água**. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande: Montes Claros, 2015. Disponível em: <<https://cbhverdegrande.org.br/rio-verde-grande/a-bacia/cobranca-pelo-uso-da-agua/>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CBHVG. COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE. **Relação de usuários cobrados na Bacia do Rio São Francisco no ano de 2020**. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande: Montes Claros, 2021. Disponível em: <<https://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2021/01/Bacia-Rio-Verde-Grande-lista-de-usu%C3%A1rios-cobrados-em-2020-1-1.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 295–316.

CEMADEN. CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS. **Monitoramento de secas e impactos no Brasil – Agosto/2020**. São José dos Campos/SP: 2020. Disponível em: <<http://www.cemaden.gov.br/monitoramento-de-secas-e-impactos-no-brasil-agosto2020/>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

CEPEA. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB do Agronegócio brasileiro**. [S. l.]: Governo do Estado de Minas Gerais, CEPEA e CNA, 2019. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

CEPEA. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB do agronegócio de Minas Gerais**. [S. l.]: Governo do Estado de Minas Gerais, CEPEA, Faemg, Senar-AR/MG e Seapa-MG, 2020. Disponível em: <<https://cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-de-minas-gerais.aspx>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga-Portugal, v. 16, n. 2, p. 221–36, 2003.

CNA. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA. **Panorama do Agro**. Brasília, jun. 2020. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. **Jaíba (MG)**. 3. ed., Brasília: Ministério da Integração Nacional, CODEVASF, 1999. Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/ acesso-a-informacao/institucional/biblioteca-geral-do-rocha/arquivos/InventriodeProjetosTereiraEdioRevistaeAtualizada.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. **Inventário de Projetos**. Elenco de projetos em implantação. Brasília: 30 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos/em-implantacao/jaiba-mg>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. **Jaíba - Etapa I**. Elenco de projetos em implantação. Brasília: 18 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos/em-producao/jaiba-etapa-i-mg>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

COLLADO, P. A. Social Conflict in Argentina: Land, Water, Work. **Latin American Perspectives**, v. 42, n. 2, p. 125–141, 2015.

COMISSÃO DE BRUNDTLAND. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Série histórica das safras**. Brasília, DF: 2021. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

CONTU, A. Conflict and Organization Studies. **Organization Studies**, p. 1-18, 2018.

COOK, C.; BAKKER, K. Water security: Debating an emerging paradigm. **Global Environmental Change**, 22, p. 94–102, 2012.

COOKE, B. The managing of the (Third) World. **Organization**, v. 11, n. 5, p. 603–629, 2004.

CORONIL, F. Discovering America again: the politics of selfhood in the age of post-colonial empires. **Dispositio**, v. 14, n. 36, p. 315–331, 1989.

CORRÊA, L. R. S. *et al.* Diagnóstico sócio-ecológico das comunidades rurais do município de Itambacuri–MG. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 3, n. 10, p. 33–52, 2013.

CORRÊA, R.; RIBEIRO, H. C. M.; RUIZ, M. S. Perfil e evolução do tema conflitos socioambientais: uma bibliometria dos últimos vinte anos nos periódicos da área de administração no Brasil. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 4, p. 58–75, 2012.



COSTA, M. A. M.; IORIS, A. A. R. Até a última gota: complexidade hidrossocial e ecologia política da água na baixada fluminense (RJ, Brasil). In: CASTRO, J. E.; HELLER, L.; MORAIS, M. P. (Eds.). **O Direito à Água como Política Pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica**. Brasília: Ipea, 2015. p. 109–128.

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CPDOC. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED)**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 2021a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-estrategico-de-desenvolvimento-ped>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Comunidades Vazanteiras dão início à autodemarcação de seus territórios tradicionais**. CPT – Nacional, 2011a. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/12-noticias/conflitos/720-comunidades-vazanteiras-dao-inicio-a-autodemarcacao-de-seus-territorios-tradicionais>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos pela água 2010**. Goiânia: CPT – Nacional, 2011b. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/publicacao/download/6-conflitos-pela-agua/200-conflitos-pela-agua-em-2010>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Empresa de MG processa frei por vídeo que denuncia abuso de agrotóxicos em feijão**. Goiânia: CPT – Nacional, 2012. Disponível em <<https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/13-noticias/geral/1313-empresa-de-mg-processa-frei-por-video-que-denuncia-abuso-de-agrotoxicos-em-feijao>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **2014 bate recorde de conflitos pela água e famílias envolvidas**. Goiânia: CPT – Nacional, 2015. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/2493-2014-bate-recorde-de-conflitos-pela-agua-e-familias-envolvidas>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: CPT – Nacional, 2016. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/3727-conflitos-no-campo-brasil-2016>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos pela água 2019**. Goiânia: CPT – Nacional, 2020. Disponível em <<https://cptnacional.org.br/downloads-2/download/6-conflitos-pela-agua/14170-conflitos-pela-agua-2019>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CRUZ, M. M. Fazendeiros ameaçam bacia do Rio Formoso, em Tocantins, com plantações de soja. **De olho nos ruralistas**, São Paulo, 13 set. 2020. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/09/13/fazendeiros-ameacam-bacia-do-rio-formoso-em-tocantins-com-plantacoes-de-soja/?fbclid=IwAR2HlkrN3wUX5yGAbLaywalxYIVYgPZmLmtmHXmymRGumD-OtdrFsgy6YQ>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CUNHA, M. P. e; REGO, A.; CUNHA, J. V. da. Ecocentric management: an update.

**Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 15, p. 311–321, 2008.

CUNHA, T. B.; CARVALHAL, M. D. Terra–água–trabalho: o agrohídronegócio e a transposição do rio São Francisco. **Revista Pegada**, v. 15, n. 1, p. 70–94, 2014.

DAVIS, G. A.; TILTON, J. E. **The resource curse**. *Natural Resources Forum*, v.2 9, n. 3, p. 233–242. 2005.

DELGADO, G. Economia do Agronegócio (Anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, edição especial, jul., 2013.

DENZIN, N. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. Nova York: McGraw-Hill, 2009.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. (2a ed). Thousand Oaks: Sage, 2000.

DI MAURO, C. A. Conflitos pelo uso da água. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 36, p. 81–105, 2014.

DIJ. Distrito de Irrigação Jaíba. **Ficha Fundiária**. Jaíba, [s.d.]a. Disponível em <<https://www.projetojaiba.com.br/index.php/paginas/3>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

DIJ. Distrito de Irrigação Jaíba. **Galeria de Fotos – Projeto Jaíba**. Jaíba, [s.d.]b. Disponível em <[http://www.projetojaiba.com.br/arquivos\\_upload/eventos/204.jpg](http://www.projetojaiba.com.br/arquivos_upload/eventos/204.jpg)>. Acesso em: 01 abr. 2021.

DIJ. Distrito de Irrigação Jaíba. **Informações**. Jaíba, [s.d.]c. Disponível em <<https://www.projetojaiba.com.br/index.php/paginas/7>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

DOMINGUES, A. T.; THOMAZ JÚNIOR, A. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 34, p. 138–160, 2012.

DUBOS-RAOUL, M.; BÜHLER, E. A. Expansion de l'agribusiness sucro-énergétique au Brésil et modèles de développement: le cas de la région de Dourados (État du Mato Grosso do Sul). **Géographie, Economie, Société**, v. 17, p. 459–483, 2015.

DUSSEL, E.; IBARRA-COLADO, E. Globalization, organization and the ethics of liberation. *Organization*, v. 13, n. 4, p. 489–508, 2006.

EJATLAS. GLOBAL ATLAS OF ENVIRONMENTAL JUSTICE. **Environmental Justice Atlas**. 2014. Disponível em: <<https://ejatlas.org/about>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

EJATLAS. GLOBAL ATLAS OF ENVIRONMENTAL JUSTICE. **Environmental Justice Atlas**. 2021. Disponível em: <<https://ejatlas.org/country>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153–167, 2011.

EMATER. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Emater-MG orienta produtores a economizar água no Projeto Jaíba, no Norte de Minas**. Minas Gerais, 09 mar. 2015. Disponível em: <[https://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/emater-mg-orienta-produtores-a-economizar-agua-no-projeto-jaiba-no-norte-de-minas/?flagweb=novosite\\_pagina\\_interna&id=15213](https://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/emater-mg-orienta-produtores-a-economizar-agua-no-projeto-jaiba-no-norte-de-minas/?flagweb=novosite_pagina_interna&id=15213)>. Acesso em: 16 abr. 2021.

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Diagnóstico e prioridades de pesquisa em agricultura irrigada: Região Sudeste**. Brasília, EMBRAPA/DEP, 1988. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/88888/1/Diagnosticoeprioridadesuaosudeste.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/507674/agricultura-tropical--quatro-decadas-de-inovacoes-tecnologicas-institucionais-e-politicas>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Índices pluviométricos em Minas Gerais**. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2010. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/879085/indices-pluviometricos-em-minas-gerais>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio SRI/MAPA: apoiando a inserção internacional e a transformação contínua da maior agricultura tropical do planeta**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2018a. Disponível em: <[https://www.embrapa.br/conteudo-web/-/asset\\_publisher/fHv2QS3tL8Qs/content/odilson-luiz-ribeiro-e-silva?inheritRedirect=false](https://www.embrapa.br/conteudo-web/-/asset_publisher/fHv2QS3tL8Qs/content/odilson-luiz-ribeiro-e-silva?inheritRedirect=false)>. Acesso em: 01 fev. 2021.

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Agricultura irrigada e os desafios para a produção sustentável de alimentos**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2018b. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/32545841/artigo---agricultura-irrigada-e-os-desafios-para-a-producao-sustentavel-de-alimentos>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

EPAMIG. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS. **Região do Jaíba é identificada como importante produtora de frutas em Minas**. Minas Gerais, 02 abr. 2020. Disponível em: <<https://epamig.wordpress.com/2020/04/02/regiao-do-jaiba-e-identificada-como-importante-produtora-de-frutas-em-minas/>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ESCOBAR, A. Power and visibility: development and the invention and management of the third world. **Cultural Anthropology**, v. 3, n. 4, p. 428–443, 1988.

ESCOBAR, A. **Encountering development: the making and unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University, 1995.

ESCOBAR, A. Mundos y econocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 58–86, 2003.

ESCOBAR, A. Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation. *Sustainability Science*, v. 10, n. 3, p. 451–462, 2015.

ESTEVA, G. “Desenvolvimento”. In: SACHS, W. (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59–83.

FABRINI, J. E.; ROSS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FAMA. FÓRUM ALTERNATIVO MUNDIAL DA ÁGUA. **Declaração final do Fórum Alternativo Mundial Da Água**. Brasília: FAMA, 2018. Disponível em: <<http://fama2018.org/declaracao-final/>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

FERREIRA, M. J. M. *et al.* Gestão e uso dos recursos hídricos e a expansão do agronegócio: água para quem e para quem?. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 743–752, 2016.

FERREIRA JUNIOR, S.; BAPTISTA, A. J. M. S.; LIMA, J. E. A modernização agropecuária nas microrregiões do Estado de Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 42, n. 1, p. 73–89, 2004.

FIOCRUZ. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Tornar visível: mapa auxilia na busca por injustiças ambientais**. 2014. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/36603>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FJP. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Planoroeste II**. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1978. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=72979&codUsuario=0>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

FJP. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estudos para a Redefinição do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)**. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=40058&codUsuario=0>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

FJP. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano Diretor de Infra-estrutura urbano-social para o Projeto Jaíba**. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=53826&codUsuario=0>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FLEURY, L. C.; BARBOSA, R. S.; JÚNIOR, H. A. S. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 5, n. 11, p. 219–253, 2017.

FLEXOR, G. *et al.* Dilemas institucionais na promoção dos biocombustíveis: o caso do programa nacional de produção e uso de biodiesel no Brasil. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 6, n. 8, p. 329–354, 2011.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. São Paulo: Editora Artmed: 2009.

FLORES, R. K.; MISOCZKY, M. C. Participação no gerenciamento de bacia hidrográfica: o

caso do Comitê Lago Guaíba. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 1, p. 109–131, 2008.

FLORES, R. K.; MISOCZKY, M. C. Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum. **Organizações & Sociedade**, v. 22, p. 237–250, 2015.

FONTOURA, Y.; NAVES, F. Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 329–347, 2016.

FONTOURA, Y.; NAVES, F.; TEODÓSIO, A. D. S. S.; GOMES, M. V. P. Da Lama ao Caos: Reflexões sobre a Crise Ambiental e as Relações Estado-Empresa-Sociedade. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 17–41, 2019.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 33, p. 5–23, 2011.

FREITAS, R. L.; CLEPS JUNIOR, J. A territorialização do setor sucroenergético e o agrohidronegócio no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Revista Pegada**, v. 13, n. 1, p. 168–191, 2012.

FUTEHALLY, I. Water: Future of Conflicts and Peace Processes. **World Future Review**, v. 6, n. 4, p. 455–459, 2014.

GALIZONI, F. M. *et al.* “Vozes da seca”: lavradores, mediadores e poder público frente à estiagem no Semiárido do Jequitinhonha mineiro. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, p. 54–74, 2020.

GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Política agrícola brasileira: produtividade, inclusão e sustentabilidade. **Revista de Política Agrícola**, ano XXIII, n. 1, p. 91–104, 2014.

GASQUES, J. G.; REZENDE, G. C.; VILLA VERDE, C. M.; SALERNO, M. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. [S.l.]: IPEA, 2004. 39 p. (Texto para Discussão, 1.009). Disponível em: <[http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2004/td\\_1009.pdf](http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1009.pdf)>. Acesso 21 nov. de 2018.

GELLER, N. Um ano excepcional para a agricultura brasileira. **Revista de Política Agrícola**, n. 26, v. 4, p. 3–6, 2017.

GIRARDI, E. P. **Agropecuária**. Atlas da Questão Agrária Brasileira. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: <[http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con\\_subcat/agropecuaria](http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con_subcat/agropecuaria)>. Acesso em: 12 jul. 2019.

GIRARDI, E. P. **Carvão vegetal – 2014 (silvicultura)**. Atlas da Questão Agrária Brasileira. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2014. Disponível em: <[http://www.atlasbrasilagrario.com.br/\\_atlas\\_/silvicultura/](http://www.atlasbrasilagrario.com.br/_atlas_/silvicultura/)>. Acesso em: 30 jan. 2021.

GIRARDI, E. P.; MELLO-THÉRY, N. A.; THÉRY, H.; HATO, J. Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, n. 4, v. 2, p. 1–27, 2014.

GOBBI, W. A. O. Modernização agrícola no cerrado mineiro: os programas governamentais

da década de 1970. **Caminhos de Geografia**, v. 5, n. 11, p. 130–149, 2004.

GOHN, M. G. M. Vozes que gritam e vozes silenciadas na América Latina. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 15, p. 491–509, 2015.

GOMES, F. **Laudos confirmam danos milionários em parreirais e pomares causados por agrotóxico usado na soja**. Gauchazh, 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2018/12/laudos-confirmam-danos-milionarios-em-parreirais-e-pomares-causados-por-agrotoxico-usado-na-soja-cjpnx420h019y01picyz868zo.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GONÇALVES, A. Água e a sede do capital. *In*: **Conflitos no campo - Brasil 2013**. Goiânia: CPT Nacional - Brasil, 2013. p. 92–96.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 31, p. 5–30, 2012.

GOULART, S; MISOCZKY, M. C. A. A produção de álcool combustível no Brasil: reorganização do capital e superexploração do trabalho ou vamos nos jogar onde já caímos... tudo novo de novo... *In*: MISOCZKY, M. C. A.; FLORES, R. K.; MORAES, J. (Eds.). **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: DaCasa, 2010. p. 185–208.

GOUVEIA, I. Com ameaças de expulsão do território, Quilombo da Lapinha resiste e luta pela titulação do território. **Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA)**, Montes Claros, 5 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.caa.org.br/biblioteca/noticia/com-ameacas-de-expulsao-do-territorio-quilombo-da-lapinha-resiste-e-luta-pela-titulacao-do-territorio>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

GOUVEIA, M. O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água. **Jornal Opção**, 04 out 2014. Disponível em <<https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016.

GUDYNAS, E. Agropecuaria y nuevo extractivismo bajo los gobiernos progresistas de América del Sur. **Territorios**, v. 5, n. 1, p. 37–54, 2010.

GUDYNAS, E. Buen Vivir: Germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento**, n. 462, p. 1–20, fev. 2011.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**, v.237, p. 128–146, 2012.

GUERRA, L. D. *et al.* Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável. **Interações**, Campo Grande, v. 8, n. 1, p. 9–25, 2007.

- GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 73, 2005.
- GUSMÃO, P. P.; PAVÃO, B. B. M. Gestão das águas, comitês de bacias hidrográficas e resolução de conflitos ambientais. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, n. 2, p. 38–77, 2019.
- HARDING, N. H.; FORD, J.; LEE, H. Towards a Performative Theory of Resistance: Senior Managers and Revolting Subject(ivities). **Organization Studies**, v. 38, n. 9, p. 1209–1232, 2017.
- HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.
- HEINBERG, R.; BOMFORD, M. **The food and farming transition: towards a post-carbon food system**. Sebastopol-CA/US: Post Carbon Institute, 2009.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, 2010.
- HESPANHOL, C. Nem água nem terra. **Pública - Agência de Jornalismo Investigativo**, 30 set. 2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/09/nem-agua-nem-terra/>>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- HOEKSTRA, A. Y.; CHAPAGAIN, A. K. Water footprints of nations: water use by people as a function of their consumption pattern. In: CRASWELL, E.; BONNELL, M.; BOSSIO, D.; DEMUTH, S.; VAN DE GIESEN, N. (Eds.). **Integrated assessment of water resources and global change**. Springer: Dordrecht, 2006. p. 35–48.
- HOMMES, L.; BOELENS, R. Urbanizing rural waters: Rural-urban water transfers and the reconfiguration of hydrosocial territories in Lima. **Political Geography**, v. 57, p. 71-80, 2017.
- HORRIGAN, L.; LAWRENCE, R. S.; WALKER, P. How sustainable agriculture can address the environmental and human health harms of industrial agriculture. **Environmental Health Perspectives**, v. 110, n. 5, p. 445, 2002.
- IBARRA-COLADO. Organization Studies and Epistemic Coloniality in Latin America: Thinking Otherness from the Margins. **Organization**, v. 13, n. 4, p. 468–488, 2006.
- IBARRA-COLADO, E. Is there any future for critical management studies in Latin America? Moving from epistemic coloniality to 'trans-discipline'. **Organization**, v. 15, n. 6, p. 932–935, 2008.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave**. Rio de Janeiro: 17 set. 2020a. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave#:~:text=Dos%2068%2C9%20milh%C3%B5es%20de%20domic%C3%ADlios%20do%20pa%C3%ADs%2C,hoje%20\(17\)%20pelo%20IBGE.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave#:~:text=Dos%2068%2C9%20milh%C3%B5es%20de%20domic%C3%ADlios%20do%20pa%C3%ADs%2C,hoje%20(17)%20pelo%20IBGE.)>. Acesso em: 02 fev. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal – PAM**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Rio de Janeiro: 2020b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da extração vegetal e da silvicultura – PEVS 2019**. Rio de Janeiro: 2020c. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs\\_2019\\_v34\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_2019_v34_informativo.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2021.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais**. Belo Horizonte: IGAM, 2010a. Disponível em: <[http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/images/Relat%C3%B3rio\\_Final\\_Vol.\\_1.pdf](http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/images/Relat%C3%B3rio_Final_Vol._1.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2021.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Unidades de Planejamento**. Portal InfoHidro. Belo Horizonte: IGAM, 2010b. Disponível em: <<http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/unidades-de-planejamento>>. Acesso em: 12 set. 2019.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Vetores de expansão e desenvolvimento**. Repositório Institucional. Belo Horizonte: IGAM, 2011. Disponível em: <<http://200.198.57.118:8080/jspui/handle/123456789/2990>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Plano diretor de recursos hídricos da Bacia do Rio Pandeiros: resumo executivo**. Repositório Institucional. Belo Horizonte: IGAM, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorioigam.meioambiente.mg.gov.br/handle/123456789/675>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Lista de Conselheiros - CBH Rio Verde Grande**. Belo Horizonte: IGAM, 2016a. Disponível em: <<http://comites.igam.mg.gov.br/lista-de-conselheiros-sf10>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Portal dos Comitês: SF10 - CBH do Rio Verde Grande**. Belo Horizonte: IGAM, 2016b. Disponível em: <<http://comites.igam.mg.gov.br/comites-estaduais-mg/sf10-cbh-rio-verde-grande>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Boletim Anual de Qualidade das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande**. Belo Horizonte: IGAM, 2017. Disponível em: <<http://www.repositorioigam.meioambiente.mg.gov.br/handle/123456789/2419?mode=full>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Gestão de bacias hidrográficas: critérios para definição de áreas prioritárias para revitalização**. Belo Horizonte: IGAM, 2018a. Disponível em: <[http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/images/Livro\\_Crit%C3%A9rios\\_Igam\\_28\\_12.pdf](http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/images/Livro_Crit%C3%A9rios_Igam_28_12.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2020.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Lista de Conselheiros - CBH Médio São Francisco**. Belo Horizonte: IGAM, 2018b. Disponível em:



<<http://comites.igam.mg.gov.br/lista-de-conselheiros-sf9>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Áreas de Conflito Declaradas em Minas Gerais – 2019**. Belo Horizonte: IGAM, 2019a. Disponível em:

<<http://www.repositorioigam.meioambiente.mg.gov.br/bitstream/123456789/3064/1/mapa.png>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Igam declara escassez hídrica em porção da Bacia do Ribeirão Santa Isabel**. Belo Horizonte: IGAM, 2019b. Disponível em: <<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2186-igam-declara-situacao-de-escassez-hidrica-em-porcao-da-bacia-do-ribeirao-santa-isabel>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Gestão e situação das águas de Minas Gerais – 2020**. Belo Horizonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas, 2020a.

Disponível em:

<[http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/images/Gest%C3%A3o\\_e\\_Situa%C3%A7%C3%A3o\\_das\\_%C3%81guas\\_de\\_Minas\\_Gerais\\_2020.pdf](http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/images/Gest%C3%A3o_e_Situa%C3%A7%C3%A3o_das_%C3%81guas_de_Minas_Gerais_2020.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2021.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Minas cria primeira Comissão Gestora Local para áreas de conflito pelo uso da água**. Belo Horizonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas, 2020b. Disponível em: <<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2383-minas-cria-primeira-comissao-gestora-local-para-areas-de-conflito-pelo-uso-da-agua>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Regulação de Usos de Recursos Hídricos**. Belo Horizonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas, 2020c.

Disponível em: <<http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/regulacao-de-usos-de-recursos-hidricos>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Serviços IGAM**. Belo Horizonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas, 2020d. Disponível em:

<<http://www.igam.mg.gov.br/servicos-igam>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

IGAM. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **SF9 - CBH do Médio São Francisco**. Belo Horizonte: IGAM, 2020e. Disponível em:

<<http://comites.igam.mg.gov.br/comites-estaduais-mg/sf9-cbh-medio-sao-francisco>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

IMAS, J. M.; WESTON, A. From Harare to Rio de Janeiro: Kukiya-Favela organization of the excluded. **Organization**, v. 19, n. 2, p. 205–227, 2012.

INDI. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS. **Agronegócio: o setor em Minas Gerais**. Governo do Estado de Minas Gerais, 2018.

Disponível em: <<https://www.indi.mg.gov.br/agronegocio/>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

IORIS, A. A. R. Água, cobrança e *commodity*: a geografia dos recursos hídricos no Brasil. **Terra Livre**, v. 2, n. 21, p. 121–137, 2005.

IORIS, A. A. R. Desenvolvimento nacional e gestão de recursos hídricos no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 85, p. 23–41, 2009.

IORIS, A. A. R. The Political Nexus between Water and Economics in Brazil: A Critique of Recent Policy Reforms. **Review of Radical Political Economics**, 42, p. 231–250. 2010.

IORIS, A. A. R. The adaptive nature of the neoliberal state and the state-led neoliberalisation of nature: Unpacking the political economy of water in Lima, Peru. **New Political Economy**, v. 18, n. 6, p. 912–938, 2013.

IORIS, A. A. R. Seeding a narrow future and harvesting an exclusionary past: the contradictions and future scenarios of agro-neoliberalism in Brazil. **Futures**, v. 95, p. 76–85, 2018.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agrotóxicos no Brasil: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória**. Ministério da Economia. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9371/1/td\\_2506.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9371/1/td_2506.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2021.

JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 47–87, 2009.

JBS Friboi explica que cumpre legislação e monitora qualidade de água do Rio Araguaia em Barra do Garças. **Araguaia Notícia**, Araguaia, 29 jul. 2020. Disponível em: <<https://araguaianoticia.com.br/noticia/32820/jbs-friboi-explica-que-cumpre-legislacao-e-monitora-qualidade-de-agua-do-rio-araguaia-em-barra-do-garcas>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

JERMIER, J. M.; FORBES, L. C. Metaphors, organizations and water: generating new images for environmental sustainability. **Human Relations**, v. 69, n. 4, p. 1001–1027, 2016.

JUNIOR, J. A. R.; JÚNIOR, H. A. S. A política de desenvolvimento sustentável da Vale. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n. 3, p. 7–26, 2011.

JUNIOR, J. C. Disputas territoriais, reforma agrária e política de criação de assentamentos rurais em Minas Gerais: conjuntura e diversidade dos conflitos no campo e da Reforma Agrária. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, p. 1–18, 2014.

KOTHARI, A. *et al.* **Pluriverse: A Post-Development Dictionary**. Nova Déli: Tulika Books, 2019.

LAGE, N. GRIGORI, P. Aterro de agrotóxico proibido contaminou solo e água por quatro décadas em Minas Gerais, diz MP. **Pública - Agência de Jornalismo Investigativo**, 8 dez. 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/12/aterro-de-agrotoxico-proibido-contaminou-solo-e-agua-por-quatro-decadas-em-minas-gerais-diz-mp/>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

LANDER, E. **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LASCHEFSKI, K.; ZHOURI, A. Conflitos Ambientais Norte-Sul: Agrocombustíveis para Quem?. *In*: ALMEIDA, A. W. B. *et al.* **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina Ed., 2010.

LEAL, A. F.; BRANDÃO, C. R. **Tempos e Espaços nas Comunidades Rurais do Alto e Médio São Francisco em Minas Gerais**: uma pesquisa interdisciplinar sobre permanências e mudanças de modos de vida em comunidades rurais e ribeirinhas. Uberlândia: UFU, 2019.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural Sustentável**, v. 3, n. 1, p. 36–51, 2002.

LEFF, E. La Ecología Política en América Latina: un campo en construcción. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 17–40, 2003.

LEFF, E. Political ecology: a Latin American perspective. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 29–64, 2015.

LIMA, F. A.; MARQUESAN, F. F. S.; VIANA, F. L. E. Reflexões acerca do agronegócio brasileiro a partir do documentário “O veneno está na mesa 2”. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 5, n. 2, p. 228–259, 2018.

LIMA DOURADO, J. A. Projetos desenvolvimentistas nas terras do sem-fim: expansão do agronegócio e precarização do trabalho no semiárido baiano. **Sociedade & Natureza**, v. 26, n. 1, p. 7–23, 2014.

LINHARES, C. Agronegócio no norte de MG pena com 70% de rios secos. **Folha de São Paulo**, 29 ago. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/agronegocio-no-norte-de-mg-pena-com-70-de-rios-secos.shtml>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

LISBOA, A. Apesar da riqueza hídrica, Matias Cardoso sofre com os efeitos da seca. **G1, Grande Minas**, 04 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2013/10/apesar-da-riqueza-hidrica-matias-cardoso-sofre-com-os-efeitos-da-seca.html>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

LISBOA, A. de M. Desenvolvimento: uma ideia subdesenvolvida. **Revista Plural**, n. 7, v. 5, p. 71–78, 1996.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. *In*: BURSZTYN, M. **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. 2001, p. 107–122.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85–103, 2006.

LOBATO, C. B. P. **Água pra quê(m)**: discurso e identidade na resistência à superexploração de água mineral em São Lourenço. 2018. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais.

LOCATEL, C. D.; LIMA, F. L. S. Agronegócio e poder político: políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil. **Sociedade e Território**, v. 28, n. 2, p. 57–81, 2016.

LOPES, M. M.; TEIXEIRA, D. A trajetória do comitê da bacia hidrográfica do Rio Mogi Guaçu e suas contribuições para a gestão dos recursos hídricos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 3, p. 24–49, set./dez. 2012.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53–71, 2013.

MAGALHÃES JÚNIOR, H.; LOPES, F. W. A. Levantamento e análise dos conflitos pelos usos da água na bacia do Ribeirão da Prata-MG. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 8, n. 3, p. 31–45, 2017.

MAIA, F. A resistência. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/impresso/2016/12/2718570-a-resistencia.html>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MAIA, F. Menos água, mais consumo: a conta que não fecha. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 out. 2018. Disponível em: <<http://www.zee.df.gov.br/menos-agua-mais-consumo-a-conta-que-nao-fecha/>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, p. 53–86, 2000.

MALVEZZI, R. Conflitos por água nos últimos 10 anos. *In*: CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; COSTA, E. R. (Coord.). **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. CPT Nacional – Brasil. Goiânia, 2014. pp. 98–105.

MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. Governo Federal: Brasília, 2021a. Disponível em <<http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agrotóxicos – Informações técnicas**. Governo Federal: Brasília, 2021. Disponível em <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/informacoes-tecnicas>>. Acesso em: 01 fev. 2021b.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Desertos Verdes na região de Curvelo expõem trabalhadores rurais a condições de trabalho indignas. Marginalização territorial de comunidades tradicionais, degradação e perda de recursos hídricos, exposição de mulheres a riscos de saúde, pelo manejo de agrotóxicos, são alguns dos problemas enfrentados na região. Empresas, especialmente vinculadas ao setor siderúrgico, vêm sendo autuadas pelo Ministério Público do Trabalho**. 2009a. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-desertos-verdes-na-regiao-de-curvelo-expoem-trabalhadores-rurais-a-condicoes-de-trabalho-indignas-marginalizacao-territorial-de-comunidades-tradicionais-degradacao-e-perda-de-recursos-hidricos/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Intervenção indiscriminada da monocultura de eucaliptos leva região a perder fontes tradicionais de água. Sobrevivência local torna-se insustentável e pequenos agricultores e moradores são levados a deixar região**. 2009b. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-intervencao-indiscriminada-da-monocultura-de-eucaliptos-leva-regiao-a-perder-fontes-tradicionais-de-agua-sobrevivencia->

local-torna-se-insustentavel-e-pequenos-agricultores-e-moradores-sao-levado/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Comunidade Quilombola da Lapinha luta por território tradicional enfrentando violência diversas.** 2011a. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-comunidade-quilombola-da-lapinha-luta-por-territorio-tradicional-enfrentando-violencia-diversas/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Uma das maiores comunidades quilombolas de Minas Gerais, os remanescentes do Gortuba lutam por direitos sociais e culturais e enfrentam há anos a usurpação territorial e a ação violenta de fazendeiros, muitas vezes auxiliados pela polícia.** 2011b. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-uma-das-maiores-comunidades-quilombolas-de-minas-gerais-os-remanescentes-do-gortuba-lutam-por-direitos-sociais-e-culturais-e-enfrentam-ha-anos-a-usurpacao-territorial-e-a-acao-violenta-de-fazen/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Comunidade de Unai denuncia violação dos direitos humanos.** 2012. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-comunidade-de-unai-denuncia-violacao-dos-direitos-humanos/>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **No norte de Minas, Vazanteiros e Quilombolas lutam unidos por seus territórios tradicionais.** 2013a. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=mg-no-norte-de-minas-vazanteiros-e-quilombolas-lutam-unidos-por-seus-territorios-tradicionais>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Povo Caxixó aguarda reconhecimento e homologação de sua Terra Indígena e enfrenta a influência direta da monocultura de eucalipto que vem secando as suas águas. Conselho de Política Ambiental e entidade ambientalista fazem vista grossa para empreendimento empresarial.** 2013b. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-povo-caxixo-aguarda-reconhecimento-e-homologacao-de-sua-terra-indigena-e-enfrenta-a-influencia-direta-da-monocultura-de-eucalipto-que-vem-secando-as-suas-aguas-conselho-de-politica-ambiental-e-e/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **População de São Sebastião do Paraíso sofre com contaminação de curtumes e laticínios.** 2014. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-populacao-de-sao-sebastiao-do-paraíso-sofre-com-contaminacao-de-curtumes-e-laticinios/>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Findo o prazo de concessão de terras devolutas do Estado, empresas monocultoras de eucalipto mobilizam trabalhadores rurais e comunidades tradicionais pela titulação de terras que se voltem ao extrativismo e a atividades agrossilvopastoris. Há disputa e violência no embate com as empresas e seguranças do negócio carvoeiro.** 2015a. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-findo-o-prazo-de>>

concessao-de-terras-devolutas-do-estado-empresas-monocultoras-de-eucalipto-mobilizam-trabalhadores-rurais-e-comunidades-tradicionais-pela-titulacao-de-terras-que-se-voltem-ao-ex/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **MG – Barragem de Berizal prejudica comunidades tradicionais da bacia do Rio Pardo, no norte de Minas Gerais.** 2015b. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=mg-barragem-de-berizal-prejudica-comunidades-tradicionais-da-bacia-do-rio-pardo-no-norte-de-minas-gerais>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **O longo processo de reconhecimento do povo indígena Arana. Áreas de recargas de aquíferos são ameaçadas por associação de fazendeiros a projetos de reflorestamento de eucalipto no vale do Jequitinhonha.** 2015c. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-o-longo-processo-de-reconhecimento-do-povo-indigena-arana-areas-de-recargas-de-aquiferos-sao-ameacadas-por-associacao-de-fazendeiros-a-projetos-de-reflorestamento-de-eucalipto-no-vale-do-jequitinhonha>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Quilombolas de Saco Barreiro sofrem com dificuldade de acesso ao seu território, superexploração do trabalho nas fazendas, ameaças, racismo, coação por parte dos fazendeiros e prejuízos na saúde por conta da aplicação de agrotóxicos e maturadores nas plantações.** 2016. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-quilombolas-de-saco-barreiro-sofrem-com-dificuldade-de-acesso-ao-seu-territorio-superexploracao-do-trabalho-nas-fazendas-ameacas-racismo-coacao-por-parte-dos-fazendeiros-e-prejuizos-na-saude/>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Breves considerações conceituais e metodológicas sobre o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.** 2019a. Disponível em <[http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?page\\_id=1759](http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?page_id=1759)>. Acesso em: 17 jun. 2019.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **RS – Comunidade Quilombola Rincão dos Martimianos segue lutando contra invasores, água contaminada e para regularizar e finalizar sua situação fundiária.** 2019b. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=rs-comunidade-quilombola-rincao-dos-martimianos-segue-lutando-contra-invasores-agua-contaminada-e-para-regularizar-e-finalizar-sua-situacao-fundiaria>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Início.** 2021a. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Indefinição sobre políticas de governo, fragilidade da assistência à saúde, avanço do desmatamento e da contaminação de recursos hídricos para o plantio da soja ameaçam a vida de povos indígenas.** 2021b. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/am-indefinicao-sobre-politicas-de-governo->

fragilidade-da-assistencia-a-saude-avanco-do-desmatamento-e-da-contaminacao-de-recursos-hidricos-para-o-plantio-da-soja-ameacam-a-vida-de-povos-indigena/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Pequenos produtores rurais da região de Santarém são expulsos pelo avanço da soja, além de sofrer com os danos à saúde causados pelos agrotóxicos usados pela monocultura.** 2021c. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/papequenos-produtores-rurais-da-regiao-de-santarem-sao-expulsos-pelo-avanco-da-soja-alem-de-sofrer-com-os-danos-a-saude-causados-pelos-agrotoxicos-usados-pela-monocultura/>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **Redução da classificação do nível toxicológico de agrotóxicos, pelo Ministério da Saúde, pode estar na raiz de problemas neurocomportamentais associados ao manuseio do produto.** 2021d. Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rs-reducao-da-classificacao-do-nivel-toxicologico-de-agrotoxicos-pelo-ministerio-da-saude-pode-estar-na-raiz-de-problemas-neurocomportamentais-associados-ao-manuseio-do-produto/>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Luta por terra e comprometimento de nascente na Fazenda do Salto pelas atividades da Acesita Energética.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2008. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=21>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Denúncia de poluição causada por empresa de laticínio.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2010a. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=443>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Denúncia sobre poluição causada pelo matadouro municipal de Rio Pardo de Minas.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2010b. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=472>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Moradores de bairro rural denunciam mau cheiro e lançamento de detritos em córrego local.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2010c. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=396>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Moradores denunciam poluição de córregos por empresas no distrito industrial de Lavras.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2010d. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=365>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Município de Carmópolis e Passatempo enfrentam problemas derivados do uso indiscriminado de agrotóxico nas lavouras de tomate.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2010e. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=208>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **ONG luta contra poluição de corpos hídricos por indústria alimentícia.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2010f.

Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=395>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Possível contaminação do Rio Capim por herbicida utilizado por plantadores de arroz.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2010g. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=153>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Conflito pelo uso da água do Ribeirão Santa Isabel, afluente da bacia do Rio Paracatu.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2011a. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=339>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Mobilização contra o avanço da monocultura de cana no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2011b. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=274>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Moradores denunciam empresas de laticínios pela poluição dos corpos hídricos, do solo e da atmosfera.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2011c. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=420>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Moradores do entorno de indústrias alimentícias denunciam ao Ministério Público poluição hídrica e atmosférica.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2011d. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=422>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Movimento local contra a escassez de água para irrigação de plantações de café.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2011e. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=114>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Reapropriação territorial Comunidade de Raiz, Alto Rio Pardo.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2011f. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=392>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Luta do assentamento Associação Agrícola Monte Sião contra indvidamento e monocultura.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2012. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=242>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Contaminação por agrotóxico em Unaí (MG).** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2013a. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=550>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Luta pela água na Bacia do Riachão.** Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2013b. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=419>>. Acesso em: 17 fev. 2020.



MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Desterritorialização dos Quilombolas da Lapinha pela criação do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro**. Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2020a. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=458>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Resistência contra o avanço sobre o território da comunidade quilombola de Vargem do Inhaí**. Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2020b. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=512>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS. **Mapa dos Conflitos Ambientais**. Observatório de Conflitos Ambientais: Belo Horizonte, 2021. Disponível em <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

MARQUESAN, F. F. S.; FIGUEIREDO, M. D. Do Ecoambientalismo à Sustentabilidade: notas críticas sobre a relação organização-natureza nos Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 85, p. 264–286, 2018.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Los conflictos ecológico-distributivos y los indicadores de sustentabilidad. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 13, p. 1–15, 2006.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Injusticias hídricas: el agua corre hacia el poder. **La Jornada**, 16 jan. 2013. Disponível em <<https://www.jornada.com.mx/2013/01/16/opinion/024a1pol>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

MARTÍNEZ-ALIER, J. *et al.* Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by environmental justice organizations. **Journal of Political Ecology**, v. 21, 2014.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Water: Ecological economics and socio-environmental conflicts. *In: Handbook of Ecological Economics*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2015, p. 201–232.

MARTÍNEZ-ALIER, J.; HEALY, H.; TEMPER, L.; WALTER, M.; RODRIGUEZ-LABAJOS, B.; GERBER, J.-F.; CONDE, M. Between science and activism: learning and teaching ecological economics with environmental justice organisations. **Local Environment**, v. 16, n. 1, p. 17–36, 2011.

MARTINS, P. H.; BENZAQUEN, J. F. Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 11, p. 10–31, 2018.

MCMILLAN, S. **The Art of Resistance**. Disponível em: <<https://www.gofundme.com/the-art-of-resistance>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

MEKONNEN, M. M.; HOEKSTRA, A. Y. Four billion people facing severe water scarcity. **Science Advances**, v. 2, n. 2, p. 1–6, 2016.

MENA, S.; RINTAMÄKI, J.; FLEMING, P.; SPICER, A. On the forgetting of corporate

irresponsibility. **Academy of Management Review**, v. 41, n. 4, p. 720–738, 2016.

MENDONÇA, M. R. As Transformações Espaciais no Campo e os Conflitos pelo Acesso a Terra e a Água: As Novas Territorialidades do Agrohidronegócio em Goiás. **Revista Pegada**, v. 16, p. 3–15, 2015a.

MENDONÇA, M. R. Complexidade do espaço agrário brasileiro: O agrohidronegócio e as (re) existências dos povos Cerradeiros. **Terra Livre**, v. 1, n. 34, 2015.

MENEZES, D. J.; TRENTIN, R. Mapeamento do uso do solo na bacia hidrográfica do rio Quaraí sob a perspectiva da orizicultura e a demanda de água associada nas porções brasileira e uruguaia. **Ciência e Natura**, v. 36, n. 3, p. 385–392, 2014.

MEYER, L. F. F.; BRAGA, M. J. O crescimento das desigualdades tecnológicas na agricultura mineira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 36, n. 2, p. 59–90, 2019.

MIGNOLO, W. **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

MIGNOLO, W. Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2–3, p. 449–514, 2007.

MIGNOLO, W. Colonialidade: O Lado Mais Escuro da Modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017.

MIKKELSEN, E. N.; CLEGG, S. Conceptions of conflict in organizational conflict research: Toward critical reflexivity. **Journal of Management Inquiry**, p. 1–14, 2017.

MILANEZ, B; SANTOS, R. S. P. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?. In: 37º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2013, Águas de Lindóia. **Anais... Águas de Lindóia: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013**. p. 1–30.

MINAS GERAIS. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2000-2003 - Uma Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 1999. Disponível em: <<http://planejamento.mg.gov.br/sites/default/files/documentos//pmd-2000-2003.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

MINAS GERAIS. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2003-2020**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 2003. Disponível em: <[http://planejamento.mg.gov.br/sites/default/files/documentos//pmdi\\_2003\\_2020.pdf](http://planejamento.mg.gov.br/sites/default/files/documentos//pmdi_2003_2020.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2021.

MINAS GERAIS. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2007-2023**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 2007. Disponível em: <[http://planejamento.mg.gov.br/sites/default/files/documentos/pmdi\\_2007-2023\\_0.pdf](http://planejamento.mg.gov.br/sites/default/files/documentos/pmdi_2007-2023_0.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2021.

MINAS GERAIS. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2011-2030 – Gestão para a Cidadania**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 2011. Disponível em:

<[http://planejamento.mg.gov.br/sites/default/files/documentos//pmdi\\_2011\\_2030.pdf](http://planejamento.mg.gov.br/sites/default/files/documentos//pmdi_2011_2030.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2021.

MINAS GERAIS. **Localização geográfica**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 2014. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MINAS GERAIS. **Produtores do Jaíba exportam frutas e consolidam mercado internacional**. Belo Horizonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, Emater-MG, 07 nov. 2016. Disponível em: <[https://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/produtores-do-jaiba-exportam-frutas-e-consolidam-mercado-internacional/?flagweb=novosite\\_pagina\\_interna&id=19645](https://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/produtores-do-jaiba-exportam-frutas-e-consolidam-mercado-internacional/?flagweb=novosite_pagina_interna&id=19645)>. Acesso em: 03 abr. 2021.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 47.705, de 4 de setembro de 2019**. Estabelece normas e procedimentos para a regularização de uso de recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2019a. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49498>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

MINAS GERAIS. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2019-2030**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 2019b. Disponível em: <[http://planejamento.mg.gov.br/sites/default/files/documentos/planejamento-e-orcamento/plano-mineiro-de-desenvolvimento-integrado-pmdi/pmdi\\_2019-2030\\_virtual2.pdf](http://planejamento.mg.gov.br/sites/default/files/documentos/planejamento-e-orcamento/plano-mineiro-de-desenvolvimento-integrado-pmdi/pmdi_2019-2030_virtual2.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2021.

MINAS GERAIS. **Bacias Hidrográficas**. Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2020. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/bacias-hidrograficas>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MINAS GERAIS. **Assinatura digital de escrituras agiliza processo de Regularização Fundiária no Projeto Jaíba**. Belo Horizonte: Secretaria de Agricultura, 08 jan. 2021. Disponível em <<http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/component/gmg/story/4152-assinatura-digital-de-escrituras-agiliza-processo-de-regularizacao-fundiaria-no-projeto-jaiba#:~:text=Localizado%20no%20Norte%20do%20estado,Governo%20de%20Minas%2C%20por%20meio>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MISOCZKY, M. C. Sobre o centro, a crítica e a busca da liberdade na práxis acadêmica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 4, n. 3, p. 1–13, 2006.

MISOCZKY, M. C; BÖHM, S. Resisting neocolonial development: Andalgala's people struggle against mega-mining projects. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 2, p. 311–339, 2013.

MOLLINGA, P. P. Water, politics and development: Framing a political sociology of water resources management. **Water Alternatives**, v. 1, n. 1, p. 7–23, 2008.

MORAIS, J. L. M.; FADUL, E.; CERQUEIRA, L. S. Limites e Desafios na Gestão de Recursos Hídricos por Comitês de Bacias Hidrográficas: Um Estudo nos Estados do Nordeste do Brasil. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 24, n. 1, p. 238–264, 2018.

MOURA, A. C. Modernização agrícola como discurso político a serviço do capital: o caso do

projeto Jaíba-MG. **Tempos Históricos**, v. 18, n. 2, p. 217–233, 2014.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. “**É preciso equilibrar o consumo, a produção e a relação com a natureza**”, explica dirigente do MST. MST, 2018. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/10/19/e-preciso-equilibrar-o-consumo-a-producao-e-a-relacao-com-a-natureza-explica-dirigente-do-mst.html>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

NAVES, F.; REIS, Y. Desenhando a resistência: estética e contra-hegemonia no movimento agroecológico no Brasil. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 2, p. 309–325, 2017.

NIEDERLE, P.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS. Apresentação. 2015. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/#!/extensao/observatorio-de-conflitos-internacionais/quem-somos/apresentacao/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. “**Passando a boiada**”: O segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. 2021. Disponível em: <<http://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/01/Passando-a-boiada-1.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

OLIVEIRA, I. M.; PEREIRA, L. A. G. Geografia das Exportações de Frutas no Projeto Jaíba – MG: transportes e interconexões com os mercados globais. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 60, p. 34–64, 2020.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Committee on Economic, Social and Cultural Rights**. General Comment 15: The right to water (Twenty-ninth session, 2003). Geneva, 2003.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução A/RES/64/292**. 2010. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/64/292&lang=E>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

OTTO, B.; BÖHM, S. “The people” and resistance against international business: The case of the Bolivian “water war”. **Critical Perspectives on International Business**, Bingley, v. 2, n. 4, p. 299–320, 2006.

PADUAN, R. Um novo pomar no sertão, em Jaíba, Minas Gerais. **Revista Exame**, 07 abr. 2014. Disponível em <<https://exame.com/revista-exame/um-novo-pomar-no-sertao/>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

PARRA-ROMERO, A. Producción de conocimiento en conflictos socioambientales. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 37–83, jul./out, 2020.

PARREIRAS, M. Batalha por água entre agricultores e consumidores provoca rodízio em Caeté. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 05 jul. de 2015a. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/guerra-da-agua/2015/07/05/noticia-especial-guerra-da-agua,665127/disputa-por-agua-entre-agricultores-e-consumidores-provoca-rodizio-em.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

PARREIRAS, M. Poços clandestinos sugam água do subsolo, comprometem abastecimento e

elevam risco de contaminação. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 06 jul. de 2015b. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/guerra-da-agua/2015/07/06/noticia-especial-guerra-da-agua,665349/disputa-chega-ao-subsolo.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

PARREIRAS, M. Região de Sete Lagoas é a que tem mais ocorrências policiais por conflitos hídricos. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 07 jul. de 2015c. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/guerra-da-agua/2015/07/07/noticia-especial-guerra-da-agua,665715/regiao-de-sete-lagoas-e-a-que-tem-mais-ocorrencias-policiais-por-confl.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

PAULA, M. C. As terras e a água do Projeto Jaíba para os pequenos irrigantes e camponeses!. **A Nova Democracia**, set. 2015. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-156/6067-as-terras-e-a-agua-do-projeto-jaiba-para-os-pequenos-irrigantes-e-camponeses>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

PEREIRA, G. R.; CUELLAR, M. D. Z. Conflitos pela água em tempos de seca no Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 84, p.115–137, 2015.

PERLIN, A. P.; GOMES, C. M.; KNEIPP, J. M.; ROSA, L. A. B.; FRIZZO, K. Gestão do Uso da Energia e sua Relação com o Desempenho Sustentável no Setor Mineral Brasileiro. **Revista de Administração da Unimep**, v. 16, n. 1, p. 1–27, 2018.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179–195, 2001.

PINTO, E. Geopolítica da água. **Revista de Geopolítica**, v. 8, n. 1, p. 19–32, 2017.

PLANVASF. Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco. **Programa para o Desenvolvimento da Irrigação (1989-2000)**. Brasília, junho de 1989. Cooperação Técnica: CODEVASF/SUDENE/OEA. Disponível em <<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=556264&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22PLANO%20DIRETOR%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20DO%20VALE%20DO%20SAO%20FRANCISCO.%22&qFacets=autoria:%22PLANO%20DIRETOR%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20DO%20VALE%20DO%20SAO%20FRANCISCO.%22&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. 2018. (352 p.). Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. **O que é?**. 23 nov. 2004. Disponível em <<https://www.portaldoagronegocio.com.br/agronegocio/o-que-e>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

PORTO, J. R. S. O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade". **Revista Nera**, v. 17, n. 25, p. 24–46, 2014.

PORTO, M. F. A.; PORTO, R. L. L. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 43–60, 2008.

PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência &**

**Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1983–1994, 2009.

PORTO, M. F.; PORTO, P. S. de S. **Conflitos por água no Brasil e a Defesa dos Comuns**: uma leitura a partir da ecologia política e da experiência do mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde. *Conexão água*, 03 fev. 2016. Disponível em: <[http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/projetos/qualidade-da-agua/boletim-das-aguas/artigos-cientificos?b\\_start:int=20](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/projetos/qualidade-da-agua/boletim-das-aguas/artigos-cientificos?b_start:int=20)>. Acesso em: 05 mai. 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRASAD, P. Postcolonialism: Unpacking and Resisting Imperialism. *In*: PRASAD, P. **Crafting Qualitative Research: Working in the postpositivist traditions**. New York: M.E. Sharpe, 2005, p. 262–281.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificacion social. **Journal of World-Systems Research**, Pittsburgh, v. 11, n. 2, p. 342–386, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227–278.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e classificação social. *In*: MENESES, M. P.; SOUSA SANTOS, B. de. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 84–144.

QUIJANO, A. El trabajo. **Argumentos**, v. 26, n. 72, p. 145–163, 2013.

QUIJANO, A. América Latina en la economía mundial. *In*: CLÍMACO, D. A. (Org.) **Cuestiones y Horizontes: de la dependencia historico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014, p. 199–214.

RAMOS, G. C. D. ¿Por qué es importante la ecologia política? **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 47–60, 2013.

REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

REIS, P. R. C.; SILVEIRA, S. F. R. Impactos da Política Nacional de Irrigação sobre o desenvolvimento socioeconômico do norte de Minas Gerais. **Revista de Política Agrícola**, v. 20, n. 3, p. 77–95, 2011.

RIBEIRO, L. Estudo liga monocultura de eucalipto à falta d'água no semiárido em Minas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 27 de nov. 2017. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/27/interna\\_gerais,919749/estudo-liga-monocultura-de-eucalipto-a-falta-d-agua-no-semiarido-em-mg.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/27/interna_gerais,919749/estudo-liga-monocultura-de-eucalipto-a-falta-d-agua-no-semiarido-em-mg.shtml)>. Acesso em: 15 fev. 2021.

RIBEIRO, L. Seca altera a rotina nas lavouras do Jaíba. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 11 de jan. 2018. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/agropecuaria/2017/10/09/interna\\_agropecuaria,907062/s-eca-altera-a-rotina-nas-lavouras-do-jaiba.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/agropecuaria/2017/10/09/interna_agropecuaria,907062/s-eca-altera-a-rotina-nas-lavouras-do-jaiba.shtml)>. Acesso em: 13 abr. 2021.

RIBEIRO, L. Grupo de agronegócio vai investir mais de R\$ 1,2 bilhão em Minas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 21 de mai. 2020. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/05/21/internas\\_economia,1149531/grupo-de-agronegocio-vai-investir-mais-de-r-1-2-bilhao-em-minas.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/05/21/internas_economia,1149531/grupo-de-agronegocio-vai-investir-mais-de-r-1-2-bilhao-em-minas.shtml)>. Acesso em: 07 abr. 2021.

RIBEIRO, W. C.; SANTOS, C. L. S.; SILVA, L. P. B. Conflito pela água, entre a escassez e a abundância: Marcos teóricos. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, n. 2, p. 11–37, 2019.

RIBEIRO, W. C. **Geografia Política da Água**. São Paulo: Annablume, 2008.

RIGOTTO, M. R.; AUGUSTO, L. G. S. Saúde e ambiente: desenvolvimento, território e iniquidade social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 4, p. 475–501, 2007.

ROCHA, D. Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: ferramenta dos movimentos sociais nas lutas territoriais. **Agriculturas**, v. 8, n. 4, p. 46–47, 2011.

ROCHE, W.; TEAGUE, P.; COLVIN, A. **The Oxford handbook of conflict management in organizations**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ROCKMANN, R. Crescem conflitos devido ao uso da água no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 jan. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/01/10/crescem-conflitos-devido-ao-uso-da-agua-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

RODRIGUES, M. T. S.; COSTA, J. B. de A. Descolonizando os Gerais: situação colonial e estratégias de resistência das comunidades tradicionais geraizeiras do Norte de Minas Gerais. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 77–103, jan./abr. 2018.

RODRÍGUEZ-LABAJOS, B.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Political ecology of water conflicts. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Water**, v. 2, p. 537–558, 2015.

ROSSI, R. Atividades educativas contra o agronegócio. **REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 6, n. 1, p. 144–156, 2016.

ROSSI, R. A.; SANTOS, E. Conflito e regulação das águas no Brasil – a experiência do Salitre. **Caderno CRH**, v. 31, n. 82, p. 151–167, 2018.

RUIZ, M. S.; BERNARDELLI JR., J. M.; QUARESMA, C. C.; FERREIRA, M. L. Conflitos Socioambientais Urbanos: um Estudo Prospectivo na Região Metropolitana de São Paulo. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 7, n. 2, p. 21–54, 2016.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993. 103p.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro:

Garamond, 2001.

SACHS, W. **Development: the rise and decline of an ideal**. Wuppertal papers, 2000.

SALIM, C. A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. **Cadernos de Difusão Tecnológica**, v. 3, n. 2, p. 297–342, 1986.

SALOMÃO, A. São Francisco seca e ameaça agricultura em cidades de Minas. **O Estado de S. Paulo**, 18 out. 2014. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sao-francisco-seca-e-ameaca-agricultura-em-cidades-de-minas,1578984>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

SANTANA, T. F. Introdução aos conceitos de área de conflito e processo único de outorga (outorga coletiva). In: Seminário sobre Outorga e Alocação de Água em Bacias Críticas, 2015, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2015. Disponível em: <[https://arquivos.ana.gov.br/imprensa/eventosprojetos/20150707\\_BaciasCriticasPorExpansaoDaDemandaVisaoDosOrgaosGestores-ThiagoFigueiredoSantana.pdf](https://arquivos.ana.gov.br/imprensa/eventosprojetos/20150707_BaciasCriticasPorExpansaoDaDemandaVisaoDosOrgaosGestores-ThiagoFigueiredoSantana.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2019.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, C. F.; MACHADO, C. R. S. Extremo Sul do Brasil - uma grande "zona de sacrifício" ou "paraíso de poluição". In: MACHADO, C. R. S.; SANTOS, C. F.; ARAÚJO, C. F.; PASSOS, W. V. (Orgs). **Conflitos Ambientais e Urbanos: debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 181–204.

SANTOS, G. R.; SILVA, R. S. Os irrigantes do projeto Jaíba: da produção de subsistência à agricultura moderna. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 5, n. 7, p. 349–372, 2010.

SANTOS, H. F. A dinâmica do agronegócio e a consolidação de uma agricultura científica globalizada no município de Uberaba (MG). **Caminhos de Geografia**, v. 18, n. 61, p. 200–218, 2018.

SANTOS, M. E. P.; MORAES, L. R. S.; ROSSI, R. A. Água como direito e como mercadoria: os desafios da política. **Bahia Analise & Dados**, v. 23, p. 437–459, 2013.

SANTOS, J. V. **Gente que planta os pés no chão: disputas territoriais no Parque Estadual da Mata Seca**. 2018. (135f.). Dissertação (Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território) – Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, MG.

SCANTIMBURGO, A. O avanço do agronegócio e o aumento dos conflitos pelo uso da água. **Leituras de Economia Política**, n. 24, p. 24–57, 2016.

SEAPA. SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS. **Projeções do Agronegócio – Minas Gerais – 2017 a 2027**. Governo do Estado de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <[http://www.agricultura.mg.gov.br/images/Arq\\_Relatorios/Publicacoes/projecoes\\_2017\\_a\\_2027.pdf](http://www.agricultura.mg.gov.br/images/Arq_Relatorios/Publicacoes/projecoes_2017_a_2027.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Agronegócio –**



- Fruticultura.** SEBRAE, nov. 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/f4de475520b36b7701297eb05c80261e/\\$File/5852.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f4de475520b36b7701297eb05c80261e/$File/5852.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- SENA, A. M. C.; MATOS, F. G. N.; MESQUITA, R. F.; MACHADO, D. Q. Abordagem *grassroots* e resistência: *atualizando* a concepção de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 3, p. 651–666, 2017.
- SERRA, S. H. **Águas minerais do Brasil**. Campinas: Millennium, 2009. 291 p.
- SHIVA, V. **Guerra por água: privatização, poluição e lucro**. São Paulo: Radical livros, 2006.
- SHIVA, V. **A violência da revolução verde: agricultura, ecologia e política do terceiro mundo**. São Paulo: Edições Mahatma, 2015.
- SHRIVASTAVA, P. The role of corporations in achieving ecological sustainability. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 936–960, 1995.
- SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 1, p. 45–71, 2003.
- SILVA, C. E. M. **Monocultura e conflito socioambiental**. In: GESTA/UFMG, 2014. Disponível em: <[https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MAZZETTO\\_SILVA\\_Carlos\\_Eduardo\\_-\\_Monocultura\\_e\\_conflito\\_socioambiental.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MAZZETTO_SILVA_Carlos_Eduardo_-_Monocultura_e_conflito_socioambiental.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- SILVA, D. A.; NELSON, A. V. M.; SILVA, M. A. R. Do Desenvolvimento como crescimento econômico ao desenvolvimento como liberdade: a evolução de um conceito. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, 2018.
- SILVA, G. A.; BOAVA, D. L. T.; MACEDO, F. M. F. Refugiados de Bento Rodrigues: O Desastre de Mariana, MG. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 2, p. 63–81, 2017.
- SILVA, K. P.; GUEDES, A. L. Buen Vivir Andino: Resistência e/ou Alternativa ao Modelo Hegemônico de Desenvolvimento. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, p. 682–693, 2017.
- SILVA, M. J.; SATO, M. T. Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso - Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 1–22, 2012.
- SILVA, M. R.; BARBOSA, M. A. S.; LIMA, L. G. B. Usos e Possibilidades Metodológicas para os Estudos Qualitativos em Administração: Explorando a Análise Temática. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 14, n. 1, p. 111–123, 2020.
- SILVA, N. M. G.; CESÁRIO, A. V.; CAVALCANTI, I. R. Relevância do Agronegócio para Economia Brasileira Atual. In: X Encontro de Iniciação à Docência, 2007, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: X Ened, 2007. p. 1–5. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/8.TRABALHO/8CCSA DAMT01.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SILVEIRA, S. M. B.; SILVA, M. G. Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro: expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 342–352, 2019.

SISAGUA. Controle do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano. **Por trás do alimento - Você bebe agrotóxicos? Descubra se a água da sua torneira foi contaminada, de acordo com dados do Sisagua**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <<http://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, D. V.; ZIONI, F. Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das Representações Sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 76–85, 2003.

SOUZA, M. M. Impasse ambiental trava Projeto Jaíba. **Valor Econômico**, 07 dez. 2011. Disponível em <<https://valor.globo.com/empresas/coluna/impasse-ambiental-trava-projeto-jaiba.ghtml>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

SOUZA, M. T. S.; RIBEIRO, H. C. M. Sustentabilidade ambiental: uma meta-análise da produção brasileira em periódicos de administração. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 3, p. 368–396, 2013.

TALLMAN, H.; BENEDICTO, M. Rio São Francisco faz ligação estratégica entre regiões do país e pede passagem. **Revista Retratos**, n. 13, p. 1–28, 2018.

TATEMOTO, R. Em Correntina (BA), população se manifesta contra a captação empresarial de água. **Brasil de Fato**, Correntina, 01 dez 2017. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2017/12/01/em-correntina-ba-populacao-se-manifesta-contra-a-captacao-empresarial-de-agua>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

TEMPER, L.; DEMARIA, F.; SCHEIDEL, A.; DEL BENE, D.; MARTÍNEZ-ALIER, J. The Global Environmental Justice Atlas (EJAtlas): ecological distribution conflicts as forces for sustainability. **Sustainability Science**, v. 13, p. 573–584, 2018.

THIOLLENT, M. Estudos organizacionais: possível quadro referencial e interfaces. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 1, n. 1, p. 1–14, 2014.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, p. 92–122, 2010.

THOMAZ JUNIOR, A. Dinâmica territorial do agrohídro-negócio e os desdobramentos para o trabalho. **OKARA: Geografia em debate**, v. 6, n. 1, p. 7–31, 2012.

TORRES, R. L.; CAVALIERI, H. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4, p. 859–877, 2015.

TUCCI, C. E. M.; HESPANHOL, I.; CORDEIRO NETTO, O. de M. Cenários da gestão da água no Brasil: uma contribuição para a “visão mundial da água”. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 5, n. 3, p. 31–43, 2000.

TUCK, E.; YANG, K. W. Decolonization is not a metaphor. **Decolonization: Indigeneity, Education & Society**, v. 1, n. 1, p. 1–40, 2012.

TUNDISI, J. G. Novas perspectivas para a gestão de recursos hídricos. **Revista USP**, São Paulo, n. 70, p. 24–35, jun./ago. 2006.

UN-WATER. **Global analysis and assessment of sanitation and drinking-water (GLAAS) 2014 report: investing in water and sanitation: increasing access, reducing inequalities**. Geneva: World Health Organization, 2014.

UNITED NATIONS WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAMME. **The United Nations World Water Development Report 2015: water for a sustainable world**. Paris: UNESCO, 2015.

VAINER, C. B. Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.21, n. 59, p. 119–137, 2007.

VAINER, C. B. O conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. *In*: ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: UFV, 2008. p. 39–63.

VARGAS, G. M. Conflitos sociais e socioambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**, n. 19, v. 2, p. 191–203, 2007.

VASCONCELOS, Y. Agrotóxicos na berlinda. **Pesquisa FAPESP**, v. 271, p. 18–27, 2018.

VELOSO, V. Pesquisa busca alternativas de irrigação com economia de água para a fruticultura no Norte de Minas. **G1**, Grande Minas, 06 mai. 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2019/05/06/pesquisa-busca-alternativas-de-irrigacao-com-economia-de-agua-para-a-fruticultura-no-norte-de-minas.ghtml>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

VIÉGAS, R. N. As resoluções de conflito ambiental na esfera pública brasileira: uma análise crítica. **Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 9, n. 2, p. 23–49, 2007.

VIÉGAS, R. N. O campo da resolução negociada de conflito: o apelo ao consenso e o risco do esvaziamento do debate político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 7–44, 2016.

VIÉGAS, R. N.; PINTO, R. G.; GARZON, L. F. N. **Negociação e acordo ambiental: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

VIEIRA, A. A. *et al.* Alto Rio Pardo – Semiárido Mineiro. *In*: ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Olhares agroecológicos: análise econômicoecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. p. 92–125.

VIEIRA, D. R.; SILVA, M. Z. Discursos e assimetrias na reparação dos danos decorrentes do desastre da barragem da Samarco. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, n. spe, p. 62–83, 2019.

VOS, J.; HINOJOSA, L. Virtual water trade and the contestation of hydrosocial territories. **Water International**, v. 41, n. 1, p. 37–53, 2016.

WAINWRIGHT, H. The Tragedy of the Private: the potential of the public. Public Services International, Transnational Institute, 2014. Disponível em <[https://www.tni.org/files/download/alternatives\\_to\\_privatization\\_en\\_booklet\\_web.pdf](https://www.tni.org/files/download/alternatives_to_privatization_en_booklet_web.pdf)>. Acesso em: 05 mai. 2020.

WALSH, C. **Interculturalidad, estado, sociedad: luchas (de) coloniales de nuestra época**. Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

WANDERLEY, S. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 2, p. 237–255, 2015.

WARREN, I. S. Projetos de grande escala, a ocupação do espaço e a reação popular. *In: Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo. Loyola, 1993.

WESTON, A.; IMAS, J. M. Resisting Colonization in Business and Management Studies: From Postcolonialism to Decolonization. *In: CASSEL, C.; CUNLIFFE, A. L.; GRANDY, G. The SAGE Handbook of Qualitative Business and Management Research Methods*. Londres: SAGE Publications Ltd, 2018. p. 119–137.

ZANCHET, A. *et al.* Estratégias de legitimidade social nos Relatórios de Sustentabilidade e de Administração da Samarco Mineração. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 11, n. 3, p. 51–78, 2017.

ZHOURI, A. A Re-volta da ecologia política: conflitos ambientais no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 211–213, 2004.

ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Ed. Annablume, 2016.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. *In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica; 2005. p. 11–24.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N. **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ZHOURI, A.; ZUCARELLI, M. C. Vozes da Resistência: Mapeando os conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. *In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XXXII, 2008, Caxambu. Anais...* Caxambu: Encontro Anual da ANPOCS, 2008. p. 1–24.

ZWARTEVEEN, M. Z.; BOELEN, R. Defining, researching and struggling for water justice: some conceptual building blocks for research and action. **Water International**, v. 39, n. 2, p. 143–158, 2014.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado(a) \_\_\_\_\_,

Convido-o(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “AGRO É TECH, AGRO É POP, AGRO É TUDO”? Um estudo sobre os conflitos socioambientais pela água intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais”, conduzida por José Vitor Palhares dos Santos. Este estudo tem por objetivo analisar os conflitos socioambientais pela água produzidos e intensificados pelo agronegócio em Minas Gerais, problematizando-os à luz de programas e políticas públicas de desenvolvimento destinadas à expansão do setor no estado e a partir do caso na Bacia Hidrográfica do Médio São Francisco.

Você foi selecionado(a) por, direta ou indiretamente, estar vinculado(a) ao conflito hídrico analisado. Sua participação será através de entrevista, com duração média de 40 minutos. A entrevista será realizada pelo pesquisador José Vitor Palhares dos Santos. A entrevista faz parte da elaboração de tese para o doutorado que estou cursando no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração – CEPEAD/FACE/UFMG, sob orientação do Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri. Sua entrevista é de fundamental importância para a realização deste trabalho e seu consentimento em participar deve considerar as seguintes informações:

1. Sua participação é voluntária e você pode desistir a qualquer momento, caso deseje, sem risco ou prejuízo de qualquer natureza;
2. O seu nome será mantido em anonimato, ou seja, não será revelado a ninguém, bem como o sigilo de todos os dados prestados. O pesquisador responsável se compromete, quando tornar público os resultados da pesquisa, não identificar os indivíduos entrevistados;
3. Você não terá nenhum tipo de despesa e não receberá nenhuma gratificação para participação desta pesquisa. Não será gerado nenhum valor econômico, patrimonial ou financeiro, a receber ou a pagar, pela sua participação na pesquisa;
4. Não há qualquer benefício direto pela sua participação, mas o conhecimento da sua opinião a respeito deste tema é muito importante para a discussão que se propõe na pesquisa. Suas respostas serão usadas exclusivamente para os fins desta pesquisa, sendo realçado que elas representam apenas a sua opinião individual;
5. Fragmentos de suas respostas, sem a sua identificação, poderão ser reproduzidos nos trabalhos para publicação e/ou apresentação em reuniões científicas, como acontece com a utilização da metodologia qualitativa;
6. Não há risco físico ou psíquico para os(as) respondentes. Os riscos desta pesquisa estão relacionados ao desconforto que você poderá sentir ao ser abordado(a). Você não precisará responder a qualquer pergunta se sentir que se trata de informações muito pessoais e/ou que não se sinta confortável para responder.

Após ter lido este termo de consentimento e esclarecido suas dúvidas, caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável. Você poderá entrar em contato com o pesquisador a qualquer momento que lhe convier: José Vitor Palhares dos Santos, e-mail: [titopalhares@hotmail.com](mailto:titopalhares@hotmail.com), telefone: (35) 99191-8339.


Comitê de Ética e Pesquisa (COEP/UFMG):

Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005 - Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte, MG – Brasil. Telefone: (31) 3409-4592. E-mail: [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br)

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e que concordo em participar.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador: 

## **APÊNDICE B - Roteiro semiestruturado de entrevista: representante da Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Matias Cardoso**

- Conte-me sobre você – nome, idade, cargo atual, atua há quanto tempo na área?
- O que você entende por conflito pela água?
- Quais são as principais disputas pelo uso da água em Matias Cardoso que você tem conhecimento? Você percebe a existência de algum conflito hídrico na região? Qual ou quais?
- Por que esses conflitos ocorrem? Quais são suas causas principais?
- Você tem conhecimento de conflitos pela água no município de Matias Cardoso envolvendo produtores rurais? E envolvendo comunidades tradicionais?
- Existem conflitos pela água na região que tem ligação com a instalação do Projeto Jaíba? Antes do Projeto Jaíba, você sabe dizer se existia conflitos hídricos e se eles eram frequentes?
- Vocês têm conhecimento da existência do conflito pela água envolvendo produtores rurais do Projeto Jaíba e as comunidades do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto? Se sim, quais são as principais causas e consequências desse conflito?
- Como vocês enxergam esse conflito entre produtores rurais do Projeto Jaíba e comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto? Como vocês avaliam a situação atual desse conflito? Hoje, a disputa está mais visível/ativa ou mais branda/menos aparente?
- Quais são os interesses e reivindicações das comunidades tradicionais envolvidas nesse conflito? E dos produtores rurais?
- Existem outros atores sociais que são importantes nessa disputa? Quais são os papéis deles e seus interesses?
- Como você avalia esse conflito? De forma positiva ou negativa? Ou de alguma outra forma?
- Como você avalia a participação da Secretaria nos conflitos pela água? Qual é o papel dela?
- O que a Secretaria pode fazer ou tem feito para tentar amenizar esse conflito específico? Existem instrumentos ou metodologias para a tentativa de resolução dessa disputa?
- Quais as perspectivas que a Secretaria visualiza para o conflito daqui para frente?
- Como você enxerga o agronegócio na região? O que o agronegócio representa para a região? E o que o Projeto Jaíba representa?
- Vocês acreditam que o Projeto Jaíba impacta de alguma forma as questões ambientais (sobretudo pela água) de Matias Cardoso? Se sim, como?
- Quais os principais impactos negativos e positivos do Projeto Jaíba para Matias Cardoso?
- Você entende que existe um processo de resistência contra o Projeto Jaíba?
- Você enxerga o agronegócio como propulsor do progresso e desenvolvimento da região?
- O que você entende por desenvolvimento?
- É possível considerar Matias Cardoso uma cidade desenvolvida após a implementação do Projeto Jaíba? Está caminhando para isso? O desenvolvimento está sendo sustentável?
- Você gostaria de comentar alguma coisa ou alguma situação que não foi perguntada?
- Você conhece alguém envolvido no conflito para indicar para que eu possa entrevistar?

## **APÊNDICE C - Roteiro semiestruturado de entrevista: moradores das comunidades tradicionais de Matias Cardoso**

- Conte-me um pouco sobre você – nome, idade, onde mora atualmente...
- O que o Rio São Francisco significa para você?
- Vocês utilizam a água do Rio São Francisco? Se sim, para qual finalidade?
- Você acha que o Rio São Francisco está secando nos últimos anos? Qual seria a causa?
- Você acha que as plantações de grandes lavouras podem diminuir a quantidade de água nos rios?
- Você acha que a qualidade da água do rio mudou? Ela está mais suja? Por que?
- Você acha que os grandes fazendeiros do Projeto Jaíba podem interferir na qualidade e na quantidade de água do Rio São Francisco?
- O que você entende por conflito pela água?
- Na sua opinião, por que esses conflitos ocorrem? Quais são suas causas principais?
- Você tem conhecimento de conflitos pela água no município de Matias Cardoso envolvendo produtores rurais? E envolvendo comunidades tradicionais?
- Você tem conhecimento de conflitos pela água na região que tem ligação com a instalação do Projeto Jaíba? Antes do Projeto Jaíba, você sabe dizer se existiam conflitos hídricos e se eles eram frequentes?
- Você tem conhecimento da existência do conflito pela água envolvendo produtores rurais do Projeto Jaíba e as comunidades do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto? Se sim, quais são as principais causas e consequências desse conflito?
- Como você enxerga esse conflito entre produtores rurais do Projeto Jaíba e comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto? Como você avalia a situação atual desse conflito? Hoje, a disputa está mais visível/ativa ou mais branda/menos aparente?
- Quais são os interesses e reivindicações das comunidades tradicionais envolvidas nesse conflito? E dos produtores rurais?
- Existem outros atores sociais que são importantes nessa disputa? Quais são seus interesses?
- Como você avalia esse conflito? De forma positiva ou negativa? Ou de alguma outra forma?
- Como você avalia a participação das comunidades tradicionais de Matias Cardoso nos conflitos pela água na região? Qual é o papel da comunidade?
- O que a comunidade pode fazer ou tem feito para tentar amenizar esse conflito específico?
- Você tem conhecimento de tentativas de resolução dessa disputa?
- Quais as perspectivas que você visualiza para o conflito daqui para frente?
- Como você enxerga o agronegócio na região? O que o agronegócio representa para a região? E o que o Projeto Jaíba representa?
- Você acredita que o Projeto Jaíba impacta de alguma forma as questões ambientais (sobretudo pela água) de Matias Cardoso? Se sim, como?
- Na sua opinião, quais os principais impactos negativos e positivos do Projeto Jaíba para Matias Cardoso?
- Você entende que existe um processo de resistência contra o Projeto Jaíba?
- Você enxerga o agronegócio como propulsor do progresso e desenvolvimento da região?
- O que você entende por desenvolvimento?
- Você acha que é possível considerar Matias Cardoso uma cidade desenvolvida após a implementação do Projeto Jaíba? Está caminhando para isso?
- Você gostaria de comentar alguma coisa ou alguma situação que não foi perguntada?
- Você conhece alguém da Comunidade Quilombo da Lapinha ou de Pau Preto para indicar para que eu possa entrevistar?

## **APÊNDICE D - Roteiro semiestruturado de entrevista: representante do CBH do Rio Verde Grande**

- Conte-me sobre você – nome, idade, cargo, atua há quanto tempo na área?
- O que você entende por conflito pela água?
- Quais são as principais disputas pelo uso da água em Matias Cardoso que você tem conhecimento? Você percebe a existência de algum conflito hídrico na região? Qual ou quais?
- Por que esses conflitos ocorrem?
- Quando o município está localizado em duas bacias diferentes, como os conflitos são geridos pelo CBH? Qual comitê é responsável pelos conflitos envolvendo o Rio São Francisco na região de Matias Cardoso?
- Você tem conhecimento de conflitos pela água no município de Matias Cardoso envolvendo produtores rurais? E envolvendo comunidades tradicionais?
- Existem conflitos pela água na região que tem ligação com a instalação do Projeto Jaíba? Antes do Projeto Jaíba, você sabe dizer se existia conflitos hídricos e se eles eram frequentes?
- Vocês têm conhecimento do conflito pela água envolvendo produtores rurais do Projeto Jaíba e as comunidades do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto? Se sim, quais são as principais causas e consequências desse conflito?
- Qual CBH seria responsável por gerir o conflito envolvendo as comunidades tradicionais de Matias Cardoso e produtores rurais do Projeto Jaíba?
- Como vocês enxergam esse conflito entre produtores rurais do Projeto Jaíba e comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto? Como vocês avaliam a situação atual desse conflito? Hoje, a disputa está mais visível/ativa ou mais branda/menos aparente?
- Você tem conhecimento dos interesses e reivindicações das comunidades tradicionais envolvidas nesse conflito? E dos produtores rurais?
- Como você avalia esse conflito? De forma positiva ou negativa? Ou de alguma outra forma?
- Você sabe dizer como funciona o pagamento pelo uso da água dos irrigantes/produtores rurais da região? E das comunidades tradicionais?
- Você sabe por que não foi emitida uma DAC na região desse conflito? Você acredita que é porque, na visão do Igam, não se trata de uma área com conflito deflagrado?
- Como você avalia a participação do CBH nos conflitos pela água? Qual é o papel dele?
- O que o CBH pode fazer ou tem feito para tentar amenizar esse conflito específico? Existem instrumentos ou metodologias para a tentativa de resolução dessa disputa?
- Quais as perspectivas que o CBH visualiza para o conflito daqui para frente?
- Você sabe dizer a que se refere as DACs 35–021/2007 (Rio Calindó), 36–022/2007 (Rio Japoré) e 40–003/2008 (Rio de Itacarambi)? Quais são os principais atores envolvidos nesses conflitos e suas causas?
- Como você enxerga o agronegócio na região? O que o agronegócio representa para a região? E o que o Projeto Jaíba representa?
- Vocês acreditam que o Projeto Jaíba impacta de alguma forma as questões ambientais (sobretudo pela água) de Matias Cardoso? Se sim, como?
- Quais os principais impactos negativos e positivos do Projeto Jaíba para Matias Cardoso?
- Você entende que existe um processo de resistência contra o Projeto Jaíba?
- Você enxerga o agronegócio como propulsor do progresso e desenvolvimento da região?
- O que você entende por desenvolvimento?
- É possível considerar Matias Cardoso uma cidade desenvolvida após a implementação do Projeto Jaíba? Está caminhando para isso? O desenvolvimento está sendo sustentável?
- Você gostaria de comentar alguma coisa ou alguma situação que não foi perguntada?



## **APÊNDICE E - Roteiro semiestruturado de entrevista: moradores da zona urbana de Matias Cardoso**

- Conte-me um pouco sobre você – nome, idade, onde mora atualmente...
- O que você entende por conflito pela água?
- Na sua opinião, por que esses conflitos ocorrem? Quais são suas causas principais?
- Você tem conhecimento de conflitos pela água no município de Matias Cardoso envolvendo produtores rurais? E envolvendo comunidades tradicionais?
- Você tem conhecimento de conflitos pela água na região que tem ligação com a instalação do Projeto Jaíba? Antes do Projeto Jaíba, você sabe dizer se existiam conflitos hídricos e se eles eram frequentes?
- Você tem conhecimento da existência do conflito pela água envolvendo produtores rurais do Projeto Jaíba e as comunidades do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto? Se sim, quais são as principais causas e consequências desse conflito?
- Como você enxerga esse conflito entre produtores rurais do Projeto Jaíba e comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto? Como você avalia a situação atual desse conflito? Hoje, a disputa está mais visível/ativa ou mais branda/menos aparente?
- Quais são os interesses e reivindicações das comunidades tradicionais envolvidas nesse conflito? E dos produtores rurais?
- Existem outros atores sociais que são importantes nessa disputa? Quais são seus interesses?
- Como você avalia esse conflito? De forma positiva ou negativa? Ou de alguma outra forma?
- Como você avalia a participação da população de Matias Cardoso nos conflitos pela água na região? Qual é o papel da população?
- O que a população pode fazer ou tem feito para tentar amenizar esse conflito específico?
- Você tem conhecimento de tentativas de resolução dessa disputa?
- Quais as perspectivas que você visualiza para o conflito daqui para frente?
- Como você enxerga o agronegócio na região? O que o agronegócio representa para a região? E o que o Projeto Jaíba representa?
- Você acredita que o Projeto Jaíba impacta de alguma forma as questões ambientais (sobretudo pela água) de Matias Cardoso? Se sim, como?
- Na sua opinião, quais os principais impactos negativos e positivos do Projeto Jaíba para Matias Cardoso?
- Você entende que existe um processo de resistência contra o Projeto Jaíba?
- Você enxerga o agronegócio como propulsor do progresso e desenvolvimento da região?
- O que você entende por desenvolvimento?
- Você acha que é possível considerar Matias Cardoso uma cidade desenvolvida após a implementação do Projeto Jaíba? Está caminhando para isso? O desenvolvimento está sendo sustentável?
- Você gostaria de comentar alguma coisa ou alguma situação que não foi perguntada?
- Você conhece alguém envolvido no conflito para indicar para que eu possa entrevistar?

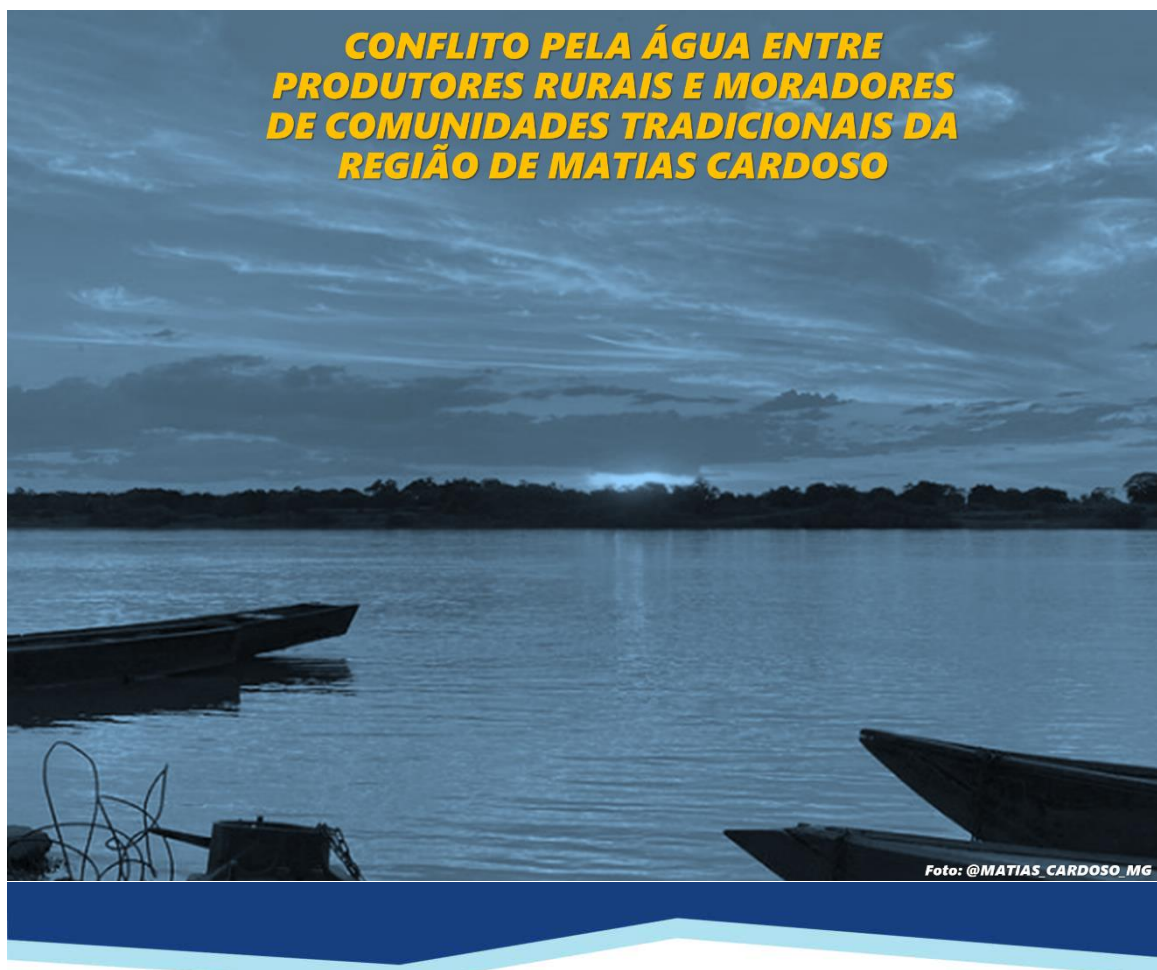
## **APÊNDICE F - Roteiro semiestruturado de entrevista: representante de movimentos socioambientais**

- Conte-me sobre você – nome, cidade onde mora, idade, cargo atual, atua há quanto tempo na área?
- O que foi o Encontro de Morrinhos, que originou a Carta de Morrinhos?
- Esse movimento ainda está atuante nos dias de hoje? Quais seus principais objetivos?
- Você acredita que as metas da Carta de Morrinhos para 2020 foram atingidas? Por que?
- O que você entende por conflito pela água?
- Por que esses conflitos ocorrem? Quais são suas causas principais?
- Você tem conhecimento de conflitos pela água no município de Matias Cardoso envolvendo produtores rurais? E envolvendo comunidades tradicionais?
- Você tem conhecimento de conflitos pela água na região que tem ligação com a instalação do Projeto Jaíba? Antes do Projeto Jaíba, você sabe dizer se existiam conflitos hídricos e se eles eram frequentes?
- Você tem conhecimento da existência do conflito pela água envolvendo produtores rurais do Projeto Jaíba e as comunidades do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto? Se sim, quais são as principais causas e consequências desse conflito?
- Como você avalia a situação atual desse conflito entre produtores rurais do Projeto Jaíba e comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto? Hoje, a disputa está mais visível/ativa ou mais branda/menos aparente?
- Você tem conhecimento dos interesses e reivindicações das comunidades tradicionais envolvidas nesse conflito? E dos produtores rurais?
- Existem outros atores sociais que são importantes nessa disputa? Quais são os papéis deles e seus interesses?
- Como você avalia esse conflito? De forma positiva ou negativa? Ou de alguma outra forma?
- Você tem conhecimento de tentativas de resolução dessa disputa?
- Como você avalia a participação de movimentos sociais nos conflitos pela água? Qual é o papel desses movimentos?
- O que os movimentos sociais podem fazer ou tem feito para tentar amenizar esse conflito específico?
- Quais as perspectivas que você visualiza para o conflito daqui para frente?
- Como você enxerga o agronegócio na região? O que o agronegócio representa para a região? E o que o Projeto Jaíba representa?
- Você acredita que o Projeto Jaíba impacta de alguma forma as questões ambientais (sobretudo relacionadas à água) de Matias Cardoso? Se sim, como?
- Quais os principais impactos negativos e positivos do Projeto Jaíba para Matias Cardoso?
- Você entende que existe um processo de resistência contra o Projeto Jaíba?
- Você enxerga o agronegócio como propulsor do progresso e desenvolvimento da região?
- O que você entende por desenvolvimento?
- Você acha que é possível considerar Matias Cardoso uma cidade desenvolvida após a implementação do Projeto Jaíba? Está caminhando para isso? O desenvolvimento está sendo sustentável?
- Você gostaria de comentar alguma coisa ou alguma situação que não foi perguntada?

## APÊNDICE G - Roteiro semiestruturado de entrevista: pesquisadores do tema

- Conte-me sobre você – nome, cidade onde mora, idade, cargo atual, atua há quanto tempo na área?
- O que você entende por conflito pela água?
- Por que esses conflitos ocorrem? Quais são suas causas principais?
- Você tem conhecimento de conflitos pela água no município de Matias Cardoso envolvendo produtores rurais? E envolvendo comunidades tradicionais?
- Você tem conhecimento de conflitos pela água na região que tem ligação com a instalação do Projeto Jaíba? Antes do Projeto Jaíba, você sabe dizer se existiam conflitos hídricos e se eles eram frequentes?
- Você tem conhecimento da existência do conflito pela água envolvendo produtores rurais do Projeto Jaíba e as comunidades do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto? Se sim, quais são as principais causas e consequências desse conflito?
- Como você avalia a situação atual desse conflito entre produtores rurais do Projeto Jaíba e comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto? Hoje, a disputa está mais visível/ativa ou mais branda/menos aparente?
- Você tem conhecimento dos interesses e reivindicações das comunidades tradicionais envolvidas nesse conflito? E dos produtores rurais?
- Existem outros atores sociais que são importantes nessa disputa? Quais são os papéis deles e seus interesses?
- Como você avalia esse conflito? De forma positiva ou negativa? Ou de alguma outra forma?
- Você tem conhecimento de tentativas de resolução dessa disputa?
- Como você avalia a participação de pesquisadores/as e da academia em geral nos conflitos pela água? Qual é o papel dos pesquisadores?
- O que a academia pode fazer ou tem feito para tentar amenizar esse conflito específico?
- Quais as perspectivas que você visualiza para o conflito daqui para frente?
- Como você enxerga o agronegócio na região? O que o agronegócio representa para a região? E o que o Projeto Jaíba representa?
- Você acredita que o Projeto Jaíba impacta de alguma forma as questões ambientais (sobretudo relacionadas à água) de Matias Cardoso? Se sim, como?
- Quais os principais impactos negativos e positivos do Projeto Jaíba para Matias Cardoso?
- Você entende que existe um processo de resistência contra o Projeto Jaíba?
- Você enxerga o agronegócio como propulsor do progresso e desenvolvimento da região?
- O que você entende por desenvolvimento?
- Você acha que é possível considerar Matias Cardoso uma cidade desenvolvida após a implementação do Projeto Jaíba? Está caminhando para isso? O desenvolvimento está sendo sustentável?
- Você gostaria de comentar alguma coisa ou alguma situação que não foi perguntada?

## APÊNDICE H - Cartilha sobre o conflito pela água intensificado pelo agronegócio analisado



### VOCÊ SABE O QUE É CONFLITO PELA ÁGUA?

- De forma resumida, conflito pela água pode ser entendido como uma disputa contínua e inerente às variadas formas de diferentes pessoas se relacionarem com os recursos hídricos à sua volta, com suas divergentes necessidades, interesses e significações em torno da água.
- Para a análise dos conflitos pela água, não basta considerar apenas a **quantidade** disponível de água, mas também a sua **qualidade**, isto é, ela deve estar em condições adequadas para uso, tendo em vista que um tipo de uso por parte de algumas pessoas pode comprometer outros usos. Ou seja, tanto a falta de acesso a água (seja pela escassez ou por barramentos feitos por outros usuários) como a poluição dos rios podem originar conflitos hídricos.
- O conflito não precisa ser necessariamente algo grandioso, **apocalíptico** ou uma disputa já manifestada. Ele pode ser também latente, isto é, quando existe uma situação de descontentamento ou preocupação por parte de algumas pessoas sobre os recursos hídricos à sua volta.



## EXISTE ALGUM CONFLITO PELA ÁGUA NA REGIÃO DE MATIAS CARDOSO ENVOLVENDO PRODUTORES RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS?

**O que pensam algumas pessoas envolvidas entrevistadas\*:**

**Moradores das comunidades tradicionais do Quilombo da Lapinha e da Comunidade de Pau Preto:** para eles, existe um conflito. O volume de água do Rio São Francisco tem diminuído bastante nos últimos anos, não apenas em virtude da seca, mas também por causa da grande captação da água do rio para o uso nas fazendas da região. Além disso, frequentemente ocorre o assoreamento do rio e ele também está mais poluído, sendo possível até encontrar nele embalagens de agrotóxicos em alguns momentos. O interesse dos moradores dessas comunidades é na preservação e revitalização do Rio São Francisco, para que eles possam manter e reproduzir seus modos de vida.

**Representante da Prefeitura de Matias Cardoso:** para ele, não existe esse conflito pela água na região. A Prefeitura não tem conhecimento dos interesses e das reivindicações dos moradores das comunidades tradicionais sobre o conflito pela água envolvendo produtores rurais.

\*Tentamos contato com alguns produtores rurais da região, com o DIJ e com o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Médio São Francisco para entender suas opiniões, seus interesses e pontos de vista, mas até o momento não obtivemos retorno



## EXISTE ALGUM CONFLITO PELA ÁGUA NA REGIÃO DE MATIAS CARDOSO ENVOLVENDO PRODUTORES RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS?

**O que pensam algumas pessoas envolvidas entrevistadas\*:**

**Ambientalistas e movimentos sociais:** também reconhecem a existência desse conflito hídrico. Buscam dar visibilidade aos interesses dos moradores das comunidades tradicionais e ser um apoio na luta pela preservação e revitalização do Rio São Francisco na região.

**Moradores da zona urbana de Matias Cardoso:** muitos moradores não sabem da existência do conflito pela água na região. Reconhecem a importância do agronegócio para a cidade, mas também a necessidade de uma atuação mais consciente e sustentável dos grandes produtores rurais em relação aos recursos hídricos. Também destacaram a importância da realização da última revitalização do rio, no ano de 2018.

**Pesquisadores da Unimontes:** também reconhecem a existência de conflitos por terra e por água envolvendo as comunidades tradicionais e grandes produtores rurais da região. E destacam a importância de dar visibilidade a esses conflitos e as demandas dos moradores das comunidades.

**Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande:** não tem conhecimento da existência do conflito e das demandas das comunidades tradicionais envolvidas, já que não abrange sua área de atuação.







### POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS DE AÇÃO:

- Primeiramente, é necessário **expandir o entendimento do que seja um conflito pela água**, muitas vezes associado exclusivamente à escassez quantitativa e à grandes disputas que já estão manifestadas, deixando de lado outros aspectos importantes. A falta de uma compreensão mais ampla do que é um conflito hídrico pode comprometer a identificação e o acompanhamento dessas disputas por parte de órgãos competentes.
- Também é preciso **reconhecer a existência do conflito pela água** na região envolvendo grandes produtores rurais e moradores de comunidades tradicionais. Se diferentes grupos sociais avaliam que a água do rio está mais escassa e mais poluída em virtude da atuação do setor agropecuário, é preciso reconhecer que existe ao menos um conflito latente na região e averiguar suas causas. Somente após o reconhecimento da sua existência é que poderemos acompanhar e atuar sobre o conflito.
- Devemos **combater a defesa da água segundo o discurso ambiental em que parece que todo mundo é responsável em igual medida pela crise hídrica e pelos conflitos hídricos**, bem como refutar a ideia de que eles são causados exclusivamente pela falta de chuvas na região. É importante também **reconhecemos que os conflitos pela água e suas consequências afetam de modo desigual os diferentes grupos sociais envolvidos na disputa**.



### POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS DE AÇÃO:

- **O Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Médio São Francisco, em conjunto com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), podem:** I) Estabelecer critérios mais rígidos de uso da água após o devido cadastramento de usuários e estudos de disponibilidade hídrica; II) Executar um monitoramento mais rigoroso do real consumo de água por parte de diferentes usuários e dos conflitos hídricos na região, desenvolvendo ações corretivas e mitigatórias, semelhantes a do Dia do Rio, que surtiu efeito para os moradores das comunidades tradicionais. Outro exemplo seria metodologias de precificação da água que faça com que o preço cobrado pelo seu uso por parte de grandes usuários possa combater ou ao menos minimizar seu consumo exagerado e seu desperdício; III) Construir novas relações, mais democráticas, representativas e participativas, entre os segmentos sociais que constituem os comitês, pois muitas delas estão desgastadas pela perda de credibilidade e confiabilidade entre os atores sociais. É necessário garantir os interesses dos principais afetados pelos conflitos hídricos, tendo como referencial maior o avanço efetivo da defesa dos rios mineiros e a conservação dos ecossistemas; IV) Agir de forma mais rigorosa nas retiradas ilegais de água e na revisão de todas as outorgas concedidas aos grandes usuários, suspendendo-as, parcial ou totalmente, quando for necessário; e V) Dar a devida atenção aos interesses e reivindicações das comunidades tradicionais e a pessoas, instituições e movimentos sociais que tentam articular suas demandas.

## POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS DE AÇÃO:

- A **Prefeitura de Matias Cardoso deve tomar conhecimento e acompanhar mais de perto** os interesses e as demandas dos moradores das comunidades tradicionais sobre a água do Rio São Francisco.
- **Grandes produtores rurais** da região podem utilizar tecnologias e práticas de manejo da água mais eficientes e sustentáveis, bem como utilizar menos agrotóxicos nas lavouras e descartar corretamente os resíduos.
- **Moradores das comunidades tradicionais** devem continuar relatando seus interesses e reivindicações sobre a água do Rio São Francisco, seja perante os representantes da Prefeitura, dos comitês, da ANA e até mesmo para pesquisadores e movimentos socioambientais.
- A **população de Matias Cardoso (rural e urbana), ONGs, pesquisadores, movimentos socioambientais e outras organizações da sociedade civil** devem acompanhar mais de perto o desenvolvimento de políticas e programas destinados à implantação de grandes empreendimentos de uso intensivo da água na região, bem como exigir do município, estado e da União que as leis quanto à preservação e usos múltiplos da água sejam realmente cumpridas, fazendo valer o respeito à integridade das bacias hidrográficas, prevista em lei, e a busca pela universalização do direito à água de qualidade.

## QUAL A IMPORTÂNCIA DISSO?

***É principalmente lutar para preservar e revitalizar o Rio São Francisco para a atual e futuras gerações, uma vez que, para muitos moradores da região, a água do rio é bem mais que um recurso produtivo, estabelecendo uma relação com ele de reconhecimento, de interdependência, de sobrevivência e de vida.***

**Responsável: José Vitor Palhares dos Santos**  
**Contato: [títopalhares@hotmail.com](mailto:títopalhares@hotmail.com)**

**Foto: Hespagnol (2015)**